



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**1º RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS**

**29/03/2001 a 28/06/2001**

**28 DE JUNHO DE 2001**

## Sumário – Relatório de Atividades

Relatório de atividades: resultados e propostas.....	2
<b>Anexo 1</b> – Proposta de Disponibilização de Dados do Infocrim aos Municípios.....	09
<b>Anexo 2</b> – Papel das GCMs: Propostas de Reforma Constitucional em trâmite.....	11
<b>Anexo 3</b> – Proposta de Currículo Mínimo para Cursos de Formação de GCMs.....	14
<b>Anexo 4</b> – Perfil da Atividade das GCMs no Estado de São Paulo.....	17
<b>Anexo 5</b> – Fundo Municipal de Segurança Pública: Guia para Municípios.....	20
<b>Anexo 6</b> – Banco de Projetos.....	33
<b>Anexo 7</b> – Áreas com Maior Número de Crimes Violentos Letais (1999).....	84
<b>Anexo 8</b> – Crimes Violentos Letais no Estado de SP (1997-2000).....	85
<b>Anexo 9</b> – Fatores de Risco de Violência e Redução de Risco.....	86
<b>Anexo 10</b> – Proposta do Dia Metropolitano de Prevenção à Violência.....	87
<b>Anexo 11</b> – Minuta do Prêmio Fórum Metropolitano de Jornalismo.....	92
<b>Anexo 12</b> – Carta ao Presidente da República.....	95

**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS**  
**29/03/2001 a 28/06/2001**

**1) Reuniões<sup>1</sup>**

1.1) Plenária:

Primeira reunião: São Paulo, FIESP, 29/03/01  
Segunda reunião: São Paulo, FECOMERCIO SP, 28/06/01

1.2) Coordenação:

Coordenação-Geral: Prefeito Elói Pietá (Guarulhos)

Primeira reunião: São Paulo, Prefeitura Municipal, 05/04/01  
Segunda reunião: São Paulo, Prefeitura Municipal, 07/06/01

1.3) Grupos de Trabalho:

1.3.1) Grupo de Trabalho de Informações Criminais

Coordenação: Prefeita Marta Suplicy (São Paulo)

Primeira reunião: São Paulo, Prefeitura Municipal, 23/04/01.  
Segunda reunião: São Paulo, Prefeitura Municipal, 22/05/01 (reunião coordenada pelo Vice-Prefeito Hélio Bicudo)

1.3.2) Grupo de Trabalho das Guardas Municipais:

Coordenação: Prefeito Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)

Primeira reunião: Santana de Parnaíba, Hotel Bruno Taioli, 20/04/01.  
Segunda reunião: Santana de Parnaíba, Hotel Bruno Taioli, 01/06/01.

1.3.3) Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência:

Coordenador: Prefeito Maurício Soares (São Bernardo do Campo)

Primeira reunião: São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal, 24/04/01.  
Segunda reunião: São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal, 04/06/01.

---

<sup>1</sup> Ver atas no anexo 1.

#### 1.3.4) Grupo de Trabalho de Comunicação Social:

Coordenador: Prefeito Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra)

Primeira reunião: São Paulo, FECOMÉRCIO SP, 11/04/01.

Segunda reunião: São Paulo, FECOMÉRCIO SP, 11/05/01.

## 2) Resultados

### 2.1) Grupo de Trabalho de Informações Criminais

Durante a primeira reunião do grupo de trabalho, o Secretário de Estado da Segurança Pública, Marco Vinício Petrelluzzi, afirmou que a Secretaria da Segurança Pública implantará o Infocrim em todos os municípios da Grande São Paulo até o final do ano e definirá formas através das quais as prefeituras poderão ter acesso aos dados do Infocrim.

O grupo nomeou uma comissão, formada por representantes das Prefeituras de Guarulhos, Diadema, Mairiporã e São Paulo, que se reuniu com representantes da Secretaria da Segurança Pública, no dia 26 de junho. Nesta reunião, a Secretaria da Segurança Pública reafirmou o compromisso de implantar o Infocrim em todos os municípios da Região Metropolitana até o final de 2001 e apresentou uma proposta de disponibilização de informações criminais para os prefeitos dos municípios que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública (anexo 2). Segundo esta proposta, os prefeitos poderão, através da internet, mediante uma senha, ter acesso a mapas e informações sobre as áreas e logradouros críticos, que apresentam alto índice de ocorrências criminais, nos municípios da Região Metropolitana. Este acesso pode estar disponível para a Prefeitura de São Paulo - município já abrangido pelo Infocrim- ainda no segundo semestre de 2001. Para as demais prefeituras, quando forem abrangidas pelo Infocrim, a partir de janeiro de 2002. Além de informações sobre ocorrências registradas pela polícia, podem ser incluídas nos mapas e disponibilizados aos prefeitos informações sobre as denúncias recebidas pelo Disque Denúncia (projeto desenvolvido em parceria pelo Instituto São Paulo Contra a Violência e a Secretaria da Segurança Pública).

Ainda na reunião do dia 26 de junho, a Secretaria da Segurança Pública informou que está em processo de final de implantação um novo sistema de planilhas eletrônicas para registro e transmissão de dados sobre ocorrências criminais dos distritos policiais para a Secretaria da Segurança Pública, que possibilitará a disponibilização mensal aos prefeitos dos dados sobre ocorrências criminais nos municípios da Região Metropolitana a partir possivelmente do mês de agosto.

### 2.2) Grupo de Trabalho das Guardas Municipais

O grupo realizou levantamento das propostas de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional, visando alterar o estatuto constitucional das guardas municipais (anexo 3).

O grupo realizou levantamento das atividades desenvolvidas pelas guardas municipais, do perfil ideal dos profissionais das guardas municipais, dos currículos para formação de guardas municipais, assim como dos pré requisitos e critérios de seleção para ingresso nas guardas e pré requisitos para os instrutores e professores do curso de formação de guardas na Região Metropolitana de São Paulo.

Com base no levantamento mencionado acima, o grupo elaborou proposta de currículo mínimo para formação de guardas municipais, assim como de pré requisitos e critérios de seleção mínimos para ingresso nas guardas e pré requisitos mínimos para os instrutores e professores do curso de formação de guardas na Região Metropolitana de São Paulo (anexo 4).

O grupo realizou também levantamento de informações sobre a inserção institucional das guardas na administração municipal na Região Metropolitana de São Paulo (anexo 5)

O grupo realizou ainda levantamento de formas de captação de recursos para implantação, sustentação e aperfeiçoamento das guardas municipais. Com base neste levantamento, o grupo destacou a possibilidade de captação de recursos não apenas para as guardas municipais mas para investimentos municipais na área da segurança pública através da criação de um Fundo Municipal da Segurança Pública, administrado por um conselho ou comitê gestor com representação paritária do governo municipal e da sociedade civil (anexo 6).

### 2.3) Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência

O grupo fez um levantamento inicial de projetos de prevenção à violência na região metropolitana e está organizando um banco de projetos para coletar, sistematizar e difundir informações sobre boas experiências na área de prevenção da violência (anexo 7).

O grupo fez um levantamento das áreas com maior número de crimes violentos letais (homicídio e latrocínio) na Região Metropolitana de São Paulo (anexo 8) e do número de crimes violentos letais no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo de 1995 a 2000 (anexo 9).

A grupo fez um levantamento inicial de fatores ou situações que aumentam o risco de violência e ações ou programas que podem reduzir este risco (anexo 10).

### 2.4) Grupo de Trabalho de Comunicação Social

O grupo criou a logomarca para o Fórum Metropolitano.

O grupo criou o web-site do Fórum Metropolitano ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

O grupo elaborou proposta de realização de campanhas de mobilização social visando à prevenção da violência centradas em temas específicos, inicialmente nas questões de álcool e drogas e de exclusão/inclusão social, acompanhadas de

eventos e ações conjuntas em todos os municípios da região metropolitana (anexo 11).

O grupo obteve apoio da JW Thompson para desenvolvimento de uma campanha institucional do Fórum Metropolitano e da DPZ para desenvolvimento das campanhas de mobilização social visando à prevenção à violência centradas em temas específicos.

O grupo elaborou proposta de criação do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, destinado a incentivar reportagens que abordem o tema da violência na Região Metropolitana de São Paulo (anexo 12).

## 2.5) Coordenação:

Na quarta-feira, dia 13 de junho, o coordenador do Fórum Metropolitano de Segurança, prefeito Elói Pietá (Guarulhos), entregou ao ministro da Justiça, José Gregori, um manifesto contra as resoluções da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCEE) que prevêem a redução da iluminação em vias públicas. O documento, assinado por 35 dos 39 prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo (não aderiram ao manifesto os prefeitos de Poá, Guararema, São Caetano e Itapevi), afirma que a iluminação de vias públicas contribui de maneira significativa para a segurança dos cidadãos, pondera que a redução pretendida pelo governo federal não representa economia significativa de energia elétrica e solicita ao governo federal a suspensão da aplicação do item 2 do Artigo 1º da Resolução nº 01 da CGCEE que impõe aos municípios a redução da iluminação em vias públicas. Ao receber o manifesto, o ministro José Gregori afirmou que encaminhará a solicitação ao presidente da Câmara de Gestão, Pedro Parente (anexo 13).

## 3) Propostas de Ação

### 3.1) Grupo de Trabalho de Informações Criminais

Apoiar a implantação do Infocrim nos 39 municípios da região metropolitana e mais especificamente da proposta de disponibilização de informações criminais para prefeitos dos municípios que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, apresentada pela Secretaria a Fórum em reunião realizada no dia 26 de junho.

Apoiar a divulgação do Disque Denúncia (0800 156315) nos 39 municípios da região metropolitana, particularmente através da fixação de cartazes em ônibus e prédios públicos, e definir formas de encaminhamento às prefeituras das denúncias e informações recebidas pelo Disque Denúncia.

### 3.2) Grupo de Trabalho de Guardas Municipais

Enviar um ofício, assinado pelos prefeitos que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, ao Presidente do Senado e a todos os senadores defendendo a aprovação da proposta de emenda constitucional nos mesmos termos da

proposta 87/1999 (aprovada em primeiro turno no Senado Federal em 27/03/2001, com 63 votos favoráveis, 3 votos contrários e 2 abstenções, com manifestação favorável do PSDB, PFL, Bloco/PT, Bloco/PPS, PMDB, PSB e liderança do governo), que modifica o parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal, estabelecendo que “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”.

Formar delegação de prefeitos para entregar o ofício ao senador Romeu Tuma, primeiro signatário da proposta de emenda constitucional 87/1999.

Criar, nos municípios da região metropolitana, o Fundo Municipal da Segurança Pública, administrado por um conselho ou comitê gestor com representação paritária do governo municipal e da sociedade civil.

Implantar, nos municípios da região metropolitana, um currículo mínimo para os cursos de formação de guardas municipais, assim como pré requisitos e critérios de seleção mínimos para ingresso nas guardas municipais e pré requisitos mínimos para os instrutores e professores do curso de formação de guardas, de acordo com proposta já definida pelo Grupo de Trabalho das Guardas Municipais.

Promover o intercâmbio entre as guardas municipais visando aperfeiçoar a formação e melhorar o desempenho dos profissionais das guardas municipais na região metropolitana.

### 3.3) Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência

Dar continuidade ao levantamento de projetos de prevenção à violência e construção do Banco de Projetos do Fórum Metropolitano.

Apresentar um sumário dos projetos de prevenção à violência do Banco de Projetos no web-site do Fórum Metropolitano.

Apresentar um sumário dos projetos de prevenção à violência do Banco de Projetos em uma publicação do Fórum Metropolitano.

Construir indicadores de risco de violência para identificar áreas de risco e monitorar a implementação e o resultado de projetos de prevenção da violência nos municípios da região metropolitana.

Apoiar o desenvolvimento de programas e ações de prevenção da violência nas áreas de risco nos municípios da região metropolitana.

### 3.4) Grupo de Trabalho de Comunicação Social

Sustentar e aperfeiçoar o web-site do Fórum Metropolitano, como instrumento de difusão de informação, intercâmbio de experiências, incentivo ao debate e mobilização das prefeituras, organizações não governamentais e grupos comunitários para o desenvolvimento de projetos na área da segurança pública.

Implementar campanhas de mobilização social visando à prevenção da violência, centradas inicialmente nas questões de álcool e drogas e da exclusão/inclusão social, acompanhadas de eventos e ações conjuntas de todos os municípios nos dias 01 de setembro e 24 de novembro.

Implementar a campanha institucional do Fórum Metropolitano.

Criar o Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, destinado a incentivar reportagens que abordem o tema da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

### 3.5) Coordenação

Garantir a participação dos Municípios no debate público e decisões do governo estadual e do governo federal sobre assuntos referentes à segurança dos cidadãos na Região Metropolitana de São Paulo.



## ANEXO 1

# SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA GABINETE DO SECRETÁRIO COORDENADORIA DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

São Paulo, 25 de junho de 2001

Proposta de disponibilização de informações criminais para os prefeitos dos municípios que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

### INFORMAÇÕES

Consulta através de Mapas, atualizadas QUINZENALMENTE, apresentando:

- **Pontos Negros**

Temático comparativo da criminalidade entre os vários distritos policiais/ companhias (ou outros limites de território a serem definidos) do município. Apresenta o território colorido de acordo com faixas de número de ocorrências pré-estabelecidas para cada um dos indicadores criminais.

Consolidação: série histórica mensal (a partir de janeiro de 2001 para o município de São Paulo; janeiro de 2002 para os demais).

- **Logradouros críticos**

Temático que apresenta a criminalidade em determinado distrito policial/ companhia (ou outros limites de território a serem definidos) destacando no mapa os trechos de ruas onde a incidência do delito é significativa (critério a ser definido).

Consolidação: acumulado nos últimos 30, 60 e 90 dias

### NECESSIDADES

- **2 servidores T**

4 processadores Pentium III Xeon @ 700 MHz ou superior;

4 GB de RAM;

20 GB de disco (servidor 1) e 50 GB de disco (servidor 2);

- **Banco de dados Oracle para plataforma NT**

- **Software GIS**

GeoMedia Enterprise

- **Servidor de Aplicação**

ColdFusion

- **Eixos de rua dos municípios da Grande São Paulo**

- **Cadastro geocodificado dos equipamentos públicos e privados de todos os municípios**

## **AGRUPAMENTO DE NATUREZAS**

Critério de agrupamento da Coordenadoria de Análise e Planejamento

LATROCÍNIO  
HOMICÍDIO DOLOSO  
EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO  
HOMICÍDIO TENTADO  
TRÁFICO DE ENTORPECENTE  
ESTUPRO  
ROUBO DE VEÍCULO  
ROUBO DE CARGA  
ROUBO A COLETIVO  
ROUBO OUTROS  
FURTO DE VEÍCULO  
FURTO DE CARGA  
FURTO OUTROS  
HOMICÍDIO CULPOSO  
CRIMES COM ARMAS DE FOGO  
USO DE ENTORPECENTE  
LESÃO CORPORAL DOLOSA  
LESÃO CORPORAL CULPOSA  
OUTROS CRIMES  
OUTROS CRIMES TENTADOS  
CONTRAVENÇÃO PENAL  
ATO INFRAACIONAL  
VEÍCULO LOCALIZADO  
OCORRÊNCIAS NÃO CRIMINAIS

## ANEXO 2

### **O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS: PROPOSTAS DE REFORMA CONSTITUCIONAL EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL**

Levantamento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados indica a existência de uma série de propostas de reforma constitucional afetando o papel das guardas municipais. Estas propostas, apesar de possuírem características particulares que diferenciam uma das outras, podem ser agrupadas em três tipos principais.

#### **1) Atribuição às guardas municipais da responsabilidade pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública**

1.1) Proposta de Emenda Constitucional 87/1999 (Senador Romeu Tuma e outros). Modifica o parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Atribui às guardas municipais a função de proteção das populações, bens, serviços e instalações dos municípios.

Votada e aprovada em primeiro turno no Senado Federal em 27/03/2001, com 63 votos favoráveis, 3 votos contrários e 2 abstenções, com manifestação favorável do PSDB, PFL, Bloco/PT, Bloco/PPS, PMDB, PSB e liderança do governo). Na primeira sessão de discussão em segundo turno, foi enviada de volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após aprovação de requerimento neste sentido apresentado pelos senadores Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e Tião Viana.

1.2) Projeto de Lei 3.308/2000 (Deputado Alberto Lupion). Regulamenta o parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal. Estabelece que as guardas municipais poderão colaborar na segurança pública através de ações de policiamento ostensivo, mediante convênio e sob planejamento, controle, instrução e coordenação da polícia militar.

1.3) Proposta de Emenda Constitucional 284/2000 (Deputado Rubem Medina e outros). Acrescenta inciso VI e altera parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Atribui às guardas municipais a função de proteção dos bens, serviços e instalações do município e, nos termos de lei complementar federal, polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

1.4) Proposta de Emenda Constitucional 613-A/1998 (Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro e outros). Dispõe sobre a estruturação do sistema de segurança pública. Cria as polícias estaduais, com funções de polícia ostensiva, manutenção da ordem pública, polícia técnico-científica, polícia judiciária e apuração de infrações penais. Atribui às guardas municipais a função de proteção dos bens, serviços e instalações do município e, mediante convênio com a polícia estadual, polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

#### **2) Criação de polícia municipal e/ou atribuição às guardas municipais da responsabilidade pelo policiamento ostensivo, manutenção da ordem pública, polícia judiciária e apuração de infrações penais.**

2.1) Proposta de Emenda Constitucional 276/2000 (Deputado Cunha Bueno e outros). Dá nova redação aos parágrafos 4º e 5º e acrescenta inciso 6 e parágrafos 8º e 8º-A ao

artigo 144 da Constituição Federal. Atribui às guardas municipais, nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, as funções de polícia judiciária, apuração de infrações penais, polícia ostensiva, manutenção da ordem pública, guarda penitenciária e defesa civil.

2.2) Proposta de Emenda Constitucional 266/2000 (Deputado Wilson Santos e outros). Acrescenta inciso VI e altera redação do parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Cria a polícia municipal, atribuindo às guardas municipais a função de forças locais de segurança pública.

2.3) Proposta de Emenda Constitucional 250/2000 (Deputado Ronaldo Vasconcellos e outros). Acrescenta inciso VI e modifica parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Autoriza os municípios a constituir guardas municipais com a função de não apenas proteger bens, serviços e instalações do município mas também, concorrentemente às polícias civil e militar, exercer as funções de polícia judiciária, apuração de infrações penais, polícia ostensiva e manutenção da ordem pública.

2.4) Proposta de Emenda Constitucional 124/1999 (Deputado Felix Mendonça e outros). Altera o inciso 4, modifica o parágrafo 4º e acrescenta parágrafos 4º A e 4º B ao artigo 144 da Constituição Federal. Cria polícias civis municipais, organizadas em bairros ou distritos, dirigidas por delegados eleitos, policiamento ostensivo, manutenção da ordem, socorro a vítimas de crimes, proteção de testemunhas e auxílio à polícia civil estadual, polícia militar e polícia federal.

2.5) Proposta de Emenda Constitucional 343/1996 (Deputado Jorge Anders e outros). Acrescenta inciso VI e modifica parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Autoriza as guardas municipais a atuar como forças complementares dos órgãos de segurança pública.

2.6) Proposta de Emenda Constitucional 247/1995 (Deputado Alexandre Ceranto e outros). Acrescenta inciso VI e modifica parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Atribui às guardas municipais a função de forças auxiliares de segurança pública.

2.7) Proposta de Emenda Constitucional 95-A/1995 (Deputado Fernando Zuppo e outros). Acrescenta inciso VI e modifica parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Cria a polícia municipal, com responsabilidade proteger os bens, serviços e instalações do município e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

### **3) Subordinação ao prefeito da polícia militar e da polícia civil atuando no município.**

3.1) Proposta de Emenda Constitucional 280/2000 (Deputado Antônio Palocci e Outros). Altera o parágrafo 6º e acrescenta os parágrafos 9º e 10º do artigo 144 da Constituição Federal. Autoriza a subordinação das polícias civil e militar ao prefeito nos municípios com mais de 200 mil habitantes, exigindo-se para tanto a criação de um Conselho Municipal de Segurança Pública.

3.2) Proposta de Emenda Constitucional 275/2000 (Deputada Luiza Erundina e Outros). Altera a redação do parágrafo 6º do artigo 144 da CF, acrescenta o parágrafo 6º- A e o artigo 77 no Ato das Disposições Transitórias. Autoriza os municípios de mais de 500 mil habitantes a criar polícias municipais, civil e militar, mediante convênio com o governo estadual para transferência do controle sobre o efetivo, equipamento e patrimônio das atuais polícias civil e militar.

3.3) Proposta de Emenda Constitucional 240/2000 (Deputado Rubens Furlan e Outros). Acrescenta inciso VI ao artigo 144 da Constituição Federal, modifica a redação dos parágrafos 6º e 8º e acrescenta parágrafo 9º, transformando parágrafo 9º em 10, no artigo 144 da Constituição Federal. Cria polícias civis e militares municipais, determinando a subordinação das polícias civil e militar ao prefeito nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

3.4) Proposta de Emenda Constitucional 409/1996 (Deputado Régis de Oliveira e Outros). Acrescenta inciso VI, modifica a redação dos parágrafos 6º e 8º, modifica a redação e renumera para 9º o parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Cria polícias civis e militares municipais, determinando a subordinação das polícias civil e militar ao prefeito nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

## **ANEXO 3**

### **PROPOSTA DE CURRÍCULO MÍNIMO PARA CURSO DE FORMAÇÃO DOS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS**

#### **Perfil ideal dos profissionais das guardas municipais:**

- Respeito à lei e aos direitos humanos
- Eficácia e eficiência na garantia da segurança pública
- Prestação de serviços aos cidadãos
- Integração à comunidade
- Profissionalismo

#### **Carga horária total do curso de formação:**

Entre 480 e 640 horas/aula, três a quatro meses (entre 12 e 16 semanas, 40 horas/aula por semana).

#### **Disciplinas do curso de formação:**

##### **Módulo Básico**

#### **1. Noções de Direito**

- Direito Constitucional
- Direito Civil
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Direitos Humanos
- Legislação Especial (sugestões: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Tóxicos, Lei de Trânsito, Lei de Greve, Lei de Imprensa, Código de Defesa do Consumidor, Lei dos Juizados Especiais, Lei de Abuso de Autoridade)
- Outros (sugestões: Direito Administrativo, Direito Ambiental, Responsabilidade Civil por Ato Ilícito)

#### **2. Ciências Humanas**

- Sociologia
- Psicologia Social
- Relações Humanas: Relações com crianças e adolescentes  
Relações com portadores de deficiência  
Relações com dependentes de álcool e drogas
- Cultura e Realidade Brasileira

#### **3. Administração Pública, Sistema de Segurança Pública, Estrutura e Funcionamento da Guarda Municipal**

#### **4. Ética Profissional**

## **Módulo de Capacitação Técnica**

1. Procedimentos Operacionais
  - Registro de Ocorrência/Relatório de Serviço/Outros
  - Comunicação/Rádio/Correspondência
  - Outros
2. Pronto Socorrismo
4. Prevenção e Combate à Incêndio
5. Defesa Civil
6. Segurança Patrimonial
7. Técnicas de Policiamento (Ostensivo, Comunitário, Trânsito)
8. Motomec/Direção Defensiva/Patrolhamento Motorizado
9. Armamento e Tiro
10. Defesa Pessoal (Técnicas Não Letais de Intervenção Policial)

## **Módulo Complementar**

1. Língua Portuguesa
2. Educação Física
3. Ordem Unida
4. Noções de Qualidade de Serviço
5. Palestras e Visitas
6. Estágios
7. Avaliação

## **Pré-requisitos para ingresso nas guardas municipais:**

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima de 21 anos e máxima de 35 anos
- Altura mínima de 1,60 (fem.) e 1,68 (masc.)
- Estar em dia com obrigações militares
- Estar em dia com obrigações eleitorais
- Não ter antecedentes criminais
- Carteira de habilitação
- Segundo grau completo no ato da inscrição para o concurso

**Processo de seleção para ingresso nas guardas municipais:**

- Prova Escrita (capacidade intelectual)
- Avaliação Física
- Avaliação Psicológica
- Investigação Social
- Habilitação no curso de formação de guardas municipais

**Pré-requisitos para professores e instrutores nos cursos de formação de guardas municipais:**

- Formação acadêmica para os professores
- Formação técnica ou experiência comprovada por tempo de trabalho para os instrutores



## **ANEXO 4**

### **RELATÓRIO SOBRE A INSERÇÃO INSTITUCIONAL DAS GUARDAS NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA REGIÃO METROPOLITANA E SOBRE A PRESENÇA E ATIVIDADES DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Este relatório apresenta três tabelas:

A primeira tabela apresenta informações sobre a inserção institucional das guardas municipais na estrutura do governo municipal, particularmente a autoridade a quem a guarda municipal está subordinada, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A tabela mostra que diversos municípios criaram secretarias, coordenadorias ou departamentos de segurança pública, aos quais estão subordinados às guardas municipais. Entretanto, há diversos municípios em que a guarda está subordinada diretamente ao prefeito.

A segunda tabela apresenta o número total de municípios que possuem guardas municipais e também relaciona o número de municípios que possuem guardas pelo estrato populacional. Ainda que a maioria das guardas estejam localizadas em municípios com população de até 50 mil habitantes, 60 municípios (de um total de 106 municípios) com mais de 50 mil habitantes possuem guardas municipais, 34 municípios (de um total de 56 municípios) com mais de 100 mil habitantes possuem guardas e 14 municípios (de um total de 16 municípios) com mais de 200 mil habitantes possuem guardas.

A terceira tabela apresenta informações sobre as atividades desenvolvidas pelas guardas municipais no Estado de São Paulo. A tabela indica o número (em porcentagem do total) de guardas municipais desenvolvendo as atividades relacionadas.

**Tabela 1: Inserção Institucional das Guardas Municipais  
Municípios da Região Metropolitana de São Paulo  
Maio de 2001**

<b>Município</b>	<b>Relação de Subordinação da Guarda</b>
Arujá	Prefeito
Barueri	Prefeito
Caieiras	Prefeito
Cajamar	Prefeito
Cotia	Secretaria de Segurança Pública
Diadema	Coordenadoria de Defesa Social
Embu Guaçu	Secretaria da Administração Departamento de Segurança Pública
Ferraz de Vasconcelos	Departamento de Trânsito
Franco da Rocha	Prefeito
Guarulhos	Secretaria de Assuntos Extraordinários
Itapeverica da Serra	Prefeito
Itapevi	Secretaria de Governo
Jandira	Coordenadoria Segurança Pública
Mauá	Secretaria de Segurança
Osasco	Secretaria de Governo
Poá	Secretaria de Serviços Urbanos
Riberão Pires	Prefeito
Santana de Parnaíba	Secretaria de Governo
Santo André	Secretaria Combate à Violência Urbana
São Bernardo do Campo	Prefeito
São Caetano do Sul	Prefeito
São Paulo	Secretaria de Governo
Taboão da Serra	Secretaria de Governo/Departamento de Segurança Pública

**Fonte: Prefeituras e Guardas Municipais**

OBS: Guararema e Mairiporã não possuem Guarda mas possuem Secretaria de Segurança

OBS 2: O município de Suzano possui guarda patrimonial com efetivo de 112 vigilantes

**Tabela 2: Municípios que Possuem Guardas, Segundo Estratos Populacionais, Estado de São Paulo, 1997**

<b>Estratos Populacionais</b>	<b>Nº de Municípios com Guarda</b>
Total do Estado	176
Municípios com população de até 50.000 hab.	116
Até 10.000 hab.	48
De 10.001 a 20.000 hab.	29
De 20.001 a 50.000 hab.	39
Municípios com população entre 50.001 e 100.000 hab.	26
Municípios com população entre 100.001 e 200.000 hab.	20
Municípios com população acima de 200.000 hab. (1)	14

**Fonte:** Fundação Seade, Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1992, 1995 e 1997.

(1) Inclui a Capital

**Nota:** Amostra = 614 municípios

**Tabela 3: Atividades Desenvolvidas pelas Guarda Municipais (1) Estado de São Paulo, 1997**

<b>Atividade</b>	<b>% das Guardas Desenvolvendo a Atividade</b>
Proteção dos bens, serviços e instalações do município	98,30
Vigilância e segurança patrimonial	89,80
Auxílio ao público	84,70
Auxílio à polícia militar	73,90
Patrulhamento ostensivo a pé e motorizado dos próprios munícipes	68,20
Ronda escolar	65,90
Atividades de defesa civil	54,00
Serviços administrativos	50,60
Atendimento de ocorrências policiais	41,50
Proteção Ambiental	39,80
Posto de guarda (bairros, entradas da cidade, etc)	32,40
Fiscalização do trânsito	18,80
Barreira física ou cancelas (bairros, entradas da cidade, etc)	9,70
Patrulhamento ostensivo montado (cavalo)	0,60

**Fonte:** Fundação Seade, Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1992, 1995 e 1997.

(1) As guardas municipais podem desenvolver, simultaneamente, várias atividades

**Nota:** Amostra = 614 municípios

## **ANEXO 5**

### **FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA GUIA PRÁTICO PARA OS MUNICÍPIOS**

O Grupo de Trabalho das Guardas Municipais do Fórum Metropolitano de Segurança Pública apresentou a proposta de constituição do Fundo Municipal de Segurança Pública, como forma de viabilizar a captação de recursos para desenvolvimento de programas e ações municipais de redução da violência.

Segundo a proposta do Grupo de Trabalho, o Fundo Municipal deve ser gerido por um Conselho ou Comitê Gestor, com representação do governo municipal e da sociedade civil, e os recursos do Fundo devem ser destinados a programas e ações das guardas municipais e também programas e ações de natureza preventiva na área social e urbana.

A Coordenação do Fórum Metropolitano solicitou à Secretaria Executiva um levantamento da estrutura e funcionamento de fundos similares e um modelo que servisse de base para constituição de fundos municipais de segurança pública.

O Instituto São Paulo Contra a Violência, responsável pela Secretaria Executiva do Fórum, com apoio da equipe CIEE/SPTV de Estagiários, fez um levantamento de informações sobre fundos similares (ver documentos abaixo) e preparou um guia com orientações básicas para servir de subsídios aos municípios interessados na criação de um Fundo Municipal de Segurança Pública.

São apresentados abaixo os seguintes documentos:

- 1) Fundo Nacional de Segurança Pública – Informações Básicas.
- 2) Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP
- 3) Lei Federal nº 4.728/65 que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento
- 4) Lei Federal nº 4.320/64 Institui Normas Gerais de Direito Financeiros e regulamenta os Fundos Especiais
- 5) Lei Municipal 11.247/92 do Município de São Paulo que cria o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
- 6) Decreto Municipal 32.783/92 do Município de São Paulo, que regulamenta a Lei Municipal 11.247/92
- 7) Guia Prático para os Municípios, com informações sobre a formação dos fundos especiais e a criação e funcionamento de fundos municipais de segurança pública

## 6.1) FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – INFORMAÇÕES BÁSICAS<sup>2</sup>

### LEGISLAÇÃO

Originalmente instituído pela Medida Provisória nº 2029, de 20 de junho de 2000, posteriormente convertida na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, o Fundo Nacional de Segurança Pública é uma unidade gestora de recursos destinados a apoiar projetos de responsabilidade dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, na área de segurança pública, e dos Municípios, onde haja guardas municipais.

### COMPOSIÇÃO

O Fundo Nacional de Segurança Pública é administrado por um Conselho Gestor, constituído pela seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério da Justiça, um dos quais é o seu presidente;

II - um representante de cada órgão a seguir indicado:

- a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- b) Casa Civil da Presidência da República;
- c) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- d) Procuradoria-Geral da República.

O Conselho Gestor conta com assessoria técnica realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual fornece aos representantes informações e esclarecimentos necessários às tomadas de decisão referentes às aplicações dos recursos do Fundo. Essas decisões devem ser – obrigatoriamente – homologadas pelo Ministro de Estado da Justiça.

### INVESTIMENTOS

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública devem ser investidos em projetos na área de segurança pública, destinados, dentre outros, a:

I – reequipamento das polícias estaduais;

II – treinamento e qualificação de polícias civis e militares e de guardas municipais;

III – implantação de sistemas de informações e estatísticas policiais;

IV – implementação de programas de polícia comunitária; e

V – modernização de polícia técnica e científica.

---

<sup>2</sup> Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)).

## **6.2) LEI N° 10.201, DE 14 FEVEREIRO DE 2001**

Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.120-9, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto parágrafo único do art. 62, dá Constituição Federal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, com o objetivo de apoiar projetos de responsabilidade dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, na área de segurança pública, e dos Municípios, onde haja guardas municipais.

Parágrafo único. O FNSP poderá apoiar, também, projetos sociais de prevenção à violência, desde que enquadrados no Plano Nacional de Segurança Pública e recomendados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ao Conselho Gestor do Fundo.

Art. 2º Constituem recursos do FNSP:

- I - os consignados na Lei Orçamentária Anual e nos seus créditos adicionais;
- II - as doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas;
- III - os decorrentes de empréstimo;
- IV - as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários e extra-orçamentários, observada a legislação aplicável; e
- V - outras receitas.

Art. 3º O FNSP será administrado por um Conselho Gestor, com a seguinte composição:

- I - dois representantes do Ministério da Justiça, um dos quais será o seu presidente;
- II - um representante de cada órgão a seguir indicado:
  - a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
  - b) Casa Civil da Presidência da República;
  - c) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
  - d) Procuradoria-Geral da República.

Parágrafo único. As decisões do Conselho Gestor serão aprovadas pelo Ministro de Estado da Justiça.

Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública, destinados, dentre outros, a:

- I - reequipamento das polícias estaduais;
- II - treinamento e qualificação de polícias civis e militares e de guardas municipais;
- III - sistemas de informações e estatísticas policiais;
- IV - programas de polícia comunitária; e
- V - polícia técnica e científica.

§ 1º Os projetos serão examinados e aprovados pelo Conselho Gestor.

§ 2º Na avaliação dos projetos, o Conselho Gestor priorizará, dentre outros aspectos, o ente federado ou Município que se comprometer com os seguintes resultados:

- I - redução do índice de criminalidade;
- II - aumento do índice de apuração de crimes sancionados com pena de reclusão;
- III - desenvolvimento de ações integradas das polícias civil e militar; e
- IV - aperfeiçoamento do contingente policial ou da guarda municipal, em prazo pré-estabelecido.

§ 3º Só terão acesso aos recursos do FNSP o ente federado que tenha instituído, em seu âmbito, plano de segurança pública, ou o Município que mantenha guarda municipal, visando à obtenção dos resultados a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP não poderão ter prazo superior a dois anos.

Art. 5º Os entes federados e os Municípios, no que couber, beneficiados com recursos do FNSP prestarão, periodicamente, ao Conselho Gestor, informações, em planilha própria, sobre o desempenho de suas ações de segurança pública, especialmente quanto ao treinamento, controles e resultados.

Art. 6º As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados aos Municípios, destinados a garantir a segurança pública, a execução da Lei Penal, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem assim a manutenção do sistema penitenciário.

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.120-8, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 14 de fevereiro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

### **6.3) LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e do Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

#### **TÍTULO VII**

##### **Dos Fundos Especiais**

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a turnos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.



#### **6.4) LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965.**

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento

#### **SEÇÃO I**

##### **Atribuições dos órgãos administrativos**

Art. 69. Os fundos contábeis de natureza financeira, em estabelecimentos oficiais de crédito, para aplicação de doações, dotações ou financiamentos, obtidos de entidades nacionais ou estrangeiras, não incluídos no orçamento, dependem de decreto do Presidente da República.

§ 1º Os fundos contábeis consistirão de contas gráficas abertas e serão exclusivamente para os objetivos designados pelo decreto do Poder Executivo, admitidas apenas as deduções necessárias ao custeio das operações.

§ 2º O decreto executivo de constituição de fundo deverá indicar:

I - origem dos recursos que o constituirão;

II - objetivo das aplicações explicitando a natureza das operações, o setor de aplicação e demais condições;

III - mecanismo geral das operações;

IV - a gestão do fundo, podendo atribuí-la ao próprio estabelecimento de crédito no qual será aberta a conta, ou a um administrador ou órgão colegiado;

V - a representação ativa e passiva, do órgão gestor do fundo.

## **6.5) LEI Nº 11.247, DE 1 DE OUTUBRO DE 1992**

Cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FUMCAD, e dá outras providências.

Luiza Erundina de Sousa, prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 1992, decretou e eu promulgou a seguinte lei :

Art. 1º - Fica criado, na Secretaria Municipal de Bem - Estar- Social, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, de natureza contábil, com a finalidade de proporcionar os meios financeiros complementares às ações necessárias ao desenvolvimento das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente, bem como ao exercício das competências do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definirá o percentual de utilização dos recursos captados pelo FUMCAD, alocando – os nas respectivas áreas , de acordo com as prioridades definidas no planejamento anual.

Art.3º Constituirão receitas do FUMCAD:

- I. Dotação consignada no Orçamento Municipal necessária aos funcionamentos dos Conselhos Tutelares;
- II. Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III. Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham ser destinados;
- IV. Valores repassados pela União e pelo Estado ao Município, provenientes de multas decorrentes de condenações ou ações civis ou de imposições de penalidades administrativas aplicadas no Município de São Paulo previstos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- V. Contribuição dos governos e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais;
- VI. Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicação de capitais;
- VII. Outros recursos que lhes forem destinados

§ 1º A gestão financeira dos recursos do FUMCAD, será feita pela Secretaria de Finanças

§ 2º A Secretaria de Finanças aplicará os recursos do FUMCAD, eventualmente disponíveis, revertendo ao mesmo seus rendimentos

Art.4º - O FUMCAD terá um Conselho de Orientação Técnica, que assessorará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação e aprovação de propostas para captação e utilização dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho de Orientação Técnica terá composição paritária , sendo constituído por, no máximo 8 (oito) membros.

§ 2º As funções de membros do conselhos de orientação do FUNCAD não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas de interesse público relevantes.

Art.5º- Para atender as despesas com a execução desta lei, fica o Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, crédito adicional especial, no valor de até 20.000 vinte mil) unidades de valor fiscal do Município de São Paulo – UFM, destinado à dotação Atividades do FUNCAD, ora criado, excluindo-se referido valor da margem orçamentária aprovada pela Lei nº 11.151, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 6º- O disposto na presente lei será regulamentado por decreto do Executivo.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias , suplementadas se necessário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 1 de outubro de 1992, 439º da fundação de São Paulo

Luiza Erundina de Sousa, Prefeita

Dalmo de Abreu Dallari, Secretário dos Negócios Jurídicos

Amir Antônio Kahir, Secretário das Finanças

Rosalina de Santa Cruz Leite, Secretária Municipal do Bem-estar Social

Paul Israel Singer, Secretário Municipal do Planejamento

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Secretário de Governo Municipal

## **6.6) DECRETO Nº 32.783 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1992**

Regulamenta a lei nº 11.247, de 1º de outubro de 1992, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto na lei nº 10.830, de 4 de janeiro de 1990,

DECRETA:

Art 1º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, criado na Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – SEBES, pela lei nº 11.247, de 1º de outubro de 1992, de natureza contábil, tem a finalidade de proporcionar os meios financeiros, complementares, as ações necessárias ao desenvolvimento das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente, bem como ao exercício das competências do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Art 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança, ouvido o Conselho de Orientação Técnica, de que trata o artigo o 4º deste decreto, definirá o percentual de utilização dos recursos captados pelo FUMCAD.

§ único – Os recursos provenientes de convênios celebrados obedecerão sua destinação específica.

Art 3º - Constituirão receitas do FUMCAD:

I – Dotação consignada no orçamento municipal, necessária ao funcionamento dos Conselhos Tutelares;

II – Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV – Valores repassados pela União e pelo Estado ao Município, proveniente de multas decorrentes de condenações ou ações civis ou de imposições de penalidades administrativas aplicadas no Município de São Paulo, previstas na lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990;

V – Contribuições dos governos e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais;

VI – Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII – Outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º - A gestão financeira dos recursos do FUMCAD será feita pela Secretaria das Finanças.

§ 2º - A Secretaria das Finanças aplicará os recursos do FUMCAD, eventualmente disponíveis, revertendo ao mesmo seus rendimentos.

Art 4º - O FUMCAD terá um Conselho de Orientação Técnica, que assessorará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação e na aprovação de propostas para captação e utilização dos recursos do Fundo, na forma prevista no artigo 8º, V, da Lei nº 11.123, de 23 de novembro de 1991, e no artigo 2º deste decreto.

§1º - O Conselho de Orientação será composto de 6 (seis) membros, sendo:

- a) 3 (três) indicados pelo FÓRUM MUNICIPAL de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) 1 (um) representante da Secretaria das Finanças;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- d) 1 (um) representante da Secretaria do Bem-Estar Social.

§ 2º - Os membros do Conselho de Orientação serão nomeados por Portaria do Prefeito.

§ 3º - As funções dos membros do Conselho de Orientação do FUMCAD não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas de interesse público relevante.

§ 4º - O Conselho de Orientação Técnica tem as seguintes atribuições:

- a) elaborar e submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente planos anuais de captação e de utilização dos recursos do FUMCAD;
- b) avaliar e dar parecer sobre programas e projetos de aplicações de recursos;
- c) analisar e dar parecer sobre as prestações de contas, balancetes e demais demonstrativos econômico-financeiros referentes à movimentação dos recursos do FUMCAD;
- d) assessorar o conselho na sua tarefa de participar da elaboração da proposta orçamentária do Município, destinada à execução das políticas voltadas à criança e ao adolescente.

Art 5º - O Conselho de Orientação se reunirá por convocação do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a supervisão do Conselheiro Coordenador da Comissão de Finanças e Orçamento.

Art 5º - Todas as despesas que onerem recursos do FUMCAD deverão ser previamente autorizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art 6º - O FUMCAD será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas no Decreto nº 29.213, de 29 de outubro de 1990.

Art 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de dezembro de 1992, 439º da fundação de São Paulo

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

DALMO DE ABREU DALLARI, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

ROSALINA DE SANTA CRUZ LEITE, Secretária Municipal do Bem-Estar Social

PAUL ISRAEL SINGER, Secretário Municipal do Planejamento

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 14 de dezembro de 1992

PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI, Secretário do Governo Municipal

## 6.7) GUIA PRÁTICO PARA OS MUNICÍPIOS<sup>3</sup>

### Conceito:

Fundos são “o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam a realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação” (Lei Federal 4.320/64, artigo 71).

Fundos são formados por recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo Conselho ou Comitê Gestor, sujeito obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Fundos não têm personalidade jurídica, tampouco são órgãos ou entidades. Subordinam-se, embora autônomos na deliberação do destino dos recursos, a órgão da administração pública (por exemplo: Prefeitura Municipal, Governo do Estado, Governo Federal).

Fundos caracterizam-se:

- Criação através de lei e regulamentação através de decreto
- Objetivos especificados em lei
- Receitas especificadas em lei
- Normas de aplicação de recursos
- Vinculação obrigatória a um órgão da administração (art. 167- inciso IX- CF)

### Fundamento Legal:

Fundos são disciplinados pelas leis federais 4.320/64 e 4.728/65. Devem ser criados por lei, que estabelece os objetivos, as fontes, destinação, formas de gestão e formas de aplicação dos recursos. O detalhamento da lei deve ser realizado através do decreto.

- Disciplinado na Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Federal nº 4.728/65
- Criação através de Lei
- Regulamentado através de Decreto

### Fontes de Recursos:

As fontes de receitas de um Fundo devem ser estabelecidos em lei. Dentre as possíveis fontes de receitas para um Fundo Municipal, destacam-se:

- Dotações orçamentárias do Governo Municipal
- Doações e legados
- Multas e penalidades administrativas
- Convênios e similares
- Transferências de recursos do Governo do Estado e do Governo Federal
- Doações de governos e organismos Internacionais
- Resultado de aplicação financeiras

---

<sup>3</sup> Na elaboração desta seção, foram utilizadas como subsídios as informações apresentadas na publicação da CBIA, *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*.

## **Destinação de Recursos:**

A destinação dos recursos de um Fundo devem ser estabelecidas em lei. A aplicação dos recursos deve ser realizada de acordo com um plano de ação e um plano de aplicação elaborado pelo Conselho ou Comitê Gestor.

No caso de um Fundo Municipal de Segurança Pública, os recursos destinam-se prioritariamente a programas e ações voltadas para redução da criminalidade e da violência e à melhoria da segurança dos cidadãos. Em particular:

- Formulação, implementação e avaliação de políticas municipais de segurança pública
- Organização, preparação e emprego das guardas municipais
- Programas e ações sociais e urbanas voltados à prevenção do crime e da violência

## **Administração e Controle**

O Fundo Municipal de Segurança Pública, por ser uma unidade da administração direta, é administrado pelo Gabinete do Prefeito, diretamente ou através da Secretaria ou órgão responsável por assuntos de segurança pública.

A administração do Fundo, realizada pelo Executivo Municipal, é controlada por um Conselho ou Comitê Gestor composto, preferencialmente de forma paritária, por representantes do governo municipal e da sociedade civil.

No que se refere ao controle externo, este controle é feito através da prestação de contas da Administração Municipal à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas. Pode ser feito também através de auditores independentes.

### **Cabe ao Conselho ou Comitê Gestor do Fundo Municipal**

- Elaborar Plano de Ação, definindo os objetivos, metas e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo
- Elaborar Plano de Aplicação, definido a forma de aplicação dos recursos do Fundo de acordo com os objetivos, metas e prioridades estabelecidos no Plano de Ação
- Acompanhar e avaliar a execução do Plano de Ação e do Plano de Aplicação pelo Executivo Municipal
- Avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço mensal do Fundo Municipal

### **Cabe ao Executivo Municipal**

- Administrar o Fundo de acordo com o Plano de Ação e o Plano de Aplicação de Recursos elaborados pelo Conselho ou Comitê Gestor
- Prestar contas da execução do Plano de Ação e do Plano de Aplicação de Recursos ao Conselho ou Comitê Gestor

## **Para criar e manter o Fundo:**

### **1º - Criação**

O Poder Executivo, com a participação de representantes da comunidade, elabora Projeto de Lei e o encaminha ao Poder Legislativo. Após a aprovação pelo Poder Legislativo, a lei é sancionada pelo Prefeito. A mesma lei cria o Fundo e seu Conselho ou Comitê Gestor.

## 2º - Regulamentação

Sancionada a lei que cria o Fundo, o Prefeito providenciará a regulamentação, por decreto, detalhando seu funcionamento.

## 3º - Indicação do Administrador

O Prefeito designa, através de Portaria, o Administrador Fundo.

## 4º - Abertura de Conta Especial

O Administrador abre, em um banco oficial, a conta do Fundo.

## 5º - Elaboração do Plano de Ação

O Conselho Gestor elabora o Plano de Ação.

O Chefe do Executivo inclui o Plano de Ação no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Poder Legislativo aprova. O Prefeito sanciona.

## 6º - Elaboração do Plano de Aplicação

O Conselho Gestor elabora o Plano de Aplicação, tendo como base o Plano de Ação e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## 7º - Aprovação do Orçamento

O Prefeito integra o Plano de Aplicação à Proposta Orçamentária e a envia ao Legislativo.

## 8º - Recebimento de Receitas

O Administrador recebe e registra as receitas do Fundo.

## 9º - Execução das Despesas

O Administrador, segundo o Plano de Aplicação, efetua as despesas previstas.

## 10º - Prestação de Contas

O Administrador, através do Balancete, presta contas mensalmente ao Chefe do Executivo Municipal e ao Conselho Gestor e, anualmente, junto com a prestação de contas do Executivo Municipal, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.



## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### BANCO DE PROJETOS

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública criou um Banco de Projetos e fez um levantamento inicial de projetos de prevenção à violência junto às prefeituras, organizações governamentais e não governamentais. Neste levantamento inicial, o Fórum recebeu aproximadamente 30 projetos de prevenção à violência. Seguem neste anexo 28 quadros com informações básicas sobre 28 projetos e 19 textos com breve descrição dos projetos e informações para contato com os responsáveis pela sua formulação e implementação. Esta é uma amostra que ilustra a variedade de projetos de prevenção à violência na Região Metropolitana.

O Banco de Projetos será disponibilizado no web-site do Fórum [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br), como forma de promover o intercâmbio de experiências entre os municípios e incentivar a formulação e implementação de projetos de prevenção à violência na Região Metropolitana. O Fórum continua a receber e procurar projetos para inclusão no Banco.

Além do Banco de Projetos, o Fórum pretende construir indicadores de risco de violência, que permitirão o acompanhamento e avaliação dos projetos de prevenção à violência, assim como a identificação de áreas de alto risco de violência nas quais poderão ser implementados projetos de prevenção.

## ADOLESCENTE APRENDIZ

- **Instituição responsável:** Prefeitura Municipal de Diadema
- **Contatos:** 4057-7709 / 4057-7861 / 0800-191904
- **Coordenação:** Silvia Gasparini  
Departamento de Ação Social e Cidadania  
Praça dos Cristais, 28 – Centro – Diadema
- **Local de Implementação:** Inicialmente, a implantação do projeto foi na Favela naval, Diadema, SP, sendo estendido para o Morro do Samba e Beira Rio, Diadema, SP
- **Período de Implementação:** Início de 2001, sem previsão de término

O objetivo do projeto é possibilitar aos adolescentes entre 14 e 15 anos a educação para o mundo do trabalho com o pagamento de uma bolsa aprendizagem, permanência na escola e apoio sócio-familiar.

O projeto é desenvolvido em bairros periféricos com alto índice de violência urbana onde residem famílias de baixa renda. O projeto teve início na Favela Naval, expandindo-se para os Núcleos Habitacionais Morro do Samba e Beira Rio, todos no município de Diadema.

O projeto visa estimular as empresas de Diadema a promover e possibilitar que adolescentes vítimas da violência social, recuperem seu direito à vida digna, através de um trabalho sócio-educativo em conjunto com a Prefeitura e demais setores da comunidade. Assim, há parceria com o setor empresarial, responsável pelo pagamento de uma bolsa no valor de R\$ 130,00 para os adolescentes, bem como isenção dos encargos sociais para o empresário.

Para que o adolescente seja cadastrado é requisito que esteja regularmente matriculado e freqüentando a escola, que a renda familiar não ultrapasse três salários-mínimos, que vivencie situações de risco, que contribua para o sustento familiar e que resida no local de abrangência do projeto.

**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA- GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

<b>Programa/ Projeto: Adolescente Aprendiz</b>					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão : Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
- Possibilitar aos adolescentes entre 14 e 15 anos a Educação para o mundo do trabalho, bolsa aprendizagem, permanência na escola e apoio sócio-familiar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria com o Setor empresarial, responsável pelo pagamento da Bolsa;</li> <li>- Preparação do adolescente para o trabalho e elevação da escolaridade;</li> <li>- Isenção de encargos sociais para o empresário;</li> <li>- Melhoria da renda familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Departamento de Ação Social e Cidadania do município de Diadema</li> <li>- Secretaria de Educação</li> <li>- Setor empresarial:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Metaltork</li> <li>Prensas Schuler</li> <li>Autometal</li> <li>Faparmas</li> <li>Aeromack</li> <li>SMS</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bairros periféricos com alto índice de violência</li> <li>- Famílias de baixa renda</li> <li>Violência urbana</li> </ul>	- Bolsa aprendizagem no valor de R\$ 130,00	- Projeto recém implantado*
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal de Diadema					
Local de Implementação: Centro de Diadema					
Início de Implementação: Abril de 2001					

## AÇÃO CULTURA CONTRA A VIOLÊNCIA

- **Instituição responsável:** Instituto Sou da Paz
- **Contatos:** 3812-1333/3812-3628/[soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)/ [www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)
- **Endereço da Instituição:** Rua Mario de Alencar, 103 – Vila Madalena  
São Paulo – SP - CEP 05436-090
- **Coordenação:** Ana Carolina Evangelista - [anacarolina@soudapaz.org](mailto:anacarolina@soudapaz.org)
- **Local de Implementação:** Periferia da cidade de São Paulo
- **Período de Implementação:** Julho a Setembro de 2000

O Projeto Ação Cultura Contra a Violência surgiu de uma parceria entre o Instituto Sou da Paz e a Associação Brasil 500 Anos com o objetivo de fazer com que os moradores das regiões periféricas da cidade pudessem ter acesso a espaços de cultura e lazer, bem com chamar a atenção para a demanda existente nessas regiões por espaços como estes.

O Projeto objetivou também propiciar que o maior número de pessoas participasse da atividade proposta, mas sempre considerando questões fundamentais como qualidade e aproveitamento da visita.

Acreditou – se que através das visitas estaria sendo fornecido aos participantes do projeto material para o desenvolvimento de discussões como cultura brasileira, arte e cidadania.

Através do contato com as diferentes instituições que participaram do projeto, pretendeu – se realizar um mapeamento da existência de trabalhos realizados na área de prevenção e controle da violência, assim como estabelecer novas relações e estreitar as já existentes para um possível desenvolvimento de projetos em parceria.

Os grupos de visitantes foram organizados por associações comunitárias, escolas públicas, centros de juventude e outras organizações de âmbito local que atuam na periferia e na grande São Paulo. Estas entidades foram previamente selecionadas e contatadas pelo Instituto Sou da Paz, prioritariamente dentre aquelas que realizavam trabalhos com jovens e se encontravam em regiões desprovidas de centros culturais ou áreas de lazer.

As visitas aconteceram de terça a domingo distribuídas em cinco horários diferentes. Cada grupo, composto por vinte pessoas e acompanhado por um monitor, visitou as instalações da Mostra do Redescobrimento na Bienal do Parque do Ibirapuera - SP por 1h30.

A seleção e coordenação dos monitores foi realizada pela Associação Brasil 500 anos, responsável também pelo transporte, alimentação dos visitantes e demais gastos com o projeto.

Aproximadamente 46 mil pessoas visitaram a Mostra do Redescobrimento.

**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

<b>Programa/Projeto: Ação Cultura Contra a Violência</b>					
<b>Objetivos e Metas</b>	<b>Ações Estratégicas</b>	<b>Gestão: Principal e Parceiros</b>	<b>Indicadores de Risco</b>	<b>Recursos</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o acesso de moradores da periferia a espaços culturais</li> <li>- Fornecer material de discussão sobre temas como cultura brasileira, arte e cidadania</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seleção e coordenação de monitores</li> <li>- Organização de grupos de visitantes por associações comunitárias, escolas públicas e organizações locais</li> <li>- Visitas à Mostra do Redescobri-mento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituto Sou da Paz</li> <li>- Associação Brasil 500 Anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Difícil acesso de moradores das regiões periféricas da cidade a espaços de cultura e lazer</li> <li>- Demanda existente na região periférica por espaços culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- R\$ 300 mil</li> <li>Fonte recursos: Associação Brasil 500 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aproximada-mente 46 mil pessoas visitaram a Mostra</li> </ul>
Instituição Responsável: Instituto Sou da Paz					
Local de Implementação: Periferia da cidade de São Paulo					
Início de Implementação: Julho a Novembro de 2000					

## ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA BENEFICENTE FUTEBOL BOYS

- **Instituição responsável:** Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys
- **Contatos:** 3179-3693 / [futebolboys@hotmail.com](mailto:futebolboys@hotmail.com) / [nsdesigns.com.br/boys](http://nsdesigns.com.br/boys)
- **Endereço da Instituição:** Rua Lages, 18 – Jardim Vista Alegre  
Embu – SP
- **Coordenação:** João Carlos Tavares
- **Local de Implementação:** Jardim vista Alegre -Embu- SP
- **Período de Implementação:** Novembro de 1993 até hoje.

O projeto foi criado no Bairro Vista Alegre, no Embu, inicialmente para promover a prática de futebol para meninos, como forma de lhes proporcionar uma atividade sadia. Dessa forma, recebendo um mínimo de orientação, essas crianças deixavam de ficar à mercê de más companhias, principalmente traficantes e bandidos.

O objetivo geral é reduzir a violência de forma indireta, ou seja, impedir que crianças carentes sejam levadas ao caminho da delinquência e das drogas por falta de opções. Para isso, a entidade iniciou em 1993 uma escolinha de futebol, abrindo espaço para que os meninos pobres do bairro Jardim Vista Alegre pudessem participar de uma atividade que gostam, jogar bola, recebendo paralelamente lições de cidadania, responsabilidade social e companheirismo.

Atualmente a entidade realiza treinos regulares, com jogos aos sábados e domingos. Participa também de campeonatos locais (organizados pela prefeitura do Embu) e regionais (organizados pela Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo), assim como de torneios realizados por entidades particulares. Existem cinco categorias diferentes que variam de acordo com a idade dos participantes.

Como as práticas esportivas são, pelo menos por enquanto, direcionadas apenas para os meninos, foi criado em 2000 cursos de teatro e informática destinados a ampliar as oportunidades principalmente para as meninas. A criação dos cursos de informática e teatro foi possível através de doações de equipamentos e do espaço cedido pela escola.

A Associação, com o objetivo de integrar a comunidade local, promoveu o chamado “Festão da Criança”, um evento que reuniu mais de 3000 pessoas onde foram realizadas brincadeiras para as crianças, distribuição de lanches e festival de futebol. Tudo o que foi distribuído neste evento veio de doações por parte da comunidade.

O Projeto não conta com parcerias formais mas com doações de empresas, membros do SESC ( Serviço Social do Comércio ), membros da comunidade e voluntários ( professores de futebol, teatro e informática).

A Associação exige que os participantes estejam matriculados na escola regular, o que implica em um comprometimento por parte da entidade e dos alunos com o desenvolvimento educacional e social destes participantes.

Atualmente a entidade conta com 150 inscritos nos treinos de futebol, 54 no curso de informática e 50 no curso de teatro.

**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

<b>Programa/Projeto: Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys</b>					
<b>Objetivos e Metas</b>	<b>Ações Estratégicas</b>	<b>Gestão: Principal e Parceiros</b>	<b>Indicadores de Risco</b>	<b>Recursos</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>
<p>- Promover a integração familiar e comunitária e a capacitação profissional de crianças de adolescentes</p> <p>- Reduzir envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e delinquência</p> <p>- Reduzir a violência contra crianças e adolescentes</p>	<p>- Treinos de futebol</p> <p>- Jogos aos sábados e domingos e participação em campeonatos</p> <p>- Cursos de informática e teatro</p> <p>- Realização do Festão da Criança (festival anual de futebol e brincadeiras)</p>	<p>Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys</p> <p>Não há parceiros formais.</p> <p>Conta com doações de empresas, colaboração de funcionários do Sesc e de sócios-contribuintes.</p>	<p>Adolescentes do Embu em medida sócio educativa (2000):</p> <p>Total: 168 Meio Aberto: 122 Privação de Liberdade: 46</p> <p>12ª cidade em nº de medidas sócio-educativas</p> <p>11ª cidade em nº de medidas privação de liberdade</p>	<p>- 4 professores de futebol voluntários</p> <p>- 5 professores de informática voluntários,</p> <p>- 1 professora de teatro voluntária</p> <p>- Material esportivo (bolas, redes e uniformes)</p> <p>- 3 computadores, uma impressora (doados)</p> <p>- Aulas de teatro na escola local</p>	<p>150 participantes em treinos e jogos de futebol</p> <p>54 alunos em cursos de informática</p> <p>50 alunos em curso de teatro</p>
Instituição Responsável: Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys					
Local de Implementação: Jardim Vista Alegre – Embu - SP					
Início de Implementação: 11 / 11 / 1993					

## **BARRACÕES CULTURAIS DA CIDADANIA**

**Instituição responsável:** Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

**Contatos:** Tel/fax: 5831-2612 / 4667-1422 r.329 / barracoes@ig.com.br

**Endereço da instituição:** R. Adolfo Pinheiro, 96, Centro, Itapeçerica da Serra-SP – CEP 06850-770

**Coordenação:** Sebastião José Soares/Diretor de Cultura/tel. 4667-1422 r. 329 e 233 (fax) – email: barracoes@ig.com.br

**Local de implementação:** Diversos bairros em Itapeçerica da Serra

**Período de implementação:** Desde maio de 1997

Devido à grande quantidade de bairros carentes e à grande desagregação social causada pela violência, a evasão escolar, o uso de drogas e outros fatores, a Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra desenvolveu o projeto Barracões da Cidadania.

O objetivo do projeto é promover a integração social através de programas educativos e culturais, visando a melhoria da qualidade e vida e o fortalecimento da auto-estima das pessoas de comunidades mais carentes.

Numa parceria entre o Departamento de Cultura Municipal, a Secretaria de Estado da Cultura, a Natura Cosméticos S/A, o Instituto Pólis e o Fórum Intermunicipal de Cultura, são desenvolvidos pontos de encontro onde grupos de amigos e vizinhos trocam seus saberes valorizando e ampliando sua cultura. São oferecidos cursos nas diversas linguagens artísticas (teatro, percussão, canto coral, cavaquinho, etc.) e são encaminhadas discussões sobre diversas políticas importantes para a comunidade, como o Orçamento Participativo e o Plano Diretor do Município.

Contando, hoje, com 2557 participantes, já se observa uma valorização do bairro como lugar de convívio, diminuição da evasão escolar, estímulo à não participação dos jovens em redes de tráfico e um maior equilíbrio das relações sociais de gênero no bairro e no interior das famílias.

Com o desenvolvimento do projeto, houve estímulo e reabertura de outros equipamentos, como a reinauguração do cinema central e o início da construção do Teatro Municipal de Itapeçerica da Serra, assim como foi criada a Comissão Municipal de Cultura, o Fundo Municipal de Cultura e a Lei de Incentivo à Cultura.



**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA : GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

<b>Programa/ Projeto: Barracões Culturais de Cidadania</b>					
<b>Objetivos e Metas</b>	<b>Ações Estratégicas</b>	<b>Gestão :Principal e Parceiros</b>	<b>Indicadores de Risco</b>	<b>Recursos</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>
- Promover a integração social através de programa educativos e culturais visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas de comunidades mais carentes.	- Criação de espaços públicos nos bairros mais carentes e com maior índice de violência; - Ocupação de espaços de entidades já existentes para o desenvolvimento das atividades; - Conscientização da comunidade; - Envolvimento da comunidade (Orçamento Participativo, capacitação de agentes culturais/monitores, interessados, etc.).	-Departamento de Cultura Secretaria de Estado da Cultura;  -Natura Cosméticos S/A; -Instituto Pólis; -Fórum Intermunicipal de Cultura.	-Bairros carentes;  -Maior índice de violência;  -Drogadição;  -Evasão escolar	-R\$ 232.000,00/ano  -40 educadores  -2 barracões (proposta de ampliação de mais 8 barracos.)	- Valorização do bairro  - Diminuição da evasão escolar  - Prevenção às drogas  - 2557 participantes/ano  - Formação de grupos culturais.
Instituição Responsável : Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra					
Local de implementação : Rua Adolfo Pinheiro nº 40- Centro -Itapecerica da Serra					
Início de implementação : Maio de 1997					

## **BASE COMUNITÁRIA SACADURA CABRAL**

- **Instituição responsável:** Prefeitura Municipal de Santo André / Polícia Militar
- **Contatos:** 4433 – 0262/ ejsardano@santoandre.sp.gov.br
- **Endereço da Instituição:** Secretaria de Combate à Violência Urbana  
Praça IV Centenário, s/n, 2º andar  
Centro, Santo André, SP - CEP 09015- 080
- **Coordenação:** Cap. Edson de Jesus Sardano  
4333-0262/0323/ejsardano@santoandre.sp.gov.br
- **Local de Implementação:** Av. Prestes Maia X Av. Lauro Gomes (Sacadura Cabral)
- **Período de Implementação:** Início em maio de 2001

As Bases Comunitárias de Segurança contribuem com trabalho de recuperação social e prevenção criminal, pois há o comprometimento dos Guardas Municipais e Policiais Militares com os munícipes e a interface no relacionamento será mais benéfica.

Conforme entendimento com o poder municipal, a Base Comunitária será mista, tendo a participação de Guardas Municipais e Policiais Militares. Desta forma, as ações conjuntas produzirão mais eficácia e maior amplitude.

O trabalho comunitário dos Guardas Municipais e Policiais Militares tem como público alvo as lideranças comunitárias, representantes de estabelecimentos de ensino, comércio e residentes na localidade.

A idéia é que o trabalho dos Guardas Municipais e Policiais Militares desperte na comunidade o espírito de colaboração e a consciência comunitária, possibilitando a resolução dos problemas de forma coletiva.

O projeto tem caráter permanente e contínuo, devendo sofrer reavaliações periódicas para correção de rumo e análise de resultados, objetivando a recuperação de ambientes degradados tendo a comunidade como parceira, procurando orientá-los a viver com dignidade, indicando caminhos para a solução dos seus problemas. O trabalho com crianças e jovens adolescentes na prevenção ao uso de drogas terá prioridade.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

<b>Programa/Projeto: Base Comunitária Sacadura Cabral</b>					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
- Integração social da comunidade local no combate à violência.	- Parceria entre Governo Estadual e Prefeitura Municipal de Santo André , com a mão-de-obra da Guarda Municipal , e Policia Militar .	- Prefeitura Municipal de Santo André  - Governo do Estado De São Paulo.	- Em 2000:  44,32 homicídios por 100 mil hab.  953,82 roubos por 100 mil hab.	- Compra de 04 VTRs, 04 Guardas Municipais , computadores , telefones , radio de comunicador fixo móvel e portátil .	- Grande aceitação porem sem números para fornecer pois a base foi inaugurada recentemente .
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal da Santo André – Secretaria de combate a Violência Urbana .					
Local de Implementação: Em 04 divisas consideradas problemáticas para cidade.					
Início de Implementação: 29 de Maio de 2001					

## CASA SOFIA

**Instituição responsável:** Sociedade dos Santos Mártires

**Contatos:** Tel/fax: 5831-2612

**Endereço da instituição:** Rua Luis Baldinato, 9 – Jd. Ângela - São Paulo – SP. CEP 04935-100

**Coordenação:** Susana – tel: 5831-3053

**Local de implementação:** Jd Ângela, bairros circunvizinhos e, na medida do possível, outras regiões.

**Período de implementação:** novembro de 1999

Segundo dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa, pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro, é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua, fora do âmbito familiar. Aquelas que deveriam ser as paredes protetoras do lar atuam como muros do medo. A vítima não vê saída, mesmo que tenha a chave da porta.

Baseado nesses dados, a Instituição Santos Mártires desenvolveu o projeto “Casa Sofia”, que tem como objetivo, oferecer atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, residentes na Região do Jardim Ângela e bairros vizinhos, da cidade de São Paulo.

Através de apoio psicossocial individualizado, terapias de grupo, orientações jurídicas, cursos, e encaminhamentos, o serviço proporcionará o desenvolvimento da auto-estima, cidadania e direitos para que essas mulheres consigam superar as situações de violência em que vivem e libertem-se do círculo de violência.

O Projeto oferecerá um atendimento diferenciado, por telefone, serviço de linha 0800, especialmente para as mulheres vítimas da violência doméstica que se isolam e não tem como desabafar, e nesse isolamento não vê a possibilidade de mudança de vida. O atendimento por telefone cria a possibilidade dessas mulheres serem ouvidas, apoiadas e saírem desse isolamento.

O Projeto, também, terá como meta, a capacitação profissional dessas mulheres, possibilitando-lhes sua auto-sustentação e conseqüentemente uma independência financeira para que assim possam se libertar do círculo da violência doméstica.

O trabalho de Educação Preventiva sobre a questão da violência doméstica e seus riscos deve ser uma constante na vida do Projeto, proporcionando uma nova consciência nos diversos grupos da entidade e a toda região.

Este Projeto é pioneiro no que diz respeito ao combate da violência doméstica contra a mulher, seja na sua forma de atendimento por telefone como um espaço para as que as mesmas sejam ouvidas, seja no acolhimento ou nas diversas formas de tratamento, prevenção, encaminhamento e discussão de tais questões.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Casa Sofia					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Oferecer atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, residentes na região do Jardim Ângela e bairros vizinhos da cidade de São Paulo.</p> <p>- Possibilitar a capacitação profissional destas mulheres</p> <p>- Diminuir a incidência de violência doméstica</p>	<p>- Atendimento na Casa Sofia e por telefone.</p> <p>- Apoio psico-social individualizado.</p> <p>- Terapias de grupo.</p> <p>- Orientação jurídica.</p> <p>- Oficinas</p> <p>- Cursos</p> <p>- Eventos</p> <p>- Debates</p>	<p>- Sociedade Santos Mártires</p> <p>- SAS</p> <p>- Fórum Defesa da Vida/ Conviver É Viver/ CDHEP-Capão Redondo</p> <p>- Centros de Referência Saúde da Mulher</p> <p>- UCAD/ FGV</p> <p>- Delegacia da Mulher Região Sul</p> <p>- Fórum Paulista/Pastoral Operária /Fundação Roncalli/ Casa Eliane de Grammont</p>	<p>-Registro de lesão corporal dolosa em delegacias da mulher (1998):</p> <p>-São Paulo: 7.998</p> <p>-1ª Seccional (Centro): 1.886</p> <p>-6ª Seccional (Sul): 1.233</p>	<p>-1 coordenadora/1 psicóloga/1 assistente social/1 advogada/1 secretária/18 voluntárias</p> <p>- 1 escritório, 3 salas de atendimento, 1 salão 1 cozinha, 1 sala atendimento telefônico, 1 telefone e fax, 1 computador</p> <p>-Verba recebida pelo convênio com a SAS e da própria entidade R\$ 15 mil/mês</p>	<p>-200 atendimentos por telefone por mês.</p> <p>-180 atendimentos na Casa Sofia por mês.</p>
Instituição Responsável: Sociedade Santos Mártires					
Local de Implementação: Jardim Ângela – São Paulo					
Início de Implementação: Novembro de 1999					

## **CENTRO DE ATENÇÃO ÀS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL**

- **Instituição responsável:** Fundação Criança de São Bernardo do Campo
- **Contatos:** 4330-1455, ramais 208, 209 e 233 ou 4123-9819 / Fax: 4125-2636 / fcsbc@zaz.com.br
- **Endereço da Instituição:** Rua Marechal Deodoro, 1058  
São Bernardo do Campo
- **Coordenação:** José Carlos Bimbatte Junior – jcbim@estarmedia.com
- **Local de Implementação:** Centro de São Bernardo do Campo
- **Período de Implementação:** Desde 1998 até hoje

A decisão de estruturar o centro foi definida pelo fato de São Bernardo do Campo, depois de São Paulo, ser o maior mandatário de internações nas unidades FEBEM/SP. A meta é atender 200 adolescentes/mês e 20 famílias/mês de adolescentes internos na FEBEM /SP, residentes em São Bernardo do Campo.

O objetivo do Projeto é atender adolescentes autores de ato infracional com medida de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Mais especificamente, o projeto objetiva buscar por meio de dinâmicas de grupo e atividades de integração o fortalecimento dos vínculos entre educador e educando e entre o educando e a rede de serviços, bem como criar e estreitar as parcerias para a construção e efetivação da rede de serviços.

Além disso, pretende também desenvolver atividades que possibilitem ao jovem que cumpre medida sócio-educativa de liberdade assistida e prestação de serviço a realização de dinâmicas e tarefas sócio-pedagógicas que levem à reflexão de sua própria vida e assim, à um novo projeto de vida.

A Metodologia implementada corresponde à municipalização do atendimento às medidas sócio-educativa em meio aberto, levantamento da demanda potencial e reprimida ( casos de internação mas passíveis de se tornarem em liberdade assistida ou prestação de serviço a comunidade), estruturação de um serviço de acompanhamento ao cumprimento das determinações judiciais e estabelecimento de parcerias públicas e privadas para inclusão social do jovem ( nas áreas de educação formal e profissional, esporte, cultura , lazer, trabalho, assistência, saúde etc).

Como resultado deste projeto, tem-se a reversão do número de internações na FEBEM/SP, em 1998 tinha – se uma média de 140 internos enquanto em 1999/2000 a média passou para 60 internos, sendo que a Fundação Criança atendeu neste último período 422 adolescentes em liberdade assistida e em prestação de serviço à comunidade. Um baixo índice de reincidência no cumprimento da medida ( 8 % em 2000 para os adolescentes em liberdade assistida ) , um baixo índice também de reincidência após o cumprimento da medida ( 4% em 2000) e um alto índice de cumprimento da medida judicial determinada ( 88%).

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA

<b>Programa/ Projeto: Centro de Atenção às Medidas Sócio Educativas ao Adolescente Autor de Ato Infracional</b>					
<b>Objetivos e Metas</b>	<b>Ações Estratégicas</b>	<b>Gestão: Principal Parceiros</b>	<b>Indicadores de Risco</b>	<b>Recursos</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>
<p>- Atender adolescentes autores de ato infracional em medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade.</p> <p>- Meta: 200 adolescentes/ mês</p> <p>20 famílias de adolescentes internos na FEBEM.</p>	<p>- Municipalização do atendimento das Medidas Sócio Educativas em meio aberto;</p> <p>- Inclusão Social dos jovens; Investimento na educação e não na repressão;</p> <p>- Condições de um novo projeto de vida;</p> <p>- Relação integrada ao Sistema Judiciário.</p>	<p>- Fundação Criança de São Bernardo</p> <p>- FEBEM;</p> <p>- Rede Municipal de - Serviços;</p> <p>- SENAC;</p> <p>- Universidades Escolas Privadas;</p> <p>- Serviços da Comunidade e outros.</p>	<p>- Alto índice de atos infracionais/interações;</p> <p>- Violência urbana.</p>	<p>Ano 2000: -R\$356.884,80</p> <p>- Recursos Humanos: 8 técnicos, 1 nível médio, 2 administrativos.</p>	<p>- Redução da média de internação mês 1998: 137</p> <p>1999/2000: 60;</p> <p>- Baixo índice de reincidência no ano 2000</p> <p>7%: Liberdade Assistida</p> <p>0%: prestação de Serviços na Comunidade</p> <p>4%: após cumprimento da medida.</p>
Instituição Responsável: Fundação Criança de São Bernardo do Campo - PMSBC					
Local de implementação Rua Marechal Deodoro nº 1058- Centro - SBC					
Início de implementação: 1998					

## CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA - CRAVI

- **Instituição Responsável:** Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania
- **Contatos:** Tels: 3666-7334/ 3666-7778
- **Endereço da Instituição:** Rua Barra Funda, 1032 Barra Funda – São Paulo – SP - CEP 01152-000
- **Coordenação:** Flávia Schilling
- **Local de Implementação:** São Paulo
- **Período de Implementação:** Desde julho de 1998

Devido à grande quantidade de homicídios na Região Metropolitana (9.027 em 1999 e 8.814 em 2000) e à carência de assistência jurídica por que passam os familiares de vítimas de homicídio, latrocínio e outros casos graves de violência, a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania criou o “Cravi”.

O conceito de vítima indireta, ou de vitimização difusa ocasionada pelo ato violento lesando uma família ou uma comunidade, é um conceito novo. Este é um grande desafio a ser ultrapassado pelo CRAVI e seus parceiros, pois não é óbvio que a família também é vítima quando acontece um ato fatal.

As famílias de vítimas de violência, em primeiro lugar, se desconhecem enquanto vítimas e portadoras de direitos de cidadania. É comum a tendência a “esquecer”, “deixar de lado”, “apagar da memória”, como uma defesa imediata, devido à dor, medo ou descrença nas instituições públicas de repressão e distribuição de justiça. O “esquecimento”, com o tempo, se revela impossível e tendem a surgir distúrbios na família, nas crianças. O que não foi dito e trabalhado internamente na família ressurgem como revolta, sensação de impunidade e injustiça, raiva, doenças, desânimo e depressão.

É fundamental, desta forma, cumprir o mandato constitucional e prestar assistência integrada a estas famílias, para que possam exercer seus direitos.

Para tanto, o Cravi presta atendimento psicológico, jurídico e social a familiares de vítimas de casos graves de violência, visando auxiliar na reconstrução da vida daquelas famílias e na construção de uma noção de cidadania e direitos que possa ser multiplicada por cada família em sua comunidade.



## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Centro de Referência e Apoio à Vítima - CRAVI					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Atender as demandas por justiça e direitos humanos de familiares de vítimas de homicídio, latrocínio e outros casos graves de violência</p> <p>- Prestar atendimento psicológico, jurídico e social a estes familiares</p>	<p>- Atendimento educativo-terapêutico a crianças e jovens vítimas de violência urbana</p> <p>- Pesquisa sobre políticas públicas</p> <p>- Pesquisa do perfil dos demandantes</p> <p>- Análise qualitativa, multidisciplinar de casos de homicídio e violência</p> <p>- Formação da Rede Temática Violência, Justiça e Cidadania</p>	<p>-Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania</p> <p>-SADS</p> <p>-Procuradoria Geral do Estado</p> <p>-Min. da Justiça/ SEDH</p> <p>-PUC/SP</p> <p>-SENAC</p> <p>-Instituto Sou da Paz</p> <p>-FSS</p> <p>-FMU,</p> <p>-NEV-USP</p> <p>-Núcleo de Estudos do Preconceito/USP, -</p> <p>-Núcleo de Psicanálise e Sociedade / PUC</p>	<p>-Homicídios na Região Metropolitana: 1999: 9.027 2000: 8.814</p> <p>-Deficiência na identificação do conceito de vítima indireta, ou de vitimização difusa ocasionada pelo ato violento lesando uma família ou uma comunidade</p>	<p>-Espaço físico do Núcleo de Acolhimento do CRAVI no Fórum Criminal da Barra Funda</p> <p>-Apoio da FAPESP (financiamento de pesquisas)</p>	<p>-1.552 pessoas atendidas desde sua fundação até Dezembro / 2000</p>
Instituição Responsável: Secretária de Justiça e Defesa da Cidadania					
Local de Implementação: São Paulo					
Início de Implementação: Julho de 1998					

## CENTRO DE REFLEXÃO DE TRÂNSITO

- **Instituição responsável:** Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
- **Contatos:** 4368-7000 /Fax 4368-4333/ pmsbc\_gsu@yahoo.com.br
- **Endereço da Instituição:** Av. Caminho do Mar, 2795 –Rudge Ramos  
Cep 09612-000- São Bernardo do Campo-SP
- **Coordenação:** Gilberto Frigo
- **Local de Implementação:** Parque São Diogo- São Bernardo do Campo
- **Período de Implementação:** Dezembro de 2000 até hoje

O Centro de Reflexão de Trânsito tem como objetivo principal desenvolver atividades e integrar estratégias de combate à violência no trânsito. Mais especificamente, transformar culturalmente as comunidades a fim de tornar permanente os princípios da não agressão no trânsito. Com isso, esperava-se gerar sensível diminuição da violência, elevando a qualidade de vida e ampliando a consciência sobre o conceito de cidadania.

A estratégia utilizada para se chegar a este objetivo é a mobilização, em primeiro lugar, de todas as escolas da região, levando-as a manter contato permanente com o Centro de Reflexão de Trânsito e a incluir em seus currículos atividades ligadas à educação no trânsito.

Instalado em uma área de 6.324 metros quadrados, o Centro tem capacidade para atender 440 crianças por dia. Neste espaço são desenvolvidas diversas atividades coordenadas pela equipe de profissionais do Programa Novo Trânsito. Durante a semana, as sessões são destinadas a alunos da rede pública e particular de ensino. Aos Sábados, o espaço é aberto ao público.

O Centro hoje oferece diversas atividades relacionadas ao tema da violência no trânsito, como peças teatrais para crianças e adolescentes, cursos de formação de monitores, palestras, atividades pedagógicas, oficinas de música e de redação, workshops para professores multiplicadores, cursos de direção defensiva e programa de conscientização profissional. Além disso, o Centro também conta com um espaço vivencial de trânsito, um museu chamado de Museu do absurdo onde são dramatizadas situações absurdas vividas no trânsito e uma central de monitoramento de trânsito com monitores de vídeo ligados à câmeras instaladas nos principais cruzamentos da cidade.

O Centro atualmente é visitado por centenas de estudantes diariamente e o número de escolas que já incluíram em seus currículos o tema do trânsito corresponde hoje a 73 (entre as 290 existentes no município).

O principal resultado até então obtido pelo projeto é a redução na quantidade de acidentes no trânsito (43%): em 1996 registrava-se 5 mortes no trânsito por 100 mil habitantes, em 1999 este número caiu para 3 e em 2000 para 2,8.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/ Projeto: Centro de Reflexão do Trânsito					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão : Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Combater à violência do trânsito através do processo educativo</p> <p>- Meta: 440 crianças</p>	<p>- Educação para o trânsito nas escolas (anterior a implantação) situação de violência;</p> <p>- Espaço Vivencial de trânsito;</p> <p>- Realização de cursos, palestras, peças teatrais e atividades lúdicas;</p> <p>- Formação de monitores e professores multiplicadores;</p> <p>- Central de monitoramento de trânsito com monitores e câmeras nos principais cruzamentos da cidade;</p> <p>- Curso de Direção Defensiva;</p> <p>- Museu do absurdo;</p> <p>- Projetos “Plantão dos Anjos -O Amigo da Vez” - material educativo.</p>	<p>-Secretaria Municipal de Serviços Urbanos</p> <p>- FATRAN</p> <p>- Empresa Teatros, Promoções/ Eventos Representações Ltda.</p>	<p>- Altos índices de acidentes de trânsito e vítimas fatais;</p> <p>- Violência do trânsito</p>	<p>R\$ 2.000.000</p>	<p>-Redução do índice de acidentes fatais (ano de 1996: 5 mortes p/ 100 mil</p> <p>Ano de 2000: 2,8 mortes por 100 mil)</p> <p>-440 crianças/ adolescentes dia multiplicadoras da educação para o trânsito;</p> <p>-Aumento de escolas de São Bernardo que possuem em seus currículos a Educação para o Trânsito : 73 entre 290</p>
Instituição Responsável: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo					
Local de Implementação: Parque São Diogo					
Início de Implementação: Dezembro de 2000					

## CENTRO SEGURO

- **Instituição Responsável:** : Secretaria de Segurança Pública
- **Contatos:**
- **Endereço da Instituição:**
- **Coordenação:** Cel PM Paulo Cezar Neves e o Dr Marco Antonio Ribeiro de Campos  
Delegado Seccional Centro
- **Local de Implementação:** Centro velho da Capital de São Paulo
- **Período de Implementação:** 01 (um) ano

Devido ao alto grau de criminalidade existente no Centro da Capital Paulista, a Secretaria de Segurança Pública desenvolveu o Macro Projeto de Segurança para o Centro de São Paulo ou Projeto “**Centro-Seguro**”, que deve ser implantado em curto prazo.

O projeto tem como meta desenvolver ações para estabelecer um sistema competente de prevenção ao crime, através do aumento e melhoramento do policiamento ostensivo da Polícia Militar e da atuação dos setores especializados da Polícia Civil

Para isso, prevê a instalação de postos policiais em pontos estratégicos, justificados pela real incidência comprovada de delitos, a implantação do policiamento com motocicleta, a criação do Policiamento Turístico, a implantação de um sistema de TV monitorizada e de um sistema de alarme computadorizado.

Estas ações justificam-se pelas experiências reunidas em outras cidades onde foram adotadas medidas semelhantes. Madrid, Londres e Fortaleza tiveram sensíveis reduções da criminalidade nas áreas em que o sistema de monitoramento por câmeras de vídeo foram implantadas.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Centro Seguro					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
-Fortalecer um sistema competente de prevenção ao crime através do aumento e melhoramento do policiamento ostensivo da Polícia Militar e da atuação dos setores especializados da Polícia Civil	<p>-Instalação de postos policiais em pontos estratégicos justificados pela real incidência comprovada de delitos</p> <p>-Implantação do policiamento com motocicleta</p> <p>-Criação do Policiamento Turístico</p> <p>-Implantação de um sistema de TV monitorizada e de um sistema de alarme computadorizado</p>	<p>-Associação Viva o Centro</p> <p>CONSEG/CENTRO</p>	-Alto nível de criminalidade verificado na região	<p>-9 tenentes, 27 sargentos, 121 soldados masculinos , 121 soldados femininos, 950 investigadores, 6 escrivães, 2 fotógrafos policiais.</p> <p>-12 viaturas, transceptores portáteis ou ht, 6 computadores , 6 fax, 40 motocicletas, 3 máquinas fotográficas, 3 filmadoras, 1 secretária eletrônica, 1 televisor, 1 vídeo-cassete, 1 celular</p>	<p>-Resultados prejudicados pelo rompimento do compromisso da Secretaria de Segurança Pública</p> <p>-Algumas cidades que implantaram o sistema eletrônico de monitoramento por câmeras de vídeo obtiveram sensíveis reduções no índice de criminalidade , como Fortaleza</p>
Instituição Responsável: Secretaria de Segurança Pública					
Local de Implementação: Centro Velho da Capital de São Paulo					
Início de Implementação: Não implementado					

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Conheça Seu Vizinho					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar e mobilizar os moradores para conhecer e discutir problemas de segurança pública da região</li> <li>- Desenvolver um sistema de vigilância comunitária</li> <li>- Promover a integração polícia-comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanha de divulgação do projeto</li> <li>- Identificação de problemas e definição de ações para resolução de problemas</li> <li>- Criação de indicadores de resultados</li> <li>- Apresentação de relatórios mensais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comissões das Bases Comunitárias de Segurança</li> <li>- Polícia Militar</li> <li>- Guarda Municipal</li> <li>- Associações Comunitárias</li> <li>- Sociedades Amigos de Bairro</li> <li>- Comerciantes</li> <li>- Comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Homicídios em 2000: 26,92 / 100 mil hab.</li> <li>- Furtos em 2000: 896,37 / 100 mil hab.</li> <li>- Roubos em 2000: 388,52 / 100 mil hab.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço para a realização de reuniões</li> <li>- Material de divulgação (panfletos, boletins e cartilhas )</li> <li>- Fonte de recursos: moradores; guarda municipal; polícia militar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de ocorrências criminais</li> <li>- Pesquisas qualitativas</li> <li>- Relatórios mensais realizados pelas Comissões das Bases Comunitárias de Segurança</li> </ul>
Instituição Responsável: Polícia Militar, Guarda Municipal, Comissões Bases Comunitárias de Segurança					
Local de Implementação: Áreas onde existem Bases Comunitárias de Segurança em Riberão Pires					
Início de Implementação: Projeto em discussão					

## **CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS – CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIA**

- **Instituição responsável:** Instituto Sou da Paz
- **Contatos:** 3812-1333/3812-3628/[soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)/ [www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)
- **Endereço da Instituição:** Rua Mario de Alencar, 103 – Vila Madalena  
São Paulo – SP - CEP 05436-090
- **Coordenação:** Luciana Guimarães - [luciana@soudapaz.org](mailto:luciana@soudapaz.org)  
Maurício Érnica - [mauricio@soudapaz.org](mailto:mauricio@soudapaz.org)
- **Local de Implementação:** Capão Redondo- São Paulo - SP  
Brasilândia – São Paulo – SP
- **Período de Implementação:** Dezembro de 2000 a junho de 2001 com previsão de continuidade de junho a dezembro de 2001.

O curso de formação de agentes comunitários tem por objetivo capacitar jovens moradores de regiões localizadas nos bolsões de violência da cidade de São Paulo para identificar demandas e potencialidades locais, formular projetos de intervenção e estabelecer parcerias com outras instituições ou grupos para a viabilização dos projetos.

Durante o curso, os grupos estudam noções de direitos humanos, estudam a região e formulam um projeto. Ao fim, busca-se realizar o projeto, criando condições para sua sustentabilidade.

Nesta primeira edição do curso, estão sendo planejados 4 projetos, dois no distrito Capão Redondo e dois no distrito Brasilândia.

O projeto busca atuar junto às lideranças comunitárias, principalmente a liderança juvenil possibilitando-lhes o protagonismo das transformações sociais, que é o grande desafio para o enfrentamento das questões da violência e da pobreza no País.

Nesta perspectiva, o Centro Nacional de Formação Comunitária implantará o Curso Básico de Empreendedores Sociais em locais estratégicos da capital, com o propósito de, a partir de um conjunto de princípios compartilhados, promover a ampla inclusão das camadas mais pobres da população num processo democrático de transformação da realidade e de construção da cidadania, consideradas condições essenciais para a sua transformação social.

A meta é formar 100 alunos como agentes sociais, promover a Feira Cultural do Capão Redondo com cerca de 6000 pessoas em cada edição, montar a biblioteca comunitária com um público estimado de cerca de 400 usuários/mês, desenvolver com o grupo 2 projetos sobre meio ambiente que mobilizem escolas e comunidade com divulgação para cerca de 10 000 alunos de escolas públicas da região da Brasilândia, bem como a formação de grupos de trabalho.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Curso de Formação de Agentes Sociais- Centro Nacional de Formação Comunitária					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Capacitar jovens moradores de regiões de alto risco de violência a identificar demandas e potencialidades locais e formular projetos de intervenção</p> <p>- Promover a inclusão destes jovens no processo de construção da cidadania</p>	<p>-Articulação com grupos de jovens para seleção dos participantes</p> <p>-Treinamento dos professores</p> <p>-Realização do curso (estudos sobre a região, noções de direitos humanos e formulação de um projeto )</p>	<p>- Secretaria de Estado de Direitos Humanos</p> <p>- Secretaria de Estado de Assistência Social</p> <p>- Centro de Pesquisa e Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária</p> <p>- CEDHEP- Capão Redondo</p> <p>- Associação Cantareira (Brasilândia)</p>	<p>- Adolescentes em medida sócio educativa(2000):</p> <p>- Sul: Priv. Liberd.: 604 Lib. Assist.; 987</p> <p>- Norte: Priv. Liberd.: 301 Lib. Assist.: 766</p>	<p>- 1 coordenador</p> <p>- 3 professores assistentes</p> <p>- Material didático elaborado pelo Cenpec</p> <p>- Recursos da SEAS e SEDH:</p> <p>R\$84.000,00 (6 meses )</p>	<p>- 100 jovens formados</p> <p>- 4 projetos comunitários em fase de planejamento</p>
Instituição Responsável: Instituto Sou da Paz					
Local de Implementação: Capão Redondo e Brasilândia – São Paulo / SP					
Início de Implementação: Dezembro de 2000					



## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto:Esporte Como Integração Comunitária					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Integrar os membros da comunidade local</li> <li>-Incentivar a prática esportiva com uma forma de prevenção a doenças</li> <li>-Motivar adolescentes a buscar atividades que ofereçam disciplina e qualidade de vida</li> <li>-Melhorar a qualidade de vida da comunidade envolvida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Realização de jogos coletivos</li> <li>-Atividades de dança</li> <li>-Jogos lúdicos</li> <li>-Ginástica para a 3ª idade</li> <li>-Orientações sobre os benefícios do esporte</li> <li>-Palestras</li> <li>-Distribuição de manuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Secretaria de Esportes, recreação e Lazer</li> <li>-Faculdades</li> <li>-Clubes</li> <li>-Empresas</li> <li>-Escolas</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>-espaço físico</li> <li>-material esportivo</li> <li>-2 supervisores graduados</li> <li>-8 estagiários</li> <li>-R\$ 4.400,00/mês</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estarão disponíveis através de questionários de pesquisa a serem realizados com os participantes</li> </ul>
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes					
Local de Implementação: Município de Mogi das Cruzes					
Início de Implementação: Ainda não implementado					

## GRÊMIO EM FORMA

- **Instituição responsável:** Instituto Sou da Paz
- **Contatos:** 3812-1333/3812-3628/[soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)/ [www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)
- **Endereço da Instituição:** Rua Mario de Alencar, 103 – Vila Madalena  
São Paulo – SP - CEP 05436-090
- **Coordenação:** Amanda Leal de Oliveira - [amanda@soudapaz.org](mailto:amanda@soudapaz.org)
- **Local de Implementação:** Zona Sul de São Paulo
- **Período de Implementação:** Janeiro de 2001 a Julho de 2001

O Projeto Grêmio em Forma, que está inserido no Programa Paz nas Escolas do Ministério da Justiça, tem como objetivo principal desenvolver uma metodologia de trabalho que subsidie a formação de grêmios nas escolas.

Pretende –se assim diminuir os altos índices de violência nas escolas brasileiras, ampliar a participação dos alunos nas propostas de soluções para conflitos existentes na escola e estimular o aproveitamento de canais de consolidação da democracia nas instituições educacionais. Além disso, pretende –se também propiciar material para discussões sobre temas como cidadania, direitos humanos e responsabilidade social.

O Projeto trabalha com grupos de 10 alunos de três escolas públicas da zona sul da cidade de São Paulo, o número de beneficiados com o Projeto corresponde ao número de alunos matriculados nestas escolas.

A estratégia utilizada baseia –se no envolvimento de todos os atores da escola no processo de formação do grêmio, como Associação de Pais e Mestres, Conselhos de escolas, diretores, professores e funcionários.

O resultado a ser atingido é a produção de uma cartilha que tenha como objetivo subsidiar a formação de grêmios nas escolas. Posteriormente este material poderá ser distribuído em todas as escolas brasileiras.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Grêmio em Forma					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>-Desenvolver uma metodologia de trabalho que subsidie a formação de grêmios nas escolas</p> <p>-Contribuir para a formação de grêmios em 3 escolas da zona sul de São Paulo</p>	<p>- Envolver todos os atores da escola (Associações de Pais e Mestres, Conselhos de Escolas, diretores, Professores e Funcionários ) na formação do grêmio</p>	<p>- Instituto Sou da Paz</p> <p>- Ministério da Justiça</p> <p>-Programa Nacional Paz nas Escolas</p>	<p>- Altos índices de violência nas escolas brasileiras</p> <p>- Baixa participação dos alunos nas propostas de soluções para conflitos existentes na escola</p> <p>- Não aproveitamento de canais de consolidação da democracia na escola</p>	<p>-Verba recebida pelo Ministério da Justiça de R\$ 30mil</p> <p>- Equipe composta por 5 integrantes</p>	<p>- Produção de uma cartilha que subsidie a formação de grêmios</p>
Instituição Responsável: Instituto Sou da Paz					
Local de Implementação: Zona Sul de São Paulo					
Início de Implementação: 03/01/2001					

## JOVEM CIDADÃO - AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

- **Instituição Responsável:** Prefeitura Municipal de Embu Guaçu
- **Contatos:** 4661-1778/4661-2422
- **Endereço da Instituição:** Rua Cel. Luiz Tenório de Brito, 458 – Centro – Embu Guaçu – SP – CEP 069000-000
- **Coordenação:** João Rocumback Rasquinho/ Diretor do Departamento Municipal de Esporte e Lazer// tel. 4661-7958/4661-1778/4661-2422  
Rua Papa João XXIII, 09, Jd. São Paulo, Embu Guaçu
- **Local de Implementação:** Município de Embu Guaçu
- **Período de Implementação:** Há seis meses

Acreditando que uma das principais causas da violência é a exclusão social, a Prefeitura Municipal de Embu Guaçu desenvolveu um projeto que tem como núcleo de suas preocupações o jovem em situação de vulnerabilidade social.

Estes jovens, com idade entre 15 e 17 anos, membros de famílias desestruturadas, afastadas da escola, vítimas do desemprego ou do subemprego e com renda menor que um salário mínimo, serão recrutadas para agirem como agentes comunitários da região em que moram. Serão fornecidos instrumentos conceituais que lhes permitam a transformação pessoal e da comunidade em que vive.

Pelo resgate dos vínculos familiares, escolares e comunitários, da auto-estima e da preparação para o mundo do trabalho, espera-se retirar estes jovens da situação de vulnerabilidade social e estimulá-lo a transformar-se em um agente social.

Através de uma capacitação de 6 meses voltada para a ação multiplicadora na sua comunidade e do pagamento de uma bolsa mensal de R\$ 65,00, o jovem será preparado para o mundo do trabalho e da inclusão escolar, assim como será estimulado o protagonismo juvenil. A família desses jovens serão incluídas nos programas de Geração de Trabalho e Renda .

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA : GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/ Projeto: Inclusão Social - Jovem Cidadão/Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano					
Objetivos/Metas	Ações Estratégicas	Gestão : Principal e parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Prevenir à violência através da atuação do jovem junto à comunidade.</p> <p>- Meta:50 jovens de 15 a 17 anos</p>	<p>- Estímulo ao protagonismo juvenil;</p> <p>- Preparação do jovem para o mundo do trabalho e inclusão escolar;</p> <p>- Capacitação de jovens (6 meses) para ação multiplicadora junto à comunidade;</p> <p>- Pagamento de bolsa mensal ao jovem;</p> <p>- Construção de novo projeto de vida para o jovem;</p> <p>- Inclusão das famílias em Programas de Geração de Trabalho e Renda.</p>	<p>-Prefeitura Municipal de Embu Guaçu Departamento Municipal de Esportes e Lazer</p> <p>-Entidade Serviço Assistencial João XXIII;</p> <p>-Governo do Estado;</p> <p>-Governo Federal</p>	<p>-Situação de rua;</p> <p>- Adolescentes em medida sócio educativa/2000:</p> <p>Meio Aberto Assistida: 122</p> <p>Internação: 46</p>	<p>-Bolsa mensal de R\$ 65,00</p> <p>-1 orientador para cada grupo de 25 jovens</p> <p>-professores</p>	<p>- Redução do índice de violência;</p> <p>- Retirada de jovens da rua; Inclusão escolar.</p>
Instituição Responsável : Prefeitura Municipal de Embu Guaçu - São Paulo					
Local de implementação :Rua Cel. Sérgio Tenório de Brito nº 458 – Centro					
Período de implementação: 6 meses					

## OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS

- **Instituição responsável:** Núcleo de Estudos da Violência -USP/ Instituto Sou da Paz
- **Contatos:** 3812-1333/3812-3628/[soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)/ [www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)
- **Endereço da Instituição:** Rua Mario de Alencar, 103 – Vila Madalena  
São Paulo – SP - CEP 05436-090
- **Coordenação:** Núcleo de Estudos da Violência/USP e Instituto Sou da Paz
- **Local de Implementação:**
  - Jd. Vera Cruz, Jd. Horizonte Azul e Chácara Bandeirantes, no sul do distrito do Jd. Ângela, próximo a Itapecerica da Serra (pelo grupo Arco)
  - Jd. Monte Azul, no distrito do Jd. São Luís (pelo grupo Trópis)
  - Favela de Heliópolis (pelo grupo UNAS)
  - Jd. Comercial, no distrito do Capão Redondo (grupo Chico Mendes)
  - Jd. Jacira e Jd. Analândia, em Itapecerica da Serra (grupo Jacira)
- **Período de Implementação:** Maio de 2000 a janeiro de 2001

A função primordial dos Observatórios de Direitos Humanos é de acompanhar a situação dos direitos humanos em suas áreas de atuação, com destaque para a avaliação dos obstáculos e resistências enfrentados pelos jovens para a realização de seus direitos em particular.

A intenção é a construção de uma rede de jovens envolvidos com a efetivação dos Direitos Humanos em suas comunidades e na produção de **Relatórios de Cidadania** (*Citizens' Reports*), bem como na produção de informes e publicações para serem lançados nas comunidades onde o projeto se realiza, com o intuito de divulgar os resultados nos locais que foram objeto do trabalho de observação.

O projeto trabalha também a conscientização e capacitação dos jovens envolvidos para torná-los atores mais “engajados” e atentos às problemáticas de suas regiões, ensejando a possibilidade de participação na formulação de políticas públicas.

A intenção também é de estabelecer comparações entre os resultados trazidos pelos integrantes do projeto (das comunidades) e os dados revelados pelas estatísticas “oficiais”, entre as análises desenvolvidas pela comunidade e as análises críticas “oficiais” com relação às realidades locais.

Uma das metas é a integração, em rede, de organizações da sociedade civil (OSCs), em estreita colaboração com centros universitários interessados, associações profissionais e organismos governamentais diversos.

Deste modo, o que se pretende é que, encerrado o ciclo de execução e avaliação deste projeto piloto, a iniciativa possa ser alargada através da criação de observatórios em rede em outros pontos do Brasil, com vistas a sua posterior implantação em outros países da região.

O público alvo desta primeira experiência dos Observatórios são os jovens que vivem nas áreas periféricas do município de São Paulo e Região Metropolitana, particularmente na Zona Sul da Cidade.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Observatório de Direitos Humanos					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>-Construir uma rede de jovens envolvidos com a efetivação de Direitos Humanos em suas comunidades</p> <p>-Produzir Relatórios da Cidadania e informes para serem distribuídos nas comunidades</p> <p>-Conscientização dos jovens destas regiões</p>	<p>-Realização de reuniões temáticas</p> <p>-Participação em seminários públicos, debates e workshops</p> <p>-Realização de pesquisas, textos e entrevistas pelos jovens envolvidos</p>	<p>- NEV/USP</p> <p>-Instituto Sou da Paz</p> <p>-Associação Arco</p> <p>-Associação Chico Mendes</p> <p>-União de núcleos e associações de Heliópolis</p> <p>-Associação Trópis</p> <p>-Grupo de Jovens de Jd.Jacira</p>	<p>-Pobreza</p> <p>-Violência</p> <p>-Exclusão Social</p>	<p>-Verba recebida pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (repassada através do Ministério da justiça) de R\$108.200,00</p>	<p>-Estreitamento dos vínculos entre os jovens e suas comunidades</p> <p>-Realização de um mapeamento das regiões abordadas apontando os serviços existentes nestas</p>
Instituição Responsável: - NEV/USP - Instituto Sou da Paz					
Local de Implementação: Áreas periféricas do município de SP e Região Metropolitana					
Início de Implementação: Maio de 2000					

## OPERAÇÃO CRUZAMENTO

- **Instituição Responsável:** Prefeitura Municipal de Santo André
- **Contatos:** 4433-0262 / fax: 4433-0323/ ejsardano@santoandre.sp.gov.br
- **Endereço da Instituição:** Praça IV Centenário, s/n – 2º andar – Centro – Santo André – SP
- **Coordenação:** Cap. Edson de Jesus Sardano - Secretário de Combate à Violência Urbana – Fone: 4433-0262 / Fax: 4433-0323 / e-mail: ejsardano@santoandre.sp.gov.br
- **Local de Implementação:** Cruzamentos no Município de Santo André
- **Período de Implementação:** Início em 4 de janeiro de 2001

Atendendo ao clamor público dos munícipes que têm medo de serem vítimas de furto e roubo nos semáforos e cruzamentos de vias da cidade, a Prefeitura Municipal de Santo André desenvolveu o projeto Operação Cruzamento.

O projeto consiste em vigiar ostensivamente os cruzamentos e semáforos identificados como mais perigosos pelos estudos de indicadores criminais da Sala de Situação.

Para tanto, uma equipe de 80 guardas foi requalificada e orientada a direcionar sua atenção para a segurança física e patrimonial do munícipe e não apenas para as infrações de trânsito.

Estes guardas atuam em regime de turnos de 12 horas, abrangendo o horário de maior volume de veículos na parte da manhã, tarde e início da noite, de forma ininterrupta, incluindo sábados, domingos e feriados.

A vigilância é exercida por duplas a pé, numa primeira fase. Numa segunda fase, a operação será expandida para outros cruzamentos e, para isso, os guardas utilizarão motos para se deslocar, permanecendo 30 minutos em um local e partindo para o seguinte.

Já há manifestação favorável da população pelo aumento da sensação de segurança, assim como pela real diminuição do número de furtos nos cruzamentos atingidos.



## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Operação Cruzamento					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
- Diminuição da ocorrência de pequenos furtos, e comércio informal .	- Guardas Municipais motorizados em duplas que se revezam em 14 cruzamentos previamente estabelecidos em turnos de 12x36.	- Prefeitura Municipal de Santo André .  - Guarda Municipal  - Secretaria de Combate à Violência Urbana	- Furtos em 2000: 5706	- Advindos do município , 28 motos , 56 Guardas devidamente equipados .	- População reconhecidamente favorável ao projeto, com redução dos índices a quase 100% .
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal da Santo André – Secretaria de Combate a Violência Urbana .					
Local de Implementação: Centro Urbano de Maior Circulação .					
Início de Implementação: 01 de Janeiro de 2001					

## PELA VIDA, NÃO À VIOLÊNCIA

- **Instituição responsável:** Prefeitura Municipal de Santo André – Secretaria de Educação e Formação Profissional
- **Contatos:** 4433 – 0700 / 0701 / 0703
- **Endereço da Instituição:** Praça IV Centenário, 01  
Santo André – SP - CEP 09015- 080
- **Coordenação:** Cleuza Rodrigues Repulho – tel. 4433 – 0214 / 0508  
Elisabete Tanobolm – tel. 4433-0508  
Maria Auxiliadora Elias/4433-214/maelias@santoandre.sp.gov.br
- **Local de Implementação:** Unidades Educacionais da Rede Municipal de Santo André
- **Período de Implementação:** Início em 1998

A partir da constatação de que a violência que chega nas escolas é a mesma que existe na sociedade, ou seja, é decorrente da exclusão social, a Prefeitura Municipal de Santo André decidiu, tendo como eixo a “educação inclusiva” desenvolver o projeto “Pela vida, não à violência”.

O objetivo do projeto é preparar profissionais de todas as Unidades Educacionais, Unidades do Centro Público de Formação Profissional, Núcleos do Movimento de Alfabetização (MOVA) e Centros Comunitários para enfrentarem as questões da violência com suas múltiplas faces e múltiplas causas, de uma forma pedagógica, desenvolver ações diretas nestas unidades, sempre que solicitado ou quando se apresentar uma situação de risco, criar nas Unidades e Educacionais um núcleo de reflexão sobre violência, uma “comissão da unidade”, com as pessoas interessadas capaz de propor ações locais para estabelecer um convívio pacífico com a vizinhança, estimular o funcionamento efetivo dos mecanismos democráticos das Unidades Educacionais e a abertura das escolas à comunidade nos finais de semanas.

Para tanto, o projeto desenvolve oficinas, cursos e debates sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, medidas sócio-educativas, resolução de conflitos de forma pacífica, a família e a escola hoje, agressividade, alcoolismo e outras drogas e DST/Aids. Realiza também um seminário sobre a Educação e a Segurança Possível e busca a interface e a articulação com outros atores sociais.

O projeto já realizou o seminário Segurança na Cidade, o Ato pelo Desarmamento Infantil, uma Aula Pública sobre o tema “Violência: Ausência de Cidadania” e a Caminhada pela Paz. Elaborou também material de apoio aos envolvidos no projeto direta ou indiretamente, como cartazes e edição de bolso contendo outras informações do ECA e cadernos de atividades para educandos e educadores sobre drogas e outras coletâneas.

Para as escolas, há plantões de atendimento individualizado semanal na Secretária de Educação Municipal de Santo André. Até o presente ano, o público atingido foi de aproximadamente 6000 pessoas, sendo que a totalidade dos alunos da rede municipal de ensino é beneficiária do projeto.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

PROGRAMA/PROJETO: Pela Vida, não à Violência					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular Política de “Educação Inclusiva”</li> <li>- Promover Cultura de Paz</li> <li>- Preparar profissionais para enfrentar questões da violência</li> <li>- Refletir sobre o papel da escola na prevenção à violência</li> <li>- Desenvolver uma Rede Cultural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas, debates, cursos s/ ECA, resolução pacífica de conflitos, a família e a escola, agressividade, alcoolismo e outras drogas, DST/Aids,</li> <li>- Seminário sobre <i>a Educação e a Segurança Possível</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Secretaria Municipal de Educação</li> <li>- Secretaria Estadual de Educação, CRAMI -ABCD, Conselhos Municipais, Assistência Social, OAB, Instituto Sou da Paz, FEASA</li> <li>-Bridgestone Firestone do Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depredações;</li> <li>- “Invasões”;</li> <li>- Má conservação dos espaços e patrimônios e</li> <li>- Pichações</li> <li>- Autoritarismo X Autoridade</li> <li>- Intolerância</li> <li>- Não saber ouvir</li> <li>- Preconceitos de toda natureza Não ao diálogo</li> <li>- Falta de habilidade para tratar conflitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Firestone: R\$300.000,00</li> <li>- Prefeitura: R\$130.000,00</li> <li>- Secretaria de Educação: R\$280.000,00 até dezembro de 2001.</li> <li>- Equipe composta por 7 profissionais e um estagiário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 6 mil pessoas atendidas</li> <li>- 33 mil pessoas foram beneficiadas pelo projeto.</li> <li>- Produção e organização de material de apoio</li> </ul>
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal de Santo André					
Local de Implementação: Todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal					
Início de Implementação: 1998					

## PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

- **Instituição responsável:** Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo-Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
- Contatos:**4125-1000/ Fax 4330-4131/ pmsbcgp@asatnet.com.br
- **Endereço da Instituição:** Praça Samuel Sabatini, 50  
Centro – São Bernardo do Campo - CEP 09750-700
- **Coordenação:** Carolina do Rocio Klomfahs/4332-9111
- **Local de Implementação:** Avenida Redenção, 221 – Centro de São Bernardo do Campo
- **Período de Implementação:** 1ª fase –1998 / 2ª fase – Outubro de 2000

O Programa tem como objetivo geral erradicar o trabalho infantil. Mais especificamente, mapear a situação de trabalho infantil no município e cadastrar famílias; possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; implantar atividades complementares à escola ( Jornada Ampliada ); conceder uma complementação mensal de renda ( Bolsa Criança Cidadã ); implementar programas e projetos sócio – educativos e de geração de trabalho e renda junto às famílias;garantir a implantação de rede articulada de serviços a partir da ação intersecretarial e constituir uma Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

A implantação do programa é composta por duas fases : a primeira, iniciada em 1998, atinge crianças do lixão ( área da região do Alvarenga que serve de depósito clandestino de entulhos e resíduos ) e em situação em rua; a segunda, iniciada em Outubro de 2000, atinge crianças em situação de trabalho infantil que possam vir a ser detectadas.

O Programa é destinado prioritariamente às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo com crianças e adolescentes de 7 a 14 anos que estejam desenvolvendo trabalho infantil.

São realizadas atividades envolvendo estas crianças e adolescentes, como oficinas esportivas, recreativas e educativas. Estas atividades são oferecidas em dois períodos diferentes, manhã e tarde, para não interferirem no período escolar e têm duração de quatro horas / dia.

Existe também um trabalho com as famílias das crianças inscritas no Programa que tem como objetivo geral desenvolver ações que visem o fortalecimento das relações familiares, procurando prevenir a exclusão do contexto social das novas gerações. Para que este objetivo seja atingido são realizadas reuniões mensais com grupos de até 25 famílias, assim como entrevistas de acompanhamento individual e visitas domiciliares quando necessário.

Para o desenvolvimento destas ações existe uma articulação entre os serviços das áreas de Desenvolvimento Social, Esportes, Cultura e Educação.

A meta é atender 1380 crianças e adolescentes dentro de um período de quatro anos.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/ Projeto: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Erradicar o trabalho infantil</p> <p>- Meta: 1380 crianças / adolescentes</p>	<p>- Mapeamento da situação de trabalho infantil;</p> <p>- Garantia de acesso e permanência na escola; Inclusão em programas complementares a escola( atividades educativas, esportivas e culturais);</p> <p>- Concessão de bolsa escola; Inclusão de famílias em programas de geração de trabalho e renda;</p> <p>- Articulação intersetorial e constituição de Comissão Municipal de Prevenção e - Erradicação do Trabalho Infantil com parceria da Sociedade Civil.</p>	<p>- Secretaria de Desenvolvimento Social</p> <p>- Governos Estadual e Federal;</p> <p>- Várias Secretarias Municipais;</p> <p>- Entidades Assistenciais/ comunitárias;</p> <p>- Setores Sindicais e empresariais;</p> <p>- Conselho de Gestão Participativa</p> <p>- Parceiros</p>	<p>-Baixos indicadores sociais;</p> <p>-Pobreza;</p> <p>-Situação de rua;</p> <p>-Crianças nos lixões.</p>	<p>-35 espaços físicos descentralizados;</p> <p>-Bolsa Escola R\$ 40,00;</p> <p>-Equipe Multiprofissional</p>	<p>- Retirada de crianças da catação do lixo;</p> <p>- Inclusão na escola;</p> <p>- Retirada de crianças da rua;</p> <p><i>-Inclusão social de famílias</i></p>
Instituição Responsável: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo					
Local de implementação: Avenida Redenção nº 221 – Centro					
Início :1ª fase- 1998/ 2ª fase- Out.2000					

## PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

- **Instituição responsável:** Prefeitura Municipal e Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes
- **Contatos:** 4798-5080 / [saude@pmmc.com.br](mailto:saude@pmmc.com.br)
- **Endereço da Instituição:** Secretaria Municipal de Saúde  
Av. Narciso Yague Guimarães, 277, Mogi das Cruzes
- **Coordenação:** Dr. José Moura Campos Neto – 4797-5080 – [saude@pmmc.com.br](mailto:saude@pmmc.com.br)
- **Local de Implementação:** Jardim Planalto, Jardim Lair, Jd. Aeroporto, Jd. Santos Dumont – Mogi das Cruzes – SP
- **Período de Implementação:** Previsão de início para agosto de 2001

A meta é cobrir 100% da população determinada com aumento do número de consulta médica, aumento do número de visitas domiciliares, aumento da cobertura vacinal e garantir o atendimento e acompanhamento dos casos apontados como "de risco" pelo projeto.

A contribuição maior do projeto será no sentido da diminuição de encaminhamentos urgentes/emergentes, diminuição de encaminhamentos para internações hospitalares desnecessárias, elevação da qualidade de vida intervindo nos fatores que a colocam em risco, Valorização humana e cidadania, reestruturação da Atenção Básica para atender as necessidades locais, atendimento contínuo e qualificado da população, através de profissionais qualificados para o atendimento, diminuição do coeficiente de mortalidade por causas externas (homicídios), detectar as causas de violência infantil, da mulher e do idoso, através do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, reorganização do sistema local de saúde, diminuição do n.º de exames complementares, de consultas especializadas, de encaminhamentos de urgência e emergência e as internações hospitalares desnecessárias.

O público alvo do projeto será pessoas de baixa renda, baixa escolaridade, desempregadas, crianças com carências nutricionais e em situação de exclusão social.

As atividades necessárias para implementação do Programa serão: a contratação de 15 Agentes Comunitários da Saúde, 03 Médicos Generalistas, 03 Enfermeiras e 06 Auxiliares de Enfermagem; aplicação de treinamento introdutório nas equipes; mapeamento dos bairros, dividindo-os em micro regiões; e cadastramento das famílias residentes na área de abrangência; identificar pessoas e famílias que necessitam de atenção especial por estarem sujeitas a situações de maior risco de adoecer ou morrer.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Programa de Saúde da Família					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>-- Promover saúde para a comunidade e elevar sua qualidade de vida</p> <p>- Diminuir o coeficiente de mortalidade por causas externas</p> <p>- Detectar as causas de violência contra a criança, contra a mulher e contra o idoso</p> <p>- Reorganizar o sistema local de saúde</p>	<p>- Palestras explicativas sobre o projeto</p> <p>- Treinamento da equipe responsável</p> <p>- Mapeamento dos bairros através da aplicação de questionários para conhecimento da realidade local e identificação das famílias que necessitam de atenção especial</p>	<p>- Secretaria Municipal de Saúde de Mogi das Cruzes</p> <p>- Ministério da Saúde</p> <p>- Organizações da sociedade civil</p>	<p>- Mortalidade infantil: 21,90 (por 1000 nascidos vivos)</p> <p>- Mortalidade perinatal: 21,26 (por 1000 nascidos vivos)</p> <p>- Mortalidade 15-35 anos: 2,04 (em 1000 pessoas)</p> <p>- Mortalidade de idosos: 43,86 (em 1000 pessoas)</p>	<p>- 15 agentes comunitários da saúde, 3 médicos generalistas, 3 enfermeiros, 6 auxiliares de enfermagem</p> <p>- Financiamento do Ministério da Saúde e convênios com organizações da sociedade civil</p> <p>- Previsão de gastos de R\$ 45.897,05/mês</p>	<p>- Análise dos relatórios gerados pelo SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica)</p> <p>- Previsão de atendimento para 13.105 habitantes</p>
Instituição Responsável: Prefeitura de Mogi das Cruzes					
Local de Implementação: Jardim Planalto, Jardim Lair, Jardim Aeroporto I,II e III e Jardim Santos Dumont					
Início de Implementação: Previsão para Agosto de 2001					

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Projetos Integrados					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
- Integrar ações da Secretaria de Cultura, de Educação e da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco, visando promover a cidadania e o acesso de crianças e adolescentes a atividades culturais e artísticas	- Visitas monitoradas ao Conservatório Villa Lobos e Usina de ITOIPU  - Feira da Cultura Popular Brasileira  - Programação de atividades artísticas em escolas e na biblioteca municipal	- Secretaria da Cultura - Secretaria de Educação - Fundação Instituto Tecnológico de Osasco	- Osasco é o 6º município com adolescentes em medida sócio educativa do Estado de São Paulo  - Em 2000: 211 adolescentes em meio aberto e 81 em privação de liberdade	- Professores - Equipes técnicas da Secretaria de Educação - Especialistas  -Material didático - Equipamento de som e iluminação -Transporte coletivo	Ainda não foram analisados os resultados
Instituição Responsável: Prefeitura do Município de Osasco					
Local de Implementação: Município de Osasco					
Início de Implementação: Maio de 2001					



## PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

**Instituição responsável:** União de Mulheres de São Paulo e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

**Contatos:** União de Mulheres: Tel: 3016-2367 fax: 284-2862

IBAP: Tel/Fax: 3106-4822

**Endereço da instituição:** União de Mulheres: R. Coração da Europa, 1395 – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01314-020

IBAP: Av. Liberdade, 21 – 10º andar – Conj. 1.009 – Liberdade – São Paulo – SP – CEP 01503-000

**Coordenação:** União de Mulheres e IBAP

**Local de implementação:** município de São Paulo

**Período de implementação:** desde 1992

Sabendo que a imparcialidade da justiça é algo abstrato, incompatível com a realidade econômica, social e política e sabendo, também, que as relações de poder refletem uma situação cuja hegemonia é androcêntrica, branca, adulta, heterossexual e de grande concentração de capital, a União de Mulheres de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública desenvolveram o projeto “Promotoras Legais Populares”.

A mulher está, em muitos casos, submetida a um estereótipo de vítima e ré que corresponde a uma ideologia patriarcal, onde os crimes contra a mulher são banalizados e considerados menores.

Para combater esta situação, o projeto visa desenvolver a cidadania e a igualdade de direitos entre os sexos através de cursos ministrados por profissionais do direito, da saúde, do social, da comunicação, do movimento feminista e popular, com recursos educacionais de oficinas, apostilas, vídeos e debates. Estes cursos capacitam as mulheres a desenvolver uma consciência crítica a respeito da legislação existente e dos mecanismos disponíveis para aplicá-la de maneira a combater o sexismo e o elitismo.

Tudo isso, tendo como meta criar condições para que as participantes possam orientar outras mulheres em defesa de seus direitos e estimulá-las a multiplicar os conhecimentos produzidos nos movimentos em que atuam.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/ Projeto: PROMOTORAS LEGAIS POPULARES					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão :Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Desenvolver a cidadania e a igualdade de direitos entre os sexos</p> <p>- Promover o conhecimento das leis e dos mecanismos jurídicos possíveis para acessar e viabilizá-las</p> <p>- Lutar contra a impunidade</p>	<p>- cursos para capacitação legal de mulheres</p> <p>- acompanhamento de casos</p> <p>- seminários</p> <p>- debates</p> <p>- campanhas</p>	<p>- União de Mulheres de São Paulo/IBAP/AMZOL/Associação de Moradores do Jardim Boa Esperança/AJD/Associação de Moradores do Parque Veredas/Associação Piracema/ Casa de Cultura da Mulher Negra/CECF/SP/CFÊMEA/CLADEM/Central de Movimentos Populares/Geledés/MP Democrático/Movimento de Moradia/MNDH/Povo em Ação/Rede Nacional Feminista/Contra a Violência Sexual Doméstica e Racial/Serviço à Mulher Marginalizada/SINDSEP/Sindicato dos Metroviários/Sindicato dos Químicos/ SOF</p> <p>- SempreViva /Organização Feminista/ SOS - Ação Mulher de Campinas/ SOS - Mulher de São José dos Campos/ Thêmis</p>	<p>- Altos índices de crimes contra a mulher que são considerados de menor importância e gravidade</p> <p>- Dificuldade de acesso à justiça e à cidadania</p>	<p>- Aulas ministradas por profissionais do direito, da saúde, do social, da comunicação, do movimento feminista e popular</p> <p>- Vídeos e apostilas</p>	<p>- 250 mulheres formadas</p> <p>- Criação do Centro de Atendimento às Mulheres em situação de violência Maria Miguel</p> <p>- Criação do Centro de Referência das Promotoras Legais Populares da Zona Norte</p> <p>- Atendimento de mulheres chefes de família vítimas de violência doméstica e sexual</p> <p>- Abertura de precedentes no encaminhamento de denúncias à Comissão interamericana de Direitos Humanos</p>
Instituição Responsável : União de Mulheres de São Paulo e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública					
Local de implementação : Cidade de São Paulo					
Início de implementação : 1992					

## REINSERSÃO DO ADOLESCENTE AO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO RAC

- **Instituição responsável:** Sociedade Santos Mártires
  - **Contatos:** 5831-2612/9549
  - **Endereço da Instituição:** Rua Luis Baldinato, 09, Jd. Ângela  
São Paulo – SP - CEP 04935-100
  - **Coordenação:** Joel – tel. 5833-6020
- Sede do Projeto:** Comunidade São João Batista  
Av. Iviparema, 41, Jd. Ranieri, SP  
CEP 04941-010 – tel. 5833-2838
- **Local de Implementação:** Jd. Ângela, Jd. São Luiz e Capão Redondo - São Paulo - SP
  - **Período de Implementação:** Início em julho de 2000 sendo renovado anualmente

O presente projeto tem como objetivo o acompanhamento psicossocial e sócio-educativo aos adolescentes, bem como às famílias, em situação de risco pessoal e social, residentes nos distritos de Jd. Angela, Capão Redondo e Jd. S. Luiz, inseridos em medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços - artigo 112 - III e IV ECA), como também aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e vítimas de todo tipo de marginalização e exclusão social (art 4º do ECA), de modo a permitir a superação das marcas que estigmatizam profundamente a personalidade, levando-os a praticarem atos infracionais.

A idéia é que sejam criadas reais alternativas para os adolescentes desenvolverem seus potenciais, habilidades e reflitam sobre suas vidas, fortalecendo assim a auto-estima, bem como estimular a participação da família no acompanhamento sócio-educativo. A meta é também garantir o acesso desses adolescentes à escola, conforme artigo 53 - I ao V ECA.

Uma das estratégias do projeto é a realização de cursos profissionalizantes, compostos por oficinas de habilidades básicas e de habilidades específicas (Produtor Cultural/Disk-Jóquei, Grafite, Padeiro/Confeiteiro, Informática Avançada e Eventos para os quatro cursos), oficinas de auto-gestão e cidadania e módulo de vivência prática. São também realizados encontros mensais entre a equipe, os adolescentes e seus pais. O projeto elabora e encaminha relatórios técnicos para a Vara Especial da Infância e da Juventude, escolas, postos de saúde e para a guarda civil metropolitana.

Até hoje, já foram atendido 300 adolescentes, sendo que destes, 100 estavam em medida sócio educativa e, dos 100, apenas 5 voltaram a reincidir.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: RAC - Reinserção do Adolescente ao Convívio Familiar e Comunitário					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Acompanhar adolescentes de 14 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social e seus familiares, em medida sócio-educativa em meio aberto</p> <p>- Acompanhar os adolescentes em situação de vulnerabilidade e vítimas de marginalização e exclusão social.</p>	<p>- Cursos de profissionalização</p> <p>- Encontros mensais entre a equipe e pais</p> <p>- Envio de relatórios técnicos para a Vara Especial da Infância e Juventude, escolas, guarda metropolitana, postos de saúde</p>	<p>- Sociedade Santos Mártires</p> <p>- SAS</p>	<p>-Homicídios / 100 mil hab. (1999): Jd. Ângela: 116,23 Jd. São Luiz: 103,75 Capão Redondo: 93.02</p> <p>- Adolescente em medidas sócio-educativas (2000): São Paulo: 7201 Região Sul: 1591 Priv. Lib. : 604 Lib. Ass. 987</p>	<p>-1 equipe fixa -1 equipe contratada</p> <p>-Espaços para cursos de informática, padeiro/ confeitiro</p> <p>-11 computadores -material pedagógico</p> <p>-Convênio com a SAS R\$19.268,23 /mês</p>	<p>-300 adolescentes atendidos</p> <p>-Destes, 100 adolescentes em medida sócio-educativa</p> <p>-Destes, só 5 voltaram à reincidir</p>
Instituição Responsável: Sociedade Santos Mártires					
Local de Implementação: São Paulo – Jd. Ângela, Jd. São Luiz e Capão Redondo					
Início de Implementação: Julho de 2000					

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Ronda Escolar					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer normas de procedimentos operacionais e relações comunitárias para a execução do Programa de Segurança Escolar</li> <li>- Prevenção ao uso e tráfico de drogas</li> <li>- Proteção aos estudantes, professores e servidores públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinamento da Guarda Municipal</li> <li>- Integração da Guarda Municipal com a comunidade escolar</li> <li>- Relatórios e pesquisas nas escolas e comunidades envolvidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Educação</li> <li>- Escolas municipais</li> <li>- Bases Comunitárias de Segurança</li> <li>- Comissões das Bases Comunitárias de Segurança</li> <li>- Sociedade Amigos de Bairros</li> <li>- Polícia Militar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocorrência de tráfico de drogas nas escolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Veículos específicos para a Ronda Escolar</li> <li>- Equipamentos de comunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto em discussão</li> </ul>
Instituição Responsável: Guarda Municipal e Secretaria de Educação de Ribeirão Pires					
Local de Implementação: Perímetro escolar e escolas públicas em Ribeirão Pires					
Início de Implementação: Em fase de elaboração					

## SISTEMA DE MONITORAMENTO POR VÍDEO

- **Instituição responsável:** Prefeitura Municipal e Guarda Civil de Ribeirão Pires
- **Contatos:** 4828-3204
- **Endereço da Instituição:** Av. Brasil, 193, Centro  
Ribeirão Pires - CEP 05436-090
- **Coordenação:** Comando da Guarda Civil de Guarda Civil de Ribeirão Pires
- **Local de Implementação:** Vias públicas na área central
- **Período de Implementação:** Janeiro a dezembro de 2000

O Sistema de Monitoramento por Vídeo em Vias Públicas é um projeto de prevenção de segurança pública feito por meio do monitoramento diário de uma área previamente determinada onde estão instaladas câmeras de vídeo que ficam ligadas a uma central de acompanhamento. No caso de Ribeirão Pires, as câmeras estão espalhadas estrategicamente na região central, fiscalizando o sistema viário, os prédios públicos e privados. Esse projeto faz parte da requalificação urbana da região central da cidade. O projeto completo instalou 48 câmeras espalhadas nas principais vias do Centro, no Terminal Rodoviário, Praça da Bíblia e dos Imigrantes, passagem de nível da estrada de ferro, praça 45 Graus e Paço Municipal.

O objetivo específico deste programa é a prevenção na área de segurança pública através do monitoramento de uma região. A contribuição para o aumento de segurança se deve à possibilidade de monitorar uma grande área, 24 horas por dia, com um número menor de guardas, dinamizando a atuação da corporação. Essa fiscalização em tempo integral possibilita diminuir o número de furtos, roubos, assaltos e vandalismo por meio de uma ação/intervenção imediata. O sistema possibilita, também, investigar/identificar os responsáveis pelas infrações.

A integração entre a prefeitura, comunidade e polícia militar se deu desde o início, quando o poder público foi debater com a sociedade civil organizada a importância da união de esforços na tentativa de melhorar a segurança da região central. Os comerciantes, por exemplo, se envolveram em todo o processo de implementação e execução e colaboraram, principalmente, nas discussões de elaboração e do financiamento do projeto. A sensibilização da comunidade se deu no momento em que a administração municipal realizou campanhas sobre o sistema de monitoramento e como ele poderia melhorar a qualidade de vida do munícipe.

Os recursos utilizados na implementação do projeto foram o: treinamento de Guardas Municipais que realizam o monitoramento permanente, aproximadamente R\$ 130 mil, 48 câmeras de vídeo; 4 monitores; três multiplex; 4 videocassetes; uma base de cerca de 25 m<sup>2</sup> para instalação do centro de monitoramento; 2 linhas privadas com a polícia civil e militar e uma central de rádio.

O impacto do projeto aconteceu, principalmente, na melhoria do grau de segurança no centro da cidade. Por exemplo, há mais de um ano não ocorrem assaltos a bancos na região central da cidade onde existe o monitoramento.

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Sistema de Monitoramento por Vídeo em Vias Públicas					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>- Intensificar a fiscalização do sistema viário e prédios públicos</p> <p>-Diminuir o número de furtos, roubos e vandalismo</p>	<p>- Instalar 48 câmeras p/ monitorar por vídeo o sistema viário e prédios públicos, 24 hs por dia</p> <p>- Integrar a prefeitura, guarda municipal, polícia militar e civil, e comunidade na prevenção e repressão criminal</p>	<p>-Guarda Municipal</p> <p>-Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ribeirão Pires</p> <p>- Bancos locais</p> <p>-Polícia militar</p> <p>-Polícia Civil</p>	<p>- Furtos (2000): 896,37/100 mil hab.</p> <p>- Roubos (2000): 388,52/100 mil hab.</p>	<p>- 48 câmeras</p> <p>- 4 monitores</p> <p>- 3 multiplex</p> <p>- 4 video-cassetes</p> <p>- 1 base para o centro de monitoramento</p> <p>-2 linhas privativas com as Polícias Militar e Civil</p> <p>- 1 central de rádio</p> <p>- R\$ 130 mil</p>	<p>- Aumento da sensação de segurança no centro da cidade</p> <p>- Há mais de um ano não ocorrem assaltos a bancos na região central da cidade</p>
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal e Guarda Municipal de Ribeirão Pires					
Local de Implementação: Área Central da Cidade de Ribeirão Pires					
Início de Implementação: Janeiro de 2000					

## **SUPERANDO OBSTÁCULOS NA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS MUNICÍPIOS**

- **Instituição responsável:** Rede Mulher de Educação
- **Contatos:** 3873-2803 / rdmulher@redemulher.org.br
- **Coordenação:** Vera Vieira - tel. 3873-2803
- **Local de Implementação:** Casa de Cultura Mário Quintana – Porto Alegre - RS
- **Período de Implementação:** Dias 25, 26 e 27 de outubro de 2000

A violência contra a mulher exige ações integradas para a sua prevenção e combate mais efetivos. Entre elas, a construção de redes de serviços públicos que articulem a atuação governamental e não-governamental em áreas como segurança pública, saúde, educação, assistência psicossocial, trabalho, habitação, entre outras. Porém, além de muitas vezes não ser um tema prioritário na agenda política e social dos governos – federal, estadual e municipal - a construção dessas redes voltadas para a violência contra a mulher esbarra em um Estado marcado por uma estrutura e cultura “estanques e fragmentadas”, as quais dificultam a construção de estratégias integradas. O município de Porto Alegre foi escolhido como parceria para esse projeto piloto, em grande parte, por apresentar um certo nível de trabalho em rede de serviços na prevenção e combate à violência contra a mulher e que, ainda que com um nível de institucionalidade longe do ideal, destaca-se no cenário brasileiro.

Assim, dando continuidade ao trabalho realizado através do Seminário “Superando Obstáculos na Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher”, ocorrido em Campinas, em novembro de 1998, a Rede Mulher de Educação, realizou, no ano de 2000, a segunda fase desse projeto, a qual teve como objetivo desenvolver, a partir das análises, conclusões e recomendações resultantes do referido seminário, uma estratégia de prevenção e combate à violência contra a mulher voltada, especificamente, à prática cotidiana dos municípios.

O projeto, como foi desenvolvido, dentro de suas limitações e potencialidades, consistiu, fundamentalmente, na preparação e realização de um Seminário aberto ao público e uma Oficina com especialistas da área de gênero e violência (incluindo participantes na qualidade de “assessoras” do Projeto na realização da oficina, desde a fase preparatória), intitulados “Tecendo a Rede de Serviços na Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher nos Municípios – Desafios e Propostas”.

Como resultado do projeto foi enviado um relatório às entidades parcerias do Projeto e a todas as participantes da Oficina, com divulgação ampla de seus resultados, no sentido de auxiliar o processo de construção, fortalecimento e funcionamento efetivos da rede de serviços local na prevenção e combate à violência contra a mulher. Será também produzido um guia (ou pequeno manual) – em fase de elaboração inicial - que sirva como referência para que os municípios desenvolvam, a partir de sua realidade local, diagnósticos, ações e estratégias voltadas à superação dos obstáculos na prevenção e combate à violência contra a mulher, o que inclui, sem dúvida, a abordagem referente à construção de uma rede de serviços.



## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Superando Obstáculos na Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a construção de redes de serviços de prevenção e combate à violência contra a mulher</li> <li>- Reduzir a violência contra a mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar um seminário aberto ao público</li> <li>- Realizar uma oficina com especialistas da área</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede Mulher de Educação</li> <li>- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher</li> <li>- Casa de Apoio Viva Maria</li> <li>- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher</li> <li>- Prefeitura de Porto Alegre</li> </ul>	<p>Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (Holanda), em 183 mil mulheres de 54 países, o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica (23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-GTZ – Cooperação Técnica Alemã (financiamento)</li> <li>-4 coordenadoras</li> <li>-1 consultora</li> <li>-9 assessoras</li> </ul>	
Instituição Responsável: Rede Mulher de Educação					
Local de Implementação: Porto Alegre ( RS)					
Início de Implementação: 25 a 27/ 10 / 2000					

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

<b>Programa/Projeto: Urbanização favelas em Santo André (PIIS – Programa Integrado de Inclusão Social)</b>					
<b>Objetivos e Metas</b>	<b>Ações Estratégicas</b>	<b>Gestão: Principal e Parceiros</b>	<b>Indicadores de Risco</b>	<b>Recursos</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>
Integrar a favela à cidade, promovendo, assim a inclusão das famílias.	Abranger maior número de favelas, A PMSA desenvolve os programas de urbanização integral, gradual, obras emergenciais, regularização urbanística e fiduciária e requalificação urbanística.	Governo municipal de Santo André. Comissão européia. Progr.de gestão urbana da ONU. Inst. Gov. e Cidadania ABC. IBAM PUC-SP MMDF Gov Federal BID (Banco Interamericano)	A maior parte da população de menor renda, habita áreas de exclusão social (favelas)	Financeiro: Banco do Povo de Santo André (Organização Não - Governamental)	Desenvolvido em quatro núcleos de favelas: Sacadura Cabral (700 famílias) Tamarutaca (1400 famílias) Capuava (1400 famílias) Quilombo (240 famílias) já estão sendo atendidas.
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal de Santo André – Secret. Inclusão Social e Habitação					
Local de Implementação: Município de Santo André					
Início de Implementação: 1997					

## FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Programa/Projeto: Urbanização em bairros do município de Francisco Morato					
Objetivos e Metas	Ações Estratégicas	Gestão: Principal e Parceiros	Indicadores de Risco	Recursos	Indicadores de Resultado
<p>*Pavimentar vias públicas em bairros com difícil acesso.</p> <p>*Iluminação em locais com grande índice de assaltos durante a noite.</p> <p>*Eliminar acúmulo de lixo e proliferação de ratos</p>	<p>Asfalto comunitário em decorrência da falta de verba.</p> <p>Construir praça com 400m<sup>2</sup>, visando eliminar o acúmulo de lixo no local.</p>	<p>Governo Municipal de Francisco Morato.</p> <p>Comunidade local.</p>	<p>Acesso precário de viaturas policiais e ambulâncias.</p> <p>Alto índice de assaltos noturnos por falta de iluminação.</p> <p>Proliferação de ratos devido ao acúmulo de lixo.</p>	<p>Financeiro: Governo Municipal; Mão-de-obra e alimentação utilizou-se a ajuda da comunidade local.</p>	<p>Melhor acesso para o tráfego de ambulâncias e viaturas policiais.</p> <p>Iluminação contribuiu para reduzir os assaltos noturnos</p>
Instituição Responsável: Prefeitura Municipal de Francisco Morato					
Local de Implementação: Bairros do Município de Francisco Morato					
Início de Implementação:					

## ANEXO 7

<b>ÁREAS COM MAIOR NÚMERO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS</b>		
<b>Região Metropolitana de São Paulo, 1999</b>		
<b>Município</b>	<b>Unidade Policial</b>	<b>Crime Violento Letal</b>
São Paulo	92º DP - Parque Santo Antonio	235
São Paulo	47º DP - Capão Redondo	218
São Paulo	100º DP - Jardim Herculano	215
São Paulo	101º DP - Jardim das Imbuías	198
São Bernardo do Campo	3º DP - Alvarenga	190
Itaquaquecetuba	Delegacia Municipal	185
Guarulhos	4º DP - Pimentas	175
São Paulo	98º DP - Jardim Miriam	169
São Paulo	49º DP - São Mateus	157
Itapevi	Delegacia Municipal	150
São Paulo	37º DP - Campo Limpo	145
Barueri	Delegacia Municipal	126
Guarulhos	7º DP - Bonsucesso/ S. João	120
Embu	1º DP - São Marcos	115
Santo André	6º DP - Divisa SBC/Montanhão	96
Francisco Morato	Delegacia Municipal	95
Taboão da Serra	Delegacia Municipal	94

Fonte: SSP, DGP, DAP, Fundação Seade

## ANEXO 8

<b>Crimes Violentos Letais, Estado de São Paulo, 1997-2000</b>						
<b>Área/Ano</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Capital</b>	4729	4951	4738	5061	5733	5529
<b>Grande São Paulo</b>	3000	3281	3114	3514	3889	3608
<b>RMSP</b>	7729	8232	7852	8575	9622	9137
<b>Interior</b>		2739	3165	3722	3977	4019
<b>Estado</b>		10971	11017	12297	13599	13156

Fonte: SSP, Fundação Seade

## ANEXO 9

### QUADRO SINTÉTICO: FATORES DE RISCO E REDUÇÃO DE RISCO

FATORES DE RISCO	REDUÇÃO DE RISCO
<b>Indivíduos</b>	
Capacidade cognitiva e social limitada	Educação pré-escolar Atividades extra-curriculares na escola Apoio a pessoas com necessidades especiais
Capacidade profissional limitada	Qualificação e requalificação profissional
<b>Famílias</b>	
Orientação familiar insuficiente ou inadequada	Programas de orientação para famílias e apoio para crianças e adolescentes
Conflitos familiares intensos	Programas de assistência para famílias e proteção para crianças, adolescentes, mulheres e idosos
<b>Escolas</b>	
Falta de acesso a ou exclusão da escola	Assistência financeira para escolas e/ou famílias
Formação escolar insuficiente ou inadequada	Orientação pedagógica para professores e alunos
<b>Comunidades (sociedade/governo)</b>	
Pobreza relativa e desigualdade econômica	Programas de renda mínima Programas sociais (saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, seguro desemprego)
Oportunidades de emprego e geração renda limitadas	Programas de estágio e primeiro emprego Apoio a formação de cooperativas Apoio a formação de pequenas empresas
Locais de moradias insuficientes ou inadequados	Apoio a construção e melhoria de moradias populares
Infra-estrutura urbana insuficiente ou inadequada	Iluminação, limpeza, manutenção, reurbanização e e revitalização de áreas públicas
Espaços, organizações e atividades comunitárias insuficientes ou inadequadas	Construção, manutenção e utilização de centros de esporte, lazer, cultura e atividades comunitárias
Meios de proteção do patrimônio insuficientes ou inadequados	Ampliação do acesso e aperfeiçoamento de serviços de segurança (pública, privada e comunitária) e sistemas/tecnologias de vigilância
Meios de resolução de conflitos insuficientes ou inadequados	Ampliação do acesso e aperfeiçoamento de serviços de justiça e de mediação e arbitragem de conflitos
Facilidade de transportar e comercializar bens	Identificação da propriedade e intensificação do controle do transporte e comercialização de bens
Proximidade entre potenciais agressores e vítimas	Separação entre potenciais agressores e vítimas (em casa, na escola, no trabalho, em espaços públicos)
Abuso de álcool e drogas	Programas de prevenção e tratamento da dependência de álcool e drogas
Acesso a álcool e drogas	Intensificar controle da comercialização de álcool e drogas
Acesso a armas de fogo	Intensificar controle da comercialização, registro e porte de armas

## **ANEXO 10**

### **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

#### **DIA METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

Para fortalecer as ações do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, o Grupo de Trabalho de Comunicação Social apresentou proposta de criação do Dia Metropolitano de Combate à Violência. Uma jornada dedicada à discussão de temas ligados à violência, de situações que geram violência e das formas de preveni-la.

Por sugestão das prefeituras, as primeiras jornadas contra a violência devem abordar os temas do alcoolismo e das drogas, assim como da exclusão social. O formato do Dia Metropolitano de Prevenção à Violência será o de ações realizadas simultaneamente nos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo. Uma mescla de iniciativas que os próprios municípios já vêm levando a cabo isoladamente com outras que serão concebidas e realizadas especialmente para esta mobilização. Ações que levam à reflexão sobre as causas da violência e sobre as formas de contorná-las.

No entanto, mais que simplesmente chamar a atenção para a relação entre álcool, drogas, exclusão social e violência, o Dia Metropolitano tem como objetivo dar circulação a informações que podem ser úteis a quem sofre com as causas da violência. Informações que ensinem como buscar apoio oficial e não oficial na construção da cidadania. Que indiquem perspectiva e esperança para quem já vive em situações de risco.

Por essa característica de mobilização, o Dia Metropolitano pressupõe um grande trabalho de divulgação tanto na mídia quanto nos municípios, que precisa contar não só com o apoio dos veículos de comunicação, mas também com o esforço de cada órgão das prefeituras como multiplicadores desta iniciativa. Para dar coesão à mobilização, uma campanha publicitária com orientações gerais sobre a identidade visual do Dia Metropolitano está em vias de ser elaborada pela agência de publicidade DPZ.

Uma vez aprovada a criação do Dia Metropolitano, os municípios serão chamados a elaborar uma agenda mínima de ações, contando com o apoio da Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano. O ideal é que cada prefeitura mobilize dois ou três representantes para planejar esta jornada em seu município. A título de sugestão, a Secretaria Executiva apresenta abaixo propostas de ações para o Dia Metropolitano de Prevenção à Violência.

## **Dia Metropolitano de Prevenção à Violência: álcool e drogas**

**Data:** 01/09

**Horário:** 8h às 17h

**Estratégia:** Ações simultâneas nos 39 municípios, com as prefeituras promovendo suas próprias ações culturais, esportivas ou sociais de combate ao alcoolismo e às drogas já em andamento. A proposta é trabalhar as diferentes faixas etárias e classes sociais, particularmente a mais atingida pelo trinômio álcool-drogas-violência: os jovens da periferia.

- Crianças pequenas: teatro, coral, palhaços, jogos educativos
- Crianças entre 6 e 12 anos: jogos educativos, confecção de brinquedos, passeio de bicicleta
- Adolescentes: shows com artistas que se identifiquem com o grupo, grafite, oficinas
- Adultos e idosos: informações úteis, participação em atividades com crianças e jovens, torneios e atividades físicas

Na abertura, os prefeitos coordenadores do Fórum podem lançar uma Declaração de Princípios (embasada por dados do Instituto SP Contra a Violência) de combate ao alcoolismo e às drogas para a prevenção da violência.

### **Sugestões:**

1) Distribuição de material impresso, que confere caráter informativo à mobilização. A informação deve não somente alertar para os perigos do uso e do abuso de álcool e drogas, mas também informar o cidadão – com os contatos telefônicos e endereços – dos locais onde buscar apoio para sair do vício (ex: Alcoólicos e Narcóticos Anônimos, GREA, Proad, etc). O material pode ainda enviar, aos pais, mensagens como: “não mandem seu filho comprar bebida ou cigarro. Há uma permissão subliminar”. Estes impressos podem ser distribuídos em escolas, hospitais e postos de saúde.

2) Shows com artistas que se identifiquem com a juventude garantem mais eficiência às ações para este público alvo (show de rap, como o Xis, que fala de amor, esperança, etc; hip hop, forró, sertanejo ou outro ritmo, dependendo da localidade).

3) Entidades não-governamentais podem ser convidadas a ministrar oficinas interativas nas cidades da região metropolitana. Ex: Projeto Escola Aprendiz, Associação Palas Athenas, Projeto Novo Século Nova Atitude, Jovens de Diadema Unidos pela Paz, Associação Novolhar, etc. Para as crianças mais velhas, é interessante promover oficinas de pipas, com a idéia de transformar o “pipar” – do cachimbo do crack – em algo diferente. É desejável ter a participação dos pais na confecção das pipas.

4) Para adultos pode haver performances dramatizando a cena da medição de dosagem alcoólica no sangue pelo bafômetro.



5) Para os idosos, podem ser oferecidos torneios de damas ou de dominó, sugerindo que as praças tenham esses equipamentos. Os homens abusam do álcool mais frequentemente, e a inatividade gerada pela aposentadoria ou pelo desemprego faz do bar um ponto de elo social. Para as mulheres, a sugestão é um evento de macroginástica trabalhando o stress.

6) Podem ser adotadas ações simbólicas, como pintar, no corpo (testa, braço, etc) dos participantes do Dia Metropolitano, faixas de tinta vermelha e negra, representando as “pestanas” do logo do Fórum Metropolitano. Artistas e personalidades podem ser conclamados a fazer o mesmo, e passeios de bicicleta com crianças maiores portando esses símbolos (pintados no corpo ou em camisetas, por exemplo) serviriam para disseminar a mensagem no espaço geográfico do Dia Metropolitano.

7) Na capital, onde a mobilização será maior, pode haver uma mostra de filmes sobre o assunto. Podem ser exibidos vários filmes ou apenas um que seja reproduzido em toda a região metropolitana. Filmes têm de levar a uma reflexão sobre a problemática das drogas e do álcool (ex: produções internacionais como Cristiane F e Kids; ou produções nacionais, do tipo Como nascem os anjos).

8) Ainda na capital, pode haver um local estratégico onde estejam centralizadas as atividades do Dia Metropolitano. Nesse local, ONGs, fundações, institutos e entidades em geral comprometidas com a paz exibirão seus trabalhos.

9) Os prefeitos podem pedir espaço na mídia local para que se realizem debates sobre o assunto, com a participação de entidades locais, prefeitura e especialistas.

10) Para o evento, pode ser buscado o patrocínio de uma empresa de água mineral, como forma de estimular os participantes a não matar a sede com refrigerantes ou cerveja, mas com água mineral. “Brinde sua saúde com o elemento mais importante da Natureza. Comemore essa festa”.

## **Dia Metropolitano de Prevenção à Violência: inclusão social**

**Data:** 24/11

**Horário:** 8h às 17h

**Estratégia:** Fazer do Dia Metropolitano uma oportunidade para discutir as perspectivas de mobilidade social, no Brasil do século XXI, e levar à reflexão sobre como isso conduz à violência. O Dia Metropolitano sob o tema da inclusão permite abordar a questão da violência em todas as classes sociais, uma vez que a exclusão social atinge jovens, adultos e a terceira idade. Por isso, o leque de estratégias pode ser mais amplo.

Na abertura, os prefeitos coordenadores do Fórum podem, a exemplo do Dia Metropolitano sob o tema de Álcool e Drogas, lançar uma Declaração de Princípios relacionando violência e exclusão social.

### **Sugestões:**

Promover cursos de reciclagem profissional e qualificação em praça pública, simultaneamente nos 39 municípios da região metropolitana. Esses cursos seriam ministrados por especialistas das prefeituras e entidades não-governamentais convidadas.

Distribuição de material informativo ensinando ao participante do Dia Metropolitano os locais – com os contatos telefônicos e endereços – onde ele pode buscar cursos de profissionalização e reciclagem, agências de emprego e órgãos governamentais de colocação profissional. Informações sobre seguro-desemprego, carteira assinada, Justiça trabalhista, subemprego e informações úteis ao trabalhador devem circular no Dia Metropolitano.

Promover um grande debate com jovens dos 39 municípios (2 por município), para identificar, pelo olhar do jovem, as perspectivas do mundo de hoje, levando-o a refletir sobre os motivos da violência na região metropolitana e os caminhos para reduzi-la.

Estratégias de valorização da terceira idade: atividades para esse grupo social devem ser realizadas no Dia Metropolitano. Deve haver também a divulgação de locais que realizam atividades para a terceira idade.

Ações simbólicas, como a pintura das “pestanas” do logotipo do Fórum, também devem ser adotadas. Da mesma forma, prefeitos podem pedir espaço na mídia local para que se realizem debates sobre o assunto, com a participação de entidades locais, prefeitura e especialistas.

## **Dia Metropolitano da Arte Contra a Violência (Mostra Metropolitana)**

**Data:** 15/12

**Horário:** 8h às 17h

**Estratégia:** Promover uma mostra de arte de jovens da Grande São Paulo, nas modalidades que cada município julgar mais apropriado (redação, grafite, vídeo, pintura).

A seleção dos trabalhos seria feita no âmbito das escolas municipais, começando após a reunião plenária do Fórum do dia 28 de junho. Os escolhidos seriam expostos a princípio em São Paulo e, em seguida, de forma itinerante nos 39 municípios da região metropolitana.

## ANEXO 11

### PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO

#### **1. INSCRIÇÃO**

- 1.1. Concorrerão ao “Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo”, matérias produzidas por jornalistas brasileiros ou radicados no País, veiculadas na Grande São Paulo, no período de 31 de agosto de 2000 a 31 de agosto de 2001. Podem ser inscritas matérias que enfoquem o tema “Prevenção e Combate à Violência” e assuntos pertinentes. Os textos deverão ser escritos necessariamente em Português.
- 1.2. Cada jornalista poderá inscrever o máximo de cinco matérias, desde que atendam às determinações deste regulamento.
- 1.3. A inscrição deverá ser feita mediante envio de cinco cópias das matérias à assessoria de imprensa do Instituto São Paulo Contra a Violência, a Ricardo Viveiros – Oficina de Comunicação, à rua João Alberto Moreira, 86 – Jardim das Bandeiras – CEP 05439-130 – São Paulo (SP). Serão aceitos os trabalhos entregues até o dia 10 de setembro de 2001 ou postados no correio até essa data. Deverá acompanhar esse material uma relação com os dados dos autores das matérias: nome, número do RG, MTb, endereço completo, telefone para contato, nome do veículo e data do envio do trabalho.

#### **2. CATEGORIAS**

##### **2.1 JORNALISMO IMPRESSO**

Para a inscrição, é necessário enviar um exemplar da revista ou jornal no qual a matéria tenha sido publicada, além de cinco cópias do texto. Concorrerão as matérias, escritas por um ou mais profissionais, publicadas em jornais ou revistas, que poderão ser enviadas pelos próprios autores ou pelas empresas jornalísticas.

##### **2.2 RADIOJORNALISMO**

Concorrerão reportagens veiculadas em emissoras de rádio brasileiras. Deverão ser enviadas à assessoria de imprensa do Fórum cinco fitas cassete com a reportagem, constando identificação do autor, da emissora, a data em que a matéria foi ao ar e a sua duração em minutos.

##### **2.3 TELEJORNALISMO**

Concorrerão as reportagens veiculadas em emissoras de televisão brasileiras. Deverão ser enviadas à assessoria de imprensa do Fórum cinco fitas VHS com a reportagem, constando identificação do autor, da emissora, da data em que foi ao ar e o tempo da matéria em minutos.

##### **2.4 JORNAL ELETRÔNICO**

Concorrerão as reportagens veiculadas nos jornais da rede mundial de computadores (Internet). Deverão ser enviadas à assessoria de imprensa do Fórum cinco cópias impressas, com a reportagem, constando identificação do autor, do site e a data em que foi veiculada.

### **3. JULGAMENTO**

Os trabalhos inscritos serão avaliados, numa primeira etapa, por uma equipe de especialistas e jornalistas, e, numa segunda fase, por uma Comissão de Julgamento de alto nível, a ser definida pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A comissão julgadora será composta por cinco membros. Será designado um deles como Relator. A este Relator competirá a tarefa de voto de desempate, quando necessário.

**3.1** O julgamento será feito em duas etapas:

⇒ **Primeira:** seleção dos trabalhos, em conformidade com o regulamento, feita pela equipe do Fórum; e

⇒ **Segunda:** eleição das matérias vencedoras pela comissão julgadora.

Cada membro da comissão, individualmente, atribuirá uma nota, de zero a 10, às matérias selecionadas na primeira etapa. A matéria que obtiver a maior pontuação, na soma das notas dos membros da comissão, será a vencedora em cada categoria.

**3.2** A decisão da comissão é soberana. Não sendo possível contestações posteriores.

### **4. PREMIAÇÃO**

Aos dois trabalhos classificados em primeiro e segundo lugar em cada categoria, indicados pela comissão julgadora, serão atribuídos, respectivamente, os seguintes prêmios:

#### **4.1 PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO IMPRESSO**

Para a melhor matéria de jornal ou revista será concedido o **PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO IMPRESSO**, no valor de R\$ ....., para o primeiro lugar e ..... para o segundo lugar. Os dois classificados receberão um troféu cada.

#### **4.2 PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE RADIOJORNALISMO**

Para a melhor matéria de **RÁDIO** será concedido prêmio no valor de ..... para o primeiro lugar e ..... para o segundo lugar. Os dois classificados receberão um troféu cada.

#### **4.3 PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE TELEJORNALISMO**

Para a melhor matéria de **TV** será concedido prêmio no valor de ..... para o primeiro lugar e ..... para o segundo lugar. Os dois classificados receberão um troféu cada.

#### **4.4 PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO NA INTERNET**

Para a melhor matéria de **INTERNET** será concedido prêmio no valor de ..... para o primeiro lugar e ..... para o segundo lugar. Os dois classificados receberão um troféu cada.

#### 4.5 **GRANDE PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO**

Dentre os primeiros colocados nas quatro categorias anteriores, será eleito a melhor matéria do ano, a cujo autor/autores será outorgado o GRANDE PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO. O vencedor, além do prêmio em dinheiro e diploma anteriormente especificados, ganhará uma viagem, com todas as despesas pagas, para conhecer ..... A viagem terá a duração de..... dias.

- 4.6 Todos os premiados receberão comunicado sobre sua eleição até o dia 15 de novembro de 2001. A entrega dos prêmios acontecerá em 10 de dezembro (Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com alusão à data) de 2001, em São Paulo, em local a ser definido pelo Fórum.

#### **Observações:**

1. Este regulamento está registrado no ..... Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.
2. Os inscritos autorizam o Fórum Metropolitano de Segurança Pública a divulgar em todos os meios de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão, Internet etc) os títulos, enfoque, autores e veículos das matérias vencedoras. Os trabalhos premiados poderão ser objeto de reprodução em livros, revistas, folhetos, catálogos e exposições de cunho exclusivamente informativo ou cultural, sem necessitar de autorização dos seus autores.
3. Todos os materiais concorrentes enviados ao Fórum não serão devolvidos.
4. No caso da impossibilidade de um dos jurados confirmados não poder participar, o Fórum irá indicar outro, com a anuência dos demais jurados.
5. Na hipótese de os trabalhos vencedores terem mais de um autor, o prêmio será dividido igualmente entre a equipe.
6. Não podem participar do Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo: membros da Comissão Julgadora; funcionários do Fórum e das prefeituras participantes e seus parentes; e funcionários da Ricardo Viveiros – Oficina de Comunicação e seus parentes.
7. Mais esclarecimentos podem ser obtidos diretamente na Ricardo Viveiros – Oficina de Comunicação pelo telefone (11) 3675-5444 ou e-mail [rvo@viveiros.com.br](mailto:rvo@viveiros.com.br) .

## ANEXO 12

### FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA

São Paulo, 23 de maio de 2001.

Excelentíssimo Senhor  
Fernando Henrique Cardoso  
Presidente da República do Brasil,

Os prefeitos dos municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, abaixo relacionados, membros do Fórum Metropolitano de Segurança vêm respeitosamente manifestar a Vossa Excelência suas preocupações e propostas relativas às questões diretamente afetas à gestão do poder público municipal, decorrentes da crise energética que se instalou nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país.

Não será necessário caracterizar, uma vez que é do conhecimento de todos, a grave crise social existente em nossa Região Metropolitana, cujos principais indicadores talvez sejam os índices de violência e criminalidade urbanas.

O Plano Nacional de Segurança Pública, que reúne ações coordenadas dos vários níveis de governo, enfatiza a importância da iluminação pública como fator relevante na inibição de atos ilícitos nos grandes aglomerados urbanos. Este Plano prevê como uma de suas metas investimentos importantes para este setor deste serviço público municipal, conforme foi divulgado por Vossa Excelência no ano de 2000.

De fato, está comprovada a efetiva correlação entre a falta de iluminação pública e a criminalidade. Dados estatísticos e estudos realizados na Inglaterra durante a crise do petróleo em 1974, quando a iluminação pública foi reduzida em 50% em áreas urbanas, apontaram aumento de 100% nos indicadores de furtos e de 50% nos índices de criminalidade. Também situações de tumulto, de difícil controle, foram registradas. No trânsito, estudos realizados por importantes institutos internacionais de pesquisa indicam a forte relação existente entre acidentes e o nível de iluminação das vias de circulação. A iluminação destas vias resultou em redução superior a 50% nos índices de acidentes de trânsito em cidades de países como os Estados Unidos, Inglaterra, Japão Austrália e outros.

A redução na iluminação pública é um fator de descontrole social que temos a responsabilidade de evitar, quer seja no futuro, nos precavendo contra os “apagões”, quer seja no presente, quando todo o país se envolve em uma campanha nunca registrada para a economia de energia elétrica.

A Resolução nº1 da Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica – CGCEE em seu artigo 1º, item 2, determina às concessionárias: “Reduzir o fornecimento de eletricidade para o atendimento de carga da iluminação pública em pelo menos 35% até 30 de junho de 2001, observando condições aceitáveis da segurança da população”.

Queremos afirmar Senhores Presidentes, que em nossa Região Metropolitana as condições aceitáveis para segurança da população estão, ao contrário, a exigir um aumento nos níveis de iluminação em seus sistemas viários, como nossas populações têm constantemente reivindicado. Estas condições ficarão seriamente comprometidas com o apagamento das unidades de iluminação pública, conforme indica a referida Resolução nº 01 da CGCEE.

Devemos agregar, por oportuno, a pequena importância relativa do consumo de energia elétrica nos serviços de iluminação pública, quando comparado aos consumos apresentados pelos demais grupos de consumidores de energia elétrica: as residências, as indústrias, o comércio e outros. Se for realizada completamente a meta estipulada de economia para este serviço público

pela Resolução nº 1 da CGCEE, o resultado a ser proporcionado em escala nacional, seria pouco superior a 1%, valor passível de ser compensado com esforços a serem empreendidos em outras áreas de utilização.

A solução indicada para a redução no consumo de energia elétrica pelos sistemas de iluminação pública com simultânea promoção de melhoria nos níveis de iluminação das vias urbanas é aquela proporcionada pela substituição de seus componentes luminotécnicos, de tecnologia obsoleta hoje empregada na maioria de nossas cidades, por aqueles que empregam tecnologias atualizadas, disponíveis no mercado nacional. Com o emprego destas novas tecnologias será possível alcançar economias de até 40% no consumo de energia elétrica e o aumento médio de 50% no nível de iluminação das vias públicas. É de todo conveniente e oportuno avançarmos aceleradamente com os programas existentes para esta finalidade em especial o Programa Reluz da Eletrobrás.

Diante deste quadro e das conseqüências danosas que poderão advir com a redução do nível de iluminação em nossas cidades, vimos pleitear de Vossa Excelência:

- 1) Suspender a aplicação do item 2 da Resolução nº 01 da CGCEE à nossa Região Metropolitana de São Paulo, extensível aos demais grandes centros urbanos do país. Nossos municípios já estão empenhados em campanhas de economia de energia elétrica em seus próprios administrativos e implementando campanhas de sensibilização e orientação à população, visando compensar aquela parcela de economia que seria obtida com a restrição à iluminação pública.
- 2) A abertura imediata das linhas de crédito existentes para programas de modernização, racionalização, economia de energia e melhoria dos sistemas de iluminação pública, diretamente aos municípios, notadamente os recursos da Reserva Global de Reversão do setor elétrico nacional, que estão destinados à Procel-Eletrobrás, bem como recursos previstos no Fundo Nacional de Segurança Pública.

Confiantes em que Vossa Excelência bem compreenderá a necessidade de evitarmos expor a população a situações de risco iminente, com a queda da iluminação em nossos municípios, vindo a anuir o pleito aqui apresentado, manifestamos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Seguem as assinaturas de 35 dos 39 prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo.



**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA:**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

SECRETARIA EXECUTIVA  
INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

Av. Paulista, 119/ 5º andar

São Paulo - SP - Brasil CEP 01311-903

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

**Equipe responsável pela elaboração deste trabalho:**

Paulo de Mesquita Neto

Carolina de Mattos Ricardo

Pablo Uchoa

Helena Massi

Colaboração:

Aline Maria

Aparecido Quesada

Gislaine Caresia

Juliana Donha

Luciano Henrique Vitoriano

Roseli A de Lima



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 2**  
**29/06/2001 A 27/09/2001**

**27 DE SETEMBRO DE 2001**

# FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 2

### SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. GT INFORMAÇÃO CRIMINAL
3. GT GUARDAS MUNICIPAIS
4. GT PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
5. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANEXO 1- EQUIPAMENTOS E SOFTWARES NECESSÁRIOS PARA ACESSO DAS PREFEITURAS AOS DADOS E MAPAS DO INFOCRIM

1.1. DESCRIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES

1.2. ORÇAMENTO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES PARA ACESSO DAS PREFEITURAS AOS DADOS E MAPAS DO INFOCRIM

1.3. CUSTO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES POR MUNICÍPIO

ANEXO 2 - CURRÍCULO PARA FORMAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS:

2.1 CURRÍCULO MÍNIMO

2.2 PROGRAMA DAS DISCIPLINAS (PROPOSTA PRELIMINAR)

ANEXO 3 – LEI MUNICIPAL 8.044, DE 27 DE JUNHO DE 2000, INSTITUINDO O CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTO ANDRÉ

ANEXO 4 – BANCO DE PROJETOS - RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO

ANEXO 5 - PUBLICAÇÃO SOBRE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (PROPOSTA PRELIMINAR)

ANEXO 6 – RELATÓRIO DO PRIMEIRO DIA METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA (1º DE SETEMBRO DE 2001)

## **1. APRESENTAÇÃO**

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos grupos de trabalho do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 29 de junho a 27 de setembro de 2001. O relatório apresenta também as propostas dos grupos de trabalho para discussão e aprovação do Fórum.

Durante este período, os grupos de trabalho implementaram as decisões tomadas na 2ª reunião plenária do Fórum Metropolitano em 29 de junho. O Fórum realizou um debate sobre a mudança do papel constitucional das guardas municipais (17/8/2001), estruturou o Banco de Projetos de Prevenção à Violência, colocando-o à disposição do público no seu website ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)), e realizou o 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência (1/9/2001).

## **2. GT INFORMAÇÃO CRIMINAL**

O grupo de trabalho das informações criminais tem por objetivo expandir o Infocrim para todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, estabelecer mecanismos de acesso das prefeituras municipais aos dados e mapas do Infocrim, aumentar a divulgação e consolidar o serviço Disque Denúncia na Região Metropolitana.

### **2.1. INFOCRIM**

A Prefeitura de Guarulhos e a Secretaria Executiva do Fórum solicitaram orçamentos para aquisição dos equipamentos e softwares necessários para estabelecer o acesso das prefeituras aos dados e mapas do Infocrim (ver descrição, orçamento e custo por município dos equipamentos e softwares no anexo 1)

#### Proposta:

Aprovar orçamento para aquisição de equipamentos e softwares e partilha de custos entre os municípios.

### **2.2. DISQUE DENÚNCIA**

Guarulhos – Em setembro, a Secretaria de Serviços Públicos iniciou a colocação de cartazes divulgando o serviço Disque Denúncia nos 500 ônibus que operam nas 61 linhas municipais.

Barueri – Em outubro a prefeitura deve iniciar a colocação de cartazes em ônibus e outdoors pelo município e realizar um fórum para discutir segurança e lançar o material sobre o Disque Denúncia no município

Caieiras – Divulgou o número do Disque Denúncia em Cartaz do 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência

Itapeverica da Serra – Distribui adesivo divulgando o número do Disque Denúncia.

São Paulo – Tramitam nas comissões da Câmara Municipal dois projetos de lei, de autoria da vereadora Aldaíza Sposati e William Woo, determinando a fixação de cartazes divulgando o serviço Disque Denúncias nos ônibus que operam na cidade.

### **3. GT GUARDAS MUNICIPAIS**

O grupo de trabalho das guardas municipais tem por objetivo propor medidas visando o aperfeiçoamento da atuação das guardas municipais no quadro constitucional atual e estudar e, eventualmente, propor medidas visando alterar o quadro constitucional que regula a atuação das guardas municipais.

#### **3.1. ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO QUADRO CONSTITUCIONAL ATUAL**

Com relação à atuação das guardas municipais, o Fórum propôs o aperfeiçoamento dos cursos de formação de guardas municipais e a criação de Fundos e Conselhos Municipais de Segurança Pública.

##### **3.1.1. Cursos de formação de guardas municipais**

Conforme decisão da plenária de 28/06/2001, a Secretaria Executiva do Fórum solicitou e recebeu das guardas de Barueri, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo e São Paulo o programa das disciplinas do curso de formação de guardas. Com base nestes programas, a Secretaria Executiva desenvolveu uma proposta preliminar de programa para as disciplinas que integram o currículo mínimo do curso de formação de guardas municipais aprovado pelo Fórum na reunião plenária de 28/06/2001 (anexo 3).

##### Proposta:

Levando em consideração a importância da definição do conteúdo programático de cada disciplina, o GT de Guardas Municipais propõe a formação de uma comissão técnica, com representantes dos departamentos de ensino das guardas municipais e especialistas em educação e formação profissional para avaliar a proposta preliminar preparada pela Secretaria Executiva e apresentar uma proposta definitiva ao Fórum.

##### **- Fundo Municipal de Segurança e Conselho Municipal de Segurança**

Santo André criou o Fundo e o Conselho Municipal de Segurança em do Município através da lei municipal 8.044, de 27 de junho de 2000 (anexo 4).

##### Proposta:

Realizar um seminário em Santo André sobre a criação e o funcionamento do Fundo Municipal de Segurança Pública, visando disseminar informações sobre esta forma de captação de recursos para as guardas municipais e os programas municipais da segurança pública.

## **3.2. MUDANÇA DO QUADRO CONSTITUCIONAL REGULANDO A ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

### **3.2.1. Debate sobre o Papel Constitucional das Guardas Municipais**

Conforme decisão da plenária de 28/06/2001, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública promoveu um debate sobre a mudança do quadro constitucional regulando a atuação das guardas municipais, no dia 17 de agosto, na sede da Federação do Comércio do estado de São Paulo. O debate, que teve por objetivo subsidiar o posicionamento do Fórum em relação a propostas de mudança constitucional afetando o papel das guardas municipais, reuniu o senador Romeu Tuma, as deputadas federais Zulaiê Cobra e Luiza Erundina e o prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, todos autores de proposta de emenda constitucional sobre o tema.

O senador Romeu Tuma defendeu a aprovação de emenda constitucional que atribui às guardas municipais a competência para realização do policiamento ostensivo. O senador enfatizou a importância de regulamentar constitucionalmente uma situação que já existe de fato, que é a realização de atividades de policiamento ostensivo pelas guardas municipais. O principal argumento do senador é a necessidade de dar respaldo legal para uma atividade legítima já exercida pelas guardas, de modo a evitar o desgaste das guardas municipais e eventuais punições de seus profissionais por desvio de função.

A deputada Zulaiê Cobra defendeu a aprovação de emenda constitucional que unifica as polícias civil e militar e autoriza as guardas municipais a, mediante convênio entre a prefeitura e o governo estadual, realizar atividades de policiamento ostensivo. A deputada enfatizou o papel desempenhado pelas guardas municipais na área da segurança pública e particularmente a sua formação civil. A deputada defendeu a exigência de um convênio entre a prefeitura e o governo estadual como forma de viabilizar a integração das atividades da guarda municipal e da polícia estadual e estabelecer mecanismos de repasse de recursos do estado para o município que assumir responsabilidades na área da segurança pública.

A deputada Luiza Erundina defendeu a aprovação de emenda constitucional que transfere do governo estadual para o governo municipal a responsabilidade pela segurança pública, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, mediante convênio através do qual efetivos e equipamentos das polícias civil e militar passariam ao controle do governo municipal. A deputada ressaltou a importância do papel dos municípios no controle e na prevenção da criminalidade devido a sua maior proximidade dos problemas da comunidade.

O prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, defendeu a aprovação de emenda constitucional visando a municipalização da segurança pública, com conteúdo semelhante ao da emenda proposta pela deputada Luiza Erundina, mas ressaltou a importância de uma integração dos municípios na resolução dos problemas de segurança pública que normalmente ultrapassam as fronteiras de cada município. Palocci citou como exemplo a Região Metropolitana de Montreal, no Canadá, composta por 29 municípios, que constituiu um fundo regional, com recursos municipais, e constituiu uma única polícia metropolitana para garantir a segurança em todos os municípios.

### Proposta:

Apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública à proposta de emenda constitucional alterando o artigo 144, parágrafo 8º da Constituição Federal, visando atribuir às guardas municipais a competência legal para realização do policiamento comunitário.

### **3.2. XII Congresso Nacional das Guardas Municipais**

A convite da Guarda Municipal de Santo André, o secretário executivo do Fórum Metropolitano de Segurança, Paulo Mesquita, participou do XII Congresso Nacional das Guardas Municipais, realizado dias 17 e 18 de setembro, de 2001, realizando palestra sobre o tema “As Guardas Municipais no Fórum Metropolitano de Segurança Pública”.

Durante o Congresso, foi aprovada a Carta de Santo André, que defende a alteração do artigo 144, parágrafo 8º da Constituição Federal, visando atribuir às guardas municipais a competência constitucional para exercer o papel de polícia, na proteção da população do Município, independentemente de convênio entre o Município e o Estado.



#### **4. GT PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

O grupo de trabalho da prevenção à violência tem por objetivo debater e apoiar o desenvolvimento de políticas e programas municipais de prevenção à violência, particularmente políticas e programas direcionados para áreas e situações de alto risco de violência na Região Metropolitana de São Paulo.

##### Atividades e Resultados:

Estruturação do Banco de Projetos, com apresentando 60 projetos de prevenção à violência na Região Metropolitana de São Paulo (ver relatório dos projetos recebidos no anexo 4).

Disponibilização do Banco de Projetos no web-site do Fórum na Internet ([www.forumsp.gov.br](http://www.forumsp.gov.br)).

##### Propostas:

Formação de conselho técnico-consultivo, formado por representantes do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Faculdade de Saúde Pública da USP, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Seade, Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano, Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos de Pesquisas da Administração Municipal, Fundação Instituto de Administração

Publicação sobre a prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo, segundo proposta em anexo.

Realização de cinco encontros regionais (São Paulo, Grande Norte, Grande Leste, Grande Sul, Grande Oeste) sobre prevenção da violência.

## **5. GT DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **5.1. Dia Metropolitano de Prevenção à Violência**

No dia 1º de setembro de 2001, foi realizado o 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência: álcool e drogas. Vinte e quatro municípios realizaram atividades visando a conscientização e mobilização da comunidade para importância da prevenção à violência, chamando a atenção particularmente para a relação entre o álcool e das drogas e o risco de violência. Participaram os seguintes municípios: Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mauá, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, São Paulo, Taboão da Serra.

A agência de publicidade DPZ desenvolveu a campanha do 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência, lançada no dia 17 de agosto ao final do debate sobre o papel constitucional das Guardas Municipais. A DPZ ofereceu a todas as prefeituras o cd-rom contendo a arte gráfica da campanha, o cd com spot para rádio e a fita beta para TV.

A SENAD (Secretaria Nacional Anti-Drogas) ofereceu, através do Centro de Integração Empresa Escola, que assessora a Secretaria Executiva do Fórum, a todas as prefeituras a cartilha “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família” para distribuição no 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência.

Proposta: Definição da data para o 2º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência

# **ANEXO 1 - EQUIPAMENTOS E SOFTWARES NECESSÁRIOS PARA ACESSO DAS PREFEITURAS AOS DADOS E MAPAS DO INFOCRIM**

## **1.1. DESCRIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO  
GRUPO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

São Paulo, 19 de julho de 2001

Com o objetivo de disponibilizar os dados do INFOCRIM para os 39 municípios da região Metropolitana, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, a fim de subsidiar com informações das ocorrências criminais as políticas municipais de segurança pública, torna-se necessário o investimento nos recursos tecnológicos descritos neste documento.

## **1. RECURSOS TECNOLÓGICOS**

- **2 Servidores**

Configuração individual:

- 4 processadores Intel Pentium III Xeon @ 700 MHz ou superior, 1MB de cache;
- 4 GB de RAM;
- 20 GB de disco (servidor 1) e 50 GB de disco (servidor 2);
- 2 interfaces de rede 100Mbps;
- 1 unidade de fita DAT;
- Windows 2000 Advanced Server;
- Garantia ON-SITE 24x7;

- **Servidor de Aplicação**

COLDFUSION Enterprise Server 5  
Macromedia

- **Banco de Dados**

ORACLE 8i Database Enterprise Edition, com opção 'ORACLE Spatial' (licença por Universal Power Unit para o servidor especificado acima)  
Oracle

- **Servidor GIS**

GEOMEDIA WebMap 5.0 (configuração para alta ou média demanda)  
Intergraph

- **Bases cartográficas digitais dos 38 municípios da Grande São Paulo**

Compatível com base cartográfica da Capital em uso no INFOCRIM  
Multispectral

- **Cadastro geocodificado dos pontos de interesse (em formato MapInfo)**

**1.2. ORÇAMENTO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES PARA ACESSO DAS PREFEITURAS AOS DADOS E MAPAS DO INFOCRIM**

<b>ACESSO DAS PEREFITURAS AOS DADOS E MAPAS DO INFOCRIM</b>			
<b>ORÇAMENTO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES (26/09/2001)</b>			
<b>Servidor Aplicação (US\$)</b>	<b>Freeway</b>	<b>Macromedia</b>	<b>JDJStore</b>
ColdFusion Enterprise Server 5	4.920,00	<b>4.995,00</b>	4.399,99
<b>Servidor Gis - Geomedia Web Map 5 (US\$)</b>	<b>Sisgraph</b>		
Baixa Demanda	47.500,00		
Média Demanda	<b>95.000,00</b>		
<b>Total US\$</b>		<b>99.995,00</b>	
<b>Total R\$</b>		<b>284.985,75</b>	
<b>Banco de Dados Oracle 8i/9i (R\$)</b>	<b>Oracle</b>		
48 usuários concorrentes	38.400,00		
Suporte	8.448,00		
	<b>46.848,00</b>		
<b>2 Servidores (R\$)</b>	<b>SIGEO</b>	<b>THS</b>	
4 Processadores Intel Pentium III Xeon 700 MHz	200.000,00	<b>157.666,70</b>	
1MB de cache; 4 GB de RAM, HD 20 GB,			
HD 50GB, 2 interface de rede 100Mbps,			
1 unidade fita DAT			
Windows 2000 Advanced Server			
Grantia on-site 24x7			
<b>Total R\$</b>		<b>204.514,70</b>	
<b>Total R\$</b>		<b>489.500,45</b>	
<b>Total R\$ + 10%</b>		<b>538.450,50</b>	

### 1.3. CUSTO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM	VALOR 1	VALOR 2
ARUJA	59.080	0,3	1.783,81	5.000,00
BARUERI	208.028	1,2	6.281,03	7.116,00
BIRITIBA MIRIM	24.567	0,1	741,76	5.000,00
CAIEIRAS	70.849	0,4	2.139,16	5.000,00
CAJAMAR	50.244	0,3	1.517,03	5.000,00
CARAPICUIBA	343.668	1,9	10.376,43	11.755,00
COTIA	148.082	0,8	4.471,07	5.065,00
DIADEMA	356.389	2,0	10.760,52	12.190,00
EMBU	206.781	1,2	6.243,38	7.073,00
EMBU-GUAÇU	56.709	0,3	1.712,23	5.000,00
FERRAZ DE VASCONCELOS	141.939	0,8	4.285,59	5.000,00
FRANCISCO MORATO	133.248	0,7	4.023,18	5.000,00
FRANCO DA ROCHA	107.997	0,6	3.260,77	5.000,00
GUARAREMA	21.880	0,1	660,63	5.000,00
GUARULHOS	1.071.299	6,0	32.345,93	36.644,00
ITAPECIRICA	129.156	0,7	3.899,63	5.000,00
ITAPEVI	162.421	0,9	4.904,01	5.556,00
ITAQUAQUECETUBA	272.416	1,5	8.225,11	9.318,00
JANDIRA	91.721	0,5	2.769,35	5.000,00
JUQUITIBA	26.479	0,1	799,49	5.000,00
MAIRIPORÃ	59.708	0,3	1.802,77	5.000,00
MAUÁ	363.112	2,0	10.963,51	12.420,00
MOGI DAS CRUZES	329.680	1,8	9.954,09	11.277,00
OSASCO	650.993	3,7	19.655,55	22.267,00
PIRAPORA DO BOM JESUS	12.338	0,1	372,52	5.000,00
POÁ	95.724	0,5	2.890,21	5.000,00
RIBEIRÃO PIRES	104.336	0,6	3.150,24	5.000,00
RIO GRANDE DA SERRA	36.352	0,2	1.097,58	5.000,00
SALESÓPOLIS	14.330	0,1	432,67	5.000,00
SANTA ISABEL	43.473	0,2	1.312,59	5.000,00
SANTANA DO PARNAIBA	74.722	0,4	2.256,10	5.000,00
SANTO ANDRÉ	648.443	3,6	19.578,56	22.180,00
SÃO BERNARDO DO CAMPO	700.405	3,9	21.147,46	23.958,00
SÃO CAETANO DO SUL	140.144	0,8	4.231,39	5.000,00
SÃO LOURENÇO DA SERRA	12.185	0,1	367,90	5.000,00
SÃO PAULO	10.406.166	58,4	314.195,30	222.063,50
SUZANO	22.8439	1,3	6.897,30	7.814,00
TABOÃO DA SERRA	197.460	1,1	5.961,95	6.754,00
VARGEM GRANDE PAULISTA	32.548	0,2	982,73	5.000,00
TOTAL	17.833.511	100,0	538.450,50	538.450,50

OBS: Valor 1: Contribuição Proporcional à População

Valor 2: Contribuição Proporcional à População Ajustada (Mínima de R\$ 5.000,00)

## **ANEXO 2 – CURRÍCULO MÍNIMO E PROGRAMA PARA FORMAÇÃO DE GUARDAS MUNICIPAIS**

### **3.1 CURRÍCULO MÍNIMO**

#### **Módulo Básico**

1. Noções de Direito
  - Direito Constitucional
  - Direito Civil
  - Direito Penal
  - Direito Processual Penal
  - Direitos Humanos
  - Legislação Especial (sugestões: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Tóxicos, Lei de Trânsito, Lei de Greve, Lei de Imprensa, Código de Defesa do Consumidor, Lei dos Juizados Especiais, Lei de Abuso de Autoridade)
  - Outros (sugestões: Direito Administrativo, Direito Ambiental, Responsabilidade Civil por Ato Ilícito)
2. Ciências Humanas
  - Sociologia
  - Psicologia Social
  - Relações Humanas: relações com crianças e adolescentes, portadores de deficiência, dependentes de álcool e drogas
  - Cultura e Realidade Brasileira
3. Administração Pública, Sistema de Segurança Pública, Estrutura e Funcionamento da Guarda Municipal
4. Ética Profissional

#### **Módulo de Capacitação Técnica**

1. Procedimentos Operacionais: Registro de Ocorrência, Relatório de Serviço, Comunicação/Rádio/Correspondência, Outros.
2. Pronto Socorrismo
4. Prevenção e Combate à Incêndio
5. Defesa Civil
6. Segurança Patrimonial
7. Técnicas de Policiamento (Ostensivo, Comunitário, Trânsito)
8. Motomec/Direção Defensiva/Patrolhamento Motorizado
9. Armamento e Tiro
10. Defesa Pessoal (Técnicas Não Letais de Intervenção Policial)

#### **Módulo Complementar**

1. Língua Portuguesa
2. Educação Física
3. Ordem Unida
4. Noções de Qualidade de Serviço
5. Palestras e Visitas
6. Estágios
7. Avaliação

### **3.2 PROGRAMA DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE FORMAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS (VERSÃO PRELIMINAR)**

#### **MÓDULO BÁSICO**

##### **1) NOÇÕES DE DIREITO**

###### **- OBJETIVO:**

Formar um guarda apto a atuar pautado pelos princípios do Estado Democrático de Direito, a fim de que aja sempre em conformidade com a lei e com a conduta ética, além de capacitar o guarda com os procedimentos jurídicos necessários a sua atividade.

###### **- CONTEÚDO**

- a. Direito Constitucional - compreensão da Constituição Federal e de seu papel político e jurídico, direitos e garantias fundamentais
- b. Direito Civil – capacidade civil e responsabilidade civil por atos ilícitos
- c. Direito Penal - noções do Código Penal, parte geral e parte especial, com foco nos pontos relacionados diretamente com a atividade da guarda
- d. Direito Processual Penal – noções básicas do procedimento penal, fiança
- e. Direitos Humanos – Declaração Universal dos Direitos Humanos, conceito de direitos humanos e de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
- f. Legislação especial:
  - Estatuto da Criança e do Adolescente
  - Lei de Tóxicos
  - Lei de Trânsito
  - Lei de Greve
  - Lei de Imprensa
  - Código de Defesa do Consumidor
  - Lei dos Juizados Especiais
  - Lei de Abuso de Autoridade

###### **- METODOLOGIA**

Aulas expositivas, consulta à legislação e apostila e utilização de exemplos

###### **- AVALIAÇÃO**

Provas

##### **2) CIÊNCIAS HUMANAS**

###### **- OBJETIVO**

Formar um guarda com conhecimento teórico e prático das ciências que envolvem as relações humanas e a vida em sociedade, com um foco específico na compreensão de comportamentos individuais e coletivos.

###### **- CONTEÚDO**

- a. Sociologia: estudo científico da sociologia, estudo da sociedade e características da vida em grupo
- b. Psicologia Social: compreensão e desenvolvimento de hábitos de sociabilidade que permitam o aprimoramento no trabalho e em outras esferas sociais
- c. Relações Humanas: conhecimento dos conceitos da ciência da comunicação com o objetivo de desenvolver uma compreensão mútua entre o guarda e seu público
  - Relações com crianças e Adolescentes
  - Relações com portadores de deficiência
  - Relações com dependentes de álcool e drogas
- d. Cultura e Realidade Brasileira: análise dos principais problemas da realidade brasileira.

###### **- METODOLOGIA**

Aulas expositivas, dinâmicas e discussões em grupo.

###### **- AVALIAÇÃO**

Provas e, eventualmente, trabalhos em grupo.

##### **3) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL**

###### **- OBJETIVO**

Contextualizar a estrutura administrativa e o sistema de segurança pública, bem como o papel e posição da guarda municipal dentro desse sistema.

**- CONTEÚDO**

Administração Pública  
Segurança Pública  
A Guarda Civil Municipal

**- METODOLOGIA**

Aulas expositivas, consulta à apostila e doutrina.

**- AVALIAÇÃO**

Prova

**4) ÉTICA PROFISSIONAL**

**- OBJETIVO**

Formar um guarda com valores profissionais éticos, consciente de sua responsabilidade social e comprometido com os objetivos de sua profissão e de sua corporação

**- CONTEÚDO**

Código de Ética e Disciplina  
Estatuto da Guarda  
Responsabilidade Social

**- METODOLOGIA**

Aula expositiva, consulta à apostila e dinâmicas e discussões em grupo

**- AVALIAÇÃO**

Prova e trabalho em grupo

**MÓDULO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

**1) PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

**- OBJETIVO:**

Capacitar o guarda para prestar auxílio ao público, atendendo e encaminhando qualquer tipo de ocorrência, baseado nos preceitos legais e utilizando técnicas operacionais.

**- CONTEÚDO**

- a. Atuação em Ocorrências/Relatório de Serviços – auxílio ao público, flagrante delito, prisão, coleta de dados, apresentação perante a autoridade policial, testemunhas
- b. Telecomunicações/Rádio/Correspondência – utilização correta dos equipamentos de forma a racionalizar e agilizar a transmissão de informações.

**- METODOLOGIA**

Aulas expositivas, consulta à apostila e utilização de exemplos

**- AVALIAÇÃO**

Provas

**2) PRONTO SOCORRISMO**

**- OBJETIVO**

Capacitar o aluno a avaliar a vítima e prestar assistência inicial eficiente em caso de emergências médicas

**- CONTEÚDO**

Estado de consciência  
Respiração, pulsação, cor da pele, pupilas e capacidade de movimentação  
Diferentes situações: ferimentos, transporte de feridos, vertigem, desmaio, convulsão, animais peçonhentos, parto, ressuscitação cardio pulmonar, vacinação, hemorragias e queimaduras

**- METODOLOGIA**

Aulas expositivas, consulta a manuais, utilização de retroprojetor e vídeos e práticas com simulação.

**- AVALIAÇÃO**

Provas e avaliação prática.

**3) PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

**- OBJETIVO**



Dotar o aluno de conhecimentos e técnicas para a prevenção e combate a incêndios, bem como para capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros.

**- CONTEÚDO**

Programa do instrutor de Bombeiros; o uso de extintores; plano de ação em caso de emergência.

**- METODOLOGIA**

Aulas práticas e teóricas

**- AVALIAÇÃO**

Provas

**4) DEFESA CIVIL**

**- OBJETIVO**

Capacitar o guarda a atuar pronta e eficazmente em situações de calamidade e alto risco ao público.

**- CONTEÚDO**

Bomba

Queda de aeronave

Enchentes

**- METODOLOGIA**

Aula expositiva e simulações

**- AVALIAÇÃO**

Provas e avaliação prática

**5) SEGURANÇA PATRIMONIAL**

**- OBJETIVO**

Dotar o aluno de conhecimentos que possibilite identificar os delitos cometidos contra o patrimônio e capacitá-lo para a proteção e preservação dos mesmos.

**- CONTEÚDO**

Prédios públicos

**- METODOLOGIA**

Aulas teóricas

**- AVALIAÇÃO**

Provas

**6) TÉCNICAS DE POLICIAMENTO**

**- OBJETIVO**

Dotar o guarda de conhecimentos técnicos capacitando-o a atuar de forma eficaz e essencialmente preventiva no policiamento ostensivo, comunitário e de trânsito

**- CONTEÚDO**

Ostensivo – postura nas ruas, abordagem, prevenção e repressão da criminalidade

Comunitário – integração e diálogo com a comunidade

Trânsito – interpretação do Código Nacional de Trânsito

**- METODOLOGIA**

Aulas expositivas e aulas práticas

**- AVALIAÇÃO**

Provas

**7) MOTOMEC/ DIREÇÃO DEFENSIVA/PATRULHAMENTO MOTORIZADO**

**- OBJETIVO**

**- CONTEÚDO**

**- METODOLOGIA**

**- AVALIAÇÃO**

**8) ARMAMENTO E TIRO**

**- OBJETIVO**

Dotar o aluno de técnicas e habilidade no uso e manuseio de armas e conhecimentos de normas de seguranças

- **CONTEÚDO**  
Regras de Segurança  
Manejo, posição do atirador, empunhadura de arma e conservação do armamento.
- **METODOLOGIA**  
Aulas práticas e expositivas com simulação
- **AVALIAÇÃO**

## **MÓDULO COMPLEMENTAR**

### **1) LÍNGUA PORTUGUESA**

- **OBJETIVO**  
Possibilitar o conhecimento e a correta utilização da língua portuguesa aperfeiçoando a capacidade de expressão do aluno, bem como sua capacidade de comunicação, capacitando-o a elaborar documentos e relatórios com idéias articuladas e objetivas.
- **CONTEÚDO**  
Noções de Linguagem  
Gramática: regras de acentuação gráfica e regras de concordância  
Interpretação de texto  
Criação literária
- **METODOLOGIA**  
Aulas expositivas e realização de exercícios práticos em sala de aula
- **AVALIAÇÃO**  
Provas, trabalhos e elaboração de redações

### **2) EDUCAÇÃO FÍSICA**

- **OBJETIVO**  
Desenvolver a capacidade física e coordenação motora do guarda de modo a mantê-lo saudável para que esteja sempre fisicamente preparado para as eventualidades de sua função
- **CONTEÚDO**  
Exercícios preparatórios  
Resistência  
Força  
Agilidade
- **METODOLOGIA**  
Programação sistemática de exercícios, corridas, caminhadas e alongamentos
- **AVALIAÇÃO**  
Avaliação física

### **3) ORDEM UNIDA**

- **OBJETIVO**  
Desenvolver o sentimento de coesão e reflexos de obediência, fatores essenciais à formação da Guarda, bem como formar uma equipe articulada.
- **CONTEÚDO**  
Hasteamento da bandeira  
Deslocamento  
Apresentação  
Desfile com Continência
- **METODOLOGIA**  
Aula expositiva introdutória e prática no pátio
- **AVALIAÇÃO**  
Provas e avaliação prática

### **4) NOÇÕES DE QUALIDADE DE SERVIÇO**

- **OBJETIVO**

Proporcionar ao guarda condições de realização profissional para que desenvolva habilidades e conhecimentos necessários para atuar de acordo com as expectativas do cidadão de forma a prestar um serviço de qualidade.

**- CONTEÚDO**

Os princípios da qualidade: respeito ao próprio e a si mesmo, respeito ao meio ambiente, trabalho em equipe, ética e cidadania

**- METODOLOGIA**

Aula expositiva e discussões em grupo

**- AVALIAÇÃO**

Prova

## **5) PALESTRAS E VISITAS**

**- OBJETIVO**

Proporcionar aos guardas o contato com a prática da segurança pública, tanto com especialistas na área, como através de visitas a órgãos de segurança pública.

**- CONTEÚDO**

Específico de cada palestra

**- METODOLOGIA**

Palestras e discussões com especialistas e visitas monitoradas a órgãos públicos

**- AVALIAÇÃO**

Relatórios das palestras e visitas

## **6) ESTÁGIOS**

**- OBJETIVO**

Complementar o processo de aprendizado, capacitando o guarda tecnicamente a aplicar os conhecimentos teóricos das disciplinas que compõem o currículo do curso.

**- CONTEÚDO**

Varia conforme a matéria que o estágio busca complementar

**- METODOLOGIA**

Varia conforme a matéria que o estágio busca complementar

**- AVALIAÇÃO**

Relatório de estágio e avaliação de campo

## **7) AVALIAÇÃO**

## **ANEXO 3 – LEI MUNICIPAL 8.044, DE 27 DE JUNHO DE 2000, INSTITUINDO O CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTO ANDRÉ**

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ  
Seção de Documentação, Informação Jurídica e Videoteca

LEI Nº 8.044 DE 27 DE JUNHO DE 2000  
PUBLICADO: Diário do Grande ABC nº 10716: 03 DATA 28 / 06 / 00

DISPÕE sobre a criação de Conselho de Segurança do Município – CONSEM e dá outras providências.

CELSO AUGUSTO DANIEL, prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DO CONSELHO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Segurança do Município – CONSEM, órgão de assessoria da administração municipal, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - O CONSEM terá as seguintes atribuições:

- I - propor ações que visem promover a segurança dos municípios;
- II - implementar ações tendentes à estimular a participação da sociedade civil em projetos que visem a melhoria da segurança no Município;
- III - receber sugestões da comunidade relativas à segurança do Município, encaminhando as propostas aos órgãos competentes;
- IV - encaminhar para os órgãos competentes as denúncias que lhe forem dirigidas;
- V - apoiar realizações desenvolvidas por órgãos públicos municipais e organizações não governamentais, no auxílio à segurança, à assistência social e ao campo educacional;
- VI – estabelecer diretrizes para a aplicação de recursos financeiros em planos e projetos relativos à segurança no Município.

Art. 3º - O CONSEM, de composição paritária entre poder público e sociedade civil, será constituído de 14 (quatorze) conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo:

I – 7 (sete) conselheiros indicados pelo governo municipal, devendo ser convidados: um representante da Delegacia Seccional de Santo André, um representante do 10º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana – BPMM e um representante do Batalhão do Corpo de Bombeiros – Sub. de Incêndios (SGI);

II – 4 (quatro) representantes do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG, escolhidos entre os representantes das associações e outras entidades prestadoras de serviços relevantes, conforme disposto no artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 23.455, de 10 de maio de 1985.

III – 1 (um) representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, integrante da 38ª Subseção de Santo André.

IV – 1 (um) representante do Município de Santo André indicado pela Delegacia Regional do Grande ABC do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo;

V – 1 (um) representante indicado pela Associação Comercial Industrial de Santo André – ACISA.

§ 1º - O mandato dos conselheiros indicados pela sociedade civil será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 2º - O CONSEM poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, Secretários Municipais, representantes de outros Conselhos Municipais e outras autoridades, sempre que na pauta constar assuntos relacionados com atribuições de suas pastas.

Art. 4º - O CONSEM será presidido por um dos representantes da sociedade civil e na sua ausência, pelo coordenador por ele indicado.

§ 1º - O CONSEM terá um Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo, com as atribuições de apoiar a preparação e secretariar os trabalhos, efetuar levantamentos e pesquisas, além de receber sugestões.

§ 2º - Para os fins do parágrafo anterior, o Gabinete do Prefeito designará os servidores necessários ao desempenho das atribuições.

§ 3º - De acordo com a necessidade, será proposta a criação de Grupos de Trabalho, objetivando o desenvolvimento das atividades deliberadas pelo Conselho.

Art. 5º - A função de membro do Conselho, considerada de interesse público relevante, não será remunerada.

## CAPITULO II

### DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Art. 6º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança, instrumento de captação e aplicação de recursos, vinculado orçamentariamente ao Gabinete do Prefeito, tendo como objetivo custear a execução das ações em apoio à segurança pública municipal.

Art 7º - Constituem receitas do Fundo Municipal de Segurança:

I – dotação orçamentária própria ou créditos que lhe sejam destinados;

II – rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras de seus próprios recursos;

III – contribuições, subvenções, auxílios ou dotações dos setores público e privado;

IV – resultado de convênios, contratos e acordos firmados pelo Poder Público Municipal, com instituições públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras;

V – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, feitas diretamente ao Fundo;

VI – legados;

VII – outras receitas previstas em lei.

§ 1º - O Fundo Municipal de Segurança será gerido pelo Gabinete do Prefeito, sob orientação, controle e fiscalização do CONSEM.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Segurança integrará o orçamento do Gabinete do Prefeito.

Art. 8º - Os recursos do Fundo Municipal de Segurança serão aplicados para a consecução dos objetivos previstos na criação do CONSEM, sujeitos à fiscalização correspondente à legislação vigente no País.

### CAPITULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - A presente lei será regulamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, fixando, no regimento interno que integrará o decreto, os procedimentos aplicáveis ao entendimento dos fins previstos.

Art. 10 – Fica aberto na Secretaria de Finanças o seguinte crédito adicional especial no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), classificando-se despesa como se segue:

#### 10001.06.30.021.2.132 – Fundo Municipal de Segurança

3120 - Material de Consumo	5.000,00
3131 - Remuneração de Serviços Pessoais	10.000,00
3132 - Outros Serviços e Encargos	180.000,00
4120 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00

Art. 11 – O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da seguinte dotação no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), constante do quadro “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes da Lei nº 7.941, de 07 de dezembro de 1999, a saber:

#### 10800.06.30.179.2.003 – Serviços de Segurança Pública

3111 – Pessoal Civil	200.000,00
----------------------	------------

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicionais ao Fundo Municipal de Segurança até o limite da receitas vinculadas ao Fundo, utilizando-se como recurso o excesso de arrecadação proveniente das receitas geradas pelas respectivas fontes definidas em Lei.

Art. 13 – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar por decreto os valores das categorias econômicas, dos elementos de despesa e do plano de aplicação, constantes no Anexo Único, parte integrante da presente lei, referente ao Fundo Municipal de Segurança, de acordo com as necessidades dos projetos, bem como efetuar suplementação até o limite dos valores das transferências recebidas.

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 27 de junho de 2000.

ENGº CELSO DANIEL, PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIA PELEGRINI, SECRETÁRIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FLORA LÚCIA MARIN DE OLIVEIRA, COORDENADORA DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

RENE MIGUEL MINDRISZ, COORDENADOR DE GABINETE DO PREFEITO

#### PLANO DE APLICAÇÃO

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
Tesouro Municipal	20.000,00	Manutenção do CONSEM	10.000,00
Contribuições, Subvenções e Auxílios	10.000,00	Projetos de Segurança	50.000,00
Convênios	10.000,00	Formação, Treinamento e Capacitação em Segurança	40.000,00
Doações de Pessoa Físicas	60.000,00	Campanhas Educativas	100.000,00
Doações de Pessoa jurídicas	100.000,00		
TOTAL	200.000,00	TOTAL	200.000,00

## **ANEXO 4 – BANCO DE PROJETOS - RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO**

### **1. POR MUNICÍPIO**

Região Metropolitana de São Paulo (60):

- ABCD: 1
- Barueri: 5
- Cajamar: 1
- Diadema: 1
- Embu: 1
- Embu–Guaçu : 1
- Francisco Morato : 1
- Guarulhos: 1
- Itapecerica da Serra: 1
- Itapevi: 1
- Mogi das Cruzes: 4
- Osasco: 1
- Ribeirão Pires: 4
- Santana de Parnaíba: 9
- Santo André: 4
- São Bernardo do Campo : 4
- São Caetano do Sul: 1
- São Paulo: 16
- Taboão da Serra : 2
- Vargem Grande Paulista: 1

Brasil (1):

- Porto Alegre

### **2. POR INSTITUIÇÃO**

Prefeitura (45):

- Barueri: 5
- Cajamar: 1
- Diadema: 1
- Embu–Guaçu: 1
- Francisco Morato: 1
- Guarulhos: 1
- Itapecerica da Serra: 1
- Itapevi: 1
- Mogi das Cruzes: 4
- Osasco: 1
- Ribeirão Pires: 2
- Santana de Parnaíba: 9
- Santo André: 4
- São Bernardo do Campo: 4
- São Caetano do Sul: 1
- São Paulo: 5
- Taboão da Serra: 2
- Vargem Grande: 1

Organização Não Governamental (10):

- Associação Beneficente Santa Fé
- Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys
- Instituto Sou da Paz (3)

- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)
- Imagemagica
- Rede Mulher de Educação
- Sociedade Santos Mártires (2)

Parceria (5):

- Guarda Municipal e Secretaria de Educação de Ribeirão Pires
- Núcleo de Estudos da Violência e Instituto Sou da Paz
- Polícia Militar, Guarda Municipal e Comissões de Bases Comunitárias de Segurança de Ribeirão Pires
- União de Mulheres de São Paulo e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública
- Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) da Escola Paulista de Medicina e Sociedade Santos Mártires

Governo Estadual (1):

- Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) - Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo

### **3. POR TEMÁTICA**

Assistência e Desenvolvimento Social (4):

- Associação Beneficente Santa Fé (São Paulo)
- Oportunidade Solidária (São Paulo)
- Projeto Convivendo (Santana de Parnaíba)
- Fortalecendo a Família (Santana de Parnaíba)

Renda e Trabalho (4):

- Bolsa Trabalho (São Paulo)
- Renda Mínima (São Paulo)
- Começar de Novo (São Paulo)
- Completando a Renda (Santana de Parnaíba)

Educação (3):

- Pela Vida, Não à Violência (Santo André)
- Escola Família (Santana de Parnaíba)

Esporte, Lazer e Cultura (13):

- Associação Beneficente Futebol Boys (Embu)
- Esporte Anti-Violência (Mogi das Cruzes)
- Esporte Como Integração Comunitária (Mogi das Cruzes)
- Projetos Integrados (Osasco)
- Papo Móvel (Barueri)
- Brinquedoteca (Barueri)
- Imagemagica (São Paulo)
- Barracões Culturais da Cidadania (Itapeverica da Serra)
- Ação Cultura Contra à Violência (São Paulo)
- Oficina de Artes (Santana de Parnaíba)
- Oficina Escola de Artes e Ofícios (Santana de Parnaíba)
- Escolinha de Esportes (Santana de Parnaíba)
- Centro Cultural Artístico Municipal (Santana de Parnaíba)



Revitalização do Espaço Público (9):

- Barueri
- Cajamar
- Francisco Morato
- Guarulhos
- Ribeirão Pires
- Santo André
- São Bernardo de Campo
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

Saúde (1):

- Saúde Família (Mogi das Cruzes)

Trânsito (1):

- Centro de Reflexão do Trânsito (São Bernardo do Campo)

Segurança e Justiça (9):

- Conheça Seu Vizinho (Ribeirão Pires)
- Ronda Escolar (Ribeirão Pires)
- Sistema de Monitoramento por Vídeo em Vias Públicas (Ribeirão Pires)
- Base Comunitária Sacadura Cabral (Santo André)
- Operação Cruzamento (Santo André)
- Centro de Referência e Apoio à Vítima (São Paulo)
- Promotoras Legais Populares (São Paulo)
- Cruzamento de Via Urbana Seguro (São Caetano do Sul)

Cidadania (4):

- Curso de Formação de Agentes Sociais (São Paulo)
- Gestão de Administração Participativa (Barueri)
- O Prefeito no Seu Bairro (Barueri)
- Orçamento Participativo (São Paulo)

Criança e Adolescente (10):

Adolescente Aprendiz (Diadema)

- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Embu-Guaçu)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Itapevi)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Mogi das Cruzes)
- Centro de Atenção às Medidas Sócio-Educativas (São Bernardo do Campo)
- Erradicação do Trabalho Infantil (São Bernardo do Campo)
- Grêmios em Forma (São Paulo)
- Observatório de Direitos Humanos (São Paulo)
- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – CRAMI (ABCD)
- Reinserção do Adolescente ao Convívio Familiar e Comunitário (São Paulo)
- Caça Talento (Taboão da Serra)

Mulher (2):

- Superando Obstáculos na Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher (Porto Alegre)
- Casa Sofia (São Paulo)

Álcool e Drogas (2):

- Unidade Comunitária de Álcool e Drogas no Jardim Ângela, UCAD (São Paulo)
- Comunidade Alerta (Santana de Parnaíba)

Armas (0):

# **ANEXO 5 - PUBLICAÇÃO SOBRE A PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Proposta para Discussão)**

**TÍTULO:**  
**A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO**  
**OU**  
**REDUZINDO A VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA PREVENÇÃO**

## **SUMÁRIO**

### **1. Prevenção da Violência**

1.1. O que é?

1.2. Por que investir em prevenção?

- Custo de prevenção vs. Custo de repressão
- Democracia e Direitos Humanos

### **2. Fatores de Risco**

2.1. Risco de Vitimização

2.2. Risco de Agressão

2.3. Hot-Spots

### **3. Diretrizes para Prevenção à Violência**

- Ação Local
- Integração Governo-Sociedade
- Estratégia para resolver problemas:
  - analisar o problema e identificar causas;
  - definir resposta;
  - implementar resposta;
  - monitorar implementação e avaliar resultados.
- Apoio do Estado e da União

### **4. Prevenção da Violência em São Paulo: Exemplos**

### **5. Referências**

## **ANEXO 6 – RELATÓRIO DO 1º DIA METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

### **Região Metropolitana**

De 30.08 a 15.09 – Gazeta Oeste – “No dia 1ª de setembro, municípios da Grande São Paulo realizem o Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”

31.08 - Diário de Suzano - Cidades farão atos contra a violência

01.09 - Folha Online - Municípios de S. Paulo realizam hoje dia contra a violência

02.09 – Diário Popular – “Região Metropolitana protesta contra violência”

02.09 – O Estado de São Paulo – “Grande SP promove dia de prevenção à violência”

10.09 – Revista Ana Maria – “Prefeituras se unem contra a violência”

### **Arujá**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Barueri**

Realizou atividades em oito bolsões do município com a Caminhada pela Não Violência, Chama pela Paz, houve exposição de trabalhos de estudantes, teatro, dança break, rap, grafite, palestras, oficinas de saúde, papo jovem, distribuição de material e realização de pedágios com distribuição de kit pela paz, confecção de mensagens pela paz, e revoada de 12 mil balões brancos, cada um com uma mensagem pela “não violência”. O encerramento deu-se com a Grande Pira pela Paz

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

31.08 - Jornal dos Jardins (SP) - "Isto é Barueri: uma cidade pela Paz". Este é o tema no qual se baseia a programação de Barueri para o Dia Metropolitano de Prevenção à Violência, coordenado pelo Fórum Metropolitano de Segurança.

Obs: Essa mesma nota saiu nos jornais: Higienópolis News; Jornal do Butantã; Sorocaba News; Jornal da Zona Sul; Jornal Campo Belo; Jornal do Morumbi; Moema News; Brooklin News; Jornal de Alphaville; Jornal da Baixada Santista; Circuito das Águas; Jornal Valinhos

31.08 – Jornal Notícias “Ação pela paz acontece amanhã”

31.08 – A Região “Barueri promove dia metropolitano de prevenção á violência”

31.08 – Correio Paulista – “Amanhã acontece os festejos do dia metropolitano de prevenção à violência”

De 28.08 a 12.09 – Jornal Fatos e Notícias - “Barueri:Unida pela paz”

De 29.08 a 1ª quinzena de setembro – Tribuna Regional – “Isto é Barueri: uma cidade pela paz”.

1ª quinzena de setembro - A Comarca Regional – “Barueri é a cidade pela paz”

06.09 – Jornal Notícias – “Mais de 50 mil pessoas pela paz”

07.09 – Página Zero – “Cidades da região se mobilizaram pelo Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”

07.09 – A Região – “Prevenção à Violência mobiliza 50 mil”

### **Biritiba Mirim**

Desenvolveu palestras para agentes multiplicadores e pedágio com colagens de adesivos.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não encaminhou matérias divulgadas na imprensa

### **Caieiras**

Desenvolveu atividades de arte contra as drogas, prevenção às drogas, música pela paz, direito e cidadania e pela vida, não à violência.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

14.09 a 27.09 – Plataforma da Notícia – “Caieiras protestou no SP Contra a Violência”  
13.09 – Tribuna Regional – “Cidade protestou no São Paulo Contra a Violência”.

### **Cajamar**

Realizou shows ecumênicos e com bandas da cidade, feira da saúde, palestras, faixas alusivas e distribuição de panfletos.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

De 31.08 a 09.01 - Jornal Cajamar News – “Dia Metropolitano de Prevenção à Violência será comemorado com gincana e show”

De 06.09 a 13.09 – Jornal Cajamar News – “Milhares de crianças participam de gincanas contra as drogas”, “Maria Mattar vence gincana e fica com videokê” e “Baixos índices de violência agradam Toninho Ribas”

### **Carapicuíba**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Cotia**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Diadema**

Houve passeio ciclístico e caminhada até a Pousada Parque dos Jesuítas, celebração Ecumênica, apresentação de bandas e de espetáculo de dança.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

01.09 – Diário do Grande ABC – “Região comemora Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”

02.09 – Diário do Grande ABC – “Combate à Violência leva população às ruas”

### **Embu**

Houve a passeata pela paz

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

29.08 – O Estado de São Paulo – “Prefeitura pretende envolver crianças e jovens no combate ao uso de drogas – A Campanha terá início no sábado, Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”

### **Embu Guaçu**

Realizou palestras sobre a prevenção ao uso de drogas e sobre direitos humanos e cidadania na prevenção à violência.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não encaminhou matérias divulgadas na imprensa

### **Ferraz de Vasconcelos**

Realizou a Caminhada pela Paz e contra as Drogas em Ferraz, shows ecumênicos, peças teatrais e utilização de lenços brancos.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não enviou matérias divulgadas pela imprensa

### **Francisco Morato**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Franco da Rocha**

Realizou atividade nas associações bairro sobre álcool e drogas

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não enviou matérias divulgadas na imprensa

### **Guararema**

Não realizou atividades

### **Guarulhos**

Realizou a premiação do concurso de redação, eventos musicais, culturais, esportivos e palestras sobre o tema.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

01.09 – Folha de Guarulhos – “Atividades marcam dia de combate à violência”

01.09 – Olho Vivo Cumbica – Guarulhos celebra prevenção à violência’.

01.09 a 04.09 – Notícias da Manhã – Guarulhos – “Municípios realizam o “Dia metropolitano de Prevenção à Violência”

04.09 – Olho Vivo – “Oito mil pessoas se reúnem em Guarulhos contra a violência”

### **Itapecerica da Serra**

Desenvolveu atividades em diversos pontos do município, com programação variada e realização do Mutirão da Cidadania

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

31.08.01 – Folha de Região Oeste – “Unidos pela paz contra a violência”

04.09.01 – O Pontual – “Unidos pela paz contra a violência”

06.09.01 – Jornal a Notícia – “Bairros tem mutirão no Dia da Paz”

18.09.01 – Página 8 – “1º de setembro: unidos pela paz contra a violência”

### **Itapevi**

Realizou passeata com cerca de 400 pessoas com fanfarra e com a presença da banda Municipal de Itapevi

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não enviou matérias divulgadas pela imprensa

### **Itaquaquecetuba**

Realizou atividades ligadas ao projeto Paz nas Escolas

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não enviou matérias divulgadas pela imprensa

### **Jandira**

Realizou a passeata Jandira diz não às Drogas e ao Alcool

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não encaminhou matérias divulgadas pela imprensa

### **Juquitiba**

Foram realizadas dinâmicas e jogos recreativos para reflexão e sensibilização da comunidade, exposição de trabalhos desenvolvidos pelas crianças relativos ao tema em salas de aula, murais externos das escolas com mensagens elaboradas pelos alunos e professores e apresentação de jograis, músicas, teatro, poesia e textos informativos para toda comunidade

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não encaminhou matérias divulgadas pela imprensa

### **Mairiporã**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Mauá**

Houve campeonatos de esportes, caminhadas, ginástica, danças, festival de arte (mostra de grafite), palestras de orientação e oficinas de pipa.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

01.09 - Diário do Grande ABC - "Região Comemora o dia de prevenção à violência"

02.09 – Diário do grande ABC - “Combate à Violência leva população às ruas”

### **Mogi das Cruzes**

Realizou a festa de aniversário da cidade e na parada cívica todos vestiram branco e fizeram um forte apelo pela paz

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

02.09 – Mogi das Cruzes – “No desfile, um forte apelo pela paz”

02.09 – Mogi News – “Paz”

### **Osasco**

Realizou atividades pela paz de 06 a 11 de agosto com palestras, passeatas e distribuição de cartilhas

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Pirapora do Bom Jesus**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Poá**

Houve a comemoração da Festa das Orquídeas

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não enviou matérias divulgadas pela imprensa

## **Ribeirão Pires**

Realizou encerramento da competição entre cidadãos da terceira idade, apresentações de teatro, palestras com médicos, lançamento de projeto municipal contra a dependência química e baile da terceira idade.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

01.09 - Diário do Grande ABC - "Região Comemora o dia de prevenção à violência"

02.09 – Diário do grande ABC - “Combate à Violência leva população às ruas”

## **Rio Grande da Serra**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

## **Santa Isabel**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

## **Salesópolis**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

## **Santana de Parnaíba**

Realizou uma multi-ação, com o Projeto Rua de Lazer, instalação de um half para os praticantes de skate, esclarecimentos sobre o tema e sobre serviços oferecidos pela prefeitura para prevenção e combate ao uso de álcool e drogas, apresentação de teatro com o grupo Tebas, show de rap e rock durante o dia, discussão sobre violência na terceira idade e desenvolvimento de trabalho informativo com os membros da guarda Municipal.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

31.08 – Correio Paulista – “Amanhã acontece os festejos do dia metropolitano de prevenção à violência”

07.09 – Página Zero – “Cidades da região se mobilizaram pelo Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”

08.09 – A Rua – “Santana de Parnaíba une sete mil pessoas em favor da paz”

10.09 – A Cidade Regional – “Fórum Metropolitano de Segurança Pública”

1ª quinzena de setembro – A Comarca Regional – “Santana promoveu Dia contra a Violência”

## **Santo André**

Realizou atividades de grafite no muro da guarda municipal

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

01.09 - Diário do Grande ABC - "Prevenção à Violência é comemorada na região", "Região Comemora o dia de prevenção à violência"

01.09 - Diário do Grande ABC - Santo André – “Santo André e São Bernardo fazem ato contra violência”

02.09 – Diário do grande ABC - “Combate à Violência leva população às ruas”, “Grafiteiros pintam a paz em muros”

## **São Bernardo do Campo**

Realizou caminhada ao Paço Municipal, oficina de capoeira, de sucata, de grafite, exposição de trabalhos escolares e ginástica interativa, shows, nas bibliotecas houve exposição de frases, textos e ilustrações de documentos bibliográficos e distribuição de folhetos informativos com os endereços das instituições prestadoras de serviços de atendimento aos usuários de álcool e das drogas e de acervo bibliográfico

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

01.09 – Jornal JOB – “Caminhada marca o Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”

01.09 - Diário do Grande ABC - "Região Comemora o dia de prevenção à violência", "Escola recebe abraço no baeta"

02.09 – Diário do grande ABC - "Combate à Violência leva população às ruas"

### **São Caetano do Sul**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **São Lourenço da Serra**

As atividades foram desenvolvidas na praça central e na escola central, houve oficina de arte com trabalho de argila e pintura, teatro com escolas e terceira idade, participação da equipe do Projeto "Médico da Família", palestras sobre o tema, jogos esportivos para adolescentes e local para prática de skate.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não encaminhou matérias divulgadas pela imprensa

### **São Paulo**

Desenvolveu atividades na Av. Jacu Pêssego, Zona Leste, com realização de oficina foto na lata, distribuição de material e shows de pagode e rap.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

05.09 a 11.09 – Notícias de Itaquera “Dia de prevenção à violência não atrai o povão do J. Bonifácio”

### **Suzano**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

### **Taboão da Serra**

As atividades foram realizadas na Praça Luiz Gonzaga, houve teatro, dança, stands, oficinas e coral da terceira idade.

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”

Não encaminhou matérias divulgadas pela imprensa

### **Vargem Grande Paulista**

Distribuição de cartilha Senad – “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família”



FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA:  
[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

COORDENAÇÃO GERAL  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
MARTA SUPLICY

COORDENADOR GT GUARADS MUNICIPAIS  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA  
MAURÍCIO SOARES

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
LENER NASCIMENTO RIBEIRO

SECRETARIA EXECUTIVA  
INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA  
Av. Paulista, 119/ 5º andar  
São Paulo - SP - Brasil CEP 01311-903  
Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708  
[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste trabalho:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
Helena Massi  
Pablo Uchoa

Colaboração Equipe CIEE:

Aline Maria  
Aparecido Quesada  
Gislaine Caresia  
Juliana Donha  
Luciano Henrique Vitoriano  
Roseli A de Lima

Colaboração Equipe SPCV:

Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 3**  
**28/09/2001 A 31/01/2002**

**20 DE FEVEREIRO DE 2002**

# FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 3

### SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
3. GT GUARDAS MUNICIPAIS
4. GT PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
5. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
6. RELATÓRIO DE GESTÃO (2001)

ANEXO 1 - TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DO FÓRUM METROPOLITANO E A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

ANEXO 2 – TERMO DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO TERMO DE COOPERAÇÃO

ANEXO 3 – RECURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

ANEXO 4 – MOÇÃO DE APOIO À PEC 87/99

ANEXO 5 – PEC 87/99 – TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO 6 – BANCO DE PROJETOS – RELATÓRIO DE PROJETOS RECEBIDOS

ANEXO 7 – RELATÓRIO DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

ANEXO 8 – CARTAS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

ANEXO 9 – PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

ANEXO 10 – PUBLICAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

ANEXO 11 – PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

ANEXO 12 – QUADRO COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS, CAPITAL, 2000-2001.

ANEXO 13 – QUADRO COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS, GRANDE SÃO PAULO (EXCLUINDO CAPITAL), 2000-2001.

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos Grupos de Trabalho e pela Coordenação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 28 de setembro de 2001 a 31 de janeiro de 2002. O relatório apresenta também propostas de ações para o próximo trimestre.

Nesta seção, é feito um sumário das atividades e resultados do Fórum Metropolitano durante o último trimestre de 2001 e o mês de janeiro de 2002, período marcado pelo seqüestro e assassinato do Prefeito de Santo André, Celso Daniel (18 de janeiro de 2002), pelo atentado à bomba na residência do Prefeito de Embu, Geraldo Leite Cruz (28 de novembro de 2001), e pela tentativa de assassinato do Presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, Eduardo Capobianco (3 de dezembro de 2001).

Nas próximas seções, 2 a 5, o relatório apresenta as atividades, resultados e propostas dos Grupos de Trabalho para discussão e aprovação do Fórum. Na seção 6, última seção do relatório, antes dos anexos, é apresentado um breve relatório de gestão referente ao período em que a Coordenação do Fórum foi exercida pelos Prefeitos Elói Pietá, Marta Suplicy, Silvio Peccioli, Maurício Soares e Lener do Nascimento Ribeiro (Março 2001 a Fevereiro 2002).<sup>1</sup>

Os principais resultados alcançados pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 28 de setembro de 2001 a 31 de janeiro de 2002 foram os seguintes:

No Grupo de Trabalho de Guardas Municipais:

- 1) Assinatura de convênio entre a Prefeitura de Guarulhos e o Ministério da Justiça e o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a Prefeitura de Guarulhos, com o objetivo de financiar a aquisição dos equipamentos e softwares necessários para que as prefeituras da Região Metropolitana tenham acesso aos dados do Infocrim.
- 2) A aprovação pela Câmara Municipal e sanção pelo Prefeito de Diadema da lei municipal 2.076, de 20 de novembro de 2001, que dispõe sobre a afixação do número do Disque Denúncia em equipamentos públicos e privados.

No Grupo de Trabalho de Guardas Municipais:

- 1) A entrega da moção de apoio do Fórum Metropolitano ao Projeto de Emenda Constitucional 87/1999, ao presidente do Senado Ramez Tabet e ao senador Romeu Tuma, no dia 24 de outubro, feita por uma comissão formada pelo coordenador geral do Fórum, Prefeito Elói Pietá, coordenador do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais, Prefeito Silvio Peccioli, e comandante da guarda municipal de São Paulo, Josias Sampaio.

No Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência:

- 1) Realização de encontros regionais, organizados pelas prefeituras de Barueri (região oeste), Mairiporã (região norte), Suzano (região leste), Santo André (região ABC) e São Paulo, para discutir a prevenção à violência na região metropolitana, que resultaram em quatro cartas regionais com propostas de ações para prevenção à violência.

---

<sup>1</sup> O Fórum Metropolitano de Segurança Pública realiza reuniões plenárias trimestralmente. A primeira reunião aconteceu em março 2001, a segunda em junho e a terceira em setembro de 2001. A quarta reunião, que ocorreria em dezembro de 2001, foi adiada para 31 de janeiro 2002, por deliberação dos prefeitos na plenária realizada em setembro de 2001. Posteriormente, foi adiada para 20 de fevereiro, por deliberação da Coordenação em reunião realizada dia 17 de janeiro de 2001.

- 2) Proposta de Plano Metropolitano de Prevenção à Violência, com base nas sugestões dos seminários regionais.
- 3) Proposta de criação do Prêmio Fórum Metropolitano de Prevenção à Violência, para premiar as iniciativas de organizações governamentais e não governamentais que contribuam para prevenir a violência na região metropolitana.
- 4) Proposta de uma publicação sobre prevenção à violência na região metropolitana, apresentando o trabalho do Fórum Metropolitano e os resultados dos seminários regionais de prevenção à violência realizados em Novembro-Dezembro 2001, com possibilidade de financiamento do Governo Federal.

No Grupo de Trabalho de Comunicação Social:

- 1) Atualização do web site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Na Coordenação:

1) Reunião da Coordenação realizada no dia 17 de janeiro de 2002, durante a qual foi adiada do dia 31 de janeiro para o dia 20 de fevereiro a reunião plenária do Fórum, em virtude da participação de diversos prefeitos na reunião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Nesta reunião da Coordenação, foi decidido também que, na plenária do dia 20 de fevereiro, seria realizada a eleição e posse da nova Coordenação do Fórum.

2) Reunião extraordinária de prefeitos integrantes do Fórum, realizada dia 21 de janeiro de 2002, na Prefeitura de Santo André, no dia do velório e sepultamento do Prefeito Celso Daniel, durante a qual foi discutida uma série de propostas emergenciais para enfrentar a crise do sistema de segurança pública:

- Criação de um comitê de crise junto ao Gabinete do Governador para coordenar e implementar um programa de redução da violência, com medidas de curto, médio e longo prazo, com participação de representantes do Governo Estadual, do Governo Federal, do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e da Sociedade Civil.
- Criação de força-tarefa junto ao Gabinete do Secretário da Segurança Pública para investigar todos os crimes de seqüestro e homicídios praticados por quadrilhas.
- Criação de força tarefa junto ao gabinete do Secretário da Segurança Pública para investigar todos os crimes contra prefeitos, vereadores, líderes políticos e lideranças da sociedade civil.
- Expansão do Infocrim para todo o Estado de São Paulo e imediata disponibilização de informações sobre registros de ocorrências criminais para as prefeituras.
- Aprovação da emenda constitucional que autoriza as guardas municipais a realizar atividades de policiamento.
- Apoio à criação de fóruns metropolitanos e regionais de prefeitos para debater e promover ações de redução da violência.
- Audiência de representantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Governador Geraldo Alckmin para discutir medidas para redução da violência.

## **2. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

O grupo de trabalho de informações criminais tem por objetivo aperfeiçoar a produção, distribuição e utilização de informações e dados criminais na Região Metropolitana de São Paulo. Entre as ações prioritárias está a expansão do Infocrim para todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, a disponibilização dos dados sobre ocorrências criminais registradas no Infocrim para as prefeituras dos municípios da Região Metropolitana e a divulgação e consolidação do serviço Disque Denúncia na Região Metropolitana.

### **2.1. INFOCRIM**

Através de convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura de Guarulhos, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública recebeu do Fundo Nacional de Segurança Pública R\$ 439.795,13 (quatrocentos e trinta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais e treze centavos) para aquisição dos equipamentos e softwares necessários para permitir o acesso das prefeituras aos dados do Infocrim. A contrapartida do Fórum para assinatura do convênio foi de R\$ 87.959,03 (oitenta e sete mil e novecentos e cinquenta e nove reais e três centavos), antecipada pela Prefeitura de Guarulhos.

#### Proposta:

- Aprovar os termos de acordo entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo que integram o Fórum Metropolitano e a Secretaria da Segurança Pública através do qual as prefeituras dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo poderão ter acesso aos dados do Infocrim. Através deste acordo, o acesso aos dados do Infocrim poderá ser estendido a outras prefeituras do estado, que não integram o Fórum Metropolitano (Anexos 1 e 2).

- Ratear entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo a contrapartida do Fórum no convênio com o Ministério da Justiça para a aquisição dos equipamentos e softwares necessários para o acesso aos dados do Infocrim, segundo a tabela em anexo (Anexo 3).

### **2.2. DISQUE DENÚNCIA: 0800 156315**

Diadema - Aprovou a Lei nº 2076 de 20 de novembro de 2.001 que obriga a divulgação do número do Disque Denúncia em equipamentos públicos municipais.

Barueri – Realizou seminário de lançamento da campanha de divulgação do Disque Denúncia em outubro de 2001, elaborou material de divulgação e colocou cartazes em ônibus e outdoors.

São Bernardo do Campo – Iniciou divulgação do número do Disque Denúncia em outdoors.

Guarulhos – Iniciou em setembro de 2001 a divulgação o número do Disque Denúncia através de cartazes em 500 ônibus que operam nas 61 linhas municipais.

Caieiras – Divulgou o número do Disque Denúncia em cartaz do 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência (1º de setembro de 2001)

Itapeverica da Serra – Divulgou o número do Disque Denúncia através de adesivos.

São Paulo – Tramitam na Câmara Municipal dois projetos de lei, de autoria dos vereadores Aldaíza Sposati e William Woo, sobre a fixação de cartazes divulgando o Disque Denúncia. A SPTrans ofereceu espaço nos ônibus urbanos para cartazes divulgando o Disque Denúncia.

#### Proposta:

- Ampliar a divulgação do Disque Denúncia (0800-156315) na Região Metropolitana de São Paulo.

### **3. GT GUARDAS MUNICIPAIS**

O Grupo de Trabalho das Guardas Municipais tem por objetivo propor medidas visando o aperfeiçoamento da atuação das guardas municipais no quadro constitucional atual, bem como estudar e, eventualmente, apoiar medidas visando alterar o quadro constitucional que regula a atuação das guardas municipais.

#### **3.1. MUDANÇA DO QUADRO CONSTITUCIONAL REGULANDO A ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

Na última plenária, dia 27 de setembro de 2001, o Fórum aprovou uma moção de apoio à proposta de emenda constitucional 87/99, de autoria do Senador Romeu Tuma (Anexo 4). Os prefeitos Elói Pietá e Silvio Peccioli e o comandante da Guarda Municipal de São Paulo, Josias Sampaio, foram a Brasília no dia 24 de outubro passado e entregaram a moção ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que os recebeu juntamente com o senador Romeu Tuma e se comprometeu a apressar o andamento da emenda. (ver andamento da PEC 87/99 no anexo 5)

##### Propostas:

- Reafirmar os termos da moção apoiada pelos prefeitos, defendendo a proposta de emenda constitucional com o seguinte texto: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”.
- Acompanhar a discussão e apoiar a aprovação da PEC 87/99 no Congresso Nacional.

#### **3.2. ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO QUADRO CONSTITUCIONAL ATUAL**

Com relação à atuação das guardas municipais, o Fórum propôs o aperfeiçoamento dos cursos de formação de guardas municipais e a criação de Fundos e Conselhos Municipais de Segurança Pública.

##### **3.2.1. Cursos de formação de guardas municipais**

Conforme decisão da plenária de 28/06/2001, a Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano solicitou e recebeu das guardas de Barueri, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo e São Paulo o programa das disciplinas do curso de formação de guardas. Com base nestes programas, a Secretaria Executiva desenvolveu uma proposta preliminar de programa para as disciplinas que integram o currículo mínimo do curso de formação de guardas municipais aprovado pelo Fórum na plenária de 27/09/2001.

No último semestre, o Fórum Metropolitano recebeu um projeto de curso para complementar a formação de guardas municipais, com duração de 160 horas, elaborado pela ONG InterAlia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Fórum –distribuído pela Secretaria Executiva para as prefeituras dos municípios do Fórum.

##### Proposta:

- Levando em consideração a importância da definição do conteúdo programático de cada disciplina, o Grupo de Trabalho de Guardas Municipais propõe a formação de uma comissão técnica, com representantes dos departamentos de ensino das guardas municipais e especialistas em educação e formação profissional para avaliar a proposta preliminar de programa para as disciplinas do currículo mínimo do curso de formação de guardas municipais e apresentar uma proposta definitiva ao Fórum.

- Apresentar ao Governo Federal projeto para obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para realização de curso para complementar a formação de guardas municipais, nos moldes do projeto desenvolvido pela ONG InterAlia, com objetivo de treinar um total 120 guardas municipais na Região Metropolitana no prazo de 12 meses.



#### **4. GT PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

O grupo de trabalho da prevenção à violência tem por objetivo debater e apoiar o desenvolvimento de políticas e programas municipais de prevenção à violência, particularmente políticas e programas direcionados para áreas e situações de alto risco de violência na Região Metropolitana de São Paulo.

##### Atividades e Resultados:

O Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência continuou a receber projetos de prevenção à violência para inclusão no Banco de Projetos. O número de projetos aumentou de 61 para 79 (Anexo 6).

Durante os meses de Novembro e Dezembro o Grupo de Trabalho realizou doze reuniões para concretizar os cinco seminários regionais de prevenção à violência: em Barueri pela região oeste, em Suzano pela região leste, em Mairiporã pela região norte, em Santo André pela região sul e em São Paulo pelo centro (ver relatório dos seminários no anexo 7).

Cada encontro, com exceção do ocorrido em São Paulo, deu origem a uma carta regional estabelecendo diretrizes e ações regionais para prevenção da violência (anexo 8).

Com base nas discussões dos encontros e nas cartas regionais de prevenção à violência, o Grupo de Trabalho preparou uma proposta de Plano Metropolitano de Prevenção à Violência (anexo 9), que foi enviada a todas as prefeituras disponibilizada para consulta pública no web-site do Fórum ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br))

O grupo de Trabalho elaborou uma proposta de publicação sobre prevenção à violência na Região Metropolitana, apresentando o trabalho do Fórum Metropolitano, os resultados dos seminários regionais de prevenção à violência e as experiências municipais de prevenção à violência (Anexo 10) e uma proposta de Prêmio Fórum Metropolitano de Prevenção à Violência, para reconhecer experiências bem-sucedidas de prevenção à violência na Região Metropolitana (Anexo 11).

##### Propostas:

- Ampliação do Banco de Projetos e inclusão dos novos projetos no web-site do Fórum Metropolitano.
- Aprovação do Plano Metropolitano de Prevenção à Violência.
- Aprovação da proposta de publicação sobre prevenção à violência na Região Metropolitana.
- Aprovação da proposta do Prêmio Fórum Metropolitano de Prevenção à Violência

## 5. GT DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O GT de Comunicação Social tem duas funções básicas, a de manter atualizado e desenvolver o web site criado coletivamente pelo Fórum ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)) e planejar e concretizar as campanhas de mobilização popular chamadas de “Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”. O primeiro Dia Metropolitano aconteceu no dia 1ª de Setembro passado, teve como tema “Álcool e Drogas” e participaram os seguintes municípios: Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeceira da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mauá, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, São Paulo e Taboão da Serra.

A agência de publicidade DPZ desenvolveu a campanha do 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência e ofereceu a todas as prefeituras o cd-rom contendo a arte gráfica da campanha, o cd com spot para rádio e a fita beta para TV. A SENAD (Secretaria Nacional Anti-Drogas) ofereceu, através do Centro de Integração Empresa Escola, que assessorou a Secretaria Executiva do Fórum, a todas as prefeituras a cartilha “Vamos descobrir o Brasil sem Drogas – Um Guia para a Família” para distribuição no 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência.

### Propostas:

Realizar o 2º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência na primeira quinzena de maio de 2002 com o tema “Inclusão Social”

Manutenção e aperfeiçoamento do web-site do Fórum: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

## 6. RELATÓRIO DE GESTÃO (2001)

No momento de preparação deste relatório, a Secretaria de Estado da Segurança Pública havia divulgado as estatísticas das ocorrências criminais registradas pela polícia para os três primeiros trimestres de 2001. É impossível, portanto, fazer uma análise comparativa do número total de ocorrências criminais em 2001, ano de criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, e no ano 2000. Comparando os dados dos três primeiros trimestres de 2001 com os dados dos três primeiros trimestres de 2000, é possível observar os seguintes fatos (ver anexos 12 e 13)<sup>2</sup>:

### Na Capital:

- Diminuição de 1,91% nos registros de homicídio doloso; aumento de 27,10% nos registros de homicídio culposo; aumento de 3,94% nos registros de tentativa de homicídio.
- Diminuição de 3,79% nos registros de lesão corporal (dolosa e culposa).
- Diminuição de 11,66% nos registros de latrocínio.
- Aumento de 14,77% nos registros de estupro.
- Diminuição de 1,82% nos registros de tráfico de entorpecente.
- Aumento de 2,46% nos registros de roubo.
- Aumento de 9,59% nos registros de furto.
- Diminuição de 12,73% nos registros de roubo e furto de veículos.

### Na Grande São Paulo (Excluindo a Capital):

- Diminuição de 0,27% nos registros de homicídio doloso; diminuição de 15,46% nos registros de homicídio culposo; diminuição de 5,45% nos registros de tentativa de homicídio.
- Diminuição de 3,22% nos registros de lesão corporal (dolosa e culposa).
- Aumento de 5,62% nos registros de latrocínio.
- Diminuição de 16,58% nos registros de estupro.

---

<sup>2</sup> Comparação entre 2001 e 2000 apresentada no web-site da Secretaria de Estado da Segurança Pública (www.ssp.sp.gov.br) e no Relatório Anual de Prestação de Contas 2001, da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo (www.ouvidoria-policia.sp.gov.br). Em 2001, a Secretaria da Segurança Pública passou a divulgar as estatísticas de ocorrências criminais registradas pela polícia agregadas não apenas por departamento da polícia civil e comando de polícia militar, mas também por município. No ano 2001, houve mudança na forma de apresentação das estatísticas de ocorrências criminais registradas pela polícia. Até junho de 2001, a Secretaria da Segurança Pública apresentou estatísticas das ocorrências criminais agregadas por local de registro. A partir de julho de 2001, agregadas por local de ocorrência. A comparação do número de registros de seqüestros, que aumentou de 63 em 2000 para 307 em 2001 no Estado de São Paulo (387,30%), não está disponível de forma desagregada para a Capital, Grande São Paulo e Interior. Até junho de 2001, a Secretaria da Segurança Pública apresentou estatísticas das ocorrências de seqüestro agregadas para Capital, Grande São Paulo e Interior. A partir de julho de 2001, agregadas para todo o Estado de São Paulo. Por essa razão, os seqüestros não foram incluídos nos quadros.

- Aumento de 17,20% nos registros de tráfico de entorpecentes.
- Diminuição de 0,89% nos registros de roubo.
- Aumento de 21,95% nos registros de furto.
- Diminuição de 5,92% nos registros de roubo e furto de veículos.

No caso dos homicídios e dos roubos e furtos de veículos, que são as estatísticas com menor índice de sub-registro, verifica-se uma pequena diminuição no número de registros de homicídios dolosos na Capital e na Grande São Paulo. O número de registros de homicídios dolosos e tentativas de homicídio diminuiu na Grande São Paulo, mas aumentou na Capital. Verifica-se também a diminuição significativa no número de registros de roubo e furto de veículos na Capital e, em menor escala, na Grande São Paulo.

Não é possível determinar se a criação e as ações do Fórum Metropolitano de Segurança Pública em 2001 tiveram algum impacto no número de ocorrências criminais registradas pela polícia. Mas a disposição manifestada pelos municípios da Região Metropolitana de São Paulo de debater e promover ações de redução da violência pode ter influenciado de maneira significativa a decisão da Secretaria de Estado da Segurança Pública a publicar as estatísticas de ocorrências criminais desagregadas por município (ver web-site da Secretaria da Segurança Pública: [www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br)).

Em 2001, foram realizadas três reuniões plenárias do Fórum Metropolitano. Na primeira reunião plenária, realizada em 29 de março de 2001, o Fórum Metropolitano foi estruturado, com a aprovação da Declaração e Programa de Ação, a formação de quatro grupos de trabalho (informações criminais, guardas municipais, prevenção à violência e comunicação social) e a eleição da Coordenação Geral, formada pelos prefeitos Elói Pietá (Guarulhos), Marta Suplicy (São Paulo), Silvio Peccioli (Santana de Paraníba), Maurício Soares (São Bernardo do Campo) e Lener do Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra).

A segunda e a terceira reuniões plenárias aconteceram nos dias 28 de junho e 27 de setembro de 2001. Nas duas reuniões, assim como na quarta reunião plenária, que se realiza em 20 de setembro de 2002, a Coordenação Geral apresentou um relatório de atividades do Fórum Metropolitano. Entre as reuniões plenárias, foram realizadas diversas reuniões dos quatro grupos de trabalho para implementação das decisões das plenárias.

No grupo de Trabalho de Informações Criminais, os principais resultados no ano de 2001 foram:

- 1) Um acordo entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, e a Secretaria de Estado da Segurança Pública para disponibilização dos dados de ocorrências criminais registradas no Infocrim para as prefeituras da Região Metropolitana.
- 2) A assinatura de convênio entre a Prefeitura de Guarulhos e o Ministério da Justiça e o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a Prefeitura de Guarulhos, com o objetivo de financiar a aquisição dos equipamentos e softwares necessários para que as prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo tenham acesso aos dados do Infocrim.
- 3) A ampliação da divulgação do serviço Disque Denúncia (0800-156315) na Região Metropolitana de São Paulo através de diversas ações de iniciativa dos municípios, incluindo: Diadema – Aprovação da Lei nº 2076 de 20 de novembro de 2.001 que obriga a divulgação do número do Disque Denúncia em equipamentos públicos municipais; Barueri

- seminário de lançamento da campanha de divulgação do Disque Denúncia em outubro de 2001, material de divulgação e cartazes em ônibus e outdoors; São Bernardo do Campo –divulgação do número do Disque Denúncia em outdoors; Guarulhos – divulgação o número do Disque Denúncia através de cartazes em ônibus que operam nas linhas municipais; Caieiras – divulgação do número do Disque Denúncia em cartaz do 1º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência (1º de setembro de 2001); Itapeçerica da Serra – divulgação do número do Disque Denúncia através de adesivos; São Paulo – Tramitam na Câmara Municipal dois projetos de lei, de autoria dos vereadores Aldaíza Sposati e William Woo, sobre a fixação de cartazes divulgando o Disque Denúncia; a SPTrans ofereceu espaço nos ônibus urbanos para cartazes divulgando o Disque Denúncia.

No Grupo de Trabalho de Guardas Municipais, os principais resultados no ano de 2001 foram:

- 1) Realização de um debate sobre a mudança do quadro constitucional regulando a atuação das guardas municipais, no dia 17 de agosto de 2001, na sede da Federação do Comércio do estado de São Paulo. O debate, que teve por objetivo subsidiar o posicionamento do Fórum em relação a propostas de mudança constitucional afetando o papel das guardas municipais, reuniu o senador Romeu Tuma, as deputadas federais Zulaiê Cobra e Luiza Erundina e o prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, todos autores de proposta de emenda constitucional sobre o tema.
- 2) Aprovada moção de apoio moção de apoio à proposta de emenda constitucional 87/99, aprovada em primeiro turno no Senado Federal, segundo a qual "os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal". Na moção (anexo 4), os prefeitos ressaltam a inquestionável responsabilidade do estado pela segurança pública e a importância da colaboração do município nesta área.
- 3) Entrega da moção de apoio do Fórum Metropolitano ao Projeto de Emenda Constitucional 87/99 ao presidente do Senado Ramez Tabet e ao senador Romeu Tuma, no dia 24 de outubro de 2001, por uma comissão formada pelo coordenador geral do Fórum, Prefeito Elói Pietá, coordenador do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais, Prefeito Silvio Peccioli, e comandante da guarda municipal de São Paulo, Josias Sampaio.
- 4) Elaboração de um currículo mínimo para cursos de formação de guardas municipais.

No Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência, os principais resultados no ano de 2001 foram:

- 1) Constituição do Banco de Projetos de Prevenção à Violência;
- 2) Realização de cinco encontros regionais para discutir a prevenção à violência na região metropolitana em novembro-dezembro de 2001, organizados pelas prefeituras de Barueri (região oeste), Mairiporã (região norte), Suzano (região leste), Santo André (região ABC) e São Paulo, que resultaram em quatro cartas regionais com diretrizes e ações para prevenção à violência;
- 3) Proposta de Plano Metropolitano de Prevenção à Violência, com base nas sugestões dos seminários regionais;
- 5) Proposta de criação do Prêmio Fórum Metropolitano de Prevenção à Violência, para premiar as iniciativas de organizações governamentais e não governamentais que contribuam para prevenir a violência na região metropolitana;

- 6) Proposta de uma publicação sobre prevenção à violência na região metropolitana, apresentando o trabalho do Fórum Metropolitano e os resultados dos seminários regionais de prevenção à violência.

No Grupo de Trabalho de Comunicação Social, os principais resultados no ano de 2001 foram:

- 1) Criação da logomarca do Fórum Metropolitano de Segurança Pública;
- 2) Construção e atualização do web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública;
- 3) Realização do Primeiro Dia Metropolitano de Prevenção à Violência (1º de Setembro de 2001).

## **ANEXO 1 – TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DO FÓRUM METROPOLITANO E A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

### **TERMO DE COOPERAÇÃO**

Termo de Cooperação que entre si celebram o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, visando o compartilhamento de dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM e o desenvolvimento de políticas e programas municipais e de ações integradas entre o Estado e os Municípios para prevenção ao crime na Região Metropolitana de São Paulo.

Pelo presente Termo de Cooperação, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, representados por seus dirigentes, têm entre si justo e acertado a celebração deste instrumento, mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### Clausula Primeira - Do Objeto

O presente Termo de Cooperação tem por objeto disponibilizar dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM para os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, a fim de subsidiar o desenvolvimento de políticas e programas municipais e de ações integradas entre o Estado e os Municípios para prevenção ao crime na Região Metropolitana de São Paulo.

#### Cláusula Segunda – Dos Compromissos da Secretaria de Estado da Segurança Pública

A Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a concretização do objeto indicado na Cláusula Primeira, se compromete a:

a) Disponibilizar para as Prefeituras Municipais os dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM através de mapas, atualizados a cada duas semanas, apresentando as seguintes informações:

- Pontos Negros

Mapa temático comparativo da criminalidade entre os vários distritos policiais/companhias (ou outros limites de território a serem definidos) do município. Apresenta o território colorido de acordo com faixas de número de ocorrências pré-estabelecidas para cada um dos indicadores criminais.

Consolidação: série histórica mensal (a partir de janeiro de 2001 para o Município de São Paulo; janeiro de 2002 para os demais).

- Logradouros críticos

Mapa temático que apresenta a criminalidade em determinado distrito policial/companhia (ou outros limites de território a serem definidos) destacando no mapa os trechos de ruas onde a incidência do delito é significativa (segundo critério a ser definido).

Consolidação: acumulado nos últimos 30, 60 e 90 dias.

- Ocorrências Criminais
  - Latrocínio
  - Homicídio doloso
  - Homicídio Culposo
  - Tentativa de Homicídio
  - Extorsão Mediante Sequestro
  - Tráfico de Entorpecente
  - Uso de Entorpecente
  - Roubo de Veículo
  - Roubo de Carga
  - Roubo a Coletivo
  - Roubo Outros
  - Furto de Veículo
  - Furto de Carga
  - Furto Outros
  - Crimes com armas de fogo
  - Lesão Corporal Dolosa
  - Lesão Corporal Culposa
  - Outros Crimes
  - Outros Crimes tentados
  - Contravenção Penal
  - Ato Infracional
  - Veículo Localizado
  - Ocorrências não Criminais

b) Disponibilizar um Servidor de GIS, apresentando as seguintes características:

- 1 Servidor
  - Processadores Intel Pentium III Xeon @ 900 MHz ou superior, 1 MB de cache;
  - 4 GB de RAM;
  - 20 GB de disco, hot swappable, 10.000 rpm, SCSI;
  - 2 Interfaces de rede 100 Mbps;
  - Fontes redundantes;
  - Windows 2000 Advanced Server;Garantia de 3 anos, On-Site, 24x7.
- Servidor GIS
  - GEOMEDIA WebMap 4.0 (configuração para alta demanda)
  - Intergraph
  - Suporte Técnico de 1 ano
- Base Cartográfica digital do município
  - Compatível com base cartográfica da Capital em uso no INFOCRIM
  - Multispectral
- Cadastro geocodificado dos equipamentos públicos e privados (em formato Mapinfo)

c) Disponibilizar o local para funcionamento e a manutenção dos equipamentos necessários à concretização deste termo de cooperação.



## Cláusula Terceira – Dos Compromissos dos Municípios do Fórum Metropolitano de Segurança Pública

Os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, visando a concretização do objeto indicado na Cláusula Primeira, se comprometem a:

a) Disponibilizar um Servidor de Aplicação e um Servidor de Dados, apresentando as seguintes características:

a. 1) Servidor de Aplicação:

- 1 Servidor
  - 2 Processadores Intel Pentium III Xeon @ 900 MHz ou superior, 1 MB de cache;
  - 2 GB de RAM;
  - 20 GB de disco, hot swappable, 10.000 rpm, SCSI;
  - 2 Interfaces de rede 100 Mbps;
  - Fontes redundantes;
  - Windows 2000 Advanced Server;
  - Garantia de 3 anos, On-Site, 24x7.
  
- 1 servidor de Aplicação
  - COLDFUSION Enterprise Server 5.0
  - Subscription (Garantia) de 2 anos
  - Macromedia
  
- Banco de Dados
  - SQL Server 2000 (5 usuários)
  - Microsoft

a.2) Servidor de Dados

- 1 Servidor
  - 2 Processadores Intel Pentium III Xeon @ 900 MHz ou superior, 1 MB de cache;
  - 3 GB de RAM;
  - 90 GB de disco, RAID, hot swappable, 10.000 rpm, SCSI;
  - 2 Interfaces de rede 100 Mbps;
  - Fontes redundantes;
  - Windows 2000 Advanced Server;
  - Garantia de 3 anos, On-Site, 24x7.
  
- Banco de Dados
  - ORACLE 8i Database Enterprise Edition, com opção ORACLE Spatial (sem limite de usuários)
  - Oracle
  - Suporte Técnico de 1 ano

b) Disponibilizar um cadastro geocodificado dos pontos de interesse do Município

Base cartográfica digital dos pontos de interesse dos municípios como por exemplo: escolas, universidades, hospitais, centros comerciais, bares, estádios, estações ferroviárias, estradas de ferro, museus, favelas, etc

Estrutura da informação:

Município:	char(25)	; nome do município
Equipamento:	char(15)	; classificação (ex: saúde)
Equipamento_compl:	char(25)	; complemento (ex: hospital)
Nome:	char(50)	; nome do equipamento
Eqto_Municipal:	Lógico	; verdadeiro se eqto.municipal
Eqto_Estadual:	Lógico	; verdadeiro se eqto. Estadual
Eqto_Federal:	Lógico	; verdadeiro se eqto. federal
Eqto_Particular:	Lógico	; verdadeiro se eqto. Particular
Eqto_Outros:	Lógico	; verdadeiro se outra classificação
Endereco:	char(60)	; endereço do equipamento
Origem_Informacao:	char(20)	; fonte da informação
Data_Informacao:	char(10)	; data da disponibilização
CentroideX:	9(14)V99	; coordenada
CentroideY:	9(14)V99	; coordenada

Projeção: UTM SAD69 (preferencialmente)

Formato do arquivo: MapInfo (preferencialmente)

c) Assinar o Termo de Adesão ao Termo de Cooperação para ter acesso aos dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM, comprometendo-se a utilizar estes dados para o desenvolvimento de políticas e programas municipais e de ações integradas entre o Estado e os Município para prevenção ao crime e à violência (Anexo 2)

d) Reembolsar à Prefeitura de Guarulhos, que representou o Fórum Metropolitano de Segurança Pública no Convênio celebrado com o Ministério da Justiça/Secretaria Nacional para obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública visando à aquisição de equipamentos e softwares necessários para concretização do objeto indicado na Cláusula Primeira, a parcela referente à Contrapartida dos Municípios no Convênio, segundo tabela em anexo (Anexo 3)

e) Autorizar a Secretaria de Estado da Segurança Pública a utilizar os equipamentos e softwares necessários para a concretização do objeto indicado na Cláusula Primeira com o objetivo de disponibilizar o acesso aos dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM para municípios do Estado de São Paulo que não integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

#### Cláusula Quarta – Dos Compromissos Comuns dos Partícipes

Para organizar os trabalhos objeto deste termo de cooperação será formado um Grupo de Administração integrado por 2 representantes da Secretaria de Estado da segurança Pública e 2 representantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

São atribuições do Grupo de Administração:

- coordenar os trabalhos necessários à implementação deste Termo de Cooperação;
- estabelecer mecanismos de controle da implementação deste Termo de Cooperação;

- c) tomar decisões referentes ao aperfeiçoamento dos equipamentos e softwares necessários para implementação deste termo de cooperação;
- d) definir a forma de adesão e aprovar a adesão a este Termo de Cooperação de municípios do Estado de São Paulo que não integram o Fórum Metropolitano de Segurança;
- e) definir as formas de renúncia e exclusão dos Municípios que tenham aderido a este Termo de Cooperação;
- f) definir a formas de rescisão deste Termo de Cooperação.

#### Cláusula Quinta – Adesão de Municípios que não Integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública

Municípios do Estado de São Paulo que não integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública poderão aderir a este Termo de Cooperação na forma estabelecida e após manifestação do Grupo de Administração.

#### Cláusula Sexta – Do prazo de vigência

O presente Termo de Cooperação terá vigência, a partir da data de sua assinatura, por doze meses, considerando-se automaticamente prorrogado, por período igual e sucessivo, se não houver manifestação das partes.

E, por estarem de acordo, assinam o presente termo em duas vias de igual teor e validade, destinada uma para cada participante, e na presença das testemunhas abaixo arroladas.

São Paulo,            de                            de 2002.

Secretário de Estado da Segurança Pública

Coordenador Geral do Fórum Metropolitano de Segurança Pública

Testemunhas:

Ministro da Justiça  
Secretário Nacional de Segurança Pública  
Prefeito de ....  
Prefeito de ....

Seguem as assinaturas de todos os prefeitos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública presentes ao ato da assinatura.

## **ANEXO 2 – TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO (ANEXO 1)**

### **TERMO DE ADESÃO**

Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo que integra o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, visando o compartilhamento de dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM e o desenvolvimento de políticas e programas municipais e de ações integradas entre o Estado e os Municípios para prevenção ao crime na Região Metropolitana de São Paulo.

Pelo presente Termo, a Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_, representada pelo seu titular, Prefeito \_\_\_\_\_, manifesta sua adesão ao Termo de Cooperação celebrado em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2002 entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, visando o compartilhamento de dados sobre ocorrências criminais registradas no INFOCRIM e o desenvolvimento de políticas e programas municipais e de ações integradas entre o Estado e os Municípios para prevenção ao crime na Região Metropolitana de São Paulo.

#### Cláusula Primeira

Em conformidade com a Cláusula Terceira do referido Termo de Cooperação, a Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_ se compromete a efetuar, para a Prefeitura de Guarulhos, no prazo de 1 (um) mês, o reembolso da parcela referente à Contrapartida dos Municípios no Convênio celebrado com o Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública para obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública visando à aquisição de equipamentos e softwares necessários para concretização do Termo de Cooperação, no valor fixado na tabela em anexo (Anexo 2).

#### Cláusula Segunda

Em conformidade com a Cláusula Terceira do referido Termo de Cooperação, a Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_, se compromete a apresentar, para o Grupo de Administração do Termo de Cooperação, no prazo de 1 (um) ano, uma proposta de contrato local de segurança, definida em comum acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, na qual são apresentados um diagnóstico dos principais problemas e um conjunto de ações integradas entre o Estado e os Município para prevenção ao crime e à violência.

#### Cláusula Terceira

Os signatários se comprometem a seguir o estabelecido no Termo de Cooperação do qual passa a fazer parte integrante este termo de adesão.

E, por estarem de acordo, assinam o presente termo em duas vias de igual teor e validade.

SÃO PAULO, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2002

Secretário da Segurança do Estado de São Paulo  
Prefeito Municipal de .....

### ANEXO 3 – RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO (ANEXO 1)

#### CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E A PREFEITURA DE GUARULHOS, REPRESENTANDO O FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TABELA 1: RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DOS MUNICÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Origem	Valor
Fundo Nacional de Segurança Pública	R\$ 439.795,13 (Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Setecentos e Noventa e Cinco Reais e Treze Centavos)
Contrapartida Total dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo	R\$ 87.959,03 (Oitenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Três Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo	R\$ 2.255,36 (Dois Mil Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Trinta e Seis Centavos)

OBS: A tabela assume que os recursos da Contrapartida dos Municípios são divididos igualmente entre todos os 39 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

TABELA 2: RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DOS MUNICÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Origem	Valor
Fundo Nacional de Segurança Pública	R\$ 439.795,13 (Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Setecentos e Noventa e Cinco Reais e Treze Centavos)
Contrapartida Total dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo	R\$ 87.959,03 (Oitenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Três Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios com menos de 100 mil habitantes (17 municípios)	R\$ 1.396,18 (Um Mil Trezentos e Noventa e Seis Reais e Dezoito Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios com mais de cem mil habitantes (21 municípios)	R\$ 2.792,35 (Dois Mil Setecentos e Noventa e Dois Reais e Trinta e Cinco Centavos)
Contrapartida Individual dos Municípios com mais de 10 milhões de habitantes (São Paulo)	R\$ 5.584,70 (Cinco Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro reais e Setenta Centavos)

OBS: A tabela assume que os recursos da Contrapartida dos Municípios são divididos entre todos os 39 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, levando em consideração a população de cada município: a contribuição dos municípios com mais de 100 mil habitantes é igual a duas vezes o valor da contribuição dos municípios com menos de 100 mil habitantes e a contribuição dos municípios com mais de 10 milhões de habitantes é igual a quatro vezes a contribuição dos municípios com menos de 100 mil habitantes.

## **ANEXO 4 – MOÇÃO DE APOIO À PEC 87/99**

Considerando que as guardas municipais ou metropolitanas realizam atividades para garantir a segurança das pessoas, sem ainda ter respaldo constitucional e, portanto, sem que esta atividade seja devidamente regulamentada;

Considerando a inquestionável responsabilidade dos estados na segurança pública e que as populações urbanas demandam, além da presença do estado, a presença dos municípios nesta área;

Nós, prefeitos das cidades da Grande São Paulo, reunidos no Fórum Metropolitano de Segurança Pública, reivindicamos o prosseguimento da tramitação e aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Emenda Constitucional 87/99, aprovada em primeiro turno no Senado Federal com amplo apoio dos partidos representados naquela Casa, nos seguintes termos: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”.

Consideramos que, após aprovada a emenda, prosseguirá o debate nacional, do qual participaremos, sobre os exatos termos e formas em que poderá se dar a participação dos municípios e suas guardas no serviço de segurança pública.

São Paulo, 27 de setembro de 2001

Fórum Metropolitano de Segurança Pública

## ANEXO 5 – PEC 87/99 – TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

### SF PEC 00087/1999 de 24/11/1999

**Autor** SENADOR - Romeu Tuma  
**Ementa** Altera dispositivo da Constituição Federal (§ 8º do art. 144 - constituição de guardas municipais).  
**Observação** (PROJETO REAPRESENTADO).  
**Indexação** ALTERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DIREITOS, MUNICÍPIOS, CRIAÇÃO, GUARDA MUNICIPAL, DESTINAÇÃO, PROTEÇÃO, BENS, INSTALAÇÕES, LOGRADOURO PÚBLICO, CONVÊNIO, ESTADOS, EXECUÇÃO, SERVIÇO, POLICIAMENTO OSTENSIVO, POLICIAMENTO, PREVENÇÃO.  
**Despacho Inicial** SF CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
**Encaminhado a** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (3ª autuação)  
**Localização atual** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
**Última Ação**  
**SF PEC 00087/1999**  
Data: 04/12/2001  
Local: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO  
Texto: Recebido o relatório do Sen. Íris Rezende. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

**Relatores** CCJ Iris Rezende

**Tramitações** [Inverter ordenação de tramitações \(Data ascendente\)](#)  
**SF PEC 00087/1999**  
04/12/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO  
Recebido o relatório do Sen. Íris Rezende. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.  
  
21/11/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA  
Encaminhado ao Gabinete do Relator, Senador Íris Rezende, para reexame do Relatório.  
  
13/11/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO  
Recebido o Relatório do Senador Íris Rezende sobre a Proposta, em reexame nesta Comissão. Matéria pronta para a Pauta na CCJ.

07/08/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Anexei Ofício nº 885/01 do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal (fls. 52 a 55), referente à moção nº 118/01 - da Câmara dos Vereadores de Piracicaba - SP. A matéria retorna ao Gabinete do Relator, Senador Iris Rezende.

07/08/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Devolvido pelo Senador Iris Rezende, a pedido, com a finalidade de anexar documentos.

06/04/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ao gabinete do Senador Íris Rezende para reexame.

04/04/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Anunciada a matéria. São lidos os Requerimentos nºs 167 e 169, subscritos Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti; Tião Viana e Marina Silva, respectivamente, solicitando o adiamento da discussão; para reexame pela CCJ e o adiamento da votação. Aprovados os Requerimentos nºs 167 e 168/2001, tendo usado da palavra os Srs. Romeu Tuma, Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti e Arlindo Porto. Prejudicado o Requerimento nº 169/2001. À CCJ, para exame. Publicação em 05/04/2001 no DSF páginas: 5345 – 5348

( [Ver diário](#) )

30/03/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do Dia 4/4/2001. Discussão, em segundo turno.

28/03/2001 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Situação: AGENDADO PARA ORDEM DO DIA

Agendada para a sessão deliberativa de 04.04.2001. (8 d).



27/03/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA -  
PLENÁRIO

Anunciada a matéria, é lido o Requerimento nº 126/01, subscrito pelo Sr. Arlindo Porto, solicitando o adiamento da sua votação, para o reexame da CCJ. Rejeitado o requerimento, após usarem da palavra os Srs. José Roberto Arruda, Romeu Tuma, Romero Jucá e José Eduardo Dutra. Aprovada a matéria, sem prejuízo das emendas, com o seguinte resultado: Sim= 64; Não=3; Abstenção=2; Total=69, após usarem da palavra os Srs. Iris Rezende e Romeu Tuma, a Sra. Heloísa Helena, os Srs. Ramez Tebet, Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Sebastião Rocha, Romero Jucá, Roberto Saturnino, Ricardo Santos, Roberto Freire, Antonio Carlos Valadares, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Lauro Campos, Roberto Requião, Renan Calheiros, Eduardo Siqueira Campos, Sérgio Machado, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Maguito Vilela, Ademir Andrade, Nabor Júnior e Luiz Otávio. Aprovadas as Emendas nºs 1-CCJ e 2-Plen, em globo, com o seguinte resultado: Sim=65; Não=3; Abstenção=1; Total=69. À CCJ para redação final para o segundo turno. Leitura do Parecer nº 80/2001-CCJ (Relator Sr. Iriz Rezende), oferecendo a redação final da matéria para o segundo turno. À SGM, para inclusão da matéria na Ordem do Dia para o 2º turno, após obedecido o interstício regimental.

Publicação em 28/03/2001 no DSF páginas: 4170 - 4187 ( [Ver diário](#) )

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa  
Dúvidas, reclamações e informações: [SSINF - Subsecretaria de Informações](#)  
(311-3325, 311-3572)

## **ANEXO 6 – BANCO DE PROJETOS – RELATÓRIO DE PROJETOS RECEBIDOS**

1) PROJETOS RECEBIDOS: 79

2) PROJETOS RECEBIDOS POR MUNICÍPIO:

Região Metropolitana de São Paulo: 78

- ABCD: 1
- Barueri: 5
- Cajamar: 1
- Diadema: 1
- Embu: 1
- Embu–Guaçu: 1
- Francisco Morato: 1
- Franco da Rocha: 1
- Guarulhos: 5
- Itapecerica da Serra: 1
- Itapevi : 1
- Juquitiba : 5
- Mauá : 1
- Mogi das Cruzes: 4
- Osasco: 1
- Ribeirão Pires: 4
- Rio Grande da Serra: 4
- Santana de Parnaíba: 10
- Santo André: 4
- São Bernardo do Campo: 4
- São Caetano do Sul: 1
- São Paulo: 18
- Taboão da Serra: 2
- Vargem Grande Paulista: 1

Outras Regiões Metropolitanas: 1

- Porto Alegre

2) PROJETOS RECEBIDOS POR INSTITUIÇÃO

Prefeitura: 60

- Barueri: 5
- Cajamar: 1
- Diadema: 1
- Embu–Guaçu: 1
- Francisco Morato: 1
- Guarulhos: 5
- Itapecerica da Serra: 1
- Itapevi : 1
- Juquitiba : 5
- Mauá : 1
- Mogi das Cruzes: 4
- Osasco: 1
- Ribeirão Pires: 2
- Rio Grande da Serra:4

- Santana de Parnaíba : 10
- Santo André: 4
- São Bernardo do Campo: 4
- São Caetano do Sul: 1
- São Paulo: 5
- Taboão da Serra: 2
- Vargem Grande: 1

Organização Não Governamental: 10

- Associação Beneficente Santa Fé
- Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys
- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)
- Imagemagica
- Instituto Sou da Paz (3)
- Rede Mulher de Educação
- Sociedade Santos Mártires (2)

Parcerias Prefeitura-ONG: 7

- Guarda Municipal e Secretaria de Educação de Ribeirão Pires
- Núcleo de Estudos da Violência e Instituto Sou da Paz
- Polícia Militar, Guarda Municipal e Comissões de Bases Comunitárias de Segurança de Ribeirão Pires
- União de Mulheres de São Paulo e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública
- Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) da Escola Paulista de Medicina e Sociedade Santos Mártires
- Prefeitura Municipal de Franco da Rocha e AutoBan
- Palas Athena e Prefeitura Municipal de São Paulo

Governo Estadual: 1

- Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) - Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo

Conseg: 1

- PM Com Você – Renato Cunha, diretor do Conselho do Conseg do Portal do Morumbi

3) PROJETOS RECEBIDOS POR TEMA:

Assistência e Desenvolvimento Social: 3

- Associação Beneficente Santa Fé (São Paulo)
- Oportunidade Solidária (São Paulo)
- Projeto Convivendo (Santana de Parnaíba)

Renda e Trabalho: 5

- Bolsa Trabalho (São Paulo)
- Começar de Novo (São Paulo)
- Completando a Renda (Santana de Parnaíba)
- Formação para o Trabalho e Geração de Renda (Rio Grande da Serra)
- Renda Mínima (São Paulo)

#### Educação: 4

- Escola e Família: Parceiros numa Educação de Qualidade (Santana de Parnaíba )
- Escola Viva (Juquitiba)
- Pela Vida, Não à Violência (Santo André)
- PROETI – Projeto de Escola em Tempo Integral (Santana de Parnaíba)

#### Esporte, Lazer e Cultura: 17

- Ação Cultura Contra a Violência (São Paulo)
- Associação Beneficente Futebol Boys (Embu)
- Barracões Culturais da Cidadania (Itapecerica da Serra)
- Brinquedoteca (Barueri)
- Centro Cultural Artístico Municipal (Santana de Parnaíba )
- Cultura e Lazer é Cidadania ( Juquitiba )
- Escola Aberta ( Mauá )
- Escolinha de Esportes (Santana de Parnaíba )
- Escolinha de Futebol (Juquitiba)
- Esporte Anti-Violência (Mogi das Cruzes)
- Esporte Como Integração Comunitária (Mogi das Cruzes)
- Imagemagica (São Paulo)
- O Menor Pelo Esporte Maior (Juquitiba)
- Oficina de Artes (Santana de Parnaíba)
- Oficina Escola de Artes e Ofícios (Santana de Parnaíba )
- Projetos Integrados (Osasco)
- Papo Móvel (Barueri)

#### Revitalização do Espaço Público: 9

- Barueri
- Cajamar
- Francisco Morato
- Guarulhos
- Ribeirão Pires
- Santo André
- São Bernardo do Campo
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

#### Saúde: 2

- Saúde Família (Mogi das Cruzes)
- Porta Aberta (São Paulo)

#### Trânsito: 2

- Centro de Reflexão do Trânsito (São Bernardo do Campo)
- Educando para o trânsito (Franco da Rocha e AutoBan)

#### Segurança e Justiça: 15

- Atenção a Mulher, a Criança e ao Adolescente Vítima de Violência (Rio Grande da Serra)
- Base Comunitária Sacadura Cabral (Santo André)
- Caminhando com Alegria para a Justiça (Guarulhos)

- Centro de Referência e Apoio à Vítima (São Paulo)
- Conheça Seu Vizinho (Ribeirão Pires)
- Conselho Municipal de Segurança (Guarulhos)
- Cruzamento de Via Urbana Seguro (São Caetano do Sul)
- Operação Cruzamento (Santo André)
- PM Com Você (São Paulo)
- Posto Comunitário de Segurança (Guarulhos)
- Promotoras Legais Populares (São Paulo)
- Propaz (Santana de Parnaíba)
- Ronda Escolar (Ribeirão Pires)
- Sistema de Monitoramento por Vídeo em Vias Públicas (Ribeirão Pires)
- Mapeamento da Incidência Criminosa (Guarulhos)

#### Cidadania: 4

- Curso de Formação de Agentes Sociais (São Paulo)
- Gestão de Administração Participativa (Barueri)
- O Prefeito no Seu Bairro (Barueri)
- Orçamento Participativo (São Paulo)

#### Criança e Adolescente: 12

- Adolescente Aprendiz (Diadema)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Embu-Guaçu)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Itapevi)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Mogi das Cruzes)
- Caça Talento (Taboão da Serra)
- Casa da juventude (Rio Grande da Serra)
- Centro de Atenção às Medidas Sócio-Educativas (São Bernardo do Campo)
- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – CRAMI (ABCD)
- Erradicação do Trabalho Infantil (São Bernardo do Campo)
- Grêmios em Forma (São Paulo)
- Observatório de Direitos Humanos (São Paulo)
- Reinserção do Adolescente ao Convívio Familiar e Comunitário (São Paulo)

#### Mulher: 3

- Casa Sofia (São Paulo)
- Lar Para a Família (Rio Grande da Serra)
- Superando Obstáculos na Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher (Porto Alegre)

#### Álcool e Drogas: 3

- Comunidade Alerta (Santana de Parnaíba)
- Programa Educacional Contra as Drogas e a Violência (Juquitiba)
- Unidade Comunitária de Álcool e Drogas no Jardim Ângela, UCAD (São Paulo)

#### Armas: 0

## **ANEXO 7 – RELATÓRIO DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

O Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, coordenado pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Maurício Soares, em cooperação com as prefeituras de Barueri, Suzano, Mairiporã, Santo André e São Paulo, realizou cinco seminários regionais sobre prevenção à violência no âmbito municipal.

Cada seminário, de acordo com as características de cada região, teve uma dinâmica própria. Os seminários de Barueri (região oeste), Suzano (região leste), Mairiporã (região norte) e Santo André (Região sul) tiveram como resultado a elaboração de planos com diretrizes e ações de prevenção à violência. No seminário realizado em São Paulo, foram apresentados e discutidos programas de prevenção à violência no trânsito (Companhia de Engenharia de Tráfego) e de atenção às vítimas de violência (Núcleo de Atenção à Vítima do Hospital Municipal do Jabaquara).

No geral, entretanto, os seminários tiveram duas ou três reuniões. As primeiras reuniões, com a participação de técnicos das prefeituras das áreas de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Cultura, Esporte, Segurança, Cidadania, Saneamento Urbano, entre outras, especialistas de Órgãos Públicos Estadual e Federal, Organizações Não Governamentais e de Associações Comunitárias, teve os seguintes objetivos:

1. identificar os principais problemas de violência nos municípios, as áreas de incidência e as causas desses problemas (para auxiliar essa identificação, foram fornecidos dados estatísticos de crimes violentos não letais e violentos letais na Região Metropolitana de 2000 pela Fundação Seade);
2. discutir o que é a prevenção à violência no âmbito municipal (para essa discussão o Instituto São Paulo Contra a Violência e o Conselho Técnico Consultivo do GT de Prevenção à Violência forneceram suporte técnico);
3. identificar grupos ou organizações que possam auxiliar na discussão, com destaque aos movimentos jovens e de setores mais vulneráveis da sociedade;
4. apresentar e avaliar as ações e propostas de prevenção à violência em andamento nos municípios.

A reunião final, que contou com a participação de prefeitos e vereadores, teve por objetivo apresentar o diagnóstico dos principais problemas relacionados à violência e diretrizes e ações para a prevenção à violência na região.

### **BARUERI**

Na região oeste, composta por 15 municípios, Barueri, Osasco, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, os encontros foram realizados em Barueri nos dias 22 e 27 de novembro no Teatro Municipal. O primeiro encontro, no dia 22, contou com cerca de 120 pessoas. Foi feita uma breve apresentação conceitual sobre prevenção à violência pela representante do Instituto São Paulo Contra a Violência e os participantes foram separados em três grupos: 1. Educação, Esporte e Cultura; 2. Segurança Local; 3. Meio Ambiente, Promoção Social e Saúde.

Cada grupo discutiu e elaborou propostas relativas ao tema. As propostas dos três grupos foram apresentadas a todos e, ao final, foi elaborado um documento único traçando diretrizes e estabelecendo propostas de prevenção à violência para a região oeste da Grande São Paulo.

No dia 27 estiveram presentes os prefeitos da região que se pronunciaram e aprovaram a carta elaborada pelos técnicos das prefeituras na reunião anterior.

## **SUZANO**

Na região leste, composta por 10 municípios, Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Santa Isabel, Suzano, os encontros preparatórios foram realizados em Suzano e Poá, nos dias 30 de outubro e 20 de novembro. Nessas reuniões foram apresentados os principais problemas de cada município e discutidas propostas de soluções. Decidiu-se fazer um filme que mostrasse os problemas e algumas iniciativas de prevenção nos municípios da região. Foi decidido também que o Secretário de Segurança Pública, Marco Vinicius Petrelluzzi, participaria do seminário e faria uma palestra sobre prevenção. Das reuniões preparatórias saiu também um roteiro de informações a ser preenchido pelos representantes dos municípios.

O seminário aconteceu no dia 29 de novembro, em Suzano, e foi um evento mais formal e solene, no qual foi apresentado o filme sobre prevenção, que deu um panorama dos problemas na região, bem como apontou iniciativas de prevenção primária, secundária e terciária. Foi lida a Carta de Suzano e assinada pelos prefeitos presentes. Este evento teve um cunho mais político e o documento apresentado um foco forte na cobrança do estado, solicitando um critério único, claro e objetivo para a distribuição de efetivo policial e a criação de uma secretaria estadual de gestão metropolitana.

## **MAIRIPORÃ**

Na região norte, composta por 6 municípios, Guarulhos, Caieiras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha, Mairiporã, as reuniões preparatórias e o seminário aconteceram em Mairiporã. Nos dias 23 e 28 de novembro os técnicos das prefeituras se encontraram, apresentaram os principais problemas e propostas de prevenção nos municípios e debateram sobre o conceito de prevenção e repressão. Foi elaborado um documento apontando as principais causas da violência na região e, para cada uma das causas, foram descritas as medidas tomadas (ou a serem tomadas) e apontadas algumas sugestões de como lidar com os problemas.

No dia 30 de novembro realizou-se o seminário, com a presença dos técnicos e dos prefeitos. Foi explicado o processo de elaboração do documento e os presentes, prefeitos e técnicos, fizeram sugestões para o documento que foi aprovado.

Na discussão dessa região apareceram dois pontos inéditos: a questão da estigmatização do município de Franco da Rocha e da violência contra as pessoas portadores de doenças mentais (o política antimanicomial é correta, porém não está sendo aplicada da melhor forma, já que falta tratamento ambulatorial e acompanhamento médico daqueles doentes fora da internação, o que gera intolerância e violência contra os doentes).

## **SANTO ANDRÉ**

Na região sul, composta por 7 municípios, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, os encontros preparatórios e o seminário aconteceram em Santo André. Na primeira reunião, em 21 de novembro, os técnicos das prefeituras apresentaram os problemas e projetos dos municípios e houve discussão sobre os conceitos de prevenção primária secundária e terciária. A segunda reunião preparatória aconteceu aos 28 de novembro, quando foram discutidas as dimensões a serem apresentadas no documento elaborado para o seminário.

O seminário foi no dia 03 de dezembro e contou com os prefeitos de São Bernardo dos Campos e Santo André e o vice de Ribeirão Pires. Foi feita uma apresentação conceitual sobre prevenção à violência e os prefeitos presentes aprovaram o documento elaborado nas reuniões preparatórias.

## **SÃO PAULO**

Na região central os encontros aconteceram na Capital. Houve dois encontros preparatórios nos dias 19 e 29 de novembro. Foram apresentados pelos técnicos dos diferentes órgãos municipais presentes os principais problemas relativos à violência.

O seminário foi realizado no dia 19 de dezembro, no auditório do IPREM, quando foram apresentados os projetos sociais desenvolvidos pela prefeitura de São Paulo pelo assessor da Secretaria de Desenvolvimento e Solidariedade, Armelindo Passone, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Atenção à Vítima de Violência do Hospital Municipal Artur Ribeiro de Sabóia (Jabaquara), pelo Dr. Aloísio P. Cugigotti e os índices de violência no trânsito, bem como os trabalhos de prevenção à violência desenvolvidos pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) pelo engenheiro Maurício Régio. .

A partir das apresentações e das discussões ficou claro que a saúde é um setor fundamental no trabalho da prevenção à violência, especialmente na possibilidade que os hospitais têm de obter informações sobre as causas geradoras da violência a eles encaminhadas mapeando as situações de violência, assim como ressaltou-se o impacto da mortalidade causada por acidentes de trânsito no número de mortes por causas externas no município de São Paulo.

## **CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS**

Cada seminário, além das discussões mais profundas sobre o tema, produziu um documento com diretrizes gerais sobre como cada região deve pensar e planejar ações de prevenção à violência e com sugestões de formas concretas de como é possível fazê-lo. A sugestão do GT de Prevenção é conciliar os 5 documentos elaborar um “Plano Metropolitano de Prevenção à Violência”.

É importante ressaltar que a maioria das discussões ocorridas nas reuniões de trabalho foi relatada e constitui um valioso material, já que cada documento final não dá conta de alguns detalhes que apareceram nessas reuniões. Dentro do projeto da publicação do GT de Prevenção é possível organizar tal material para compor um capítulo da mesma.

Dos documentos produzidos pelos trabalhos é possível extrair alguns pontos em comuns, que apareceram em todos eles:

- trabalho intersetorial envolvendo as diferentes secretarias possibilitando o planejamento de políticas públicas de prevenção à violência;
- implantação de um sistema de informações que permita o diagnóstico mais preciso do problema da violência;
- enfatizar a necessidade do apoio dos governos estadual e federal nas ações implementadas pelos municípios.
- foco nas seguintes áreas: abuso de álcool e drogas, escola, infância e juventude, reestruturação urbana e trânsito.



## **ANEXO 8 – CARTAS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

### **1) CARTA DA REGIÃO OESTE – BARUERI**

**FÓRUM METROPOLITANO  
DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Seminário Regional de Prevenção à Violência**

**CARTA PROPOSTA DE BARUERI PARA A REUNIÃO DE PREFEITOS  
DAS CIDADES DA REGIÃO OESTE DA GRANDE SÃO PAULO**

Reunidos na quinta-feira, dia 22 de novembro, em Barueri – sede do Seminário de Prevenção à Violência/região oeste da Grande São Paulo – técnicos das áreas da Educação, Esportes, Cultura, Segurança Local (PMs, GMs, Consegs, Fiscalização municipal e outros), Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social de 14 dos 15 municípios que compõem a região metropolitana oeste sugeriram, para a apreciação e deliberação dos prefeitos que estarão reunidos na próxima terça-feira, dia 27 de novembro, a adoção de processos de ações contínuas para enfrentar a violência sob a ótica da prevenção e que podem ser promovidas nos ambientes municipais:

#### **PRINCÍPIOS**

1. Entender a violência como consequência/sintoma proveniente do desenvolvimento desordenado da cultura humana e seu constante afastamento de um meio ambiente saudável;
2. Que as intervenções referentes ao homem e ambiente sejam realizadas coletivamente com discussões acompanhadas por membros representativos dos diversos setores (Saúde, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Lazer, Assistência Social, etc);
3. O trabalho intersetorial visando uma participação ampla das secretarias quanto a fazer conhecer todas as propostas levadas a cabo pelas mesmas (as secretarias);
4. Promover a descentralização, entendendo que assim o procedimento torna-se ágil e pontual

#### **PROPOSTAS**

1. Em escolas, sociedades de amigos, praças ou qualquer outro ‘ambiente local’ no bairro, vila ou conjunto habitacional, articular reuniões, rodas de conversas ou encontros, sistematizados e permanentes, para a obtenção de um resultado: o que pensa, quer e anseia aquela comunidade e como essa mesma comunidade pode agir e reagir ao assombro da violência, estabelecendo pilares para sustentar o OUVIR (Segurança, Perspectivas de ascensão social, Prevenção, Memória Cultural, Voluntariado, Protagonismos, Inclusão...);
2. Ampliar os debates pontuais para o ambiente distrital formatando assim os Fóruns Distritais que agrupem localidades;
3. A partir destas experiências promover no âmbito municipal um Fórum articulado com agenda pré-definida nos outros dois ambientes anteriores
4. Estudar e aprofundar a discussão de ações inibidoras do consumo de drogas como o álcool e de outras drogas psicoativas (Lei Seca);
5. Integrar os diferentes setores de segurança e destes com todos os outros órgãos municipais;
6. Identificar a Escola como centro de referência para a prevenção da violência;
7. Incentivar a mudança do comportamento e da imagem do policial junto à comunidade;
8. Auxiliar na formação dos conselhos comunitários de segurança;
9. Promover gestões articuladas junto ao governo Estadual para o reembolso dos gastos promovidos pelo governo municipal para a manutenção dos serviços de proteção às pessoas e ao patrimônio e aquisição de tecnologia;

10. Direcionar ações de educação no trânsito, objetivando a redução da violência pela promoção da condução segura
11. Elaborar seminário intersecretarias no início de 2002 para socialização de todos os programas das secretarias centrado em:
  - Promoção da qualidade de vida,
  - Compreensão do adolescente como sujeito irradiador,
  - Participação dos sujeitos (toda pessoa interessada) de vários programas
12. Preparar os técnicos para o enfrentamento do sintoma (violência) e para a discussão das causas;
13. Implantar sistema de informação que contemple mecanismos formais e informais e que ofereça a base de conhecimento da realidade municipal para a sua agenda de compromissos.

## **2) CARTA DA REGIÃO LESTE – SUZANO**

Os Prefeitos do Alto Tietê, reunidos em Suzano no dia 29 de novembro de 2001, por ocasião do “Encontro Regional de Prevenção à Violência do Alto Tietê”, diante do preocupante quadro de violência e criminalidade em nossa região.

Sabedores de que a violência é, hoje em dia, um fenômeno mundial mas é na escala local, o município, que a população exige providências e convencidos de que a redução da violência e da criminalidade e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população necessitam do esforço conjunto, através de ações integradas entre o governo federal, do governo estadual e dos governos municipais e a participação imprescindível da comunidade.

Ações visando a melhoria das condições sociais, de moradia, capacitação para o trabalho, de educação, de infra-estrutura urbana, entre outras, são implementadas e desenvolvidas pelos municípios que compõem o Alto Tietê, entretanto este esforço não tem demonstrado ser suficiente para fazer frente aos problemas que se apresentam, posto que os orçamentos municipais se tornam ínfimos frente a eles, oriundos que são de um crescimento populacional vertiginoso, reflexo da proximidade com a periferia leste da Capital.

Certos de que o fortalecimento da atuação dos municípios na área da segurança pública, principalmente na prevenção, pode contribuir para minimizar a violência e a criminalidade, hoje maior aspiração da sociedade da região, decidem unir esforços para viabilizar as seguintes medidas:

- I. Desenvolver ações na área da educação, através de projetos preventivos contra drogas e violência, inculcando nos alunos valores morais, limites sociais e civismo;
- II. Criar espaços e equipamentos para a ocupação do tempo ocioso das crianças adolescentes e adultos, através de atividades esportivas e culturais;
- III. Implementar cursos profissionalizantes para capacitação de mão de obra, principalmente aos jovens, para o trabalho;
- IV. Adotar plano regionalizado de habitação visando viabilizar moradias para os habitantes dos municípios da região, inibindo a criação de empreendimentos que provoquem a entrada de grande número de pessoas de outras regiões para esta;
- V. Promover a revisão dos códigos de obras, ambiental, lei de uso e ocupação do solo e plano diretor dos municípios, visando a regularização de moradias existentes, a fim de aumentar a identificação destes moradores com o seu município e conseqüente sentimento de apego às coisas de sua cidade;
- VI. Atuar de forma conjunta buscando alterar a legislação de mananciais, no sentido de possibilitar melhor gerenciamento e adequação às realidades locais, proporcionando com isso a real preservação ambiental, evitando ainda invasões e loteamentos irregulares.

- VII. Propor à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública a adoção de índice mínimo padrão de distribuição ou redistribuição de efetivo policial;
- VIII. Apresentar ao Exmo Sr Governador do Estado a necessidade da criação de uma secretaria de gestão para a Região Metropolitana;
- IX. Agir de forma integrada buscando apoio para a consecução de compensação financeira para corrigir distorções, em função das desigualdades, frente às baixas rendas per capita dos municípios (orçamento anual/população), nos mesmos moldes que vem ocorrendo com a municipalização da educação, ou ainda através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), possibilitando o investimento em ações de prevenção à violência nas áreas de esporte, cultura, geração e capacitação ao emprego, outras ações sociais e de infra-estrutura.

Suzano, 29 de novembro de 2001

### **3) REGIÃO NORTE – MAIRIPORÃ**

Em 30 de novembro de 2001, na Câmara Municipal de Mairiporã, Estado de São Paulo, os Prefeitos dos municípios da Região Grande Norte, composta por Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Francisco Morato, Guarulhos e Mairiporã, reunidos, após análises e debates técnicos das áreas de Segurança, Esporte, Saúde, Assistência Social, Educação, Obras e Planejamento Urbanístico, decidiram, em conjunto, deliberar e se comprometer com a consecução dos seguintes pontos:

#### **A) Definição oficial das palavras prevenção e repressão:**

Prevenção: “Ações que visam a reduzir a violência (atacando suas causas) e a aumentar a segurança dos cidadãos, independentemente da aplicação de sanções pelo sistema de justiça criminal”.

Repressão: “Ações que procuram reduzir a violência e aumentar a segurança dos cidadãos, através da aplicação de sanções pelo sistema de justiça penal”.

#### **B) As causas de violência, as medidas a serem adotadas e as sugestões a serem seguidas:**

- 1) A falta de investimento público da esfera Federal e Estadual, na área social. Na atualidade os Municípios vêm assumindo para si, cada vez mais, as atividades antes pertencentes à União e ao Estado. Tal circunstância tem maior repercussão no campo social, onde as Prefeituras enfrentam problemas conjunturais e de grande monta.

Medidas: Elaboração de documento comum para solicitar a ampliação dos investimentos da União e do Estado no campo social, integrado aos municípios, como maneira efetiva de prevenir a violência.

- 2) A falta de uma ação conjunta entre os Municípios – Os problemas de violência tem repercussões além dos limites físicos, exigindo sempre uma ação integrada. As causas de violência têm uma dimensão macro, não podendo ser tratadas somente no plano de cada Município. Necessita, assim, de uma ação conjunta.

Medidas: Manutenção de um grupo de trabalho regional para integração das municipalidades, em todos os setores abrangidos.

- 3) As carências na organização e desempenho dos serviços públicos e no preparo do pessoal especializado. Há deficiências estruturais, como também problemas no atendimento e na qualidade dos serviços prestados, o que gera insatisfações e descrédito que podem contribuir para o aumento da violência.

Medidas: Implantar programas de qualidades junto às Prefeituras, para aprimorar o atendimento à população. Ampliar as Guardas Municipais, intensificar o seu treinamento, avançar na sua integração com as Polícias e de todas elas com a comunidade. Obter financiamento estadual e federal para as ações do Município relacionadas à Segurança Pública.

Sugestões: Desenvolvimento de um programa de constante aprimoramento do servidor público, de modo a torná-lo apto a atuar eficientemente em situações que possam resultar em conflitos, preservando o interesse da Administração Pública, sem deixar de atender às necessidades dos munícipes.

- 4) A distância entre a comunidade e os mais diversos órgãos públicos. A falta de proximidade entre a população dos bairros mais afastados é uma das principais causas de violência. Surgem nessas localidades um estado latente de abandono e a impressão de inércia das Autoridades sobre seus principais anseios e aflições.

Medidas: Necessidade da criação de centros de atendimentos aos bairros/comunidades mais afastados, com estrutura apta a atender a população no campo burocrático. Assim, esses centros de atendimentos permitiriam a expedição de documentos e o recebimento de reclamações.

Sugestões: Criação de postos avançados de atendimento, itinerantes e fixos, conveniados com os mais diversos órgãos estaduais e federais.

- 5) Reestruturação Urbana: A falta de equipamentos sociais necessários, especialmente nos bairros periféricos, contribui para a eclosão de conflitos, que muitas vezes terminam em ações violentas. Praças mal cuidadas, com mato, ratos, iluminação precária, não cumprem sua finalidade de espaço de lazer comunitário, tornando-se freqüentemente locais utilizados para práticas criminosas. O mesmo se passa com as ruas. Os moradores destas áreas, evidentemente, não desfrutam de um ambiente propício ao convívio social harmônico, e isto acaba refletindo negativamente nas relações familiares e de vizinhança, contribuindo para o aumento da violência.

Medidas: Realização de campanhas para consecução de obras básicas nos bairros mais carentes, buscando a criação de um ambiente harmônico e bem cuidado.

Sugestões: Implantação de saneamento básico e iluminação pública nos bairros mais carentes, como prioridade dos governos municipais.

- 6) O ócio – A falta de atividades voltadas para os jovens e adultos, principalmente no que se refere à recreação, esportiva ou cultural. Constatou-se que tal circunstância fica mais evidente nos finais de semana, quando se registra a concentração de ocorrências criminais.

Medidas: Criação de espaços nos bairros para prática de atividades culturais e esportivas, para todas as idades. Estudos visando a possibilidade e conveniência de criação de grupos com desenvolvimento de atividades similares aos Escoteiros ou Bandeirantes nos Municípios.

Sugestão: Utilização dos próprios municipais, nos fins-de-semana, principalmente praças e escolas.

- 7) Drogas e Alcoolismo – Uma das principais causas da prática de violência, estando diretamente relacionada à necessidade do usuário em adquirir o produto do vício, ocasionando a prática de crimes. As causas relacionadas com o consumo de drogas e alcoolismo são entre outras, a curiosidade dos jovens, a falta de estrutura das famílias

e o desemprego. A faixa de idade mais sujeita a investidas dos traficantes são as crianças entre 10 e 12 anos.

Medidas: Implantação do PROERD em todos os Municípios, e o desenvolvimento de políticas de fiscalização mais rigorosa nas portas dos estabelecimentos de ensino público ou particular, coibindo e proibindo a instalação de ambulantes e estabelecimentos comerciais que comercializem bebidas alcoólicas sob qualquer pretexto e/ou qualquer natureza.

Sugestões: Criação de grupos permanentes dentro dos estabelecimentos de ensino para discussão sobre o uso de drogas, suas causas e conseqüências. Instrução e orientação das diretorias das escolas e seus corpos docentes, no sentido de adotar medidas preventivas dentro da orientação pedagógica, jamais repressivas. Os professores não devem ser vistos como inimigos, para possibilitar a proximidade entre os alunos e as direções das escolas.

8) Saúde Pública, doenças mentais, ingestão de drogas psicoativas (álcool, cocaína, maconha, etc.). Os doentes mentais, não tratados são agredidos e agridem a sociedade; quando suggestionados, aliciados e aceitos em grupos anti-sociais, essa vivência em ambientes criminais são motivo de violência. A falta de cumprimento das normas estabelecidas pelo SUS para prevenção e tratamento das doenças mentais influenciam diretamente nos índices de violência.

Medidas: implantação nos Municípios de ambulatórios de especialidade para atendimento aos doentes mentais, alcoólatras e drogados, dentro das normas estabelecidas pela Secretária de Saúde do Estado de São Paulo e Ministério da Saúde.

Sugestões: exigência, aos Servidores de Saúde Pública Municipais, do cumprimento das políticas de saúde mental estabelecidas pelo SUS.

C) Manutenção de um Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência indispensável para a efetivação dos compromissos firmados no presente Seminário, também possibilitando o suporte técnico na implantação dos projetos de prevenção a violência.

D) Criação de um Banco de Projetos da Região Grande Norte, para o intercâmbio, entre os municípios, de experiências e idéias, ampliando as suas ações sociais voltadas à prevenção da violência.

Os Prefeitos Municipais, reunidos, assinam o presente documento como compromisso de combater a violência em seus Municípios, dando especial ênfase e atenção às causas relacionadas e, com esse propósito, dar consecução às medidas e sugestões desta CARTA COMPROMISSO.

#### **4) REGIÃO SUL – SANTO ANDRÉ**

##### **COMPROMISSO REGIONAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO GRANDE ABC**

Os municípios do Grande ABC reunidos no Seminário de Prevenção à Violência, promovido pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o objetivo de instituir a cultura da prevenção como ação anterior e complementar às ações de repressão;

Considerando a violência uma conseqüência que tem se expressado em números cada vez mais alarmantes, que tem exigido dos vários setores representativos das áreas

governamentais e da sociedade civil ações articuladas e efetivas de combate a esta forma de sintoma social;

Ressaltando que a alteração desse quadro não representa a elaboração, tão somente de propostas pontuais no combate aos focos de violência, mas sim da existência de um plano integrado com programas contínuos e articulados;

Destacando os municípios e a identidade do Grande ABC, como lócus privilegiado para a realização de ações capazes de identificar e intervir nas causas geradoras, nas oportunidades de agressão e na redução da vulnerabilidade das vítimas de violência, a região faz conhecer o compromisso pactuado a partir das diretrizes abaixo descritas:

## **1. Diagnóstico Regional**

- Realizar um diagnóstico específico de ocorrências criminais, bem como dos problemas sociais por município e articulá-los, visando a obtenção da situação real da violência no Grande ABC.
- Articular os municípios através do Consórcio Intermunicipal, da Câmara do Grande ABC e do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.
- Planejar ações de prevenção à violência na região, a partir da causalidade dos problemas.

## **2. Maior integração entre os órgãos municipais**



Incentivar o diálogo entre os diferentes órgãos municipais, possibilitando a viabilização do mapeamento e a efetivação de ações integradas de prevenção à violência nos âmbitos municipal e regional.

- Possibilitar a articulação e integração com Programas e ações desenvolvidas por outras esferas do Governo.

## **3. Estímulo à participação comunitária**

- Incentivar o envolvimento dos vários agentes da sociedade (ONGs, Conselhos, Comunidade), possibilitando além de maior efetividade a instituição da cultura da paz.
- Fortalecer as ações já existentes, destacadamente dos Conselhos de Segurança nos municípios.

## **4. Fomento de experiências**

- Realizar um mapeamento das experiências bem sucedidas de prevenção à violência para difusão e intercâmbio intermunicipal, focando nas dimensões da prevenção primária, secundária e terciária.
- Intensificar a inclusão de experiências no Banco de Projetos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública- [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).
- Promover seminários itinerantes de âmbito municipal e intermunicipal com a finalidade de aproximar as experiências à comunidade.

## **5. Ampliação e difusão das Guardas Municipais como agentes sociais**

- Humanizar a formação das Guardas Municipais.

- Integrar a Guarda Municipal com todos os programas de prevenção à violência dos municípios.
- Introduzir no processo de formação e capacitação das Guardas Municipais as informações sobre as políticas de prevenção à violência.

## **6. Geoprocessamento**

- Estimular os municípios para a implantação do geoprocessamento municipal.
- Depois de consolidado o geoprocessamento dentro de cada município, promover sua integração regional.

**Região do Grande ABC, 03 de dezembro de 2001.**

## ANEXO 9 – PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

### PROPOSTA DO PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA \*

\* Sugestões recebidas durante a consulta pública em negrito

**I** – Aperfeiçoar o sistema de produção, distribuição e análise de dados estatísticos que permitam o diagnóstico mais preciso do problema da violência e o monitoramento das ações e programas de redução da violência na Região Metropolitana;

- a. dados sobre ocorrências criminais, através da expansão do Infocrim e do acesso aos dados desse sistema pelas prefeituras e do fortalecimento do Disque Denúncia;
- b. dados sobre o funcionamento do sistema de segurança pública e da justiça criminal;
- c. dados econômicos, sociais, culturais e urbanos;
- d. possibilitar a compatibilização dessas bases de dados;
- e. estimular a implantação de sistemas municipais de produção, distribuição e análise de dados estatísticos

**II** – Realizar trabalho intersetorial envolvendo as diferentes secretarias municipais possibilitando o planejamento e execução de políticas públicas de prevenção à violência;

- a. transformar a prevenção à violência em tema transversal para o planejamento das políticas públicas;
- b. incentivar o diálogo e a consecução de ações integradas entre as secretarias, por meio da realização de seminário intersecretarias para discutir a integração de políticas de prevenção à violência;

**III** – Enfatizar a necessidade do apoio dos governos estadual e federal nas ações implementadas pelos municípios:

- a. propor à Secretaria de Estado da Segurança Pública a adoção de um critério objetivo e um índice mínimo padrão de distribuição ou redistribuição do efetivo policial nos municípios;
- b. propor ao governo estadual a criação de uma Secretaria de Gestão para a Região Metropolitana;
- c. reivindicar junto ao governo estadual e federal o repasse de verbas para apoiar a implementação de programas e ações municipais de prevenção à violência;
- d. estabelecer parcerias com o governo estadual para ampliação do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) e aos Centros de Integração de Cidadania (CICs);
- e. **incentivar a atuação integrada das polícias e do Ministério Público e do Judiciário;**

**IV** – Implantar os Fundos Municipais de Segurança Pública, cujos recursos possam financiar os programas de prevenção à violência.

**V** – Estimular a participação popular e comunitária na discussão, planejamento e concretização das ações preventivas municipais e regionais:

- a. incentivar o trabalho dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) e promover discussões que auxiliem no fortalecimento dos Consegs;
- b. estimular a implantação dos Conselhos Municipais de Segurança;
- c. realizar encontros em ambientes locais, sistematizados e permanentes, possibilitando que a comunidade participe e seja ouvida em suas reivindicações;
- d. **compreender como cada micro região ou local das cidades concebem segurança pública e como vivem a sensação de insegurança, partindo do ponto de vista das populações locais;**
- e. **elaborar planos locais, com ampla participação da comunidade e integração dos agentes locais, com definição do cronograma de execução, responsabilidades**



**claramente delimitadas e recursos suficientes, de modo a possibilitar uma mudança de cultura local e a superação dos fatores que geram a insegurança;**

**VI** – Realizar a troca de experiências na prevenção à violência entre os municípios e regiões;

- a. realizar um mapeamento das experiências bem sucedidas de prevenção à violência para difusão e intercâmbio intermunicipal, focando nas dimensões da prevenção primária, secundária e terciária;
- b. promover seminários itinerantes de âmbito municipal e intermunicipal com a finalidade de aproximar as experiências da comunidade.

**VII** – Priorizar as ações preventivas para as seguintes áreas: abuso de álcool e drogas, família, escola, infância e juventude, reestruturação urbana e trânsito:

- a. estudar e aprofundar a discussão de ações de prevenção e controle ao uso abusivo de álcool;
- b. promover a adoção de leis municipais regulando o fechamento de estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas;
- c. identificar a escola como *locus* privilegiado de iniciativas de prevenção à violência;
- d. criar grupos permanentes dentro dos estabelecimentos de ensino para discussão sobre o uso de drogas, suas causas e conseqüências;
- e. concretizar ações de educação no trânsito;
- f. implantar centros de atenção aos maus tratos às crianças e adolescentes;
- g. implementar junto aos municípios as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) para atendimento ao adolescente autor de ato infracional, a fim de possibilitar sua efetiva reinsersão ao convívio social e comunitário;
- h. implementar ações para retirar crianças e adolescentes da situação de rua;**
- i. implementar ações para eliminar a exploração do trabalho infantil;**

**VIII** – Utilizar espaços e equipamentos públicos para a implementação de atividades que envolvam a comunidade:

- a. criar centros de atendimento nos bairros e comunidades mais afastadas, possibilitando acesso aos serviços públicos essenciais e os direitos de cidadania;
- b. desenvolver atividades em equipamentos públicos, como escolas, bibliotecas, ginásios e casas de cultura, aos finais de semana.

**IX** – Rever as políticas de planejamento espacial urbano:

- a. promover a discussão dos códigos de obras, ambiental, lei de uso e ocupação do solo e plano diretor dos municípios, possibilitando a regularização das moradias existentes e o conseqüente aumento da identificação do morador com o município;
- b. atuar de forma conjunta buscando discutir a legislação de mananciais, no sentido de possibilitar melhor gerenciamento e adequação às realidades locais, proporcionando a efetiva preservação ambiental, evitando o aumento de invasões e loteamento irregulares;
- c. estabelecer como prioridade dos governos municipais a implantação de infra estrutura urbana mínima, saneamento básico e iluminação pública, nos bairros de alto risco de violência.

**X** – Promover as atividades da guarda municipal como agente social essencial à prevenção à violência:

- a. integrar a guarda municipal aos programas de prevenção à violência;
- b. aproximar a guarda municipal da comunidade e das polícias militar e civil;
- c. introduzir no processo de formação e capacitação das guardas municipais as informações sobre as políticas de prevenção à violência em andamento.

## **ANEXO 10 – PUBLICAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

### **I – TÍTULO E RESUMO DO PROJETO**

#### **TÍTULO: REDUZINDO A VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA PREVENÇÃO**

**RESUMO:** Trata-se o presente projeto de uma publicação sobre prevenção à violência, enfocando o trabalho desenvolvido pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, organismo informal que congrega as 39 prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo. O Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência, um dos quatro que compõem o Fórum, realizou, nos meses de novembro e dezembro de 2001, cinco seminários regionais sobre o tema. Nesses seminários, destacaram-se as iniciativas de prevenção levadas a cabo pelas prefeituras, as estratégias de integração de ações e programas de prevenção, a necessidade de discutir o tema, além da elaboração de cartas regionais contendo diretrizes de prevenção à violência. A publicação visa cristalizar esses resultados, acrescentando uma discussão conceitual sobre o tema, a fim de servir de referência e instrumentalizar as prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo, bem como líderes comunitários e agentes sociais, contribuindo para o planejamento e execução de ações e políticas públicas de prevenção à violência.

### **II - DADOS DA INSTITUIÇÃO:**

NOME: FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Web-site: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

E-mail: [forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Secretaria- Executiva: INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

Endereço: Avenida Paulista 119, 5º andar  
CEP 01311-903, São Paulo, SP

Telefone: (011) 379.3704 Fax: (011) 3179.3708

Presidente da Diretoria do Instituto São Paulo Contra a Violência: Eduardo R. Capobianco –  
[eduardocapobianco@construcap.com.br](mailto:eduardocapobianco@construcap.com.br)

Secretário Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência: Paulo de Mesquita Neto –  
[paulomesquita@spcv.org.br](mailto:paulomesquita@spcv.org.br)

Responsáveis pelo Projeto: Carolina de Mattos Ricardo (assessora de projetos do Instituto São Paulo Contra a Violência) e Marlene Bueno Zola (assessora de especial do Gabinete da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo)

### **II- DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

#### **Histórico do Fórum Metropolitano de Segurança Pública**

Reconhecendo a importância e as dificuldades da participação dos municípios na área da segurança pública, o Instituto São Paulo Contra a Violência, o Núcleo de Estudos da Violência e a TV Globo de São Paulo, lançaram a proposta de criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. O Fórum, segundo a proposta, seria integrado pelos prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, constituindo um espaço apartidário de debate, articulação e promoção de políticas de redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

A proposta de criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública foi apresentada e discutida individualmente com os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, durante os meses de janeiro a março de 2001. Durante este mesmo período, o Instituto fez um levantamento dos principais problemas existentes em cada município e das principais ações desenvolvidas pelos governos municipais e por organizações da sociedade civil para redução da violência no município.

A consulta aos prefeitos e o levantamento da situação de cada município deixou clara a necessidade da intensificação das ações municipais na área da segurança e o interesse dos prefeitos na criação do Fórum Metropolitano de Segurança como forma de promover a integração e fortalecimento da atuação dos governos municipais na área segurança pública.

Em 29 de março de 2001, o Instituto São Paulo Contra a Violência organizou uma reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em São Paulo, na qual estiveram presentes 28 prefeitos e 8 vice-prefeitos e representantes de prefeituras da Região Metropolitana, na qual os prefeitos decidiram criar o Fórum Metropolitano de Segurança Pública e aprovaram uma Declaração e Programa de Ação.

### **Missão, estrutura e funcionamento do Fórum**

O Fórum é uma organização informal, sem fins lucrativos, apartidária, que congrega os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo para, juntamente com especialistas em diversas áreas, representantes da sociedade civil, do governo estadual e do governo federal, discutir, propor, avaliar e apoiar ações para a redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

A missão do Fórum Metropolitano de Segurança Pública é promover a redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo através de parcerias entre a sociedade civil, a universidade, os governos municipais, o governo estadual e o governo federal.

São objetivos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública:

- Produzir e disseminar informação sobre o problema da violência na Região Metropolitana de São Paulo e as políticas, programas e ações capazes de solucionar o problema.
- Estimular a participação das Prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo no debate e na implementação de soluções para o problema da violência.
- Intensificar a colaboração entre governos municipais e destes com a sociedade civil, a universidade e o setor privado, no desenvolvimento e sustentação de estratégias preventivas de redução da violência, tanto de natureza social como de natureza situacional.
- Promover a colaboração entre os governos municipais, o governo estadual e o governo federal, no desenvolvimento e sustentação de uma política de segurança pública para a Região Metropolitana de São Paulo.

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública é dirigido por uma Coordenação, com mandato de 1 ano escolhida pelos prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, composta de um Coordenador-Geral, atualmente o Prefeito Elói Pietá de Guarulhos e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho.

O Fórum constituiu quatro Grupos de Trabalho, sob a coordenação de um prefeito, com a participação de representantes do governo, da sociedade civil e de especialistas, para realização de estudos e desenvolvimento de projetos em áreas específicas.

Grupo de Trabalho de Informações Criminais, coordenado pela Prefeita Marta Suplicy, de São Paulo, para promover a expansão do INFOCRIM para os 39 municípios da região metropolitana, garantir o acesso das prefeituras às informações do INFOCRIM e fortalecer a ação do Disque Denúncia na região, a fim de subsidiar com informações das ocorrências criminais a política estadual e as políticas municipais de segurança pública na região

Grupo de Trabalho da Guarda Municipal, coordenado pelo Prefeito Silvio Peccioli, de Santana de Parnaíba, para debater e aperfeiçoar o papel das guardas municipais e as relações destas com as polícias civil e militar.

Grupo de Trabalho da Prevenção à Violência, coordenado pelo Prefeito Maurício Soares, de São Bernardo do Campo, para promover políticas sociais e urbanas visando reduzir as causas da violência.

Grupo de Trabalho de Comunicação Social, coordenado pelo Prefeito Lener do Nascimento Ribeiro, para disseminar informações sobre assuntos de interesse do Fórum e implantação de um centro de referência na internet.

Para auxiliar o trabalho da Coordenação, o Fórum tem uma Secretaria-Executiva, exercida pela equipe do Instituto São Paulo Contra a Violência, que conta com o apoio de uma equipe de estagiários do Centro de Integração Empresa Escola.

### **III - DADOS DO PROJETO:**

#### **Objetivo Geral:**

Contribuir para que se institua nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo a cultura de prevenção, a partir da identificação e intervenção nas causas geradoras de violência.

#### **Objetivos Específicos:**

- Através da consolidação em uma publicação dos resultados de seminários regionais de prevenção à violência, instrumentalizar os técnicos das prefeituras da região metropolitana de São Paulo, bem como líderes comunitários e outros agentes sociais que trabalhem com ações e programas de prevenção à violência;
- Incentivar o planejamento de políticas públicas municipais e regionais e em parceria com organizações da sociedade civil e outras instâncias governamentais de prevenção à violência.

#### **Antecedentes e Justificativa:**

A publicação *Reduzindo a Violência através da Prevenção* é um projeto do Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência, coordenado pelo prefeito de São Bernardo do Campo.

Durante os meses de novembro e dezembro de 2001 o Grupo realizou uma série de encontros regionais na Grande São Paulo para discutir e planejar ações de prevenção à violência.

Os seminários foram concebidos em dois momentos: o primeiro, que contou com a participação de técnicos das prefeituras das áreas de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Cultura, Esporte, Segurança, Cidadania, Saneamento Urbano, entre outras e de outros especialistas de Órgãos Públicos Estadual e Federal, Organizações não Governamentais e de Associações Comunitárias, teve os seguintes objetivos:

- identificar os principais problemas de violência nos municípios, as áreas de incidência e as causas desses problemas;
- discutir o que é a prevenção à violência no âmbito municipal;

- identificar grupos ou organizações que possam auxiliar na discussão, com destaque aos movimentos jovens e de setores mais vulneráveis da sociedade;
- apresentar e avaliar as ações e propostas de prevenção à violência em andamento nos municípios.

E o segundo, que contou, além dos participantes da primeira reunião, com a presença dos prefeitos, apresentou o diagnóstico dos principais problemas e as diretrizes relacionadas à violência e sua prevenção.

Na região oeste, composta por 15 municípios, Barueri, Osasco, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, os encontros foram realizados em Barueri nos dias 22 e 27 de novembro.

Na região leste, composta por 10 municípios, Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Santa Isabel, Suzano, os encontros preparatórios foram realizados em Suzano e Poá, nos dias 30 de outubro e 20 de novembro e o seminário aconteceu no dia 29 de novembro, em Suzano, com a presença do Secretário de Segurança Pública do Estado.

Na região norte, composta por 6 municípios, Guarulhos, Caieiras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha, Mairiporã, as reuniões preparatórias e o seminário aconteceram em Mairiporã. Nos dias 23 e 28 de novembro os técnicos das prefeituras se encontraram e no dia 30 de novembro realizou-se o seminário.

Na região sul, composta por 7 municípios, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, os encontros preparatórios e o seminário aconteceram em Santo André, nos dias 21 e 28 de novembro e 03 de dezembro, respectivamente.

Na região central os encontros aconteceram na Capital, contando com dois encontros preparatórios nos dias 19 e 29 de novembro e o seminário no dia 19 de dezembro.

Cada encontro deu origem a uma carta regional com diretrizes e propostas de ações concretas voltadas a prevenção da violência, para serem seguidas no âmbito municipal e regional.

O presente projeto busca sistematizar a produção desses seminários, apresentar as cartas regionais bem como um plano metropolitano de prevenção à violência.

O Fórum é uma instância que vem se constituindo ao longo do ano de 2001 e, particularmente, no que se refere às ações preventivas, tem conseguido definir o potencial dos municípios. Os seminários realizados deixaram claro que já existe uma série de ações preventivas em curso, que os municípios tem buscado o planejamento dessas ações e que é necessário esclarecer porque e como prevenir a violência nos âmbitos municipais e regionais.

Destaca-se também como resultado do grupo de trabalho de Prevenção à Violência:

- Banco de Projetos de Prevenção à Violência

Objetivos: troca de experiências e disseminação de projetos capazes de reduzir à violência na Região Metropolitana de São Paulo;

Composição Atual: 79 Projetos que podem ser acessados pelo site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br);

- Realização de 5 (cinco) macro seminários de Prevenção à Violência

A presente publicação tem a finalidade de materializar as discussões e os consensos tirados desse trabalho, funcionando como um guia das ações práticas e de discussões conceituais sobre a prevenção à violência.

## Estrutura da Publicação:

Título:

### **Reduzindo a Violência Através da Prevenção**

## Sumário:

1. Apresentação
2. Texto de especialista - Prevenção à Violência
  - 2.1 Conceito de Prevenção
  - 2.2 Fatores de risco
  - 2.3 Formas de Prevenção
  - 2.4 Dados Estatísticos
3. Seminários Regionais
  - 3.1 Relatos
  - 3.2 Cartas compromisso regionais
  - 3.3 Plano Metropolitano de Prevenção à Violência
4. Referências

## **Fases de implementação:**

1ª Fase

Fevereiro a 1ª Quinzena de Março de 2002

Preparação do texto

2ª Fase

2ª Quinzena de Março ao final de Abril

Edição e distribuição para as prefeituras da região metropolitana de São Paulo

## **Recursos Previstos:**

Valor Total: R\$ 7.997,51 (sete mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos)

Levantamento prévio de orçamento necessário para a produção gráfica de 2.000 (dois mil) exemplares: R\$ 5.072,51 (cinco mil e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

Despesas com recursos humanos: sistematização e conteúdo técnico R\$ 2.925, (dois mil e novecentos e vinte e cinco reais).

**OBS:** Ressalta-se ser necessária a produção de pelo menos 5.000,00 exemplares, tendo em vista que deverá ser distribuído um número mínimo de exemplares a cada um dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Dentro do orçamento preliminar levantado, foi orçado também o custo da produção de 5.000 (cinco mil) exemplares, cujo valor é de R\$ 7.237,93 (sete mil duzentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos).

## **ANEXO 11 - PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

O prêmio “Fórum Metropolitano” de Prevenção à Violência foi concebido no âmbito dos trabalhos do GT de Prevenção à Violência com o objetivo de reconhecer iniciativas bem sucedidas de prevenção à violência, implementadas na Região Metropolitana de São Paulo, pelas prefeituras, organizações não governamentais ou outras instâncias governamentais.

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública é um organismo composto pelos 39 municípios da Grande São Paulo e que reúne os prefeitos a cada três meses, quando são avaliadas e discutidas as propostas postas em prática pelos quatro grupos de trabalhos (GTs): Prevenção à Violência, Guardas Municipais, Comunicação Social e Informações Criminais.

O GT de Prevenção à Violência construiu um Banco de Projetos, disponível no web-site do Fórum, [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br), a partir do qual começou a ter contato com o trabalho desenvolvido pelas prefeituras e por organizações não governamentais na prevenção a violência, constatando que há um leque variado de iniciativas consideradas de prevenção, sem, no entanto, haver um critério preciso de avaliação do impacto dessas iniciativas da efetiva prevenção e redução da violência.

Compreendendo a complexidade de tal avaliação, especialmente diante da carência de dados específicos sobre violência e a possibilidade de relacioná-los com outros indicadores sociais de qualidade de vida e viabilizar o planejamento e a concretização de avaliações precisas de resultados, o GT decidiu lançar o prêmio “Fórum Metropolitano” de Prevenção à Violência, a fim de reconhecer as iniciativas que, planejadas, implementadas e avaliadas em seus resultados, contribuam concretamente para a prevenção e redução da violência e de estimular o planejamento e avaliação daquelas que ainda não o fizeram.

O prêmio será pautado pelas diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção à Violência e será a forma de acompanhar, nas iniciativas avaliadas, o grau de implementação dessas diretrizes nos municípios da Região Metropolitana. Assim, as diretrizes do Plano serão critérios de avaliação para o prêmio, que, por sua vez, conseguirá analisar a efetivação nos municípios metropolitanos do Plano Metropolitano de Prevenção à Violência.

### **REGULAMENTO DO PRÊMIO “FÓRUM METROPOLITANO” DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA” – ANO 2002**

#### **1. Sobre a participação**

- a) Organizações governamentais e não governamentais, do setor privado e do terceiro setor, poderão inscrever iniciativas que contribuam para a prevenção da violência urbana na Região metropolitana de São Paulo.
- b) Não serão aceitas inscrições de organizações que façam parte da Comissão Julgadora.
- c) Cada organização não poderá inscrever mais que três iniciativas
- d) A inscrição será feita mediante o encaminhamento, dentro dos prazos estabelecidos, da ficha de inscrição devidamente preenchida.

#### **2. Sobre os critérios de avaliação e premiação**

Serão premiadas as iniciativas que:

- a) Promovam a cidadania e os direitos humanos;
- b) incentivem e priorizem a efetiva participação da comunidade;

- c) apresentem estratégias de articulação e intersetorialidade envolvendo os diversos órgãos de uma mesma instância governamental e entre diferentes instâncias governamentais, estimulando o trabalho planejado e integrado, em forma de rede;
- d) realizem diagnósticos precisos do problema da violência que a iniciativa busca resolver;
- e) utilizem espaços e equipamentos públicos para atividades que envolvam a comunidade;
- f) utilizem soluções e metodologias inovadoras, eficazes e eficientes em relações ao contexto regional e o público atingido;
- g) apresentem resultados que possam ser comprovados quantitativa e qualitativamente;
- h) sejam passíveis de disseminação;
- i) incluam no seu planejamento mecanismos que assegurem sua sustentação política e econômica.

### 3. Sobre o processo de seleção

O processo de seleção para o Selo Fórum Metropolitano de Segurança Pública é de responsabilidade do Instituto São Paulo Contra a Violência e será viabilizado por intermédio de sua equipe técnica e do Comitê Técnico Consultivo, formado no âmbito do Grupo de Trabalho de Prevenção à Violência do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. A Comissão Julgadora é composta por organizações ligadas ao tema e por especialistas.

O processo de seleção será desenvolvido em 3 etapas:

#### 1ª Etapa:

Inscrição : Recebimento e cadastro das inscrições, verificação da completez das informações e dos materiais enviados como anexo e validação das inscrições

#### 2ª Etapa:

Seleção dos Finalistas: análise das iniciativas e visitas técnicas aos finalistas

#### 3ª Etapa:

Seleção dos premiados.

### 4. Sobre o Prêmio

- a) O Instituto São Paulo Contra a Violência entrará em contato com os finalistas para informar sobre a data da solenidade,, quando serão anunciadas as iniciativas premiadas.
- b) A divulgação dos premiados será feita pelo Instituto São Paulo Contra a Violência na solenidade com data a ser definida.
- c) A cada iniciativa premiada será concedido o prêmio “Fórum Metropolitano” de Prevenção à Violência – 2002.
- d) Todas as iniciativas inscritas, desde que encaminhadas conforme a ficha de inscrição, comporão o Banco de Projetos do Fórum, no web-site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).



## ANEXO 12 – QUADRO COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS CAPITAL, 2000-2001 <sup>3</sup>

### DECAP / CPC - Ocorrências por Trimestre e Variação - 2000/2001

2000					
Ocorrências Policiais Registradas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Homicídio Doloso	1.390	1.270	1.269	1.398	5.327
Homicídio Culposo	168	187	180	234	769
Tentativa de Homicídio	623	589	588	693	2.493
Lesão Corporal (culp e dol)	12.520	12.975	12.149	13.445	51.089
Latrocínio	62	52	49	39	202
Estupro	257	272	290	331	1.150
Tráfico de Entorpecentes	565	598	484	562	2.209
Roubo	26.005	27.275	28.113	27.422	108.815
Roubo de Veículo	15.603	15.681	15.826	14.428	61.538
Furto	25.226	25.610	26.762	29.957	107.555
Furto de Veículo	15.812	15.858	15.827	13.149	60.646
Furto e Roubo de Veículo	31.415	31.539	31.653	27.577	122.184

2001					
Ocorrências Policiais Registradas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Homicídio Doloso	1.374	1.342	1.138	-	3.854
Homicídio Culposo	207	245	228	-	680
Tentativa de Homicídio	687	613	571	-	1.871
Lesão Corporal (culp e dol)	12.631	11.865	11.723	-	36.219
Latrocínio	41	45	58	-	144
Estupro	286	309	345	-	940
Tráfico de Entorpecentes	481	512	624	-	1.617
Roubo	27.390	28.099	27.907	-	83.396
Roubo de Veículo	13.627	13.112	13.006	-	39.745
Furto	27.559	28.836	28.643	-	85.038
Furto de Veículo	14.299	13.889	14.626	-	42.814
Furto e Roubo de Veículo	27.926	27.001	27.632	-	82.559

Comparação entre 2000 e 2001 - Período do 1º Trimestre ao 3º Trimestre			
Ocorrências Policiais Registradas	2000	2001	Variação
Homicídio Doloso	3.929	3.854	-1,91 %
Homicídio Culposo	535	680	27,10 %
Tentativa de Homicídio	1.800	1.871	3,94 %
Lesão Corporal (culposa e dolosa)	37.644	36.219	-3,79 %
Latrocínio	163	144	-11,66 %
Estupro	819	940	14,77 %
Tráfico de Entorpecentes	1.647	1.617	-1,82 %
Roubo	81.393	83.396	2,46 %
Roubo de Veículo	47.110	39.745	-15,63 %
Furto	77.598	85.038	9,59 %
Furto de Veículo	47.497	42.814	-9,86 %
Furto e Roubo de Veículo	94.607	82.559	-12,73 %

**Nota:** A partir de 2000 estão incluídas as ocorrências registradas nos Departamentos Especializados.

**Nota:** Até junho de 2001: delitos por local de registro. A partir de julho de 2001: delitos por local de ocorrência.

**Fonte:** Secretaria da Segurança Pública

<sup>3</sup> Quadro publicado no web-site da Secretaria da Segurança Pública e no Relatório Anual de Prestação de Contas – 2001, da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo.

**ANEXO 13 – QUADRO COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS,  
GRANDE SÃO PAULO (EXCLUINDO CAPITAL), 2000-2001 <sup>4</sup>**

**DEMACRO / CPM - Ocorrências por Trimestre e Variação – 2000/2001**

2000					
Ocorrências Policiais Registradas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Homicídio Doloso	887	871	863	865	3.486
Homicídio Culposo	182	218	221	222	843
Tentativa de Homicídio	541	608	540	603	2.292
Lesão Corporal (culp e dol)	10.291	10.599	10.208	11.444	42.542
Latrocínio	42	25	22	33	122
Estupro	261	260	221	215	957
Tráfico de Entorpecentes	221	198	203	206	828
Roubo	10.255	11.262	11.036	10.541	43.094
Roubo de Veículo	7.686	9.617	8.704	7.822	33.829
Furto	10.947	11.995	12.469	13.622	49.033
Furto de Veículo	5.173	5.471	5.735	5.512	21.891
Furto e Roubo de Veículo	12.859	15.088	14.439	13.334	55.720

2001					
Ocorrências Policiais Registradas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Homicídio Doloso	979	899	736	-	2.614
Homicídio Culposo	134	184	207	-	525
Tentativa de Homicídio	554	530	513	-	1.597
Lesão Corporal (culp e dol)	9.897	9.971	10.229	-	30.097
Latrocínio	33	23	38	-	94
Estupro	209	210	200	-	619
Tráfico de Entorpecentes	210	236	283	-	729
Roubo	10.460	10.997	10.805	-	32.262
Roubo de Veículo	7.906	7.278	7.441	-	22.625
Furto	13.933	14.549	14.701	-	43.183
Furto de Veículo	5.652	5.862	5.736	-	17.250
Furto e Roubo de Veículo	13.558	13.140	13.177	-	39.875

Comparação entre 2000 e 2001 - Período do 1º Trimestre ao 3º Trimestre			
Ocorrências Policiais Registradas	2000	2001	Variação
Homicídio Doloso	2.621	2.614	-0,27 %
Homicídio Culposo	621	525	-15,46 %
Tentativa de Homicídio	1.689	1.597	-5,45 %
Lesão Corporal (culposa e dolosa)	31.098	30.097	-3,22 %
Latrocínio	89	94	5,62 %
Estupro	742	619	-16,58 %
Tráfico de Entorpecentes	622	729	17,20 %
Roubo	32.553	32.262	-0,89 %
Roubo de Veículo	26.007	22.625	-13,00 %
Furto	35.411	43.183	21,95 %
Furto de Veículo	16.379	17.250	5,32 %
Furto e Roubo de Veículo	42.386	39.875	-5,92 %

**Nota:** Até junho de 2001: delitos por local de registro. A partir de julho de 2001: delitos por local de ocorrência.

**Fonte:** Secretaria da Segurança Pública.

<sup>4</sup> Quadro publicado no web-site da Secretaria da Segurança Pública e no Relatório Anual de Prestação de Contas – 2001, da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo.

# FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

## COORDENAÇÃO

COORDENADOR-GERAL  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
MARTA SUPPLY

COORDENADOR GT GUARADS MUNICIPAIS  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA  
MAURÍCIO SOARES

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
LENER NASCIMENTO RIBEIRO

## SECRETARIA EXECUTIVA

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA  
Av. Paulista, 119/ 5º andar  
CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708  
[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste trabalho:  
Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
Helena Massi

Colaboração Equipe CIEE:  
Aparecido Quesada  
Gislaine Caresia  
Roseli A de Lima

Colaboração Equipe SPCV:  
Ronildo Machado  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 4**  
**01/02/2002 A 22/05/2002**

**23 DE MAIO DE 2002**

# **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 4**

### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. COORDENAÇÃO
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

### **ANEXOS:**

ANEXO 1 – ESTATÍSTICAS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001.

ANEXO 2- ESTATÍSTICAS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001.

ANEXO 3 – MINUTA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS DO INFOCRIM PARA AS PREFEITURAS E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA A SER FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E OS MUNICÍPIOS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

ANEXO 4 – GUARDAS MUNICIPAIS – TEXTO E TRAMITAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 87/99 NO CONGRESSO NACIONAL

ANEXO 5 – GUARDAS MUNICIPAIS E OUTROS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA PREFEITURA - EFETIVO NA REGIÃO METROPOLITANA

ANEXO 6 – PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

ANEXO 7 – OFICINA “A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO” - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS

ANEXO 8 – BANCO DE PROJETOS – RELATÓRIO DE PROJETOS RECEBIDOS

ANEXO 9 – 2<sup>o</sup> DIA METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA – PROGRAMAÇÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2002 NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

ANEXO 10 – LOGOMARCA DESENVOLVIDA PELA AGÊNCIA MCCANN ERICKSON PARA AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 01 de fevereiro a 22 de maio de 2002. O relatório apresenta também propostas de ações para o próximo trimestre.

Na quarta reunião plenária do Fórum Metropolitano, realizada em 20 de fevereiro de 2002, foi eleita a nova Coordenação, composta pelos seguintes prefeitos:

Coordenador-Geral: Celso Giglio (Osasco)

Coordenador do GT de Informações Criminais: Elói Pietá (Guarulhos)

Coordenador do GT das Guardas Municipais: Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)

Coordenador do GT de Prevenção da Violência: Junji Abe (Mogi das Cruzes)

Coordenadora do GT de Comunicação Social: Dalvani Caraméz (Itapevi)

Coordenador do GT de Acompanhamento Legislativo: Luiz Tortorello (São Caetano do Sul)

Em 12 de abril de 2002, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo divulgou no *Diário Oficial* as estatísticas referentes às ocorrências criminais ao 4º trimestre de 2001. Divulgou também, através da sua web-page na Internet ([www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br)), os dados referentes às principais ocorrências criminais em cada município do Estado de São Paulo no ano 2001.

O Estado de São Paulo é o único estado do Brasil que divulga estatísticas referentes a ocorrências criminais desagregadas por município -o que permite a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e ações visando à redução da criminalidade e da violência na esfera de cada município.

A divulgação das estatísticas criminais por município, a partir do último trimestre de 2001, é fruto de uma decisão do Governo do Estado, mais especificamente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que atende a uma demanda e conta com o apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Com base nas estatísticas divulgadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e nas estimativas de população do IBGE, é possível observar os seguintes fatos com relação às taxas de homicídio doloso e de roubo e furto de veículos<sup>1</sup> (ver anexos 1 e 2):

### **Taxa de Homicídio Doloso – Estado e Região Metropolitana de São Paulo**

A taxa de homicídio doloso na Região Metropolitana de São Paulo diminuiu de 52,10 homicídios por 100 mil habitantes em 1999 para 49,29 em 2000 e 47,39 em 2001 –uma redução de 3,85% de 2000 para 2001 e de 9,04% de 1999 para 2001.

No Estado, a taxa de homicídio doloso também diminuiu, mas menos do que na Região Metropolitana: uma redução de 2,87% de 2000 para 2001 e de 7,38% de 1999 para 2001.

---

<sup>1</sup> As estatísticas referentes a homicídios dolosos e roubos e furtos de veículos são aquelas em que há menos índice de sub-registro por parte da polícia.

## **Taxa de Roubo e Furto de Veículo – Estado e Região Metropolitana de São Paulo**

A taxa de roubo e furto de veículo na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 978,83 por 100 mil habitantes em 1999 para 995,06 em 2000 e diminuiu para 890,77 em 2001 –uma redução de 10,48% de 2000 para 2001 e de 9% de 1999 para 2001.

No Estado, a taxa de roubo e furto de veículo aumentou de 619,19 por 100 mil habitantes em 1999 para 634,68 em 2000 e diminuiu para 571,21 em 2001 –uma redução de 10% de 2000 para 2001 e de 7,75% de 1999 para 2001.

### **Municípios da Região Metropolitana São Paulo**

As estatísticas mostram que houve redução das **taxas de homicídio doloso** em 26 dos 39 municípios da região metropolitana de 2000 para 2001: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jujutiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Santa Isabel, Sanatana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano e Vargem Grande Paulista.

Em 15 municípios, houve redução das taxas de homicídio doloso por dois anos consecutivos, de 1999 para 2000 e de 2000 para 2001: Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Diadema, Francisco Morato, Guarulhos, Itapevi, Jujutiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Rio Grande da Serra, São Lourenço da Serra, São Paulo e Suzano.

Em relação às **taxas de roubo e furto de veículo**, houve redução em 28 dos 39 municípios da região metropolitana de 2000 para 2001: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mogi das Cruzes, Poá, Ribeirão Pires, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da serra, São Paulo, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Em 13 municípios, houve redução das taxas de roubo e furto de veículo por dois anos consecutivos, de 1999 para 2000 e de 2000 para 2001: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Francisco Morato, Guarulhos, Jandira, Poá, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e São Lourenço da Serra.

Em 6 municípios da região metropolitana, houve redução da taxa de homicídio doloso e da taxa de roubo e furto de veículo por dois anos consecutivos: Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Diadema, Francisco Morato, Guarulhos e São Lourenço da Serra.

## 2. COORDENAÇÃO

No dia 1º de abril de 2002, os seis coordenadores do Fórum Metropolitano se reuniram com Secretário de Estado da Segurança Pública, Saulo de Castro de Abreu Filho, na sede da Secretaria da Segurança Pública. Durante a reunião com Secretário, à qual esteve presente o Secretário-Adjunto, Marcelo Martins de Oliveira, os coordenadores apresentaram as atividades desenvolvidas pelo Fórum Metropolitano e discutiram a proposta de acordo entre os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo que integram o Fórum Metropolitano e a Secretaria da Segurança Pública através do qual a Secretaria da Segurança Pública disponibilizará às prefeituras dados sobre as ocorrências criminais registradas no Infocrim para que as prefeituras desenvolvam programas municipais de prevenção da violência.

O Secretário Saulo de Castro Abreu manifestou apoio ao estabelecimento do acordo e designou dois assessores, Mônica Espósito, Coordenadora de Análise e Planejamento, Mônica Espósito, e Carlos Fidalgo, do Grupo de Tecnologia da Informação, para definir os termos deste acordo com dois representantes do Fórum Metropolitano, Guaracy Mingardi, Secretário da Segurança de Guarulhos, e Paulo de Mesquita, Secretário Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência.

Durante as reuniões, chegou-se a conclusão que o acordo poderia ser viabilizado através de um Protocolo de Intenções entre a Secretaria da Segurança Pública e os prefeitos dos municípios da Região Metropolitana representados na Coordenação do Fórum Metropolitano e, subseqüentemente, por um Convênio estabelecido entre a Secretaria da Segurança Pública e cada Município da Região Metropolitana.

No dia 9 de maio de 2002, os representantes da Secretaria da Segurança Pública entregaram a representantes do Fórum Metropolitano uma minuta de Protocolo de Intenções a ser estabelecido entre a Secretaria da Segurança Pública e os Municípios da Região Metropolitana para viabilizar este acordo.

Os coordenadores do Fórum em reunião da Coordenação realizada no dia 10 de maio de 2002, analisaram e fizeram as seguintes propostas de modificações no texto da minuta do Protocolo de Intenções, incluídas na Ata da Reunião da Coordenação ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)):

O Prefeito Silvio Peccioli disse que a cláusula primeira do protocolo de Intenções, ao definir o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência como objeto do acordo entre a Secretaria da Segurança Pública e os Municípios, modifica a natureza do acordo a ser estabelecido entre a Secretaria e as Prefeituras, que teria por objeto a disponibilização das informações e dados do Infocrim para os Municípios. Observou ainda que muitos municípios não teriam condições de fornecer à Secretaria da Segurança Pública o cadastro geocodificado dos equipamentos de interesse do Município.

O Prefeito Elói Pietá propôs uma modificação na cláusula segunda da minuta, referente às finalidades do Protocolo, visando minimizar a tendência, segundo ele freqüente em convênios estabelecidos entre os Municípios e o Estado ou a União, de subordinar os interesses do Município aos interesses do estado ou da União, com o acréscimo do seguinte texto: “...visando à identificação.... e à *sugestão pelo Município de ações de prevenção ao crime e à violência pelos órgãos estaduais, especialmente àqueles a quem é afeta a segurança pública*”.

Em relação à cláusula quarta, item II.a, referente às condições necessárias para a formalização e execução dos convênios que serão celebrados entre cada município e a Secretaria da Segurança Pública, o prefeito Elói afirmou que os municípios não poderiam doar os equipamentos adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sem a concordância do Ministério da Justiça e das Câmaras Municipais. Sugeriu modificar a minuta com o acréscimo do seguinte texto: “... sem ônus para o Estado, *com a concordância da Secretaria Nacional de Segurança Pública e a autorização do Poder Legislativo Municipal, Servidor de Aplicação...*”.



Na cláusula quarta, item II.e., Elói Pietá sugeriu que a divulgação de informações resultantes da implementação do Protocolo pudesse ser autorizada pelo Grupo de Administração, não devendo necessariamente pelo Secretário da Segurança Pública.

O Prefeito Elói Pietá afirmou ainda que considerava importante a participação do Instituto São Paulo Contra a Violência no Grupo de Administração. Sugeriu que o Grupo tivesse 6 membros, sendo 3 indicados pela Secretaria da Segurança e 3 indicados pelos Municípios que integram o Fórum (sendo que um destes seria um representante do Instituto São Paulo Contra a Violência).

O Prefeito Jungi Abe também afirmou que considerava de grande importância a participação de entidades da sociedade civil no Grupo de Administração. Sugeriu que o Grupo poderia ter seis membros, sendo 2 da Secretaria, 2 dos Municípios e 2 do Instituto São Paulo Contra a Violência (ou 1 do Instituto e 1 de outra entidade da sociedade civil).

A Prefeita Dalvani também manifestou-se favoravelmente à participação do Instituto São Paulo Contra a Violência no Grupo de Administração e disse que não via problemas no texto da cláusula primeira do Protocolo.

O Prefeito Celso Giglio afirmou que considerava o texto das cláusulas referentes à doação do equipamento para Secretaria da Segurança e à composição do Grupo de Administração os principais obstáculos à assinatura do Protocolo de Intenções e se prontificou a discutir com a Secretaria da Segurança Pública a modificação das mesmas antes da reunião plenária do Fórum no dia 23 de maio. Celso Giglio propôs ainda que o Protocolo de Intenções fosse assinado pelos prefeitos de todos os municípios interessados e não apenas pelos seis coordenadores do Fórum.

### **3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

O grupo de trabalho de informações criminais tem por objetivo aperfeiçoar a produção, distribuição e utilização de informações e dados criminais na Região Metropolitana de São Paulo. Entre as ações prioritárias está a expansão do Infocrim –sistema informatizado para registro de ocorrências criminais– para todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, a disponibilização de informações e dados sobre ocorrências criminais para as prefeituras dos municípios da Região Metropolitana e a divulgação e consolidação do serviço Disque Denúncia na Região Metropolitana.

#### **3.1. INFOCRIM**

Através de convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura de Guarulhos, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública recebeu do Fundo Nacional de Segurança Pública R\$ 439.795,13 (quatrocentos e trinta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais e treze centavos) para aquisição dos equipamentos e softwares necessários para permitir o acesso das prefeituras aos dados sobre ocorrências criminais registradas no Infocrim. A contrapartida do Fórum para assinatura do convênio foi de R\$ 87.959,03 (oitenta e sete mil e novecentos e cinquenta e nove reais e três centavos), antecipada pela Prefeitura de Guarulhos.

A Prefeitura de Guarulhos, após a reunião entre a Coordenação do Fórum e o Secretário Saulo de Castro Abreu Filho em 1º de abril de 2002, iniciou o processo de aquisição dos equipamentos e softwares necessários para viabilização do acordo entre a Secretaria da Segurança e os Municípios da Região Metropolitana que permitirá o acesso das prefeituras aos dados do Infocrim.

#### Propostas:

- Examinar e aprovar a minuta do Protocolo de Intenções a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo (anexo 3).
- Examinar a minuta do convênio a ser celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública e cada Município da Região Metropolitana.

## **4. GT GUARDAS MUNICIPAIS**

O Grupo de Trabalho das Guardas Municipais tem por objetivo propor medidas visando o aperfeiçoamento da atuação das guardas municipais no quadro constitucional atual, bem como estudar e, eventualmente, apoiar medidas visando alterar o quadro constitucional que regula a atuação das guardas municipais.

### **4.1. MUDANÇA DO QUADRO CONSTITUCIONAL REGULANDO A ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

O Senado Federal aprovou em 2º turno, com 60 votos favoráveis, no dia 24 de abril de 2002, a Proposta de Emenda Constitucional 87/99, de autoria do Senador Romeu Tuma, que autoriza as guardas municipais a realizar atividades de policiamento (ver texto e tramitação da PEC no Congresso Nacional no anexo 4).

Por meio de moção aprovada na terceira reunião plenária, realizada em 27 de setembro de 2001, o Fórum Metropolitano apoiou a aprovação da PEC 87/99.

O Grupo de Trabalho das Guardas Municipais estuda uma data para audiência dos prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo com o Presidente e o Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, a fim de manifestar apoio dos prefeitos à aprovação da PEC 87/99 na Câmara.

#### Propostas:

- Acompanhar a discussão e apoiar a aprovação da PEC 87/99 no Congresso Nacional.
- Definir data para audiência dos prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo com o Presidente e o Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, a fim de manifestar apoio do Fórum à aprovação da PEC 87/99 na Câmara

### **4.2. ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO QUADRO CONSTITUCIONAL ATUAL**

#### **4.2.1. Efetivo das Guardas**

O Grupo de Trabalho, através da Prefeitura de Santana de Parnaíba, realizou novo levantamento sobre o efetivo das guardas municipais e/ou outros serviços de segurança das prefeituras na Região Metropolitana de São Paulo (ver anexo 5).

#### **4.2.2. Projetos de Modernização das Guardas Municipais**

O Grupo de Trabalho, através da Prefeitura de Santana de Parnaíba, disponibilizou para todos os Municípios da Região Metropolitana o formulário do Ministério da Justiça para apresentação de projetos de modernização da Guarda Municipal. O formulário está disponível no web-site do Fórum ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

## **5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

O Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência tem por objetivo debater e apoiar o desenvolvimento de políticas e programas municipais de prevenção à violência, particularmente políticas e programas direcionados para áreas e situações de alto risco de violência na Região Metropolitana de São Paulo.

O Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência realizou uma reunião para discutir as diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, no dia 18 de março de 2002, bem como

disponibilizou o mesmo no web site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br) e recebeu sugestões. Foram incorporadas ao Plano as sugestões recebidas através da internet e as apresentadas na reunião. O GT apresenta a versão final do Plano para aprovação dos prefeitos (anexo 6).

O GT realizou, em parceria com o CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima, ligada à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, a oficina “Prevenção da Violência na RMSP: Instrumentos de planejamento e gestão”, com o objetivo de promover a troca efetiva de experiências entre os municípios, sensibilizar e mobilizar as prefeituras para a importância do planejamento e da elaboração de planos municipais de prevenção e instrumentalizar os representantes das prefeituras para a elaboração desses planos. A oficina foi realizada nos dias 29 e 30 de abril de 2002 e contou com a presença de representantes de 24 prefeituras (ver relatório no anexo 7).

O Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência continuou a receber projetos de prevenção da violência para inclusão no Banco de Projetos. O número de projetos recebidos aumentou de 79 para 95 (anexo 8).

#### Propostas:

- Aprovação final do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência.
- Definir encaminhamento a ser dado ao Plano Metropolitano de Prevenção da Violência em cada Município e junto ao Governo Estadual e ao Governo Federal.
- Acompanhar a implementação das diretrizes e ações do Plano Metropolitano em cada Município.
- Monitorar a formulação, implementação e atualização de planos municipais de prevenção da violência na região metropolitana.
- Realizar oficinas regionais na Área Metropolitana para incentivar o desenvolvimento de planos municipais de prevenção da violência e a implementação das diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência.
- Atualização do Banco de Projetos, com a inclusão dos novos projetos no web-site do Fórum Metropolitano.
- Dar continuidade à proposta do Prêmio Fórum Metropolitano de Prevenção à Violência.

## **6. GT DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O GT de Comunicação Social tem por objetivo colaborar para o desenvolvimento de políticas e programas de redução da violência através da organização e mobilização dos governos municipais e da sociedade civil. Atualmente, o GT desempenha duas atividades principais: atualização e desenvolvimento do web-site do Fórum ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)); e planejamento e realização das campanhas de mobilização popular chamadas de “Dia Metropolitano de Prevenção à Violência”. O primeiro Dia Metropolitano aconteceu no dia 1ª de Setembro de 2001, teve como tema “Álcool e Drogas”. A agência de publicidade DPZ desenvolveu a campanha para esse evento.

O 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência teve como tema a inclusão social e realizou-se no dia 18 de maio de 2002 (ver relatório das atividades programadas pelos municípios para o 2º Dia Metropolitano no anexo 9). O objetivo foi sensibilizar a sociedade e os governantes para a importância da inclusão social e da participação ativa da população na resolução dos problemas do município como forma de prevenção da violência. A agência de publicidade Mccann Erickson desenvolveu a campanha para esse evento (ver anexo 10).

O Grupo de Trabalho sugeriu que todos os municípios realizassem um concurso ou mostra de trabalhos escolares sobre o tema da inclusão social e da prevenção da violência no dia 18 de maio. No momento da elaboração deste relatório, havia informação de que vinte e três municípios realizaram este concurso ou mostra.

Em reunião realizada no dia 2 de abril de 2002, o Grupo de Trabalho aprovou a proposta de criação de um boletim informativo bimestral para divulgar as atividades e resultados do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. O GT indicou uma comissão para coordenar a produção do primeiro boletim, formada por representantes das prefeituras de Itapevi, Guarulhos, Osasco e Carapicuíba.

Propostas:

- Realizar uma Mostra Metropolitana de Prevenção da Violência, na primeira quinzena de agosto de 2002, para apresentação de trabalhos escolares sobre prevenção da violência, selecionados em cada município durante o 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência.
- Produzir um boletim informativo bimestral do Fórum Metropolitano.
- Atualizar e aperfeiçoar o web-site do Fórum: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

## **7. GT DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

O GT de Acompanhamento Legislativo está realizando levantamento nas esferas Federal, Estadual e Municipal das principais leis e projetos de lei sobre segurança pública de interesse dos municípios.

**ANEXO 1 – ESTATÍSTICAS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

**QUADRO 1: HOMICÍDIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001
Capital	4.778	4.814	5.418	5.327	5.174
RMSP-Capital	2.770	3.498	3.609	3.486	3.417
RMSP	7.548	8.312	9.027	8.813	8.591
Interior	3.019	3.549	3.791	3.825	3.884
Estado - Total	10.567	11.861	12.818	12.638	12.475

Fonte: SSP/SP

**QUADRO 2: HOMICÍDIOS/100 MIL HAB, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001
Capital	48,32	48,49	54,35	51,05	49,28
RMSP-Capital	39,73	48,82	49,06	46,83	44,79
RMSP	44,77	48,63	52,10	49,29	47,39
Interior	16,87	19,51	20,50	19,97	19,92
Estado - Total	30,41	33,62	35,79	34,13	33,15

Fonte: ISPCV, dados SSP/SP e IBGE

**QUADRO 3: ROUBO/FURTO DE VEÍCULO, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001
Capital			114.197	122.184	108.651
RMSP-Capital			55.386	55.720	52.828
RMSP	105.585	133.376	169.583	177.904	161.479
Interior	33.085	42.672	52.191	57.132	53.469
Estado - Total	138.670	176.048	221.774	235.036	214.948

Fonte: SSP/SP

**QUADRO 4: ROUBO/FURTO DE VEÍCULO/100 MIL HAB., ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001
Capital			1.145,58	1.170,99	1.034,86
RMSP-Capital			752,88	748,48	692,47
RMSP	626,26	780,31	978,83	995,06	890,77
Interior	184,91	234,57	282,24	298,28	274,17
Estado - Total	399,03	498,95	619,19	634,68	571,21

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE

**QUADRO 5: ROUBO, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

<b>LOCAL/ANO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Capital</b>	76.102	96.511	110.098	108.815	112.031
<b>RMSP-Capital</b>	30.623	36.895	46.708	43.094	42.865
<b>RMSP</b>	106.725	133.406	156.806	151.909	154.896
<b>Interior</b>	46.114	56.151	62.848	63.272	64.705
<b>Estado - Total</b>	152.839	189.557	219.654	215.181	219.601

Fonte: SSP/SP

**QUADRO 6: ROUBO/100 MIL HAB., ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

<b>LOCAL/ANO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Capital</b>	769,67	972,09	1.104,46	1.042,86	1.067,05
<b>RMSP-Capital</b>	439,22	514,97	634,92	578,87	561,87
<b>RMSP</b>	633,02	780,49	905,08	849,66	854,45
<b>Interior</b>	257,73	308,67	339,87	330,34	331,79
<b>Estado - Total</b>	439,80	537,23	613,27	581,06	583,58

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE

**QUADRO 7: FURTO, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

<b>LOCAL/ANO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Capital</b>	89.892	110.524	111.829	107.555	115.380
<b>RMSP-Capital</b>	33.722	39.055	48.107	49.033	59.092
<b>RMSP</b>	123.614	149.579	159.936	156.588	174.472
<b>Interior</b>	191.944	216.219	230.208	240.364	265.207
<b>Estado - Total</b>	315.558	365.798	390.144	396.952	439.679

Fonte: SSP/SP

**QUADRO 8: FURTO/100 MIL HAB., ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2001**

<b>LOCAL/ANO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Capital</b>	909,14	1.113,23	1.121,83	1.030,79	1.098,95
<b>RMSP-Capital</b>	483,67	545,12	653,94	658,65	774,58
<b>RMSP</b>	733,19	875,11	923,15	875,84	962,44
<b>Interior</b>	1.072,77	1.188,58	1.244,93	1.254,92	1.359,89
<b>Estado - Total</b>	908,03	1.036,73	1.089,28	1.071,90	1.168,42

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE

<b>Quadro 9: Variação da Taxa de Homicídio, Estado de São Paulo, 1997-2001</b>									
	1997	1998	1999	2000	2001	01/00	01/99	01/98	01/97
GSP	44,77	48,63	52,10	49,29	47,39	-3,85	-9,04	-2,55	5,85
INT	16,87	19,51	20,50	19,97	19,92	-0,25	-2,83	2,10	18,08
SP	30,41	33,62	35,79	34,13	33,15	-2,87	-7,38	-1,40	9,01

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE

<b>Quadro 10: Variação da Taxa de Roubo, Estado de São Paulo, 1997-2001</b>									
	1997	1998	1999	2000	2001	01/00	01/99	01/98	01/97
GSP	633,02	780,49	905,08	849,66	854,45	0,56	-5,59	9,48	34,98
INT	257,73	308,67	339,87	330,34	331,79	0,44	-2,38	7,49	28,74
SP	439,80	537,23	613,27	581,06	583,58	0,43	-4,84	8,63	32,69

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE

<b>Quadro 11: Variação da Taxa de Furto, Estado de São Paulo, 1997-2001</b>									
	1997	1998	1999	2000	2001	01/00	01/99	01/98	01/97
GSP	733,19	875,11	923,15	875,84	962,44	9,89	4,26	9,98	31,27
INT	1072,77	1188,58	1244,93	1254,92	1359,89	8,36	9,23	14,41	26,76
SP	908,03	1036,73	1089,28	1071,90	1168,29	8,99	7,25	12,69	28,66

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE

<b>Quadro 12: Variação da Taxa de Roubo e Furto de Veículo, Estado de São Paulo, 1997-2001</b>									
	1997	1998	1999	2000	2001	01/00	01/99	01/98	01/97
GSP	626,26	780,31	978,83	995,06	890,77	-10,48	-9,00	14,16	42,24
INT	184,91	234,57	282,24	298,28	274,17	-8,08	-2,86	16,88	48,27
SP	399,03	498,95	619,19	634,68	571,21	-10,00	-7,75	14,48	43,15

Fonte: ISPCV, dados da SSP/SP e IBGE



**ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

**QUADRO 13: COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

Municípios	Homicídio Doloso				
	1999	2000	2001	Var. 01/99 (%)	Var. 01/00(%)
ARUJÁ	18	35	23	27,78	-34,29
BARUERI	120	99	93	-22,50	-6,06
BIRITIBA MIRIM	3	1	1	-66,67	0,00
CAIEIRAS	13	12	12	-7,69	0,00
CAJAMAR	15	16	14	-6,67	-12,50
CARAPICUIBA	155	170	195	25,81	14,71
COTIA	63	62	81	28,57	30,65
DIADEMA	360	271	238	-33,89	-12,18
EMBU	158	152	197	24,68	29,61
EMBU-GUAÇU	34	27	34	0,00	25,93
FERRAZ DE VASCONCELOS	51	86	51	0,00	-40,70
FRANCISCO MORATO	91	68	63	-30,77	-7,35
FRANCO DA ROCHA	37	33	41	10,81	24,24
GUARAREMA	2	3	2	0,00	-33,33
GUARULHOS	600	513	514	-14,33	0,19
ITAPECERICA DA SERRA	107	98	104	-2,80	6,12
ITAPEVI	142	114	114	-19,72	0,00
ITAQUAQUECETEUBA	182	206	209	14,84	1,46
JANDIRA	53	45	49	-7,55	8,89
JUQUITIBA	10	8	4	-60,00	-50,00
MAIRIPORÃ	27	22	15	-44,44	-31,82
MAUÁ	184	167	184	0,00	10,18
MOGI DAS CRUZES	53	51	40	-24,53	-21,57
OSASCO	216	242	330	52,78	36,36
PIRAPORA DO BOM JESUS	3	4	2	-33,33	-50,00
POÁ	17	12	18	5,88	50,00
RIBEIRÃO PIRES	23	30	22	-4,35	-26,67
RIO GRANDE DA SERRA	23	14	8	-65,22	-42,86
SALESÓPOLIS	1	2	3	200,00	50,00
SANTA ISABEL	6	12	5	-16,67	-58,33
SANTANA DE PARNAÍBA	39	57	28	-28,21	-50,88
SANTO ANDRÉ	254	280	213	-16,14	-23,93
SÃO BERNARDO DO CAMPO	350	369	264	-24,57	-28,46
SÃO CAETANO DO SUL	17	18	20	17,65	11,11
SÃO LOURENÇO DA SERRA	7	4	4	-42,86	0,00
SÃO PAULO	5.418	5.327	5.174	-4,50	-2,87
SUZANO	78	87	82	5,13	-5,75
TABOÃO DA SERRA	94	80	125	32,98	56,25
VARGEM GRANDE PAULISTA	3	16	15	400,00	-6,25
RMSP-CAPITAL	3.609	3.486	3.417	-5,32	-1,98
TOTAL RMSP	9.027	8.813	8.591	-4,83	-2,52

Fonte: SSP/SP e ISPCV

<b>QUADRO 14: COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS</b>					
<b>REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001</b>					
<b>Municípios</b>	<b>Roubo/Furto de Veículo</b>				
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var. 01/99 (%)</b>	<b>Var. 01/00(%)</b>
ARUJÁ	367	370	339	-7,63	-8,38
BARUERI	1.203	932	889	-26,10	-4,61
BIRITIBA MIRIM	22	22	3	-86,36	-86,36
CAIEIRAS	125	114	157	25,60	37,72
CAJAMAR	87	78	67	-22,99	-14,10
CARAPICUIBA	1.356	1.196	1.184	-12,68	-1,00
COTIA	1.007	1.184	1.177	16,88	-0,59
DIADEMA	3.398	3.474	2.930	-13,77	-15,66
EMBU	999	1.177	924	-7,51	-21,50
EMBU-GUAÇU	252	251	326	29,37	29,88
FERRAZ DE VASCONCELOS	449	558	471	4,90	-15,59
FRANCISCO MORATO	127	74	70	-44,88	-5,41
FRANCO DA ROCHA	125	212	187	49,60	-11,79
GUARAREMA	53	69	60	13,21	-13,04
GUARULHOS	7.331	6.970	6.703	-8,57	-3,83
ITAPECERICA DA SERRA	643	747	686	6,69	-8,17
ITAPEVI	374	472	376	0,53	-20,34
ITAQUAQUECETEUBA	893	1.017	930	4,14	-8,55
JANDIRA	325	319	324	-0,31	1,57
JUQUITIBA	57	84	92	61,40	9,52
MAIRIPORÃ	197	161	268	36,04	66,46
MAUÁ	2.249	2.480	2.226	-1,02	-10,24
MOGI DAS CRUZES	803	820	892	11,08	8,78
OSASCO	4.741	4.917	5.370	13,27	9,21
PIRAPORA DO BOM JESUS	14	14	20	42,86	42,86
POÁ	349	356	301	-13,75	-15,45
RIBEIRÃO PIRES	466	621	558	19,74	-10,14
RIO GRANDE DA SERRA	36	30	39	8,33	30,00
SALESÓPOLIS	14	5	11	-21,43	120,00
SANTA ISABEL	189	219	214	13,23	-2,28
SANTANA DE PARNAÍBA	124	123	115	-7,26	-6,50
SANTO ANDRÉ	12.573	13.444	11.867	-5,62	-11,73
SÃO BERNARDO DO CAMPO	8.869	8.417	7.947	-10,40	-5,58
SÃO CAETANO DO SUL	3.135	2.206	2.693	-14,10	22,08
SÃO LOURENÇO DA SERRA	64	66	38	-40,63	-42,42
SÃO PAULO	114.197	122.184	108.651	-4,86	-11,08
SUZANO	830	824	883	6,39	7,16
TABOÃO DA SERRA	1.449	1.540	1.350	-6,83	-12,34
VARGEM GRANDE PAULISTA	91	157	141	54,95	-10,19
RMSP-CAPITAL	55.386	55.720	52.828	-4,62	-5,19
TOTAL RMSP	169.583	177.904	161.479	-4,78	-9,23

Fonte: SSP/SP e ISPCV

**QUADRO 15: COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS****REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

<b>Municípios</b>	<b>Roubo</b>				
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var. 01/99 (%)</b>	<b>Var. 01/00(%)</b>
ARUJÁ	309	238	228	-26,21	-4,20
BARUERI	1.276	945	962	-24,61	1,80
BIRITIBA MIRIM	41	30	12	-70,73	-60,00
CAIEIRAS	240	221	190	-20,83	-14,03
CAJAMAR	127	126	130	2,36	3,17
CARAPICUIBA	2.162	1.546	1.344	-37,84	-13,07
COTIA	1.031	1.089	1.083	5,04	-0,55
DIADEMA	2.577	2.389	2.549	-1,09	6,70
EMBU	792	843	873	10,23	3,56
EMBU-GUAÇU	226	194	295	30,53	52,06
FERRAZ DE VASCONCELOS	702	791	676	-3,70	-14,54
FRANCISCO MORATO	512	422	521	1,76	23,46
FRANCO DA ROCHA	443	424	431	-2,71	1,65
GUARAREMA	76	46	38	-50,00	-17,39
GUARULHOS	6.537	5.911	5.403	-17,35	-8,59
ITAPECERICA DA SERRA	558	551	609	9,14	10,53
ITAPEVI	950	830	865	-8,95	4,22
ITAQUAQUECETEUBA	1.846	1.301	1.174	-36,40	-9,76
JANDIRA	524	523	508	-3,05	-2,87
JUQUITIBA	43	68	39	-9,30	-42,65
MAIRIPORÃ	145	210	196	35,17	-6,67
MAUÁ	1.831	1.718	1.690	-7,70	-1,63
MOGI DAS CRUZES	1.312	1.684	1.398	6,55	-16,98
OSASCO	4.713	4.637	4.621	-1,95	-0,35
PIRAPORA DO BOM JESUS	26	17	14	-46,15	-17,65
POÁ	471	595	607	28,87	2,02
RIBEIRÃO PIRES	481	433	525	9,15	21,25
RIO GRANDE DA SERRA	110	110	93	-15,45	-15,45
SALESÓPOLIS	20	11	9	-55,00	-18,18
SANTA ISABEL	144	144	132	-8,33	-8,33
SANTANA DE PARNAÍBA	174	176	209	20,11	18,75
SANTO ANDRÉ	7.067	6.026	6.295	-10,92	4,46
SÃO BERNARDO DO CAMPO	5.386	5.288	5.481	1,76	3,65
SÃO CAETANO DO SUL	1.316	1.142	1.190	-9,57	4,20
SÃO LOURENÇO DA SERRA	17	16	27	58,82	68,75
SÃO PAULO	110.098	108.815	112.031	1,76	2,96
SUZANO	1.085	1.009	933	-14,01	-7,53
TABOÃO DA SERRA	1.290	1.213	1.404	8,84	15,75
VARGEM GRANDE PAULISTA	148	177	111	-25,00	-37,29
RMSP-CAPITAL	46.708	43.094	42.865	-8,23	-0,53
TOTAL RMSP	156.806	151.909	154.896	-1,22	1,97

Fonte: SSP/SP e ISPCV

<b>QUADRO 16: COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS</b>					
<b>REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001</b>					
<b>Municípios</b>	<b>Furto</b>				
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var. 01/99 (%)</b>	<b>Var. 01/00(%)</b>
ARUJÁ	82	187	423	415,85	126,20
BARUERI	1.326	1.385	1.594	20,21	15,09
BIRITIBA MIRIM	207	208	102	-50,72	-50,96
CAIEIRAS	298	279	415	39,26	48,75
CAJAMAR	276	371	441	59,78	18,87
CARAPICUIBA	1.747	1.557	2.222	27,19	42,71
COTIA	1.177	1.393	1.454	23,53	4,38
DIADEMA	1.992	1.865	2.391	20,03	28,20
EMBU	673	697	765	13,67	9,76
EMBU-GUAÇU	481	415	557	15,80	34,22
FERRAZ DE VASCONCELOS	585	625	790	35,04	26,40
FRANCISCO MORATO	447	469	768	71,81	63,75
FRANCO DA ROCHA	457	613	839	83,59	36,87
GUARAREMA	202	194	250	23,76	28,87
GUARULHOS	4.198	4.764	6.487	54,53	36,17
ITAPECERICA DA SERRA	516	543	734	42,25	35,17
ITAPEVI	784	1.112	1.295	65,18	16,46
ITAQUAQUECETEUBA	1.175	1.086	1.332	13,36	22,65
JANDIRA	506	602	676	33,60	12,29
JUQUITIBA	267	350	335	25,47	-4,29
MAIRIPORÃ	513	618	913	77,97	47,73
MAUÁ	1.984	2.123	2.626	32,36	23,69
MOGI DAS CRUZES	3.144	3.602	4.234	34,67	17,55
OSASCO	5.966	5.407	4.896	-17,93	-9,45
PIRAPORA DO BOM JESUS	113	114	133	17,70	16,67
POÁ	792	731	856	8,08	17,10
RIBEIRÃO PIRES	819	999	1.206	47,25	20,72
RIO GRANDE DA SERRA	215	248	312	45,12	25,81
SALESÓPOLIS	111	101	97	-12,61	-3,96
SANTA ISABEL	355	317	581	63,66	83,28
SANTANA DE PARNAÍBA	331	455	541	63,44	18,90
SANTO ANDRÉ	6.120	5.706	6.474	5,78	13,46
SÃO BERNARDO DO CAMPO	5.687	5.019	6.740	18,52	34,29
SÃO CAETANO DO SUL	1.402	1.494	1.868	33,24	25,03
SÃO LOURENÇO DA SERRA	82	101	106	29,27	4,95
SÃO PAULO	111.829	107.555	115.380	3,18	7,28
SUZANO	1.720	2.022	2.171	26,22	7,37
TABOÃO DA SERRA	1.051	970	1.162	10,56	19,79
VARGEM GRANDE PAULISTA	306	291	306	0,00	5,15
RMSP-CAPITAL	48.107	49.033	59.092	22,83	20,51
TOTAL RMSP	159.936	156.588	174.472	9,09	11,42

Fonte: SSP/SP e ISPCV

**QUADRO 17: COMPARATIVO DE TAXAS DE HOMICÍDIO DOLOSO  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var.01/99(%)</b>	<b>Var.01/00(%)</b>
ARUJÁ	32,01	59,14	37,27	16,44	-36,98
BARUERI	57,57	47,53	42,76	-25,74	-10,05
BIRITIBA MIRIM	13,42	4,06	3,94	-70,66	-2,92
CAIEIRAS	20,39	16,85	16,05	-21,28	-4,72
CAJAMAR	31,87	31,52	26,73	-16,14	-15,20
CARAPICUIBA	43,35	49,33	55,55	28,14	12,60
COTIA	44,99	41,61	52,92	17,63	27,16
DIADEMA	107,44	75,90	65,63	-38,92	-13,53
EMBU	71,10	73,20	92,48	30,07	26,35
EMBU-GUAÇU	72,58	47,44	57,42	-20,89	21,03
FERRAZ VASCONCELOS	36,62	60,40	34,47	-5,87	-42,94
FRANCISCO MORATO	75,08	50,85	45,22	-39,77	-11,06
FRANCO DA ROCHA	33,96	30,52	37,02	9,02	21,29
GUARAREMA	11,09	13,70	8,94	-19,34	-34,70
GUARULHOS	54,75	47,82	46,47	-15,12	-2,83
ITAPECERICA SERRA	84,47	75,57	77,32	-8,46	2,32
ITAPEVI	94,25	70,18	67,41	-28,47	-3,95
ITAQUAQUECETEUBA	67,19	75,47	73,18	8,91	-3,04
JANDIRA	63,46	49,02	51,43	-18,96	4,92
JUQUITIBA	43,48	30,24	14,66	-66,27	-51,50
MAIRIPORÃ	48,82	36,60	24,14	-50,56	-34,04
MAUÁ	49,06	45,96	49,53	0,97	7,78
MOGI DAS CRUZES	15,63	15,44	11,88	-23,95	-23,05
OSASCO	32,75	37,08	49,91	52,42	34,60
PIRAPORA BOM JESUS	25,67	32,27	15,53	-39,50	-51,88
POÁ	19,05	12,53	18,35	-3,69	46,48
RIBEIRÃO PIRES	21,27	28,71	20,62	-3,08	-28,17
RIO GRANDE SERRA	59,74	37,75	21,54	-63,95	-42,93
SALESÓPOLIS	6,77	13,93	20,42	201,78	46,56
SANTA ISABEL	13,78	27,43	11,29	-18,10	-58,86
SANTANA DE PARNAÍBA	61,41	76,17	35,33	-42,47	-53,62
SANTO ANDRÉ	40,31	43,12	32,65	-19,00	-24,28
SÃO BERNARDO CAMPO	48,40	52,48	36,78	-24,01	-29,91
SÃO CAETANO DO SUL	12,75	12,84	14,39	12,85	12,04
SÃO LOURENÇO SERRA	62,03	32,79	31,35	-49,45	-4,38
SÃO PAULO	54,35	51,05	49,28	-9,33	-3,47
SUZANO	39,91	38,04	34,60	-13,31	-9,05
TABOÃO DA SERRA	47,58	40,48	61,87	30,02	52,84
VARGEM GDE PAULISTA	10,14	48,96	43,36	327,47	-11,44
RMSP-CAPITAL	49,06	46,83	44,79	-8,70	-4,35
TOTAL RMSP	52,10	49,29	47,39	-9,05	-3,86

Fonte: ISPCV, dados SSP/SP e IBGE

**QUADRO 18: COMPARATIVO DE TAXAS DE ROUBO/FURTO VEÍCULO  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var.01/99(%)</b>	<b>Var.01/00(%)</b>
ARUJÁ	652,57	625,16	549,30	-15,83	-12,13
BARUERI	577,19	447,47	408,72	-29,19	-8,66
BIRITIBA MIRIM	98,41	89,24	11,81	-88,00	-86,76
CAIEIRAS	196,10	160,07	210,04	7,11	31,22
CAJAMAR	184,85	153,66	127,91	-30,80	-16,76
CARAPICUIBA	379,24	347,07	337,28	-11,06	-2,82
COTIA	719,08	794,70	768,92	6,93	-3,24
DIADEMA	1014,10	972,93	807,91	-20,33	-16,96
EMBU	449,55	566,78	433,77	-3,51	-23,47
EMBU-GUAÇU	537,96	441,00	550,53	2,34	24,84
FERRAZ VASCONCELOS	322,37	391,92	318,32	-1,26	-18,78
FRANCISCO MORATO	104,79	55,33	50,25	-52,05	-9,19
FRANCO DA ROCHA	114,72	196,07	168,84	47,18	-13,89
GUARAREMA	293,84	315,01	268,32	-8,68	-14,82
GUARULHOS	668,96	649,75	606,02	-9,41	-6,73
ITAPECERICA SERRA	507,61	576,01	510,03	0,48	-11,45
ITAPEVI	248,24	290,58	222,35	-10,43	-23,48
ITAQUAQUECETEUBA	329,67	372,61	325,62	-1,23	-12,61
JANDIRA	389,13	347,47	340,04	-12,62	-2,14
JUQUITIBA	247,83	317,47	337,28	36,10	6,24
MAIRIPORÃ	356,23	267,84	431,31	21,08	61,03
MAUÁ	599,65	682,46	599,24	-0,07	-12,19
MOGI DAS CRUZES	236,74	248,30	264,99	11,93	6,72
OSASCO	718,76	753,46	812,22	13,00	7,80
PIRAPORA BOM JESUS	119,79	112,95	155,30	29,65	37,50
POÁ	391,10	371,60	306,81	-21,55	-17,44
RIBEIRÃO PIRES	431,01	594,21	522,96	21,33	-11,99
RIO GRANDE SERRA	93,51	80,88	105,01	12,29	29,82
SALESÓPOLIS	94,72	34,83	74,86	-20,96	114,95
SANTA ISABEL	434,05	500,69	483,04	11,29	-3,52
SANTANA DE PARNAÍBA	195,24	164,38	145,09	-25,69	-11,73
SANTO ANDRÉ	1995,48	2070,44	1.819,25	-8,83	-12,13
SÃO BERNARDO CAMPO	1226,47	1197,00	1.107,15	-9,73	-7,51
SÃO CAETANO DO SUL	2351,45	1573,93	1.937,52	-17,60	23,10
SÃO LOURENÇO SERRA	567,12	541,03	297,85	-47,48	-44,95
SÃO PAULO	1145,58	1170,99	1.034,86	-9,67	-11,63
SUZANO	424,70	360,31	372,59	-12,27	3,41
TABOÃO DA SERRA	733,49	779,18	668,15	-8,91	-14,25
VARGEM GDE PAULISTA	307,65	480,37	407,54	32,47	-15,16
RMSP-CAPITAL	752,88	748,48	692,47	-8,02	-7,48
TOTAL RMSP	978,83	995,06	890,77	-9,00	-10,48

Fonte: ISPCV, dados SSP/SP e IBGE

**QUADRO 19: COMPARATIVO DE TAXAS DE ROUBO  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var.01/99(%)</b>	<b>Var.01/00(%)</b>
ARUJÁ	549,44	402,13	369,44	-32,76	-8,13
BARUERI	612,21	453,71	442,28	-27,76	-2,52
BIRITIBA MIRIM	183,40	121,69	47,25	-74,23	-61,17
CAIEIRAS	376,52	310,30	254,18	-32,49	-18,08
CAJAMAR	269,84	248,22	248,19	-8,02	-0,01
CARAPICUIBA	604,67	448,64	382,86	-36,68	-14,66
COTIA	736,22	730,94	707,51	-3,90	-3,20
DIADEMA	769,08	669,07	702,86	-8,61	5,05
EMBU	356,40	405,95	409,83	14,99	0,96
EMBU-GUAÇU	482,45	340,85	498,18	3,26	46,16
FERRAZ VASCONCELOS	504,02	555,57	456,86	-9,36	-17,77
FRANCISCO MORATO	422,45	315,54	373,99	-11,47	18,52
FRANCO DA ROCHA	406,56	392,15	389,15	-4,28	-0,76
GUARAREMA	421,36	210,01	169,94	-59,67	-19,08
GUARULHOS	596,51	551,03	488,49	-18,11	-11,35
ITAPECERICA SERRA	440,51	424,88	452,78	2,79	6,57
ITAPEVI	630,55	510,98	511,52	-18,88	0,11
ITAQUAQUECETEUBA	681,50	476,66	411,05	-39,68	-13,76
JANDIRA	627,40	569,67	533,14	-15,02	-6,41
JUQUITIBA	186,96	257,00	142,98	-23,52	-44,37
MAIRIPORÃ	262,20	349,35	315,44	20,30	-9,71
MAUÁ	488,20	472,77	454,95	-6,81	-3,77
MOGI DAS CRUZES	386,80	509,93	415,31	7,37	-18,56
OSASCO	714,52	710,55	698,93	-2,18	-1,64
PIRAPORA BOM JESUS	222,47	137,15	108,71	-51,13	-20,74
POÁ	527,81	621,08	618,72	17,22	-0,38
RIBEIRÃO PIRES	444,88	414,32	492,03	10,60	18,76
RIO GRANDE SERRA	285,74	296,57	250,40	-12,37	-15,57
SALESÓPOLIS	135,31	76,62	61,25	-54,73	-20,06
SANTA ISABEL	330,71	329,22	297,95	-9,91	-9,50
SANTANA DE PARNAÍBA	273,97	235,21	263,69	-3,75	12,11
SANTO ANDRÉ	1.121,62	928,03	965,04	-13,96	3,99
SÃO BERNARDO CAMPO	744,81	752,02	763,59	2,52	1,54
SÃO CAETANO DO SUL	987,08	814,79	856,16	-13,26	5,08
SÃO LOURENÇO SERRA	150,64	131,16	211,63	40,49	61,36
SÃO PAULO	1.104,46	1.042,86	1.067,05	-3,39	2,32
SUZANO	555,17	441,21	393,69	-29,09	-10,77
TABOÃO DA SERRA	653,00	613,73	694,88	6,41	13,22
VARGEM GDE PAULISTA	500,35	541,57	320,83	-35,88	-40,76
RMSP-CAPITAL	634,92	578,87	561,87	-11,50	-2,94
TOTAL RMSP	905,08	849,66	854,45	-5,59	0,56

Fonte: ISPCV, dados SSP/SP e IBGE



**QUADRO 20: COMPARATIVO DE TAXAS DE FURTO  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2001**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>Var.01/99(%)</b>	<b>Var.01/00(%)</b>
ARUJÁ	145,81	315,96	685,41	370,08	116,93
BARUERI	636,20	664,97	732,84	15,19	10,21
BIRITIBA MIRIM	925,93	843,71	401,65	-56,62	-52,39
CAIEIRAS	467,51	391,74	555,19	18,76	41,73
CAJAMAR	586,42	730,88	841,92	43,57	15,19
CARAPICUIBA	488,60	451,83	632,97	29,55	40,09
COTIA	840,47	934,98	949,89	13,02	1,59
DIADEMA	594,49	522,32	659,29	10,90	26,22
EMBU	302,85	335,64	359,13	18,58	7,00
EMBU-GUAÇU	1.026,81	729,14	940,62	-8,39	29,00
FERRAZ VASCONCELOS	420,02	438,98	533,91	27,12	21,63
FRANCISCO MORATO	368,82	350,69	551,30	49,48	57,21
FRANCO DA ROCHA	419,41	566,95	757,53	80,62	33,62
GUARAREMA	1.119,92	885,68	1.118,02	-0,17	26,23
GUARULHOS	383,07	444,11	586,49	53,10	32,06
ITAPECERICA SERRA	407,35	418,71	545,72	33,97	30,33
ITAPEVI	520,37	684,59	765,80	47,16	11,86
ITAQUAQUECETEUBA	433,78	397,89	466,37	7,51	17,21
JANDIRA	605,85	655,72	709,46	17,10	8,19
JUQUITIBA	1.160,87	1.322,80	1.228,14	5,79	-7,16
MAIRIPORÃ	927,65	1.028,10	1.469,36	58,40	42,92
MAUÁ	528,99	584,22	706,92	33,64	21,00
MOGI DAS CRUZES	926,90	1.090,72	1.257,81	35,70	15,32
OSASCO	904,48	828,54	740,52	-18,13	-10,62
PIRAPORA BOM JESUS	966,89	919,73	1.032,77	6,81	12,29
POÁ	887,53	763,04	872,53	-1,69	14,35
RIBEIRÃO PIRES	757,51	955,91	1.130,26	49,21	18,24
RIO GRANDE SERRA	558,49	668,63	840,04	50,41	25,64
SALESÓPOLIS	750,96	703,49	660,13	-12,10	-6,16
SANTA ISABEL	815,29	724,74	1.311,42	60,85	80,95
SANTANA DE PARNAÍBA	521,18	608,06	682,56	30,96	12,25
SANTO ANDRÉ	971,32	878,75	992,48	2,18	12,94
SÃO BERNARDO CAMPO	786,44	713,76	938,99	19,40	31,56
SÃO CAETANO DO SUL	1.051,59	1.065,93	1.343,96	27,80	26,08
SÃO LOURENÇO SERRA	726,63	827,94	830,85	14,34	0,35
SÃO PAULO	1.121,83	1.030,79	1.098,95	-2,04	6,61
SUZANO	880,09	884,17	916,08	4,09	3,61
TABOÃO DA SERRA	532,02	490,78	575,11	8,10	17,18
VARGEM GDE PAULISTA	1.034,52	890,37	884,44	-14,51	-0,67
RMSP-CAPITAL	653,94	658,65	774,58	18,45	17,60
TOTAL RMSP	923,15	875,84	962,44	4,26	9,89

Fonte: ISPCV, dados SSP/SP e IBGE

## **ANEXO 3 – MINUTA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS DO INFOCRIM PARA AS PREFEITURAS E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA A SER FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E OS MUNICÍPIOS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Protocolo de Intenções que firmam entre si o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segunda Pública, e os MUNICÍPIOS de OSASCO, GUARULHOS, ITAPEVÍ, MOGI DAS CRUZES, SÃO CAETANO DO SUL e SANTANA DO PARNAÍBA.**

Aos de de 2002, o **ESTADO DE SÃO PAULO** por meio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Titular da Pasta, Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, doravante denominada **SSP**, e, de outro lado, os **MUNICÍPIOS** de **OSASCO**, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Celso Giglio; **GUARULHOS**, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Elói Pietá; **ITAPEVI**, representada pela sua Prefeita Municipal Sra. Dalvani Caraméz; **MOGI DAS CRUZES**, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Junji Abe; **SÃO CAETANO DO SUL**, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Tortorello; **SANTANA DE PARNAÍBA**, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Silvio Pecccioli, doravante denominados simplesmente de **MUNICÍPIOS**, integrantes da Região Metropolitana de São Paulo e gestores dos recursos obtidos do Fundo nacional de Segurança pública e a Prefeitura Municipal de Guarulhos, para a incrementação das políticas voltadas à segurança dos **MUNICÍPIOS**, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções, em conformidade com as cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **Do Objeto**

O presente Protocolo tem por objeto o desenvolvimento de programas municipais para prevenção do crime e da violência, baseados nos dados criminais registrados na localidade, visando o aprimoramento da atuação institucional do **ESTADO** na área da segurança pública, com a cooperação técnica e material dos **MUNICÍPIOS**, em atendimento ao preceito constitucional de que todos são por ela responsáveis (art. 144, "caput", CF.).

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **Das Finalidades**

As partes estabelecerão as condições para a disponibilidade da visualização única e exclusiva dos mapas temáticos do Sistema INFOCRIM da **SSP**, visando a identificação das principais áreas de interesse para realização de programas e ações, de cunho sócio-culturais educacionais, esportivos, de lazer e relativos à outras políticas públicas preventivas, a serem oferecidos gratuitamente à população pelo Município.

A Prefeitura Municipal promoverá o planejamento e implantação desses programas, inclusive no que se refere à infra-estrutura adequada à criação e expansão dos projetos de prevenção do crime e da violência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA** **Da Formalização**

Os programas e atividades a serem desenvolvidos para viabilizar o cumprimento deste Protocolo de Intenções, serão objeto de Convênio a ser celebrado entre o **ESTADO**, por intermédio da **SSP**, e cada **MUNICÍPIO** interessado em participar dos objetivos definidos neste instrumento, devendo ser detalhadas essas ações através de instrumentos legais específicos, obedecida a legislação vigente e de acordo com a disponibilidade de recursos alocados para as finalidades que vierem a ser ajustadas.

## **CLÁUSULA QUARTA** **Das Condições**

Ficam estabelecidas as seguintes condições necessárias para a formalização e execução dos convênios:

### **I – Para a Secretaria da Segurança Pública:**

- a. Fornecer Servidos GIS para compor o sistema tecnológico que possibilitará a visualização única dos mapas temáticos;
- b. Fornecer e operar ambiente de produção adequado para a instalação e operação de todos os equipamentos e softwares integrantes do sistema tecnológico adotado para a concretização dos objetivos deste Protocolo de Intenções, e;
- c. Fornecer senhas de acesso, pessoais e intransferíveis, à até a5(cinco) usuários indicados pelo Município, para acesso ao sistema, ficando a cargo do Município a disponibilização de estação de consulta para o seu usuário.

### **II – Para os MUNICÍPIOS:**

- a. Doar, mediante termo de doação, e sem ônus para o **ESTADO**, Servidor de Aplicação e Servidor de dados para compor o sistema tecnológico para a visualização única e exclusiva dos mapas temáticos;
- b. Fornecer à **Secretaria da Segurança Pública** e manter atualizado, cadastro geocodificado dos equipamentos públicos e privados e pontos de interesse do Município (estabelecimentos de ensino municipais, estaduais, particulares; estabelecimentos de saúde municipais, estaduais, particulares; centros comerciais, conjuntos habitacionais, estádios, parques, favelas, etc);
- c. Fornecer infra-estrutura completa para treinamento, a ser ministrado aos usuários do Município e até 10 (dez) policiais civis e militares, contemplando auditório, projetor multimídia, linha de comunicação para acesso ao sistema que permitirá a visualização dos mapas temáticos, computador, alimentação dos partícipes e transporte do instrutor da **Secretaria da Segurança Pública**;
- d. Implantar no Município, anualmente, programas municipais de prevenção do crime e da violência, de acordo com o estabelecido no convênio e respectivo plano de trabalho, ou, no caso de programas com duração superior a 01 (um) ano, obter a aprovação do Grupo de Administração para sua continuidade, e;
- e. Assegurar que nenhuma informação, resultante de execução do convênio, poderá ser distribuída ou divulgada (por qualquer meio magnético, eletrônico, escrito, mecanográfico ou outro), sem expressa autorização do **Secretário da Segurança Pública**.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**Do Acompanhamento e da Gestão**

O acompanhamento da execução das atividades que serão acordadas em decorrência deste Protocolo de Intenções, será feito pelas partes mediante a criação de um Grupo de Administração.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**Do grupo de Administração**

O Grupo de Administração, cujas atribuições serão definidas no convênio a ser celebrado, será integrado, obrigatoriamente, pelos seguintes membros;

1. 02 (dois) representantes da Secretaria da Segurança Pública
2. 02 (dois) representantes dos Municípios.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**Do Pessoal**

O pessoal utilizado por quaisquer das partes na execução das atividades decorrentes deste Instrumento, na condição de empregado, funcionário, autônomo, empreiteiro, ou contratado a qualquer outro título, nenhuma vinculação terá em relação à outra parte, ficando a cargo exclusivo de cada uma delas, a integral responsabilidade no que se refere a todos os direitos de seu pessoal, mormente as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e tributária, inexistindo solidariedade entre ambas.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**Dos Recursos Financeiros dos Programas De Prevenção**

Os recursos financeiros necessários à execução das atividades propostas nesta avença serão aplicados pelas partes acordantes, conforme o que ficar estabelecido nos convênios e planos de trabalho decorrentes.

**CLÁUSULA NONA**  
**Do Compartilhamento dos Recursos Tecnológicos**

Os recursos tecnológicos doados pelos **MUNICÍPIOS** da região Metropolitana de São Paulo poderão ser utilizados pela **Secretaria da Segurança Pública** a fim de disponibilizar única e exclusiva dos mapas temáticos aos demais interessados em identificar as principais áreas de interesse para implantação de programas de prevenção do crime e da violência.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**Da Vigência**

O prazo de vigência deste Protocolo de Intenções, a contar da data de sua assinatura, é de 12 (doze) meses, prorrogado, automaticamente, até o limite legal de 05(cinco) anos, desde que não haja manifestação em contrário das partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**Das Disposições Finais**

Este Protocolo de Intenções é celebrado em conformidade com o artigo 3º do Decreto nº 40.722, de 20 de março de 1996, restringindo-se à disposições preliminares e a procedimentos prévios, preparatórios à elaboração dos futuros instrumentos jurídicos que resultarão desta manifestação de intenções e adequados para colimar a efetiva implementação dos objetivos pretendidos, onde serão pactuadas as disposições constantes do artigo 9º do diploma legal supramencionado.

E, por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Protocolo de Intenções, em 07(sete) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam este instrumento.

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO  
Secretário de Segurança Pública

Celso Giglio  
Prefeito Municipal de Osasco

Elói Pietá  
Prefeito Municipal de Guarulhos

Dalvani Caraméz  
Prefeito Municipal de Itapeví

Junji Abe  
Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes

Luiz Tortorello  
Prefeito Municipal de S. Caetano do Sul

Silvio Peccioli  
Prefeito Municipal de Santana do Parnaíba

## **ANEXO 4 – GUARDAS MUNICIPAIS – TEXTO E TRAMITAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 87/99 NO CONGRESSO NACIONAL**

### **1) TEXTO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 87/99, APROVADA EM SEGUNDO TURNO PELO SENADO FEDERAL EM 24 DE ABRIL DE 2002**

*EMENDA CONSTITUCIONAL No.*

*Altera o artigo 144 da Constituição Federal para dispor sobre as competências da Guarda Municipal e criação da Guarda Nacional.*

*As Mesas da Câmara dos deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:*

*“Art 1º O Parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Artigo 144...*

*§8º. Os municípios poderão constituir guardas destinadas a proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal;*

*Art 2º O artigo 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 10:*

*Artigo 144...*

*§10. Compete à União criar, organizar e manter a guarda nacional, com atribuição, além de outras que a lei estabelecer, de proteger seus bens, serviços e instalações.”*

### **2) TRAMITAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 87/99 NO CONGRESSO NACIONAL**

#### **2 de maio de 2002**

Remessa à Câmara dos Deputados.

#### **24 de abril de 2002**

Aprovação em segundo turno no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Sim, 60; Não, 0; Abstenção, 0. Total = 60.

Publicação em 25/04/2002 no DSF páginas: 6036 - 6039

Retificado em 01/05/2002 no DSF páginas: 6834

#### **27 de março de 2001**

Aprovação em primeiro turno no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Sim, 64; Não, 3; Abstenção, 2. Total: 69.

**ANEXO 5 – GUARDAS MUNICIPAIS E OUTROS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA PREFEITURA - EFETIVO NA REGIÃO METROPOLITANA**

<b>EFETIVO DA GUARDA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA PREFEITURA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 2000-2001</b>			
<b>Município</b>	<b>2.000</b>	<b>2.001</b>	
	<b>Guarda Municipal</b>	<b>Guarda Municipal</b>	<b>Outros Serviços</b>
Arujá	29	29	
Barueri	550	550	
Biritiba Mirim	não tem	não tem	
Caieiras	29	29	
Cajamar	70	96	
Carapicuíba	não tem	não tem	330 *
Cotia	159	185	
Diadema	144	135	
Embu	não tem	não tem	83 *
Embu-Guaçú	21	40	
Ferraz de Vasconcelos	50	50	
Francisco Morato	não tem	não tem	
Franco da Rocha	21	21	
Guararema	não tem	Em criação	
Guarulhos	310	310	
Itapecerica da Serra	44	44	
Itapevi	85	108	
Itaquaquecetuba	não tem	Em criação	176 **
Jandira	46	46	
Juquitiba	não tem	não tem	
Mairiporã	não tem	Em criação	
Mauá	211	211	
Mogi das Cruzes	não tem	não tem	41 ***
Osasco	332	332	
Pirapora do Bom Jesus	não tem	não tem	10 ****
Poá	80	80	
Ribeirão Pires	70	74	
Rio Grande da Serra	não tem	não tem	20 ***
Salesópolis	não tem	não tem	Em criação ***
Santa Isabel	não tem	não tem	
Santana do Parnaíba	127	100	27*
Santo André	430	440	
São Bernardo do Campo	410	410	
São Caetano do Sul	350	350	
São Lourenço da Serra	não tem	não tem	52 ***
São Paulo	5.000	5.133	
Suzano	não tem	não tem	100 *
Taboão da Serra	90	90	
Vargem Grande Paulista	não tem	não tem	
<b>TOTAL</b>	<b>8.658</b>	<b>8.863</b>	<b>839</b>

Fonte: Fórum Metropolitano de Segurança Pública

\* Segurança Patrimonial

\*\* Segurança Municipal

\*\*\* Defesa Civil

\*\*\*\* Segurança Escolar

## **ANEXO 6 – PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

**I - Aperfeiçoar o sistema de produção, distribuição e análise de dados estatísticos que permitam o diagnóstico mais preciso do problema da violência e o monitoramento e avaliação das ações e programas de redução da violência na Região Metropolitana:**

- a. dados sobre ocorrências criminais, através da expansão do Infocrim e do acesso aos dados desse sistema pelas prefeituras e do fortalecimento do Disque Denúncia;
- b. dados sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de segurança pública e da justiça criminal;
- c. dados sobre vítimas de agressão, produzidos pelo sistema de saúde pública;
- d. dados econômicos, sociais, culturais e urbanos;
- e. possibilitar a integração dessas bases de dados;
- f. estimular a implantação de sistemas municipais de produção, distribuição e análise de dados estatísticos;
- g. definir prioridades, na área cada município, para orientar o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações e programas de prevenção e de repressão da violência.

**II - Promover trabalho intersetorial envolvendo as diferentes secretarias municipais, incentivando o planejamento e execução de políticas públicas integradas para prevenção da violência:**

- a. transformar a prevenção da violência em tema transversal para o planejamento das políticas públicas;
- b. incentivar o diálogo e a consecução de ações integradas entre as secretarias, por meio, por exemplo, da realização de seminário intersecretarias para discutir a integração de políticas de prevenção à violência e da criação de comitês ou conselhos com membros das diversas secretarias;

**III - Enfatizar a necessidade do apoio dos governos estadual e federal nas ações implementadas pelos municípios:**

- a. propor à Secretaria de Estado da Segurança Pública a definição, em conjunto com os municípios, de prioridades para orientar as ações de policiamento ostensivo e investigação criminal;
- b. propor à Secretaria de Estado da Segurança Pública a adoção de um critério objetivo e um índice mínimo padrão de distribuição do efetivo policial nos municípios;
- c. propor ao Governo do Estado a criação de uma Secretaria de Gestão para a Região Metropolitana;
- d. reivindicar junto ao governo estadual e ao governo federal o repasse de verbas para apoiar a implementação de programas e ações municipais de prevenção à violência;
- e. estabelecer parcerias com o governo estadual para ampliação do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) e aos Centros de Integração de Cidadania (CICs);
- f. incentivar a atuação integrada das polícias e do Ministério Público e do Judiciário;

**V - Implantar os Fundos Municipais de Segurança Pública, geridos por conselho ou comitê gestor, com representação da prefeitura e da sociedade civil, cujos recursos possam financiar programas de prevenção à violência.**

**V - Estimular a participação popular e comunitária na discussão, planejamento e concretização das ações preventivas municipais e regionais:**

- a. estimular a implantação dos Conselhos Municipais de Segurança, como fórum para discussão de prioridades para políticas estaduais e municipais, reunindo representantes da prefeitura, das polícias civil e militar, da guarda municipal, da comunidade (conselhos comunitários de segurança, entidades de bairro, organizações da sociedade civil, etc);
- b. incentivar o trabalho dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) e promover



discussões que auxiliem o fortalecimento dos Consegs;  
c. realizar encontros e reuniões locais, de forma sistemática e permanente, possibilitando que a comunidade participe e seja ouvida em suas reivindicações;  
d. compreender como cada micro região ou área das cidades concebem segurança pública e como vivem a sensação de insegurança, partindo do ponto de vista das populações locais;  
e. elaborar planos locais, com ampla participação da comunidade e integração dos agentes locais, com definição do cronograma de execução, responsabilidades claramente delimitadas e recursos suficientes, de modo a possibilitar uma mudança de cultura local e a superação dos fatores que geram a insegurança.

#### **VI - Realizar a troca de experiências na prevenção da violência entre os municípios e regiões;**

a. realizar um mapeamento das experiências bem sucedidas de prevenção da violência para difusão e intercâmbio intermunicipal, focando nas dimensões da prevenção primária, secundária e terciária;  
b. promover seminários e oficinas itinerantes de âmbito municipal e intermunicipal com a finalidade de tornar conhecidas as experiências de prevenção da violência.

#### **VII - Priorizar as ações preventivas para as seguintes áreas: infância e juventude, família, escola, abuso de álcool e drogas, inclusão social, e trânsito:**

a. promover a adoção de leis municipais regulando o horário de funcionamento de estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas;  
b. estudar e aprofundar a discussão de ações de prevenção e controle do uso de álcool e drogas;  
c. criar grupos permanentes nas escolas públicas e privadas para discussão sobre o uso de álcool e drogas, suas causas e conseqüências;  
d. implantar nos municípios ambulatórios de especialidade para atendimento aos portadoras de doenças mentais e usuários de álcool e drogas, dentro das normas estabelecidas pela Secretária de Saúde do Estado de São Paulo e Ministério da Saúde.  
e. identificar a escola como locus privilegiado de iniciativas de prevenção à violência, promovendo ações e programas de prevenção desde a pré-escola até o ensino superior;  
f. desenvolver programas visando reduzir a evasão escolar e promover a integração das crianças e jovens com a escola e com a comunidade;  
g. incentivar a utilização da escola como espaço para atividades e serviços destinados às crianças e adolescentes, inclusive nos fins de semana;  
h. incentivar a realização de estágios e serviços voluntários de estudantes de universidades públicas e privadas em comunidades de baixa renda, na orientação e prestação de assistência nas áreas de educação, saúde, lazer, esporte e cultura, jurídica, administração, engenharia, etc.  
i. concretizar ações de educação no trânsito;  
j. incentivar ações educativas, e não apenas punitivas, dos agentes de trânsito;  
k. promover a integração das ações dos agentes de trânsito e da polícia;  
l. implantar centros de atenção e orientação às vítimas da violência doméstica;  
m. implementar junto aos municípios as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) para atendimento ao adolescente autor de ato infracional, a fim de possibilitar sua efetiva reinsersão ao convívio social e comunitário;  
n. realizar um trabalho efetivo de retirada de crianças e adolescentes da situação de rua;  
o. combater efetivamente a exploração do trabalho infantil;  
p. implantar programas e cursos de profissionalização, requalificação profissional e criação de cooperativas como forma de gerar emprego e renda.

#### **VIII - Utilizar espaços e equipamentos públicos para a implementação de atividades que envolvam a comunidade:**

a. criar centros de atendimento nos bairros e comunidades mais afastadas, possibilitando acesso aos serviços públicos essenciais e os direitos de cidadania;  
b. desenvolver atividades em equipamentos públicos, como escolas, bibliotecas, ginásios e casas de cultura, aos finais de semana.

**IX - Rever as políticas de planejamento espacial urbano:**

- a. promover a discussão dos códigos de obras, ambiental, lei de uso e ocupação do solo e plano diretor dos municípios, possibilitando a regularização das moradias existentes e o aumento da identificação do morador com o município;
- b. atuar de forma conjunta buscando discutir a legislação de mananciais, no sentido de possibilitar melhor gerenciamento e adequação às realidades locais, proporcionando a efetiva preservação ambiental, evitando o aumento de invasões e loteamento irregulares;
- c. propor ao governo estadual a definição de cotas de moradias nos projetos habitacionais na área do município (CDHU, PAR, COHAB), a serem alocadas pelo município, flexibilizando o critério de renda familiar na destinação das moradias, de modo a possibilitar a re-alocação da população moradora em áreas irregulares, de risco e de favelas;
- d. estabelecer como prioridade dos governos municipais a implantação de infra estrutura urbana mínima, saneamento básico e iluminação pública, nos bairros de alto risco de violência.

**X - Promover as atividades da guarda municipal como agente social essencial à prevenção da violência:**

- a. integrar a guarda municipal aos programas de prevenção da violência;
- b. aproximar a guarda municipal da comunidade e das polícias militar e civil;
- c. introduzir no processo de formação e capacitação das guardas municipais as informações sobre as políticas de prevenção da violência em andamento.

São Paulo, 23 de maio de 2002

Assinatura dos Prefeitos e Prefeitas:

## **ANEXO 7 – OFICINA “A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO” - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS**

### **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES E RESULTADOS DA OFICINA “PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA RMSP: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO”**

#### **APRESENTAÇÃO**

O GT de Prevenção da Violência realizou, em a parceria com o CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima, nos dias 29 e 30 de abril de 2002 a oficina “Prevenção da Violência na RMSP: instrumentos de planejamento e gestão” que contou com participantes de 24 prefeituras e de outras entidades.

O objetivo do evento foi sensibilizar e mobilizar as Administrações Municipais para a importância de elaboração de um Plano Municipal de Prevenção da Violência, instrumentalizar os representantes municipais quanto aos principais passos para a elaboração desse Plano, bem como promover a troca de experiências entre os municípios.

A oficina foi aberta pelo coordenador geral do Fórum e prefeito de Osasco Celso Giglio, pelo coordenador do GT de Prevenção e prefeito de Mogi das Cruzes, prefeito Junji Abe, pelo Secretário de Estado da Economia e do Planejamento, Jacques Marcovitch, pelo Secretário Adjunto da Segurança Pública, Marcelo Martins de Oliveira e pelo Presidente da Fundação Prefeito Faria Lima, Sergio Gabriel Seixas.

O primeiro dia da oficina foi composto por painéis de experiências. O primeiro painel de experiências em elaboração de diagnóstico, teve a apresentação da experiência de Mapeamento de Incidência Criminal e Conselho Municipal de Segurança da prefeitura de Guarulhos e da experiência do Núcleo de Atenção à Vítima de Violência - Hospital Municipal Dr. Ribeiro de Saboya (Hospital Municipal do Jabaquara). O segundo painel de experiências de gestão integrada teve a apresentação da experiência de Gestão Participativa da prefeitura de Barueri e do Plano Diretor de Bairro da prefeitura de Itapeverica da Serra. O terceiro painel de experiências em elaboração de planos municipais contou com a apresentação das prefeituras de Santana de Parnaíba e de Osasco.

No segundo dia foi desenvolvida uma metodologia de vivência de planejamento e elaboração de plano que segue descrita abaixo.

#### **METODOLOGIA:**

Os participantes foram divididos em quatro grupos temáticos: planejamento urbano e prevenção da violência, família e juventude e prevenção da violência, geração de emprego e renda e prevenção da violência e segurança local e prevenção da violência. Sobre cada tema foi elaborada uma situação problema, distribuídas aos participantes que, seguindo um roteiro contendo os passos de elaboração de plano (diagnóstico, planejamento integrado de ações interligadas e avaliação dos resultados) discutiram e planejaram uma intervenção municipal focada em cada situação problema.

Ao final da atividade, os grupos apresentaram suas intervenções em uma matriz padrão no formato que segue apresentado abaixo.

## RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

### Grupo 1. Planejamento Urbano e Prevenção da Violência

**Nome do Município:** Paraíso

**Nome do grupo gestor:** Cidade em Ação

**Tema do grupo:** Planejamento Urbano e Prevenção da violência

**Situação Problema:** Ocupação Urbana Desordenada

#### **Ações:**

1. Nomear o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Prevenção da Violência, integrado pela Administração Municipal (secretarias/autarquias) e Sociedade Civil (ONG e Associações, Conselhos);
2. Realizar, através do Conselho Municipal coleta de dados e diagnóstico completo da situação com o devido mapeamento, baseado em todos os dados e programas existentes (plano diretor, censo, dados sociais de saúde e educação, etc.) /Agenda Local;
3. Definir junto às comunidades locais, através de Fóruns com todos os segmentos envolvidos, as prioridades, metas, ações e prazos de resolutividade dos problemas levantados;
4. Nomear órgão gestor para análise do orçamento, recursos necessários e formatação dos projetos a serem desenvolvidos.
5. Implantar, acompanhar e avaliar as ações

#### **Propostas de avaliação dos resultados:**

Divulgar através de Boletins mensais as ações executadas, com os resultados comparativos, utilizando-se indicadores sociais (segurança, saúde, educação)

### Grupo 2. Família e Juventude e Prevenção da Violência

**Nome do Município:** Cidade Esperança

**Grupo Gestor:** Secretarias Municipais mais Conselho Municipal de Segurança

**Tema do Grupo:** Família e Juventude

**Situação Problema:** Drogas e Violência doméstica

#### **Ações:**

##### **Desemprego:**

Bolsa Escola

Profissionalização

Atividades sócio-educativas

##### **Drogadição:**

Campanha de prevenção

Capacitação de profissionais de ensino

Criação de Associação de Pais e Mestres

Programas de Apoio e Acompanhamento (unidade de saúde)

##### **Tráfico:**

Policiamento nas Escolas (GCM + PM + PC)

Ações investigativas

Disque denúncia

Legislação Restritiva

##### Jovem autor de ato infracional:

Criação do Núcleo de atendimento integrado

Atendimento Inicial

Plantão Jurídico Social  
Cumprimento das Medidas sócio-educativas  
Rede de articulação com o nível local

**Violência Doméstica:**

Criação do Núcleo de atendimento a família  
Apoio psicológico e médico  
Rede de apoio/articulação intersetorial  
Delegacia da mulher  
Conselho tutelar  
Vara da família  
Assistência Jurídica  
Abrigos de Proteção  
Capacitação de profissionais da Educação e Saúde  
Planejamento Familiar

**Parcerias**

**Grupo 3. Geração de Emprego e Renda e Prevenção da Violência**

**Nome do Município:** Santa Cruz da Paz

**Nome do Grupo Gestor:** Emprego e Segurança

**Tema do Grupo:** Geração de Emprego e Renda

**Situação Problema:** Desemprego

**Ações:**

**EDUCAÇÃO**

Ampliação da oferta de vagas no Ensino Fundamental  
E J A (educação de jovens e adultos)

**PROMOÇÃO SOCIAL**

Fortalecer/instrumentalizar a organização da sociedade civil (igrejas, conselhos, associações de bairros, APM, ONGs, sindicatos) e estabelecer parcerias com o Estado e União.

**SEGURANÇA**

Integração com os CONSEGs

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Implantar e/ou dinamizar a comissão municipal de emprego, agregando a este grupo, para buscar cursos de qualificação para o pessoal com mais de 40 anos  
Incentivar políticas de micro-crédito

ESTABELEECER parceria com a Universidade para que os alunos façam o diagnóstico com dados mais precisos.

**Propostas de avaliação de resultados:**

**AVALIAÇÃO**

Instrumentos

Reuniões mensais

Divulgação de relatórios sobre o andamento das ações para toda a comunidade.

**INDICADORES**

Aumento da frequência de alunos nas escolas

#### **Grupo 4. Segurança Local e Prevenção da Violência**

**Nome do Município:** Carolina

**Nome do Grupo Gestor:** GASP (Grupo de Ações para a Segurança Pública)

**Tema do Grupo:** Segurança Local

**Situação do Problema:** Áreas no município com problemas específicos de criminalidade

#### **Ações:**

1. Criação de uma força tarefa composta pela PM/GCM/PC;
2. Criação de uma central única de operações para atendimento de emergências;
3. Desenvolver o projeto Comunidade Cidadã nas áreas periféricas;
4. Propor programas de reurbanização das áreas de risco;
5. Criar o Conselho Municipal de Segurança Pública e o Fundo Municipal de Segurança Pública.

#### **Propostas de avaliação dos resultados:**

1. Levantamento de dados estatísticos sobre o tempo de resposta da polícia militar, Boletins de Ocorrência e opinião pública dos segmentos (Consegs);
2. Acompanhamento trimestral das atividades propostas

#### **PARTICIPANTES**

A oficina contou com 65 participantes (distribuídos entre o primeiro e o segundo dia), representantes dos seguintes municípios da Região Metropolitana (24 municípios): Barueri, Caieiras, Cotia, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Juquitiba, Itaquaquecetuba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra e São Paulo e das seguintes organizações: UNICEF, PIAPS, Caminho Sagrado, Secretaria Estadual de Educação, Polícia Militar, Conselho Político Dep. Vanderlei Siraque e Hospital Municipal Artur Ribeiro de Sabóia

#### **PROPOSTA DE CONTINUIDADE**

A idéia é que os participantes da oficina possam multiplicar a experiência de planejamento pela qual passaram em seus municípios. Assim, o Fórum manterá contato com os participantes e respectivos municípios para acompanhar o andamento desse processo multiplicador, bem como da elaboração de planos municipais de prevenção da violência.

Há ainda uma proposta em discussão de projeto piloto de planejamento participativo de prevenção da violência a ser desenvolvido no âmbito municipal.

## ANEXO 8 – BANCO DE PROJETOS – RELATÓRIO DE PROJETOS RECEBIDOS

### PROJETOS RECEBIDOS

TOTAL: 95

#### 1) POR MUNICÍPIO:

Região Metropolitana de São Paulo (94):

- ABCD: 1
- Barueri: 18
- Cajamar: 1
- Diadema: 1
- Embu: 1
- Embu–Guaçu : 1
- Francisco Morato : 1
- Franco da Rocha: 1
- Guarulhos: 6
- Itapecerica da Serra: 2
- Itapevi : 1
- Juquitiba : 5
- Mauá : 1
- Mogi das Cruzes: 4
- Osasco: 1
- Ribeirão Pires: 4
- Rio Grande da Serra: 4
- Santana de Parnaíba : 10
- Santo André: 4
- São Bernardo do Campo : 4
- São Caetano do Sul: 1
- São Paulo: 19
- Taboão da Serra : 2
- Vargem Grande Paulista: 1

Brasil (1):

- Porto Alegre

#### 2) POR INSTITUIÇÃO

Prefeitura (74):

- Barueri: 18
- Cajamar: 1
- Diadema: 1
- Embu–Guaçu: 1
- Francisco Morato: 1
- Guarulhos: 5
- Itapecerica da Serra: 2
- Itapevi : 1
- Juquitiba : 5
- Mauá : 1
- Mogi das Cruzes: 4
- Osasco: 1

- Ribeirão Pires: 2
- Rio Grande da Serra:4
- Santana de Parnaíba : 10
- Santo André: 4
- São Bernardo do Campo: 4
- São Caetano do Sul: 1
- São Paulo: 5
- Taboão da Serra: 2
- Vargem Grande: 1

#### Organização Não Governamental (11):

- Associação Beneficente Santa Fé
- Associação Esportiva Beneficente Futebol Boys
- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)
- Imagemagica
- Instituto Sou da Paz (3)
- Rede Mulher de Educação
- Sociedade Santos Mártires (3)

#### Parceria (8):

- Guarda Municipal e Secretaria de Educação de Ribeirão Pires
- Núcleo de Estudos da Violência e Instituto Sou da Paz
- Polícia Militar, Guarda Municipal e Comissões de Bases Comunitárias de Segurança de Ribeirão Pires
- União de Mulheres de São Paulo e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública
- Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) da Escola Paulista de Medicina e Sociedade Santos Mártires
- Prefeitura Municipal de Franco da Rocha e AutoBan
- Palas Athena e Prefeitura Municipal de São Paulo
- Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude e Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região

#### Governo Estadual (1):

- Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) - Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo

#### “Pessoa Física” (1):

- PM Com Você – Renato Cunha, diretor do Conselho do Conseg do Portal do Morumbi

### 3) POR TEMÁTICA:

#### Assistência e Desenvolvimento Social (3):

- Associação Beneficente Santa Fé (São Paulo)
- Oportunidade Solidária (São Paulo)
- Projeto Convivendo (Santana de Parnaíba)



#### Renda e Trabalho (5):

- Bolsa Trabalho (São Paulo)
- Começar de Novo (São Paulo)
- Completando a Renda (Santana de Parnaíba)
- Formação para o Trabalho e Geração de Renda (Rio Grande da Serra)
- Renda Mínima (São Paulo)

#### Educação (4):

- Escola e Família: Parceiros numa Educação de Qualidade (Santana de Parnaíba )
- Escola Viva (Juquitiba)
- Pela Vida, Não à Violência (Santo André)
- PROETI – Projeto de Escola em Tempo Integral (Santana de Parnaíba)

#### Esporte, Lazer e Cultura (23):

- Ação Cultura Contra a Violência (São Paulo)
- Associação Beneficente Futebol Boys (Embu)
- ASAS- Cultura também liberta! (Barueri)
- Barracões Culturais da Cidadania (Itapeceira da Serra)
- Bibliotecas- Centros Vivos de Cultura (Barueri)
- Brinquedoteca (Barueri)
- Centro Cultural Artístico Municipal (Santana de Parnaíba )
- Cultura e Lazer é Cidadania ( Juquitiba )
- Escola Aberta ( Mauá )
- Escolinha de Esportes (Santana de Parnaíba )
- Escolinha de Futebol (Juquitiba)
- Esporte Anti-Violência (Mogi das Cruzes)
- Esporte Como Integração Comunitária (Mogi das Cruzes)
- Imagemagica (São Paulo)
- O Menor Pelo Esporte Maior (Juquitiba)
- Oficina de Artes (Santana de Parnaíba)
- Oficina Escola de Artes e Ofícios (Santana de Parnaíba )
- Ônibus Cultura (Barueri)
- MAIS- Livros-Leitura-Saber-Cultura (Barueri)
- Programa de Férias (Barueri)
- Projetos Integrados (Osasco)
- Papo Móvel (Barueri)
- Varal da Cultura (Barueri)

#### Revitalização do Espaço Público (10):

- Barueri
- Cajamar
- Francisco Morato
- Guarulhos
- Plano Diretor Estratégico ( Itapeceira da Serra)
- Ribeirão Pires
- Santo André
- São Bernardo do Campo
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

### Saúde (3):

- Saúde Família (Mogi das Cruzes)
- Porta Aberta (São Paulo)
- Brincando com Saúde (Barueri)

### Trânsito (2):

- Centro de Reflexão do Trânsito (São Bernardo do Campo)
- Educando para o trânsito (Franco da Rocha e AutoBan)

### Segurança e Justiça (15):

- Atenção a Mulher, a Criança e ao Adolescente Vítima de Violência (Rio Grande da Serra)
- Base Comunitária Sacadura Cabral (Santo André)
- Caminhando com Alegria para a Justiça (Guarulhos)
- Centro de Referência e Apoio à Vítima (São Paulo)
- Conheça Seu Vizinho (Ribeirão Pires)
- Conselho Municipal de Segurança (Guarulhos)
- Cruzamento de Via Urbana Seguro (São Caetano do Sul)
- Operação Cruzamento (Santo André)
- PM Com Você (São Paulo)
- Posto Comunitário de Segurança (Guarulhos)
- Promotoras Legais Populares (São Paulo)
- Propaz (Santana de Parnaíba)
- Ronda Escolar (Ribeirão Pires)
- Sistema de Monitoramento por Vídeo em Vias Públicas (Ribeirão Pires)
- Mapeamento da Incidência Criminosa (Guarulhos)

### Cidadania (6):

- Autoridades Mirins (Barueri)
- Conheça Seu Filho (Barueri)
- Curso de Formação de Agentes Sociais (São Paulo)
- Gestão de Administração Participativa (Barueri)
- O Prefeito no Seu Bairro (Barueri)
- Orçamento Participativo (São Paulo)

### Criança e Adolescente (18):

- Adolescente Aprendiz (Diadema)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Embu-Guaçu)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Itapevi)
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Mogi das Cruzes)
- Brincando em Domicílio (Barueri)
- Caça Talento (Taboão da Serra)
- Casa da Juventude (Rio Grande da Serra)
- Centro de Atenção às Medidas Sócio-Educativas (São Bernardo do Campo)
- Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – CRAMI (ABCD)
- Cidadania ao Alcance de Todos (ASBRAD e Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região)

- Erradicação do Trabalho Infantil (São Bernardo do Campo)
- Grêmios em Forma (São Paulo)
- Graffiti: revelação de talentos artísticos na afirmação da cidadania e direitos humanos (Sociedade Santos Mártires)
- Observatório de Direitos Humanos (São Paulo)
- Ouvidoria Geral da Criança (Barueri)
- Papo Jovem (Barueri)
- Programa de PSC (Barueri)
- Reinscrição do Adolescente ao Convívio Familiar e Comunitário (São Paulo)

Mulher (3):

- Casa Sofia (São Paulo)
- Lar Para a Família (Rio Grande da Serra)
- Superando Obstáculos na Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher (Porto Alegre)

Álcool e Drogas (3):

- Comunidade Alerta (Santana de Parnaíba)
- Programa Educacional Contra as Drogas e a Violência (Juquitiba)
- Unidade Comunitária de Álcool e Drogas no Jardim Ângela, UCAD (São Paulo)

Armas (0):

## **ANEXO 9 – 2º DIA METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA – PROGRAMAÇÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2002 NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

Segue abaixo um resumo das atividades planejadas em cada município da Região Metropolitana de São Paulo para o 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência.

### **Arujá**

Concurso de redação sobre inclusão social e prevenção da violência envolvendo as 4ªs séries das escolas municipais e atividades de lazer na Av. Amazonas

As atividades terão início às 08h30 e se estenderá até às 17h00. Participarão EMEFA I – Municipal, EMEFA II – Municipal, EMEFA XII – Municipal, a Guarda Mirim – Arujá, Grupo de Capoeira – Casa Aberta – Arujá.

1. Passeio Ciclístico pela Paz
2. Caminhada pela Paz
3. Grupo da 3ª Idade – apresentação
4. Guarda Municipal
5. Presença e colaboração do CONSEG – local

### **Barueri**

Projeto Prefeito no Seu Bairro (projeto de inclusão social quando toda a estrutura administrativa e de serviços da prefeitura se desloca para um determinado bairro para atender a população) – no Jardim Mutinga (bairro bolsão de violência divisa com Osasco)

Na EMEF João Carvalho de Lima (R. Mauro José da Silva Jangada, 2283, Jd. Mutinga) – grande tenda com atividades de esporte, lazer, emissão de documentos, corte de cabelo, haverá também atividades de inclusão com a população afro descendente, portadores de deficiência

### **Biritiba Mirim**

Haverá o evento “Inclusão Social - por uma terra sem males”.

As atividades serão as seguintes: Passeata com cartazes e faixas com dizeres alusivos ao tema ao redor da Praça São Benedito, objetivo: Proteger contra o vandalismo usando a música “Sal da Terra” de Bento Guedes, exposição de trabalhos dos alunos da Ed. Infantil e 1ª série – Desenho

- 2ª Série – Frases
- 3ª Série – Cartazes
- 4ª Série – Produção de textos
- Gincanas usando material de sucata
- Pintura Facial
- Distribuição de algodão doce e pipocas

Com relação à natureza, haverá um grupo de pessoas (20) que irão participar de um rapel na Pedra do Sapo

### **Caieiras**

Haverá atividade envolvendo a Guarda Mirim

### **Cajamar**

Haverá concurso de trabalhos nas escolas sobre o tema inclusão social e prevenção da violência, Rua do Lazer e trabalhos de prevenção de DST/AIDS e vacinação idosos

### **Carapicuíba**

Não informado

### **Cotia**

Não informado

### **Diadema**

Projeto Aprendiz (projeto com jovens moradores de áreas com alto índice de violência) inaugurará quinto núcleo no dia 18 de Maio.

Atividades a partir das 14:00 hs na rua Platina,s/n, Campanário. Oficinas de circo, de pintura, esportes, gincanas e show de forró.

### **Embu**

Não Informado

### **Embu Guaçu**

Não Informado

### **Ferraz de Vasconcelos**

8 horas – concentração dos ciclistas em frente ao ginásio municipal de esportes Marcílio Guerra; 9 horas- saída dos ciclistas para o Passeio Ciclístico da Paz; 9h30 – Chegada no Complexo Poliesportivo Municipal Birutão e recepção das autoridades; 10h30 – Ginástica gigante e mini aula, de dez minutos, para todos os presentes; 10h40 – Apresentação de capoeira com alunos da SMET de Ferraz; 11 horas – Shows de dança e dublagens com artistas da cidade; 12 horas –

Apresentação do grupo de samba ferrazense Os Delírios;  
Das 11 horas às 13 horas – Paralelamente as atividades culturais, atividades esportivas diversas envolvendo os presentes. Vôlei, futebol, xadrez, judô, dama, futsal, entre outros.

13 horas – Encerramento das atividades.

Concurso de redação sobre inclusão social e prevenção da violência envolvendo as 4<sup>as</sup> séries das escolas municipais

### **Francisco Morato**

Desenvolverá projeto de inclusão social na semana de 13 a 18 de maio e no dia 18 fará exposição de trabalhos sobre o tema

### **Franco da Rocha**

Na semana do dia 13 a 18 de maio realizará discussões sobre a conservação dos prédios públicos No dia 18 fará exposição de colagens, textos, reportagens no Centro Comunitário das 9horas às 12 horas

Envolverá as escolas municipais

### **Guararema**

Concurso entre as EMEIs

### **Guarulhos**

Realizará Operação Cidadania em uma escola estadual no Jardim Palmira. Emissão de documentos, posto do INSS, oficinas sobre zoonose, dengue, DST, AIDs, oficina de origamis e projeção de filmes, shows, assistência judiciária, discussões sobre lixo e reciclagem, direitos da mulher e da criança e do adolescente e atividades envolvendo a guarda e crianças

Vai haver a exposição dos trabalhos produzidos pelas escolas municipais

Local: E.E Parque Continental I – Gleba I, rua 37 número 150, das 9:00 às 16 horas.

### **Itapecerica da Serra**

Durante todo o mês de maio haverá atividades de comemoração do aniversário da cidade. Não realizará atividade diretamente ligada com o Dia Metropolitano, mas distribuirá o material da campanha ao longo do mês

### **Itapevi**

Inclusão digital na COHAB Itapevi (20 computadores à disposição da comunidade)

Mostra dos trabalhos produzidos pelas escolas em um ginásio dentro da COHAB

Projeto Participação e Cidadania (Prefeitura desloca-se para o bairro)

Shows: orquestra de violeiros do Estado, MPB e sertanejo.

### **Itaquaquecetuba**

Concurso de redações na rede municipal

### **Jandira**

Serão realizadas: Carreata pela Paz, de manhã, e final com manifestação pública (ato ecumênico); Ação de conscientização popular sobre uso do Disque- Denúncia; Ênfase à lei de proibição de vendas de bebidas alcoólicas, cigarros e revistas pornográficas à menores; Prefeito chamando atenção para serviços desenvolvidos pela prefeitura e parceiros que dizem respeito à inclusão social.

### **Juquitiba**

Não realizará nenhuma atividade específica no dia de 18 de maio. Utilizará, no entanto, o material da campanha para discutir prevenção da violência e inclusão social na conferência anual da educação em junho.

### **Mairiporã**

Irá circular a campanha nos jornais locais e está tentando articular uma caminhada e o concurso nas escolas municipais

### **Mauá**

Atividades no Paço Municipal, nas escolas municipais, unidades de saúde e Casas da Juventude, além de Caminhada pela Paz (Início na Praça da Bíblia, 10:30 hs ).

Atividades de lazer, esportivas, prestação de serviços, orientação e divulgação de programas de saúde, drogas e de assistência sócia, informação sobre programas de regularização fundiária e habitacional.

Haverá produção e mostra de trabalhos (desenhos e redações) por alunos da educação infantil e da EJA.

### **Moqi das Cruzes**

Na semana que antecede o Dia cada um dos sete distritos da cidade irá fazer algo com o tema. No dia, haverá na cidade a Festa do Divino e será realizada caminhada com os representantes dos sete distritos mais ONGs com tema "Prevenção à Violência-Inclusão social".

Caminhada autorizada pelos Festeiros do Divino, antes da caminhada "oficial".

Proposta padrão: Está sendo elaborado um concurso de redação sobre "inclusão social" e cartazes na rede pública.

### **Osasco**

Concurso de redação entre alunos das 4<sup>as</sup> séries da rede pública de ensino sobre o tema "Como construir um mundo mais justo". No dia 18, a partir das 13h30, no Ginásio Professor José Liberati (Pça. João Lucas Pavão) serão homenageados os autores das três redações vencedoras, será distribuído o livro contendo as melhores redações das 50 escolas que participaram do concurso e tarde de autógrafos. Durante este evento haverá apresentação do projeto Guri, da banda de música da Polícia do Exército, da cantora Giovana, do grupo de flautistas do Fundo Social de Solidariedade e do grupo Doce Sorriso.

Pela manhã motoqueiros e ciclistas se reúnem no Paço Municipal para o passeio pela paz e haverá a Marcha Evangélica para Jesus. Bandeiras brancas com a inscrição "Osasco se veste de branco contra a violência" serão distribuídas entre a população.

Trabalho com grafiteiros (painel)

### **Pirapora do Bom Jesus**

Atividades na Praça do Encontro, das 10h às 17h: brincadeiras e atividades educativas e culturais, apresentação de atividades da escola circo, pipocas e algodão doce, shows da diversos gêneros musicais e palestra e exposições cm a polícia civil e militar e com a Secretaria municipal de saúde.

Campanha de troca de armas de brinquedo por revistas educativas  
Das 23h às 4h no Clube Municipal – Show Rock da Paz, ingresso é um quilo de alimento não perecível.

### **Poá**

Não informado.

### **Ribeirão Pires**

Atividades na Praça Central. Das 9:00 hs às 14:00 haverá “Jogos Abertos de Prevenção à Violência” com dama, dominó, truco e sueca. As finais serão às 16:00 hs e às 18:00 hs haverá baile, também na praça.

### **Rio Grande da Serra**

Não informado

### **Santa Isabel**

Não informado

### **Salesópolis**

Para crianças, jovens e adultos haverá concurso de desenhos nas escolas.  
Caminhada ecológica para idosos

### **Santana de Parnaíba**

Início das atividades às 9:00hs, na Praça XIV novembro. Haverá a Rua de Lazer, produção de trabalho com crianças e exposição; sorteio de bicicletas e camisetas; artesanato; Banco do Povo; show; teatro com terceira idade; trabalho de prevenção bucal.

### **Santo André**

Vai realizar o evento HIPaz HOPaz na concha acústica.

### **São Bernardo do Campo**

Exposição de projetos de inclusão social no município, como cursos profissionalizantes e oficinas culturais; Gincanão com atividades esportivas; segunda etapa do Circuito Escolar Street-Skate; atividades com terceira idade; exposição de vídeos de projetos sociais; banda Municipal e escola de samba; guia para retirada de documentos; vacinação; jogos com deficientes; cabeleireiro; informações sobre doenças.

Local: Emeb Arlindo Miguel Teixeira, Estrada dos Alvarenga, 7.500, Jardim Laura

Horário: das 10hs às 16hs

### **São Caetano do Sul**

Realizará atividades no Espaço Verde Chico Mendes (Rua Fernando Simonsen, s/n, Bairro São José). Abertura com o Hino Nacional, cerimonial com o histórico da campanha e palavra do prefeito, atividades no palco como recreação, aulas de dança, teatro, apresentação de danças populares, shows. Durante todo o dia haverá também atividades de esportes, culturais, educativas e recreativas.

### **São Lourenço da Serra**

Das 8:00 às 17:00 hs , no Ginásio de Esportes e na Praça Dez de Agosto serão desenvolvidas ações como teatro de estudantes e da terceira idade, oficina de artes, jogos de mesa e quadra, concurso de redação e desenho (atividade padrão) e exposição “Feira da Carroça”.

### **São Paulo**

Colocará 50 outdoors pela cidade

Desenvolverá concurso envolvendo algumas escolas.

Local: EMEF Dom Paulo Rolim Loureiro, Rua João Nicário Elentério, 375, Cidade Nova, São Miguel, início às 11h

11h: apresentação da Banda Marcial da EMEF; 11h20: abertura com Marta Suplicy, Benedito Mariano (ouvidor), Eny Maia (secretária municipal de educação), Adalberto Dias de Souza (administrador regional São Miguel) e Marcos Mendonça (NAE 10); 12h15: exposição dos trabalhos dos alunos da Rede Municipal de Ensino

### **Suzano**

Mostra de trabalho dos alunos da rede estadual e municipal de ensino sobre o tema inclusão e prevenção no Hall Principal de Suzano Shopping. Campanha pelo desarmamento infantil.

### **Taboão da Serra**

Não informado

### **Vargem Grande Paulista**

Não informado



ANEXO 10 – LOGOMARCA DESENVOLVIDA PELA AGÊNCIA MCCANN ERICKSON PARA AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA



	<p><b>18 DE MAIO</b> <b>2º DIA METROPOLITANO</b> <b>DE PREVENÇÃO</b> <b>DA VIOLÊNCIA</b></p>
--	--

# **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA:**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

## **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
CELSO GIGLIO

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
JUNJI ABE

COORDENADORA GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DALVANI CARAMEZ

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
LUIZ TORTORELLO

## **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA  
Av. Paulista, 119/ 5º andar  
CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708  
[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
Helena Massi  
Mariana Kiefer Kruchin

Colaboração da Equipe SPCV:  
Ronildo Machado  
João Marcelo de Aguirre Furlan  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 5**  
**23/05/2002 A 21/08/2002**

**22 DE AGOSTO DE 2002**

**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 5**  
**23/05/2002 A 21/08/2002**

**SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. COORDENAÇÃO-GERAL
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

**ANEXOS**

1. ESTATÍSTICAS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, PRIMEIRO SEMESTRE, 2000/2001/2002
2. QUADRO DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR GUARDAS MUNICIPAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 2001
3. PROJETO DO GUIA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
4. PROGRAMA DA MOSTRA METROPOLITANA DE ARTE E CULTURA CONTRA A VIOLÊNCIA

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 23 de maio de 2002 a 21 de agosto de 2002. O relatório apresenta também propostas de ações para o próximo trimestre.

As principais atividades no período foram a assinatura do Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, referente à disponibilização dos mapas temáticos com informações do INFOCRIM para subsidiar o desenvolvimento de programas e ações municipais de prevenção à violência, e a preparação da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”, que será realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2002.

O relatório apresenta também os dados referentes às principais ocorrências criminais em cada município da Região Metropolitana de São Paulo no primeiro semestre dos anos 2000, 2001, 2002. Com base nestas estatísticas, é possível verificar que:

- Com relação à taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes, constata-se que houve um aumento de 24,71 em 2000, para 25,34 em 2001 e uma diminuição para 22,86 em 2002.
- Com relação à taxa de roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes, constata-se houve uma diminuição de 508,43 em 2000, para 450,27 em 2001 e para 405,79 em 2002.
- Com relação à taxa de roubos por 100 mil habitantes, constata-se que houve um aumento de 418,36 em 2000, para 424,46 em 2001 e para 446,51 em 2002.
- Com relação à taxa de furtos por 100 mil habitantes, constata-se que houve um aumento de 412,66 em 2000, para 468,21 em 2001 e para 489,35 em 2002.

Outro acontecimento de destaque no período foi a criação, no dia 26 de julho, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana em São Paulo. A criação dessa secretaria seguiu a linha de trabalho do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Diversas cidades já têm ou estão criando secretarias, coordenadorias, departamentos ou conselhos para desenvolver políticas municipais de segurança pública e programas municipais de prevenção da violência. Com isso, integram ações de diversas secretarias e órgãos do município, para enfrentar a violência e melhorar a segurança da população.

## **2. COORDENAÇÃO-GERAL**

Durante o trimestre a que se refere este relatório, o Coordenador-Geral do Fórum Metropolitano atuou em conjunto com os coordenadores dos Grupos de Trabalho para viabilizar as seguintes ações:

Protocolo de Intenções entre o Estado e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, referente à disponibilização dos mapas de ocorrências criminais para subsidiar o desenvolvimento de programas e ações municipais de prevenção da violência (ver item 3 do relatório);

Missão a Brasília, para entrega a autoridades federais da moção de apoio do Fórum Metropolitano à Proposta de Emenda Constitucional 87/99, que autoriza as guardas municipais a realizarem atividades de policiamento, e do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência (ver item 4 e 6 do relatório);

“Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”, que se realizará dias 12 e 13 de Setembro, no Parlatino, em São Paulo (ver item 6 e 7 do relatório).

### **3. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

#### **3.1. Atividades e Resultados**

##### Protocolo de Intenções Estado - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo

O Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, referente à disponibilização dos mapas temáticos com informações do INFOCRIM para subsidiar o desenvolvimento de programas e ações municipais de prevenção à violência, foi assinado em cerimônia realizada no Palácio dos Bandeirantes, no dia 1º de Julho de 2002.

Assinaram o Protocolo de Intenções o Governador Geraldo Alckmin, o Secretário de Estado da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho e os prefeitos de 26 dos 39 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo: Abel José Larini, de Arujá; Roberto Pereira da Silva, de Biritiba Mirim; Fuad Gabriel Chucre, de Carapicuíba; Joaquim Horácio Pedroso Neto, de Cotia; Geraldo Leite Cruz, de Embu; José Fernandes Chacon, de Ferraz de Vasconcelos; Elói Pietá, de Guarulhos (Coordenador do Grupo de Informações Criminais); Lacir Baldusco, de Itapeverica da Serra; Dalvani Caraméz, de Itapeví (Coordenadora do Grupo de Comunicação Social); Paulo Henrique Barjud, de Jandira; Ayres Scorsato, de Jujutiba; Antonio Jair de Oliveira Nascimento, de Mairiporã; Junji Abe, de Mogi das Cruzes (Coordenador do Grupo de Prevenção da Violência); Celso Giglio, de Osasco (Coordenador Geral do Fórum); Raul Silveira Bueno Junior, de Pirapora do Bom Jesus; Eduardo Carlos Felipe, de Poá; Ramon Álvaro Velásquez, de Rio Grande da Serra; Francisco Rodrigues Correia, de Salesópolis; Waldemar de Brito Salomão, de Santa Isabel; Silvío Peccioli, de Santana de Parnaíba (Coordenador do Grupo de Guardas Municipais); João Avamileno, de Santo André; Maurício Soares, de São Bernardo do Campo; Luiz Olinto Tortorello, de São Caetano do Sul (Coordenador do Grupo de Acompanhamento Legislativo); Lener do Nascimento Ribeirão, São Lourenço da Serra; Estevam Galvão de Oliveira, de Suzano; e Roque de Moraes, de Vargem Grande Paulista.

O Protocolo de Intenções está aberto à assinatura de todos os prefeitos da Região Metropolitana. O Coordenador dos CONSEGS, Pierre de Freitas, da Secretaria de Segurança Pública, se prontificou a entrar em contato com os prefeitos que não compareceram à cerimônia no Palácio dos Bandeirantes para que estes pudessem assinar o Protocolo de Intenções.

##### Aquisição dos equipamentos e softwares para implementação do Protocolo de Intenções

A Prefeitura de Guarulhos fez a licitação e adquiriu os equipamentos necessários à implementação do Protocolo de Intenções. Já foram adquiridos os servidores, o Banco de Dados Oracle e a licitação para a aquisição do servidor de aplicação COLDFUSION Enterprise Server 5 Macromedia será aberta no dia 28 de agosto.

### Acompanhamento do desenvolvimento dos mapas temáticos com informações do Infocrim, que serão disponibilizados às Prefeituras

O Grupo de Tecnologia da Informação da Secretaria da Segurança Pública desenvolveu os mapas temáticos com informações do Infocrim.

### Acompanhamento da evolução das ocorrências criminais na Região Metropolitana de São Paulo

Com base nos dados divulgados pela Secretaria de estado da Segurança Pública, a Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano fez o acompanhamento do aumento e/ou diminuição das ocorrências (homicídios, roubos, furtos e roubo e furto de veículos) nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo

## **3.2. Propostas**

Assinatura do protocolo de Intenções pelos prefeitos que ainda não assinaram

Criação do Grupo de Administração do Protocolo de Intenções

Assinatura de convênios individuais entre Estado e Municípios

Disponibilização dos mapas temáticos com informações sobre ocorrências criminais na cidade de São Paulo

Expansão do Infocrim

Disponibilização dos mapas temáticos com informações sobre ocorrências criminais das demais cidades da Região Metropolitana de São Paulo



## 4. GRUPO DE TRABALHO DE GUARDAS MUNICIPAIS

### 4.1. Atividades e Resultados

Missão a Brasília (em conjunto com o Grupo de Prevenção da Violência)

Uma comissão integrada por 12 prefeitos e 2 vice-prefeitos integrantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, 1 representante do Instituto São Paulo Contra a Violência e 1 representante da Associação Paulista das Guardas Municipais se reuniu com autoridades federais, em Brasília, no dia 5 de junho de 2002.

O Objetivo da missão foi levar a autoridades federais a moção de apoio à proposta de emenda constitucional que autoriza as guardas municipais a realizar atividade de policiamento (PEC 87/99) e o Plano Metropolitano de Prevenção da Violência. Durante a missão dos prefeitos à Brasília, foram realizados os seguintes encontros:

No Poder Legislativo:

Presidente do Senado, senador Ramez Tebet;

Líder do Governo no Senado, senador José Aníbal;

Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, que se comprometeu a colocar em votação a Proposta de Emenda Constitucional 87/99, já aprovada em dois turnos no Senado Federal, assim que a pauta da Câmara for desobstruída. Disse ainda que o Plano Metropolitano de Segurança Pública servirá de exemplo e subsídio para as iniciativas legislativas referentes ao tema da segurança.

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, deputado Ronaldo Vasconcelos.

No Poder Executivo:

Chefe do Gabinete da Segurança Institucional, Alberto Cardoso

Participaram da missão a Brasília:

Celso Giglio, Prefeito de Osasco, coordenador Geral do Fórum Metropolitano  
Silvio Peccioli, Prefeito de Santana do Parnaíba, coordenador do Grupo de Guardas Municipais  
Junji Abe, Prefeito de Mogi das Cruzes, coordenador do Grupo de Prevenção da Violência

Dalvani Caraméz, Prefeita de Itapevi, coordenadora do Grupo de Comunicação Social  
Elói Pietá, Prefeito de Guarulhos, coordenador do Grupo de Informações Criminais  
Névio Luiz Dártora, Prefeito de Caieiras  
Geraldo Leite Cruz, Prefeito de Embu  
Walter Antônio Marques, de Embu Guaçu  
Roberto Seixas, Prefeito de Franco da Rocha  
Antônio Jair Oliveira Nascimento, Prefeito de Mairiporã  
Francisco Rodrigues Correia, Prefeito de Salesópolis  
Lener do Nascimento Ribeiro, Prefeito de São Lourenço da Serra  
Wayne Amaro Bilafon, Vice - Prefeito de Barueri  
Jair Diniz, Vice - Prefeito de Ribeirão Pires

Carolina Ricardo, Assessora de Projetos do Instituto São Paulo Contra a Violência, da Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano

Evaristo Silva Campos, Diretor-Presidente da Associação Paulista dos Integrantes e Funcionários das Guardas Municipais

#### Levantamento sobre as ocorrências registradas pelas guardas municipais

A Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano solicitou às Guardas Municipais de Barueri, Guarulhos, Osasco, São Bernardo, Santana do Parnaíba, Santo André e São Paulo que encaminhassem o levantamento das ocorrências registradas no ano de 2001. (ver tabela no anexo 2)

Avaliando os levantamentos recebidos, é possível constatar que o sistema de registro de ocorrências das diversas guardas não segue um padrão comum, o que dificulta a sistematização das informações e análise da atuação das guardas da Região Metropolitana de São Paulo.

#### **4.2. Propostas**

Continuar o monitoramento do trâmite da PEC 87/99 no Congresso Nacional

Formar um grupo para discutir a uniformização do sistema de registro das ocorrências das guardas municipais da Região Metropolitana

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

### **5.1. Atividades e Resultados**

O Grupo de Trabalho realizou sua primeira reunião no dia 18 de junho de 2002.<sup>1</sup> Foi formada comissão para levantamento e análise dos projetos de lei sobre assuntos de segurança pública em tramitação nas Câmaras Municipais dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A Comissão foi formada por representantes dos seguintes municípios:

São Caetano do Sul: responsável pela coleta e análise das leis e projetos da Região Sul/Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e pela análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nos municípios do interior do Estado de São Paulo e de outros Estados (já incluídos no levantamento inicial apresentado pelo Prefeito Luiz Tortorello).

Itapevi e Osasco: responsáveis pela coleta e análise das leis e projetos da Região Oeste (Barueri, Osasco, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista).

Mogi das Cruzes e Ferraz de Vasconcelos: responsáveis pela coleta e análise das leis e projetos de lei da Região Leste (Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Santa Isabel, Suzano).

Cajamar: responsável pela coleta e análise de leis e projetos da Região Norte (Guarulhos, Caieiras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha, Mairiporã).

Disponibilização no web-site do Fórum de projetos de lei sobre assuntos de segurança pública, de interesse dos municípios, em tramitação no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Disponibilização no web-site do Fórum Metropolitano do Relatório da Comissão Mista de Segurança Pública do Congresso Nacional.

### **5.2. Propostas**

Dar continuidade à coleta e análise dos projetos de lei em tramitação nas Câmaras de Vereadores dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

---

<sup>1</sup> A segunda reunião do grupo, marcada originalmente para o dia 1º de julho de 2002, foi cancelada devido à missão dos prefeitos a Brasília (relatada no item anterior deste relatório).

Definir temas sobre os quais existam projetos de leis relevantes para discussão e aprovação dos prefeitos e posicionamento do Fórum, como, por exemplo, projetos que dizem respeito à comercialização de bebidas alcoólicas.

Os municípios de Barueri, Diadema, Mauá, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, São Paulo e Suzano já possuem a “lei seca” que dispõe sobre o horário de funcionamento de bares e estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **6.1. Atividades e Resultados**

Missão a Brasília para entrega do Plano Metropolitana de Prevenção da Violência autoridades federais (em conjunto com o Grupo de Guardas Municipais; ver relatório no item 4 deste relatório).

Preparação da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro” (em conjunto com o Grupo de Comunicação Social)

Preparação do vídeo “Cidade TÔ Dentro” (em conjunto com o Grupo de Comunicação Social)

### **6.2. Propostas**

Lançamento do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência em São Paulo, dia 12 de Setembro de 2002

Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência no Parlatino – Cidade TÔ Dentro”(em conjunto com o GT de Comunicação Social), dias 12 e 13 de Setembro de 2002

Elaboração e publicação do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo

Acompanhamento da implementação do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência em cada município do Fórum Metropolitano

## **7. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **7.1. Atividades e Resultados**

Atualização do web-site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Preparação da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”

Preparação do vídeo “Cidade TÔ Dentro”, com apoio da empresa McCann-Erickson Brasil

Preparação do Boletim do Fórum Metropolitano

### **7.2. Propostas**

Realização da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”, dias 12 e 13 de setembro, no Parlatino, em São Paulo

Lançamento do vídeo “Cidade TÔ Dentro”, durante a “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”

Convite aos candidatos ao Governo do Estado para participar da abertura da Mostra, receber o Plano Metropolitano de Prevenção da Violência e expor suas propostas em relação ao papel dos municípios na área da segurança pública

Lançamento do Boletim do Fórum

**ANEXO 1 - ESTATÍSTICAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, PRIMEIRO SEMESTRE DE 2000/2001/2002**

<b>QUADRO 1: HOMICÍDIOS DOLOSOS, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002</b>					
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00(%)</b>
ARUJÁ	14	17	4	-76,47	-71,43
BARUERI	47	49	46	-6,12	-2,13
BIRITIBA MIRIM	1	1	0	-100,00	-100,00
CAIEIRAS	4	7	3	-57,14	-25,00
CAJAMAR	5	7	2	-71,43	-60,00
CARAPICUIBA	83	106	74	-30,19	-10,84
COTIA	30	37	42	13,51	40,00
DIADEMA	140	127	122	-3,94	-12,86
EMBU	76	80	96	20,00	26,32
EMBU-GUAÇU	14	19	23	21,05	64,29
FERRAZ DE VASCONCELOS	45	36	46	27,78	2,22
FRANCISCO MORATO	40	25	33	32,00	-17,50
FRANCO DA ROCHA	23	24	27	12,50	17,39
GUARAREMA	3	1	1	0,00	-66,67
GUARULHOS	269	293	302	3,07	12,27
ITAPECERICA DA SERRA	52	67	33	-50,75	-36,54
ITAPEVI	62	55	67	21,82	8,06
ITAQUAQUECETUBA	104	104	96	-7,69	-7,69
JANDIRA	23	26	25	-3,85	8,70
JUQUITIBA	6	0	1	-	-83,33
MAIRIPORÃ	13	8	11	37,50	-15,38
MAUÁ	82	99	104	5,05	26,83
MOGI DAS CRUZES	20	23	35	52,17	75,00
OSASCO	103	178	186	4,49	80,58
PIRAPORA DO BOM JESUS	2	2	1	-50,00	-50,00
POÁ	5	11	6	-45,45	20,00
RIBEIRÃO PIRES	15	12	11	-8,33	-26,67
RIO GRANDE DA SERRA	11	5	2	-60,00	-81,82
SALESÓPOLIS	0	2	0	-100,00	0,00
SANTA ISABEL	7	5	10	100,00	42,86
SANTANA DE PARNAÍBA	29	14	18	28,57	-37,93
SANTO ANDRÉ	139	131	108	-17,56	-22,30
SÃO BERNARDO DO CAMPO	186	180	122	-32,22	-34,41
SÃO CAETANO DO SUL	11	12	9	-25,00	-18,18
SÃO LOURENÇO DA SERRA	2	2	0	-100,00	-100,00
SÃO PAULO	2.660	2.716	2.433	-10,42	-8,53
SUZANO	38	47	35	-25,53	-7,89
TABOÃO DA SERRA	45	63	62	-1,59	37,78
VARGEM GRANDE PAULISTA	9	3	8	166,67	-11,11
RMSP-CAPITAL	1.758	1.878	1.771	-5,70	0,74
TOTAL RMSP	4.418	4.594	4.204	-8,49	-4,84

Fonte: SSP/SP e ISPCV

<b>QUADRO 2: HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002</b>					
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00 (%)</b>
ARUJÁ	23,65	27,55	6,28	-77,21	-73,46
BARUERI	22,57	22,53	20,48	-9,08	-9,23
BIRITIBA MIRIM	4,06	3,94	0,00	-100,00	-100,00
CAIEIRAS	5,62	9,36	3,85	-58,92	-31,51
CAJAMAR	9,85	13,36	3,68	-72,46	-62,64
CARAPICUIBA	24,09	30,20	20,70	-31,43	-14,04
COTIA	20,14	24,17	26,63	10,16	32,24
DIADEMA	39,21	35,02	33,16	-5,32	-15,44
EMBU	36,60	37,56	43,93	16,97	20,03
EMBU-GUAÇU	24,60	32,09	37,54	17,01	52,64
FERRAZ DE VASCONCELOS	31,61	24,33	30,24	24,30	-4,31
FRANCISCO MORATO	29,91	17,95	22,88	27,50	-23,50
FRANCO DA ROCHA	21,27	21,67	23,92	10,39	12,45
GUARAREMA	13,70	4,47	4,40	-1,64	-67,88
GUARULHOS	25,08	26,49	26,66	0,65	6,33
ITAPECERICA DA SERRA	40,10	49,81	23,75	-52,32	-40,77
ITAPEVI	38,17	32,52	38,53	18,47	0,95
ITAQUAQUECETEUBA	38,10	36,41	32,47	-10,83	-14,79
JANDIRA	25,05	27,29	25,53	-6,45	1,90
JUQUITIBA	22,68	0,00	3,59	-	-84,15
MAIRIPORÃ	21,63	12,87	17,09	32,76	-20,96
MAUÁ	22,57	26,65	27,53	3,30	22,00
MOGI DAS CRUZES	6,06	6,83	10,23	49,67	68,86
OSASCO	15,78	26,92	27,75	3,06	75,80
PIRAPORA DO BOM JESUS	16,14	15,53	7,50	-51,70	-53,51
POÁ	5,22	11,21	6,01	-46,44	15,07
RIBEIRÃO PIRES	14,35	11,25	10,13	-9,93	-29,43
RIO GRANDE DA SERRA	29,66	13,46	5,18	-61,52	-82,53
SALESÓPOLIS	0,00	13,61	0,00	-100,00	-
SANTA ISABEL	16,00	11,29	22,25	97,11	39,00
SANTANA DE PARNAÍBA	38,76	17,66	21,79	23,34	-43,79
SANTO ANDRÉ	21,41	20,08	16,46	-18,04	-23,11
SÃO BERNARDO DO CAMPO	26,45	25,08	16,67	-33,52	-36,98
SÃO CAETANO DO SUL	7,85	8,63	6,51	-24,56	-17,01
SÃO LOURENÇO DA SERRA	16,39	15,68	0,00	-100,00	-100,00
SÃO PAULO	25,49	25,87	22,95	-11,27	-9,96
SUZANO	16,62	19,83	14,38	-27,49	-13,46
TABOÃO DA SERRA	22,77	31,18	30,16	-3,26	32,48
VARGEM GRANDE PAULISTA	27,54	8,67	22,09	154,74	-19,79
RMSP-CAPITAL	23,61	24,62	22,73	-7,66	-3,74
TOTAL RMSP	24,71	25,34	22,86	-9,80	-7,49

Fonte: SSP/SP e ISPCV



**QUADRO 3: ROUBOS/FURTOS DE VEÍCULOS, REGIÃO METROPOLITANA  
DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002**

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var.02/00 (%)</b>
ARUJÁ	174	224	128	-42,86	-26,44
BARUERI	456	459	439	-4,36	-3,73
BIRITIBA MIRIM	12	3	6	100,00	-50,00
CAIEIRAS	61	82	88	7,32	44,26
CAJAMAR	36	38	26	-31,58	-27,78
CARAPICUIBA	651	555	631	13,69	-3,07
COTIA	664	552	537	-2,72	-19,13
DIADEMA	1.691	1.464	1.283	-12,36	-24,13
EMBU	615	504	457	-9,33	-25,69
EMBU-GUAÇU	128	197	112	-43,15	-12,50
FERRAZ DE VASCONCELOS	295	246	228	-7,32	-22,71
FRANCISCO MORATO	40	19	62	226,32	55,00
FRANCO DA ROCHA	89	94	95	1,06	6,74
GUARAREMA	42	29	27	-6,90	-35,71
GUARULHOS	3.596	3.126	3.175	1,57	-11,71
ITAPECERICA DA SERRA	333	418	250	-40,19	-24,92
ITAPEVI	246	166	205	23,49	-16,67
ITAQUAQUECETEUBA	464	569	371	-34,80	-20,04
JANDIRA	172	143	151	5,59	-12,21
JUQUITIBA	37	56	15	-73,21	-59,46
MAIRIPORÁ	75	123	78	-36,59	4,00
MAUÁ	1.116	1.169	1.230	5,22	10,22
MOGI DAS CRUZES	342	431	467	8,35	36,55
OSASCO	2.375	2.884	2.243	-22,23	-5,56
PIRAPORA DO BOM JESUS	8	11	3	-72,73	-62,50
POÁ	180	192	130	-32,29	-27,78
RIBEIRÃO PIRES	299	271	391	44,28	30,77
RIO GRANDE DA SERRA	18	15	21	40,00	16,67
SALESÓPOLIS	2	6	4	-33,33	100,00
SANTA ISABEL	99	87	88	1,15	-11,11
SANTANA DE PARNAÍBA	54	60	48	-20,00	-11,11
SANTO ANDRÉ	6.739	5.955	5.897	-0,97	-12,49
SÃO BERNARDO DO CAMPO	4.566	3.907	3.794	-2,89	-16,91
SÃO CAETANO DO SUL	1.043	1.374	1.213	-11,72	16,30
SÃO LOURENÇO DA SERRA	30	20	14	-30,00	-53,33
SÃO PAULO	62.954	54.927	49.592	-9,71	-21,23
SUZANO	377	410	393	-4,15	4,24
TABOÃO DA SERRA	749	774	673	-13,05	-10,15
VARGEM GRANDE PAULISTA	73	65	63	-3,08	-13,70
RMSP-CAPITAL	27.947	26.698	25.036	-6,23	-10,42
TOTAL RMSP	90.901	81.625	74.628	-8,57	-17,90

Fonte: SSP/SP e ISPCV

<b>QUADRO 4: ROUBOS/FURTOS DE VEÍCULO POR 100 MIL HABITANTES, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002</b>					
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00 (%)</b>
ARUJÁ	293,99	362,96	200,87	-44,66	-31,67
BARUERI	218,93	211,02	195,47	-7,37	-10,72
BIRITIBA MIRIM	48,68	11,81	23,00	94,69	-52,75
CAIEIRAS	85,65	109,70	112,84	2,86	31,74
CAJAMAR	70,92	72,55	47,84	-34,05	-32,54
CARAPICUIBA	188,92	158,10	176,54	11,67	-6,55
COTIA	445,68	360,62	340,47	-5,59	-23,61
DIADEMA	473,58	403,68	348,68	-13,62	-26,37
EMBU	296,15	236,60	209,12	-11,62	-29,39
EMBU-GUAÇU	224,89	332,68	182,83	-45,04	-18,70
FERRAZ DE VASCONCELOS	207,20	166,25	149,90	-9,84	-27,65
FRANCISCO MORATO	29,91	13,64	42,99	215,19	43,73
FRANCO DA ROCHA	82,31	84,87	84,17	-0,83	2,25
GUARAREMA	191,75	129,69	118,77	-8,42	-38,06
GUARULHOS	335,22	282,62	280,32	-0,82	-16,38
ITAPECERICA DA SERRA	256,78	310,78	179,92	-42,11	-29,93
ITAPEVI	151,45	98,16	117,89	20,10	-22,16
ITAQUAQUECETEUBA	170,00	199,22	125,48	-37,01	-26,19
JANDIRA	187,35	150,08	154,19	2,74	-17,70
JUQUITIBA	139,84	205,30	53,91	-73,74	-61,45
MAIRIPORÁ	124,77	197,95	121,20	-38,77	-2,86
MAUÁ	307,11	314,70	325,59	3,46	6,02
MOGI DAS CRUZES	103,56	128,04	136,45	6,57	31,76
OSASCO	363,93	436,21	334,60	-23,29	-8,06
PIRAPORA DO BOM JESUS	64,54	85,42	22,51	-73,65	-65,13
POÁ	187,89	195,71	130,12	-33,51	-30,74
RIBEIRÃO PIRES	286,10	253,98	360,06	41,77	25,85
RIO GRANDE DA SERRA	48,53	40,39	54,40	34,69	12,09
SALESÓPOLIS	13,93	40,83	26,69	-34,64	91,59
SANTA ISABEL	226,34	196,37	195,76	-0,31	-13,51
SANTANA DE PARNAÍBA	72,17	75,70	58,09	-23,26	-19,50
SANTO ANDRÉ	1.037,84	912,92	898,75	-1,55	-13,40
SÃO BERNARDO DO CAMPO	649,34	544,31	518,41	-4,76	-20,16
SÃO CAETANO DO SUL	744,15	988,55	877,79	-11,20	17,96
SÃO LOURENÇO DA SERRA	245,92	156,76	106,16	-32,28	-56,83
SÃO PAULO	603,34	523,16	467,85	-10,57	-22,46
SUZANO	164,85	173,00	161,47	-6,67	-2,05
TABOÃO DA SERRA	378,96	383,07	327,42	-14,53	-13,60
VARGEM GRANDE PAULISTA	223,36	187,87	173,95	-7,41	-22,12
RMSP-CAPITAL	375,41	349,96	321,36	-8,17	-14,40
TOTAL RMSP	508,43	450,27	405,79	-9,88	-20,19

Fonte: SSP/SP e ISPCV

**QUADRO 5: ROUBOS, REGIÃO METROPOLITANA  
DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002**

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00 (%)</b>
ARUJÁ	131	117	123	5,13	-6,11
BARUERI	493	455	439	-3,52	-10,95
BIRITIBA MIRIM	20	8	3	-62,50	-85,00
CAIEIRAS	119	87	119	36,78	0,00
CAJAMAR	63	77	54	-29,87	-14,29
CARAPICUIBA	894	658	830	26,14	-7,16
COTIA	595	545	458	-15,96	-23,03
DIADEMA	1.092	1.288	1.244	-3,42	13,92
EMBU	381	485	458	-5,57	20,21
EMBU-GUAÇU	93	187	74	-60,43	-20,43
FERRAZ DE VASCONCELOS	434	322	362	12,42	-16,59
FRANCISCO MORATO	249	255	233	-8,63	-6,43
FRANCO DA ROCHA	222	196	187	-4,59	-15,77
GUARAREMA	30	21	23	9,52	-23,33
GUARULHOS	2.933	2.576	2.776	7,76	-5,35
ITAPECERICA DA SERRA	268	320	263	-17,81	-1,87
ITAPEVI	406	510	348	-31,76	-14,29
ITAQUAQUECETEUBA	639	605	597	-1,32	-6,57
JANDIRA	266	226	255	12,83	-4,14
JUQUITIBA	31	22	15	-31,82	-51,61
MAIRIPORÁ	103	101	79	-21,78	-23,30
MAUÁ	813	797	788	-1,13	-3,08
MOGI DAS CRUZES	880	714	645	-9,66	-26,70
OSASCO	2.396	2.365	2.208	-6,64	-7,85
PIRAPORA DO BOM JESUS	10	4	9	125,00	-10,00
POÁ	276	258	346	34,11	25,36
RIBEIRÃO PIRES	231	223	258	15,70	11,69
RIO GRANDE DA SERRA	47	40	53	32,50	12,77
SALESÓPOLIS	7	4	4	0,00	-42,86
SANTA ISABEL	66	64	53	-17,19	-19,70
SANTANA DE PARNAÍBA	98	102	111	8,82	13,27
SANTO ANDRÉ	2.753	3.311	3.168	-4,32	15,07
SÃO BERNARDO DO CAMPO	2.741	2.679	2.503	-6,57	-8,68
SÃO CAETANO DO SUL	549	602	591	-1,83	7,65
SÃO LOURENÇO DA SERRA	10	13	11	-15,38	10,00
SÃO PAULO	53.280	55.489	61.191	10,28	14,85
SUZANO	526	435	448	2,99	-14,83
TABOÃO DA SERRA	557	733	710	-3,14	27,47
VARGEM GRANDE PAULISTA	95	52	79	51,92	-16,84
RMSP-CAPITAL	21.517	21.457	20.925	-2,48	-2,75
TOTAL RMSP	74.797	76.946	82.116	6,72	9,79

Fonte: SSP/SP e ISPCV

<b>QUADRO 6: ROUBOS POR 100 MIL HABITANTES REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002</b>					
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00 (%)</b>
ARUJÁ	221,34	189,58	193,03	1,82	-12,79
BARUERI	236,70	209,19	195,47	-6,56	-17,42
BIRITIBA MIRIM	81,13	31,50	11,50	-63,49	-85,82
CAIEIRAS	167,09	116,39	152,59	31,10	-8,68
CAJAMAR	124,11	147,00	99,37	-32,40	-19,94
CARAPICUIBA	259,43	187,44	232,22	23,89	-10,49
COTIA	399,36	356,04	290,38	-18,44	-27,29
DIADEMA	305,83	355,15	338,08	-4,81	10,55
EMBU	183,47	227,68	209,58	-7,95	14,23
EMBU-GUAÇU	163,40	315,79	120,80	-61,75	-26,07
FERRAZ DE VASCONCELOS	304,82	217,62	238,00	9,37	-21,92
FRANCISCO MORATO	186,18	183,05	161,55	-11,74	-13,23
FRANCO DA ROCHA	205,32	176,97	165,68	-6,38	-19,31
GUARAREMA	136,96	93,91	101,17	7,73	-26,13
GUARULHOS	273,42	232,90	245,09	5,23	-10,36
ITAPECERICA DA SERRA	206,65	237,92	189,27	-20,45	-8,41
ITAPEVI	249,95	301,59	200,13	-33,64	-19,93
ITAQUAQUECETEUBA	234,12	211,83	201,92	-4,68	-13,75
JANDIRA	289,74	237,19	260,39	9,78	-10,13
JUQUITIBA	117,16	80,65	53,91	-33,16	-53,99
MAIRIPORÁ	171,35	162,55	122,76	-24,48	-28,36
MAUÁ	223,73	214,55	208,59	-2,78	-6,77
MOGI DAS CRUZES	266,47	212,11	188,46	-11,15	-29,28
OSASCO	367,15	357,71	329,38	-7,92	-10,29
PIRAPORA DO BOM JESUS	80,68	31,06	67,52	117,37	-16,31
POÁ	288,10	262,98	346,33	31,69	20,21
RIBEIRÃO PIRES	221,04	209,00	237,58	13,68	7,49
RIO GRANDE DA SERRA	126,72	107,70	137,29	27,48	8,35
SALESÓPOLIS	48,76	27,22	26,69	-1,96	-45,26
SANTA ISABEL	150,89	144,46	117,90	-18,38	-21,86
SANTANA DE PARNAÍBA	130,97	128,69	134,34	4,39	2,58
SANTO ANDRÉ	423,97	507,59	482,83	-4,88	13,88
SÃO BERNARDO DO CAMPO	389,80	373,23	342,01	-8,36	-12,26
SÃO CAETANO DO SUL	391,70	433,12	427,68	-1,26	9,19
SÃO LOURENÇO DA SERRA	81,97	101,90	83,41	-18,14	1,75
SÃO PAULO	510,63	528,51	577,27	9,23	13,05
SUZANO	230,01	183,55	184,07	0,28	-19,97
TABOÃO DA SERRA	281,82	362,78	345,42	-4,79	22,57
VARGEM GRANDE PAULISTA	290,67	150,30	218,12	45,13	-24,96
RMSP-CAPITAL	289,03	281,26	268,59	-4,50	-7,07
TOTAL RMSP	418,36	424,46	446,51	5,19	6,73

Fonte: SSP/SP e ISPCV

**QUADRO 7: FURTOS. REGIÃO METROPOLITANA  
DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002**

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00 (%)</b>
ARUJÁ	103	230	194	-15,65	88,35
BARUERI	661	800	763	-4,63	15,43
BIRITIBA MIRIM	120	53	51	-3,77	-57,50
CAIEIRAS	125	185	165	-10,81	32,00
CAJAMAR	170	215	227	5,58	33,53
CARAPICUIBA	812	1.057	1.096	3,69	34,98
COTIA	687	668	722	8,08	5,09
DIADEMA	792	1.151	1.340	16,42	69,19
EMBU	344	347	489	40,92	42,15
EMBU-GUAÇU	194	266	253	-4,89	30,41
FERRAZ DE VASCONCELOS	286	360	366	1,67	27,97
FRANCISCO MORATO	210	360	391	8,61	86,19
FRANCO DA ROCHA	295	399	402	0,75	36,27
GUARAREMA	101	119	106	-10,92	4,95
GUARULHOS	2.035	3027	3.526	16,48	73,27
ITAPECERICA DA SERRA	256	356	340	-4,49	32,81
ITAPEVI	544	650	620	-4,62	13,97
ITAQUAQUECETEUBA	533	633	751	18,64	40,90
JANDIRA	299	299	369	23,41	23,41
JUQUITIBA	182	167	166	-0,60	-8,79
MAIRIPORÁ	279	521	416	-20,15	49,10
MAUÁ	926	1.255	1.282	2,15	38,44
MOGI DAS CRUZES	1.838	2.083	2.307	10,75	25,52
OSASCO	2.637	2.518	2.345	-6,87	-11,07
PIRAPORA DO BOM JESUS	40	54	64	18,52	60,00
POÁ	376	450	401	-10,89	6,65
RIBEIRÃO PIRES	447	536	601	12,13	34,45
RIO GRANDE DA SERRA	103	195	160	-17,95	55,34
SALESÓPOLIS	52	39	71	82,05	36,54
SANTA ISABEL	155	315	296	-6,03	90,97
SANTANA DE PARNAÍBA	185	238	247	3,78	33,51
SANTO ANDRÉ	2.453	3.302	3.530	6,90	43,91
SÃO BERNARDO DO CAMPO	2.341	2.890	3.197	10,62	36,57
SÃO CAETANO DO SUL	722	947	842	-11,09	16,62
SÃO LOURENÇO DA SERRA	44	51	71	39,22	61,36
SÃO PAULO	50.836	56.395	59.981	6,36	17,99
SUZANO	1.019	984	1.089	10,67	6,87
TABOÃO DA SERRA	456	598	598	0,00	31,14
VARGEM GRANDE PAULISTA	120	164	160	-2,44	33,33
RMSP-CAPITAL	22.942	28.482	30.014	5,38	30,83
TOTAL RMSP	73.778	84.877	89.995	6,03	21,98

Fonte: SSP/SP e ISPCV

<b>QUADRO 8: FURTOS POR 100 MIL HABITANTES, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1º SEMESTRE DE 2000/2001/2002</b>					
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Var. 02/01 (%)</b>	<b>Var. 02/00 (%)</b>
ARUJÁ	174,03	372,68	304,45	-18,31	74,94
BARUERI	317,36	367,80	339,74	-7,63	7,05
BIRITIBA MIRIM	486,76	208,70	195,50	-6,33	-59,84
CAIEIRAS	175,51	247,49	211,57	-14,52	20,55
CAJAMAR	334,90	410,46	417,72	1,77	24,73
CARAPICUIBA	235,64	301,10	306,64	1,84	30,13
COTIA	461,11	436,40	457,76	4,89	-0,73
DIADEMA	221,81	317,37	364,17	14,74	64,18
EMBU	165,65	162,90	223,76	37,36	35,08
EMBU-GUAÇU	340,85	449,20	412,99	-8,06	21,16
FERRAZ DE VASCONCELOS	200,88	243,30	240,63	-1,10	19,79
FRANCISCO MORATO	157,02	258,42	271,10	4,91	72,65
FRANCO DA ROCHA	272,84	360,26	356,16	-1,14	30,54
GUARAREMA	461,10	532,18	466,28	-12,38	1,12
GUARULHOS	189,71	273,67	311,31	13,75	64,10
ITAPECERICA DA SERRA	197,40	264,68	244,69	-7,55	23,95
ITAPEVI	334,91	384,38	356,55	-7,24	6,46
ITAQUAQUECETEUBA	195,28	221,63	254,01	14,61	30,07
JANDIRA	325,68	313,80	376,80	20,08	15,69
JUQUITIBA	687,86	612,24	596,59	-2,56	-13,27
MAIRIPORÁ	464,14	838,48	646,42	-22,91	39,27
MAUÁ	254,82	337,85	339,35	0,45	33,17
MOGI DAS CRUZES	556,56	618,80	674,07	8,93	21,11
OSASCO	404,08	380,85	349,82	-8,15	-13,43
PIRAPORA DO BOM JESUS	322,71	419,32	480,12	14,50	48,78
POÁ	392,48	458,69	401,38	-12,49	2,27
RIBEIRÃO PIRES	427,72	502,34	553,44	10,17	29,39
RIO GRANDE DA SERRA	277,70	525,03	414,46	-21,06	49,25
SALESÓPOLIS	362,19	265,41	473,74	78,49	30,80
SANTA ISABEL	354,37	711,01	658,47	-7,39	85,81
SANTANA DE PARNAÍBA	247,23	300,27	298,94	-0,44	20,91
SANTO ANDRÉ	377,77	506,21	538,00	6,28	42,41
SÃO BERNARDO DO CAMPO	332,92	402,62	436,84	8,50	31,21
SÃO CAETANO DO SUL	515,13	681,33	609,31	-10,57	18,28
SÃO LOURENÇO DA SERRA	360,69	399,75	538,37	34,68	49,26
SÃO PAULO	487,20	537,14	565,86	5,35	16,14
SUZANO	445,58	415,21	447,44	7,76	0,42
TABOÃO DA SERRA	230,72	295,97	290,93	-1,70	26,10
VARGEM GRANDE PAULISTA	367,16	474,02	441,77	-6,80	20,32
RMSP-CAPITAL	308,18	373,34	385,25	3,19	25,01
TOTAL RMSP	412,66	468,21	489,35	4,52	18,58

Fonte: SSP/SP e ISPCV

**ANEXO 2 – QUADRO DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR GUARDAS MUNICIPAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 2001**

<b>AMOSTRA DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELAS GUARDAS MUNICIPAIS</b>							
<b>MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2001</b>							
<b>Tipos de Ocorrências</b>	<b>Barueri</b>	<b>Guarulhos</b>	<b>Osasco</b>	<b>S. André</b>	<b>S. B. Campo</b>	<b>S. Paulo</b>	<b>S. Parnaíba</b>
Mortes Violentas (1)	194	20	209	39	41	127	51
Armas (2)	34	11	12	22	nd*	104	6
Crianças/Adolescentes (3)	139	14	24	87	178	364	17
Drogas (4)	28	5	13	6	7	205	3
Furtos (5)	241	28	32	871	110	276	24
Roubos (6)	388	49	59	574	254	426	30
Trânsito (7)	1700	198	314	347	387	647	163
Veículos (8)	320	44	111	213	71	231	58
Desentendimento (9)	878	43	16	48	111	226	44
Agressão	320	nd*	125	66	nd*	247	29
Lesão Corporal	96	46	33	9	108	163	42
Auxílio ao Público (10)	3497	469	489	2246	863	1197	388
<b>Fontes:</b> Guardas Municipais de Barueri, Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo e Santana de Parnaíba							
(1) Inclui encontro de cadáver, homicídio e tentativa e suicídio e tentativa							
(2) Inclui apreensão, disparo, ferimento e porte ilegal							
(3) Inclui Conselho Tutelar, ato infracional, abandonados, corrupção, desaparecidos e localizados							
(4) Inclui tráfico e porte							
(5) Inclui furto e tentativa							
(6) Inclui roubo e tentativa							
(7) Inclui atropelamento, acidentes com e sem vítimas e infração							
(8) Inclui localização e apreensão							
(9) Inclui desentendimento, desinteligência e desordem							
(10) Inclui auxílio ao público e eventos							
* Não disponível							

## **ANEXO 3**

### **PROJETO GUIA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - PROPOSTA PRELIMINAR**

#### **I – RESUMO DO PROJETO**

O Projeto Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da cultura de prevenção da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, através da disseminação de informações sobre políticas, programas e ações de prevenção da violência implementados por organizações governamentais e/ou não governamentais. A disseminação de informações será feita através de uma publicação –o Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo– contendo informações básicas sobre 100 experiências bem-sucedidas e/ou promissoras de prevenção da violência, desenvolvidas por organizações governamentais e/ou não governamentais, na Região Metropolitana de São Paulo. A primeira edição do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo será publicada no primeiro semestre de 2003, com informações coletadas em 2002. O Guia deverá ser atualizado e reeditado a cada 2 anos.

#### **II – INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA – [www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA – [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

#### **III - DADOS DO PROJETO**

##### **Objetivo Geral:**

- Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, a partir da disseminação de informações sobre políticas, programas e ações de prevenção da violência implementados por organizações governamentais e/ou organizações não governamentais.

##### **Objetivos Específicos:**

- Identificar 100 experiências bem sucedidas ou promissoras de prevenção da violência, realizadas por organizações governamentais e/ou não governamentais, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo;
- Monitorar a implementação e os resultados das experiências de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo;
- Incentivar a sistematização, análise e troca de informações sobre experiências de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo;
- Incentivar o desenvolvimento de políticas, programas e ações de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.



### Metodologia:

Para que o projeto possa contribuir efetivamente para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, é importante o envolvimento das prefeituras municipais, através do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, na elaboração e distribuição do Guia Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo e, principalmente, na sua utilização como instrumento de apoio na formulação, implementação e monitoramento de políticas, programas e ações municipais de prevenção da violência.

Na implementação do projeto, o Instituto São Paulo Contra a Violência, com a colaboração do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, deverá desenvolver as seguintes ações:

- Realizar pesquisa para coletar informações sobre experiências de prevenção da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- Realizar análise comparativa destas experiências de prevenção da violência e selecionar 100 experiências exitosas ou promissoras;
- Elaborar a primeira edição do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo.
- Organizar seminários regionais para lançamento do Guia na Cidade de São Paulo e nas demais cidades da região Metropolitana.

### Resultados Esperados:

1. Publicação da primeira edição do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo.

#### Título do Guia:

Cidade To Dentro – Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo

#### Sumário do Guia:

1. Apresentação
2. A Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo
  - 2.1. Conceito de Prevenção
  - 2.2. Fatores de Risco
  - 2.3. Estratégias de Prevenção
3. Breve apresentação de 100 experiências de prevenção da violência

2. Realização de cinco seminários regionais para lançamento do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo.

## **ANEXO 4**

### **“MOSTRA METROPOLITANA DE ARTE E CULTURA CONTRA A VIOLÊNCIA CIDADE TÔ DENTRO”**

A Mostra Metropolitana é um evento realizado pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública e consiste em uma exposição de trabalhos realizados por crianças para o 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, no dia 18 de maio de 2002, além de um jornada de apresentações de atividades culturais relacionadas com a prevenção da violência existentes nos municípios da região metropolitana de São Paulo.

**OBJETIVO:** O objetivo da Mostra é concentrar e expor as atividades culturais realizadas nos municípios da região metropolitana de São Paulo, bem como reunir e dar visibilidade aos trabalhos realizados por crianças e jovens dessas cidades e proporcionar atividades culturais para o público que visitá-la. Será também lançado oficialmente e entregue às autoridades presentes o Plano Metropolitano de Prevenção da Violência e será apresentado o filme “Cidade TÔ Dentro”.

**PÚBLICO ALVO:** Alunos da rede escolar municipal e estadual, ONGs, técnicos das prefeituras, autoridades e quaisquer outros interessados.

**DATA:** 12 e 13 de Setembro de 2002 **HORÁRIO:** 9h às 18h

**LOCAL:** Parlamento Latino Americano (Parlatino), São Paulo, Capital

#### **PROGRAMA PRELIMINAR:**

##### **1º Dia:**

##### **Manhã - Abertura**

9h Café da Manhã com Autoridades e Abertura da Exposição

9h30 Apresentação Cultural

10h Abertura Solene e Lançamento Oficial do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência

- Entrega do Plano ao governador, aos secretários e aos Candidatos ao governo do estado presentes

11h Apresentação do filme “Cidade TÔ Dentro”

11h30 Apresentação Cultural

12h Pausa para Almoço

##### **Tarde – Apresentações Culturais** (ver lista de apresentações abaixo)

14h – 16h 1º Ciclo de apresentações

16h – 18h 2º Ciclo de apresentações

##### **2º Dia:**

10h – 12h 1º Ciclo de apresentações

12h Almoço

14h – 16h 2º Ciclo de apresentações

16h – 18h 3º Ciclo de apresentações

**Público Previsto para a Abertura:**

- prefeitos do Fórum Metropolitano
- autoridades (deputados da assembléia legislativa, secretários de estado, ministros, governador, candidatos ao governo do estado, outros)
- representantes de ONGs

**Lista das apresentações artístico-culturais desenvolvidas com grupos de jovens e crianças e outros grupos em situação de risco de violência por prefeituras e ONGs:**

- Orquestra Municipal de Barueri com hip hop
- Apresentação de DJ de Hip Hop - Diadema
- Projeto Brincantar, coral de crianças acompanhadas pela banda municipal -Embu
- Escola Livre de Música - Embu
- Apresentação de teatro sobre prevenção da violência no trânsito - Guarulhos
- Grupo de Dança do Pq. Paraíso – Itapecerica da Serra;
- Grupo de Percussão-Folclore Brasileiro - Itapecerica da Serra
- Orquestra Infanto-Juvenil de Itapecerica da Serra
- Projeto Participação Jovem, apresentação de Coreografia: “Jogaram uma Bomba! Basta! Vamos colocar um fim nisso!” - Itapevi
- Banda Municipal de Itapevi
- Coral de Flautas - Itapevi
- Street dance – Mogi das Cruzes
- Canarinhos do Itapety – Mogi das Cruzes
- Viva Cidade – Grafite e Arte - Osasco
- Projeto Eremim, ciranda e bumba meu boi - (ONG de Osasco)
- Projeto Guri apresentação musical - Osasco
- Grupo Experimental de Dança – Ribeirão Pires
- Dança – Santana de Parnaíba
- Coral Municipal – Santana de Parnaíba
- Grupo Integrarte (dança) – São Bernardo do Campo
- Juventude Cidadã – Oficina de Teatro “A gente não de Acostuma – São Bernardo do Campo
- Fundação Criança, apresentação teatral “A família” – fundação de São Bernardo do Campo
- Projeto Arte na Rua – São Caetano do Sul
- Teatro Suburbano Coração - Suzano
- Coral - Suzano
- Pagode cultural - Suzano
- Escola Municipal de Música – Vargem Grande Paulista
- Radio escola.vjp – Vargem Grande Paulista

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA:**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
CELSO GIGLIO

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
JUNJI ABE

COORDENADORA GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DALVANI CARAMEZ

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
LUIZ TORTORELLO

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA  
Av. Paulista, 119/ 5º andar  
CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708  
[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
Helena Massi  
Mariana Kiefer Kruchin

Colaboração da Equipe SPCV:

Ronildo Machado  
João Marcelo de Aguirre Furlan  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 6**  
**22/08/2002 A 27/11/2002**

**28 DE NOVEMBRO DE 2002**

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 6**

**22/08/2002 A 27/11/2002**

#### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
3. GT GUARDAS MUNICIPAIS
4. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
5. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
6. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

#### **ANEXOS**

1. ESTATÍSTICAS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, JANEIRO A SETEMBRO DE 2000, 2001 E 2002
2. PROPOSTA DO SISTEMA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DAS GUARDAS MUNICIPAIS
3. LEGISLAÇÃO SOBRE HORÁRIO DE FECHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM BEBIDAS ALCOÓLICAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 22 de agosto de 2002 a 27 de novembro de 2002. O relatório apresenta também propostas de ações para o próximo trimestre.

Durante este trimestre, os principais resultados foram:

- a) a entrega, pela Prefeitura de Guarulhos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, dos equipamentos necessários para implementação do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e os Municípios da Região Metropolitana referente à disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para subsidiar o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência;
- b) a elaboração de uma proposta de sistema de registro de ocorrências para as guardas municipais da região metropolitana, pelo grupo de trabalho das guardas municipais;
- c) a realização de uma avaliação preliminar da implantação da lei de fechamento de bares em onze municípios da região metropolitana, pelo grupo de trabalho de acompanhamento legislativo.

Durante os meses de agosto, setembro e outubro, conforme decisão da plenária realizada em 22 de agosto, os GTs de Comunicação Social e de Prevenção da Violência trabalharam na organização da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência”. No entanto, depois de sucessivos adiamentos, devido à dificuldade organizar a mostra durante o período de campanha eleitoral, e à baixa adesão dos municípios, a comissão organizadora do evento e os coordenadores do Fórum Metropolitano decidiram cancelar a realização da mostra.

O relatório apresenta também os dados referentes às ocorrências de homicídio, roubo e furto de veículo, roubo e furto, em cada município da Região Metropolitana de São Paulo, nos três primeiros trimestres dos anos de 2000, 2001, 2002 (anexo 1). Com base nestas estatísticas, é possível verificar que, de 2000 para 2002:

- Na Região Metropolitana de São Paulo, houve diminuição do número de ocorrências de homicídio (24,4%) e de roubo e furto de veículo (20,2%);
- Na Região Metropolitana de São Paulo, houve aumento do número de ocorrências de roubo (6,1%) e de furto (22,0%);
- 27 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo tiveram queda no número de ocorrências de homicídios;
- 34 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo tiveram queda no número de ocorrência de roubo e furto de veículos;
- 28 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo tiveram queda no número de ocorrências de roubo;
- 37 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo tiveram aumento no número de ocorrências de furto.

A partir desse resultado é possível verificar uma tendência geral de queda no número de ocorrências de homicídio e roubo e furto de veículos, que têm o menor índice de sub-notificação. As ocorrências de roubo e principalmente furto aumentaram. No caso dos furtos, houve uma tendência geral de aumento das ocorrências na região metropolitana. No caso dos roubos, houve uma queda na maioria dos municípios, mas não no conjunto da região metropolitana, devido ao aumento das ocorrências de roubo em diversos municípios, inclusive a Capital. O aumento dos roubos e dos furtos pode refletir o aumento das ocorrências destes tipos de crime, o aumento da notificação destes tipos de ocorrência pelas vítimas para a polícia ou ainda o aumento do registro destes tipos de ocorrência pela polícia.

## **2. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

### **2.1. Atividades e Resultados**

Entrega, pela Prefeitura de Guarulhos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, dos equipamentos necessários para implementação do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e os Municípios da Região Metropolitana referente à disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para subsidiar o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência. A entrega dos equipamentos para Secretaria da Segurança Pública foi realizada no dia 14 de outubro de 2002. Os equipamentos registraram problemas de funcionamento, que já foram solucionados pelos técnicos da empresa. A Secretaria da Segurança Pública está preparando os equipamentos para disponibilizar os mapas do Sistema Infocrim para as Prefeituras.

### **2.2. Propostas**

Implantação imediata do Grupo de Administração do Protocolo de Intenções.

Disponibilizar imediatamente os mapas do Sistema Infocrim para o Município de São Paulo.

Expansão imediata do Sistema Infocrim para todos os Municípios da Região Metropolitana.

Disponibilizar os mapas do Sistema Infocrim para todos os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo até 31 de dezembro de 2002.



### **3. GRUPO DE TRABALHO DE GUARDAS MUNICIPAIS**

#### **3.1. Atividades e Resultados**

O Grupo de Trabalho das Guardas Municipais preparou uma proposta de um sistema de registro de ocorrências para as guardas municipais da região metropolitana, para ser discutido e aprovado na reunião plenária do Fórum Metropolitano.

Para a preparação da proposta, o grupo de trabalho formou uma comissão composta por representantes das guardas municipais de Barueri, Guarulhos, Osasco, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo, que se reuniu em São Bernardo do Campo no dia 08 de novembro e em São Paulo no dia 13 de dezembro. O objetivo desses dois encontros foi discutir e avaliar o sistema de registro das ocorrências das guardas municipais, e preparar uma proposta de sistema de registro de ocorrências para ser discutida e aprovada pelo grupo de trabalho, que se reuniu em Santana de Parnaíba no dia 20 de novembro.

O Instituto São Paulo Contra a Violência sistematizou todos os tipos de ocorrências registradas pelas guardas de Barueri, Guarulhos, Osasco, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo, chegando a um total de mais 400 tipos diferentes de ocorrências e identificou os tipos de ocorrências registrados por 4 ou mais guardas. Com base nesse levantamento, a comissão definiu um quadro básico de ocorrências para ser apresentado na reunião do grupo de trabalho em Santana de Parnaíba.

No dia 20 de novembro o grupo de trabalho se reuniu em Santana de Parnaíba para finalizar a proposta de um sistema padronizado de registro de ocorrências pelas guardas. Participaram da reunião representantes de 16 guardas municipais: Arujá, Barueri, Embu, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Vargem Grande Paulista, além de representantes do Instituto São Paulo Contra a Violência, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e da Polícia Militar. O grupo de trabalho discutiu a proposta preliminar apresentada pela comissão, fez as alterações necessárias e aprovou uma proposta de sistema de registro com um quadro básico de 69 tipos de ocorrências (ver anexo 2).

No processo de elaboração desta proposta, o grupo de trabalho procurou identificar um conjunto de ocorrências que fosse capaz de refletir as principais atividades do conjunto das guardas municipais. O grupo de trabalho decidiu que cada guarda municipal poderia, a partir de um quadro básico de ocorrências, acrescentar outros tipos de ocorrência e/ou desagregar em sub-tipos os tipos de ocorrência deste quadro básico, para atender suas necessidades específicas no que se refere ao registro de ocorrências.

O grupo de trabalho levou em consideração não apenas os sistemas de registro de ocorrências das guardas, mas ainda os sistemas da polícia militar e da polícia civil, visando promover a integração e intercâmbio de informações entre as guardas municipais e as polícias estaduais.

O grupo de trabalho recomendou que, após a aprovação da proposta pela plenária do Fórum, deve ser elaborada a definição de cada um dos 69 tipos de ocorrência do quadro básico. Recomendou ainda que houvesse uma padronização dos formulários de registro de ocorrências das guardas municipais da região metropolitana.

### **3.2. Propostas**

Aprovar a proposta do sistema de registro de ocorrências das guardas municipais, apresentada pelo Grupo de Trabalho das Guardas Municipais.

Definir um prazo para implantação do sistema padrão de registro de ocorrências nas guardas municipais da região metropolitana.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **4.1. Atividades e Resultados**

Preparação da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”. A Mostra acabou sendo cancelada em decorrência da baixa adesão dos municípios e das dificuldades operacionais em virtude do período eleitoral.

### **4.2. Propostas**

Acompanhamento da implementação das diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência em cada município do Fórum Metropolitano

Buscar financiamento para elaboração e publicação do Guia de Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo

Monitorar a formulação, implementação e atualização de planos municipais de prevenção da violência na região metropolitana.

Realizar oficinas regionais na Área Metropolitana para incentivar o desenvolvimento de planos municipais de prevenção da violência e a implementação das diretrizes do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, nos moldes da oficina realizada no CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima, em março de 2002.

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **5.1. Atividades e Resultados**

Atualização do web-site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Preparação da “Mostra Metropolitana de Arte e Cultura Contra a Violência – Cidade TÔ Dentro”. A Mostra acabou sendo cancelada em decorrência da baixa adesão dos municípios e das dificuldades operacionais em virtude do período eleitoral.

### **5.2. Propostas**

Criar uma comissão para cuidar da atualização do web-site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

### **6.1. Atividades e Resultados**

No dia 26 de setembro a prefeitura de Barueri organizou o I Encontro Intermunicipal “Álcool, Bares e Violência”. Participaram do evento os municípios de Diadema, Jandira, Itapevi, Suzano e Barueri, todos membros do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, além de Ceilândia, no Distrito Federal.

Todas essas cidades já iniciaram a implementação da chamada “Lei Seca”, que dispõe sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas. Com exceção de Ceilândia, todas essas cidades determinam que os estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas devem fechar às 23h. O objetivo maior dessa medida é prevenir a violência, especialmente homicídios, lesões corporais, violência doméstica e acidentes de trânsito, cujos índices aumentam bastante durante a madrugada.

Na Região Metropolitana de São Paulo, além dos municípios de Barueri, Diadema, Itapevi, Jandira e Suzano, os municípios de Itapeverica da Serra, Juquitiba, Mauá, São Paulo, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra também aprovaram a lei e em Osasco o projeto de lei foi aprovado pela Câmara Municipal e em Embu foi apresentado à Câmara pelo prefeito. (ver legislação no anexo 3).

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo se reuniu no dia 18 de novembro em São Caetano do Sul para avaliar as leis municipais sobre segurança pública e prevenção da violência existentes nas cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Participaram da reunião os prefeitos de São Caetano do Sul, Luiz Olinto Tortorello, de Salesópolis, Francisco Rodrigues Correia, representantes dos municípios de Barueri, Cajamar, Diadema, Embu, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Mauá, Osasco, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo, Suzano e Vargem Grande Paulista, além de representantes do Instituto São Paulo Contra a Violência e do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

O grupo de trabalho chegou à conclusão que os municípios não possuem muitas leis específicas sobre segurança pública e prevenção da violência –o que ressalta o caráter inovador das leis que regulam o horário de funcionamento dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas. Os representantes de Barueri, Diadema e Suzano afirmaram que ocorrências criminais, como homicídios, acidentes de trânsito e violência doméstica, efetivamente começaram a diminuir no período noturno após a implementação da lei estabelecendo horário para fechamento dos bares.

Além da questão do horário de funcionamento de bares, o grupo de trabalho discutiu a necessidade de intensificar a fiscalização sobre desmanches e a localização e apreensão de motos irregulares e/ou roubadas, em virtude da forte relação dos desmanches com o crime de receptação e do uso de motos irregulares e/ou roubadas com roubos e seqüestros.

O coordenador do grupo de trabalho Luiz Olinto Tortorello, prefeito de São Caetano do Sul, apresentou um documento contendo propostas e sugestões a serem encaminhadas ao Ministério da Justiça, relativas à regulamentação de desmanches e de locações residenciais, com o objetivo de coibir a prática de seqüestro e da locação de imóveis para uso como cativeiro de pessoas seqüestradas.

## **6.2. Propostas**

Promover a adoção e a implementação de lei municipal regulamentando o horário de fechamento de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, respeitando as peculiaridades de cada cidade, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Criar um sistema de monitoramento e avaliação dos resultados das leis que regulam o horário de funcionamento de estabelecimentos que vendem bebida alcoólica, em parceria com o grupo de prevenção da violência.

**ANEXO 1 – ESTATÍSTICAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA – RMSP, 2000 - 2002**

**Tabela 1 – Ocorrências de Homicídio, Região Metropolitana de São Paulo, 2000-2002**

	Jan-Set 00	Jan-Set 01	Jan-Set 02	Var.(%) 00-01	Var.(%) 01-02	Var.(%) 00-02
<b>Arujá</b>	22	21	6	-4,55	-71,43	-72,73
<b>Barueri</b>	69	65	68	-5,80	4,62	-1,45
<b>Biritiba Mirim</b>	1	1	1	0,00	0,00	0,00
<b>Caieiras</b>	8	10	8	25,00	-20,00	0,00
<b>Cajamar</b>	12	10	5	-16,67	-50,00	-58,33
<b>Carapicuíba</b>	120	150	113	25,00	-24,67	-5,83
<b>Cotia</b>	43	64	61	48,84	-4,69	41,86
<b>Diadema</b>	206	181	156	-12,14	-13,81	-24,27
<b>Embu</b>	110	136	137	23,64	0,74	24,55
<b>Embu-Guaçu</b>	21	25	32	19,05	28,00	52,38
<b>Ferraz de Vasconcelos</b>	64	44	58	-31,25	31,82	-9,38
<b>Francisco Morato</b>	56	41	48	-26,79	17,07	-14,29
<b>Franco da Rocha</b>	28	33	36	17,86	9,09	28,57
<b>Guararema</b>	3	1	2	-66,67	100,00	-33,33
<b>Guarulhos</b>	401	390	444	-2,74	13,85	10,72
<b>Itapecerica da Serra</b>	74	86	47	16,22	-45,35	-36,49
<b>Itapevi</b>	96	89	90	-7,29	1,12	-6,25
<b>Itaquaquetuba</b>	158	148	144	-6,33	-2,70	-8,86
<b>Jandira</b>	33	44	39	33,33	-11,36	18,18
<b>Juquitiba</b>	6	3	5	-50,00	66,67	-16,67
<b>Mairiporã</b>	19	9	14	-52,63	55,56	-26,32
<b>Mauá</b>	130	136	135	4,62	-0,74	3,85
<b>Mogi das Cruzes</b>	39	31	46	-20,51	48,39	17,95
<b>Osasco</b>	166	250	274	50,60	9,60	65,06
<b>Pirapora do Bom Jesus</b>	4	2	2	-50,00	0,00	-50,00
<b>Poá</b>	8	15	10	87,50	-33,33	25,00
<b>Ribeirão Pires</b>	23	15	18	-34,78	20,00	-21,74
<b>Rio Grande da Serra</b>	13	5	3	-61,54	-40,00	-76,92
<b>Salesópolis</b>	1	2	0	100,00	-100,00	-100,00
<b>Santa Isabel</b>	10	5	12	-50,00	140,00	20,00
<b>Santana do Parnaíba</b>	42	24	27	-42,86	12,50	-35,71
<b>Santo André</b>	201	170	151	-15,42	-11,18	-24,88
<b>São Bernardo</b>	273	220	177	-19,41	-19,55	-35,16
<b>São Caetano do Sul</b>	14	16	10	14,29	-37,50	-28,57
<b>São Lourenço da Serra</b>	2	3	0	50,00	-100,00	-100,00
<b>São Paulo</b>	5.319	4.285	3.472	-19,44	-18,97	-34,72
<b>Suzano</b>	66	66	56	0,00	-15,15	-15,15
<b>Taboão da Serra</b>	66	93	90	40,91	-3,23	36,36
<b>Vargem Grande</b>	13	10	9	-23,08	-10,00	-30,77
<b>RMSP-Capital</b>	2.621	2.614	2.534	-0,27	-3,06	-3,32
<b>RMSP</b>	7.940	6.899	6.006	-13,11	-12,94	-24,36

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança

**Tabela 2 – Ocorrências de Roubo e Furto de Veículos,**

	Jan-Set 00	Jan-Set 01	Jan-Set 02	Var.(%) 00-01	Var.(%) 01-02	Var.(%) 00-02
<b>Arujá</b>	267	289	167	8,24	-42,21	-37,45
<b>Barueri</b>	686	670	659	-2,33	-1,64	-3,94
<b>Biritiba Mirim</b>	19	3	14	-84,21	366,67	-26,32
<b>Caieiras</b>	76	128	121	68,42	-5,47	59,21
<b>Cajamar</b>	51	47	45	-7,84	-4,26	-11,76
<b>Carapicuíba</b>	970	851	889	-12,27	4,47	-8,35
<b>Cotia</b>	907	887	791	-2,21	-10,82	-12,79
<b>Diadema</b>	2.603	2.213	1.875	-14,98	-15,27	-27,97
<b>Embu</b>	883	727	644	-17,67	-11,42	-27,07
<b>Embu-Guaçu</b>	197	267	177	35,53	-33,71	-10,15
<b>Ferraz de Vasconcelos</b>	436	342	347	-21,56	1,46	-20,41
<b>Francisco Morato</b>	56	48	89	-14,29	85,42	58,93
<b>Franco da Rocha</b>	161	137	142	-14,91	3,65	-11,80
<b>Guararema</b>	56	42	42	-25,00	0,00	-25,00
<b>Guarulhos</b>	5.367	4.957	4.303	-7,64	-13,19	-19,82
<b>Itapeçerica da Serra</b>	527	574	356	8,92	-37,98	-32,45
<b>Itapevi</b>	338	256	296	-24,26	15,63	-12,43
<b>Itaquaquecetuba</b>	751	760	538	1,20	-29,21	-28,36
<b>Jandira</b>	268	238	212	-11,19	-10,92	-20,90
<b>Juquitiba</b>	61	77	23	26,23	-70,13	-62,30
<b>Mairiporã</b>	126	193	102	53,17	-47,15	-19,05
<b>Mauá</b>	1.854	1.639	1.810	-11,60	10,43	-2,37
<b>Mogi das Cruzes</b>	594	683	661	14,98	-3,22	11,28
<b>Osasco</b>	3.556	4.154	3.215	16,82	-22,60	-9,59
<b>Pirapora do Bom Jesus</b>	12	16	7	33,33	-56,25	-41,67
<b>Poá</b>	281	275	202	-2,14	-26,55	-28,11
<b>Ribeirão Pires</b>	482	402	603	-16,60	50,00	25,10
<b>Rio Grande da Serra</b>	23	24	29	4,35	20,83	26,09
<b>Salesópolis</b>	3	9	7	200,00	-22,22	133,33
<b>Santa Isabel</b>	170	162	124	-4,71	-23,46	-27,06
<b>Santana do Parnaíba</b>	82	87	69	6,10	-20,69	-15,85
<b>Santo André</b>	10.414	8.802	8.686	-15,48	-1,32	-16,59
<b>São Bernardo</b>	6.471	5.907	5.357	-8,72	-9,31	-17,22
<b>São Caetano do Sul</b>	1.674	2.146	1.755	28,20	-18,22	4,84
<b>São Lourenço da Serra</b>	50	32	19	-36,00	-40,63	-62,00
<b>São Paulo</b>	94.607	92.593	73.243	-2,13	-20,90	-22,58
<b>Suzano</b>	612	646	586	5,56	-9,29	-4,25
<b>Taboão da Serra</b>	1.171	1.084	1.018	-7,43	-6,09	-13,07
<b>Vargem Grande Paulista</b>	127	101	86	-20,47	-14,85	-32,28
<b>RMSP-Capital</b>	42.382	39.875	36.066	-5,92	-9,55	-14,90
<b>RMSP</b>	136.989	132.468	109.309	-3,30	-17,48	-20,21

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública



**Tabela 3 – Ocorrências de Roubo, Região Metropolitana de São Paulo, 2000-2002**

	Jan-Set 00	Jan-Set 01	Jan-Set 02	Var.(%) 00-01	Var.(%) 01-02	Var.(%) 00-02
<b>Arujá</b>	175	174	171	-0,57	-1,72	-2,29
<b>Barueri</b>	707	735	672	3,96	-8,57	-4,95
<b>Biritiba Mirim</b>	25	10	8	-60,00	-20,00	-68,00
<b>Caieiras</b>	166	139	183	-16,27	31,65	10,24
<b>Cajamar</b>	90	103	74	14,44	-28,16	-17,78
<b>Carapicuíba</b>	1.274	949	1.226	-25,51	29,19	-3,77
<b>Cotia</b>	856	845	686	-1,29	-18,82	-19,86
<b>Diadema</b>	1.730	1.914	1.812	10,64	-5,33	4,74
<b>Embu</b>	632	663	653	4,91	-1,51	3,32
<b>Embu-Guaçu</b>	139	256	108	84,17	-57,81	-22,30
<b>Ferraz de Vasconcelos</b>	630	480	498	-23,81	3,75	-20,95
<b>Francisco Morato</b>	328	411	318	25,30	-22,63	-3,05
<b>Franco da Rocha</b>	343	298	260	-13,12	-12,75	-24,20
<b>Guararema</b>	39	34	38	-12,82	11,76	-2,56
<b>Guarulhos</b>	4.434	4.007	4.087	-9,63	2,00	-7,83
<b>Itapeçerica da Serra</b>	411	488	365	18,73	-25,20	-11,19
<b>Itapevi</b>	610	726	490	19,02	-32,51	-19,67
<b>Itaquaquecetuba</b>	900	904	861	0,44	-4,76	-4,33
<b>Jandira</b>	405	383	367	-5,43	-4,18	-9,38
<b>Juquitiba</b>	55	32	18	-41,82	-43,75	-67,27
<b>Mairiporã</b>	155	153	124	-1,29	-18,95	-20,00
<b>Mauá</b>	1.287	1.255	1.214	-2,49	-3,27	-5,67
<b>Mogi das Cruzes</b>	1.293	1.099	880	-15,00	-19,93	-31,94
<b>Osasco</b>	3.526	3.555	3.177	0,82	-10,63	-9,90
<b>Pirapora do Bom Jesus</b>	11	11	13	0,00	18,18	18,18
<b>Poá</b>	443	437	470	-1,35	7,55	6,09
<b>Ribeirão Pires</b>	334	373	382	11,68	2,41	14,37
<b>Rio Grande da Serra</b>	76	63	71	-17,11	12,70	-6,58
<b>Salesópolis</b>	10	6	8	-40,00	33,33	-20,00
<b>Santa Isabel</b>	116	110	101	-5,17	-8,18	-12,93
<b>Santana do Parnaíba</b>	132	162	161	22,73	-0,62	21,97
<b>Santo André</b>	4.510	4.665	4.677	3,44	0,26	3,70
<b>São Bernardo</b>	4.025	4.039	3.814	0,35	-5,57	-5,24
<b>São Caetano do Sul</b>	841	911	860	8,32	-5,60	2,26
<b>São Lourenço da Serra</b>	14	19	17	35,71	-10,53	21,43
<b>São Paulo</b>	81.393	93.409	90.227	14,76	-3,41	10,85
<b>Suzano</b>	784	700	663	-10,71	-5,29	-15,43
<b>Taboão da Serra</b>	902	1072	1024	18,85	-4,48	13,53
<b>Vargem Grande Paulista</b>	145	81	109	-44,14	34,57	-24,83
<b>RMSP-Capital</b>	32.553	32.262	30.660	-0,89	-4,97	-5,82
<b>RMSP</b>	113.946	125.671	120.887	10,29	-3,81	6,09

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública

**Tabela 4 – Ocorrências de Furto, Região Metropolitana de São Paulo, 2000-2002**

	Jan-Set 00	Jan-Set 01	Jan-Set 02	Var.(%) 00-01	Var.(%) 01-02	Var.(%) 00-02
<b>Arujá</b>	131	324	278	147,33	-14,20	112,21
<b>Barueri</b>	993	1179	1165	18,73	-1,19	17,32
<b>Biritiba Mirim</b>	161	78	70	-51,55	-10,26	-56,52
<b>Caieiras</b>	218	300	291	37,61	-3,00	33,49
<b>Cajamar</b>	279	325	323	16,49	-0,62	15,77
<b>Carapicuíba</b>	1202	1632	1603	35,77	-1,78	33,36
<b>Cotia</b>	1014	1045	1102	3,06	5,45	8,68
<b>Diadema</b>	1253	1751	2007	39,74	14,62	60,18
<b>Embu</b>	526	541	727	2,85	34,38	38,21
<b>Embu-Guaçu</b>	300	403	372	34,33	-7,69	24,00
<b>Ferraz de Vasconcelos</b>	428	551	551	28,74	0,00	28,74
<b>Francisco Morato</b>	318	542	575	70,44	6,09	80,82
<b>Franco da Rocha</b>	435	622	587	42,99	-5,63	34,94
<b>Guararema</b>	136	192	173	41,18	-9,90	27,21
<b>Guarulhos</b>	3262	4666	5406	43,04	15,86	65,73
<b>Itapeçerica da Serra</b>	387	554	547	43,15	-1,26	41,34
<b>Itapevi</b>	831	969	914	16,61	-5,68	9,99
<b>Itaquaquecetuba</b>	773	972	1177	25,74	21,09	52,26
<b>Jandira</b>	445	489	540	9,89	10,43	21,35
<b>Juquitiba</b>	253	261	277	3,16	6,13	9,49
<b>Mairiporã</b>	458	706	611	54,15	-13,46	33,41
<b>Mauá</b>	1488	1916	1940	28,76	1,25	30,38
<b>Mogi das Cruzes</b>	2682	3131	3396	16,74	8,46	26,62
<b>Osasco</b>	4031	3726	3506	-7,57	-5,90	-13,02
<b>Pirapora do Bom Jesus</b>	78	100	104	28,21	4,00	33,33
<b>Poá</b>	522	663	617	27,01	-6,94	18,20
<b>Ribeirão Pires</b>	731	891	842	21,89	-5,50	15,18
<b>Rio Grande da Serra</b>	165	243	247	47,27	1,65	49,70
<b>Salesópolis</b>	84	61	109	-27,38	78,69	29,76
<b>Santa Isabel</b>	230	440	465	91,30	5,68	102,17
<b>Santana do Parnaíba</b>	313	362	405	15,65	11,88	29,39
<b>Santo André</b>	4058	4657	5338	14,76	14,62	31,54
<b>São Bernardo</b>	3600	4713	4910	30,92	4,18	36,39
<b>São Caetano do Sul</b>	1093	1439	1373	31,66	-4,59	25,62
<b>São Lourenço da Serra</b>	69	75	104	8,70	38,67	50,72
<b>São Paulo</b>	77.598	95.379	92.400	22,91	-3,12	19,08
<b>Suzano</b>	1556	1542	1625	-0,90	5,38	4,43
<b>Taboão da Serra</b>	704	884	962	25,57	8,82	36,65
<b>Vargem Grande Paulista</b>	204	238	250	16,67	5,04	22,55
<b>RMSP-Capital</b>	35.411	43.183	45.489	21,95	5,34	28,46
<b>RMSP</b>	113.009	138.562	137.889	22,61	-0,49	22,02

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública

**ANEXO 2– SISTEMA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DAS GUARDAS  
MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.  
PROPOSTA DO GT DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

<b>NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELAS GUARDAS MUNICIPAIS</b>			
A	<b>PESSOA</b>	F	<b>PAZ PÚBLICA</b>
A1	Agressão/lesão corporal	F1	Desordem/perturbação
A2	Ameaça	G	<b>ARMAS</b>
A3	Homicídio	G1	Disparo de arma de fogo
A4	Omissão de socorro	G2	Encontro de arma
A5	Periclitacão da vida/saúde	G3	Porte llegal de arma
A6	Racismo	H	<b>TRÂNSITO</b>
A7	Seqüestro	H1	Acidente de trânsito c/ vítima
A8	Tentativa de homicídio	H2	Acidente de trânsito s/ vítima
B	<b>PATRIMÔNIO</b>	H3	Atropelamento
B1	Estelionato/fraude	H4	Auto localizado
B2	Dano/depredação	H5	Direção perigosa
B3	Furto	H6	Falta de habilitação
B4	Invasão de propriedade	I	<b>AUXÍLIO</b>
B5	Latrocínio	I1	Acidente pessoal
B6	Receptação	I2	Auxílio ao público/diversos
B7	Roubo	I3	Auxílio ao público/socorro
B8	Saque	I4	Auxílio ao público/transporte
B9	Tentativa de furto	I5	Criança desassistida
B10	Tentativa de roubo	I6	Distúrbio comportamental
B11	Violação de domicílio	I7	Embriaguez
B12	Violação de sepultura	I8	Parturiente/parto
C	<b>COSTUMES</b>	J	<b>APOIO</b>
C1	Atentado o pudor	J1	Apoio a órgãos policiais/judiciais
C2	Ato obsceno	J2	Apoio a outros órgãos
C3	Corrupção de menor	J3	Captura de foragido/procurado
C4	Estupro	H	<b>DEFESA CIVIL</b>
C5	Rapto	K1	Afogamento
C6	Tentativa de estupro	K2	Desabamento
D	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	K3	Enchente/inundação
D1	Contrabando/descaminho	K4	Encontro de cadáver
D2	Desacato	K5	Incêndio
D3	Desobediência	L	<b>OUTRAS OCORRÊNCIAS</b>
D4	Peculato	L1	Ato infracional
D5	Prevaricação	L2	Averiguação
D6	Resistência	L3	Crime ambiental
E	<b>DROGAS</b>	L4	Desentendimento
E1	Encontro de entorpecentes	L5	Jogo de azar
E2	Porte/uso de entorpecentes	L6	Tentativa de suicídio
E3	Tráfico de entorpecentes	L7	Servir bebida alcoólica a incapaz
		L8	Suicídio

## **ANEXO 3 - LEIS QUE REGULAMENTAM O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM BEBIDAS ALCOÓLICAS**

### **1) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARUERI**

**LEI Nº 1.214, DE 29 DE MARÇO DE 2001.**

**”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE NOVOS BARES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**GILBERTO MACEDO GIL ARANTES**, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Artigo 1º.** Fica vedada a concessão de licença de funcionamento para novos bares e similares no Município em prédios localizados a menos de 300m (trezentos metros) de estabelecimentos de ensino de qualquer natureza.

Parágrafo Único. A distância a que alude este artigo será considerada como o raio de um círculo cujo o centro se situa no ponto médio do acesso principal do prédio da escola.

**Artigo 2º.** Excluem-se da vedação de que trata o artigo anterior os prédios cuja construção ou reforma sejam objeto de alvarás válidos, expedidos especificamente para a instalação de bares ou similares, até a data da publicação desta lei.

Parágrafo Único. VETADO.

**Artigo 3º.** O pedido de alvará para abertura de bares ou similares deverá ser instruído com certidão expedida pela Prefeitura, comprovando a preservação da distância mencionada no artigo 1º.

**Artigo 4º.** Os bares e similares deverão observar, a partir da data da publicação desta lei, o horário de funcionamento das 6:00 às 23:00 horas.

§1º. O horário em questão poderá ser antecipado ou prorrogado, conforme as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, desde que haja interesse público, preservadas as condições de higiene e segurança do público e do prédio.

§2º. Em qualquer caso, a alteração do horário de funcionamento dependerá de parecer favorável de comissão especificamente instituída pelo Executivo Municipal para esse fim, levando-se em conta, em especial, o combate à violência.

**Artigo 5º.** Ficam os bares e similares obrigados a afixar, em local de fácil visualização do público, Quadro de Documentos, do qual constem:

- a) o Alvará de Funcionamento da Prefeitura;
- b) o Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária;
- c) o horário de funcionamento;
- d) aviso de advertência quanto à proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Parágrafo Único. O Quadro de Documentos e os documentos referidos nas alíneas “c” e “d” deverão obedecer aos modelos estabelecidos em regulamento.

**Artigo 6º.** A inobservância dos artigos 4º e 5º desta lei implicará a aplicação aos infratores das seguintes penalidades:

- I. advertência na primeira infração;
- II. multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em caso de reincidência;

- III. multa referida no inciso anterior em dobro, em caso de segunda reincidência;
- IV. cassação da Licença de Funcionamento, em caso de terceira reincidência.

**Artigo 7º.** Fica o valor da multa a que alude o artigo 6º, “b”, da Lei nº 998, de 17 de setembro de 1999, alterado para R\$ 600,00 (seiscentos reais).

**Artigo 8º.** Consideram-se bares ou similares, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato.

**Artigo 9º.** Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

**Artigo 10º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 11º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barueri, 29 de março de 2001  
GILBERTO MACEDO GIL ARANTES  
Prefeito Municipal

## 2) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

**Lei nº.1271/2001, de 30 de agosto de 2001.**

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE NOVOS BARES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

**PAULO HENRIQUE BARJUD**, Prefeito do Município de Jandira, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal elaborou, emendou, aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Os **ARTIGOS 1º, PARÁGRAFO ÚNICO ARTIGO 2º e 3º** foram suprimidos

**ARTIGO 4º)** Os bares e similares deverão observar, a partir da data da publicação desta lei, o horário de funcionamento das 06:00 às 23:00 horas.

§ 1º - O horário em questão poderá ser antecipado ou prorrogado, estritamente para os estabelecimentos que mantenha os princípios da ordem e dos bons costumes desta cidade, garantindo-se a segurança interna de seus freqüentadores.

§ 2º - A prorrogação do horário de que trata o inciso anterior será concedida mediante pagamento de taxa especial à Prefeitura Municipal de Jandira, que será instituída por regulamentação, e a manutenção por parte dos estabelecimentos de agentes de segurança.

§ 3º - Os alvarás extraordinários em vigor serão mantidos, observando-se os princípios dispostos nos incisos anteriores.

**ARTIGO 5º)** Ficam os bares e similares obrigados a afixar, em local de fácil visualização do público, Quadro de Documentos que constem:

- a) o alvará de funcionamento da Prefeitura;
- b) o alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária;
- c) o horário de funcionamento;
- d) o aviso de advertência quanto à proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O Quadro de Documentos e os documentos referidos nas alíneas “c” e “d” deverão obedecer aos modelos estabelecidos em regulamento.

**ARTIGO 6º)** A inobservância dos artigos 4º e 5º desta lei implicará a aplicação aos infratores das seguintes penalidades:

- I. advertência na primeira infração;
- II. multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em caso de reincidência;

III. multa referida no inciso anterior em dobro, em caso de segunda reincidência;

IV. cassação da Licença de Funcionamento, em caso de terceira reincidência.

**ARTIGO 7º)** Consideram-se bares ou similares, para efeito desta lei, os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato.

**ARTIGO 8º)** Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

**ARTIGO 9º)** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jandira, 30 de agosto de 2001.

PAULO HENRIQUE BARJUD

Prefeito Municipal

PORTARIA CONJUNTA Nº6/SESP/SUCAR, DE 14 DE MARÇO DE 2002

### 3) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SUZANO

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 111/02, DE 21 DE JUNHO DE 2002.

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE BARES E SIMILARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**ESTEVAM GALVÃO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Suzano, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Suzano aprovou, e ele promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica estabelecido o horário entre 05h00 e 23h00 para funcionamento dos bares ou similares.

§ 1º - Caracterizam bares ou similares os estabelecimentos nos quais haja comercialização de produtos e gêneros específicos a esses tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo no próprio local.

§ 2º - Ficam excluídos do horário referido no “caput” deste artigo, os estabelecimentos denominados como padarias os localizados no interior de clubes, associações, salões de festas, shopping centers, casas de lazer e lojas de conveniência.

§ 3º - O disposto no “caput” aplica-se também ao comércio ambulante e informal.

**Art. 2º** - Fica proibida, a partir da publicação desta Lei, a concessão de novas licenças de funcionamento para bares e similares em imóveis localizados a menos de 100 (cem) metros de distância de estabelecimento de educação infantil, fundamental, médio, técnico e superior, público ou privado.

**Art. 3º** - Aos infratores, nos termos desta Lei serão aplicadas, pela ordem, as seguintes penalidades:

I - Notificação para regularização em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - Multa de 300 UFS's - Unidade Fiscal de Suzano, aplicável em dobro, em caso de reincidência;

III - Cancelamento do regime especial de funcionamento;

IV - Fechamento administrativo do estabelecimento.

Parágrafo único – Após o fechamento administrativo do estabelecimento e transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o interessado poderá pleitear a concessão de nova licença de funcionamento, desde que atendida a legislação vigente.



**Art. 4º** - A presente Lei será regularizada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 5º** - Os recursos para aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementados se necessário.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, visando a ampla divulgação da mesma.

Prefeitura Municipal de Suzano, 21 de junho de 2002.  
ESTEVAM GALVÃO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

#### 4) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DE SERRA

##### LEI Nº 1.337 DE 04 DE JULHO DE 2002

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS BARES NO MUNICÍPIO.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**, no uso das suas atribuições legais;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Artigo 1º** - Todos os bares e estabelecimentos assemelhados do município onde predomine a venda de bebidas alcoólicas em mesas ou balcões não poderão funcionar após 23h, devendo o horário de abertura ser somente após as 6h, respeitando o devido recolhimento das respectivas taxas, previstas no Código Tributário municipal (lei nº639/90 e suas posteriores alterações).

§1º - Ficam sujeitos ao horário fixado neste artigo os estabelecimentos comerciais que funcionem de portas abertas, sem isolamento acústico, sem funcionários destinados à segurança e ainda aqueles que atrapalhem o sossego público.

§2º - Não estão sujeitos ao horário fixado no “caput” deste artigo os bares de hotéis, clubes, associações, hospitais e eventos que cumpram exigências de órgãos relacionados à segurança pública.

§3º - Os restaurantes que funcionarem de portas fechadas, com isolamento acústico, com funcionários destinados à segurança, desde que não atrapalhem o sossego público, poderão funcionar das 6h a 1h da manhã.

**Artigo 2º** - O estabelecimento que venha a ter comprovação, pela autoridade municipal competente, da prática ou exercício de atividades ilegais, em suas dependências, terá suas atividades suspensas pela Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra e responderá em juízo sob as penalidades da lei.

**Artigo 3º** - É proibido fora do horário normal:

- A) Praticar ato de compra e venda;
- B) Manter abertas ou semicerradas as portas do estabelecimento, ainda que dêem acesso ao interior do prédio e este sirva de residência do responsável;
- C) Manter iluminação dentro do bar, salvo quando o interior do mesmo puder ser examinado visualmente por quem se achar do lado de fora.

**Parágrafo único** – Não se considera infração a abertura de estabelecimento para lavagem ou limpeza ou quando o responsável não tendo outro meio de se comunicar com a rua, conservar aberta uma das portas para o efeito de embarque e desembarque de mercadorias, durante o tempo estritamente necessário à efetivação dos mencionados atos.

**Artigo 4º** - Os infratores dos dispositivos desta lei estão sujeitos às seguintes penalidades;

- a) Multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), na primeira autuação;
- b) Fechamento administrativo, com lacração de todas as entradas, na segunda autuação

**Parágrafo Único** – Para cumprimento do disposto na alínea “b” será solicitado auxílio policial, que providenciará o boletim de ocorrência com base no artigo 330 do Código penal, nos termos desta Lei.

**Artigo 5º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapecerica da Serra, 04 de julho de 2002.

## 5) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

### LEI Nº 3.508, DE 03 DE JULHO DE 2002.

ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA  
FUNCIONAMENTO DE BARES E SIMILARES, VINCULADO A  
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA.

**OSWALDO DIAS**, Prefeito do Município de Mauá, usando das atribuições conferidas pelo art. 55, III da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 142.522-5/89, faço saber que a Câmara Municipal de Mauá aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte L E I:

**Art. 1º** Fica estabelecido o horário entre 6h e 23h para o funcionamento dos bares e similares.

§1º Caracterizam-se como bares e similares para efeitos desta Lei, os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato no próprio local.

§2º O horário referido no “caput” deste artigo poderá ser alterado ou prorrogado, mediante requerimento do interessado, junto ao órgão competente do Poder Executivo, conforme as peculiaridades do estabelecimento, e do local onde se encontra instalado, desde que haja interesse público, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e, em especial a prevenção à violência.

**Art. 2º** Fica proibida a partir da publicação desta Lei, a autorização de novas licenças de funcionamento para bares ou similares, em imóveis localizados a menos de 300 (trezentos) metros de distância de estabelecimentos de ensino infantil, fundamental, médico, técnico e superior e privado.

**Art. 3º** Ao descumprimento das normas contidas nesta Lei serão aplicadas aos infratores as seguintes penalidades:

- I – Multa de 100 (cem) FMP – Fator Monetário Padrão, ou outra unidade fiscal que vier a substituí-la; e
- II – Cassação do alvará de localização e funcionamento, nos casos de reincidência.

§1º O estabelecimento que funcionar sem o alvará para localização e funcionamento fica sujeito a lacração.

§2º Após a cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento, e transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o Poder Executivo poderá autorizar nova licença de funcionamento, atendida a legislação vigente.

**Art. 4º** As despesas com a execução da presente Lei onerarão as dotações próprias do orçamento vigente suplementadas se necessária.

**Art 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mauá, em 03 de julho de 2002.

## 6) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

### DECRETO 3633, DE 14 DE JANEIRO DE 2002

**DALVANI ANALIA NASI CAMEZ**, Prefeita do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica do Município de Itapevi,

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Para efeito do disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 1546, de 20 de dezembro de 2001, considerar-se-á como bar ou similar qualquer estabelecimento que, no horário compreendido entre 23:00 horas e 6:00 horas, esteja em funcionamento tão somente para comercialização de bebidas alcoólicas para consumo imediato e/ou gêneros específicos a esse tipo de atividade.

Parágrafo Único – Considerar-se-á como gênero específico da atividade bar ou similar, conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 1530, de 21 de setembro de 2001, a comercialização:

I – de bebidas para consumo posterior;

II – de jogos ou qualquer espécie, para prática no respectivo local, quando se tratar de estabelecimento não licenciado especialmente para tal atividade.

**Art. 2º** - Os estabelecimentos do tipo “pizzaria”, restaurante, boate, casa noturna, danceteria, casa de “shows”, festas e eventos, somente estarão excluídos do disposto no artigo 1º deste Decreto quando se observar devidamente mantida, no horário compreendido entre 23:00 e 6:00 horas, a atividade principal para a qual obtiveram seus respectivos licenciamentos no Município, sob pena de enquadramento como bar ou similar para os efeitos da Lei Municipal nº 1530/2001.

**Parágrafo Único** – Os estabelecimentos do tipo mercado e supermercado que efetuarem venda de bebida alcoólica no período a que se refere o “caput” deste artigo, para consumo imediato ou posterior, estarão, de igual forma, sujeitos ao enquadramento como bar ou similar, sempre que se caracterize como não mantida a atividade principal para a qual obtiveram licenciamento, configurando, portanto, funcionamento tão somente para comercialização de bebidas alcoólicas.

**Art. 3º** - Para efeito de caracterização da configuração do estabelecimento como bar ou similar, para fins de aplicação da Lei 1530/2001, alterada pela Lei 1546/2001, no horário compreendido entre 6:00 e 23:00 horas, compete à fiscalização relatar, no respectivo auto de infração, a situação real verificada no estabelecimento, independentemente da atividade para a qual esteja licenciado este.

**Art. 4º** - Para regular a atuação, a Chefia da equipe de Fiscalização poderá solicitar apoio da Guarda Municipal de Itapevi – GMI, responsável pela proteção de bens e serviços executados pelo município, a qual, em sendo necessário, solicitará apoio ostensivo à Polícia Militar.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 14 de janeiro de 2002  
DALVANI ANALIA NASI CAMEZ  
Prefeita.

## 7) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA SERRA

### LEI Nº 447, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE NOVOS BARES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA SERRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica vedada a concessão de licença de funcionamento para novos bares e similares no Município, em prédios localizados a menos de 150 m (cento e cinquenta metros) de estabelecimentos de ensino de qualquer natureza.

Parágrafo Único – A distância a que alude este artigo será considerada como o raio de um círculo cujo centro se situa no ponto médio do acesso principal do prédio da escola.

**Art. 2º** Excluem-se da vedação de que trata o artigo anterior os prédios cuja construção ou reforma sejam objeto de alvarás válidos, expedidos especificamente para a instalação de bares ou similares, até a data de publicação desta lei.

**Art. 3º** O pedido de alvará para abertura de bares ou similares deverá ser instruído com certidão expedida pela Prefeitura, comprovando a preservação da distância mencionada no artigo 1º.

**Art. 4º** Os bares e similares deverão observar, a partir da data da publicação desta lei, o horário de funcionamento das 6:00 às 23:00 horas.

**Art. 5º** Ficam os bares e similares obrigados a fixar, em local de fácil visualização do público, Quadro de Documentos, do qual constem:

- a) Alvará de Funcionamento da prefeitura;
- b) Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária;
- c) Horário de funcionamento;
- d) Aviso de advertência quanto à proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Parágrafo Único – O quadro de Documentos e os documentos referidos nas alíneas “c” e “d” deverão obedecer aos modelos estabelecidos na legislação vigente.

**Artigo 6º** Consideram-se bares ou similares, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato.

**Artigo 7º** Todos os bares ou estabelecimentos assemelhados no Município onde predomine a venda de bebidas alcoólicas em mesas ou baleões não poderão funcionar após 23 horas, devendo o horário de abertura ser somente após às 6 horas, respeitado o devido recolhimento das respectivas taxas, previstas no Código Tributário Municipal (Lei nº 639/90 e suas posteriores alterações).

§ 1º - Ficam sujeitos ao horário fixado neste artigo os estabelecimentos comerciais que funcionem de portas abertas, sem isolamento acústico, sem funcionários destinados à segurança e ainda aqueles que atrapalhem o sossego público.

§ 2º - Não estão sujeitos ao horário fixado no “caput” deste artigo os bares de hotéis, clubes, associações e hospitais.

**Artigo 8º** o estabelecimento que venha a ter comprovação, pela autoridade municipal competente, da prática ou exercício de atividades ilegais, em suas dependências, terá suas atividades suspensas pela Prefeitura do Município de São Lourenço da Serra e responderá em juízo sob as penalidades da lei.

**Artigo 9º** É proibido fora do horário normal.

- a) praticar ato de compra e venda;
- b) manter abertas ou semicerradas as portas do estabelecimento, ainda que dêem acesso ao interior do prédio e este sirva de residência do responsável;
- c) manter iluminação dentro do bar, salvo quando o interior no mesmo puder ser examinado visual por quem se achar do lado de fora.

Parágrafo Único – Não se considera infração a abertura de estabelecimento para lavagem ou limpeza ou quando o responsável não tendo outro meio de se comunicar com a rua, conversar aberta uma das portas para o efeito de embarque e desembarque de mercadorias, durante o tempo estritamente necessário à efetivação dos mencionados atos.

**Artigo 10** Os infratores dos dispositivos desta lei estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) multa de um salário mínimo vigente na capital de São Paulo à época da infração, na primeira autuação;
- b) fechamento administrativo, com lacração de todas as entradas, na segunda autuação.

Parágrafo Único: Desrespeitado o fechamento administrativo, será solicitado auxílio policial, para exigir o cumprimento da penalidade administrativa e se providenciará o boletim de ocorrência com base no artigo 330 do Código Penal, nos termos desta lei.

**Artigo 11** As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 12** Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

**Artigo 13** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 243/01.

São Lourenço da Serra, 25 de Junho de 2002  
Capitão Lener Ribeiro  
Prefeito Municipal

## 8) CEILÂNDIA – DISTRITO FEDERAL

Altera e fixa horários de funcionamento para os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal e dá outras providências. O Secretário de Estado de Segurança Pública e a Secretária de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal, no uso de suas atribuições previstas no artigo 131, inciso VII, do Decreto nº 4.852, de 11.10.79, e no artigo 1º do Decreto nº 22.586, de 05.12.2001, respectivamente, e com fundamento na Lei nº 1.171, de 24 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.773, de 24 de outubro de 1996, e no Decreto nº 19.081, de 10 de março de 1998.

Considerando que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

Considerando as políticas de segurança pública, voltadas para o combate à violência, adotadas pelo Governo Federal e pelo Governo local, mediante o Plano Nacional de Segurança Pública e o Plano Segurança em ação, respectivamente;

Considerando que a maioria das ocorrências criminais registradas pelos Órgãos de Segurança Pública decorre do uso imoderado, principalmente no período noturno, de bebidas alcoólicas;

Considerando a reivindicação dos moradores das cidades do Distrito Federal, voltada para a regulamentação do horário de fechamento dos estabelecimentos abrangidos por esta Portaria, bem como a manifestação dos delegados titulares das Delegacias Policiais e dos comandantes das Unidades de Polícia Militar com responsabilidade nas áreas;

Considerando os anseios da comunidade local e a competência legal conferida às Administrações Regionais para que atuem, mediante o atributo de auto-executoriedade do poder de polícia, intervindo em atividades particulares que estejam causando prejuízo ao interesse público, podendo, para tanto, usar dos meios julgados convenientes para impedir violações ao direito da comunidade;

Considerando, por fim, os resultados altamente positivos alcançados com a adoção de medida semelhante na cidade de Ceilândia, com a redução considerável dos índices de criminalidade, cuja política de disciplinar os horários de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas teve aprovação integral da população.

### RESOLVEM:

**Art. 1º** - Determinar que, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, situados em áreas residencial, encerrarão suas atividades às 22:00 horas.

**Art. 2º** – Determinar que os quiosques, “trailers” e similares que comercializam bebidas alcoólicas, instalados em área residencial ou próximos a estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, encerrarão suas atividades às 22:00 horas e, aqueles instalados em áreas não residencial, encerrarão suas atividades às 23:00 horas.

**Art. 3º**- Determinar que os estabelecimento que comercializam bebidas alcoólicas, localizados em lotes de uso misto, encerrarão suas atividades às 24:00 horas, de domingo a quinta-feira, e às 02:00 hora, às sextas-feiras, aos sábados e vésperas de feriados;

**Art. 4º** - Determinar que os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, localizados em lotes de uso comercial, encerrarão suas atividades às 03:00 horas, excetuando-se supermercados e meios de hospedagem.

**Art.5º** - A presente limitação de horário de funcionamento também se aplica aos estabelecimentos que dispõem de alvarás de funcionamento em vigor, devendo as Administrações Regionais providenciar a averbação competente, ajustando o horário de funcionamento às prescrições constantes dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta Portaria.

**Art. 6º** - Os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, autorizados a funcionar com música ao vivo ou mecânica ou aqueles localizados em centros comerciais, terão os seus horários de funcionamento regulados, de acordo com as peculiaridades da área onde estiverem instalados, cuja

definição será procedida de levantamento efetuado pela Administração Regional e pelos Órgãos de Segurança Pública sediados na área.

**Art. 7º** - O descumprimento desta Portaria sujeitará o responsável às penalidades constantes na legislação pertinente.

**Art. 8º** - A responsabilidade pela fiscalização das disposições desta Portaria fica atribuída à Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas das Administrações Regionais, que a realizará com apoio das Delegacias de Polícia, das Unidades Policiais Militares e com os órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, conforme o caso, em conjunto ou separadamente.

**Art. 9º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as da Portaria Conjunta nº 4/SESP/SECAR, de 25 de fevereiro de 2002.

ATHOS COSTA DE FARIA  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
MARIA DE LOURDES ABADIA  
Secretária de Estado de Coordenação das Administrações Regionais



## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA:**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
CELSO GIGLIO

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
JUNJI ABE

COORDENADORA GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DALVANI CARAMÉZ

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
LUIZ TORTORELLO

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA  
Av. Paulista, 119/ 5º andar  
CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708  
[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:  
Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo

Colaboração da Equipe SPCV:  
Helena Massi  
Ronildo Machado  
João Marcelo de Aguirre Furlan  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 7**  
**27/11/2002 A 26/02/2003**

**27 DE FEVEREIRO DE 2003**

**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 7**  
**27/11/2002 A 26/02/2003**

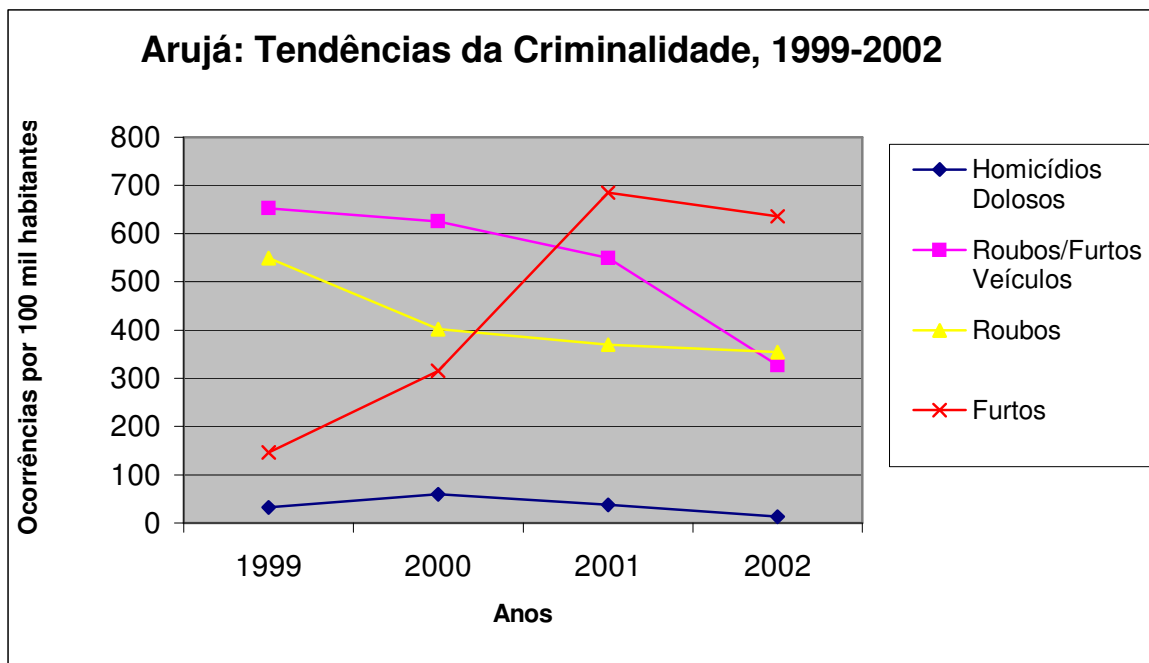
**SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. A SEGURANÇA PÚBLICA E O FÓRUM METROPOLITANO EM 2002
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

**ANEXOS**

1. QUADROS: ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2002.
2. QUADROS: ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, CAPITAL, RMSP E INTERIOR, ESTADO DE SÃO PAULO, 1999-2002.
3. GRÁFICOS: EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2002.
4. RELATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS PELAS GUARDAS MUNICIPAIS DA RMSP.
5. RELATÓRIO SOBRE A TRAMITAÇÃO DA PEC 87/99, APENSADA À PEC 534/02 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
6. RELATÓRIO E QUADRO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM MUNICÍPIOS DA RMSP.
7. RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS DA “LEI SECA” EM MUNICÍPIOS DA RMSP.

**ANEXO 3 - GRÁFICOS: EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2002**

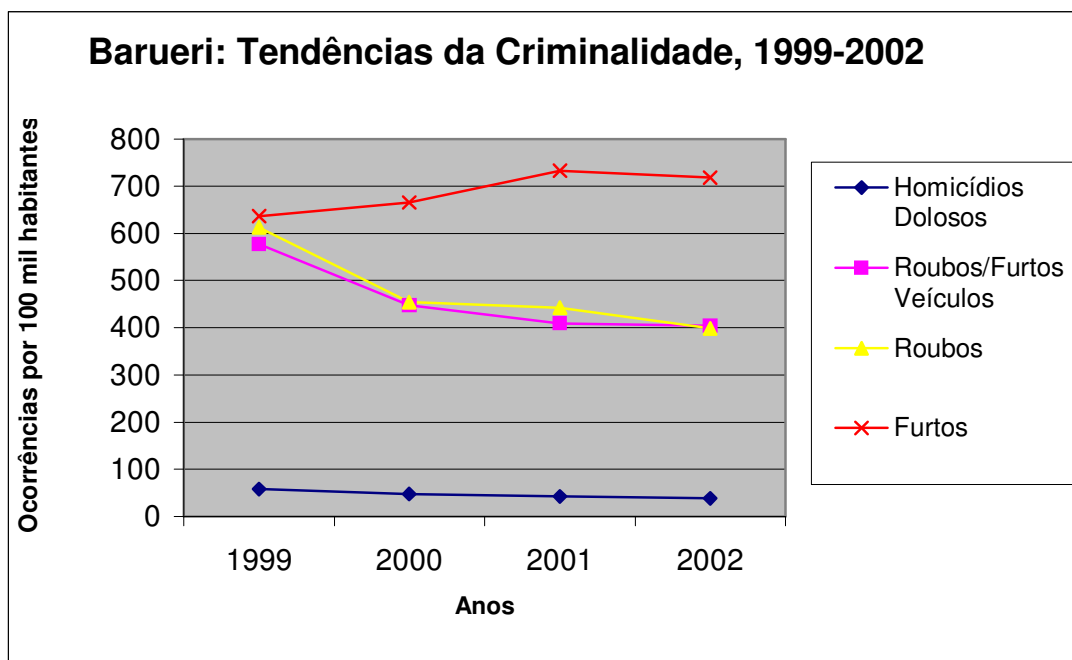


**ARUJÁ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	32,01	59,14	37,27	12,55
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	652,19	625,16	549,30	326,42
<b>Roubos</b>	549,44	402,13	369,44	354,67
<b>Furtos</b>	145,81	315,96	685,41	635,57

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

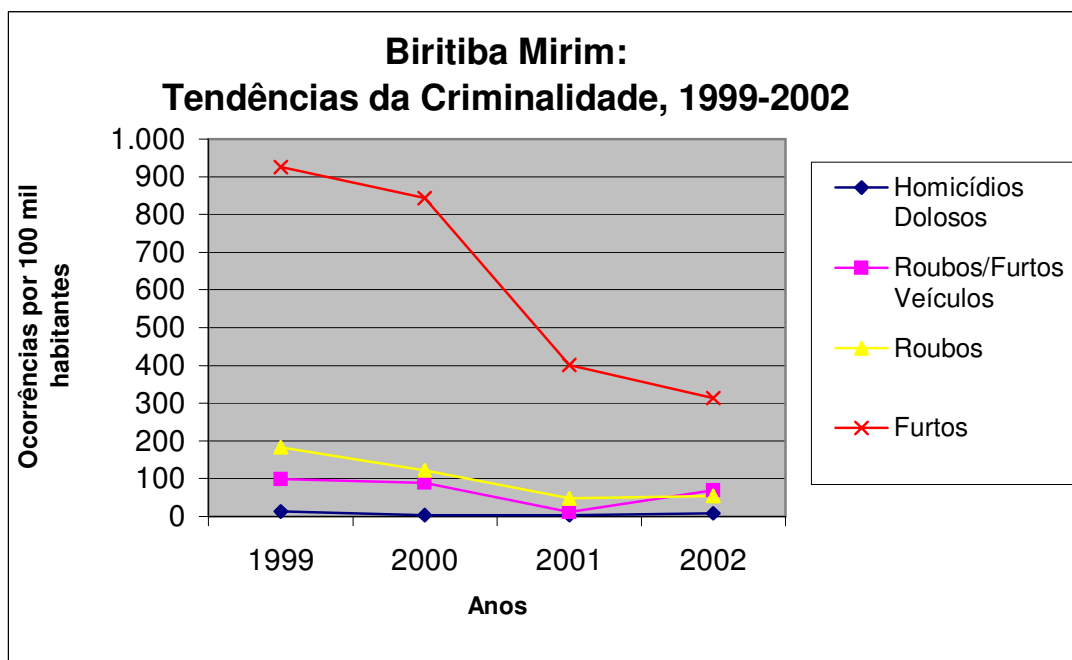


#### BARUERI: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	57,57	47,53	42,76	37,85
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	577,19	447,47	408,72	404,30
<b>Roubos</b>	612,21	453,71	442,28	398,52
<b>Furtos</b>	636,20	664,97	732,84	718,67

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

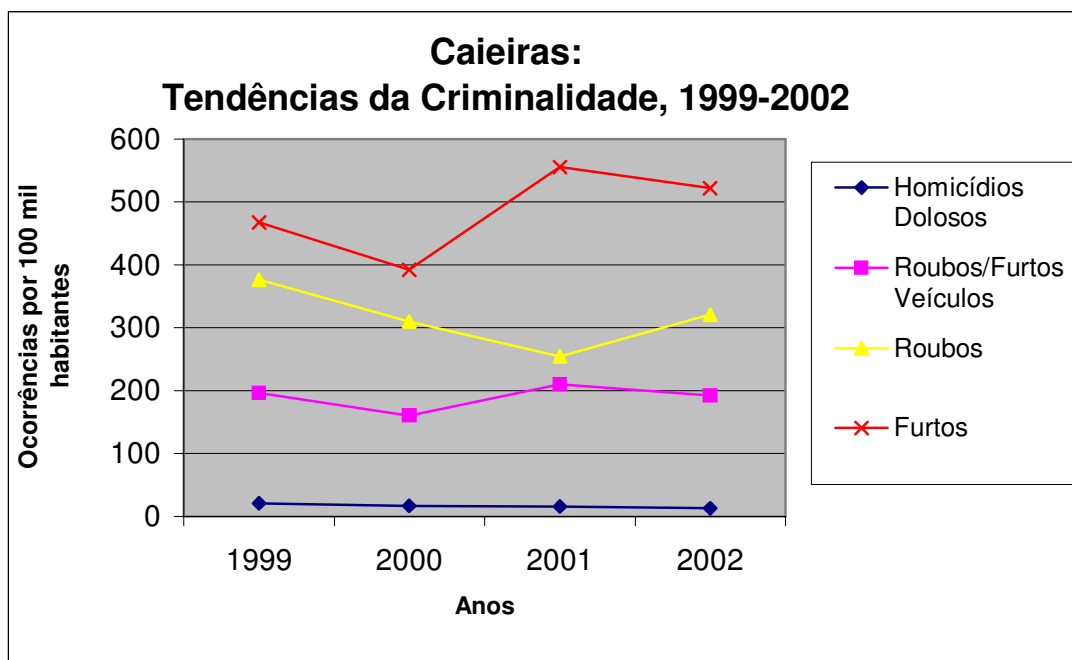


**BIRITIBA MIRIM:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	13,42	4,06	3,94	7,67
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	98,41	89,24	11,81	69,00
<b>Roubos</b>	183,40	121,69	47,25	53,67
<b>Furtos</b>	925,93	843,71	401,65	314,33

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

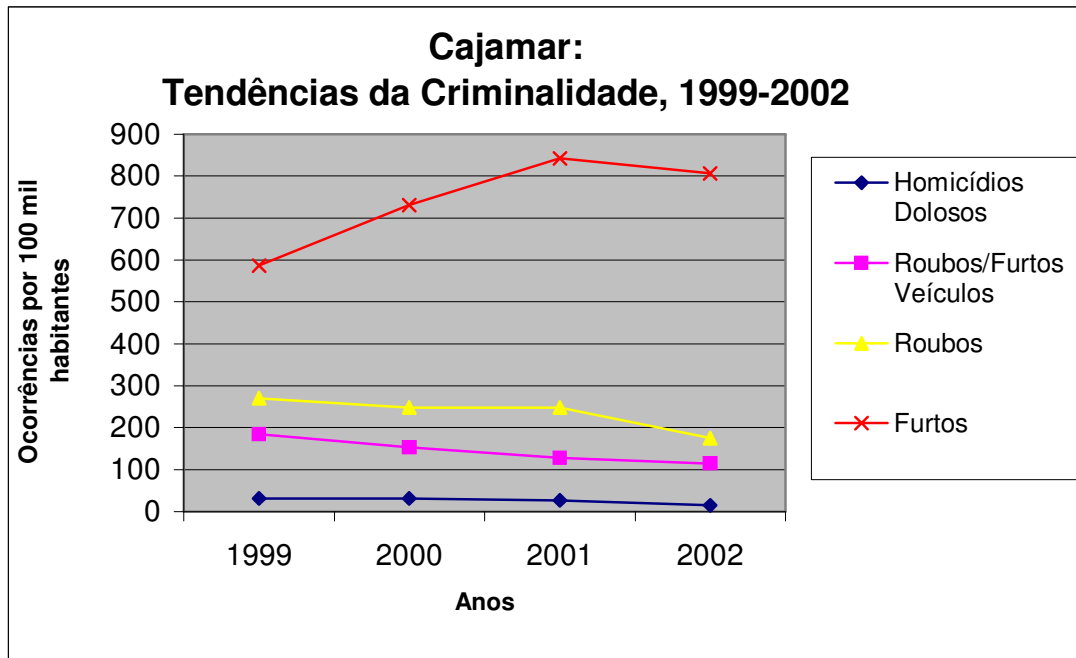


**CAIEIRAS: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	20,39	16,85	16,05	12,82
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	196,10	160,07	210,04	192,34
<b>Roubos</b>	376,52	310,30	254,18	320,56
<b>Furtos</b>	467,51	391,74	555,19	521,88

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



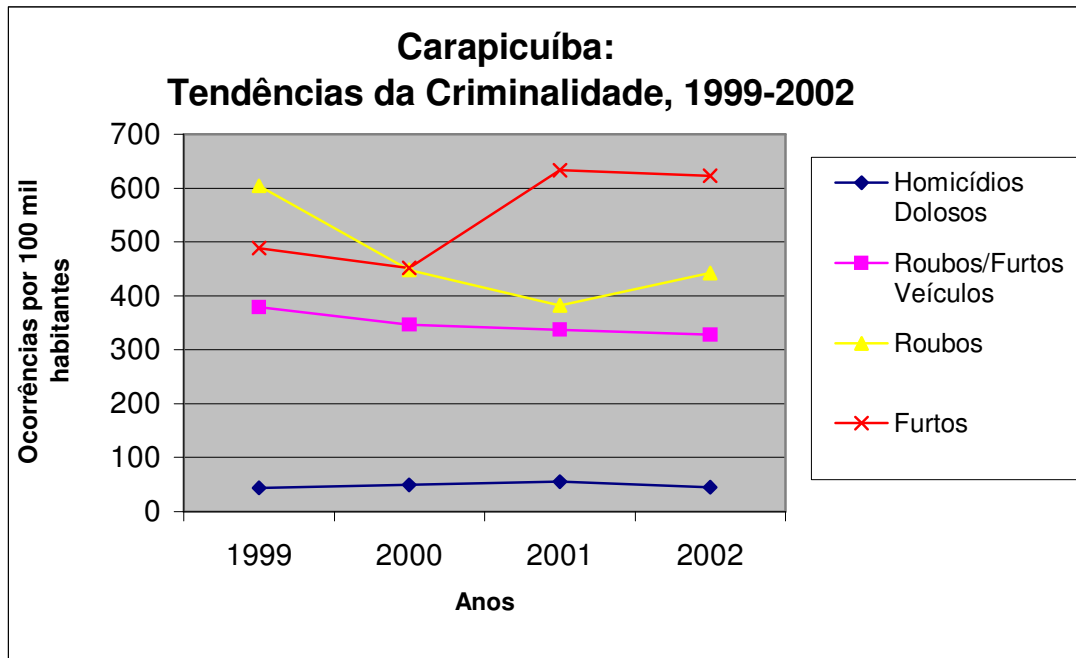
**CAJAMAR: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	31,87	31,52	26,73	14,72
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	184,85	153,66	127,91	114,09
<b>Roubos</b>	269,84	248,22	248,19	174,82
<b>Furtos</b>	586,42	730,88	841,92	805,99

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

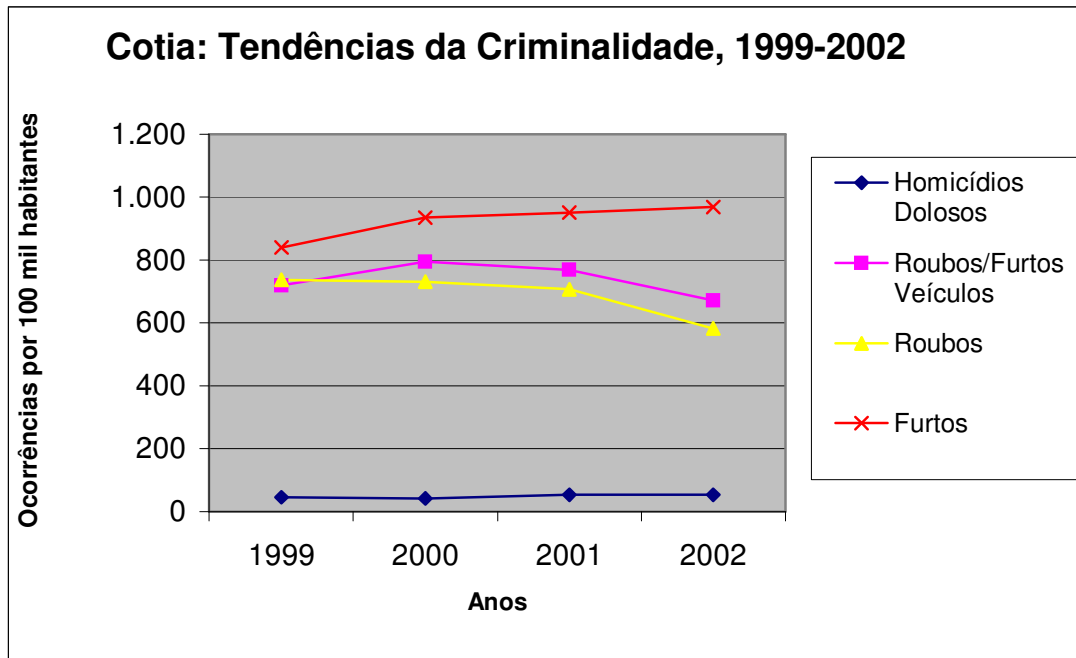




**CARAPICUÍBA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	43,35	49,33	55,55	44,77
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	379,24	347,07	337,28	327,63
<b>Roubos</b>	604,67	448,64	382,86	442,34
<b>Furtos</b>	488,60	451,83	632,97	622,52

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE  
 Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

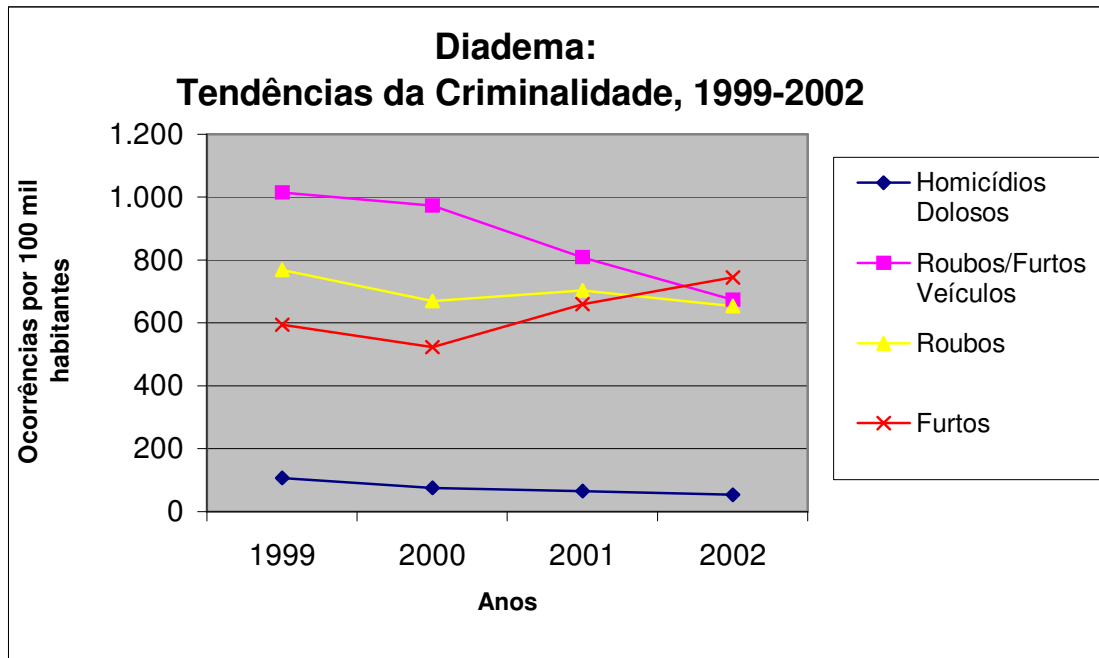


#### COTIA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	44,99	41,61	52,92	53,89
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	719,08	794,70	768,92	670,69
<b>Roubos</b>	736,22	730,94	707,51	582,66
<b>Furtos</b>	840,47	934,98	949,89	968,14

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

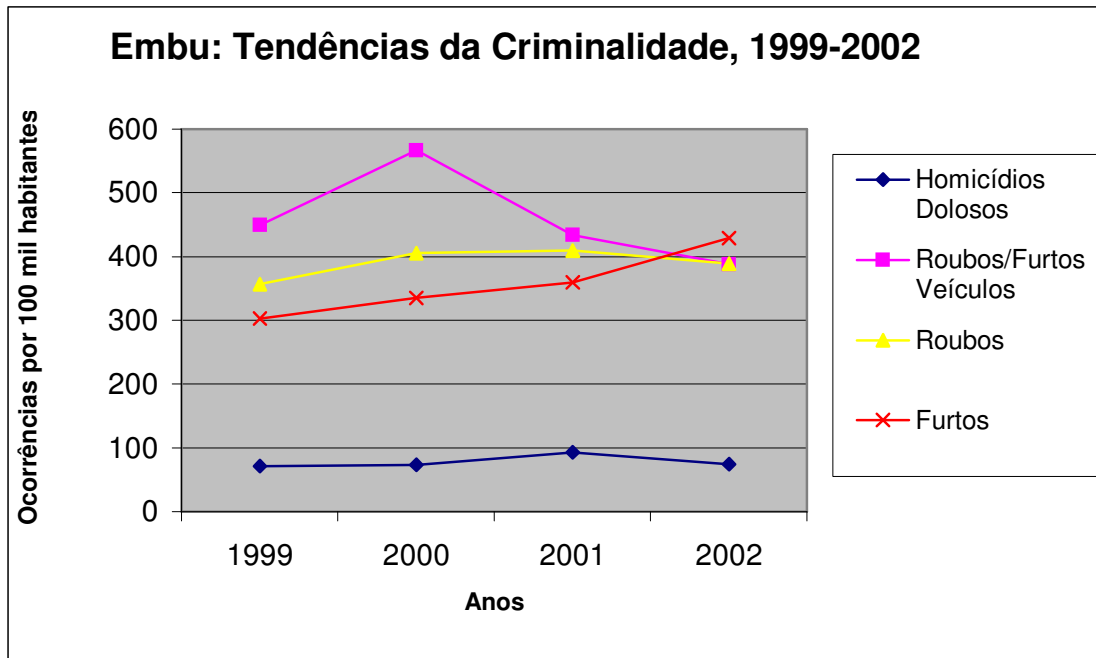


**DIADEMA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	107,44	75,90	65,63	54,08
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.014,10	972,63	807,91	672,63
<b>Roubos</b>	769,08	669,07	702,86	652,52
<b>Furtos</b>	594,49	522,32	659,29	745,46

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

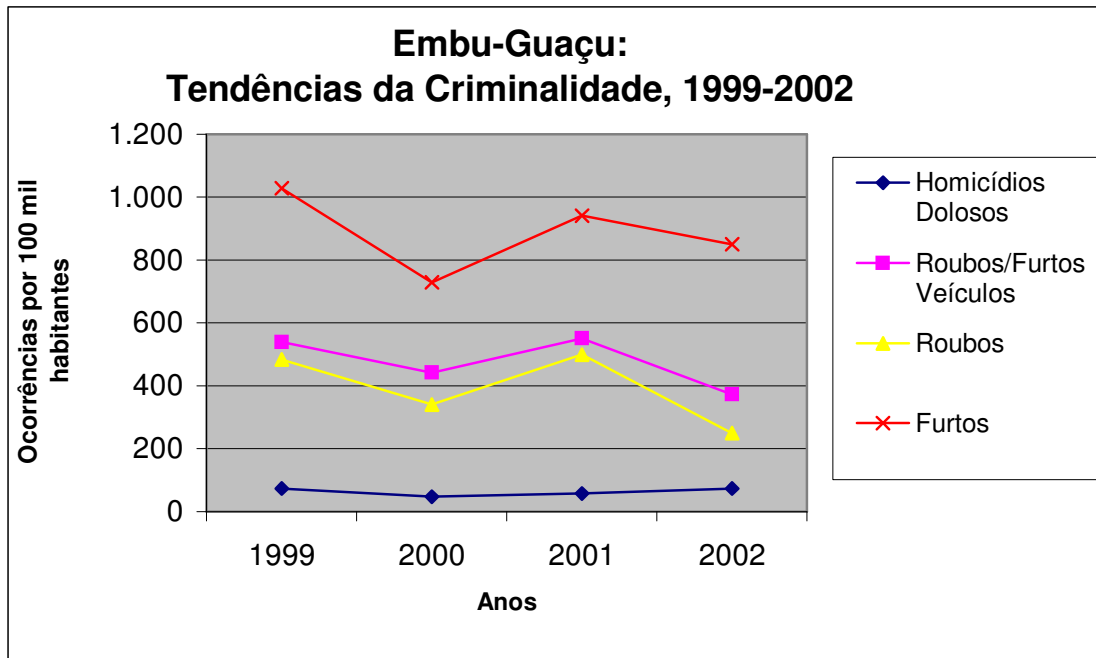


**EMBU: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	71,10	73,20	92,48	74,13
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	449,55	566,78	433,77	387,58
<b>Roubos</b>	356,40	405,95	409,83	388,50
<b>Furtos</b>	302,85	335,64	359,13	428,76

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

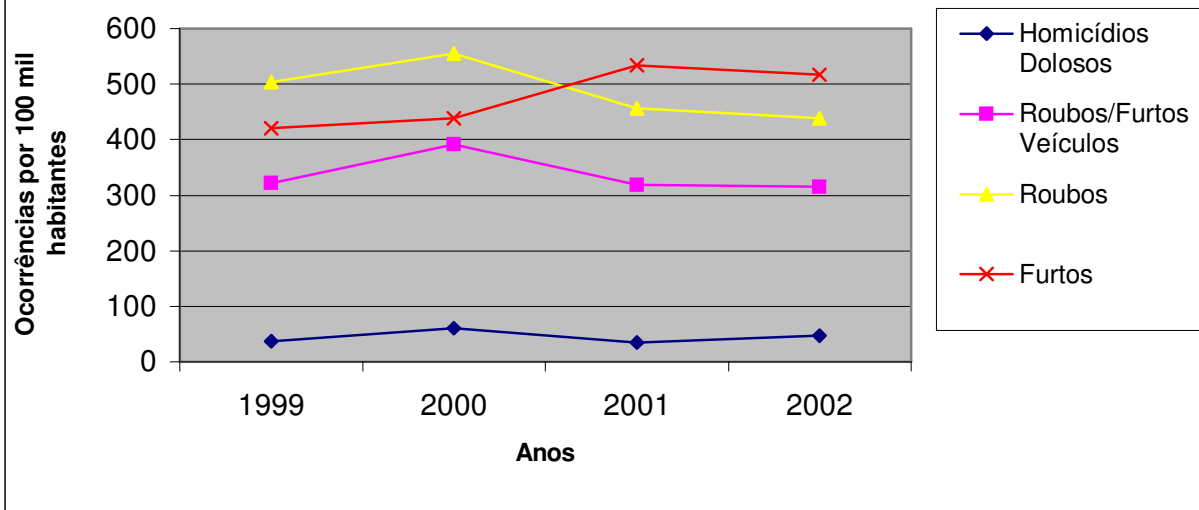


**EMBU-GUAÇU:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	72,58	47,44	57,42	73,46
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	537,96	441,00	550,53	372,18
<b>Roubos</b>	482,45	340,85	498,18	249,76
<b>Furtos</b>	1.026,81	729,14	940,62	850,47

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE  
 Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

### Ferraz de Vasconcelos: Tendências da Criminalidade, 1999-2002

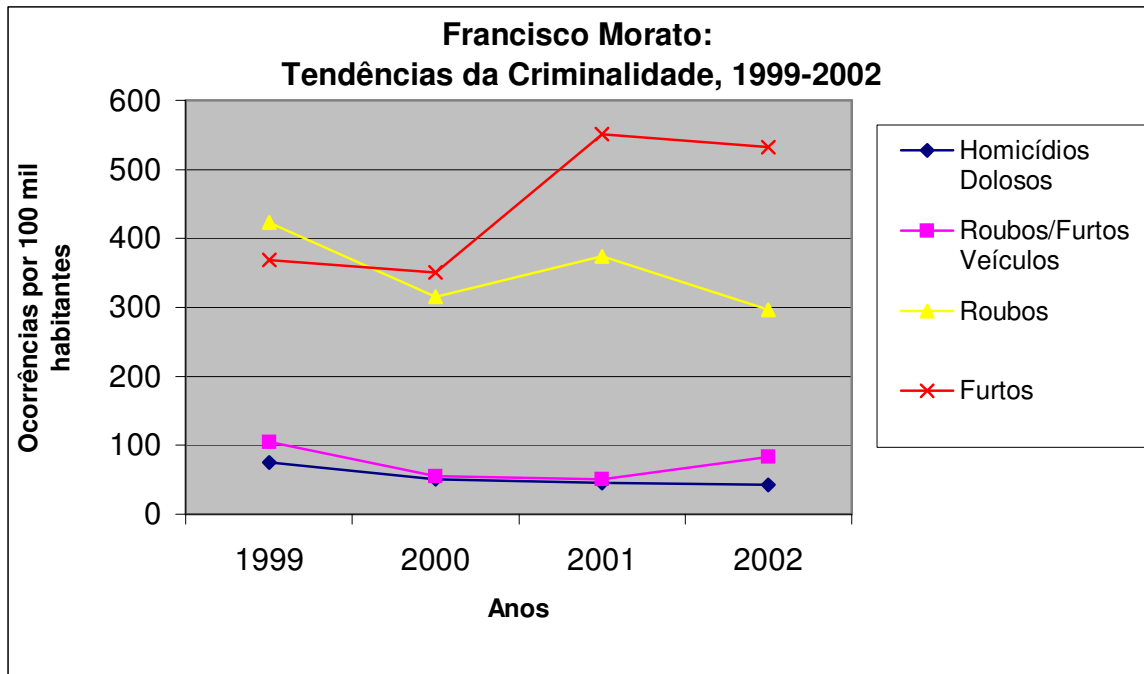


### FERRAZ DE VASCONCELOS: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	36,62	60,40	34,47	46,68
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	322,37	391,92	318,32	314,92
<b>Roubos</b>	504,02	555,57	456,86	438,53
<b>Furtos</b>	420,02	438,98	533,91	517,42

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

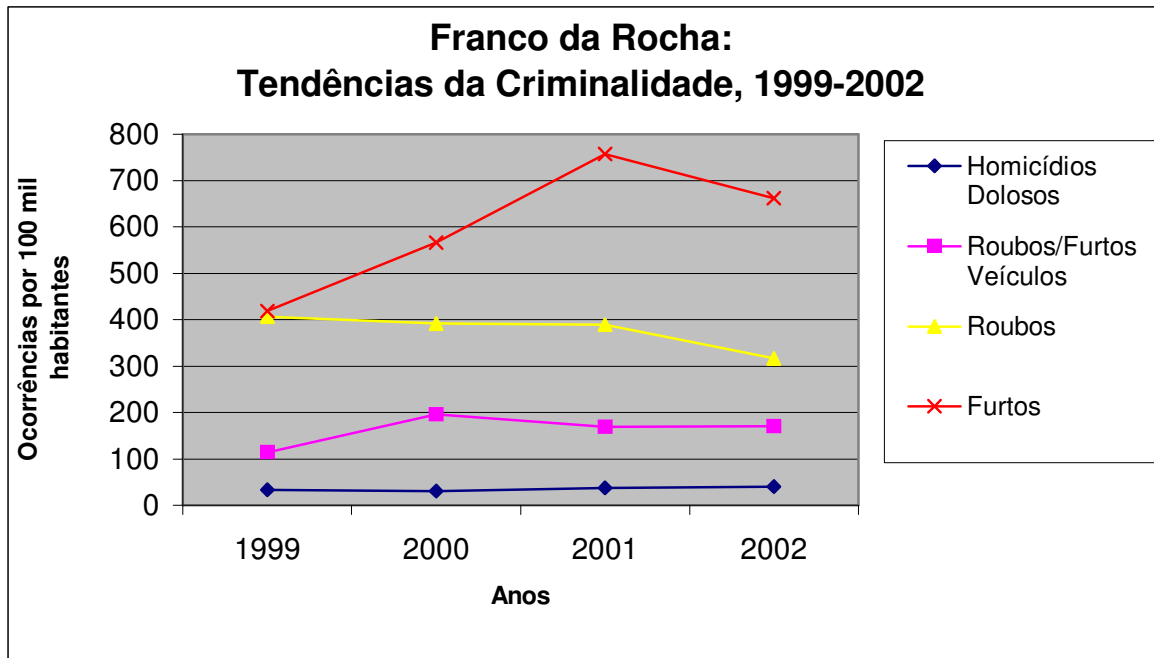


**FRANCISCO MORATO:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	75,08	50,85	45,22	42,29
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	104,79	55,33	50,25	83,20
<b>Roubos</b>	422,45	315,54	373,99	296,75
<b>Furtos</b>	368,82	350,69	551,30	532,49

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



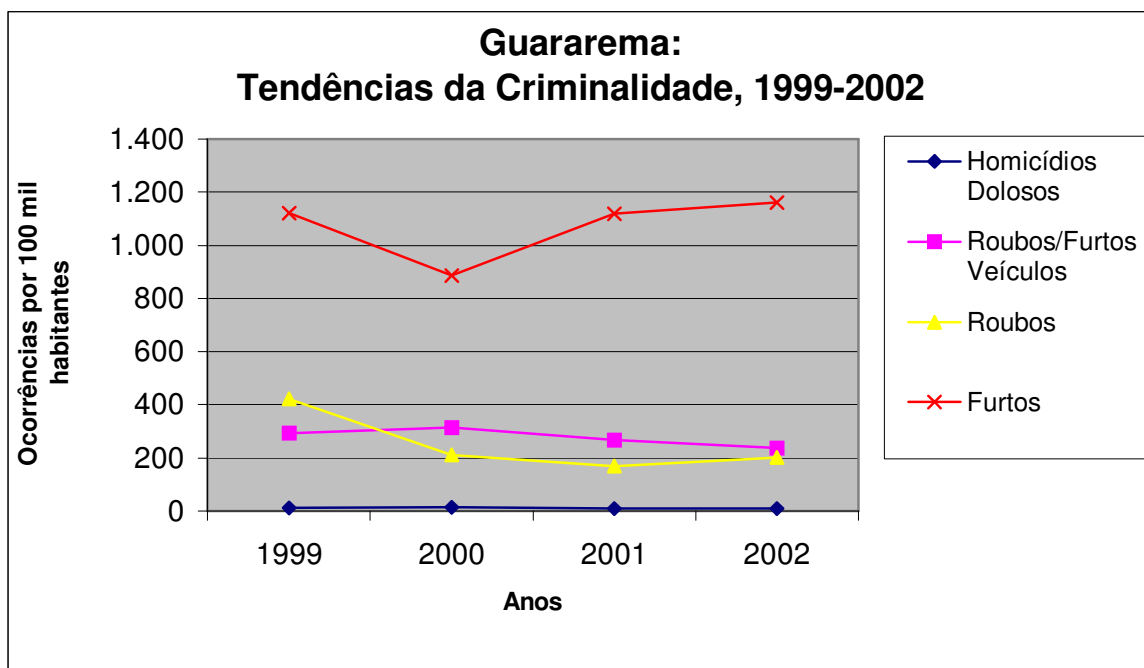
**FRANCO DA ROCHA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	33,96	30,52	37,02	40,75
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	114,72	196,07	168,84	170,99
<b>Roubos</b>	406,56	392,15	389,15	316,29
<b>Furtos</b>	419,41	566,95	757,53	661,82

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



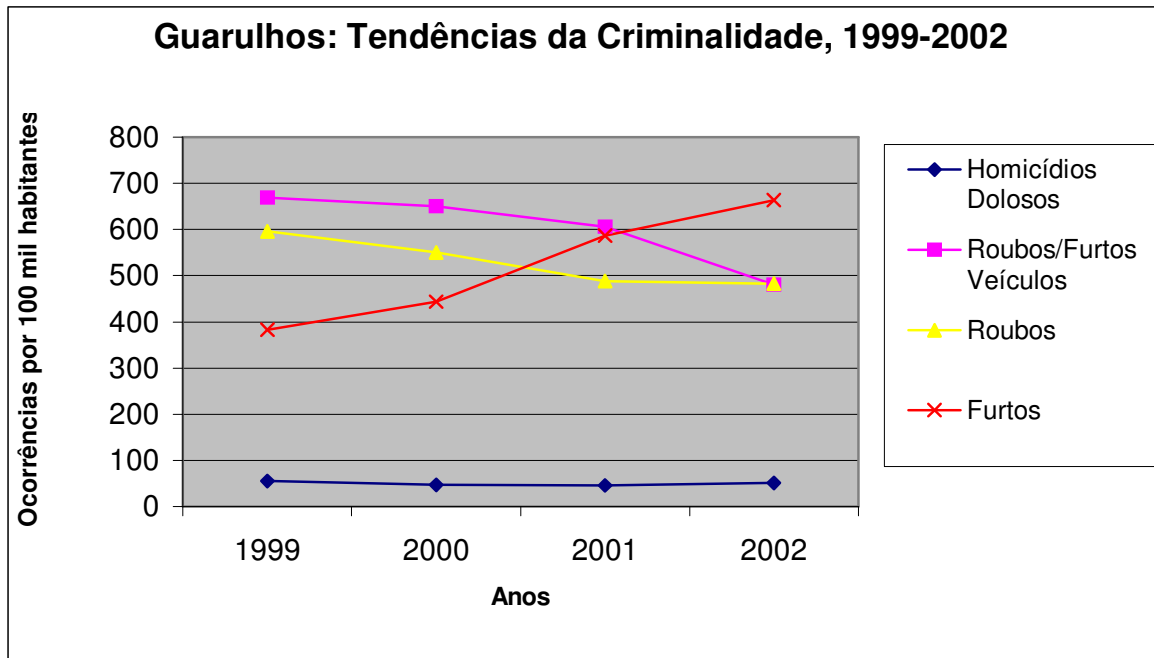


**GUARAREMA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	11,09	13,70	8,94	8,80
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	293,84	315,01	268,32	237,54
<b>Roubo</b>	421,36	210,01	169,94	202,35
<b>Furtos</b>	1.119,92	885,68	1.118,02	1.161,31

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



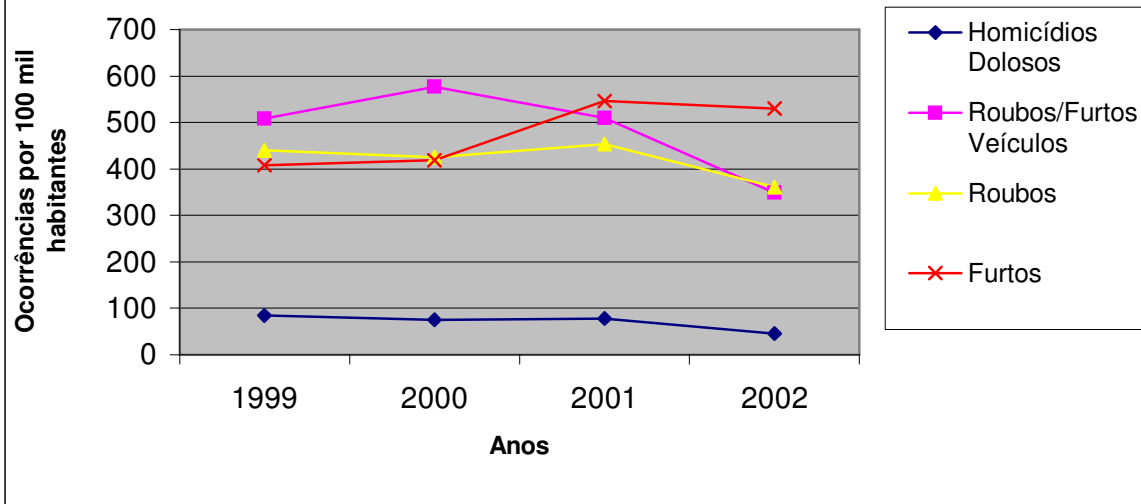
**GUARULHOS: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	54,75	47,82	46,47	51,83
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	668,96	649,75	606,02	479,67
<b>Roubo</b>	596,51	551,03	488,49	483,29
<b>Furtos</b>	383,07	444,11	586,49	663,14

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

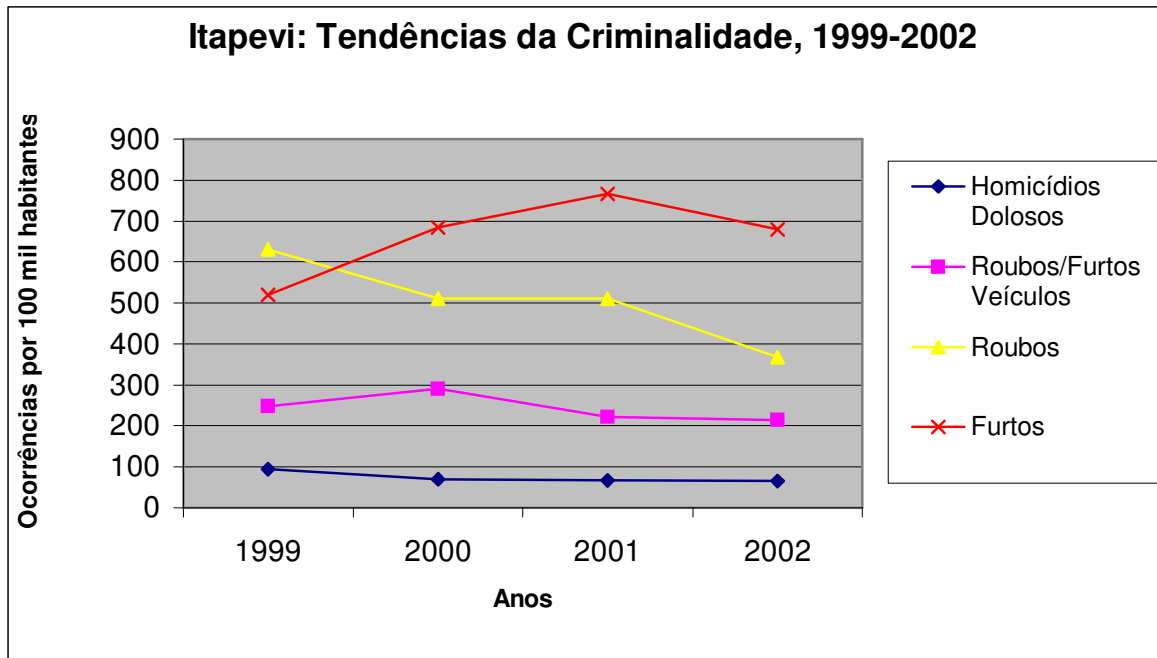
**Itapecerica da Serra:  
Tendências da Criminalidade, 1999-2002**



**ITAPECERICA DA SERRA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	84,47	75,57	77,32	46,06
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	507,61	576,01	510,03	349,04
<b>Roubo</b>	440,51	424,88	452,78	361,28
<b>Furtos</b>	407,35	418,71	545,72	529,68

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE  
 Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



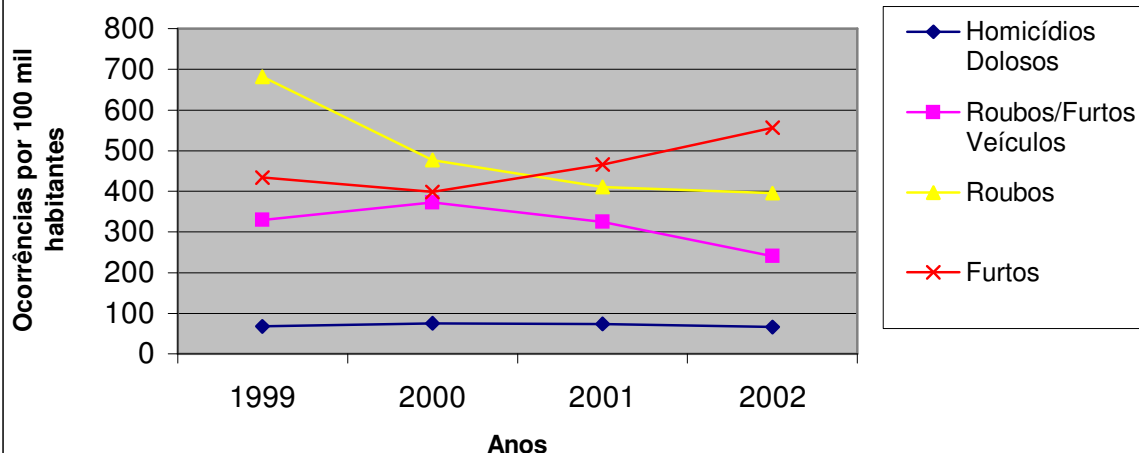
**ITAPEVI: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	94,25	70,18	67,41	65,56
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	248,24	290,58	222,35	213,93
<b>Roubos</b>	630,55	510,98	511,52	368,05
<b>Furtos</b>	520,37	684,59	765,80	679,74

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

**Itaquaquecetuba:  
Tendências da Criminalidade, 1999-2002**

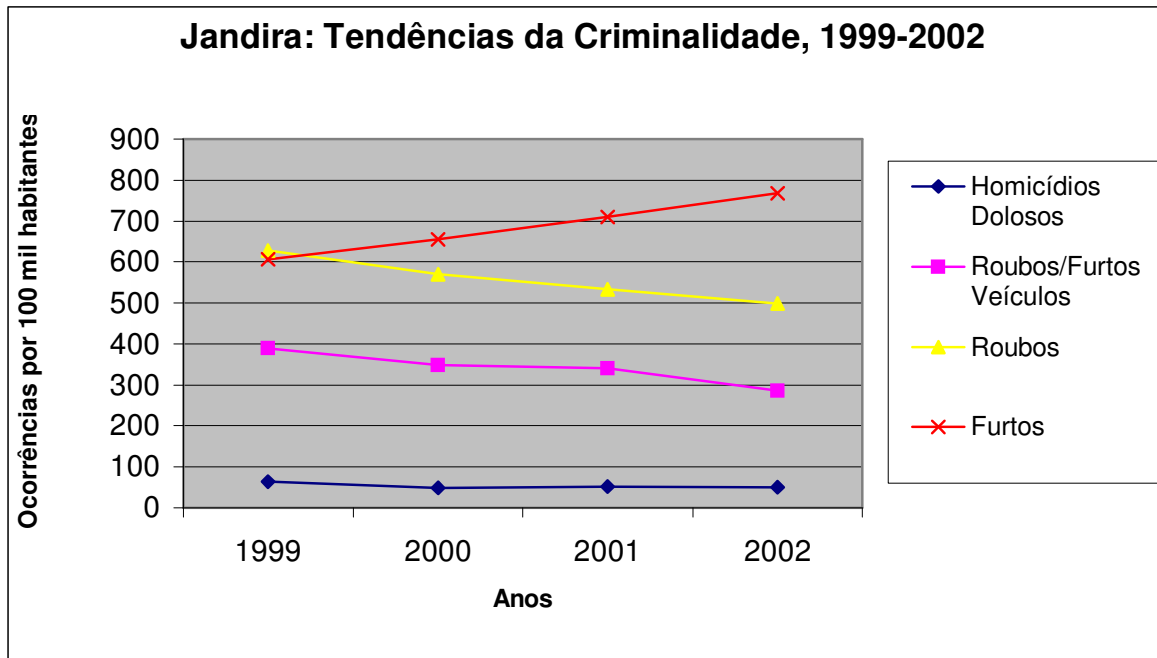


**ITAQUAQUECETUBA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	67,19	75,47	73,18	65,95
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	329,67	372,61	325,62	241,16
<b>Roubo</b>	681,50	476,66	411,05	395,05
<b>Furtos</b>	433,78	397,89	466,37	557,06

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

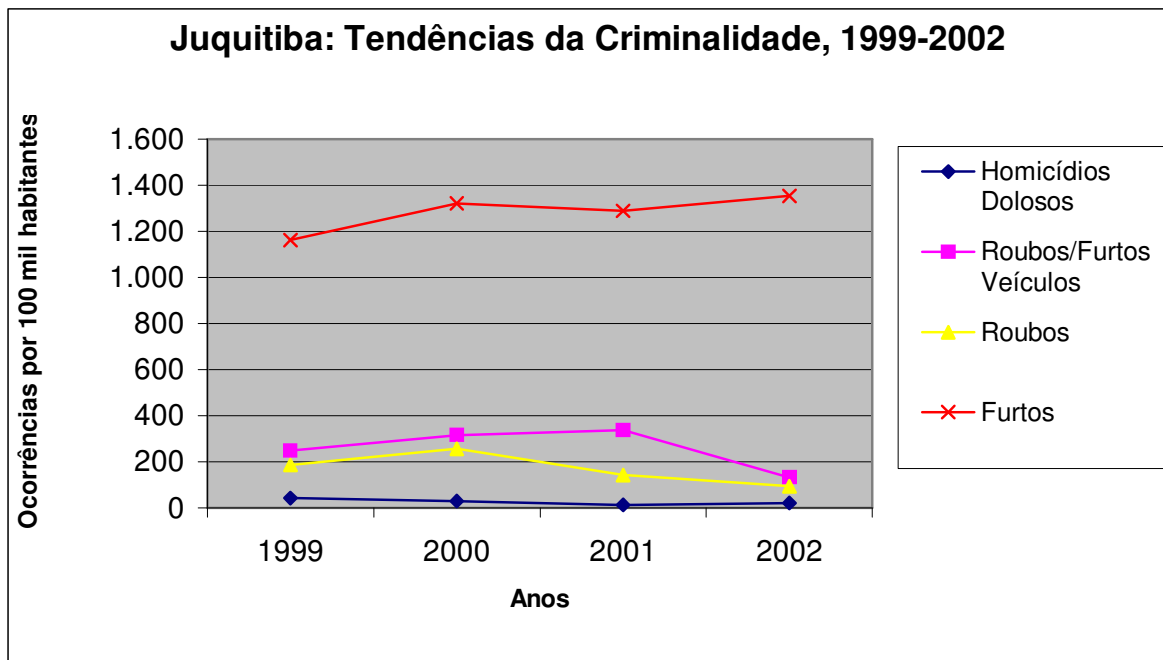


**JANDIRA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	63,46	49,02	51,43	50,04
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	389,13	347,47	340,04	285,92
<b>Roubos</b>	627,40	569,67	533,14	498,31
<b>Furtos</b>	605,85	655,72	709,46	767,89

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



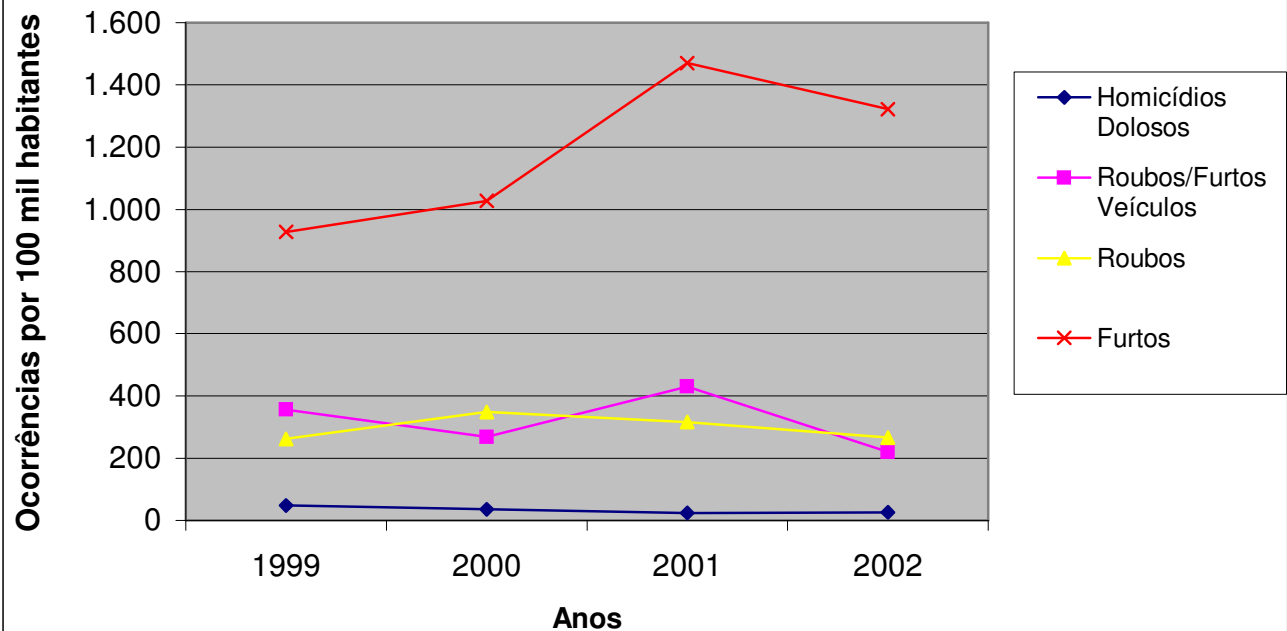
**JUQUITIBA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	43,48	30,24	14,66	21,56
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	247,83	317,47	337,28	132,97
<b>Roubos</b>	186,96	257,00	142,98	93,44
<b>Furtos</b>	1.160,87	1.322,80	1.288,14	1.354,90

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

### Mairiporã: Tendências da Criminalidade, 1999-2002



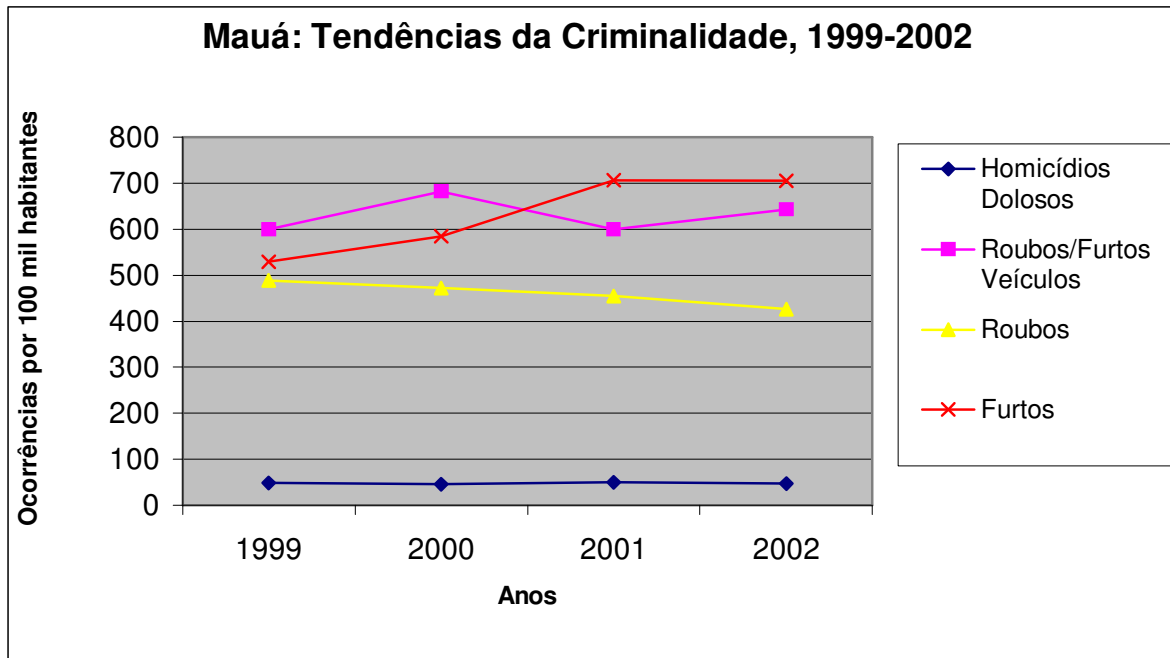
#### MAIRIPORÃ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	48,82	36,60	24,14	26,42
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	356,23	267,84	431,31	220,65
<b>Roubos</b>	262,20	349,35	315,44	265,72
<b>Furtos</b>	927,65	1.028,10	1.469,36	1.320,82

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



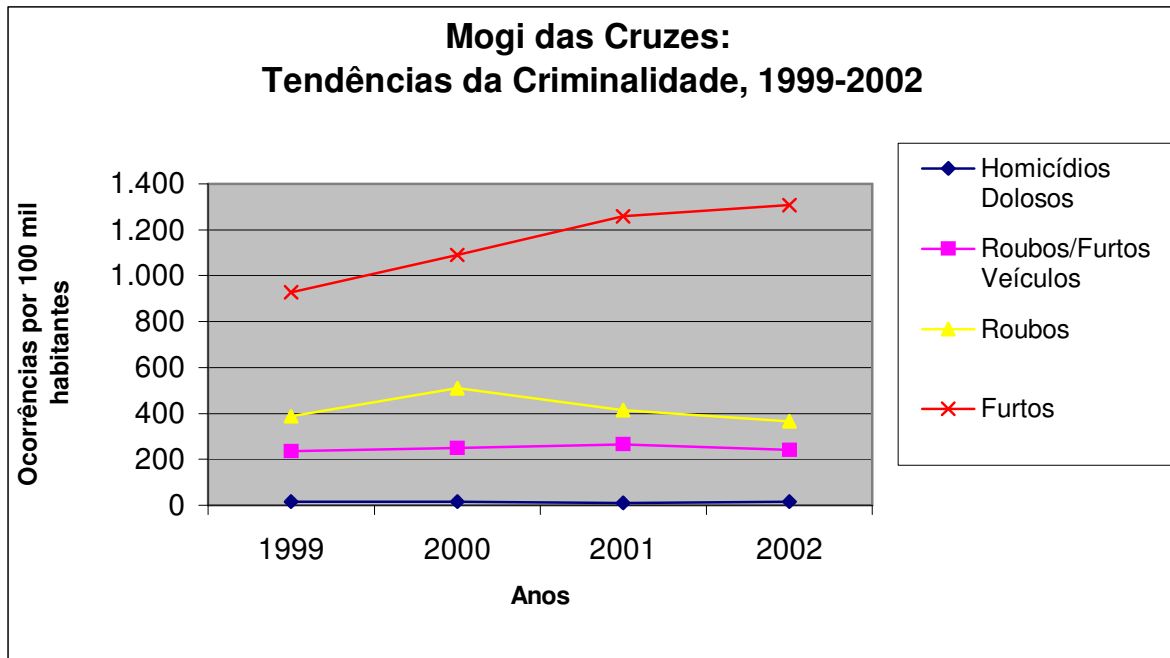


**MAUÁ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	49,06	45,96	49,53	47,65
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	599,65	682,46	599,24	642,70
<b>Roubos</b>	488,20	472,77	454,95	426,97
<b>Furtos</b>	528,99	584,22	706,92	705,70

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

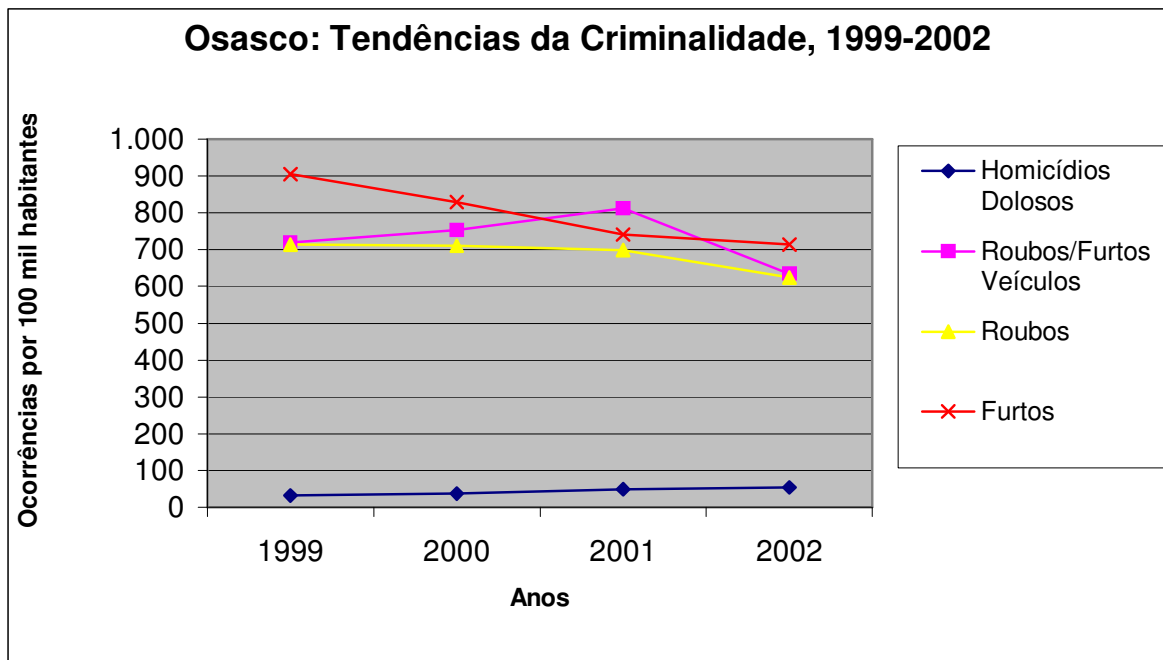


**MOGI DAS CRUZES:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	15,63	15,44	11,88	16,36
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	236,74	248,30	264,99	240,18
<b>Roubos</b>	386,80	509,93	415,31	367,28
<b>Furtos</b>	926,90	1.090,72	1.257,81	1.308,12

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



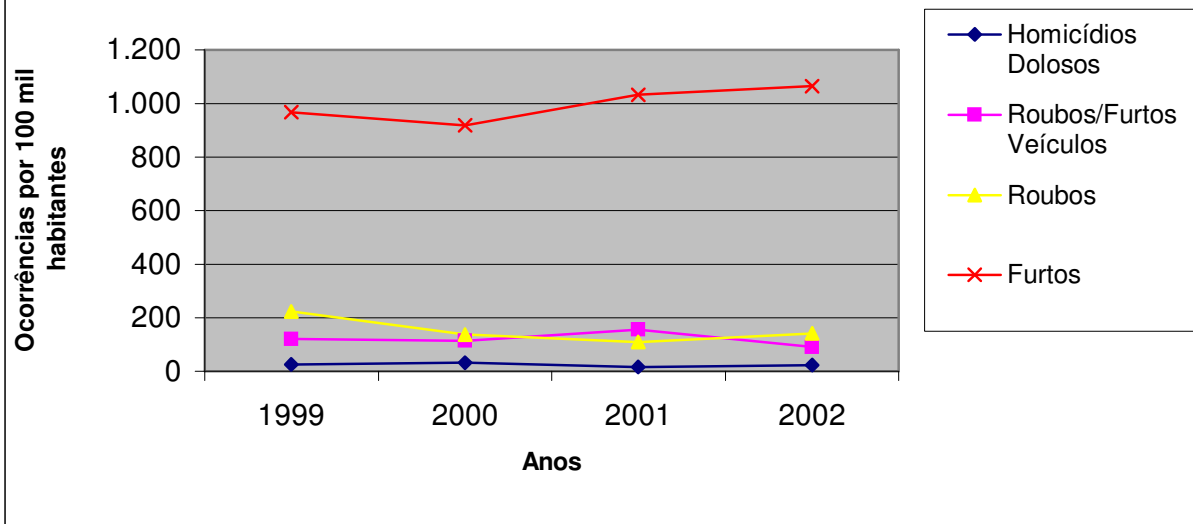
**OSASCO: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	32,75	37,08	49,91	53,70
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	718,76	753,46	812,22	635,05
<b>Roubos</b>	714,52	710,55	698,93	623,86
<b>Furtos</b>	904,48	828,54	740,52	713,21

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

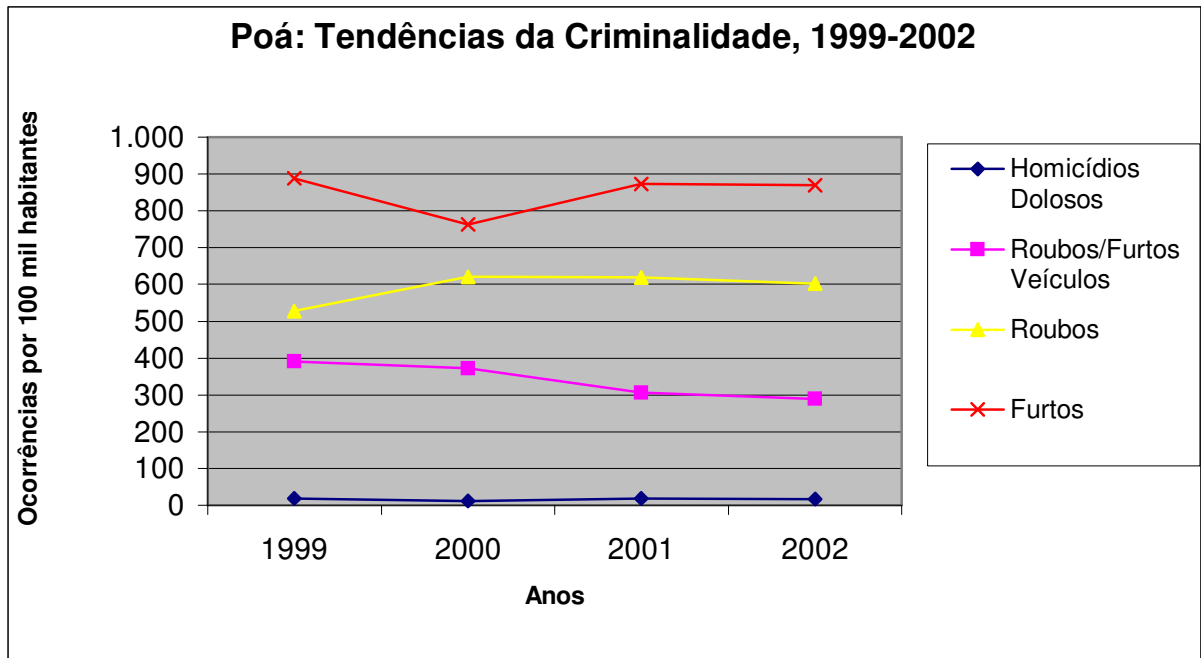
**Pirapora do Bom Jesus:  
Tendências da Criminalidade, 1999-2002**



**PIRAPORA DO BOM JESUS:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	25,67	32,27	15,53	22,51
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	119,79	112,95	155,30	90,02
<b>Roubos</b>	222,47	137,15	108,71	142,54
<b>Furtos</b>	966,89	919,73	1.032,77	1.065,27

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE  
 Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

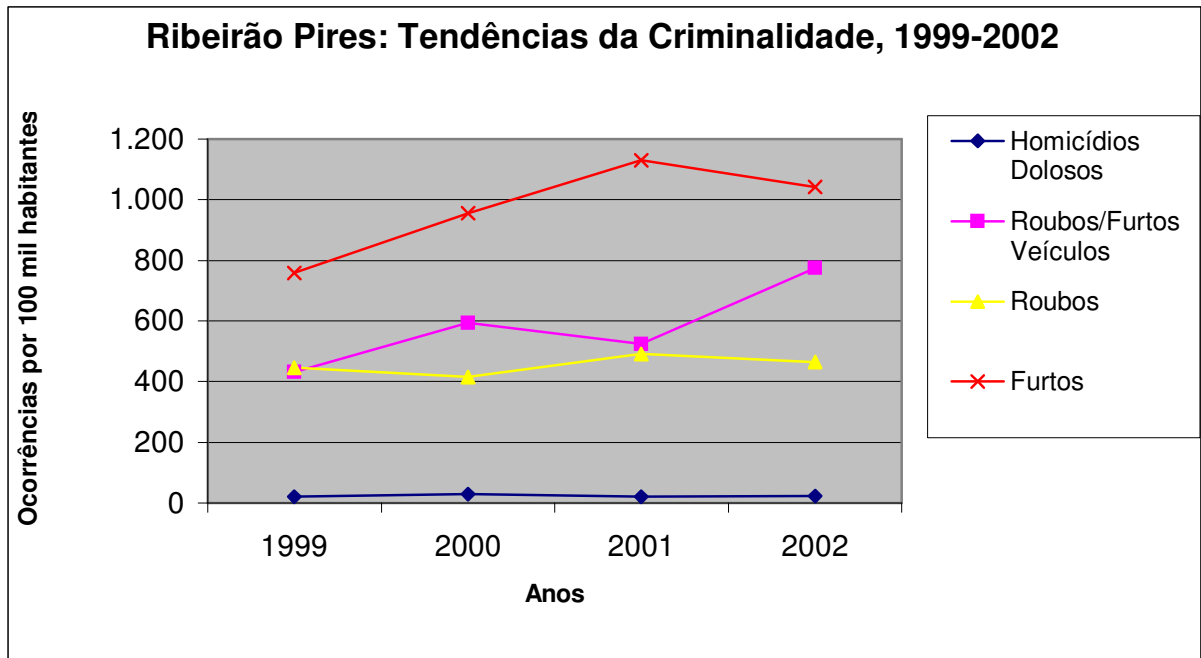


**POÁ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	19,05	12,53	18,35	17,02
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	391,10	371,60	306,81	289,27
<b>Roubos</b>	527,81	621,08	618,72	602,57
<b>Furtos</b>	887,53	763,04	872,53	869,83

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

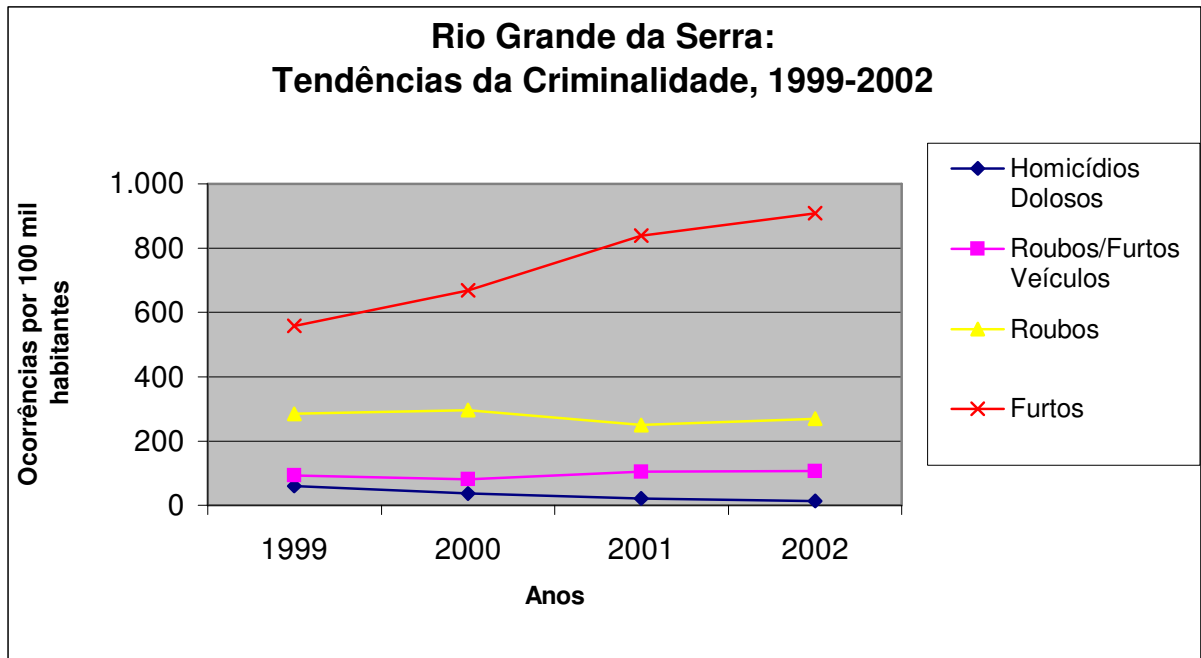


**RIBEIRÃO PIRES: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	21,27	28,71	20,62	22,10
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	431,01	594,21	522,96	775,37
<b>Roubo</b>	444,88	414,32	492,03	465,03
<b>Furtos</b>	757,51	955,91	1.130,26	1.042,41

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

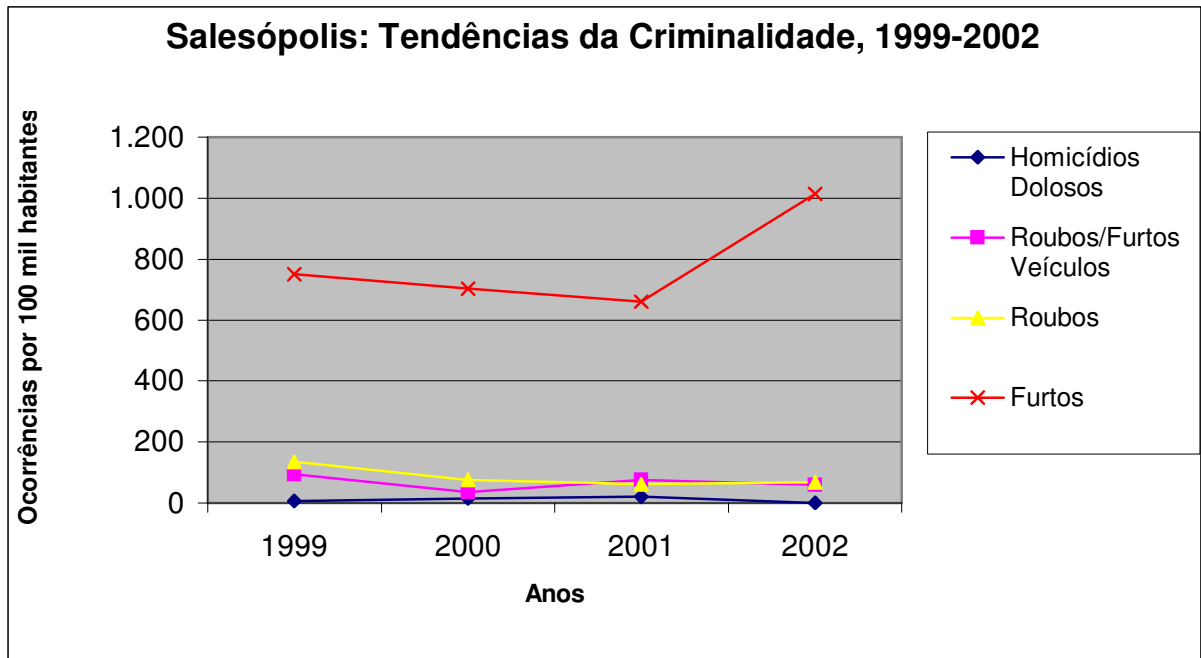


**RIO GRANDE DA SERRA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	59,74	37,75	21,54	12,95
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	93,51	80,88	105,01	106,21
<b>Roubos</b>	285,74	296,57	250,40	269,40
<b>Furtos</b>	558,49	668,63	840,04	909,23

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



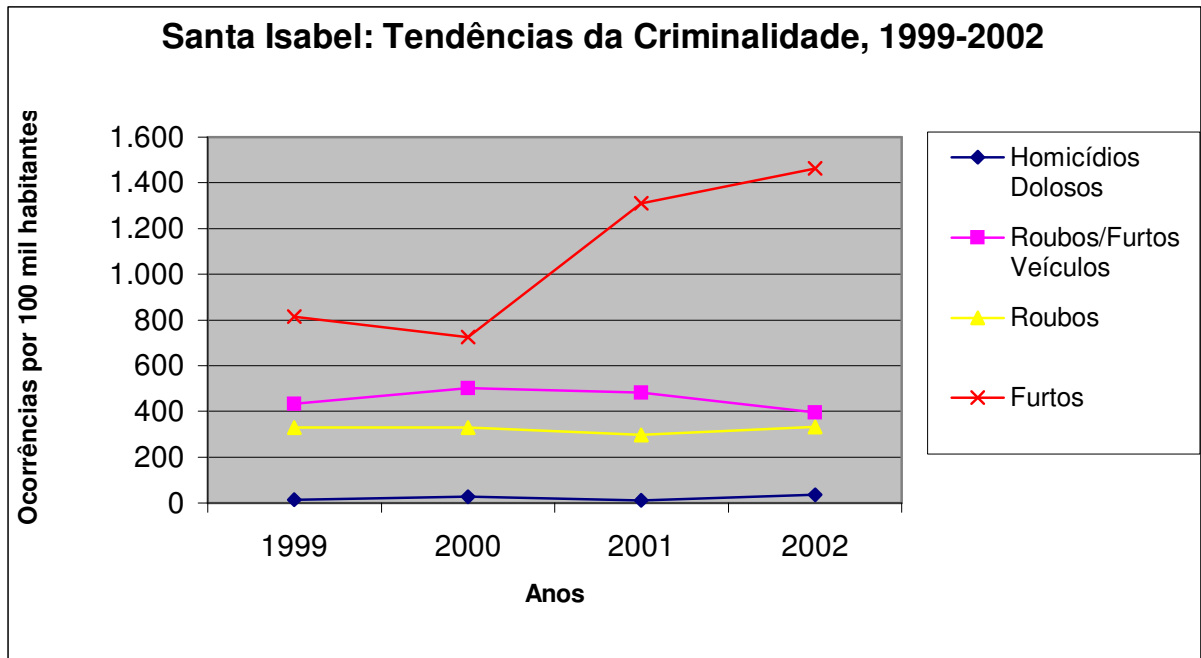
**SALESÓPOLIS: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	6,77	13,93	20,42	0,00
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	94,72	34,83	74,86	60,05
<b>Roubos</b>	135,31	76,62	61,25	66,72
<b>Furtos</b>	750,96	703,49	660,13	1.014,21

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



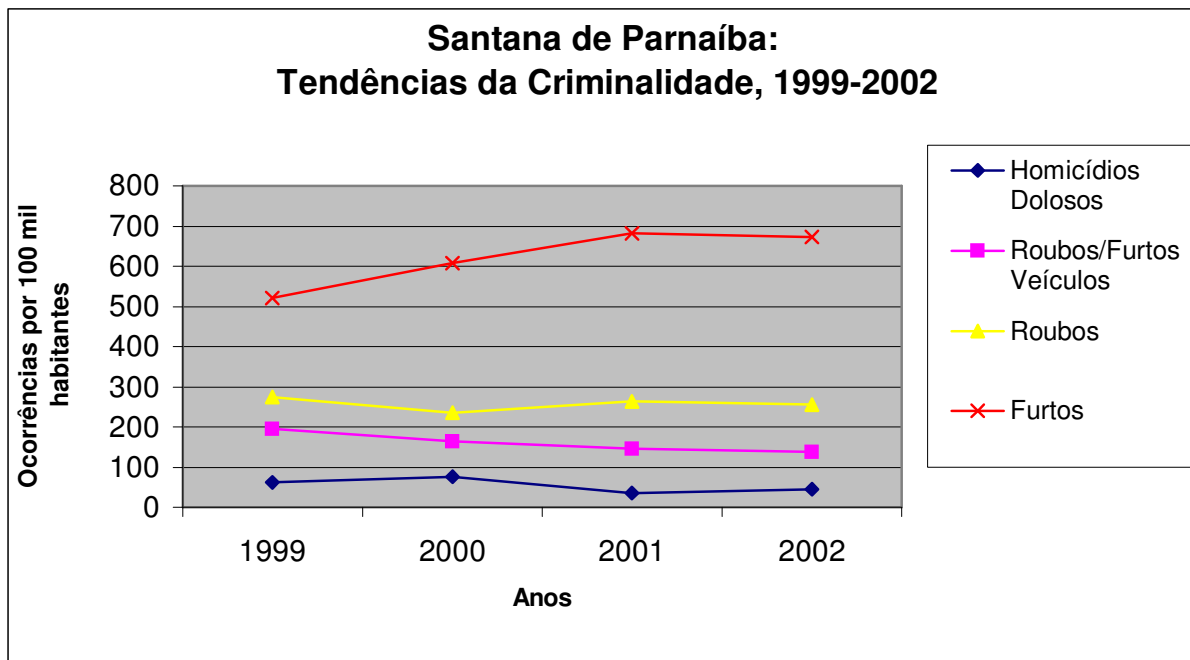


**SANTA ISABEL: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	13,78	27,43	11,29	35,59
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	434,05	500,69	483,04	395,97
<b>Roubos</b>	330,71	329,22	297,95	331,46
<b>Furtos</b>	815,29	724,74	1.311,42	1.463,75

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

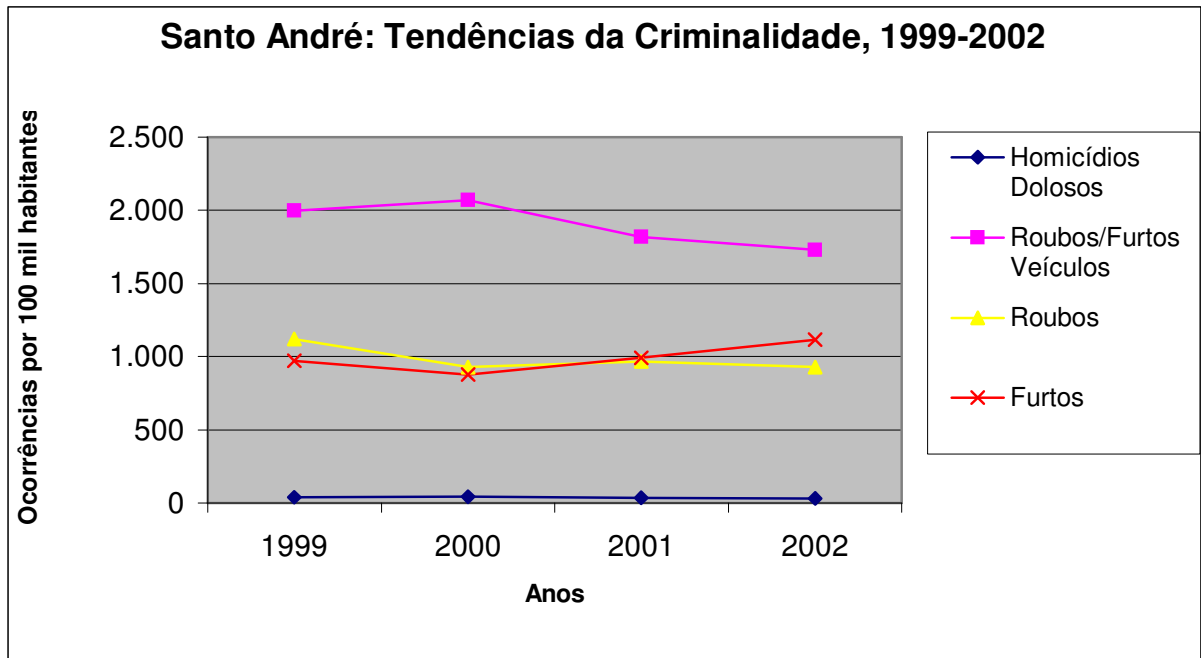


**SANTANA DE PARNAÍBA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	61,41	76,17	35,33	44,78
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	195,24	164,38	145,09	137,97
<b>Roubos</b>	273,97	235,21	263,69	255,37
<b>Furtos</b>	521,18	608,06	682,56	672,92

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



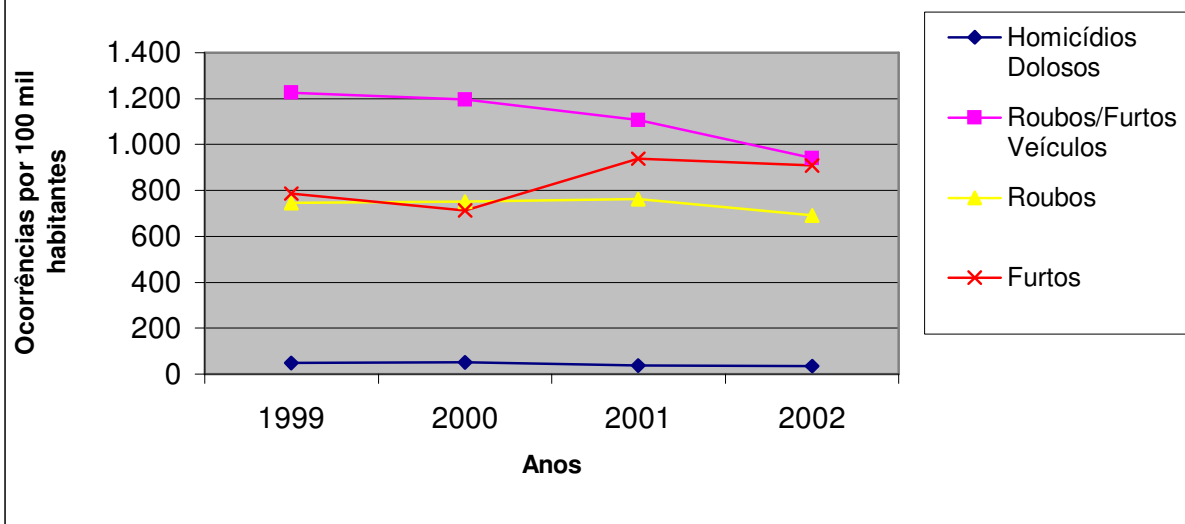
**SANTO ANDRÉ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	40,31	43,12	32,65	29,72
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.995,48	2.070,44	1.819,25	1.730,43
<b>Roubos</b>	1.121,62	928,03	965,04	929,23
<b>Furtos</b>	971,32	878,75	992,48	1.115,17

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

**São Bernardo do Campo:  
Tendências da Criminalidade, 1999-2002**

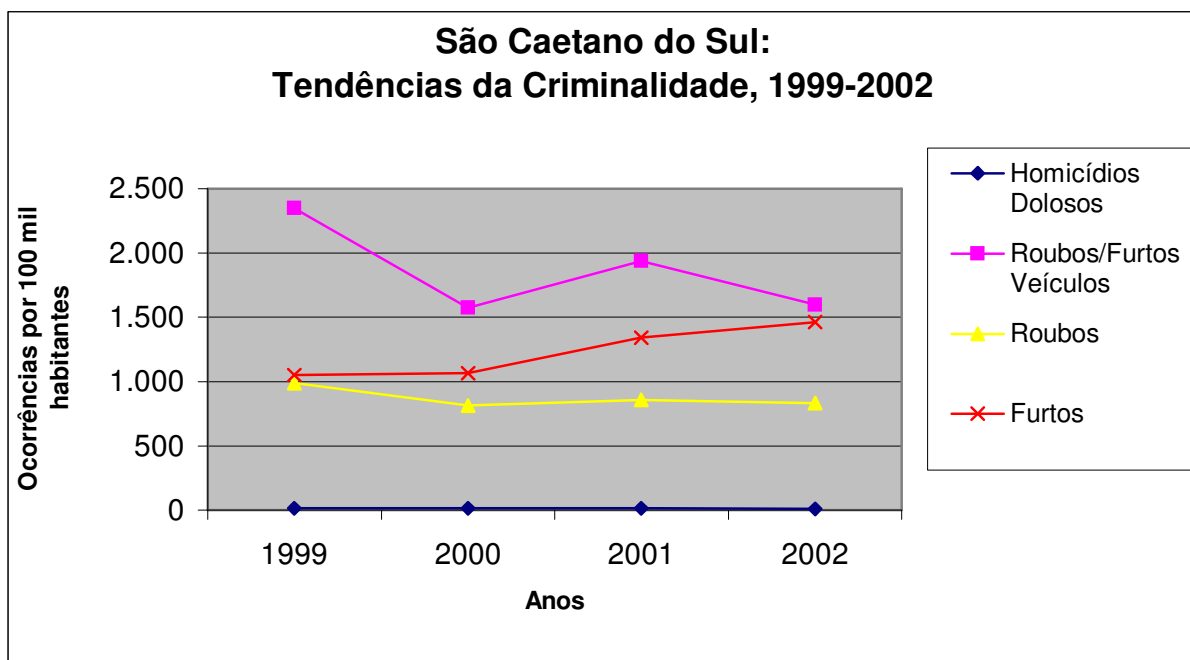


**SÃO BERNARDO DO CAMPO:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	48,40	52,48	36,78	34,57
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.226,47	1.197,00	1.107,15	942,81
<b>Roubos</b>	744,81	752,02	763,59	691,67
<b>Furtos</b>	786,44	713,76	938,99	907,83

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



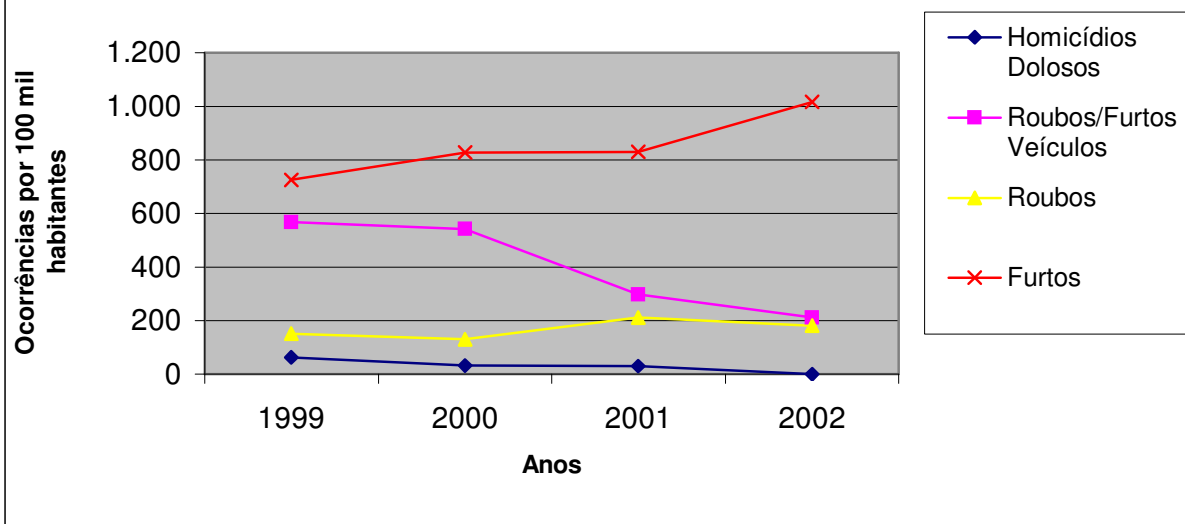
**SÃO CAETANO DO SUL:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	12,75	12,84	14,39	7,96
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	2.351,45	1.573,93	1.937,52	1.597,82
<b>Roubos</b>	987,08	814,79	856,16	832,20
<b>Furtos</b>	1.051,59	1.065,93	1.343,96	1.463,22

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

**São Lourenço do Serra:  
Tendências da Criminalidade, 1999-2002**

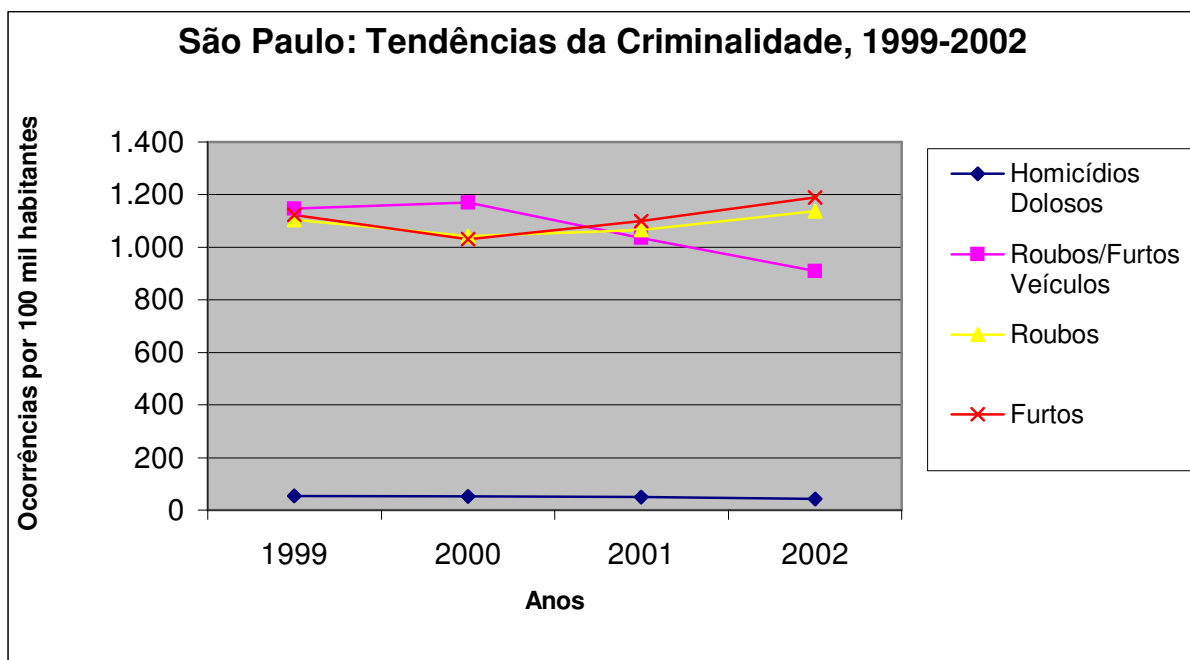


**SÃO LOURENÇO DA SERRA:  
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	62,03	32,79	31,35	0,00
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	567,12	541,03	297,85	212,31
<b>Roubos</b>	150,64	131,16	211,63	181,98
<b>Furtos</b>	726,63	827,94	830,85	1.016,08

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

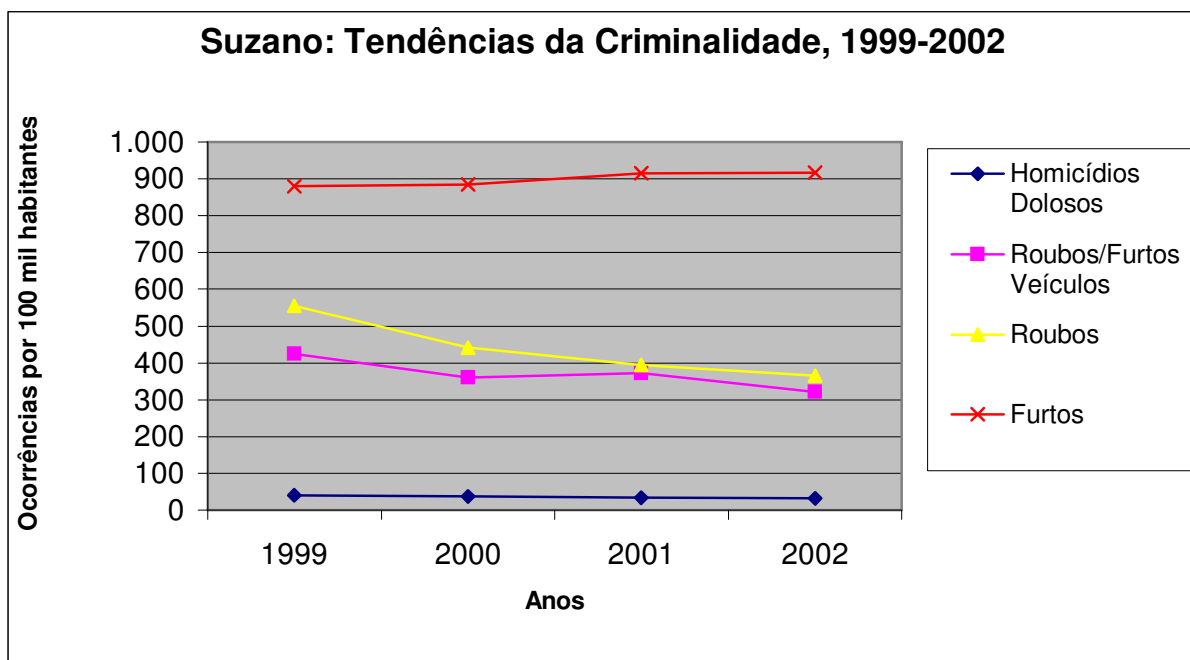


**SÃO PAULO: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	54,35	51,05	49,28	43,69
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.145,58	1.170,99	1.034,86	908,49
<b>Roubos</b>	1.104,46	1.042,86	1.067,05	1.138,24
<b>Furtos</b>	1.121,83	1.030,79	1.098,95	1.189,61

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



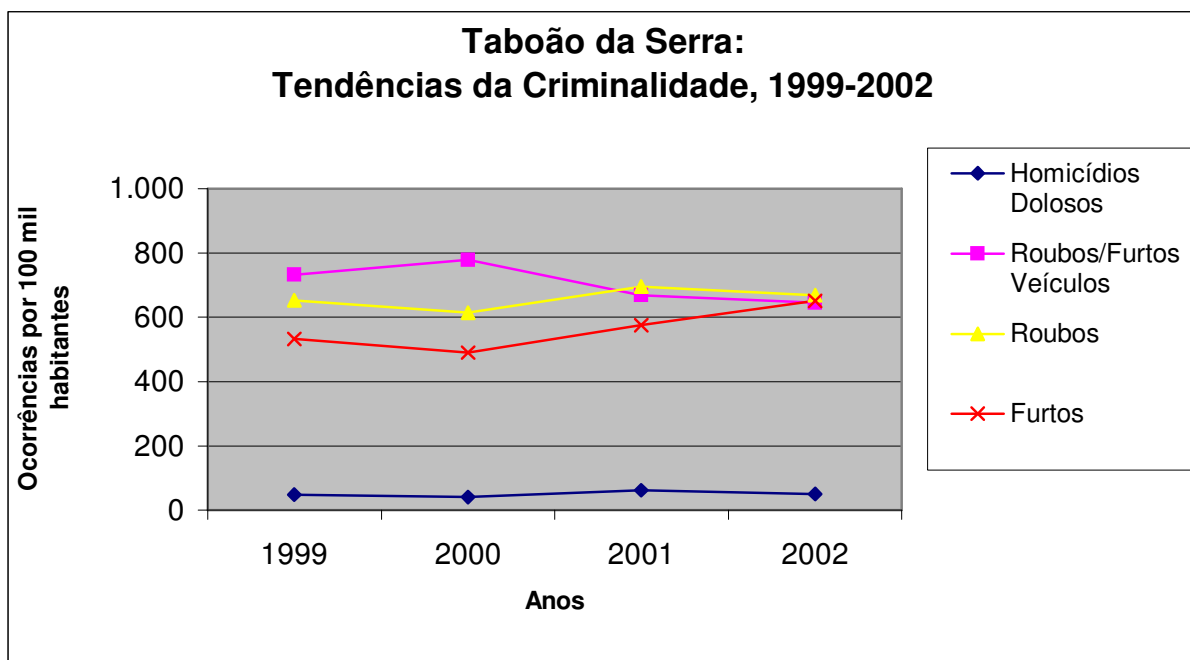
**SUZANO: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	39,91	38,04	34,60	32,87
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	424,70	360,31	372,59	320,89
<b>Roubos</b>	555,17	441,21	393,69	366,09
<b>Furtos</b>	880,09	884,17	916,08	917,47

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos





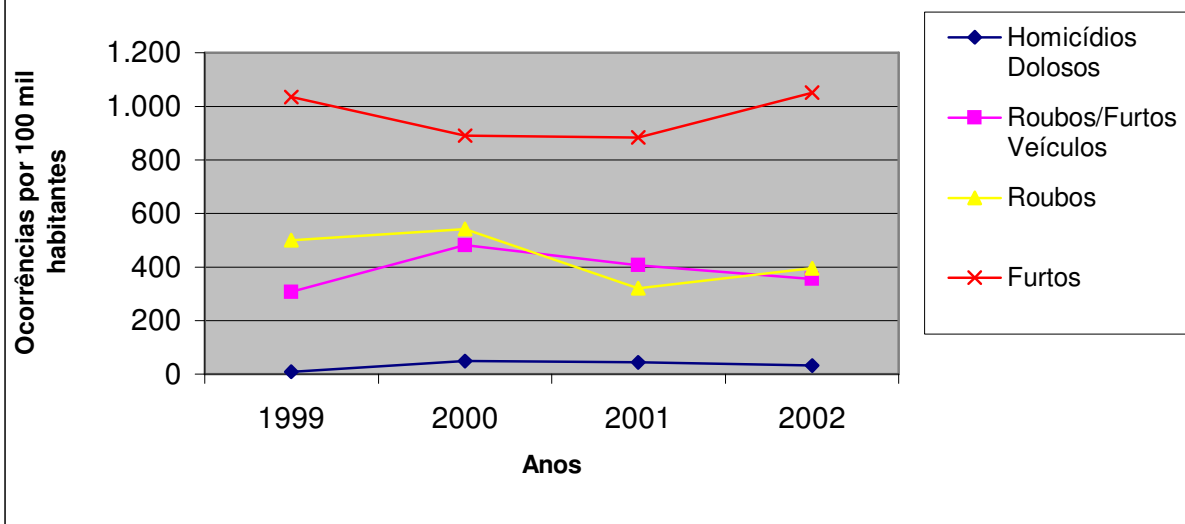
#### TABOÃO DA SERRA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	47,58	40,48	61,87	50,60
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	733,49	779,18	668,15	645,59
<b>Roubos</b>	653,00	613,73	694,88	668,95
<b>Furtos</b>	532,02	490,78	575,11	650,95

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

### Vargem Grande Paulista: Tendências da Criminalidade, 1999-2002

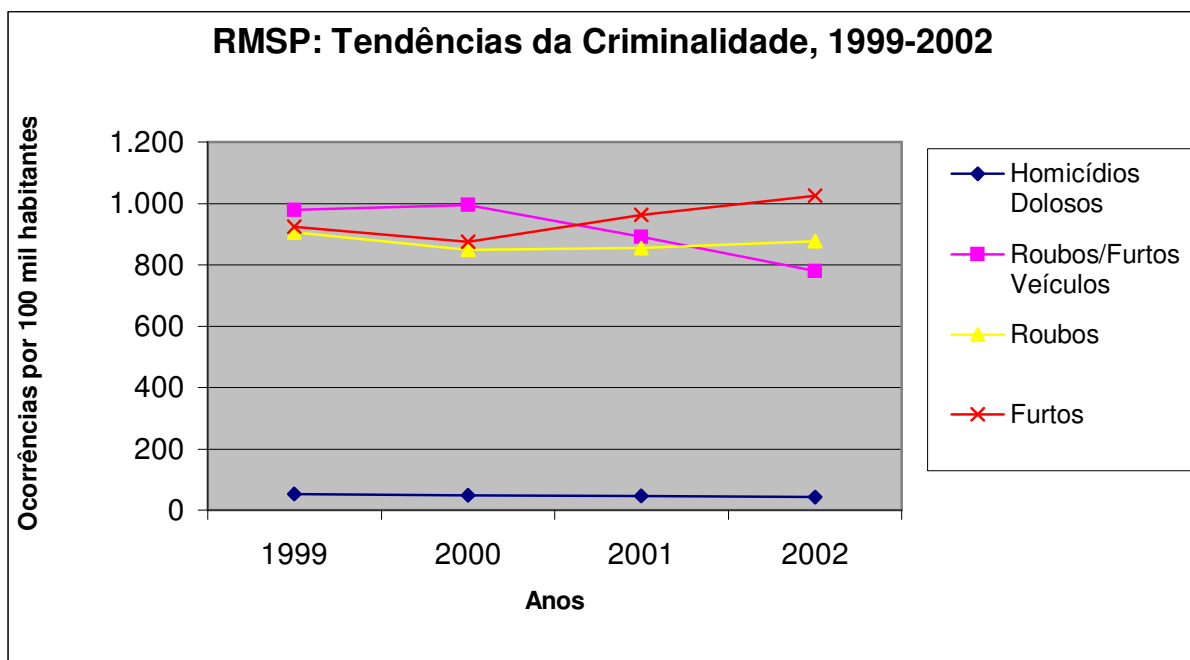


### VARGEM GRANDE PAULISTA: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	10,14	48,96	43,36	33,13
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	307,65	480,37	407,54	356,18
<b>Roubos</b>	500,35	541,57	320,83	394,83
<b>Furtos</b>	1.034,52	890,37	884,44	1.051,96

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



**RMSP: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002
<b>Homicídios Dolosos</b>	52,10	49,29	47,39	43,28
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	978,83	995,06	890,77	780,03
<b>Roubos</b>	905,08	849,66	854,45	877,60
<b>Furtos</b>	923,15	875,84	962,44	1.024,82

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 8**  
**27/02/2003 A 28/05/2003**

**29 DE MAIO DE 2003**

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 8**

**27/02/2003 a 28/05/2003**

#### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. COORDENAÇÃO
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO
8. GT SISTEMA PRISIONAL

#### **ANEXOS**

1. Carta de intenções referente à participação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no projeto “Cidades mais Justas e mais Seguras” – Página 15
2. Ofícios ao Secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel PM Alberto Silveira Rodrigues – Página 16
3. Proposta de pauta para reunião entre os prefeitos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares – Página 18
4. Informações sobre o Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras – Página 20
5. “Kit Infocrim” – Página 24
6. Relatório sobre o processo de assinatura de convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e o Governo do Estado, referentes à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrência criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência – Página 34
7. Relatório sobre a implantação e a utilização do quadro de ocorrências elaborado pelo Fórum Metropolitano pelas guardas municipais da RMSP – Página 35
8. Nova moção de apoio à proposta de emenda constitucional que dispõe sobre as competências das guardas municipais – Página 37
9. Roteiro para apresentação de projetos e ações de prevenção da violência – Página 38

10. Quadro com dados sobre o número de adolescentes em medida sócio-educativa de internação, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, por distrito do município de São Paulo em 2002 – Página 40
11. Questionário sobre a participação dos municípios na aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto – Página 43
12. Conselho Municipal pela Cultura de Paz – Minuta de Projeto de Lei Municipal – Página 44
13. Regulamento do Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo – Página 47
14. Relatório de acompanhamento da implementação da lei que disciplina o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“Lei Seca”) – Página 50
15. Quadro com informações sobre leis municipais relevantes para a segurança pública – Página 52
16. Modelo de lei municipal que torna obrigatória a fixação de adesivos de divulgação do número do Disque Denúncia no vidro traseiro dos ônibus, órgãos públicos e outros logradouros – Página 53
17. Moção em solidariedade ao município de Franco da Rocha – Página 54
18. Levantamento das penitenciárias e dos centros de detenção provisória da Região Metropolitana de São Paulo – Página 55
19. Evolução da população prisional no Estado de São Paulo, 1994-2003 – Página 59
20. População prisional em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária, Região Metropolitana de São Paulo, Março de 2003 – Página 61
21. População prisional unidades prisionais administradas pela Secretaria da Segurança Pública, Região Metropolitana de São Paulo (Exceto Cidade de São Paulo), Março de 2003 – Página 63
22. Ofício para o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, em favor da realização da semana de segurança pública para discussão sobre projetos de segurança pública – Página 64

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 27 de fevereiro a 28 de maio de 2003. O relatório apresenta também propostas de ações para o próximo trimestre.<sup>1</sup>

Durante o último trimestre, as principais atividades e resultados do Fórum Metropolitano foram:

- a) Assinatura de carta de intenções referente à participação do Fórum Metropolitano no “Projeto Cidades Mais Justas e Mais Seguras”.
- b) Assinatura do convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, através da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, referente à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência, em março de 2003.
- c) Acompanhamento da implantação do sistema de registro de ocorrências pelas guardas municipais da região metropolitana. Pelas informações disponíveis, o sistema está sendo implantado em 6 municípios.
- d) Elaboração de nova moção de apoio à aprovação da PEC 87/99, aprovada em dois turnos no Senado e apensada à PEC 534/02 na Câmara dos Deputados.
- e) Constituição da Comissão para Acompanhamento de Projetos de Prevenção da Violência.
- f) Levantamento de informações sobre a aplicação de medidas sócio-educativas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- g) Definição da data e do tema para o 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência: dia 20 de setembro de 2003, com o tema “Cidade Tô Dentro: Emprego e Geração de Renda”.
- h) Constituição de comissão para atualizar e aperfeiçoar o web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.
- i) Reformulação do regulamento sobre o Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo.
- j) Reformulação da proposta do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

---

<sup>1</sup> O Fórum Metropolitano de Segurança Pública reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e realiza reuniões plenárias trimestralmente. A primeira reunião aconteceu em março 2001, a segunda em junho de 2001 e a terceira em setembro de 2001, a quarta em fevereiro de 2002, a quinta em maio de 2002, a sexta em agosto de 2002, a sétima em novembro de 2002 e a oitava em fevereiro de 2003, quando foi eleita a atual Coordenação. O Instituto São Paulo Contra a Violência é responsável pela Secretaria-Executiva do Fórum Metropolitano.

- k) Acompanhamento da implantação e implementação da lei que regulariza o funcionamento de bares e estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Pelas informações disponíveis, a lei existe em 12 municípios e está sendo efetivamente implantada em 10 municípios.
- l) Levantamento de leis municipais relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.
- m) Estruturação do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional, criado na plenária de fevereiro de 2003.
- n) Levantamento de informações e dados sobre o sistema prisional nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.



## **2. COORDENAÇÃO**

### **2.1 Atividades e Resultados**

Realização de reuniões da Coordenação nos dias 01 de abril de 2003 e 15 de maio de 2003, na Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Assinatura de carta de intenções referente à participação do Fórum Metropolitano no Projeto “Cidades Mais Justas e Mais Seguras” (cópia da carta de intenções no anexo 1).

Envio de ofícios ao Secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel PM Alberto Silveira Rodrigues, solicitando audiência a fim de tratar de assuntos referentes à colaboração entre as guardas municipais e as polícias militar e civil na Região Metropolitana de São Paulo (cópia dos ofícios no anexo 2).

Agendamento de reunião dos prefeitos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, para discutir a participação dos municípios no Sistema Único de Segurança Pública e a possibilidade de parcerias entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, para o dia 02 de junho de 2003, das 15h às 18h, no Open Hall Convention Center, Rua Antonio de Souza, 715, Guarulhos. (Proposta de pauta para reunião e mapa com a localização do Open Hall no anexo 3).

Indicação dos representantes do Fórum Metropolitano para compor o Grupo de Administração previsto no Protocolo de Intenções e nos convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e o Governo do Estado referente à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrência criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência:

Rubens Isquierdo Marques Gonçalves, secretário de Segurança Pública do Município de Guarulhos, em substituição à Guaracy Mingardi, ex-secretário de Segurança Pública de Guarulhos;

Edson Chedide, comandante da Guarda Municipal de Itapeverica da Serra, em substituição a Plaisant Castello Branco, ex-secretário de Segurança Pública de Cotia.

### **2.3 Propostas**

Definir a pauta da reunião dos prefeitos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares (Proposta de pauta no anexo 3).

Aprovar a participação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública na organização do Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras, promovido pelo Programa de Gestão Urbana e Habitat da ONU e pela Prefeitura de Guarulhos, que se realizará em Guarulhos, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2003 (Informações sobre o encontro no anexo 4).

Confirmar o nome dos novos representantes do Fórum Metropolitano para compor o Grupo de Administração previsto no Protocolo de Intenções e nos convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e o Governo do Estado referente à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência:

Rubens Isquierdo Marques Gonçalves, secretário de Segurança Pública do Município de Guarulhos;

Edson Chedide, comandante da Guarda Municipal de Itapeçerica da Serra.

Verificar a possibilidade de transformação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública em pessoas jurídica.

### **3. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

#### **3.1. Atividades e Resultados**

Assinatura do convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, através da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, referente à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência, em março de 2003.

Elaboração e encaminhamento às prefeituras do “KIT INFOCRIM” (Cópia do KIT INFOCRIM no anexo 5), com orientações sobre os passos necessários para que as prefeituras tenham acesso aos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim, incluindo:

Decreto 47.694/2003, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública a celebrar convênios com os municípios do Estado de São Paulo para a disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim e o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência, incluindo modelo do convênio a ser celebrado.

Especificação dos documentos que as prefeituras precisam apresentar para assinar o convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Especificação da infra-estrutura tecnológica que as prefeituras precisam providenciar para ter acesso aos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim.

Acompanhamento do processo de assinatura dos convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e a Secretaria de Estado da Segurança Pública referentes à implementação do Protocolo de Intenções do Infocrim. Pelas informações disponíveis, um município (São Paulo) já assinou o convênio e seis municípios (Guarulhos, Taboão da Serra, Franco da Rocha, São Lourenço da Serra, Barueri e Santo André) já entregaram à Secretaria de Estado da Segurança Pública os documentos necessários para assinatura do convênio. (Relatório no anexo 6).

#### **3.2. Propostas**

Continuar e acelerar o processo de assinatura de convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, referentes à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DE GUARDAS MUNICIPAIS**

### **4.1. Atividades e Resultados**

Realização de reunião do Grupo de Trabalho no dia 13 de maio de 2003, na Prefeitura de Santo André.

Encaminhamento de questionário sobre a implantação do quadro de registro de ocorrências das guardas municipais elaborado pelo Fórum Metropolitano e sistematização das informações recebidas. Pelas informações disponíveis, o sistema está sendo implantado em 6 municípios. (Relatório sobre a implantação do sistema de registro de ocorrências pelas guardas no anexo 7)

Elaboração de nova moção de apoio à aprovação da PEC 87/99, aprovada em 2º turno no Senado e apensada à PEC 534/02 na Câmara dos Deputados. (Moção no anexo 8)

### **4.2. Propostas**

Continuar o acompanhamento da implantação do quadro de registro de ocorrências das Guardas Municipais elaborado pelo Fórum.

Desenvolver um sistema de registro e acompanhamento das atividades comunitárias e preventivas desenvolvidas pelas guardas municipais que não geram ocorrência e que, portanto, não aparecem no registro regular das ocorrências atendidas pelas guardas.

Organizar um seminário, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, para discutir a mudança constitucional relativa às atribuições das guardas municipais e o papel das guardas municipais no Sistema Unificado de Segurança Pública.

Entregar ao Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, a nova moção de apoio à aprovação da PEC 87/99, apensada à PEC 534/2002.

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **5.1. Atividades e Resultados**

Realização de reunião do Grupo de Trabalho, no dia 24 de abril de 2003, na Federação do Comércio de São Paulo.

Criação de Comissão para Acompanhamento de Projetos de Prevenção da Violência composta por representantes de São Paulo, Itapeverica da Serra, Santana de Parnaíba, Diadema, Guarulhos, Ribeirão Pires e da PM/DAMCO, para levantar informações sobre ações de prevenção e aplicação das medidas sócio-educativas na RMSP. Reuniões da Comissão no dia 30 de abril, na Federação do Comércio de São Paulo, e no dia 09 de maio, em Guarulhos.

Elaboração de um formulário específico para coleta de informações sobre ações e projetos de prevenção da violência. (Formulário no anexo 9)

Visitas da Comissão para Acompanhamento de Projetos de Prevenção da Violência para conhecer e documentar os projetos. Dia 15 de maio, no município de Franco da Rocha. Dia 27 de maio, no município de Guarulhos.

Solicitação à FEBEM de dados relativos ao número de adolescentes em medida de internação, semi-liberdade e liberdade assistida, por município da Região Metropolitana de São Paulo, desagregados por faixa etária e por gênero.

Levantamento de dados relativos ao número de adolescentes em medida sócio-educativa de internação, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, por distrito do município de São Paulo em 2002 (Quadro no anexo 10).

Elaboração de um questionário específico para coleta de informações sobre a aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto nos municípios da RMSP (Questionário no anexo 11).

### **5.2. Propostas**

Desenvolver uma metodologia de visitas *in loco* aos projetos de prevenção da violência nos municípios e de sistematização das informações obtidas através dos formulários preenchidos para elaborar um relatório sobre a implementação e resultados das ações de prevenção de violência desde o início das atividades do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Elaboração de diagnóstico sobre a situação do atendimento às medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo, com base nos dados fornecidos pela Febem e coletado nos municípios.

Disseminar e implantar Conselhos Municipais pela Cultura de Paz nos municípios da RMSP (Minuta de projeto de lei no anexo 12).

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **6.1. Atividades e Resultados**

Realização de reunião no dia 29 de abril na Federação do Comércio de São Paulo.

Definição do tema e data do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência: “Cidade Tô Dentro: Emprego e Geração de Renda”, dia 20 de setembro de 2003.

Contatos com a Prodam e formação de um grupo para atualizar e aperfeiçoar o web site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Reformulação do regulamento do Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo (Novo regulamento no anexo 13).

Elaboração de orçamento do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública:

#### **Características do Boletim:**

8 páginas  
formato: 21 x 28 cm (fechado), 42 x 28 cm (aberto)  
Cores: 4 x 4 cores  
Papel: offset 120g  
Acabamento: dois grampos, dobra e refile  
Periodicidade: mensal

#### **Serviços incluídos no Orçamento:**

Reuniões de pauta  
Reportagens  
Redação  
Edição  
Revisão  
Acompanhamento gráfico  
Design gráfico, editoração eletrônica e impressão

Valor total por edição (20.000 exemplares): R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais).

### **6.2. Propostas**

Aprovar a realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência com o tema “Cidade Tô Dentro: Emprego e Geração de Renda”, no dia 20 de setembro de 2003.

Lançar o Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo. As matérias podem ser enviadas para o endereço constante no regulamento até o dia 21 de julho.

Aprovar o orçamento do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano e confeccionar o primeiro exemplar no mês de agosto.

Atualizar e aperfeiçoar o web site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

## **7. GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

### **7.1. Atividades e Resultados**

Realização de reunião do Grupo de Trabalho, no dia 16 de maio de 2003, em Mairiporã.

Elaboração e encaminhamento de questionário sobre a implementação da lei que disciplina o horário de funcionamento que comercializam bebidas alcoólicas (Relatório no anexo 14) e sobre outras leis relevantes para a segurança pública nos municípios. (Quadro no anexo 15).

Criação de uma comissão composta por representantes de Mairiporã, Ferraz de Vasconcelos, Itapeverica da Serra, Arujá e São Bernardo do Campo (a confirmar) para fazer o levantamento de leis municipais e projetos de lei municipal relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.

### **7.2. Propostas**

Acompanhar e incentivar a aprovação e implementação das seguintes leis nos municípios da RMSP:

- lei que regulamenta o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“Lei Seca”);
- lei que estabelece a obrigatoriedade de divulgação do número do Disque Denúncia em ônibus, órgãos públicos e outros logradouros (Modelo de lei municipal no anexo 16);
- lei que cria o Conselho Municipal pela Cultura de Paz (Minuta de projeto de lei no anexo 12);

Acompanhar junto às câmaras municipais as principais leis, projetos de lei e as votações sobre assuntos relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.

Criar um diploma para vereadores que tenham bons projetos de lei sobre segurança pública aprovados nos últimos dois anos.

Acompanhar junto à Assembléia Legislativa do Estado as principais leis, projetos de lei e as votações sobre assuntos relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.

## 8. GRUPO DE TRABALHO DE SISTEMA PRISIONAL

### 8.1 Atividades e Resultados

Realização de reunião do Grupo de Trabalho, no dia 12 de maio, na Federação do Comércio de São Paulo.

Elaboração de moção favorável à solicitação do prefeito de Franco da Rocha para desativar as unidades 30 e 31 da FEBEM, com a cessão dos prédios para o município para instalação de escola do SENAI e do Tiro de Guerra e cursos de especialização do SEBRAE e o presídio semi-aberto, e a não instalação de centros de detenção provisória (CDPs) no município (Anexo 17).

Discussão de critérios a serem seguidos na execução da política de desativação das carceragens e implantação de CDPs nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Levantamento da localização das penitenciárias e centros de detenção provisória nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (Anexo 18).

Levantamento de dados sobre a população prisional nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária e pela Secretaria da Segurança Pública) e o processo de desativação das carceragens nas delegacias de polícia:

Quadro e Gráfico sobre a evolução da população prisional no Estado de São Paulo (Anexo19).

Quadro com dados sobre a população prisional em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária na Região Metropolitana de São Paulo (Anexo 20).

Quadro com dados sobre a população prisional nas unidades prisionais administradas pela Secretaria da Segurança Pública, em municípios da Região Metropolitana de São Paulo (Anexo 21).

Levantamento e acompanhamento dos projetos de lei sobre o sistema prisional em tramitação na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional (em conjunto com o GT de Acompanhamento Legislativo).

Encaminhamento de ofício para o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, em favor da realização da semana de segurança pública no Congresso Nacional para discussão sobre projetos de segurança pública. (Anexo 22)

Participação no seminário “**O Sistema Prisional que o Brasil Precisa**”, que teve como expositores o Secretário de Assuntos Penitenciários Nagashi Furukawa; o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva; a ex-Secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind; e a professora e pesquisadora do Centro de Estudos de



Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (RJ), Julita Lemgruber. No Instituto Fernand Braudel, dia 20 de maio de 2003.

## **8.2 Propostas**

Aprovar a moção em solidariedade ao município de Franco da Rocha.

Organizar uma reunião com Secretário de Assuntos Penitenciários, Nagashi Furukawa, e com Secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu, para discussão da política de desativação das carceragens e implantação dos CDPs nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Discutir os principais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa relativos ao sistema prisional.

## **ANEXO 1 – Carta de intenções referente à participação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no projeto “Cidades mais Justas e mais Seguras”**



Fórum Metropolitano  
de Segurança Pública

São Paulo, 01 de abril de 2003

Cc: Agência Canadense para o  
Desenvolvimento Internacional

Sra. Diretora no Brasil do  
Projeto de Transferência de Tecnologia entre Canadá e Brasil  
Local Community Governance and Peacebuilding in Brazil  
Universidade de São Paulo e Universidade de Montreal  
Dra. Nancy Cardia

Temos o prazer de dirigir-nos a V.Sa. com o objetivo de firmar a intenção do Fórum Metropolitano de Segurança Pública em participar, como Associado Local, no projeto *Local Community Governance and Peacebuilding in Brazil* (LCGPB), desenvolvido pelo International Center for Comparative Criminology da Universidade de Montreal e pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, com a colaboração do Fundo de Transferência de Tecnologia Canadá-Cone Sul da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA).

Em total acordo com os objetivos e a metodologia do projeto, este Fórum participará, por meio de iniciativas dos governos municipais na área de segurança urbana, nos sítios pilotos onde desenvolver-se-á o projeto. Tais iniciativas dependerão das próprias demandas que surjam em cada um dos Fóruns de Convivência estabelecidos nas comunidades. Estas demandas serão tratadas pelos especialistas canadenses e pela equipe técnica local, com a colaboração dos demais associados governamentais e não-governamentais e com a participação dos Fóruns de Convivência, durante as várias etapas de desenvolvimento do LCGPB em cada sítio piloto. A partir da determinação das demandas, o Fórum definirá e proporá as iniciativas a serem desenvolvidas no projeto, auxiliando na coordenação de sua implementação, em conjunto com a Equipe de Implementação do mesmo. Além disso, em concordância com os requisitos da CIDA, o Fórum realizará uma contribuição específica, que consiste na participação de profissionais técnicos para o projeto, que comporão a Equipe de Intervenção e Documentação do LCGPB, durante a vigência do projeto.

Para a execução da coordenação das iniciativas mencionadas, o Fórum designará um interlocutor que será o contato formal com a Direção Local do Projeto.

Para formalizar este acordo, será firmado um convênio de colaboração entre este Fórum e o Projeto.

Dr. Silvio Peccioli  
Coordenador Geral  
Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**ANEXO 2 – Ofícios ao Secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel PM Alberto Silveira Rodrigues**



Fórum Metropolitano  
de Segurança Pública

São Paulo, 19 de maio de 2003

Exmo. Sr.  
Dr. Saulo de Castro Abreu Filho  
DD. Secretário da Segurança Pública  
Governo do Estado de São Paulo

Prezado Senhor Secretário,

Em nome dos prefeitos que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, vimos por meio desta solicitar uma audiência a fim de tratar de assuntos referentes à colaboração entre as guardas municipais e as polícias militar e civil na Região Metropolitana de São Paulo.

Nos municípios da região metropolitana, as guardas municipais e as polícias estaduais normalmente colaboram e atuam conjuntamente em diversas áreas em benefício da segurança da população. Recentemente, entretanto, verificamos uma resistência ao trabalho conjunto com as guardas municipais por parte de algumas unidades da Polícia Militar -o que resulta em sérios prejuízos para a segurança da comunidade.

Consideramos que as guardas municipais têm desempenhado importante papel na área da segurança pública, prestando serviços na proteção dos bens municipais e contribuindo para a prevenção do crime e a melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com a Constituição Federal e as demandas da sociedade. Consideramos ainda que a colaboração entre as guardas municipais e as polícias estaduais é de fundamental importância para efetividade das ações municipais e estaduais e a melhoria da segurança pública na região metropolitana. Por fim, consideramos que o trabalho conjunto das guardas e das polícias deve ser reconhecido e incentivado, nunca limitado e muito menos abandonado em função de eventuais dificuldades.

Na certeza de contar com sua compreensão para a importância desta questão, aguardando o atendimento da nossa solicitação com a urgência possível, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Silvio Peccioli  
Prefeito de Santana de Parnaíba  
Coordenador-Geral

João Avamileno  
Prefeito de Santo André  
Coordenador do Grupo de Guardas Municipais



Fórum Metropolitano  
de Segurança Pública

São Paulo, 19 de maio de 2003

Exmo. Sr.  
Cel PM Alberto Silveira Rodrigues  
DD. Comandante-Geral da Polícia Militar  
Estado de São Paulo

Prezado Senhor Comandante-Geral,

Em nome dos prefeitos que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, vimos por meio desta solicitar uma audiência a fim de tratar de assuntos referentes à colaboração entre as guardas municipais e a Polícia Militar na Região Metropolitana de São Paulo.

Nos municípios da região metropolitana, as guardas municipais e as polícias estaduais normalmente colaboram e atuam conjuntamente em diversas áreas em benefício da segurança da população. Recentemente, entretanto, verificamos uma resistência ao trabalho conjunto com as guardas municipais por parte de algumas unidades da Polícia Militar -o que resulta em sérios prejuízos para a segurança da comunidade.

Consideramos que as guardas municipais têm desempenhado importante papel na área da segurança pública, prestando serviços na proteção dos bens municipais e contribuindo para a prevenção do crime e a melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com a Constituição Federal e as demandas da sociedade. Consideramos ainda que a colaboração entre as guardas municipais e as polícias estaduais é de fundamental importância para efetividade das ações municipais e estaduais e a melhoria da segurança pública na região metropolitana. Por fim, consideramos que o trabalho conjunto das guardas e das polícias deve ser reconhecido e incentivado, nunca limitado e muito menos abandonado em função de eventuais dificuldades.

Na certeza de contar com sua compreensão para a importância desta questão, aguardando o atendimento da nossa solicitação com a urgência possível, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Silvio Peccioli  
Prefeito de Santana de Parnaíba  
Coordenador-Geral

João Avamileno  
Prefeito de Santo André  
Coordenador do Grupo de Guardas Municipais

**ANEXO 3 – Proposta de pauta para reunião entre os prefeitos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares.**

**REUNIÃO: FORUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA E  
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**DATA: 02 DE JUNHO DE 2003  
LOCAL: GUARULHOS, OPEN HALL CONVENTION CENTER**

**PROPOSTA DE PAUTA**

1. Participação dos municípios no Sistema Integrado de Segurança Pública (SUSP).
2. Parcerias entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
3. Financiamento de projetos municipais voltados para a prevenção da violência.
4. Parceria entre o Fórum Metropolitano de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Segurança Pública para organização de um seminário sobre a participação dos Municípios no Sistema Único de Segurança Pública, e a atuação das guardas municipais no contexto constitucional atual e após a mudança constitucional relativa à competência das guardas municipais.
5. Entrega ao Secretário Luiz Eduardo Soares de moção de apoio à proposta de emenda constitucional que altera o artigo 144 da Constituição Federal e dispõe sobre a competência guardas municipais, autorizando os municípios a constituírem guardas destinadas a proteção de suas populações.

## Open Hall Convention Center

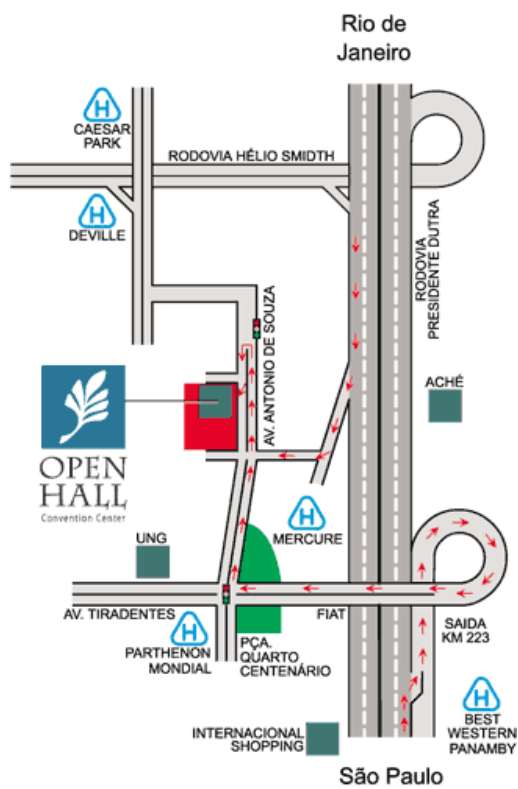
Av. Antônio de Souza, 715

Centro – Guarulhos

São Paulo – Brasil

CEP: 07013-090

☎ 11 6463-6060



## **ANEXO 4 - Informações sobre o Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras**

### **ENCONTRO SOBRE PRÁTICAS MUNICIPAIS INOVADORAS PARA CIDADES MAIS SEGURAS**

#### **1. ANTECEDENTES**

Crimes violentos e delinquência ameaçam a qualidade de vida dos moradores das áreas urbanas na América Latina, desviando os escassos recursos do desenvolvimento social/urbano e ainda podem ameaçar os fundamentos democráticos das sociedades. As cidades no continente têm experimentado um crescimento nas taxas de criminalidade num nível de 8% ao ano. Os padrões de criminalidade também estão mudando: os crimes violentos têm se tornado mais comum e os criminosos mais jovens.

O crime afeta todos. No entanto, os pobres, especialmente as mulheres e as crianças tem sido mais duramente atingidos. Os pobres são três vezes mais vítimas de crimes pessoais, e duas vezes mais vítimas de crimes contra a propriedade que os ricos.

Reações ao crime, num contexto em que as respostas institucionais do sistema de justiça criminal são fracas ou ineficazes e muitas vezes tem deixado esta resposta na mão de iniciativas privadas de grupos ou pessoas.

Na América Latina, muitas cidades têm demandado apoio para enfrentar essa criminalidade através de políticas de prevenção e outras já estão implementando essas abordagens. A presente proposta tem a intenção de responder a esta crescente demanda com base na experiência angariada pelo Programa Cidades Mais Seguras, no desenvolvimento de estratégias sustentáveis de prevenção do crime, em nível global e na instância da América Latina e Caribe, no contexto das práticas de governos nas cidades da região.

A metodologia deste projeto envolve um seminário regional no segundo semestre de 2003, cuja meta será documentar práticas inovadoras de algumas cidades selecionadas, iniciar um diálogo entre os diferentes atores envolvidos nesta questão e identificar instituições chave que poderiam atuar nesta área. O seminário será seguido por uma consulta urbana na qual a questão da insegurança e da violência urbana será mais bem explorada e analisada.

O caráter inovador desse projeto consiste em combinar a experiência do Programa Cidades mais Seguras em um nível global de prevenção do crime com a experiência operacional do PGU-ALC na região, do ponto de vista da governança e da redução da pobreza. Instituições-âncora selecionadas com uma longa tradição de colaboração com o PGU-ALC terão um papel fundamental para o desenvolvimento de capacidades nesta relativamente nova área, provendo aconselhamento técnico para autoridades locais da região para o desenvolvimento de uma rede de cidades focadas em segurança cidadã.

#### **2. OBJETIVOS**

- Documentar as experiências significativas na prevenção do crime em uma região, com foco especial em práticas municipais inovadoras.
- Promover o desenvolvimento intersectorial e integrado de políticas de prevenção do crime levando em conta as questões de gênero como também o problema da delinquência juvenil.

- Revitalizar a capacidade de uma instituição-chave e das autoridades locais em formular, desenhar e operacionalizar planos de ação de prevenção do crime, em colaboração com todos os atores envolvidos.
- Iniciar o processo de desenvolvimento de uma rede latino-americana de cidades para prevenção do crime com projetos integrados e de cooperação entre as cidades.

### **3. RESULTADOS**

- Sensibilização das cidades e das instituições parceiras para a importância da prevenção do crime.
- Institucionalizar estratégias definidas pelo PGU-ALC/Cidades Mais Seguras e seus principais parceiros, quais sejam, as instituições chaves e as autoridades locais/municipais.
- Criar uma rede de cidades identificadas e formuladas na região.

### **4. PRODUTOS**

- Produzir a ata do seminário.
- Casos concretos de cidades selecionadas, documentados e acrescidos das contribuições que foram efetuadas durante o seminário.
- Uma declaração final, com plano de ação das instituições chaves e das cidades comprometendo-se a avançar na questão.
- Desenvolver e publicar um relatório político e um material de trabalho como um produto do seminário.

### **5. ABORDAGEM**

#### **5.1 Metodologia**

O seminário visa promover um debate técnico dos principais temas relacionados à prevenção do crime, como também gerar um envolvimento político dos principais atores municipais da região, e promover a troca de experiências entre as cidades; instituições-chave e outros atores envolvidos. Sendo assim, é desejável que o número de participantes não exceda 40 para nos permitir um debate construtivo que finalmente resulte em um plano de ação.

Os casos mais interessantes de experiências municipais em prevenção do crime serão analisados nas suas potencialidades e deficiências e serão documentados prioritariamente para constituírem a base de discussão dos seminários. Em particular as discussões irão focalizar e definir os principais elementos bem sucedidos das políticas municipais de prevenção do crime.

Entre as iniciativas que as cidades tem tido nos anos recentes na América Latina para aumentar a sua capacidade de prevenção do crime estão:

- Programas educativos, campanhas de educação e pacificação na resolução de conflitos e campanhas dos direitos humanos ( como as dos “Hombres Unidos” em San Salvador e “Los Especiales de Bogotá”, que promove a programas de reinserção social com líderes de gangues).
- Mobilização de grupos comunitários de prevenção em vários temas ligados à violência (tráfico de drogas, violência domestica, etc), como San Salvador, México e Lima, por exemplo.
- Apoiar ações focadas que desenvolvam a participação estratégica na segurança (através de processos consultivos e de envolvimento com todos os atores envolvendo os ex-



presidiários como por exemplo DESEPAZ, programa desenvolvido em Cali, e programas similares no México, São Paulo, Bogotá, etc).

- Desenvolvimento de ações preventivas visando o tráfico de drogas e armas (Bogotá, São Paulo e Panamá).
- Reestruturação e planificação de favelas através da integração dos setores marginalizados da sociedade (Rio de Janeiro).
- Desenvolvimento de iniciativa visando grupos de riscos como as mulheres (Lima e Quito, etc) ou crianças ou jovens em conflitos com a Lei (Monterrey, San Salvador).
- Nos temas discutidos no seminário o foco será nas causas e nas principais manifestações do crime, considerando, principalmente, o papel de todos os atores (incluindo vítimas/autores dos crimes, bem como atores-chave envolvidos na prevenção) e o uso do espaço urbano (incluindo a conexão entre espaço urbano e privado e a segurança pública nas áreas de ocupação irregular).

Será dada atenção especial aos seguintes temas:

- **A juventude em risco:** o grupo social mais vulnerável como autor dos crimes mais comuns são os jovens das comunidades pobres, que abandonaram os estudos, jovens cuja socialização se deu em áreas sem lei e com envolvimento de outros jovens no tráfico de drogas e armas. Incluindo nesse grupo também as crianças de rua cujas causas influenciam no desenvolvimento e envolvimento no crime precocemente.
- **Violência de gênero:** A violência doméstica tem o efeito de perpetuar a cultura da violência entre as novas gerações. A violência doméstica contra a mulher no âmbito público e privado na América Latina expõe um problema específico no contexto cultural local. Políticas que busquem diminuir a sensação de insegurança de mulheres nas cidades, têm provocado um impacto na violência no lar. Experiências interessantes serão documentadas e levarão em consideração a participação da mulher na arena política como elemento de encaminhamento desta questão.
- **Gerenciamento do espaço público e prevenção situacional:** O crime é sempre facilitado por problemas de má ocupação do espaço público (prédios, ruas, mercados, etc). Ações visando intensificar a apropriação desse espaço público por comunidades ou grupos de usuários positivos da área, inclusive no setor informal tem se mostrado uma alternativa para transformar espaços públicos mais seguros.
- **Novas abordagens para o sistema de justiça criminal:** policiamento comunitário, policiamento orientado por estatística, mediação e resolução de conflitos, penas alternativas (especialmente para jovens infratores).

Vale notar que os programas que lidam com a insegurança em nível local na região têm privilegiado a participação cidadã. Como consequência, os temas discutidos acima serão debatidos através de uma perspectiva cruzada entre cidadãos, comunidade e a inovação embutida nas experiências. Seis casos focados em um ou vários elementos descritos acima serão selecionados e apresentados no seminário. Isso irá constituir material de trabalho para discussões maiores e mais detalhadas que terão lugar nos grupos de trabalho.

## 5.2 A cidade anfitriã

A cidade na qual o evento terá lugar deverá combinar os seguintes critérios:

- O envolvimento político relativamente forte, envolvendo a municipalidade e/ou o Prefeito no campo da prevenção ao crime.

- Interessantes experiências de campo focadas em um ou vários temas que serão discutidos durante o seminário.
- Contra partida financeira da municipalidade considerando o limitado orçamento disponível para essa atividade.

## 6. ATIVIDADES E CRONOGRAMA

- Para finalizar a ata do memorando do seminário (abril/2003).
- Decisão final da cidade anfitriã (abril/2003).
- Para organizar a logística e desenvolver a metodologia que será usada na preparação do seminário (abril e maio/2003).
- Para identificar uma instituição chave que irá desempenhar um papel de liderança na preparação no seminário sob a orientação e coordenação do Programa Cidades mais Seguras e do Programa de Gestão Urbana/ALC (abril/2003)
- Para fazer uma conexão política com a cidade anfitriã (maio/2003).
- Preparação do roteiro para o envio das contribuições (maio/2003).
- Revisão e seleção de trabalhos e finalização da lista dos participantes (julho/2003).

## 7. ORÇAMENTO (US\$):

<b>Orçamento UN-Habitat</b>	<b>22,000</b>
<b>Contrapartida Financeira local</b>	<b>20,000</b>
<b>Total Geral</b>	<b>42,000</b>

Esta é uma iniciativa conjunta entre o Programa de Cidades Mais Seguras e o Programa de Gestão Urbana-ALC, ambos os programas irão financiar contribuições para preparação do seminário para a data e o orçamento total mobilizado para as atividades é de US\$ 22,000.

Também se espera que a cidade anfitriã provisione fundos para cobrir os custos locais como estão detalhados. Além do mais, ROLAC vai também prover algum apoio logístico e administrativo para a realização do seminário.

## **ANEXO 5 – KIT INFOCRIM**

O acesso das prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim, visando subsidiar o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência, depende de um processo que inclui três etapas principais:

- A) Informatização dos distritos policiais e treinamento dos policiais civis para registrar os boletins de ocorrência no sistema informatizado de registro de ocorrências criminais. Etapa que depende da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública informa que, até o final de maio, todos os distritos policiais da Região Metropolitana de São Paulo estarão informatizados e com os policiais treinados para utilizar o sistema informatizado de registro de boletins de ocorrência.

A Secretaria informa que o processo de informatização dos distritos policiais e treinamento dos policiais para utilizar o sistema informatizado de registro de boletins de ocorrência, mas não forneceu informações precisas sobre a situação dos distritos policiais em cada município. As prefeituras podem colaborar no acompanhamento do processo, enviando ao GT de Informações Criminais informações sobre a situação dos distritos policiais em seu município, aos cuidados de Arnaldo Ribeiro (tel. 6475-9462, e-mail [augustoaribeiro@uol.com.br](mailto:augustoaribeiro@uol.com.br)) e A/C Carolina Ricardo (tel. 3179-3704, e-mail [forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)).

- B) Assinatura do convênio entre o Município e o Governo do Estado, cujos termos, aprovados pelos prefeitos em reunião plenária do Fórum Metropolitano, em 27 de fevereiro de 2003, estão determinados no decreto estadual 47.694/2003 (ver abaixo o texto do decreto). Para que o convênio seja assinado, os Municípios devem apresentar uma série de documentos à Secretaria de Estado da Segurança Pública (ver abaixo a lista de documentos necessários). Informações sobre o convênio, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o Capitão Waldler ou Major Wilson, através dos telefones (011) 3291.6319 ou (011) 3291.6316.
- C) Instalação da infra-estrutura tecnológica na Prefeitura para acesso aos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim. A instalação da infra-estrutura tecnológica deverá ser feita pela Prefeitura. Informações na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com Antônio de Arimatéia dos Santos Silva, Gerente de Projetos, GTI – SSP-SP, através do telefone (011) 3291-6756 ou e-mail [arimateia@sp.gov.br](mailto:arimateia@sp.gov.br).
- D) Treinamento de pessoal da Prefeitura para acesso aos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim. O treinamento será feito após a instalação da infra-estrutura tecnológica necessária para acesso aos mapas. O treinamento será feito pela Secretaria de Estado da Segurança, em instalações fornecidas pela Prefeitura.

## **1. DECRETO Nº 47.694, DE 7 DE MARÇO DE 2003**

*Autoriza a Secretaria da Segurança Pública a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios do Estado de São Paulo, objetivando o desenvolvimento de programas municipais para prevenção do crime e da violência.*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos artigos 144 da Constituição Federal e 139 da Constituição Estadual, bem como o Protocolo de Intenções celebrado com os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo,

### **Decreta:**

Artigo 1º - Fica a Secretaria da Segurança Pública autorizada a, representando o Estado, celebrar convênios e respectivos termos aditivos com Municípios do Estado de São Paulo que venham a constar de relação aprovada por despacho governamental e publicada no Diário Oficial do Estado, tendo por objeto o desenvolvimento de programas municipais para a prevenção do crime e da violência, visando ao aprimoramento da atuação institucional do Estado na área da segurança pública, com a cooperação técnica e material dos Municípios.

Artigo 2º - A instrução dos processos referentes a cada convênio deverá compreender parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública e observância do disposto nos artigos 5º, incisos II, alíneas "a", "b", "c" e "f", e V, e 8º, incisos I a III, V e VI, do Decreto nº 40.722, de 20 de março de 1996.

Artigo 3º - Os programas e atividades municipais de prevenção do crime e da violência, a que se refere o artigo 1º, serão devidamente analisados por Grupo de Administração, cuja composição e atribuições serão definidas por resolução do Secretário da Segurança Pública.

Artigo 4º - O instrumento-padrão das avenças deverá obedecer ao modelo do Anexo deste decreto.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de março de 2003.

GERALDO ALCKMIN  
*Saulo de Castro Abreu Filho*  
Secretário da Segurança Pública  
*Arnaldo Madeira*  
Secretário-Chefe da Casa Civil  
Publicado na Casa Civil, aos 7 de março de 2003.

**ANEXO** a que se refere o artigo 4º do Decreto nº 47.694, de 7 de março de 2003

*Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de ....., objetivando o desenvolvimento de programas municipais para prevenção do crime e da violência.*

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, neste ato representada por seu Titular,....., devidamente autorizado pelo Governador do Estado, nos termos do Decreto nº....., de..... de..... de....., e o Município de....., neste ato representado por seu Prefeito Municipal,....., devidamente autorizado pela Lei....., de..... de..... de....., doravante denominados respectivamente, ESTADO, SSP e MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto**

O presente convênio tem por objeto o desenvolvimento e a implantação de programas municipais para prevenção do crime e da violência, baseados nos dados criminais registrados na localidade, visando ao aprimoramento da atuação institucional do ESTADO na área da segurança pública, com a cooperação técnica e material do MUNICÍPIO, em atendimento ao preceito constitucional de que todos são por ela responsáveis (artigo 144, "caput", CF.), conforme plano de trabalho que é parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Das Finalidades e Condições**

O ESTADO disponibilizará a visualização única e exclusiva dos mapas temáticos do Sistema INFOCRIM da SSP, visando à identificação das principais áreas de interesse para realização de programas e ações, de cunho sócio-culturais, educacionais, esportivos, de lazer e relativos a outras políticas públicas preventivas do crime e da violência, a serem oferecidos gratuitamente à população pelo MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO promoverá, anualmente, o planejamento e implantação desses programas, inclusive no que se refere à infra-estrutura adequada à criação e expansão dos projetos de prevenção do crime e da violência.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações dos Partícipes**

I - Caberá ao ESTADO:

- a) permitir acesso ao Servidor GIS para compor o sistema tecnológico que possibilitará a visualização única e exclusiva dos mapas temáticos;
- b) fornecer e operar ambiente de produção adequado para a instalação e operação de todos os equipamentos e "softwares" integrantes do sistema tecnológico adotado para a concretização dos objetivos deste convênio;
- c) fornecer senhas de acesso, pessoais e intransferíveis, a até 5 (cinco) usuários indicados pelo MUNICÍPIO, para acesso ao sistema, ficando a cargo do MUNICÍPIO a disponibilização de estação de consulta para o seu usuário;

## II - Caberá ao MUNICÍPIO:

- a) fornecer à Secretaria da Segurança Pública e manter atualizado, cadastro geocodificado dos equipamentos públicos e privados e pontos de interesse do MUNICÍPIO (estabelecimentos de ensino municipais, estaduais, particulares; estabelecimentos de saúde municipais, estaduais, particulares; centros comerciais, conjuntos habitacionais, estádios, parques, favelas etc.);
- b) fornecer infra-estrutura completa para uso próprio e para treinamento, a ser ministrado aos usuários do MUNICÍPIO a até 10 (dez) policiais civis e militares, contemplando auditório, projetor multimídia, linha de comunicação para acesso ao sistema que permitirá a visualização dos mapas temáticos, computador, alimentação dos partícipes e transporte do instrutor da Secretaria da Segurança Pública;
- c) apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura deste convênio, o (s) programa (s) municipal (ais) criado (s) a partir do acesso aos mapas temáticos do INFOCRIM da SSP, para análise e aprovação do Grupo de Administração, implementando-o (s) no prazo de 60 (sessenta) dias, após a mencionada aprovação;
- d) submeter, anualmente, à aprovação do Grupo de Administração, com antecedência de 30 (trinta) dias do início do novo período, os resultados obtidos com o (s) programa (s) executado (s);
- e) submeter, anualmente, à aprovação do Grupo de Administração, com antecedência de 30 (trinta) dias do início do novo período, os programas municipais de prevenção do crime e da violência, criados a partir do acesso aos mapas temáticos do INFOCRIM da SSP, de acordo com o estabelecido neste convênio e respectivo plano de trabalho, com previsão de início da implantação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- f) assegurar que nenhuma informação dos dados fornecidos pelo Sistema INFOCRIM da SSP, poderá ser distribuída ou divulgada (por qualquer meio magnético, eletrônico, escrito, mecanográfico ou outro), sem expressa autorização do Secretário da Segurança Pública ou de quem receber delegação dessa competência, designado por resolução secretarial.

§ 1º - Ao MUNICÍPIO que não tenha participado da assinatura do Protocolo de Intenções celebrado com os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, além do disposto neste convênio, incumbirá o fornecimento dos equipamentos necessários ao acesso do Sistema INFOCRIM para as unidades policiais civis e militares existentes no seu território.

§ 2º - Na hipótese dos programas referidos nas alíneas "c" e "e" desta cláusula, não serem aprovados pelo Grupo de Administração, deverá o Município apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da comunicação procedida pela citado Grupo, e por uma única vez, outro programa compatível com os objetivos deste convênio.

### CLÁUSULA QUARTA - Do Pessoal

O pessoal utilizado por quaisquer dos partícipes na execução das atividades decorrentes deste instrumento, na condição de empregado, funcionário, autônomo, empreiteiro, ou contratado a qualquer outro título, nenhuma vinculação terá em relação ao outro partícipe, ficando a cargo exclusivo de cada um deles, a integral responsabilidade no que

se refere a todos os direitos de seu pessoal, mormente as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária, inexistindo solidariedade entre ambos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Do Valor e Dos Recursos Financeiros**

O presente convênio não implicará em repasse de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que as despesas dele decorrentes onerarão as dotações próprias dos respectivos orçamentos estadual e municipal.

§ 1º - Os recursos financeiros necessários à execução e manutenção das atividades decorrentes dos programas de prevenção aprovados pelo Grupo de Administração, serão fornecidos integralmente pelo MUNICÍPIO.

§ 2º - As despesas a cargo do ESTADO, com a disponibilização dos mapas temáticos do Sistema INFOCRIM da SSP, serão suportadas com os recursos ordinários alocados à Secretaria da Segurança Pública no respectivo orçamento-programa.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Do Controle e da Fiscalização**

Os partícipes terão os seguintes representantes na localidade, que darão apoio fornecendo as informações solicitadas pelo Grupo de Administração, e serão diretamente encarregados do controle e da fiscalização da execução do presente instrumento:

I - da Polícia Civil: o Delegado de Polícia responsável pela unidade policial civil do MUNICÍPIO;

II - da Polícia Militar: o Comandante da organização policial militar do MUNICÍPIO;

III - 2 (dois) representantes designados pelo Prefeito Municipal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - Da Vigência**

O presente convênio terá vigência de 1 (um) ano, a contar de sua assinatura, facultada sua prorrogação automática, observado o limite legal de 5 (cinco) anos, no caso de apresentação de novo programa ou de o prazo de duração do programa ser superior a 1 (um) ano.

Parágrafo único - A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à prévia justificativa do Município e motivada concordância do Grupo de Administração.

#### **CLÁUSULA OITAVA - Da Denúncia**

O presente convênio poderá ser denunciado unilateralmente a qualquer tempo, por desinteresse de qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### **CLÁUSULA NONA - Da Rescisão**

A ocorrência de infração legal ou o não cumprimento de quaisquer das obrigações oriundas deste convênio, ensejará sua rescisão, sem que os partícipes possam pleitear qualquer indenização um em relação ao outro.

### CLÁUSULA DÉCIMA - **Das Disposições Finais**

As dúvidas que eventualmente surgirem, assim como as divergências e os casos omissos, serão dirimidos por via de entendimento entre os partícipes, ouvidos os órgãos envolvidos.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - **Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as questões decorrentes da execução deste convênio, que não forem resolvidas na forma prevista na Cláusula Décima.

E, por assim estarem justos e acordados, os partícipes, inicialmente nomeados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de inteiro e igual teor.

São Paulo, .....de .....de.....

Secretário da Segurança Pública

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:



## **2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Para a celebração de convênios, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 40.722, de 20 de março de 1996, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.059 de 12 de junho de 2002 e demais legislação que trata do assunto, são necessários os seguintes documentos:

1. Autorização legislativa, que permita ao Poder Executivo Municipal a formalização do ajuste;
2. Declaração de que a celebração está conforme a Lei Orgânica local;
3. Declaração de que o Chefe do Poder Executivo Municipal encontra-se no exercício do cargo e com mandato em plena vigência;
4. Declaração de que o município não está impedido de receber auxílios e/ou subvenções estaduais em virtude de decisão do Tribunal de Contas do Estado;
5. Declaração de aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigos 35, inciso III, e 212 da Constituição Federal e 149, inciso II da Constituição Estadual);
6. Declaração de que o Município não incorre nas vedações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
7. Prova de entrega da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas (artigos 35, inciso II da Constituição Federal e 149, inciso II da Constituição Estadual e artigo 24 da Lei Complementar Estadual nº 709 de janeiro de 1993);
8. Prova de inexistência de débito para com o Sistema de Seguridade Social;
9. Prova de inexistência de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
10. Lei Orgânica do Município.

Com o intuito de facilitar os trabalhos das prefeituras, a Secretaria de Estado da Segurança Pública oferece modelos de documentos que poderão ser utilizados pelo Município, que podem ser solicitados pelo telefone (011) 3291-6317.

### 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA PARA ACESSO AOS MAPAS TEMÁTICOS DO INFOCRIM

Memorial descritivo da infra-estrutura, programas e equipamentos de informática para acesso aos mapas temáticos do Infocrim da Secretaria de Segurança Pública

Para que os usuários dos municípios do Fórum Metropolitano de Segurança Pública tenham uma boa qualidade de acesso aos mapas temáticos do Infocrim e possam usufruir de forma plena dos recursos disponibilizados é imprescindível que as recomendações e configurações abaixo sejam respeitadas.

#### **Infra-estrutura**

Para que todas as estações de trabalho possam acessar os mapas temáticos a partir de um único *link* de comunicação, o município precisará prover a seguinte infra-estrutura:

- a. Linha Privativa (LP) de dados do tipo Frame-Relay de no mínimo 64 Kbps com CIR (*Committed Information Rate*) mínimo de 50%, conectando o local de onde serão acessados os mapas temáticos à Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo);
- b. Número de pontos de rede equivalente ao número de estações de trabalho que acessarão os mapas temáticos;
- c. HUB ou mini HUB com número de portas equivalente ou superior ao número de estações de trabalho que acessarão os mapas temáticos;
- d. Modem adequado ao *link* contratado (costuma ser fornecido com o *link*);
- e. Switch adequado ao *link* contratado (por se tratar de um equipamento de custo relativamente alto o aluguel torna-se uma opção interessante para quem ainda não o possui. Muitas empresas, inclusive as que fornecem os *links*, oferecem esta opção).

#### **Programas (Softwares)**

As estações de trabalho deverão possuir os seguintes *softwares* já instalados.

- f. Sistema Operacional Windows 98 ou superior;
- g. *Browser* Internet Explorer 5.0 ou superior.

#### **Equipamentos (Hardwares)**

As estações de trabalho que serão utilizadas no acesso aos mapas temáticos e treinamento de usuários deverão possuir as seguintes configurações **mínimas**:

- h. Pentium III, 450 MHz;
- i. Memória RAM de 128 Mb;
- j. Disco Rígido de 10 Gb;
- k. Placa de rede 10/100 Mbps;
- l. Monitor SVGA Colorido de 15" (configurar definição em 800x640 ou superior para melhor visualização dos mapas);
- m. Mouse;
- n. Teclado.

É importante observar que todas as configurações apresentadas acima são as MÍNIMAS necessárias, no entanto, a geração dos mapas apresentará *performance* superior proporcional, não diretamente, a configuração das estações de trabalho.

Após ter verificado os equipamentos solicitados acima, é preciso entrar em contato com as operadoras de telefonia (Telefônica, Embratel) para obtenção da linha LP (linha privativa). Após a obtenção da linha, a PRODESP deverá ser contatada para que o acesso ao sistema seja efetivado. O telefone da PRODESP é 6845.6484 e o contato é o Sr. Edson Bonucci ou Carlos Gomes.

Detalhamento das informações geográficas a serem fornecidas e/ou atualizadas pelos municípios para atualização dos mapas do Sistema de Informações Criminais - Infocrim.

## **Introdução**

O convênio a ser celebrado entre o estado de São Paulo e os municípios pertencentes à região metropolitana, que visa o acesso por estes ao sistema de informações criminais Infocrim, prevê que os municípios forneçam seus dados geográficos, públicos e privados, que possam de alguma forma auxiliar as polícias e/ou o próprio município quanto à utilização do Infocrim. Mais abaixo detalhamos estes dados.

## **O que são informações geográficas?**

Todo e qualquer item presente em um mapa é um dado geográfico, abaixo listamos alguns dos principais:

- a. Ruas;
- b. Avenidas;
- c. Praças;
- d. Pontes;
- e. Viadutos;
- f. Túneis;
- g. Passarelas;**
- h. Rios;**
- i. Córregos;**
- j. Lagos;**
- k. Represas;**
- l. Parques;**
- m. Clubes;**
- n. Bibliotecas;**
- o. Favelas;**
- p. Linha de trem;
- q. Linha de metrô;
- r. Estações de trem/metrô;
- s. Aeroportos;
- t. Escolas públicas/privadas;**
- u. Shopping Centers;**
- v. Cinemas;**
- w. Teatros;**
- x. Comércio (desmanches, postos de combustível, bares, etc.);**
- y. Bancos;**
- z. Unidades de Saúde (Hospitais, postos de saúde, prontos socorros, etc.);**

- aa. Entidades Sociais (abrigo, creche, albergue, etc.);**  
**bb. Órgãos públicos (fóruns, sede da prefeitura, administrações regionais, etc).**

Os itens destacados em **negrito** são aqueles que se têm maior dificuldade de aquisição, logo, são estes que os municípios devem estar se esforçando para enviar. Vale ressaltar que a atualização das bases cartográficas, que inclui todos os itens acima, é de responsabilidade dos municípios, no entanto, a Secretaria Segurança estará reunindo com cada um dos municípios ao passo que novas versões destas bases estiverem disponíveis no mercado, uma vez que a Secretaria já adquiriu versões atualizadas de todos os municípios da região metropolitana.

Estas informações devem ser enviadas em formato de mapa digital, caso não seja possível, os dados geográficos devem possuir o maior número de detalhes possíveis para que se permita localizá-los e desenhá-los nos mapas principais do Infocrim. Abaixo apresentamos dois exemplos de dados que não estejam em formato de mapa digital:

1. Via Pública (Rua, Av., Viaduto etc.)
  - a. nome da nova via;
  - b. nome da via onde começa a nova via ou outro ponto de referência, por exemplo, um córrego, rio etc;
  - c. vias que a nova via cruza;
  - d. nome da via onde termina a nova via ou outro ponto de referência, por exemplo, um córrego, rio etc.
  
2. Ponto de Interesse (Parque, Favela, Escola etc.)
  - a. Endereço completo (via, número, complemento, bairro, cep);
  - b. Vias que compreendem o ponto de interesse;
  - c. Ponto de referência, por exemplo, um córrego, rio etc, que compreende o ponto de interesse.

Qualquer dúvida e/ou necessidade adicional não hesite em contatar.

**Antônio de Arimatéia dos Santos Silva**

Gerente de Projetos

GTI – SSP-SP

(11) 3291-6756- [arimateia@sp.gov.br](mailto:arimateia@sp.gov.br)

**ANEXO 6 - Relatório sobre o processo de assinatura de convênios entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e o Governo do Estado referentes à disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrência criminais do Sistema Infocrim e ao desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.**

**\* Informações do dia 15 de maio de 2003**

**1) Infra-estrutura tecnológica e treinamento de pessoal para coleta e transmissão de dados na Região Metropolitana de São Paulo:**

Segundo informações do Dr. André Dahmer, do Demacro, a Secretaria de Estado da Segurança Pública já instalou pontos de rede em todos distritos policiais da Região Metropolitana de São Paulo.

Além disso, a Secretaria de Estado da Segurança Pública já disponibilizou equipamentos para praticamente todos os distritos policiais da Região Metropolitana de São Paulo e está realizando treinamento do pessoal da polícia civil para utilização do sistema informatizado de registro de boletins de ocorrência.

A previsão da Secretaria é de que, até o final do mês de maio, todos os distritos policiais da Região Metropolitana de São Paulo estarão utilizando o sistema informatizado de registro de boletins de ocorrência.

**2) Convênios Prefeituras-Governo do Estado/Secretaria da Segurança Pública:**

**Prefeituras que já assinaram o convênio:**

Prefeitura Municipal de São Paulo. Ainda não tem acesso aos mapas devido a problemas de link na Prodam. Liberação do acesso prevista para semana do dia 15 de maio e treinamento para as semanas entre os dias 19 e 30 de maio.

**Prefeituras que apresentaram a documentação para assinatura do convênio:**

Guarulhos  
Taboão da Serra  
Franco da Rocha  
São Lourenço da Serra  
Barueri (solicitou modificação na minuta)  
Santo André

**Prefeituras que entraram em contato com a Prodesp:**

Biritiba Mirim  
Santo André  
São Bernardo do Campo

**Contatos na Secretaria de Estado da Segurança Pública:**

Sobre o convênio Capitão Waldler ou Major Wilson: 3291.6319 ou 3291.6316

Sobre o acesso aos mapas de ocorrências criminais: Antônio de Arimatéia dos Santos Silva: 3291-6721.

## **ANEXO 7 - Relatório sobre a implantação e a utilização do quadro de ocorrências elaborado pelo Fórum Metropolitano pelas guardas municipais da RMS**

O Grupo de Trabalho das Guardas Municipais elaborou um questionário para acompanhar a implantação e avaliar a utilização pelas guardas municipais do quadro de registro de ocorrências elaborado pelo Fórum Metropolitano. Na reunião do GT, realizada no dia 13 de maio, 15 representantes de guardas municipais encaminharam o questionário respondido. Seguem abaixo as principais respostas:

### **QUESTIONÁRIO:**

#### **1. A GUARDA MUNICIPAL ESTÁ UTILIZANDO O QUADRO DE OCORRÊNCIAS ELABORADO PELO FMSP?**

Tendo em vista as respostas recebidas, é possível concluir que 6 municípios já utilizam o quadro elaborado pelo Fórum: Cajamar, Itapevi, Mauá, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. O município de Embu está criando a guarda municipal e pretende utilizar o quadro tão logo a guarda seja criada. O município de Osasco estuda a implantação e Santo André pretende implantar no segundo semestre de 2003.

#### **2. SE JÁ ESTIVER, DESDE QUANDO? HÁ VANTAGENS NA UTILIZAÇÃO DESSE QUADRO?**

A guarda de Cajamar utiliza o quadro desde 27 de janeiro de 2003.

A guarda de Itapevi utiliza o quadro desde janeiro 2003 e a principal vantagem apontada consiste na redução do número de códigos e de naturezas das ocorrências, facilitando os registros.

Para a guarda de Mauá a utilização do quadro facilitou o trabalho do setor de estatísticas e também a elaboração dos registros de ocorrências (ROs).

A guarda de Santana de Parnaíba utiliza o quadro desde janeiro de 2003 e aponta como vantagem a possibilidade de elaboração de estatísticas a partir da padronização do registro.

A guarda de São Bernardo do Campo utiliza o quadro desde janeiro de 2003 e aponta como principal vantagem a possibilidade de padronizar o registro de ocorrências entre as guardas.

A guarda de São Caetano do Sul utiliza o quadro desde dezembro de 2002 e ressalta que há vantagens relativas à produção de estatísticas, principalmente se todas as guardas do Estado de São Paulo adotarem o quadro.

**3. SE NÃO ESTIVER, POR QUE MOTIVO? FORAM ENCONTRADAS MUITAS DIFICULDADES?**

A guarda de Cajamar não encontrou dificuldade na implantação.

A guarda de Mauá sentiu falta de códigos de algumas ocorrências específicas.

A guarda de Osasco, por questões de ordem interna e operacional ainda não implantou o quadro.

A guarda de Santo André encontrou dificuldade no fato de ainda possuir formulários anteriormente confeccionados, que não devem ser desperdiçados.

**4. GOSTARIA DE FAZER SUGESTÕES SOBRE A PROPOSTA DE PADRONIZAR O SISTEMA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DAS GUARDAS MUNICIPAIS QUE VEM SENDO DESENVOLVIDO PELO GT DAS GUARDAS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA?**

A guarda de Barueri elogiou a proposta lançada pelo grupo de trabalho, como forma de fortalecer as guardas municipais e sugeriu que o grupo apreciasse o seu quadro de registro a fim de novos estudos.

A guarda de Diadema informou que o quadro de registros que utiliza é semelhante ao elaborado pelo grupo, mas ressaltou que este último é mais simples e mais prático.

A guarda de Santana de Parnaíba sugeriu aproximar os códigos de ocorrências. Ex.: Furto B3 – tentativa de furto B9, poderia ser B4.

A guarda de São Bernardo do Campo sugeriu que o maior número possível de GCM's passem a utilizar o referido quadro, pois auxiliaria sobremaneira os levantamentos de ocorrências atendidas pelas Corporações, apresentando uma situação mais próxima da realidade de cada uma delas.

A guarda de São Caetano do Sul sugeriu que os códigos de ocorrências sejam os mais próximos possíveis dos utilizados pela Polícia Civil do Estado, visto que os mesmos são utilizados para a elaboração das estatísticas e análises de incidência criminal.

## **ANEXO 8 - Nova moção de apoio à proposta de emenda constitucional que dispõe sobre as competências das guardas municipais**



Fórum Metropolitano  
de Segurança Pública

### **MOÇÃO DE APOIO À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 87/99**

Moção de apoio à Proposta de Emenda Constitucional 87/99, apensada à Proposta de Emenda Constitucional 534/02, que altera o artigo 144 da Constituição Federal e dispõe sobre a competência das guardas municipais, autorizando os municípios a constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações.

Considerando que as guardas municipais realizam atividades indispensáveis para garantir a segurança das pessoas, particularmente através de ações comunitárias e preventivas, sem ainda ter respaldo constitucional e, portanto, sem que esta atividade seja devidamente regulamentada;

Considerando a inquestionável responsabilidade dos estados na segurança pública e que as populações urbanas demandam, além da presença do estado, a presença dos municípios nas questões relativas à segurança;

Nós, prefeitos das cidades da Grande São Paulo, reunidos no Fórum Metropolitano de Segurança Pública, recomendamos o prosseguimento da tramitação e aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional 87/99, já aprovada em dois turnos no Senado Federal com amplo apoio dos partidos representados naquela Casa, nos seguintes termos: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal”.

Enviada à Câmara dos Deputados, a PEC 87/99 foi apensada à PEC 434/02, exigindo votação em dois turnos para ser definitivamente aprovada. Consideramos que, após aprovada a emenda, prosseguirá o debate nacional, do qual participaremos, sobre os exatos termos e formas em que poderá se dar a participação das guardas municipais e dos municípios no serviço de segurança pública.

São Paulo, 29 de maio de 2003

FORUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA



## **ANEXO 9 - Roteiro para apresentação de projetos e ações de prevenção da violência**

### **PROJETO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO**

#### **I. Dados de Identificação do Projeto**

- Título
- Local de implantação (bairro/cidade/estado)
- Instituição responsável (nome/endereço/telefone/fax/e-mail)
- Instituições Parceiras (nome/endereço/telefone/fax/e-mail)
- Responsável pela Coordenação - nome/cargo/endereço/telefone/fax/e-mail
- Data de início da implementação do Projeto.

#### **II. Descrição do Projeto**

##### **1) Apresentação**

Descreva o problema relacionado à violência que o Projeto busca resolver ou a demanda social relacionada à violência que o Projeto busca atender, especificando o seu contexto, caracterizando a área de abrangência, a população envolvida, e apontando as causas geradoras do problema ou da demanda, através de dados qualitativos e quantitativos.

##### **2) Objetivos**

Descreva o objetivo geral e os objetivos específicos do Projeto, relacionando-os ao problema que o projeto busca resolver ou a demanda social que o Projeto busca atender.

##### **3) Ações**

Descreva as ações necessárias para alcançar os objetivos do Projeto, indicando, para cada ação, as organizações responsáveis pela execução e os recursos necessários para execução.

##### **4) Cronograma de Execução**

Descreva o cronograma de execução do Projeto

##### **5) Orçamento**

Descreva os recursos utilizados na implementação do Projeto:

- Humanos: número e formação do pessoal
- Financeiros: volume total dos recursos utilizados
- Materiais: infra-estrutura e os principais equipamentos utilizados

Indique a origem dos recursos utilizados no Projeto

##### **6) Resultados Esperados**

Descreva os resultados esperados, relacionando-os com os objetivos do Projeto

##### **7) Monitoramento e Avaliação**

Descreva os instrumentos de monitoramento e avaliação do Projeto (estatísticas criminais, pesquisas de vitimização, pesquisas de opinião, entrevistas, relatórios, etc), apresentando os indicadores quantitativos e/ou qualitativos que serão utilizados para verificar os resultados alcançados.

### **III. Resultados Alcançados**

Aponte os resultados alcançados até o momento, especificando sua relação com os objetivos do Projeto.

Avalie o impacto gerado pelo Projeto implementado, considerando:

- Nível de criminalidade e violência
- Grau de insegurança da população
- Extensão das áreas e grupos em situação de risco de criminalidade e violência
- Frequência das situações de risco de criminalidade e violência
- Outros

Premiações obtidas (se houver)

### **IV. Documentação**

Anexar documentos e fotografias que, a seu juízo, comprovem os resultados do Projeto.

**ANEXO 10 - Quadro com dados sobre o número de adolescentes em medida sócio-educativa de internação, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, por distrito do município de São Paulo em 2002.**

**VER PÁGINAS SEQUENTES**

Nº	Distrito	População de 12 a 18 anos							
		PSC		LA		Internos		PSC, LA e Internos	
		N.º	% na cidade	N.º	% na cidade	N.º	% na cidade	N.º	% na cidade
1	Brasilândia	33	3,12	163	4,68	86	3,71	282	4,11
2	Cidade Ademar	25	2,36	124	3,56	102	4,40	251	3,66
3	Sapopemba	20	1,89	118	3,39	88	3,80	226	3,30
4	Itaim Paulista	23	2,17	130	3,74	71	3,06	224	3,27
5	Itaquera	37	3,49	110	3,16	72	3,11	219	3,19
6	Grajaú	25	2,36	114	3,28	60	2,59	199	2,90
7	Jabaquara	25	2,36	102	2,93	63	2,72	190	2,77
8	Capão Redondo	17	1,61	91	2,61	75	3,24	183	2,67
9	São Mateus	27	2,55	130	3,74	23	0,99	180	2,63
10	Cidade Tiradentes	30	2,83	101	2,90	44	1,90	175	2,55
11	Cachoeirinha	26	2,46	78	2,24	65	2,81	169	2,46
12	Jardim Ângela	23	2,17	97	2,79	43	1,86	163	2,38
13	Jardim São Luís	14	1,32	74	2,13	46	1,99	134	1,95
14	São Miguel	11	1,04	106	3,05	16	0,69	133	1,94
15	Campo Limpo	14	1,32	65	1,87	48	2,07	127	1,85
16	Vila Medeiros	22	2,08	66	1,90	38	1,64	126	1,84
17	Jardim Helena	13	1,23	77	2,21	31	1,34	121	1,76
18	Rio Pequeno	31	2,93	55	1,58	34	1,47	120	1,75
19	Sacomã	25	2,36	59	1,70	32	1,38	116	1,69
20	Pirituba	15	1,42	79	2,27	19	0,82	113	1,65
21	Guaianases	17	1,61	51	1,47	41	1,77	109	1,59
22	Artur Alvim	15	1,42	42	1,21	48	2,07	105	1,53
23	Vila Curuçá	16	1,51	39	1,12	50	2,16	105	1,53
24	São Rafael	9	0,85	56	1,61	39	1,68	104	1,52
25	Vila Maria	11	1,04	61	1,75	26	1,12	98	1,43
26	Cidade Dutra	14	1,32	54	1,55	29	1,25	97	1,41
27	José Bonifácio	8	0,76	52	1,49	37	1,60	97	1,41
28	Bela Vista	8	0,76	54	1,55	25	1,08	87	1,27
29	Vila Jacuí	9	0,85	41	1,18	33	1,42	83	1,21
30	Cangaíba	15	1,42	42	1,21	22	0,95	79	1,15
31	Casa Verde	18	1,70	36	1,03	24	1,04	78	1,14
32	Pedreira	17	1,61	36	1,03	25	1,08	78	1,14
33	Cidade Líder	9	0,85	27	0,78	38	1,64	74	1,08
34	Tremembé	15	1,42	34	0,98	25	1,08	74	1,08
35	Lajeado	7	0,66	31	0,89	35	1,51	73	1,06
36	Liberdade	7	0,66	28	0,80	37	1,60	72	1,05
37	Iguatemi	14	1,32	33	0,95	23	0,99	70	1,02
38	Jaçanã	4	0,38	45	1,29	20	0,86	69	1,01
39	Limão	11	1,04	25	0,72	32	1,38	68	0,99
40	São Lucas	8	0,76	31	0,89	29	1,25	68	0,99
41	Raposo Tavares	10	0,94	33	0,95	24	1,04	67	0,98
42	Ermelino Matarazzo	16	1,51	30	0,86	20	0,86	66	0,96
43	Jaraguá	16	1,51	18	0,52	31	1,34	65	0,95
44	Parelheiros	9	0,85	39	1,12	16	0,69	64	0,93
45	Penha	12	1,13	32	0,92	16	0,69	60	0,88
46	Santa Cecília	10	0,94	35	1,01	14	0,60	59	0,86
47	Mandaqui	15	1,42	24	0,69	19	0,82	58	0,85

Fonte: SAS/FEBEM/IBGE/2002. PSC = Prestação de Serviço à Comunidade; LA = Liberdade Assistida.

N.º	Distrito	População de 12 a 18 anos							
		PSC		LA		Internos		PSC, LA e Internos	
		N.º	% na cidade	N.º	% na cidade	N.º	% na cidade	N.º	% na cidade
48	Brás	11	3.89	25	4.88	20	4.14	56	4.38
49	Cursino	20	7.07	13	2.54	21	4.35	54	4.23
50	Jaguara	0	0.00	50	9.77	3	0.62	53	4.15
51	Campo Grande	7	2.47	19	3.71	24	4.97	50	3.91
52	Perus	9	3.18	30	5.86	11	2.28	50	3.91
53	Ponte Rasa	8	2.83	27	5.27	14	2.90	49	3.83
54	Ipiranga	17	6.01	12	2.34	19	3.93	48	3.76
55	Vila Matilde	15	5.30	21	4.10	12	2.48	48	3.76
56	Belém	10	3.53	28	5.47	9	1.86	47	3.68
57	Vila Prudente	11	3.89	12	2.34	23	4.76	46	3.60
58	Freguesia do Ó	11	3.89	12	2.34	21	4.35	44	3.44
59	Santana	15	5.30	13	2.54	14	2.90	42	3.29
60	Vila Andrade	12	4.24	18	3.52	8	1.66	38	2.97
61	Água Rasa	5	1.77	19	3.71	12	2.48	36	2.82
62	República	12	4.24	6	1.17	17	3.52	35	2.74
63	Carrão	11	3.89	9	1.76	9	1.86	29	2.27
64	Bom Retiro	4	1.41	12	2.34	12	2.48	28	2.19
65	Tucuruvi	8	2.83	13	2.54	7	1.45	28	2.19
66	Campo Belo	2	0.71	10	1.95	15	3.11	27	2.11
67	Sé	3	1.06	2	0.39	22	4.55	27	2.11
68	Tatuapé	4	1.41	14	2.73	8	1.66	26	2.03
69	Vila Formosa	5	1.77	9	1.76	12	2.48	26	2.03
70	Vila Sônia	4	1.41	5	0.98	17	3.52	26	2.03
71	Aricanduva	4	1.41	14	2.73	7	1.45	25	1.96
72	Mooca	7	2.47	12	2.34	6	1.24	25	1.96
73	Saúde	8	2.83	6	1.17	11	2.28	25	1.96
74	Cambuci	6	2.12	13	2.54	5	1.04	24	1.88
75	Itaim Bibi	10	3.53	9	1.76	5	1.04	24	1.88
76	Vila Guilherme	2	0.71	12	2.34	9	1.86	23	1.80
77	Pari	5	1.77	8	1.56	8	1.66	21	1.64
78	Santo Amaro	2	0.71	8	1.56	10	2.07	20	1.56
79	São Domingos	1	0.35	6	1.17	13	2.69	20	1.56
80	Parque do Carmo	2	0.71	3	0.59	14	2.90	19	1.49
81	Vila Mariana	3	1.06	6	1.17	9	1.86	18	1.41
82	Pinheiros	5	1.77	0	0.00	12	2.48	17	1.33
83	Socorro	1	0.35	4	0.78	9	1.86	14	1.10
84	Barra Funda	3	1.06	7	1.37	3	0.62	13	1.02
85	Jaguaré	2	0.71	6	1.17	4	0.83	12	0.94
86	Consolação	4	1.41	3	0.59	4	0.83	11	0.86
87	Butantã	2	0.71	2	0.39	6	1.24	10	0.78
88	Lapa	4	1.41	1	0.20	3	0.62	8	0.63
89	Vila Leopoldina	4	1.41	2	0.39	2	0.41	8	0.63
90	Perdizes	0	0.00	4	0.78	3	0.62	7	0.55
91	Morumbi	0	0.00	1	0.20	5	1.04	6	0.47
92	Jardim Paulista	2	0.71	2	0.39	1	0.21	5	0.39
93	Alto de Pinheiros	1	0.35	2	0.39	0	0.00	3	0.23
94	Moema	0	0.00	1	0.20	2	0.41	3	0.23
95	Anhanguera	1	0.35	1	0.20	0	0.00	2	0.16
96	Marsilac	0	0.00	0	0.00	2	0.41	2	0.16
<b>Total</b>		<b>283</b>	<b>100</b>	<b>512</b>	<b>100.00</b>	<b>483</b>	<b>100.00</b>	<b>1,278</b>	<b>100.00</b>

Fonte: SAS/FEBEM/IBGE/2002. PSC = Prestação de Serviço à Comunidade; LA = Liberdade Assistida.

## **ANEXO 11 - Questionário sobre a participação dos municípios na aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto**

1. O município realiza o atendimento às medidas sócio-educativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade)?
2. Se sim, quando começou a realizar o atendimento? Que tipo de atividade é desenvolvido?
3. Quantos adolescentes o município atende em liberdade assistida e em prestação de serviço à comunidade?
4. Quem faz o atendimento: a própria prefeitura? Por meio de qual secretaria/departamento? Há parcerias? Com quais organizações? (caso haja parcerias, explique como é feita a divisão dos adolescentes e do tipo de serviço prestado entre a prefeitura e as parceiras)
5. Que outros órgãos/organizações poderiam auxiliar a prefeitura nesse atendimento?
6. Avalie a forma como as medidas estão sendo prestadas. Elas são eficazes? Se não, a prefeitura desenvolve alguma ação para suprir as deficiências?
7. O município tem interesse na municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto? Por que?

## **ANEXO 12 – Conselho Municipal pela Cultura de Paz – Minuta de Projeto de Lei Municipal (Itapecerica da Serra)**

2ª Minuta – 20 de maio de 2003

O Prefeito do Município de Itapecerica da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA DE PAZ –“COMPAZ”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - Fica criado no Município de Itapecerica da Serra, vinculado ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal da Cultura de Paz – “COMPAZ”.

Art. 2º - O Conselho Municipal da Cultura de Paz tem como objetivo o seguinte:

- I - discutir, propor e difundir ações visando à construção da Cultura de Paz no Município;
- II - propor políticas públicas integradas para a construção de múltiplas ações para a construção da Cultura de Paz;
- III - promover ações visando o resgate da cidadania para a convivência com os princípios de Cultura de Paz;
- IV – contribuir para a transformação da situação de violência existente no Município, estimulando a vivência de valores da solidariedade e do respeito ao ser humano;
- V – contribuir para a formação, o estudo e a pesquisa de políticas sociais voltadas para a promoção da Paz;
- VI – apoiar ou incentivar iniciativas que estimulem a não-violência;
- VII – apresentar e desenvolver projetos para sensibilizar a população com relação a Cultura de Paz;
- VIII – representar o Município em assuntos relativos à Cultura de Paz, em nível nacional e internacional.

Art. 3º - O Conselho Municipal da Cultura de Paz, em caráter permanente, consultivo, deliberativo e de opinião, é um órgão colegiado, composto por 51 membros, distribuídos conforme segue:

- I - Um representante de cada uma das 14 regiões administrativas que compõem o Município, definidas no Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº- 1.238/01);
- II - Cinco representantes do Poder Executivo indicados pelo Prefeito;
- III - Um representante do Poder Legislativo, escolhido dentre os servidores e assessores;
- IV - Um representante da 86ª Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- V - Um representante da área de Segurança Pública, escolhido dentre Polícia Militar e Civil;
- VI - Quatro representantes de grupos religiosos;
- VII - Dois representantes eleitos dentre os segmentos compostos de Organizações não Governamentais - ONGs, Clubes de Serviços e Entidades Filantrópicas;
- VIII - Dois representantes do Projeto Barracões Culturais da Cidadania, eleitos pelos membros participantes;
- IX - Catorze representantes de Escolas Públicas e Particulares;
- X - Um representante da Associação Comercial, Empresarial e Industrial de Itapecerica da Serra – ACEIIS;

- XI - Um representante da Agência de Desenvolvimento de Itapecerica da Serra (AGENDIS);
- XII - Dois representantes dos Conselhos Municipais;
- XIII - Um representante dos Sindicatos ou Associações de Funcionários Públicos;
- XIV - Dois representantes de Associações Desportivas.

§ 1º - A cada representante eleito ou nomeado corresponderá um Suplente que assumirá automaticamente no caso de afastamento temporário ou definitivo do Membro Titular. O Suplente deverá acompanhar o titular em todas as reuniões e ações do COMPAZ.

§ 2º - Os representantes das entidades constantes dos itens (.....) serão indicados pelos respectivos órgãos, devendo proceder a escolha internamente da forma que lhe convier.

§ 3º - O grau de deliberação do COMPAZ será restrito intimamente ligado aos objetivos para os quais foi criado.

Art. 4º - O Conselho Municipal da Cultura de Paz desenvolverá as seguintes ações:

- I – promoção de encontros de reflexão sobre a Cultura de Paz envolvendo Governo e Sociedade, destacadamente jovens e moradores de bairros;
- II - rodas de conversa, em casas abertas escolas, ruas e logradouros públicos, mobilizando a população em torno de temas de interesse da comunidade;
- III – ações simbólicas incluindo a arte e a cultura como valor inclusivo e de Paz;
- IV – atuação junto ao Pólo de Segurança, visando estimular a criação de políticas guiadas por valores de uma Cultura de Paz;
- V – diagnósticos, mapas pesquisas e estudos de problemas da cidade, visando a formulação de políticas públicas da Cultura de Paz;
- VI – estimular a criação de praças de Paz em cada Bairro da Cidade e a sua ocupação artística, cultural e simbólica;
- VII – elaboração de projetos em todas as áreas visando a criação de alternativas não violentas para a convivência social;
- VIII – estimular o trabalho voluntário pela Paz no município;
- IX – instituir o prêmio “Cultura de Paz” concedido anualmente no aniversário da cidade, a indivíduos e instituições que tenham colaborado de forma relevante para a Paz no Município;
- X – promover campanhas pela Paz no Município com a participação do Governo, iniciativa privada e organizações da sociedade civil;
- XI – formar multiplicadores de Paz no Município;
- XII – desenvolver programas de formação para a Paz com as Polícias Militar, Civil e privadas;
- XIII – desenvolver escutas culturais para estimular a convivência mútua e o reconhecimento do saber do outro;
- XIV – promover ações na rua com espaço de sociabilidade, convivência e de diálogo;
- XV – estimular a difusão de “boas notícias” na imprensa escrita e falada e nas relações cotidianas;
- XVI - outras ações previamente discutidas pelo COMPAZ e que visem a Cultura de Paz;
- XVII - deverá criar a bandeira com o logotipo do Conselho da Cultura de Paz.

Art. 5º - O Conselho Municipal da Cultura de Paz terá funcionamento conforme estabelecido em seu Regimento Interno e obedecerá as seguintes normas:

- I – o plenário como órgão de deliberação máxima;



II - as sessões plenárias realizadas ordinariamente, com intervalo máximo de 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocadas pela comissão de COMPAZ.

Art. 6º - Nenhum membro do COMPAZ receberá por sua participação qualquer tipo de remuneração e não terá nenhum vínculo trabalhista com qualquer uma das instituições públicas ou privadas participantes deste Conselho.

Art. 7º - Todas as sessões do Conselho Municipal de Cultura da Paz serão públicas.

Art. 8º - O COMPAZ será regulamentado por Decreto do Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º - A primeira eleição dos membros do COMPAZ será coordenada pelo Gabinete do Prefeito, devendo ser criada, para tanto, uma Comissão.

Art. 10º - As despesas com execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

LACIR FERREIRA BALDUSCO  
Prefeito Municipal

## **ANEXO 13 - Regulamento do Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo**

### **PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO**

#### **1. INSCRIÇÃO**

- 1.1. Concorrerão ao “Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo”, matérias produzidas por jornalistas brasileiros ou radicados no País, veiculadas na Grande São Paulo, durante o ano de 2002. Podem ser inscritas matérias que enfoquem o tema “Prevenção e Combate à Violência” e assuntos correlatos. Os textos deverão ser escritos necessariamente em Português.
- 1.2. Cada veículo de comunicação poderá inscrever somente uma matéria, que atenda às determinações deste regulamento.
- 1.3. A inscrição deverá ser feita mediante envio de cinco cópias das matérias à assessoria de imprensa do Instituto São Paulo Contra a Violência, a Ricardo Viveiros – Oficina de Comunicação, à rua João Alberto Moreira, 86 – Jardim das Bandeiras – CEP 05439-130 – São Paulo (SP). Serão aceitos os trabalhos entregues a partir dessa data até o dia 31 de julho de 2003 ou postados no correio até essa data valendo como comprovante da data de postagem os carimbos apostos pela E.C.T. Deverá acompanhar esse material uma relação com os dados dos autores das matérias: nome, número do RG, MTb, endereço completo, telefone para contato, nome do veículo e data do envio do trabalho.

#### **2. CATEGORIAS**

##### **2.1 JORNALISMO IMPRESSO**

Para a inscrição, é necessário enviar um exemplar da revista ou jornal no qual a matéria tenha sido publicada, além de cinco cópias do texto. Concorrerão as matérias, escritas por um ou mais profissionais, publicadas em jornais ou revistas, que poderão ser enviadas pelos próprios autores ou pelas empresas jornalísticas. O Jornalismo Impresso sub-divide-se nas seguintes categorias:

- 2.1.1. Publicações de municípios
- 2.1.2. Publicações de bairro da Capital
- 2.1.3. Publicações de Grande Circulação da Região Metropolitana

##### **2.2 RADIOJORNALISMO**

Concorrerão reportagens veiculadas em emissoras de rádio brasileiras. Deverão ser enviadas à assessoria de imprensa do Fórum cinco fitas cassete com a reportagem, constando identificação do autor, da emissora, a data em que a matéria foi ao ar e a sua duração em minutos.

##### **2.3 TELEJORNALISMO**

Concorrerão as reportagens veiculadas em emissoras de televisão brasileiras. Deverão ser enviadas à assessoria de imprensa do Fórum cinco fitas VHS com a reportagem,

constando identificação do autor, da emissora, da data em que foi ao ar e o tempo da matéria em minutos.

## **2.4 JORNAL ELETRÔNICO**

Concorrerão as reportagens veiculadas nos jornais da rede mundial de computadores (Internet). Deverão ser enviadas à assessoria de imprensa do Fórum cinco cópias impressas, com a reportagem, constando identificação do autor, do site e a data em que foi veiculada.

## **3. JULGAMENTO**

Os trabalhos inscritos serão avaliados, numa primeira etapa, pela equipe do Grupo de Trabalho de Comunicação do Fórum Metropolitano, e, numa segunda fase, por uma Comissão de Julgamento de alto nível, a ser definida e nomeada pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no mês de agosto de 2003. A comissão julgadora será composta por cinco membros. Será designado um deles como Relator. A este Relator competirá a tarefa de voto de desempate, quando necessário.

### **3.1** O julgamento será feito em duas etapas:

**Primeira:** seleção dos trabalhos, em conformidade com o regulamento, feita pelo GT de Comunicação do Fórum;

**Segunda:** eleição das matérias vencedoras pela comissão julgadora.

Cada membro da comissão, individualmente, atribuirá uma nota, de zero a 10, às matérias selecionadas na primeira etapa. A matéria que obtiver a maior pontuação, na soma das notas dos membros da comissão, será a vencedora em cada categoria.

### **3.2** A decisão da comissão é soberana. Não serão aceitos recursos, salvo o de erro aritmético na soma dos votos.

## **4. PREMIAÇÃO**

### **4.1** Aos trabalhos classificados em primeiro e segundo lugar em cada categoria, indicados pela comissão julgadora, serão atribuídos troféus e diplomas de reconhecimento pelo bom desempenho e colaboração em relação à Prevenção da Violência.

### **4.2** **GRANDE PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO**

Dentre os primeiros colocados nas seis categorias anteriores, será eleito a melhor matéria do ano, a cujo autor/autores será outorgado o GRANDE PRÊMIO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE JORNALISMO. O vencedor será premiado com diploma e troféu.

### **4.3** A divulgação dos premiados está prevista para a plenária de agosto de 2003. A entrega dos prêmios acontecerá no dia 20 de setembro (data prevista para o 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência) de 2003, em São Paulo, em local a ser definido pelo Fórum.

**Observações:**

1. Este regulamento está registrado no ..... Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.
2. Os inscritos autorizam o Fórum Metropolitano de Segurança Pública a divulgar em todos os meios de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão, Internet etc) os títulos, enfoque, autores e veículos das matérias vencedoras. Os trabalhos premiados poderão ser objeto de reprodução em livros, revistas, folhetos, catálogos e exposições de cunho exclusivamente informativo ou cultural, sem necessitar de autorização dos seus autores.
3. Todos os materiais concorrentes enviados ao Fórum não serão devolvidos.
4. No caso da impossibilidade de um dos jurados confirmados participar, o Fórum irá indicar outro, com a anuência dos demais jurados.
5. Na hipótese de os trabalhos vencedores terem mais de um autor, o prêmio será dividido igualmente entre a equipe.
6. Não podem participar do Prêmio Fórum Metropolitano de Segurança Pública de Jornalismo: membros da Comissão Julgadora; funcionários do Fórum e das prefeituras participantes e seus parentes até quarto grau; e funcionários da Ricardo Viveiros – Oficina de Comunicação e seus parentes até quarto grau.
7. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos diretamente na Ricardo Viveiros – Oficina de Comunicação pelo telefone (11) 3675-5444 ou e-mail [rvo@viveiros.com.br](mailto:rvo@viveiros.com.br) .

## **ANEXO 14 – Relatório de acompanhamento da adoção e implementação da lei que disciplina o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“Lei Seca”)<sup>2</sup>**

### **\* Informações recebidas em maio de 2003**

**Arujá:** a Lei está em fase de aprovação pela Câmara Municipal.

**Ferraz de Vasconcelos:** a Lei foi aprovada em setembro de 2002 mas começou a ser aplicada em fevereiro de 2003. Nesses três meses de efetiva implementação, já foi possível observar que houve redução no número de acidentes de trânsito e de lesão corporal. O município pretende acompanhar os resultados da implementação da lei focalizando os casos de violência doméstica.

**Guarulhos:** ainda não possui a Lei, mas tem acompanhado as discussões feitas pelo GT de Acompanhamento Legislativo sobre o tema, de forma a ter um panorama sobre as dificuldades e facilidades da implementação da Lei nos diferentes municípios para então avaliar qual a melhor forma de regular o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas em Guarulhos. Paralelamente, a prefeitura tem promovido debates e discussões com os setores envolvidos para discutir qual a melhor solução para a questão.

**Itapeverica da Serra:** a Lei foi aprovada em julho de 2002. A fiscalização é feita pela guarda civil municipal e já houve lacração de alguns estabelecimentos. No entanto, existe um grave problema com os “points”, que são locais de venda e uso de drogas que muitas vezes funcionam em bares. Quando esses bares são lacrados ou fechados, os “points” acabam migrando para outros locais. Há dificuldade de aferir o impacto da Lei.

**Embu:** a Lei foi aprovada em dezembro de 2002. Quem faz a fiscalização é a Polícia Civil que cobra maior fiscalização da prefeitura. A guarda civil municipal está em fase de implantação e poderá auxiliar nessa fiscalização.

**Mairiporã:** o projeto de Lei está em tramitação na Câmara Municipal.

**Pirapora do Bom Jesus:** não possui a Lei e não possui guarda municipal. O município não apresenta muitos problemas relativos à segurança pública.

**Caieiras:** o município apresenta poucas ocorrências relacionadas ao uso de bebidas alcoólicas. Não possui a Lei, mas regula o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas através do Código de Posturas Municipais.

**São Bernardo do Campo:** possui a Lei Municipal n<sup>o</sup> 4974, 31 de maio de 2001 (Código de Posturas Municipais), que regulamenta o horário de funcionamento de estabelecimento comerciais que comercializam bebidas alcoólicas. O município já realizou 5 “Operações Fecha Bares”, nas quais foram vistoriados 60 estabelecimentos comerciais, onde 14 bares foram notificados e 35 bares foram interditados. Houve apreensão de drogas e prisão de pessoas em flagrante delito, bem como autuações de trânsito e alguns carros e motos apreendidos.

---

<sup>2</sup> O presente relatório contém informações que complementam as informações sobre a implementação da “Lei Seca” divulgadas no Relatório de Atividades, Resultados e Propostas – 7, do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, de 27 de fevereiro de 2003.

**MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO QUE POSSUEM A “LEI SECA”<sup>3</sup>:**

Barueri  
Diadema  
Embu  
Ferraz de Vasconcelos  
Itapeçerica da Serra  
Itapevi  
Juquitiba  
Mauá  
Jandira  
São Lourenço da Serra  
São Paulo  
Suzano

**MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO QUE TÊM IMPLEMENTADO A “LEI SECA”<sup>4</sup>:**

Barueri  
Diadema  
Embu  
Ferraz de Vasconcelos  
Itapeçerica da Serra  
Itapevi  
Mauá  
Jandira  
São Lourenço da Serra  
Suzano

---

<sup>3</sup> No município de Osasco, até fevereiro de 2003, a lei estava em fase de tramitação. A informação mais atualizada ainda não foi enviada.

<sup>4</sup> Os municípios de Caieiras e São Bernardo do Campo não possuem uma lei específica para regular o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, mas exercem a fiscalização dos mesmos com base no Código de Posturas Municipais.

**ANEXO 15 - Quadro com informações sobre leis municipais relevantes para a segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo**

	Código de Posturas	Proíbe Armas de Brinquedo	Veda alvará diversão eletrônica próximo escolas	Doação de combustível Polícia Civil	Pró-Labore Polícia Militar	Multa a pichadores	Criação da Guarda Municipal
Caieiras	x						
Embu							x
Ferraz de Vasconcelos		x	x	x	x	x	
Mairiporã							
São Bernardo do Campo	x			x	x		

\* Este quadro contém informações dos municípios que responderam ao questionário encaminhado pelo GT de Acompanhamento Legislativo. O objetivo do GT é continuar a coleta de informações, de forma a compor um panorama completo da situação legislativa relevante para a Segurança Pública nos municípios da RMSP.

**ANEXO 16 - Modelo de lei municipal que torna obrigatória a fixação de adesivos de divulgação do número do Disque Denúncia no vidro traseiro dos ônibus, órgãos públicos e outros logradouros**

Lei Municipal ....., de .....de .....de .....

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FIXAÇÃO DE ADESIVOS COM O TELEFONE DO DISQUE-DENÚNCIA**

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de ..... (*indicar nome do município*), sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art.1º**- Fica estabelecido que, em ..... (*indicar locais de fixação dos avisos*), deverão ser afixados e mantidos avisos que sejam visíveis para o público contendo o número do telefone do serviço Disque Denúncia, mantido pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, destinado a receber e encaminhar à polícia informações sobre crimes fornecidas pelos usuários.

**§ 1º**- Os avisos referidos no “caput” deste artigo devem ter a forma de adesivo, cartaz, placa ou plaqueta, contendo os seguintes dizeres:

**“DISQUE DENÚNCIA - 0800 15 63 15  
COLABORE COM A SEGURANÇA PÚBLICA  
ANONIMATO GARANTIDO  
ATENDIMENTO 24 HORAS”**

**Art. 2º** - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art.4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município ....., .....de .....de .....

**\*\*\* Este é um modelo de lei genérico que deve ser adaptado à realidade de cada município, particularmente em relação ao local para fixação de avisos.**



## **ANEXO 17 - Moção em solidariedade ao município de Franco da Rocha**



Fórum Metropolitano  
de Segurança Pública

### **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA**

Moção de apoio à solicitação do Prefeito de Franco da Rocha, referente à desativação das unidades 30 e 31 da Febem, a cessão dos referidos prédios para o Município, visando à instalação de escola do Senai, de unidade de cursos do Sebrae e Tiro de Guerra, bem como a desativação do presídio semi-aberto na cidade.

Considerando a disposição dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo de colaborar com o Governo do Estado na implementação da política de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, inclusive através do incentivo à municipalização da aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto, atualmente em discussão no Fórum Metropolitano de Segurança Pública;

Considerando ainda a disposição dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo de colaborar com o Governo do Estado na implementação da política criminal e penitenciária, em várias áreas, inclusive na desativação das carceragens das delegacias de polícia e a transferência dos presos de unidades prisionais administradas pela Secretaria da Segurança Pública para unidades administradas pela Secretaria de Administração Penitenciária;

Acreditando que os presos provisórios devem ser mantidos em unidades prisionais destinadas exclusivamente para este fim, nos municípios e regiões de origem, e que a construção de centros de detenção provisória para abrigar estes presos deve estar apoiada em uma análise da demanda por vagas e das condições existentes para o adequado funcionamento destas unidades prisionais no município e na região;

Diante do fato de que no município de Franco da Rocha, estão localizadas três penitenciárias, dois hospitais de custódia, o Hospital Psiquiátrico do Juquery, uma cadeia pública e sete unidades da Febem e que, portanto, o município de Franco da Rocha já oferece uma contribuição para a implementação da política criminal e penitenciária e da política de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei superior à demanda existente na região e às condições do próprio município;

Tendo em vista que esta situação impede a adequada implementação da política criminal e penitenciária e da política de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei e traz sérios prejuízos ao Município;

Nós, prefeitos das cidades da Grande São Paulo, reunidos no Fórum Metropolitano de Segurança Pública, manifestamos apoio à solicitação do Prefeito de Franco da Rocha, referente à desativação das unidades 30 e 31 da Febem, a cessão dos referidos prédios para o Município, visando à instalação de escola do Senai, de unidade de cursos do Sebrae e Tiro de Guerra, bem como a desativação do presídio semi-aberto na cidade.

São Paulo, 29 de maio de 2003  
FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## **ANEXO 18 - Penitenciárias e Centros de Detenção Provisória da Região Metropolitana de São Paulo**

### **São Paulo**

Anexo da Penitenciária do Estado – Centro Penitenciário Semi-Aberto de São Miguel Paulista  
Rua Américo Gomes da Costa, 305-A – São Miguel Paulista 08010-120 (0xx11) 6131.5369 /  
6131.3195 / 6131-4308 (0xx11) 61313195  
Fechado Masculino CCAP

Centro de Atendimento Hospitalar a Mulher Presa  
Rod. Raposo Tavares, Km 19.5, Jardim Arpoador 05577-300 (0xx11) 3785.4738 /  
(0xx11) 3785.4738  
Fechado Semi Aberto Hospital Feminino CS

Centro de Detenção Provisória da Capital - Chácara Belém I  
Av. Condessa Elizabeth Robiano, 900 - Belém 03021-000 (0xx11) 291.6000 / 291.2319 (0xx11)  
291.4739 / 291.5799 / cdp1capital@bol.com.br  
Fechado Semi Aberto Masculino CCAP

Centro de Detenção Provisória da Capital - Chácara Belém II  
Av. Condessa Elizabeth Rubiano, 900 - Chácara Belém 03021-000 (0xx11) 291.7993 / 291.8293  
(0xx11) 291.9261 / cdpbelemii@ig.com.br  
Fechado Semi Aberto Masculino CCAP

Centro de Detenção Provisória de Parelheiros  
Estrada da Vargem Grande, 100 - Parelheiros 04896-090 (0xx11) 5921-5328  
(0xx11) 5921-4562 / parelheiros\_2@hotmail.com  
Fechado Provisório Masculino CCAP

São Paulo Centro de Detenção Provisória de Vila Independência  
Av. Dr.Francisco Mesquita nº 250 – Vila Independência 03153-000 (0xx11) 272.6866 / 272.6863  
/ 272.6841 / 272.6846 / 272.4700 (0xx11) 272.5517 / cdp\_vl.independencia@ig.com.br  
Fechado Masculino CCAP

Centro Detenção Provisória de Pinheiros - Inauguração prevista para 01/2004  
Fechado Masculino CCAP

Centro Hospitalar Núcleo de Observação Criminológica  
R. Dom José Maurício, 15 – Carandiru 02028-000 (0xx11) 6221.2311 (0xx11) 6221.2287  
criminologica@ig.com.br  
Fechado Masculino HM/HF CS

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 554 - Bela Vista 01318-000 (0xx11) 3104.3060 / 3107.0411 (0xx11)  
3107-0411

COORDENADORIA DA SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO  
Av. São João, 1247 - Centro 01035-100 (0xx11) 222.5710 (0xx11) 222.5710  
[mariaelibruno@bol.com.br](mailto:mariaelibruno@bol.com.br) CS

COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL E DA GRANDE SÃO PAULO  
Av. São João, 1247 - 3º andar - Centro 01035-100 (0xx11) 3315.4817 (0xx11) 3315.4819 CCAP

COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

Av. São João, 1247 - 3º andar - Centro 01035-100 (0xx11) 3315.4846 (0xx11) 223.6895  
[corevali@ig.com.br](mailto:corevali@ig.com.br) CVL

EAP - ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Av. General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru 02087-900 (0xx11) 6221-1008 (0xx11) 6221-1844 r. 214/218

FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" - FUNAP

Rua Dr. Vila Nova, 268- Vila Buarque 01222-020 (0xx11) 3150-1082 / 1083 (0xx11) 3150-1084

Hospital Central da Coordenadoria da Saúde (Pavilhão 4 Carandiru) DESATIVADO

Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - Carandiru 02033-000

Fechado Masculino Feminino CS

Hospital Penitenciário do Estado de São Paulo

Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - Carandiru 02088-900 (0xx11) 6979-2911 / DG: 6973.4792 / DCSD: 6973.7180 (0xx11) 6973.7180 / 6973.4792 / [pestado@admpenitenciaria.sp.gov.br](mailto:pestado@admpenitenciaria.sp.gov.br)

Fechado Masculino CS

Penitenciária Carandiru I DESATIVADA

Av. Cruzeiro do Sul, 2630 - Carandiru 02087-900

Fechado Masculino CCAP

Penitenciária Carandiru II DESATIVADA

Av. Cruzeiro do Sul, 2630 - Carandiru 02030-100 (0xx11) 6221.7422 / 6221.1193

(0xx11) 6221.0889

Fechado Masculino CCAP

Penitenciária Carandiru III DESATIVADA

Av. Cruzeiro do Sul, 2630 - Carandiru 02030-102

Fechado Masculino CCAP

Penitenciária do Estado de São Paulo

Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - Carandiru 02088-900 (0xx11) 6979-2911 / DG: 6973.4792 / DCSD: 6973.7180 (0xx11) 6973.7180 / 6973.4792

[pestado@admpenitenciaria.sp.gov.br](mailto:pestado@admpenitenciaria.sp.gov.br)

Fechado Masculino Semi Aberto CCAP

Penitenciária Feminina "Dra. Marina Cardoso de Oliveira", do Butantã

Rod. Raposo Tavares, Km 19.5-Jardim Arpoador- Butantã 05577-300 (0xx11) 3782.8267 /

3782.8268 (0xx11) 3782.0905 / [pfbut@ig.com.br](mailto:pfbut@ig.com.br)

Fechado Semi Aberto Feminino CCAP

Penitenciária Feminina da Capital

Av. Zaki Narchi, 1369, Carandiru 02029-001 (0xx11) 6221.9444 / 6221.1014

(0xx11) 6221.1379 / [pfcapital@admpenitenciaria.sp.gov.br](mailto:pfcapital@admpenitenciaria.sp.gov.br)

Fechado Feminino / Hospital Feminino CCAP

Penitenciária Feminina do Tatuapé  
R. Ulisses Cruz, 95 - Tatuapé 03077-000 (0xx11) 6692.6224 / 6692.1078 / 6694.1830 /  
6693.3349 (0xx11) 6618.1426 / pftatuape1@ig.com.br  
Fechado Feminino CCAP

### **Osasco**

Centro de Detenção Provisória I de Osasco  
Rod. Raposo Tavares Km 20, cont. Viaduto Sylvio Ulhôa Cintra nº 550-A - Chácara Everest  
06149-120 (0xx11) 3605.1345 / 3691.8647 / 3691.6717 / 3605.5833 (0xx11) 3691.6792  
cdp1osasco@bol.com.br  
Fechado Masculino CCAP

Centro de Detenção Provisória II de Osasco  
Rod. Raposo Tavares Km 20, Via arterial sul nº 550-B - Chácara Everest 06149-120 (0xx11)  
3694.3254 / 3694.3255 / 3694.3256 / 3694.3257 (0xx11) 3694.3259  
cdposas@ig.com.br  
Fechado Provisório Masculino CCAP

### **Franco da Rocha**

Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha  
Estr. do Governo, Km 41 s/nº. 07780-000 (0xx11) 4449.5267 / 5144 / 4443.0317  
(0xx11) 4449.5267 / pfrrsa@ig.com.br  
Semi Aberto Masculino CCAP

Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico " Prof. André Teixeira Lima" de Franco da Rocha I  
Rod. Luiz Salomão Chama, Km 43, Vila Ramos 07780-000 (0xx11) 4449.5533 / 4819.6089  
(0xx11) 4449. 5533 ramal 214 / hctppatl.fr@ig.com.br  
Hospital Feminino Hospital Masculino CS

Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha II  
Rod. Luiz Salomão Chama, Km 43, Vila Ramos 07780-000 (0xx11) 4811.5027 / 4811.5087  
(0xx11) 4811.5027 / hctpll.fr@ibest.com.br  
Hospital Feminino Hospital Masculino CS

Penitenciária " Mário de Moura Albuquerque" , de Franco da Rocha I pmmafr@bol.com.br  
Rod. Edgar Máximo Zambotto, alt. Km 44,5-Serra dos Cristais 07780-000 (0xx11) 4447.6470 /  
4447.6529 / DG 4447.6070 / 4447.4364 (0xx11) 4447.6070 / hctpll.fr@ibest.com.br  
Fechado Semi Aberto Masculino CCAP

Penitenciária "Nilton Silva", de Franco da Rocha II  
Est. SP 354, alt. Km 44,5 - Caixa Postal 21 07780-000 (0xx11) 4447-6515 / 4447.6543 (0xx11)  
4447.4881  
Fechado Masculino CCAP

### **Santo André**

Centro de Detenção Provisória de Santo André  
Rua Dom Jorge Marcos de Oliveira, 85 - Vila Palmares 09061-000 (0xx11) 4421.5675 /  
4421.5312 / 4421.5662 / 4421.5844 (0xx11) 4421.5844 / cdpsandoandre@ig.com.br  
Fechado Masculino CCAP

## **Guarulhos**

Centro de Detenção Provisória I de Guarulhos

R. José Marques Prata nº 240 / Av. Guile, s/nº (0xx11) 6446.4869 / 6446.4960 / 6446.4463  
(0xx11) 6446.4960 / cdp1guaru@ig.com.br

Fechado Masculino CCAP

Guarulhos Centro de Detenção Provisória II de Guarulhos

Av. Guinle, s/n - Cumbica 07221-070 (0xx11) 6446.4302 (0xx11) 6446.4602 /  
cdp.cpgii@bol.com.br

Fechado Masculino CCAP

Penitenciária "José Parada Neto" de Guarulhos I

R. Benedito Climério de Santana, 600 Várzea do Palácio 07034-080 (0xx11) 208.2022 /  
209.8577 / 208.3245 (0xx11) 208.3245 / p1guarulhos@ig.com.br

Fechado Masculino Semi Aberto CCAP

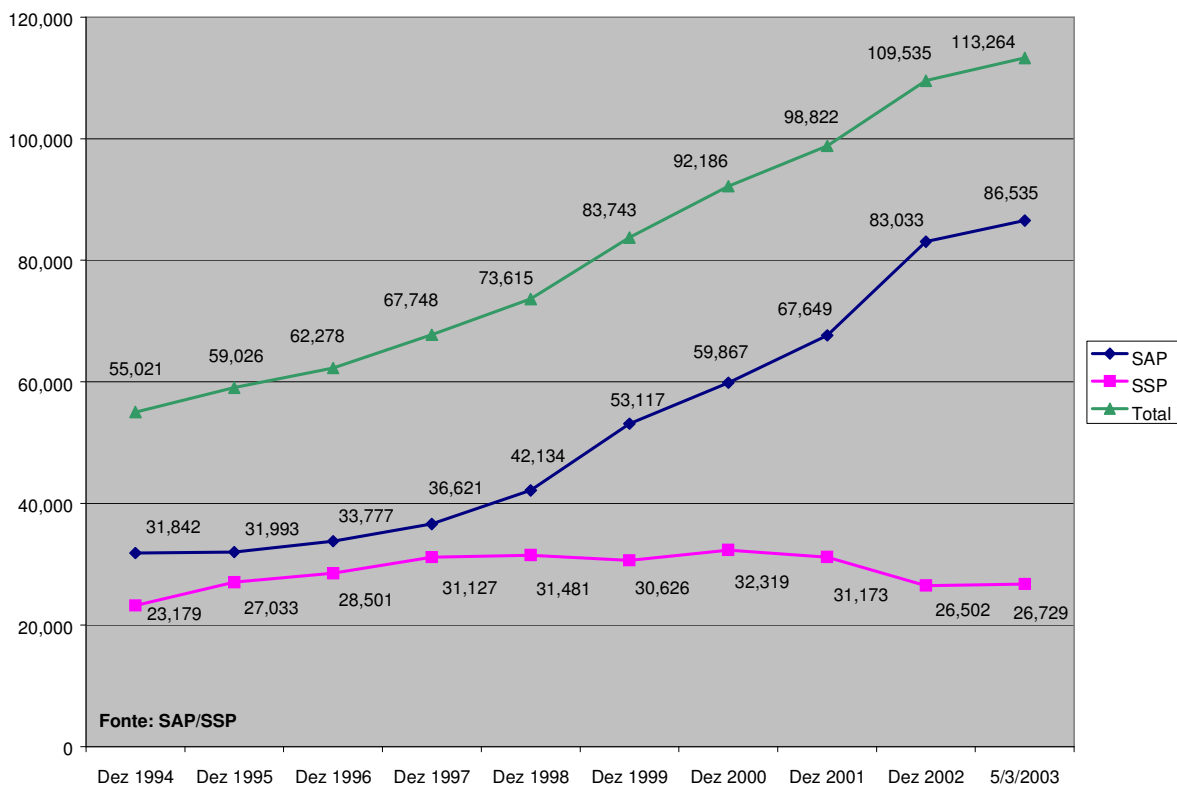
Guarulhos Penitenciária Desembargador "Adriano Marrey " Guarulhos II

Rodovia Presidente Dutra, Km 13 - Parque CECAP 07034-900 (0xx11) 6461.5113  
(0xx11)6446.4602 / pamarrey@ig.com.br

Fechado Masculino CCAP

**ANEXO 19 – Evolução da População Prisional no Estado de São Paulo, 1994-2003  
(Gráfico)**

**POPULAÇÃO PRISIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 1994-2003**



**ANEXO 19 – Evolução da População Prisional no Estado de São Paulo, 1994-2003  
(Quadros)**

**POPULAÇÃO PRISIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 1994-2003**

	Dez 1994	Dez 1995	Dez 1996	Dez 1997	Dez 1998	Dez 1999	Dez 2000	Dez 2001	Dez 2002	5/3/2003
<b>SAP</b>	31,842	31,993	33,777	36,621	42,134	53,117	59,867	67,649	83,033	86,535
<b>SSP</b>	23,179	27,033	28,501	31,127	31,481	30,626	32,319	31,173	26,502	26,729
<b>Total</b>	55,021	59,026	62,278	67,748	73,615	83,743	92,186	98,822	109,535	113,264
<b>SAP (%)</b>	57.87	54.20	54.24	54.05	57.24	63.43	64.94	68.46	75.80	76.40
<b>SSP (%)</b>	42.13	45.80	45.76	45.95	42.76	36.57	35.06	31.54	24.20	23.60

Fonte: SAP/SSP

**POPULAÇÃO PRISIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 1994-2003**

	Dez 1994	Dez 1995	Dez 1996	Dez 1997	Dez 1998	Dez 1999	Dez 2000	Dez 2001	Dez 2002	5/3/2003
<b>SAP</b>	31,842	31,993	33,777	36,621	42,134	53,117	59,867	67,649	83,033	86,535
<b>SSP</b>	23,179	27,033	28,501	31,127	31,481	30,626	32,319	31,173	26,502	26,729
<b>Total</b>	55,021	59,026	62,278	67,748	73,615	83,743	92,186	98,822	109,535	113,264
<b>Var Ano SAP (%)</b>		0.47	5.58	8.42	15.05	26.07	12.71	13.00	22.74	4.22
<b>Var Ano SSP (%)</b>		16.63	5.43	9.21	1.14	-2.72	5.53	-3.55	-14.98	0.86
<b>Var Ano Total (%)</b>		7.28	5.51	8.78	8.66	13.76	10.08	7.20	10.84	3.40

Fonte: SAP/SSP

**POPULAÇÃO PRISIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 1994-2003**

	Dez 1994	Dez 1995	Dez 1996	Dez 1997	Dez 1998	Dez 1999	Dez 2000	Dez 2001	Dez 2002	5/3/2003
<b>SAP</b>	31,842	31,993	33,777	36,621	42,134	53,117	59,867	67,649	83,033	86,535
<b>SSP</b>	23,179	27,033	28,501	31,127	31,481	30,626	32,319	31,173	26,502	26,729
<b>Total</b>	55,021	59,026	62,278	67,748	73,615	83,743	92,186	98,822	109,535	113,264
<b>Var Ano SAP</b>		151	1,784	2,844	5,513	10,983	6,750	7,782	15,384	3,502
<b>Var Ano SSP</b>		3,854	1,468	2,626	354	-855	1,693	-1,146	-4,671	227
<b>Var Ano Total</b>		4,005	3,252	5,470	5,867	10,128	8,443	6,636	10,713	3,729

Fonte: SAP/SSP

**ANEXO 20 - População prisional em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária, Região Metropolitana de São Paulo, Março de 2003.**

**POPULAÇÃO PRISIONAL, SAP, CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO, 2003**

UNIDADES PRISIONAIS	MODELO	SEGURANÇA	POPULAÇÃO
<b>REGIME FECHADO</b>			
<b>Masculino</b>			
<b>Penitenciárias</b>			
Pen. Do Estado	PP	3	2,387
Pen De Guarulhos	EP	3	1,111
Pen. Adriano Marrey - Guarulhos	PP	3	1,517
Pen. Mário de M. Albuquerque - Franco da Rocha	EP	3	973
Pen. Nilton Silva - Franco da Rocha	EP	3	1,098
Total			7,086
<b>Centros de Detenção Provisória</b>			
Centro de Detenção Provisória I - Osasco	EP	3	1,401
Centro de Detenção Provisória II - Osasco	EP	3	867
Centro de Detenção Provisória - Vila Independência	EP	3	1,367
Centro de Detenção Provisória II - Capital	EP	3	1,292
Centro de Detenção Provisória II - Capital	EP	3	1,283
Centro de Detenção Provisória II - Santo André	EP	3	1,092
Centro de Detenção Provisória I - Guarulhos	PP	3	1,312
Centro de Detenção Provisória II - Guarulhos	PP	3	852
Centro de Detenção Provisória II - Parrelheiros			650
Centro de Detenção Provisória II - Pinheiros			369
Total			10,485
<b>Total Fechado Masculino</b>			<b>17.571</b>
<b>Feminino</b>			
Pen. Feminina da Capital	PP	3	549
Pen. Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira - Butantã	PP	1	193
Pen. Feminina do Tatuapé	PP	2	558
<b>Total Fechado Feminino</b>			<b>1.300</b>
<b>Total Regime Fechado</b>			<b>18.871</b>

Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária. Dados de 06/03/2003. Modelo: 1 = Próprio; 2 = Espinha de Peixe. Segurança: 1 = Mínima; 2 = Média; 3 = Máxima.



**ANEXO 20 - População prisional em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária, Região Metropolitana de São Paulo, Marco de 2003.**

**POPULAÇÃO PRISIONAL, SAP, CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO, 2003**

UNIDADES PRISIONAIS	MODELO	SEGURANÇA	POPULAÇÃO
<b>REGIME SEMI-ABERTO</b>			
<b>Masculino</b>			
<b>Penitenciárias</b>			
Centro de Progressão Penitenciária - Franco da Rocha	PP	2	1.362
Penitenciária de Guarulhos	EP	3	170
Total			1.532
<b>Alas de Progressão e Centro Penitenciário</b>			
APP - Centro de Detenção Provisório I da Capital			112
APP - Centro de Detenção provisória II da Capital			116
Centro de Progressão Penitenciária - São Miguel Paulista			143
APP - Pen. Mário M. de Albuquerque - Franco da Rocha			157
Total			528
<b>Total Semi-aberto Masculino</b>			<b>2.060</b>
<b>Feminino</b>			
Pen. Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira - Butantã	PP	1	301
<b>Total Regime Semi-aberto</b>			<b>2.361</b>

Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária. Dados de 06/03/2003. Modelo: 1 = Próprio; 2 = Espinha de Peixe. Segurança: 1 = Mínima; 2 = Média; 3 = Máxima.

**POPULAÇÃO PRISIONAL, SAP, CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO, MARÇO 2003**

Regime	População Prisional
Regime Fechado Masculino	17.571
Regime Fechado Feminino	1.300
Total Regime Fechado	18.871
Semi-aberto Masculino	2.060
Semi-aberto Feminino	301
Total Semi-aberto	2.361
Total Regime Fechado e Semi-aberto	21.232

Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária. Dados de 06/03/2003.

**ANEXO 21 - Quadro com dados sobre a população prisional em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Segurança Pública, em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, Março de 2003.**

Seccional	Cadeia/Delegacia	Homens					Mulheres				
		PP	C 1o	CD	SA	Total	PP	C 1o	CD	SA	Total
<b>Carapicuíba</b>	Barueri	136	0	27	2	165	0	0	0	0	0
	Carapicuíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cotia	227	0	24	20	271	0	0	0	0	0
	Itapevi	0	0	0	0	0	102	0	14	2	118
	Jandira	44	1	14	1	60	0	0	0	0	0
<b>Diadema</b>	Diadema	212	0	39	26	277	0	0	0	0	0
<b>Franco da Rocha</b>	Cajamar	32	2	0	0	34	0	0	0	0	0
	Francisco Morato	104	13	0	1	118	0	0	0	0	0
	Franco da Rocha	110	14	0	1	125	0	0	0	0	0
	Mairiporã	0	0	0	0	0	26	1	0	0	27
<b>Guarulhos</b>	Arujá	0	0	0	0	0	64	17	0	2	83
	Guarulhos	18	0	0	0	18	0	0	0	0	0
	Santa Isabel	17	6	0	4	27	0	0	0	0	0
<b>Mogi das Cruzes</b>	Ferraz de Vasconcelos	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
	Guararema	11	0	10	2	23	0	0	0	0	0
	Itaquaquecetuba	76	0	1	0	77	0	0	0	0	0
	Mogi das Cruzes	16	0	0	0	16	0	0	0	0	0
	Poá	5	0	0	0	5	42	0	21	1	64
	Salesópolis	17	0	6	1	24	0	0	0	0	0
	Suzano	103	0	35	0	138	0	0	0	0	0
<b>Osasco</b>	Osasco	41	2	0	0	43	0	0	0	0	0
	Osasco (Fem.)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Santo André</b>	Mauá	141	40	0	2	183	0	0	0	0	0
	Ribeirão Pires	107	40	0	15	162	0	0	0	0	0
	Santo André	253	66	0	19	338	0	0	0	0	0
<b>São Bernardo do Campo</b>	São Bernardo do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	São Bernardo do Campo (Fem.)	0	0	0	0	0	75	0	27	1	103
	São Caetano do Sul	139	0	11	8	158	0	0	0	0	0
<b>Taboão da Serra</b>	Embu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Itapeirica da Serra	73	0	12	0	85	0	0	0	0	0
	Juquitiba	3	0	8	0	11	0	0	0	0	0
	Taboão da Serra	50	0	8	2	60	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>1,937</b>	<b>184</b>	<b>195</b>	<b>104</b>	<b>2,420</b>	<b>309</b>	<b>18</b>	<b>62</b>	<b>6</b>	<b>395</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública. Dados de 10/03/2003. PP = Presos provisórios; C 1a = Condenados em 1a instância; CD = Condenados com sentença transitada em julgado; AS = Condenados a Semi-aberto.

**ANEXO 22 - Ofício para o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, em favor da realização da semana de segurança pública para discussão sobre projetos de segurança pública.**



Fórum Metropolitano  
de Segurança Pública

São Paulo, 19 de maio de 2003

Exmo. Sr.  
Deputado João Paulo Cunha  
DD. Presidente da Mesa Diretora  
Câmara dos Deputados

Prezado Presidente da Câmara dos Deputados,

Os prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo, que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, aplaudem a realização da "Semana Especial de Segurança Pública", que oferece aos deputados federais a oportunidade de apreciar em regime de imersão diversos projetos de interesse do país na área da segurança pública.

Tendo acompanhado a tramitação de propostas de emenda constitucional e projetos de lei na área da segurança pública no Congresso Nacional, tomamos a liberdade de sugerir a V. Exa. a inclusão na pauta da "Semana Especial de Segurança Pública" de três projetos que podem contribuir de maneira significativa para a melhoria da segurança pública no país e particularmente em São Paulo:

- a) A Proposta de Emenda Constitucional 87/99, apensada à Proposta de Emenda Constitucional 534/02, que altera o artigo 144 da Constituição Federal e dispõe sobre a competência das guardas municipais, autorizando as guardas municipais a desempenhar atividades de policiamento ostensivo, nos seguintes termos: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal".
- b) O Projeto de Lei nº 118/02, que versa sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção de prova, o procedimento criminal e o regime especial de cumprimento da pena de líderes de organizações criminosas. Assim, além de criar uma figura típica para a organização criminosa, tutela os meios de obtenção da prova para sua apuração (colaboração premiada, infiltração de agentes, interceptação ambiental, ação controlada, acesso a dados cadastrais, documentos e informações e interceptação das comunicações telefônicas e quebra do sigilo bancário, fiscal e financeiro); disciplina regras diferenciadas para o processamento da ação penal e dispõe sobre o regime especial de cumprimento da pena para os condenados por sua prática.

- c) O Projeto de Lei nº 12/03, que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal em matérias sobre as quais há consenso entre os responsáveis pela administração penitenciária de todos os Estados, que reclamam, urgentemente, a adoção das medidas, que propõem basicamente três novidades: criar um regime disciplinar diferenciado para presos que estejam em regime fechado e cometam falta grave equivalente à prática de crime doloso; transferir para a autoridade administrativa a atribuição sobre a transferência dos presos, hoje competência do juiz da execução; e determinar que os interrogatórios dos acusados sejam realizados, sempre que possível, nos estabelecimentos penitenciários em que estejam recolhidos.

Enviamos em anexo moção do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, de apoio à Proposta de Emenda Constitucional 87/99, aprovada em dois turnos no Senado, enviada à Câmara dos Deputados e apensada à PEC 532/02. Os dois projetos de lei encontram-se no Senado, e precisam obter a chancela de "urgência urgentíssima", para que sejam apreciados em tempo de serem incluídos na pauta da Semana Especial de Segurança Pública da Câmara.

Certos de contar com sua compreensão para a importância da inclusão destas matérias na Semana de Segurança da Câmara, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Silvio Peccioli, Prefeito de Santana de Parnaíba  
Coordenador Geral

Elói Pietá, Prefeito de Guarulhos  
Coordenador do Grupo de Informações Criminais

João Avamileno, Prefeito de Santo André  
Coordenador do Grupo de Guardas Municipais

Lacir Baldusco, Prefeito de Itapeverica da serra  
Coordenador do Grupo de Prevenção da Violência

Raul Silveira Bueno Junior, Prefeito de Pirapora do Bom Jesus  
Coordenador do Grupo de Comunicação Social

Antônio Jair Oliveira Nascimento, Prefeito de Mairiporã  
Coordenador do Grupo de Acompanhamento Legislativo

Lener do Nascimento Ribeiro, Prefeito de São Lourenço da Serra  
Coordenador do Grupo do Sistema Prisional

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
JOÃO AVAMILENO

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
LACIR BALDUSCO

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
RAUL SILVEIRA BUENO JÚNIOR

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
ANTONIO JAIR OLIVEIRA NASCIMENTO

COORDENADOR GT SISTEMA PRISIONAL  
LENER DO NASCIMENTO RIBEIRO

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

[www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

Av. Paulista, 119/ 5º andar

CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo

Colaboração da Equipe SPCV:

Ronildo Machado  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 9**  
**29/05/2003 a 27/08/2003**

**28 de agosto de 2003**

# FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 9 29/05/2003 a 27/08/2003

### SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. COORDENAÇÃO
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO
8. GT SISTEMA PRISIONAL

### ANEXOS

1. Quadros com estatísticas criminais nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
2. Ata da reunião dos prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares.
3. Proposta de Estágio de Aperfeiçoamento Profissional para Guardas Municipais – EAP-GM, em parceria com a Polícia Militar.
4. Proposta de sistema de registro e monitoramento de atividades preventivas e comunitárias das guardas municipais.
5. Quadros com estatísticas referentes à execução de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.
6. Relatório preliminar com informações das prefeituras sobre a execução de medidas sócio-educativas em meio-aberto na Região Metropolitana de São Paulo.
7. Lista preliminar de programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.
8. Relatos sumários de programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.
9. 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência – Cidade Tô Dentro: Geração de Emprego e Renda: relatório de atividades programadas pelos municípios.
10. Reportagem do *Estado de S. Paulo* sobre programas municipais de geração de emprego e renda.
11. Quadro com informações sobre leis municipais referentes à segurança urbana e prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.
12. Reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre as leis que regulam o horário de fechamento de bares e estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas na Região Metropolitana de São Paulo.

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 29 de maio de 2003 a 27 de agosto de 2003, e propostas de ações para o próximo trimestre. Ver seções 2 a 7.<sup>1</sup>

O relatório apresenta também as estatísticas referentes às ocorrências de homicídio doloso, roubo e furto de veículo, roubo e furto, registradas pela polícia nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, no primeiro semestre de 2003, comparando-as às estatísticas do primeiro semestre de 2000, 2001 e 2002 (anexo 1).

### *Atividades e Resultados*

De maio a agosto de 2003, as principais atividades e resultados do Fórum Metropolitano foram:

- Disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para a Prefeitura de São Paulo e assinatura de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as Prefeituras de Caieiras, Itapeverica da Serra, Guarulhos, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus e São Lourenço da Serra, visando à disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.
- Elaboração de proposta de estágio de aperfeiçoamento profissional para os guardas municipais, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo.
- Elaboração de um sistema de registro de ações comunitárias e preventivas das guardas municipais.
- Levantamento de informações sobre a aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- Levantamento de informações sobre programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.
- Seleção dos vencedores do Prêmio de Jornalismo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Além das atividades desenvolvidas pela Coordenação e pelos Grupos de Trabalho, a secretaria-executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública fez duas apresentações do trabalho desenvolvido pelo Fórum Metropolitano, em Recife (PE) e em Cubatão (SP).

Em Recife (PE), a experiência do Fórum Metropolitano de Segurança Pública foi apresentada no Terceiro Encontro de Trabalho do Consórcio e Programa de Segurança Urbana e Prevenção da Violência na região Metropolitana de Recife, nos dias 4 e 5 de agosto de 2003. O Conselho para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do

---

<sup>1</sup> O Fórum Metropolitano de Segurança Pública reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e realiza reuniões plenárias trimestralmente. A primeira reunião aconteceu em março 2001, a segunda em junho de 2001 e a terceira em setembro de 2001, a quarta em fevereiro de 2002, a quinta em maio de 2002, a sexta em agosto de 2002, a sétima em novembro de 2002, a oitava em fevereiro de 2003 e a nona em maio de 2003. O Instituto São Paulo Contra a Violência é responsável pela Secretaria-Executiva do Fórum Metropolitano.



Recife, que reúne os prefeitos dos 14 municípios da região metropolitana, além de representantes do governo do estado e da sociedade civil, estuda a possibilidade de criação de uma câmara setorial de defesa social para tratar da questão da segurança pública no âmbito metropolitano.

Em Cubatão (SP), a experiência do Fórum Metropolitano de Segurança Pública foi apresentada no Fórum de Debates sobre a Criminalidade e a Violência, dia 8 de agosto de 2003. O prefeito de Cubatão, Clermont Castor, manifestou interesse em articular um fórum para tratar de assuntos da segurança pública na Região Metropolitana da Baixada Santista, que reúne nove municípios.

### *Estatísticas Criminais*

Na Região Metropolitana de São Paulo, no primeiro semestre de 2003, comparativamente ao primeiro semestre de 2002, houve redução do número de ocorrências de homicídio doloso (-7,83%) e de roubo e furto de veículos (-6,25%), e aumento do número de ocorrências de roubo (+6,60%) e furtos (+15,46%).<sup>2</sup> Neste período, o número de homicídios dolosos diminuiu em 20 municípios, cresceu em 17 municípios e permaneceu inalterado em 2 municípios. O número de roubos e furtos de veículos diminuiu em 24 municípios e aumentou em 15 municípios. O número de roubos aumentou em 27 municípios, diminuiu em 11 e permaneceu inalterado em 1. O número de furtos aumentou em 36 municípios e diminuiu em apenas 3.

Comparando o número de homicídios dolosos registrados no primeiro semestre de 2003 e no primeiro semestre do ano 2000, ano anterior à criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, é possível verificar uma redução de 12,29%, sendo 16,20% na Cidade de São Paulo e 6,37% nos demais municípios da Região Metropolitana. No período, houve redução no número de homicídios dolosos em 21 municípios. Quatro municípios registraram redução no número de homicídios nos dois últimos anos (2001/2002 e 2002/2003): Itaquaquecetuba (-18,27%), São Caetano do Sul (-41,67%), São Paulo (-17,93%) e Taboão da Serra (-34,92%). Três municípios registraram redução no número de homicídios nos três últimos anos (2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003): Diadema (-32,14%), Ribeirão Pires (-33,33%) e Santo André (-32,37%).

Comparando o número de roubos e furtos de veículos registrados no primeiro semestre de 2003 e no primeiro semestre do ano 2000, ano anterior à criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, é possível verificar uma redução de 23,03%, sendo 25,02% na Cidade de São Paulo e 18,54% nos demais municípios da Região Metropolitana. No período, houve redução no número de roubos e furtos de veículos em 28 municípios. Nove municípios registraram redução no número de roubos e furtos de veículos nos dois últimos anos (2001/2002 e 2002/2003): Arujá (62,50%), Cajamar (-34,21%), Embu-Guaçu (-48,73%), Itapeverica da Serra (-45,69%), Mairiporã (-70,73%), Osasco (-30,79%), São Caetano do Sul (-31,95%), Suzano (-5,12%) e Taboão da Serra (-21,83%). Sete municípios registraram redução no número de roubos e furtos de veículos nos três últimos anos (2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003): Cotia (-48,19%), Embu (-39,84%), Guararema (-57,14%), Santo André (-13,13%), São Bernardo do Campo (-30,14%), São Lourenço da Serra (-80,00%) e São Paulo (-25,02%).

---

<sup>2</sup> Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Os dados de roubo e furto não incluem as ocorrências de roubo e furto de veículo.

Comparados os primeiros semestres de 2000 e 2003, verifica-se que o aumento do número de roubos foi maior na Cidade de São Paulo (+22,85%) do que nos demais municípios da Região Metropolitana (+2,62%). Já o aumento do número de furtos foi menor na Cidade de São Paulo (+34,74%) do que nos demais municípios da Região Metropolitana (+54,36%).

#### Região Metropolitana de São Paulo vs Interior

A comparação das estatísticas criminais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e dos demais municípios do Estado de São Paulo, nos primeiros semestres de 2002 e 2003, indica que a redução da criminalidade e da violência no Estado de São Paulo aconteceu principalmente na Região Metropolitana.

Entre o primeiro semestre de 2002 e 2003, a redução do número de homicídios na Região Metropolitana de São Paulo (-7,83%) foi superior a registrada no Estado de São Paulo (-5,49%), e muito superior a registrada no Interior (-0,46%).

No caso dos roubos e furtos de veículos, a redução na Região Metropolitana de São Paulo (-6,25%) também foi superior a registrada no Estado de São Paulo (-3,78%). No interior, o número de roubos e furtos de veículos aumentou (+3,78%).

O aumento do número de roubos (+6,60%) e furtos (+15,46%) na Região Metropolitana de São Paulo foi inferior ao aumento registrado no Estado de São Paulo (+7,80% e +18,59%) e no interior (+10,83% e +20,68%).

## **2. COORDENAÇÃO**

### **2.1. Atividades e Resultados**

A) Reunião dos prefeitos dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo com Secretário Nacional de Segurança Pública, Luis Eduardo Soares, em Guarulhos, 2 de junho de 2003 (ver ata no anexo 2). Os principais resultados desta reunião foram:

- a) Manifestação dos participantes favorável à mudança da lei federal que regula a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, visando permitir que os recursos sejam destinados a municípios sem guardas municipais e a programas de prevenção da violência;
- b) Manifestação dos participantes favorável à participação de representante dos municípios nos gabinetes de gestão integrada do Sistema Único de Segurança Pública instalados nos Estados;
- c) Apoio dos participantes à realização de um seminário nacional para discutir o papel dos municípios e das guardas municipais no controle e na prevenção do crime e da violência.

B) Reunião da Coordenação do Fórum Metropolitano com o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cel. PM Alberto Silveira Rodrigues, em São Paulo, 16 de junho de 2003. Na reunião, o Comandante-Geral da Polícia Militar apresentou ao Fórum Metropolitano uma proposta de estágio de aperfeiçoamento profissional para as guardas municipais, que foi encaminhada para análise do Grupo de Trabalho das Guardas Municipais (ver seção 4).

C) Encontro do coordenador-geral do Fórum Metropolitano, Prefeito Silvio Peccioli, com o Secretário Nacional de Segurança Pública em Brasília, Luiz Eduardo Soares, em Brasília, dia 18 de agosto de 2003.

D) Reunião da Coordenação, em São Paulo, no dia 21 de agosto, para preparação da reunião plenária do Fórum, no dia 28 de agosto de 2003.

### **2.2. Propostas**

A) Aprovação de moção referente à concessão de autorização do porte de armas para todos os guardas municipais.

B) Aprovação de moção referente à extensão e manutenção do serviço de iluminação pública nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

C) Participação do Fórum Metropolitano na comissão de organização do Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras, a ser realizado em Guarulhos, dias 8-10 de dezembro de 2003.

### **3. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

#### **3.1 Atividades e Resultados**

Disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para a Prefeitura de São Paulo.

Assinatura de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as prefeituras de Caieiras, Cotia, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus e São Lourenço da Serra, para a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim.

Encaminhamento para a Secretaria de Estado da Segurança Pública da documentação para assinatura dos convênios referentes à disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim, pelas prefeituras de Barueri, Diadema, Franco da Rocha, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra.

#### **3.2 Propostas**

Continuar e acelerar o processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, referentes à disponibilização dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência, visando garantir que todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo tenham acesso aos mapas do Sistema Infocrim até fevereiro de 2004.

Preparar e apresentar à Secretaria de Estado da Segurança Pública, proposta visando aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

### **4.1 Atividades e Resultados**

Reunião do grupo de trabalho, em São Paulo, dia 7 de julho de 2003.

Reunião da comissão designada para: a) analisar e aperfeiçoar a proposta de estágio de aperfeiçoamento profissional apresentada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar para o Fórum Metropolitano de Segurança Pública; e b) elaborar proposta de sistema de registro das ações comunitárias e preventivas desenvolvidas pelas guardas municipais. Participaram da reunião representantes dos municípios de Santo André, Barueri, São Paulo, Guarulhos, Itapeverica da Serra e do Instituto São Paulo Contra a Violência. Em São Paulo, dia 7 de agosto de 2003.

Elaboração de proposta de estágio de aperfeiçoamento profissional para guardas municipais, adequando às necessidades das guardas municipais a proposta apresentada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar para o Fórum Metropolitano de Segurança Pública (anexo 3).

Elaboração de sistema de registro e monitoramento das ações comunitárias e preventivas das guardas municipais, complementar ao sistema de registro e monitoramento de ocorrências elaborado anteriormente pelo grupo de trabalho (anexo 4).

Acompanhamento da tramitação da PEC 534/2002 na Câmara dos Deputados. Em 24/06/2003, a Câmara dos Deputados criou comissão especial destinada a analisar e proferir parecer sobre a PEC. Entretanto, os membros da comissão ainda não foram indicados.

### **4.2 Propostas**

Sistematizar e analisar informações sobre as ocorrências registradas pelas guardas municipais nos seis primeiros meses de 2003, com base no sistema de registro de ocorrências desenvolvido pelo Fórum Metropolitano.

Implementar o sistema de registro das ações comunitárias e preventivas das guardas municipais elaborado pelo Fórum Metropolitano.

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **5.1 Atividades e Resultados**

Quatro reuniões da Comissão para Acompanhamento de Projetos de Prevenção da Violência, criada pelo grupo de trabalho com o objetivo de levantar informações sobre os programas municipais de prevenção da violência e a aplicação de medidas sócio-educativas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Em São Paulo, dias 6 e 13 de junho, 17 de julho e 8 de agosto.

Visita da Comissão para Acompanhamento de Projetos de Prevenção da Violência a Itapeverica da Serra e Taboão da Serra, para conhecer os programas Barracões Culturais da Cidadania e Caça Talentos.

Levantamento de informações junto à FEBEM sobre a execução de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (anexo 5).

Levantamento de informações junto às prefeituras sobre a execução de medidas sócio-educativas em meio aberto a adolescentes em conflito com a lei nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Dezoito municípios enviaram informações ao Fórum Metropolitano (anexo 6).

Levantamento de informações sobre programas municipais de prevenção da violência. Dezesete municípios enviaram informações ao Fórum Metropolitano de Segurança Pública (anexo 7).

Elaboração de relatórios sumários para apresentação de informações básicas sobre programas municipais de prevenção da violência para compor o relatório sobre os programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo (anexo 8).

### **5.2 Propostas**

Finalizar o levantamento de informações junto às prefeituras sobre a aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.

Definir princípios e diretrizes que devem orientar o processo de municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.

Elaborar um relatório sobre os programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo, para ser apresentado no Seminário Internacional sobre Segurança nas Cidades, a ser realizado em Guarulhos, nos dias 8-10 de dezembro de 2003.

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **6.1 Atividades e Resultados**

Prêmio de Jornalismo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Seleção da melhor reportagem jornalística em quatro categorias: jornais da Cidade de São Paulo, jornais de outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo, revistas e televisão.

Preparação do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência. Relatório preliminar das atividades planejadas, com informações dos seguintes municípios: Barueri, Diadema, Itapeverica da Serra, Itapevi, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba e Santo André (anexos 9 e 10).

Elaboração de novas ferramentas e de novo layout para o web-site [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br). Com apoio da Prodam.

Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

### **6.2 Propostas**

Realizar o 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência – Cidade Tô Dentro: Geração de Emprego e Renda, no dia 20 de setembro de 2003.

Realizar a premiação do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, como uma das atividades do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência.

Colocar no ar o novo web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Publicar o primeiro número do boletim informativo do Fórum Metropolitano.

## **7. GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

### **7.1 Atividades e Resultados**

Levantamento de informações sobre aprovação e implementação de leis municipais na área da segurança urbana e prevenção da violência, com ênfase nas leis referentes ao horário de funcionamento de bares e estabelecimentos que comercializam bebida alcoólica e à divulgação do serviço Disque denúncia. Vinte e quatro municípios enviaram informações (anexo 11).

Na região metropolitana, 15 municípios têm leis que regulam o horário de funcionamento de bares e estabelecimentos que comercializam bebida alcoólica: Barueri, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Itapeverica de Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mauá, Osasco, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra. Arujá e Mairiporã tem projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal (anexo 12).

Oito municípios têm leis obrigando a divulgar o serviço Disque-Denúncia: Cotia, Diadema, Itapevi, Jandira, Mairiporã, Santana de Parnaíba, Santo André e São Paulo.

### **7.2 Propostas**

Dar continuidade ao levantamento de informações sobre aprovação e implementação de leis municipais na área da segurança urbana e prevenção da violência.

Monitorar e avaliar o impacto das leis que regulam o horário de funcionamento de bares e estabelecimentos que comercializam bebida alcoólica.



## **8. GRUPO DE TRABALHO DO SISTEMA PRISIONAL**

### **8.1. Atividades e Resultados**

Monitoramento da situação do sistema prisional nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

### **8.2. Propostas**

Elaboração de documento apresentando princípios e diretrizes que devem orientar a instalação e o funcionamento de unidades prisionais nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

**ANEXO 1 – QUADROS COM ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

**ANEXO 1a**

<b>Homicídios Dolosos, Região Metropolitana de São Paulo Janeiro-Junho, 2000-2003</b>							
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>03/02(%)</b>	<b>03/01(%)</b>	<b>03/00(%)</b>
ARUJÁ	14	17	4	11	175,00	-35,29	-21,43
BARUERI	47	49	46	67	45,65	36,73	42,55
BIRITIBA MIRIM	1	1	0	1	-	0,00	0,00
CAIEIRAS	4	7	3	8	166,67	14,29	100,00
CAJAMAR	5	7	2	2	0,00	-71,43	-60,00
CARAPICUIBA	83	106	74	92	24,32	-13,21	10,84
COTIA	30	37	42	43	2,38	16,22	43,33
DIADEMA	140	127	122	95	-22,13	-25,20	-32,14
EMBU	76	80	96	63	-34,38	-21,25	-17,11
EMBU-GUAÇU	14	19	23	16	-30,43	-15,79	14,29
FERRAZ DE VASCONCELOS	45	36	46	35	-23,91	-2,78	-22,22
FRANCISCO MORATO	40	25	33	32	-3,03	28,00	-20,00
FRANCO DA ROCHA	23	24	27	26	-3,70	8,33	13,04
GUARAREMA	3	1	1	3	200,00	200,00	0,00
GUARULHOS	269	293	302	281	-6,95	-4,10	4,46
ITAPECERICA DA SERRA	52	67	33	45	36,36	-32,84	-13,46
ITAPEVI	62	55	67	53	-20,90	-3,64	-14,52
ITAQUAQUECETUBA	104	104	96	85	-11,46	-18,27	-18,27
JANDIRA	23	26	25	26	4,00	0,00	13,04
JUQUITIBA	6	0	1	6	500,00	-	0,00
MAIRIPORÃ	13	8	11	12	9,09	50,00	-7,69
MAUÁ	82	99	104	73	-29,81	-26,26	-10,98
MOGI DAS CRUZES	20	23	35	28	-20,00	21,74	40,00
OSASCO	103	178	186	162	-12,90	-8,99	57,28
PIRAPORA DO BOM JESUS	2	2	1	2	100,00	0,00	0,00
POÁ	5	11	6	9	50,00	-18,18	80,00
RIBEIRÃO PIRES	15	12	11	10	-9,09	-16,67	-33,33
RIO GRANDE DA SERRA	11	5	2	5	150,00	0,00	-54,55
SALESÓPOLIS	0	2	0	0	-	-100,00	-
SANTA ISABEL	7	5	10	7	-30,00	40,00	0,00
SANTANA DE PARNAÍBA	29	14	18	16	-11,11	14,29	-44,83
SANTO ANDRÉ	139	131	108	94	-12,96	-28,24	-32,37
SÃO BERNARDO DO CAMPO	186	180	122	138	13,11	-23,33	-25,81
SÃO CAETANO DO SUL	11	12	9	7	-22,22	-41,67	-36,36
SÃO LOURENÇO DA SERRA	2	2	0	1	-	-50,00	-50,00
SÃO PAULO	2.660	2.716	2.433	2.229	-8,38	-17,93	-16,20
SUZANO	38	47	35	47	34,29	0,00	23,68
TABOÃO DA SERRA	45	63	62	41	-33,87	-34,92	-8,89
VARGEM GRANDE PAULISTA	9	3	8	4	-50,00	33,33	-55,56
RMSP-CAPITAL	1.758	1.878	1.771	1.646	-7,06	-12,35	-6,37
TOTAL RMSP	4.418	4.594	4.204	3.875	-7,83	-15,65	-12,29

Fonte: SSP

**ANEXO 1b**

<b>Roubos e Furtos de Veículos, Região Metropolitana de São Paulo</b> <b>Janeiro-Junho, 2000-2003</b>							
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>03/02(%)</b>	<b>03/01(%)</b>	<b>03/00(%)</b>
ARUJÁ	174	224	128	84	-34,38	-62,50	-51,72
BARUERI	456	459	439	478	8,88	4,14	4,82
BIRITIBA MIRIM	12	3	6	11	83,33	266,67	-8,33
CAIEIRAS	61	82	88	61	-30,68	-25,61	0,00
CAJAMAR	36	38	26	25	-3,85	-34,21	-30,56
CARAPICUIBA	651	555	631	618	-2,06	11,35	-5,07
COTIA	664	552	537	344	-35,94	-37,68	-48,19
DIADEMA	1.691	1.464	1.283	1.334	3,98	-8,88	-21,11
EMBU	615	504	457	370	-19,04	-26,59	-39,84
EMBU-GUAÇU	128	197	112	101	-9,82	-48,73	-21,09
FERRAZ DE VASCONCELOS	295	246	228	301	32,02	22,36	2,03
FRANCISCO MORATO	40	19	62	23	-62,90	21,05	-42,50
FRANCO DA ROCHA	89	94	95	63	-33,68	-32,98	-29,21
GUARAREMA	42	29	27	18	-33,33	-37,93	-57,14
GUARULHOS	3.596	3.126	3.175	2.391	-24,69	-23,51	-33,51
ITAPECERICA DA SERRA	333	418	250	227	-9,20	-45,69	-31,83
ITAPEVI	246	166	205	154	-24,88	-7,23	-37,40
ITAQUAQUECETEUBA	464	569	371	402	8,36	-29,35	-13,36
JANDIRA	172	143	151	129	-14,57	-9,79	-25,00
JUQUITIBA	37	56	15	20	33,33	-64,29	-45,95
MAIRIPORÃ	75	123	78	36	-53,85	-70,73	-52,00
MAUÁ	1.116	1.169	1.230	1.279	3,98	9,41	14,61
MOGI DAS CRUZES	342	431	467	420	-10,06	-2,55	22,81
OSASCO	2.375	2.884	2.243	1.996	-11,01	-30,79	-15,96
PIRAPORA DO BOM JESUS	8	11	3	6	100,00	-45,45	-25,00
POÁ	180	192	130	200	53,85	4,17	11,11
RIBEIRÃO PIRES	299	271	391	428	9,46	57,93	43,14
RIO GRANDE DA SERRA	18	15	21	38	80,95	153,33	111,11
SALESÓPOLIS	2	6	4	11	175,00	83,33	450,00
SANTA ISABEL	99	87	88	93	5,68	6,90	-6,06
SANTANA DE PARNAÍBA	54	60	48	55	14,58	-8,33	1,85
SANTO ANDRÉ	6.739	5.955	5.897	5.854	-0,73	-1,70	-13,13
SÃO BERNARDO DO CAMPO	4.566	3.907	3.794	3.190	-15,92	-18,35	-30,14
SÃO CAETANO DO SUL	1.043	1.374	1.213	935	-22,92	-31,95	-10,35
SÃO LOURENÇO DA SERRA	30	20	14	6	-57,14	-70,00	-80,00
SÃO PAULO	62.954	54.927	49.592	47.200	-4,82	-14,07	-25,02
SUZANO	377	410	393	389	-1,02	-5,12	3,18
TABOÃO DA SERRA	749	774	673	605	-10,10	-21,83	-19,23
VARGEM GRANDE PAULISTA	73	65	63	70	11,11	7,69	-4,11
RMSP-CAPITAL	27.947	26.698	25.036	22.765	-9,07	-14,73	-18,54
TOTAL RMSP	90.901	81.625	74.628	69.965	-6,25	-14,28	-23,03

Fonte: SSP

**ANEXO 1c**

<b>Roubos, Região Metropolitana de São Paulo Janeiro-Junho, 2000-2003</b>							
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>03/02(%)</b>	<b>03/01(%)</b>	<b>03/00(%)</b>
ARUJÁ	131	117	123	173	40,65	47,86	32,06
BARUERI	493	455	439	547	24,60	20,22	10,95
BIRITIBA MIRIM	20	8	3	8	166,67	0,00	-60,00
CAIEIRAS	119	87	119	101	-15,13	16,09	-15,13
CAJAMAR	63	77	54	64	18,52	-16,88	1,59
CARAPICUIBA	894	658	830	711	-14,34	8,05	-20,47
COTIA	595	545	458	381	-16,81	-30,09	-35,97
DIADEMA	1.092	1.288	1.244	1.527	22,75	18,56	39,84
EMBU	381	485	458	441	-3,71	-9,07	15,75
EMBU-GUAÇU	93	187	74	82	10,81	-56,15	-11,83
FERRAZ DE VASCONCELOS	434	322	362	365	0,83	13,35	-15,90
FRANCISCO MORATO	249	255	233	246	5,58	-3,53	-1,20
FRANCO DA ROCHA	222	196	187	240	28,34	22,45	8,11
GUARAREMA	30	21	23	23	0,00	9,52	-23,33
GUARULHOS	2.933	2.576	2.776	3.102	11,74	20,42	5,76
ITAPECERICA DA SERRA	268	320	263	285	8,37	-10,94	6,34
ITAPEVI	406	510	348	411	18,10	-19,41	1,23
ITAQUAQUECETEUBA	639	605	597	679	13,74	12,23	6,26
JANDIRA	266	226	255	222	-12,94	-1,77	-16,54
JUQUITIBA	31	22	15	18	20,00	-18,18	-41,94
MAIRIPORÃ	103	101	79	106	34,18	4,95	2,91
MAUÁ	813	797	788	907	15,10	13,80	11,56
MOGI DAS CRUZES	880	714	645	665	3,10	-6,86	-24,43
OSASCO	2.396	2.365	2.208	2.219	0,50	-6,17	-7,39
PIRAPORA DO BOM JESUS	10	4	9	15	66,67	275,00	50,00
POÁ	276	258	346	375	8,38	45,35	35,87
RIBEIRÃO PIRES	231	223	258	266	3,10	19,28	15,15
RIO GRANDE DA SERRA	47	40	53	66	24,53	65,00	40,43
SALESÓPOLIS	7	4	4	3	-25,00	-25,00	-57,14
SANTA ISABEL	66	64	53	122	130,19	90,63	84,85
SANTANA DE PARNAÍBA	98	102	111	99	-10,81	-2,94	1,02
SANTO ANDRÉ	2.753	3.311	3.168	3.044	-3,91	-8,06	10,57
SÃO BERNARDO DO CAMPO	2.741	2.679	2.503	2.645	5,67	-1,27	-3,50
SÃO CAETANO DO SUL	549	602	591	620	4,91	2,99	12,93
SÃO LOURENÇO DA SERRA	10	13	11	10	-9,09	-23,08	0,00
SÃO PAULO	53.280	55.489	61.191	65.456	6,97	17,96	22,85
SUZANO	526	435	448	522	16,52	20,00	-0,76
TABOÃO DA SERRA	557	733	710	709	-0,14	-3,27	27,29
VARGEM GRANDE PAULISTA	95	52	79	61	-22,78	17,31	-35,79
RMSP-CAPITAL	21.517	21.457	20.925	22.080	5,52	2,90	2,62
TOTAL RMSP	74.797	76.946	82.116	87.536	6,60	13,76	17,03

Fonte: SSP

**ANEXO 1d**

<b>Furtos, Região Metropolitana de São Paulo</b>							
<b>Janeiro-Junho, 2000-2003</b>							
<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>03/02(%)</b>	<b>03/01(%)</b>	<b>03/00(%)</b>
ARUJÁ	103	230	194	288	48,45	25,22	179,61
BARUERI	661	800	763	945	23,85	18,13	42,97
BIRITIBA MIRIM	120	53	51	57	11,76	7,55	-52,50
CAIEIRAS	125	185	165	363	120,00	96,22	190,40
CAJAMAR	170	215	227	232	2,20	7,91	36,47
CARAPICUIBA	812	1.057	1.096	1.037	-5,38	-1,89	27,71
COTIA	687	668	722	810	12,19	21,26	17,90
DIADEMA	792	1.151	1.340	1.524	13,73	32,41	92,42
EMBU	344	347	489	467	-4,50	34,58	35,76
EMBU-GUAÇU	194	266	253	313	23,72	17,67	61,34
FERRAZ DE VASCONCELOS	286	360	366	375	2,46	4,17	31,12
FRANCISCO MORATO	210	360	391	727	85,93	101,94	246,19
FRANCO DA ROCHA	295	399	402	543	35,07	36,09	84,07
GUARAREMA	101	119	106	152	43,40	27,73	50,50
GUARULHOS	2.035	3.027	3.526	4.014	13,84	32,61	97,25
ITAPECERICA DA SERRA	256	356	340	402	18,24	12,92	57,03
ITAPEVI	544	650	620	638	2,90	-1,85	17,28
ITAQUAQUECETEUBA	533	633	751	1.003	33,56	58,45	88,18
JANDIRA	299	299	369	415	12,47	38,80	38,80
JUQUITIBA	182	167	166	258	55,42	54,49	41,76
MAIRIPORÃ	279	521	416	568	36,54	9,02	103,58
MAUÁ	926	1.255	1.282	1.377	7,41	9,72	48,70
MOGI DAS CRUZES	1.838	2.083	2.307	2.281	-1,13	9,51	24,10
OSASCO	2.637	2.518	2.345	2.920	24,52	15,97	10,73
PIRAPORA DO BOM JESUS	40	54	64	116	81,25	114,81	190,00
POÁ	376	450	401	595	48,38	32,22	58,24
RIBEIRÃO PIRES	447	536	601	651	8,32	21,46	45,64
RIO GRANDE DA SERRA	103	195	160	219	36,88	12,31	112,62
SALESÓPOLIS	52	39	71	78	9,86	100,00	50,00
SANTA ISABEL	155	315	296	396	33,78	25,71	155,48
SANTANA DE PARNAÍBA	185	238	247	438	77,33	84,03	136,76
SANTO ANDRÉ	2.453	3.302	3.530	4.077	15,50	23,47	66,20
SÃO BERNARDO DO CAMPO	2.341	2.890	3.197	3.508	9,73	21,38	49,85
SÃO CAETANO DO SUL	722	947	842	1.104	31,12	16,58	52,91
SÃO LOURENÇO DA SERRA	44	51	71	80	12,68	56,86	81,82
SÃO PAULO	50.836	56.395	59.981	68.498	14,20	21,46	34,74
SUZANO	1.019	984	1.089	1.492	37,01	51,63	46,42
TABOÃO DA SERRA	456	598	598	735	22,91	22,91	61,18
VARGEM GRANDE PAULISTA	120	164	160	216	35,00	31,71	80,00
RMSP-CAPITAL	22.942	28.482	30.014	35.414	17,99	24,34	54,36
TOTAL RMSP	73.778	84.877	89.995	103.912	15,46	22,43	40,84

Fonte: SSP

## ANEXO 2

### ATA DA REUNIÃO DOS PREFEITOS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA COM O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA LUIZ EDUARDO SOARES

GUARULHOS, 2 DE JUNHO DE 2003

Realizou-se no dia 2 de junho de 2003, das 15h30 às 17h30, no Open Hall, Município de Guarulhos, reunião dos prefeitos que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, com o objetivo de discutir os seguintes assuntos: 1) a participação dos municípios no Sistema Unificado de Segurança Pública; 2) a possibilidade de parcerias entre os municípios da Região Metropolitana de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); 3) a possibilidade de financiamento federal para projetos municipais de prevenção da violência; 4) a realização de um seminário para discutir a participação dos municípios no Sistema Unificado de Segurança Pública e o papel dos municípios e das guardas municipais no controle e na prevenção da criminalidade; e 5) a proposta de emenda constitucional que altera o artigo 144 da Constituição Federal, ampliando a competência das guardas municipais.

Estiveram presentes à reunião, além do Secretário Luiz Eduardo Soares, os prefeitos de Guarulhos, Elói Pietá, que coordenou a reunião, de Itapevi, Dalvani Caraméz, de São Lourenço da Serra, Lener Ribeiro do Nascimento, de Pirapora do Bom Jesus, Raúl Bueno Silveira Júnior, de Salesópolis, Francisco Rodrigues Correia, de Embu, Geraldo Leite Cruz, de Santo André, João Avamileno e de Jandira, Paulo Henrique Barjud; o vice-prefeito e prefeito em exercício de Ribeirão Pires, Jair Diniz, os vice-prefeitos de Barueri, Waine Billafon e de Santa Isabel, João de Deus V. Pereira, o secretário de Segurança Urbana e representante da prefeita de São Paulo, representantes dos prefeitos de Franco da Rocha, Poá, Santana de Parnaíba, Rio Grande da Serra, Cotia, São Bernardo do Campo, Suzano, Mairiporã, Itapeceira da Serra, Mogi das Cruzes e Francisco Morato, e o representante da guarda municipal de Osasco. Estiveram presentes, ainda, o vice-prefeito de Cabreúva, o secretário municipal da Segurança Pública de Paulínea, representantes dos prefeitos de Itu, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré, representante da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, da Associação Paulista dos Integrantes e Funcionários das Guardas Municipais, da União Nacional das Guardas e representantes do Instituto São Paulo Contra a Violência, responsável pela secretaria-executiva do Fórum Metropolitano.

A reunião foi aberta pelo prefeito Elói Pietá, que apresentou aos participantes a pauta do encontro, previamente aprovada pelo Fórum Metropolitano e acordada

com secretário Luiz Eduardo Soares. Durante a reunião, o secretário fez uma apresentação inicial focalizando cada ponto da pauta. Em seguida, os prefeitos presentes tiveram a oportunidade de se manifestar sobre os pontos da pauta, e o secretário teve a oportunidade de responder às manifestações dos prefeitos. Foram apresentadas as seguintes informações e idéias sobre os pontos da pauta:

1) Sobre a possibilidade de parcerias entre os municípios e a Senasp e a possibilidade de financiamento federal para projetos municipais de prevenção da violência:

O secretário informou que a lei que regulamenta o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) estabelece que os recursos do Fundo podem ser destinados aos municípios, mas apenas aos municípios que possuam guardas municipais. Além disso, a mesma lei estabelece que os recursos destinados aos municípios devem ser aplicados em projetos dirigidos às guardas municipais, podendo ser investidos em projetos de prevenção da violência desde que estes projetos envolvam as guardas municipais.

Na opinião do secretário, compartilhada pela prefeita de Itapevi, Dalvani Caramez, e pelo prefeito de São Lourenço da Serra, Lener do Nascimento Ribeiro, as restrições da lei, ao impedir a destinação de recursos para municípios sem guardas municipais e em projetos de prevenção da violência sem envolvimento das guardas, cria obstáculos à participação dos municípios na melhoria da segurança pública. O secretário disse ainda que, ao condicionar a liberação de recursos do FNSP para os municípios à existência de guardas municipais, a lei serve como incentivo para a criação de guardas municipais em municípios que não têm condições de sustentá-las, e defendeu a modificação da lei para que não haja discriminação contra os municípios sem guardas municipais e para que os recursos do FNSP possam ser destinados a municípios que não possuem guardas municipais e a projetos municipais de prevenção da violência que não envolvam guardas municipais.

A prefeita Dalvani Caramez lembrou que, além dos recursos do FNSP e do Ministério da Justiça, recursos de outros ministérios poderiam ser utilizados em projetos de prevenção da violência. Disse que diversos municípios apresentaram projetos relevantes para melhoria da qualidade de vida da população e da segurança pública a outros ministérios, citando inclusive projetos de infra-estrutura urbana apresentados ao Ministério das Cidades. Disse ainda que a apreciação destes projetos havia sido suspensa por força de um decreto federal de fevereiro deste ano e solicitou apoio ao secretário e ao Ministério da Justiça para revisão do decreto e continuidade na apreciação dos projetos municipais.

Sobre esta questão, o secretário disse que a integração das ações federais era fundamental para o desenvolvimento de projetos de prevenção da violência nos estados e municípios, mas disse também que o governo federal ainda precisa avançar muito na integração as ações dos ministérios. Em relação aos recursos do FNSP, de aproximadamente R\$ 400 milhões para 2003, o secretário disse que o governo federal procura ampliar estes recursos para até R\$ 2 bilhões em 2004 através de financiamentos do Banco Mundial e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

2) Sobre a proposta de realização de um seminário para discutir a participação dos municípios no Sistema Unificado de Segurança Pública e o papel dos municípios e das guardas municipais no controle e na prevenção da violência:

O secretário aceitou a proposta e disse que pretende organizar um encontro nacional, em Brasília, sobre a participação dos municípios no Sistema Unificado de Segurança Pública. Disse ainda que a idéia do Susp, inspirada no SUS, é a criação de um sistema ou uma rede nacional, a partir de encontros, municipais, estaduais e nacionais, com pautas bem definidas, visando o desenvolvimento de políticas e programas integrados de segurança pública. Ressaltou a preocupação com o calendário eleitoral e a necessidade de tratar a questão da segurança pública com uma questão de estado, acima dos partidos e das disputas eleitorais, e também a importância das reuniões do Fórum Metropolitano como referência para estes encontros e a importância do Fórum Metropolitano.

3) Sobre a votação e aprovação da proposta de emenda constitucional que altera o artigo 144 da Constituição Federal, ampliando a competência das guardas municipais:

O secretário Luiz Eduardo Soares recebeu dos prefeitos a moção do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, de apoio à ampliação da competência das guardas municipais. Manifestou seu apoio à alteração do artigo 144 da Constituição Federal, ressaltando que a limitação da competência das guardas municipais prevista na constituição já foi ultrapassada pelos fatos. Entretanto, o secretário manifestou preocupação com a situação dos municípios menores, em que existe o risco de subordinação das guardas municipais e mesmo das polícias estaduais a interesses privados, à margem do controle democrático. Neste sentido, disse que a ampliação da competência das guardas deve necessariamente ser acompanhada de regulamentação através de lei federal e da imposição de regras claras e precisas às quais as guardas deveriam

se submeter, particularmente em relação à formação e qualificação dos guardas e ao controle externo das suas atividades.

Em relação a este assunto o secretário de Segurança Urbana de São Paulo, Benedito Mariano, informou que, juntamente com a Prefeita Marta Suplicy, entregou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, projeto de lei federal regulamentando a atividade das guardas municipais, como uma polícia de caráter preventivo e comunitário, complementando e não substituindo a atividade das polícias estaduais. Informou ainda que, com apoio da Senasp, o Ministério da Justiça emitiu parecer favorável à concessão de autorização para aquisição de armas para as guardas municipais - atualmente suspensa por decisão do Ministério da Defesa que condiciona a autorização para compra de armas para as guardas municipais à aprovação da proposta de emenda constitucional que amplia a competência das guardas. Defendeu ainda a concessão de porte integral de arma, e não apenas de porte parcial de arma, como atualmente acontece, para os guardas municipais.

O prefeito Lener do Nascimento Ribeiro, disse que, em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, recebeu informação de que o deputado tinha restrições à votação da proposta de emenda constitucional que amplia a competência das guardas municipais e propunha a realização de um seminário nacional para discutir o assunto.

O prefeito Elói Pietá disse que os municípios já colaboram com o estado e contribuem bastante com a segurança pública através do financiamento de atividades das polícias civil e militar, ressaltando a importância de mensurar e mostrar claramente esta contribuição. Entretanto, segundo o prefeito, esta contribuição nem sempre tem como contrapartida a participação dos municípios nas decisões da política estadual de segurança pública. Pietá manifestou preocupação com a eventual transferência de responsabilidades na área da segurança pública para os municípios, mas disse que a ampliação da competência das guardas municipais, assim como a constituição de conselhos municipais de segurança pública, no qual estão representados o governo municipal, o governo estadual e a sociedade civil, são medidas importantes para ampliar a participação dos municípios nas decisões da política estadual de segurança pública e atender de maneira mais efetiva às demandas da sociedade nesta área.

#### 4) Sobre a participação dos municípios no Sistema Unificado de Segurança Pública (Susp):

O secretário Luiz Eduardo Soares fez uma breve exposição do Susp, apresentando as seis prioridades em torno das quais o governo federal pretende promover a integração das ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública:

- A) Formação, qualificação e valorização profissional dos policiais federais e estaduais e dos guardas municipais, através do estabelecimento de padrões nacionais, de um currículo básico comum, da integração na formação e da criação de uma Escola de Altos Estudos de Segurança Pública.
- B) Aperfeiçoamento da gestão e integração do conhecimento e das informações na área da segurança pública, através da padronização dos sistemas de coleta de informação e do estabelecimento de sistemas de intercâmbio de informação entre a União, os Estados e os Municípios. Neste item, o secretário ressaltou a importância dos municípios como usuários e produtores de informações sobre segurança pública, inclusive como participantes do Infoseg, destacou o exemplo convênio entre os municípios do Fórum Metropolitano e o Governo do Estado de São Paulo para disponibilização de informações do Infocrim e o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência e disse que a Senasp vai incentivar acordos semelhantes em outros estados.
- C) Aperfeiçoamento da gestão das organizações federais, estaduais e municipais de segurança pública.



- D) Aperfeiçoamento das perícias, destacando que as guardas municipais, assim como as polícias militares e civis, têm um papel fundamental na preservação da cena do crime.
- E) Desenvolvimento de políticas e programas de prevenção da violência, área em que, segundo o secretário, os municípios têm um papel fundamental a desempenhar.
- F) Fortalecimento do controle externo das organizações do sistema de segurança pública, através de ouvidorias de polícia independentes, corregedorias integradas e conselhos comunitários.

O secretário enfatizou por fim que a participação dos municípios é fundamental para o sucesso do Susp e disse que seria importante a participação de um representante dos municípios nos gabinetes integrados de segurança constituídos nos estados que aderiram ao Susp.

## ANEXO 3

### PROPOSTA DE ESTÁGIO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL PARA GUARDAS MUNICIPAIS (EAP-GM), EM PARCERIA COM A POLÍCIA MILITAR.

#### OBJETIVOS GERAIS DO ESTÁGIO:

Fornecer subsídios complementares para o aperfeiçoamento das atividades de segurança urbana desempenhadas pelos guardas municipais, dentro dos limites legais de competência da Guarda Municipal.

A presente proposta de EAP-GM dirige-se às Guardas Municipais que desejarem oferecer a seus integrantes um estágio de aperfeiçoamento profissional, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

No.	GRADE CURRICULAR / MATÉRIAS	CARGA HORÁRIA
1	<b>Noções de Direito</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Direito Penal (contravenção/crime/excludente de ilicitude/"iter criminis"; crimes, penas e cumprimento), Processual Penal e Processual Civil (direito de busca, intimação, notificação, citação).</li><li>b. Constituição Federal de 1988 e princípios constitucionais relativos às funções públicas.</li><li>c. Direito Administrativo Municipal: Serviço, Câmara Municipal, Prefeitura (função, responsabilidade), Poder de Polícia Municipal, Fiscalização e Sanção.</li><li>d. Legislação com enfoque em Direitos Humanos (Abuso de Autoridade, Uso de Algemas, Porte e Tráfico de Entorpecentes, Código do Consumidor, ECA, Imunidade).</li><li>e. Normas do Sinarme.</li></ul>	5
2	<b>Abordagens (ocorrências, debates e questionamentos)</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Ética e tolerância. Sociologia.</li><li>b. Discriminação e preconceito de gênero, étnico, social, entre outros.</li></ul>	4

<b>3</b>	<b>Primeiros Socorros</b>	
	a. Medicina preventiva (cuidados com higiene, exames preventivos, uso adequado de instalação, segurança no trabalho). Diagnóstico prévio de doenças.	4
	b. Socorros de urgência (asfixia, RCP, queimaduras, traumatismos, picadas de insetos venenosos, hemorragias, transporte de vítimas, choque, AVC e desmaios).	
<b>4</b>	<b>Assistência Social e Serviço Municipal</b>	
	a. Assistência Social e Serviço Social (conceitos, doutrinas e desenvolvimento).	
	b. O município e o cidadão: 1) Necessidades e aspiração; 2) Saúde, educação, saneamento e lazer.	2
	c. Estrutura municipal para atendimento.	
<b>5</b>	<b>Defesa Pessoal</b>	
	a. Emprego de armas não letais (tonfa, spray pimenta, algemas).	3
	b. Outros meios de defesa	
<b>6</b>	<b>Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos</b>	2
<b>7</b>	<b>Atividades Profissionais</b>	
	a. Viaturas, manutenção, embarque, desembarque e vigilância. Comunicação.	3
<b>8</b>	<b>Tiro Defensivo</b>	
	a. Manusear o armamento e a munição observando as regras de segurança existentes.	10
	b. Empregar defensivamente as armas e ações.	
<b>9</b>	<b>Avaliação</b>	
	Encerramento	2
	Entregas de Certificados e Ofícios	
<b>TOTAL</b>		<b>35</b>

#### **DIRETRIZES METODOLÓGICAS**

- Metodologia participativa
- Aulas nas quais haja relação de diálogo e troca entre os professores e os alunos
- Dinâmicas de grupo
- Visitas

#### **CORPO DOCENTE**

- Policiais militares, guardas municipais e outros especialistas

## **ANEXO 4**

### **PROPOSTA DE SISTEMA DE REGISTRO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS E COMUNITÁRIAS DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

A proposta de um sistema de registro e monitoramento das atividades preventivas e comunitárias das guardas municipais visa complementar a proposta de um sistema de registro e monitoramento das atividades das guardas no atendimento de ocorrências desenvolvido anteriormente pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública (ver Relatório de Atividades, Resultados e Propostas - 6).

Os sistemas de registro e monitoramento das atividades das guardas municipais foram desenvolvidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, com o objetivo de produzir as informações e os dados necessários para:

- Aumentar o conhecimento das atividades desenvolvidas pelas guardas municipais, tanto por parte dos profissionais das guardas municipais quanto por parte do governo e da sociedade;
- Aperfeiçoar o planejamento organizacional e operacional das guardas municipais;
- Aperfeiçoar a avaliação interna e externa do trabalho desenvolvido pelas guardas municipais;
- Realizar a prestação de contas ao governo e à sociedade das atividades desenvolvidas pelas guardas.

#### **1. ATIVIDADES PREVENTIVAS E COMUNITÁRIAS DAS GUARDAS MUNICIPAIS:**

##### **A) Ações Preventivas**

###### **B.1) Presença**

- Número de guardas por habitante
- Número de guardas por área (km 2)
- Número de guardas por turno

###### **B.2) Prevenção Situacional**

- Policiamento na Escola X (número de guardas/dia; número de horas/guarda)
- Policiamento na Praça Y (número de guardas/dia; número de horas/guarda)
- Policiamento no Parque Z (número de guardas/dia; número de horas/guarda)
- Policiamento em eventos públicos (número de guardas/dia; número de horas/guarda)

###### **B.3.) Prevenção Social**

- Participação em projetos de prevenção do crime e da violência

##### **B) Ações Comunitárias**

- Reuniões em conselhos
- Reuniões em comissões
- Reuniões em associações de bairro
- Reuniões em fóruns
- Participação em seminários/conferências
- Palestras em escolas

### C) Ações Operacionais

- Número de telefonemas atendidos em central de atendimento (discriminar tipos de ligação/denúncias/solicitações etc)
- Número de pessoas atendidas em postos da guarda
- Número respostas a alarmes
- Número de pessoas presas
- Número de carros recuperados
- Número de armas apreendidas
- Quantidade de drogas apreendidas
- Atendimento a manifestações públicas
- Reintegração de posse
- Transporte clandestino
- Ações ligadas ao meio ambiente
- Ações integradas com as polícias

### D) Atividades específicas de cada município

## **2. INDICADORES DE RESULTADO/IMPACTO DAS AÇÕES DAS GUARDAS:**

### E) Crime e Violência

- Número de crimes
- Número de crimes violentos

### F) Insegurança

- Freqüência em espaços públicos
- Medo do crime e da violência

### G) Relação Guarda-Comunidade

- Notícias positivas sobre a guarda nos jornais
- Notícias negativas sobre as guardas nos jornais
- Elogios para guardas na Prefeitura/Corregedoria/Ouvidoria
- Denúncias contra guardas na Prefeitura/Corregedoria/Ouvidoria
- Participação da comunidade nas questões de segurança pública

**ANEXO 5a - ADOLESCENTES EM REGIME DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, POR MUNICÍPIO DE ORIGEM E TIPO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

MUNICÍPIO	ATENDIMENTO INICIAL ARTIGO 175	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA ARTIGO 108	INTERNAÇÃO ARTIGO 122	SEMILIBERDADE ARTIGO 120	TOTAL
ARUJÁ		1	5		6
BARUERI		9	17	1	27
CAIEIRAS		3	2	1	6
CAJAMAR		3	2		5
CARAPICUIBA	1		35	3	39
COTIA		2	27		29
DIADEMA		23	112	1	136
EMBU		7	47		54
EMBU-GUAÇU			3		3
FERRAZ DE VASCONCELOS		5	17	1	23
FRANCISCO MORATO		8	18	7	33
FRANCO DA ROCHA		4	8	7	19
GUARULHOS		20	96	5	121
ITAPECERICA DA SERRA		2	23	2	27
ITAPEVI		7	24	1	32
ITAQUAQUECETUBA		6	33	1	40
JANDIRA		5	10		15
JUQUITIBA			1		1
MAIRIPORÃ			4	1	5
MAUÁ		5	31	2	38
MOGI DAS CRUZES		4	34		38
OSASCO		11	86	2	99
POA		2	12		14
RIBEIRÃO PIRES			5		5
RIO GRANDE DA SERRA			4		4
SANTA ISABEL			3		3
SANTANA DE PARNAÍBA		1	5	1	7
SANTO ANDRÉ		19	74	2	95
SÃO BERNARDO DO CAMPO		17	98		115
SÃO CAETANO DO SUL		1	11		12
SÃO LOURENÇO DA SERRA		1			1
SÃO PAULO*			2.317		2.317
SUZANO		6	37		43
TABOÃO DA SERRA		16	45	4	65
VARGEM GRANDE PAULISTA		1	7		8
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>189</b>	<b>3.253</b>	<b>42</b>	<b>3.485</b>

Fonte: FEBEM, maio/ 2003. \* Dados dizem respeito à internação em sentido amplo.

**ANEXO 5b - ADOLESCENTES EM REGIME DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, POR MUNICÍPIO DE ORIGEM E TIPO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – EM PORCENTAGEM**

MUNICÍPIO	ATENDIMENTO INICIAL ARTIGO 175 %	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA ARTIGO 108 %	INTERNAÇÃO ARTIGO 122 %	SEMILIBERDADE ARTIGO 120 %	TOTAL DE ADOLESCENTES
ARUJÁ	0,00	16,67	83,33	0,00	6
BARUERI	0,00	33,33	62,96	3,70	27
BIRITIBA-MIRIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0
CAEIRAS	0,00	50,00	33,33	16,67	6
CAJAMAR	0,00	60,00	40,00	0,00	5
CARAPICUIBA	2,56	0,00	89,74	7,69	39
COTIA	0,00	6,90	93,10	0,00	29
DIADEMA	0,00	16,91	82,35	0,74	136
EMBU	0,00	12,96	87,04	0,00	54
EMBU-GUAÇU	0,00	0,00	100,00	0,00	3
FERRAZ DE VASCONCELOS	0,00	21,74	73,91	4,35	23
FRANCISCO MORATO	0,00	24,24	54,55	21,21	33
FRANCO DA ROCHA	0,00	21,05	42,11	36,84	19
GUARAREMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0
GUARULHOS	0,00	16,53	79,34	4,13	121
ITAPECERICA DA SERRA	0,00	7,41	85,19	7,41	27
ITAPEVI	0,00	21,88	75,00	3,13	32
ITAQUAQUECETUBA	0,00	15,00	82,50	2,50	40
JANDIRA	0,00	33,33	66,67	0,00	15
JUQUITIBA	0,00	0,00	100,00	0,00	1
MAIRIPORÃ	0,00	0,00	80,00	20,00	5
MAUÁ	0,00	13,16	81,58	5,26	38
MOGI DAS CRUZES	0,00	10,53	89,47	0,00	38
OSASCO	0,00	11,11	86,87	2,02	99
PIRAPORA DO BOM JESUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0
POA	0,00	14,29	85,71	0,00	14
RIBEIRÃO PIRES	0,00	0,00	100,00	0,00	5
RIO GRANDE DA SERRA	0,00	0,00	100,00	0,00	4
SALESÓPOLIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0
SANTA ISABEL	0,00	0,00	100,00	0,00	3
SANTANA DE PARNAÍBA	0,00	14,29	71,43	14,29	7
SANTO ANDRÉ	0,00	20,00	77,89	2,11	95
SÃO BERNARDO DO CAMPO	0,00	14,78	85,22	0,00	115
SÃO CAETANO DO SUL	0,00	8,33	91,67	0,00	12
SÃO LOURENÇO DA SERRA	0,00	100,00	0,00	0,00	1
SÃO PAULO	0,00	0,00	100,00	0,00	2.317
SUZANO	0,00	13,95	86,05	0,00	43
TABOÃO DA SERRA	0,00	24,62	69,23	6,15	65
VARGEM GRANDE PAULISTA	0,00	12,50	87,50	0,00	8
<b>TOTAL</b>	<b>0,03</b>	<b>5,42</b>	<b>93,34</b>	<b>1,21</b>	<b>3.485</b>

Fonte: FEBEM, maio/ 2003.

**ANEXO 5c - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, DIRETAMENTE PELA FEBEM E ATRAVÉS DE CONVÊNIOS, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

MUNICÍPIO	LIBERDADE ASSISTIDA ATENDIMENTO	ATENDIMENTO CONVENIADO		TOTALS
		LIBERDADE ASSISTIDA	LA_PSC	
ARUJA	0	18	15	33
BARUERI	5	63	0	68
BIRITIBA-MIRIM	3	0	0	3
CAIEIRAS	14	0	0	14
CARAPICUIBA	0	133	0	133
COTIA	65	0	0	65
DIADEMA	239	0	0	239
EMBU	110	0	0	110
EMBU-GUAÇU	1	8	0	9
FERRAZ DE VASCONCELOS	0	40	12	52
FRANCISCO MORATO	0	74	0	74
FRANCO DA ROCHA	34	0	0	34
GUARAREMA	4	0	0	4
GUARULHOS	188	0	0	188
ITAPECERICA DA SERRA	70	0	0	70
ITAPEVI	33	0	0	33
ITAQUAQUECETUBA	0	64	8	72
JANDIRA	1	29	0	30
JUQUITIBA	31	0	0	31
MAIRIPORÃ	6	0	0	6
MAUA	45	0	0	45
MOGI DAS CRUZES	56	53	11	120
OSASCO	3	141	0	144
PIRAPORA DO BOM JESUS	7	0	0	7
POA	21	0	0	21
RIBEIRÃO PIRES	15	0	0	15
SALESÓPOLIS	1	0	0	1
SANTA ISABEL	14	0	0	14
SANTANA DO PARNAÍBA	0	21	0	21
SANTO ANDRÉ	61	107	0	168
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1	219	60	280
SÃO CAETANO DO SUL	25	0	0	25
SÃO LOURENÇO DA SERRA	10	0	0	10
SÃO PAULO*	3.480		1059	4.539
SUZANO	0	37	9	46
TABOÃO DA SERRA	5	72	0	77
VARGEM GRANDE PAULISTA	6	0	0	6
<b>TOTALS POR PROGRAMA</b>	<b>4.554</b>	<b>1079</b>	<b>1174</b>	<b>6.807</b>

Fonte: FEBEM, maio/ 2003. \* Número de adolescentes de origem do município.



**ANEXO 5d - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, DIRETAMENTE PELA FEBEM E ATRAVÉS DE CONVÊNIOS, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO-PORCENTAGEM**

MUNICÍPIO	LIBERDADE ASSISTIDA ATENDIMENTO %	ATENDIMENTO CONVENIADO		TOTAL DE ADOLESCENTES
		LIBERDADE ASSISTIDA %	LA_PSC %	
ARUJA	0,00	54,55	45,45	33
BARUERI	7,35	92,65	0,00	68
BIRITIBA-MIRIM	100,00	0,00	0,00	3
CAIEIRAS	100,00	0,00	0,00	14
CAJAMAR	0,00	0,00	0,00	0
CARAPICUIBA	0,00	100,00	0,00	133
COTIA	100,00	0,00	0,00	65
DIADEMA	100,00	0,00	0,00	239
EMBU	100,00	0,00	0,00	110
EMBU-GUAÇU	11,11	88,89	0,00	9
FERRAZ DE VASCONCELOS	0,00	76,92	23,08	52
FRANCISCO MORATO	0,00	100,00	0,00	74
FRANCO DA ROCHA	100,00	0,00	0,00	34
GUARAREMA	100,00	0,00	0,00	4
GUARULHOS	100,00	0,00	0,00	188
ITAPECERICA DA SERRA	100,00	0,00	0,00	70
ITAPEVI	100,00	0,00	0,00	33
ITAQUAQUECETUBA	0,00	88,89	11,11	72
JANDIRA	3,33	96,67	0,00	30
JUQUITIBA	100,00	0,00	0,00	31
MAIRIPORÃ	100,00	0,00	0,00	6
MAUA	100,00	0,00	0,00	45
MOGI DAS CRUZES	46,67	44,17	9,17	120
OSASCO	2,08	97,92	0,00	144
PIRAPORA DO BOM JESUS	100,00	0,00	0,00	7
POA	100,00	0,00	0,00	21
RIBEIRÃO PIRES	100,00	0,00	0,00	15
RIO GRANDE DA SERRA	0,00	0,00	0,00	0
SALESÓPOLIS	100,00	0,00	0,00	1
SANTA ISABEL	100,00	0,00	0,00	14
SANTANA DO PARNAÍBA	0,00	100,00	0,00	21
SANTO ANDRÉ	36,31	63,69	0,00	168
SÃO BERNARDO DO CAMPO	0,36	78,21	21,43	280
SÃO CAETANO DO SUL	100,00	0,00	0,00	25
SÃO LOURENÇO DA SERRA	100,00	0,00	0,00	10
SÃO PAULO*	76,67	0,00	23,33	4539
SUZANO	0,00	80,43	19,57	46
TABOÃO DA SERRA	6,49	93,51	0,00	77
VARGEM GRANDE PAULISTA	100,00	0,00	0,00	6
<b>TOTAL</b>	<b>66,90</b>	<b>15,85</b>	<b>17,25</b>	<b>6.807</b>

Fonte: FEBEM, maio/ 2003 \* Número de adolescentes de origem do município

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

MUNICÍPIO	TIPOS DE INFRAÇÃO	TOTAIS
ARUJÁ	HOMICÍDIO CULPOSO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	ROUBO QUALIFICADO	3
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	1
<b>ARUJÁ Total</b>		<b>6</b>
BARUERI	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	1
	FURTO	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	LATROCÍNIO	2
	PORTE DE ARMA	2
	ROUBO QUALIFICADO	16
	TRÁFICO DE DROGAS	3
<b>BARUERI Total</b>		<b>27</b>
CAIEIRAS	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	ROUBO QUALIFICADO	5
<b>CAIEIRAS Total</b>		<b>6</b>
CAJAMAR	ROUBO QUALIFICADO	5
<b>CAJAMAR Total</b>		<b>5</b>
CARAPICUIBA	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	5
	LATROCÍNIO	1
	PORTE OU USO DE DROGAS	1
	ROUBO QUALIFICADO	21
	ROUBO SIMPLES	2
TRÁFICO DE DROGAS	8	
<b>CARAPICUIBA Total</b>		<b>39</b>
COTIA	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	1
	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	FURTO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	2
	LATROCÍNIO	6
	ROUBO QUALIFICADO	14
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	3
	TRÁFICO DE DROGAS	1
<b>COTIA Total</b>		<b>29</b>

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Continuação)**

MUNICÍPIO	TIPOS DE INFRAÇÃO	TOTAIS
DIADEMA	AMEAÇA	1
	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	2
	EXTORSÃO	1
	FURTO	2
	HOMICÍDIO CULPOSO	3
	HOMICÍDIO DOLOSO	5
	LESÃO CORPORAL	1
	PORTE DE ARMA	2
	ROUBO QUALIFICADO	65
	ROUBO SIMPLES	11
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	2
TRÁFICO DE DROGAS	41	
<b>DIADEMA Total</b>		<b>136</b>
EMBU	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	ESTUPRO	2
	FURTO	4
	HOMICÍDIO DOLOSO	3
	LATROCÍNIO	3
	ROUBO QUALIFICADO	38
	ROUBO SIMPLES	1
TRÁFICO DE DROGAS	2	
<b>EMBU Total</b>		<b>54</b>
EMBU-GUAÇU	HOMICÍDIO CULPOSO	1
	ROUBO QUALIFICADO	2
<b>EMBU-GUAÇU Total</b>		<b>3</b>
FERRAZ DE VASCONCELOS	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	PORTE DE ARMA	1
	ROUBO QUALIFICADO	16
	ROUBO SIMPLES	2
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	1
<b>FERRAZ DE VASCONCELOS Total</b>		<b>23</b>
FRANCISCO MORATO	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	FURTO	1
	LATROCÍNIO	3
	PORTE DE ARMA	1
	PORTE OU USO DE DROGAS	1
	ROUBO QUALIFICADO	23
	ROUBO SIMPLES	2
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	1
<b>FRANCISCO MORATO Total</b>		<b>33</b>

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Continuação)**

MUNICÍPIO	TIPOS DE INFRAÇÃO	TOTAIS
FRANCO DA ROCHA	FURTO	1
	LATROCÍNIO	1
	ROUBO QUALIFICADO	15
	ROUBO SIMPLES	2
<b>FRANCO DA ROCHA Total</b>		<b>19</b>
GUARULHOS	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	2
	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	3
	ESTUPRO	1
	FORMAÇÃO DE BANDO OU QUADRILHA	2
	FURTO	5
	HOMICÍDIO CULPOSO	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	13
	LATROCÍNIO	5
	LESÃO CORPORAL	1
	OUTROS	2
	PORTE DE ARMA	2
	ROUBO QUALIFICADO	61
	ROUBO SIMPLES	5
TRÁFICO DE DROGAS	17	
<b>GUARULHOS Total</b>		<b>121</b>
ITAPECERICA DA SERRA	HOMICÍDIO DOLOSO	3
	LATROCÍNIO	1
	ROUBO QUALIFICADO	17
	ROUBO SIMPLES	1
	TRÁFICO DE DROGAS	5
<b>ITAPECERICA DA SERRA Total</b>		<b>27</b>
ITAPEVI	FURTO	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	11
	LATROCÍNIO	3
	ROUBO QUALIFICADO	9
	ROUBO SIMPLES	2
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	2
	TRÁFICO DE DROGAS	3
<b>ITAPEVI Total</b>		<b>32</b>
ITAQUAQUECETUBA	FURTO	4
	HOMICÍDIO DOLOSO	5
	PORTE DE ARMA	2
	PORTE OU USO DE DROGAS	1
	ROUBO QUALIFICADO	23
	ROUBO SIMPLES	4
	TRÁFICO DE DROGAS	1
<b>ITAQUAQUECETUBA Total</b>		<b>40</b>

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Continuação)**

MUNICÍPIO	TIPOS DE INFRAÇÃO	TOTAIS
JANDIRA	AMEAÇA	1
	DANO	1
	FURTO	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	2
	LATROCÍNIO	2
	ROUBO QUALIFICADO	6
	TRÁFICO DE DROGAS	1
<b>JANDIRA Total</b>		<b>15</b>
JUQUITIBA	ROUBO SIMPLES	1
<b>JUQUITIBA Total</b>		<b>1</b>
MAIRIPORÃ	DANO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	2
	OUTROS	1
	ROUBO QUALIFICADO	1
<b>MAIRIPORÃ Total</b>		<b>5</b>
MAUÁ	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	FURTO	2
	HOMICÍDIO CULPOSO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	LATROCÍNIO	1
	ROUBO QUALIFICADO	23
	ROUBO SIMPLES	2
	TRÁFICO DE DROGAS	7
<b>MAUÁ Total</b>		<b>38</b>
MOGI DAS CRUZES	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	ESTUPRO	2
	FURTO	3
	HOMICÍDIO DOLOSO	2
	LATROCÍNIO	1
	OUTROS	1
	ROUBO QUALIFICADO	26
	ROUBO SIMPLES	1
	TRÁFICO DE DROGAS	1
<b>MOGI DAS CRUZES Total</b>		<b>38</b>

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Continuação)**

MUNICÍPIO	TIPOS DE INFRAÇÃO	TOTAIS
OSASCO	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	ESTUPRO	1
	EXTORSÃO	1
	FURTO	4
	HOMICÍDIO CULPOSO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	4
	LATROCÍNIO	7
	LESÃO CORPORAL	1
	PORTE DE ARMA	3
	ROUBO QUALIFICADO	71
	SEQÜESTRO E CÁCERE PRIVADO	2
	TRÁFICO DE DROGAS	3
	<b>OSASCO Total</b>	
POA	FURTO	1
	ROUBO QUALIFICADO	9
	ROUBO SIMPLES	1
	TRÁFICO DE DROGAS	3
<b>POA Total</b>		<b>14</b>
RIBEIRÃO PIRES	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	3
	ROUBO QUALIFICADO	1
<b>RIBEIRÃO PIRES Total</b>		<b>5</b>
RIO GRANDE DA SERRA	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	ROUBO QUALIFICADO	2
	TRÁFICO DE DROGAS	1
<b>RIO GRANDE DA SERRA Total</b>		<b>4</b>
SANTA ISABEL	LATROCÍNIO	2
	TRÁFICO DE DROGAS	1
<b>SANTA ISABEL Total</b>		<b>3</b>
SANTANA DE PARNAÍBA	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	PORTE DE ARMA	1
	ROUBO QUALIFICADO	4
<b>SANTANA DE PARNAÍBA Total</b>		<b>7</b>
SANTO ANDRÉ	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	4
	FURTO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	4
	LATROCÍNIO	2
	ROUBO QUALIFICADO	71
	ROUBO SIMPLES	7
	SEQÜESTRO E CÁCERE PRIVADO	2
	TRÁFICO DE DROGAS	4
<b>SANTO ANDRÉ Total</b>		<b>95</b>

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Continuação)**

MUNICÍPIO	TIPOS DE INFRAÇÃO	TOTAIS
SÃO BERNARDO DO CAMPO	AMEAÇA	1
	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	2
	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	ESTUPRO	4
	EXTORSÃO	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	1
	LATROCÍNIO	6
	OUTROS	1
	PORTE DE ARMA	2
	ROUBO QUALIFICADO	75
	ROUBO SIMPLES	4
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	3
	TRÁFICO DE DROGAS	13
<b>SÃO BERNARDO DO CAMPO Total</b>		<b>115</b>
SÃO CAETANO DO SUL	ESTUPRO	1
	FURTO	1
	HOMICÍDIO CULPOSO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	2
	LATROCÍNIO	1
	PORTE DE ARMA	1
ROUBO QUALIFICADO	5	
<b>SÃO CAETANO DO SUL Total</b>		<b>12</b>
SÃO LOURENÇO DA SERRA	ESTUPRO	1
<b>SÃO LOURENÇO DA SERRA Total</b>		<b>1</b>
SUZANO	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	HOMICÍDIO CULPOSO	1
	HOMICÍDIO DOLOSO	3
	LATROCÍNIO	1
	PORTE DE ARMA	2
	ROUBO QUALIFICADO	27
	ROUBO SIMPLES	1
	SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO	1
	TRÁFICO DE DROGAS	6
<b>SUZANO Total</b>		<b>43</b>
TABOÃO DA SERRA	DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA	1
	FURTO	2
	HOMICÍDIO CULPOSO	7
	ROUBO QUALIFICADO	47
	ROUBO SIMPLES	4
	TRÁFICO DE DROGAS	4
<b>TABOÃO DA SERRA Total</b>		<b>65</b>

**ANEXO 5e - ADOLESCENTES ATENDIDOS POR MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, POR TIPO DE INFRAÇÃO COMETIDA, POR MUNICÍPIO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (Continuação)**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TIPOS DE INFRAÇÃO</b>	<b>TOTAIS</b>
VARGEM GRANDE PAULISTA	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	1
	HOMICÍDIO CULPOSO	2
	HOMICÍDIO DOLOSO	2
	PORTE OU USO DE DROGAS	1
	ROUBO QUALIFICADO	2
<b>VARGEM GRANDE PAULISTA Total</b>		<b>8</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.168</b>

Fonte: FEBEM, maio/2003



## ANEXO 6

### **RELATÓRIO PRELIMINAR COM INFORMAÇÕES DAS PREFEITURAS SOBRE A EXECUÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

O Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência apresentou ao Fórum Metropolitano de Segurança Pública a proposta de municipalização da aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto a adolescentes em conflito com a lei, na reunião plenária de 27 de fevereiro de 2003. Para viabilizar o processo de municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto, o Grupo de Trabalho realiza um diagnóstico da situação do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com a finalidade de promover a discussão dos princípios e diretrizes que devem orientar o processo de municipalização e das estratégias que os municípios podem adotar para realizá-lo.

Além do levantamento de informações junto à Febem (ver anexo 5), com a colaboração do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Grupo de Trabalho da Prevenção da Violência realizou um levantamento de informações junto às prefeituras dos 39 municípios da região metropolitana. O Grupo de Trabalho encaminhou questionário solicitando informações às prefeituras dos 39 municípios. Dezoito prefeituras informaram ao Grupo de Trabalho: Arujá, Barueri, Carapicuíba, Embu, Embu-Guaçu, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra.

Das dezoito prefeituras que responderam o questionário, treze manifestaram interesse na municipalização da aplicação das medidas sócio-educativa em meio aberto. Estas prefeituras consideram que a realização do atendimento aos adolescentes em medida sócio-educativa em meio aberto pela prefeitura, em parceria com entidades da sociedade civil, é mais completo e satisfatório, diminui a reincidência, e contribui para a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Além disso, as prefeituras consideram que a municipalização do atendimento aos adolescentes em medida sócio-educativas em meio aberto permite que os adolescentes fiquem mais próximos de seus familiares e região de origem, e que os familiares participem mais ativamente do processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

Apesar de manifestar interesse na municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto, as prefeituras relatam diversos problemas ao implementar este processo, particularmente a limitação orçamentária e a dificuldade de estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil para o atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei e a seus familiares. Em relação à limitação orçamentária, as prefeituras informam que os municípios são obrigados a destinar recursos a outros serviços que já foram municipalizados, particularmente na área da educação e da saúde, e os recursos transferidos pelo governo do estado não são suficientes para sustentar o atendimento às medidas sócio-educativas pelos municípios.

Em cinco municípios, as prefeituras disseram que não tem interesse na municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto. Itapeverica da Serra é um exemplo de um município que já realizou o atendimento aos adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto, por três anos, mas a prefeitura acabou deixando de fazê-lo em virtude de dificuldades orçamentárias e operacionais, ainda que considerasse o atendimento municipalizado bastante satisfatório. O município de Embu também não tem interesse nessa municipalização. Apesar de considerar que as medidas sócio-educativas em meio aberto não vem sendo aplicadas satisfatoriamente pela Febem, a prefeitura não tem interesse na municipalização devido à falta de infra-estrutura no município. Em outras três prefeituras (Franco

da Rocha, Mogi das Cruzes e Pirapora do Bom Jesus), cujos municípios têm um pequeno número de adolescentes em medida sócio-educativa em meio aberto, o atendimento é realizado pela Febem, diretamente ou em parceria com outras entidades, e tem sido considerado satisfatório.

### **Arujá**

Arujá, mediante convênio com a FEBEM, tem realizado a execução das medidas, mas informa que tem encontrado dificuldades nesse atendimento ainda que considere o trabalho satisfatório.

### **Barueri**

O município de Barueri já executa as medidas sócio-educativas em meio aberto. A prefeitura considera que a eficácia da prestação de serviço à comunidade depende da articulação de uma rede de entidades que integre a família no processo de atendimento à medida. A liberdade assistida ainda está sendo avaliada, pois começou a ser implantada pelo município há muito pouco tempo. Mas, como conclusão geral, o município considera que o atendimento municipalizado tende a ser mais eficaz.

### **Carapicuíba**

No município de Carapicuíba, a Entidade Conexão (que respondeu o questionário) é responsável pela execução das medidas sócio-educativas em meio aberto. A entidade considera o atendimento satisfatório e que seria importante a participação de empresários, da rede pública de ensino e de entidades sociais de atendimento à família para que o atendimento ficasse mais completo.

### **Embu**

No município de Embu, a execução é feita pela Febem e é considerada precária. Porém, as medidas são consideradas satisfatórias em alguns casos. O município não tem interesse na municipalização neste momento pois não possui a infra-estrutura que a municipalização requer.

### **Embu Guaçu**

No município de Embu Guaçu, a execução das medidas é feita pela prefeitura em parceria com entidade não governamental e o trabalho é considerado satisfatório. A prefeitura informa que há significativa melhora entre os que participam dos programas de atendimento e que cerca de 8 em cada 10 adolescentes não voltam a praticar infrações. No entanto, seria importante que a iniciativa privada participasse, mas ainda há grande rejeição.

### **Franco da Rocha**

No município de Franco da Rocha a execução das medidas é feita pela FEBEM com participação da prefeitura e de outras organizações sociais. Não há interesse na municipalização, especialmente por ser baixo o número de adolescentes e por considerar o atendimento satisfatório.

## **Guarulhos**

No município de Guarulhos a execução das medidas é realizada pela FEBEM e é considerada insatisfatória. Um problema apontado refere-se ao longo tempo entre a aplicação da medida e a intimação para o adolescente comparecer em cartório e tomar ciência do local em que deverá cumprir a medida, o que já gera a sensação de irresponsabilidade. Em relação à PSC, que é prestada em escolas da rede pública, as atividades são limpar banheiros e chão da unidade escolar e capinar, muitas vezes durante os intervalos de aulas, fazendo com que o jovem seja humilhado por seu colegas. Em relação à LA não há, por parte da FEBEM, aplicação de curso profissionalizante nem terapia individual, ficando a atendimento limitado ao comparecimento mensal para assinatura documentação. O município tem interesse na municipalização apenas se for efetivamente desenvolvida com apoio técnico e financeiro do estado e da união sem onerar exclusivamente o município.

## **Itapecerica da Serra**

O município executou as medidas de PSC e LA de setembro de 1997 até setembro de 2001, quando devolveu essa responsabilidade para a FEBEM. O convênio que havia entre município e FEBEM foi transferido para uma entidade social que ainda não foi formalizado. A avaliação da execução da medida pelo município é positiva em relação à baixa reincidência dos adolescentes e em relação à qualidade do serviço que era prestado em rede e atendia também a família, inserindo-os em programas municipais, no entanto a avaliação é negativa em relação a operacionalidade da execução, vez que houve grande dificuldade para o desenvolvimento dos trabalhos, no gasto do recurso e na prestação de contas. Por essa razão, o município não tem mais interesse na municipalização.

## **Itapevi**

No município de Itapevi a execução da medida de prestação de serviço à comunidade realizada pela prefeitura é considerada satisfatória e a execução da liberdade assistida é feita pela FEBEM, com apoio da prefeitura. Há interesse na municipalização mas faltam recursos financeiros para suprir as necessidades estruturais e de recursos humanos devido à necessidade de equipe técnica especializada para viabilizar e coordenar projetos, é preciso também ampliar o atendimento e firmar parcerias com a iniciativa privada.

## **Itaquaquecetuba**

No município de Itaquaquecetuba a execução é realizada pela entidade Creche Escola Durvalina Teixeira Rosa (que respondeu o questionário) e em parceria com a prefeitura. O atendimento é considerado satisfatório no que se refere à construção de novas relações sociais e aos encaminhamentos necessários aos adolescentes, mas falta ainda mais comprometimento com a sociedade civil organizada. Há interesse na municipalização, que foi formalizada mediante a efetiva participação da prefeitura com recursos físicos, humanos, materiais e financeiros.

## **Mogi das Cruzes**

No município de Mogi das Cruzes a execução não é municipalizada, mas é feito através do Projeto Agente Jovem e do Projeto Novos Caminhos, através de uma entidade social conveniada com a FEBEM. Já há no município uma rede de serviços articulada para o atendimento dos jovens e de suas famílias. Por considerar o atendimento satisfatório, o município não tem interesse na municipalização.

## **Pirapora do Bom Jesus**

No município de Pirapora do Bom Jesus a execução é feita por uma entidade localizada em município vizinho e o trabalho é considerado satisfatório, motivo pelo qual não há interesse na municipalização.

## **Santana de Parnaíba**

No município de Santana de Parnaíba a execução da prestação de serviço à comunidade é feita pela prefeitura e da liberdade assistida por uma entidade conveniada com a FEBEM. O município tem interesse em municipalizar o atendimento pois há mais condições de adequar as medidas à realidade sócio-cultural específica da região, além de ser mais fácil acompanhar os casos de perto, mas é necessário que haja apoio técnico e, principalmente, financeiro da FEBEM e de outros órgãos e entidades que possam fazê-lo.

## **Santo André**

O município de Santo André executa a prestação de serviço à comunidade, mas a liberdade assistida é executada por uma organização não governamental conveniada com a FEBEM. O município tem interesse na municipalização e já está discutindo essa questão no Consórcio do Grande ABC. É importante que o adolescente seja atendido no seu próprio município, vez que o número é pequeno e é fundamental para o adolescente estar próximo da escola, da moradia, da família e do convívio comunitário.

## **Santo Bernardo do Campo**

No município de São Bernardo do Campo, a execução é municipalizada desde 1998 e efetuado por meio da Fundação Criança, ligada à prefeitura. Alguns dos resultados obtidos são os seguintes: baixo índice de reincidência no cumprimento da medida, 8% em 2000 para os adolescentes em Liberdade Assistida; baixo índice de reincidência após o cumprimento da medida, 4% em 2000 e 3% no primeiro semestre de 2001; alto índice de cumprimento da medida judicial determinada, 88% em 2000; reversão do número de internações na FEBEM/SP e maior aplicação de medidas em meio aberto pelo Juízo da Infância e Juventude: em 1998, média de 140 internos na FEBEM/SP e 70 em Liberdade Assistida, em 1999/2000 média de 60 internos na FEBEM/SP e 315 em 1999 e 422 em 2000 atendidos pela Fundação Criança em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Segundo a avaliação, portanto, a municipalização é exitosa.

### **São Caetano do Sul**

No município de São Caetano do Sul a execução é feita pela FEBEM, mas já foi elaborado o Projeto "Proposta Municipal de Atenção ao Adolescente, Prestação de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, Prestação de Serviço a Comunidade", para efetivar a municipalização.

### **São Lourenço da Serra**

No município de São Lourenço da Serra a execução, realizada pela FEBEM, está se limitando a visita dos técnicos uma vez por mês. A municipalização é considerada importante, pois o município deve assumir, conhecer e intervir nas suas problemáticas sociais, visando a superação das dificuldades.

### **Taboão da Serra**

No município de Taboão da Serra a municipalização já está em curso e a execução tem sido considerada satisfatória. .

## **ANEXO 7 - Lista preliminar de programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.**

### **Programas de Prevenção da Violência**

#### **Diadema**

Adolescente Aprendiz

Diadema Segura – Plano Municipal de Segurança Pública

#### **Itapecerica da Serra**

Barracões Culturais da Cidadania

#### **Embu**

Centro de Referência da Criança e do Adolescente

Centro de Referência da Juventude

Espaço Amigo – Um Programa após a Escola

#### **Embu Guaçu**

Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Casa do Cidadão

Monitoramento por vídeo nas entradas da cidade

Projeto Espaço Amigo

#### **Guarulhos**

Caminhando com Alegria para Justiça

Casa das Rosas Margaridas e Beths

Concessão do Uso de Terras

#### **Itapevi**

Participação Jovem

#### **Itaquaquecetuba**

Cidadão do Futuro

### **Juquitiba**

Escola Municipal de Futebol Infantil

### **Mogi das Cruzes**

Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Câmaras de Monitoramento em Vias Públicas

Sistema de Alarmes em Próprios Municipais

Projeto Novos Caminhos

### **Pirapora do Bom Jesus**

Santo de Casa faz Milagre – Escola de artes sacras

Cidadão do Mundo de Pirapora do Bom Jesus

Agente Jovem

### **Santana de Parnaíba**

Projeto de Escola em Tempo Integral (PROETI)

Teatro nos Bairros

Escola e Família – Parceiros numa Educação de Qualidade

Travessia - Programa Municipal de Combate à Violência

### **Santo André**

Santo André mais Igual

### **São Bernardo do Campo**

Policiamento Comunitário – Base Comunitária - Assunção

Casa de Integração Social (população de rua)

Centro de Atendimento à Criança e a Juventude

Centro de Atenção às Medidas Sócio-Educativas (Fundação Criança)

Centro Integrado de Emergência

Paz nas Escolas

Programa de Atenção à Mulher em Situação de Violência

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Programa Lixo e Cidadania (Centro de Ecologia e Cidadania, Associação de catadores, Geração de Renda e Apoio Familiar)

### **São Lourenço da Serra**

Departamento da Juventude

### **São Paulo**

Projeto Vida

Comissões Cíveis Comunitárias + Conselho Interdisciplinar Consultivo  
Sítio Pinheirinho

PsIU

Resgate Cidadão

Programa de Remodelação da Iluminação Pública (escolas x criminalidade)

### **Taboão da Serra**

Caça Talentos

### **Vargem Grande Paulista**

Centro de Atendimento Profissional – CAP

Beisebol Solidário

Centro Acadêmico de Orientação Cívica ao Adolescente de Vargem Grande Paulista

CAPAZ

Renda Cidadã



## **ANEXO 8 - Relatos sumários de programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.**

Este anexo apresenta relatos sumários de dez programas municipais de prevenção da violência em desenvolvimento na Região Metropolitana de São Paulo.

O objetivo do Grupo de Trabalho da Prevenção da Violência é completar as informações e aperfeiçoar os relatos apresentados abaixo e elaborar relatos semelhantes sobre outros programas municipais de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo. Estes relatos serão posteriormente incluídos num relatório sobre a prevenção da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e apresentados no Encontro Internacional sobre Práticas Municipais Inovadoras para Cidades Mais Seguras, que será realizado em Guarulhos entre os dias 8-10 de dezembro de 2003.

## **ANEXO 8 a - PROGRAMA 1: Diadema Segura**

**LOCAL:** Diadema

**IMPLEMENTAÇÃO:** desde 2001

### **1. PROBLEMA**

Entre 1995 e 1998 o número de homicídios no município cresceu 49%. Em 1999, a taxa por 100 mil habitantes chegou a 143, a mais alta do Estado segundo a Fundação Seade. Foi diagnosticada também uma baixa integração entre as organizações policiais, o que dificultava a coordenação racional das atividades e dos recursos, além de o município contar com um efetivo policial e de guardas civis insuficiente para a demanda local.

### **2. OBJETIVOS**

Reduzir a violência e a criminalidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;  
Desenvolver projetos de prevenção de violência;  
Desenvolver atividades intersetoriais para prevenção da violência e melhoria da segurança pública.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Criação da Coordenadoria de Defesa Social no âmbito municipal; criação de centros de operações conjuntas entre o estado e o município; planejamento conjunto das ações e atividades; implementação da lei que regula o horário de funcionamento de bares ("lei seca"); articulação de ações de prevenção da violência com ações de controle da criminalidade, incluindo Projeto Adolescente Aprendiz, Programa Creche, Lugar de Criança, transferência dos ambulantes para o Shopping Popular, expansão da iluminação pública, melhoria da sinalização viária.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura de Diadema – Coordenadoria de Defesa Social;  
Parcerias: Polícias Civil e Militar, Organizações da Sociedade Civil e outros departamentos da prefeitura.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

1.050 jovens atendidos pelo Projeto Adolescente Aprendiz em 2002.

1.618 crianças atendidas pelo Programa Creche, Lugar de Criança.

Iluminação pública em 14 novos locais.

#### **Quadro de ocorrências criminais: período de 15 de julho a 30 de junho**

	2001/02	2002/03	Varição
Homicídios - vítimas	247	184	-25,51%
Roubo de veículos	1543	1349	-12,57%
Roubo de veículo e carga	59	42	-28,81%
Extorsão mediante seqüestro	17	15	-11,76
Apreensão: tráfico de entorpecente	72	130	+80,55%
Apreensão: porte de entorpecente	95	171	+80,00%
Apreensão: porte de arma	165	182	+10,10%

Fonte: Coordenadoria de Defesa Social com dados da Delegacia Seccional de Diadema

### **7. CONTATO**

Regina F. de Luca Miki

Telefone/Fax: 4043-1266

defesasocial@ibest.com.br

## **ANEXO 8 b - PROGRAMA 2: Centro de Referência da Criança e do Adolescente**

**LOCAL:** Embu

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de janeiro de 2001

### **1. PROBLEMA**

O problema que o Centro de Referência da Criança e do Adolescente visa combater é a situação de exclusão da população infanto-juvenil desse Município, decorrente de fatores tais como baixa renda familiar, baixa escolaridade, falta de qualificação profissional e dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e que contribui para torná-los um grupo vulnerável à formação de novos hábitos e padrões de comportamento de risco comum, tais como o consumo de drogas, o que influi no aumento da violência.

### **2. OBJETIVOS**

O Centro de Referência da Criança e do Adolescente é o local no qual são implementados os seguintes programas: Programa Espaço Amigo e Projeto Casa da Juventude. O Programa Espaço Amigo - Um Programa Após a Escola tem como objetivo oferecer atendimento a 350 crianças e adolescentes (entre 7 a 14 anos e 11 meses) em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, oferecendo-lhes oportunidades para o fortalecimento familiar, pessoal e social, com vistas à sua inclusão social, autonomia e independência. O Projeto Casa da Juventude tem como objetivo o oferecimento de um espaço de socialização, formação, integração e aprendizagem a 500 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos e 11 meses, complementado o aprendizado escolar e evitando as alternativas oferecidas pela rua.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Os programas do Centro contam com as seguintes estratégias operacionais: contatos com escolas e Conselhos Tutelares para identificar e selecionar os jovens; reuniões sócio-educativas com a família, apoio escolar, atividades sócio-culturais, atividades voltadas à apropriação de tecnologia, desenvolvimento de habilidades para a vida, educação e cidadania, práticas desportivas, de lazer e de recreação; aulas expositivas, palestras, atividades externas monitoradas, dinâmicas de grupo, oficinas lúdicas, recursos audiovisuais, reuniões de orientação para os pais, visitas domiciliares; e utilização de instrumentos próprios para monitoramento trimestral e avaliação final.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu. O Programa Espaço Amigo conta também com a coordenação da Fraternidade Assistencial Rio Pequeno.

Parcerias: Conselhos Tutelares

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

Programa Espaço Amigo: R\$ 498.293,68/ano. Fonte: Prefeitura Municipal do Embu, Governo de Estado de São Paulo e Fraternidade Assistencial Rio Pequeno .

Projeto Casa da Juventude: R\$ 344.168,68/ano. Fonte: Prefeitura Municipal do Embu

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

Dentre os principais resultados obtidos temos que todas as crianças e adolescentes que participam do CRCA estão matriculados e freqüentando a escola, a maioria das famílias participa das reuniões que são convocadas e várias famílias foram incluídas em outros programas municipais.

### **7. CONTATO**

Alice Aparecida Soares Lima

Telefone: 4612-5221 / 9215-2649 Fax: 4704-5581 /profalice@hotmail.com

## **ANEXO 8c - PROGRAMA 3: Caminhando com Alegria para a Justiça**

**LOCAL:** Guarulhos

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de junho de 2001

### **1. PROBLEMA**

O problema que o programa visa resolver é a falta de informação do cidadão sobre seus direitos e sobre os serviços oferecidos pela prefeitura, a grande demanda de atendimento jurídico gratuito por parte da população carente e a falta de opções de lazer, cultura e esporte. Esses fatores contribuem para o alto índice de violência de Guarulhos, principalmente nas áreas carentes.

### **2. OBJETIVOS**

O Projeto pretende aprofundar a atuação da Prefeitura nos bairros pobres, visando integrar o cidadão à sociedade, resgatar a cidadania nos bolsões de miséria do Município e fornecer orientação e atendimento jurídico à população.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Promoção de ações que levam informações e esclarecimento à população a respeito de seus direitos e obrigações; fornecimento de orientação jurídica adequada; atuação na obtenção dos documentos básicos; atendimento direto à população mais carente; verificação dos problemas e necessidades de cada comunidade, buscando junto com ela as possíveis soluções; estímulo à realização de debates na comunidade sobre temas de interesses de seus integrantes; desenvolvimento de práticas culturais, educativas e de recreação; regularização fundiária das áreas de loteamentos irregulares, clandestinos e posses não legalizadas visando melhorar as condições de vida das populações locais; e incentivo a utilização, pela comunidade, de área públicas, como escolas, quando estas estiverem ociosas, para serem utilizadas na realização de atividades culturais.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura Municipal de Guarulhos – Secretaria de Assuntos Jurídicos

Parcerias: Guarda Civil Municipal, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação, Ação e Bem Estar Social, Obras, Cultura e Turismo, Finanças, Esportes, Governo, Relações de Trabalho, Saúde e Indústria, Comércio e Abastecimento, Fundo Social de Solidariedade, Casa da Mulher Clara Maria, Serviço Autônomo de Água e Esgoto, PROGUARU e trabalhadores voluntários.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

R\$ 45.000,000 por ano.

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

Desde o início da implementação do projeto, a procura pela assistência judiciária gratuita aumentou de 150 para 700 consultas por mês. Além disso, houve diminuição do número de homicídios nos bairros nos quais o programa atuou: uma redução de 26,17% entre janeiro e outubro de 2001 em relação a esse mesmo período no ano anterior.

### **7. CONTATO**

Margarida Helena Nogueira de Paula – Diretora do Departamento de Assistência Judiciária

Telefone: 6453-6831 / 6453-6832 Fax: 6453-6827

marghel@uol.com.br

## **ANEXO 8d - PROGRAMA 4: Barracões Culturais da Cidadania**

**LOCAL:** Itapecerica da Serra

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de janeiro de 1997

### **1. PROBLEMA**

Existência de bairros com altos índices de criminalidade e violência, com presença de alto número de crianças, jovens e idosos sem alternativas de lazer e cultura.

### **2. OBJETIVOS**

Resgatar a cidadania através da diminuição das desigualdades sociais, da diminuição da violência, da evasão escolar, do uso de drogas e demais fatores que contribuem para a desagregação social;

Promover a integração social através de programas educativos e culturais que visam a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da auto-estima das pessoas da comunidade;

Desenvolver a educação compartilhada na comunidade.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Oficinas de arte envolvendo todas as linguagens artísticas, seminários, congressos e fóruns permanentes.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura de Itapecerica da Serra – Secretaria Municipal de Cultura;

Parcerias: Instituto Polis, Natura Cosméticos e Fórum Intermunicipal de Cultura.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

R\$ 350.000,00/ano, provenientes da Prefeitura de Itapecerica da Serra e da Natura Cosméticos.

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

Implantação dos Barracões nos bairros Pq. Paraíso, Jd, Jacira, Branca Flor, Santa Júlia.

Valorização do bairro como lugar de convívio; aumento da tolerância e da sociabilidade em bairros violentos e com pouca ocupação do espaço público; diminuição da evasão escolar; estímulo a não-participação dos jovens em redes de tráfico de drogas; formação de grupos culturais; contribuição para a formação artística dos jovens, despertando interesse pelo aspecto profissional da arte; estímulo à prática da leitura e diminuição das horas de fruição da televisão.

Está em andamento uma pesquisa para a avaliação formal do impacto do projeto.

### **7. CONTATO**

Sebastião Soares / Irene Abramo

Telefone/Fax: 4667-1422

[cerimonialpmis@ig.com.br](mailto:cerimonialpmis@ig.com.br)

## **ANEXO 8F - PROGRAMA 5: Câmeras de Monitoramento**

**LOCAL:** Mogi das Cruzes

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de 25 de dezembro de 2002

### **1. PROBLEMA**

Índices elevados de criminalidade, particularmente de crimes contra o patrimônio, na região central de Mogi das Cruzes.

### **2. OBJETIVOS**

Reduzir a violência e os índices de criminalidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;  
Auxiliar os órgãos de segurança com informações e meios tecnológicos mais modernos;  
Agilizar o atendimento a outras ocorrências como, por exemplo, princípio de incêndio, acidentes de trânsito a prestação de socorro a cidadãos;  
Contribuir para a inserção no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiência física.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Implantação de câmeras para o monitoramento de vias públicas e instalação de uma central de monitoramento, na sede do 17º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana, que emprega pessoas portadoras de deficiência.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes;  
Parcerias: TRADEF (Trabalho de Apoio ao Deficiente), CIESP (Centro das Industrias do Estado de São Paulo), ACOM (Associação Comercial de Mogi das Cruzes) e 17º Batalhão de Polícia Militar.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

R\$ 182.190,00 para a implantação das câmeras e do centro de monitoramento;  
R\$ 350,00 de bolsa estágio mensal para cada uma das seis pessoas portadoras de deficiências empregadas para monitorar as imagens provenientes das câmeras.

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

Implantação de 8 câmeras de vídeo em cruzamentos estratégicos e instalação da central de monitoramento.  
O programa prevê o acompanhamento das estatísticas criminais nos pontos de instalação das câmeras.

### **7. CONTATO**

Isidoro Dori Boucault  
Telefone: 4798-5088/5141

## **ANEXO 8 e – PROGRAMA 6: Programa Municipal de Combate às Drogas e à Violência**

**LOCAL:** Santana do Parnaíba

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de 03 de junho de 2002

### **1. PROBLEMA**

O problema que o programa visa resolver é o comércio e consumo de drogas, que aumentou paralelamente a um acelerado processo de crescimento demográfico e urbano, e contribuiu para o aumento da violência em Santana do Parnaíba.

### **2. OBJETIVOS**

O objetivo global do programa é controlar e prevenir o comércio e consumo de drogas, contribuindo assim para reduzir a violência em Santana de Parnaíba. São objetivos específicos: impedir, retardar, reduzir ou minimizar o consumo de drogas e os prejuízos relacionados; contribuir para coibir e desestimular as práticas violentas nas várias esferas da vida social; atuar positivamente na indução de maior participação comunitária no controle e prevenção do uso de drogas e da violência, resgatando o sentimento de segurança e tranqüilidade do cidadão como um direito fundamental e um fator essencial da qualidade de vida.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

O programa compreende quatro frentes de ação: prevenção; tratamento, recuperação e re-inserção social do usuário; redução de danos; e repressão. A prevenção acontece por meio de um processo educacional e psico-pedagógico, visando à valorização da vida saudável, a disseminação de informações e o fomento à participação da sociedade na multiplicação das ações. O tratamento, a recuperação e a re-inserção social dos usuários de drogas e produtos químicos são oferecidos aos usuários que necessitem destes serviços, em diversas etapas e estágios. As ações de redução de danos são direcionadas às pessoas dependentes e visam diminuir as conseqüências negativas do uso para o dependente e seus familiares. Por fim, a repressão, dirigida às áreas de maior incidência de tráfico e consumo, é realizada pela guarda municipal e pelas polícias militar e civil, de forma a apoiar o trabalho de prevenção às drogas. Profissionais da área da saúde, educação e da guarda municipal, assim como membros do Conselho Tutelar, foram treinados para implementar as ações do programa.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba. Parceiros: Secretarias de Educação, Saúde, Esportes, Assistência Social, e de Governo, Guarda Municipal Comunitária, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

### **7. CONTATO**

[eduparnaiba@ig.com.br](mailto:eduparnaiba@ig.com.br) . Telefone/fax: 4154-1098

## **ANEXO 8 f – PROGRAMA 7: Programa Santo André Mais Igual**

**LOCAL:** Santo André

**IMPLEMENTAÇÃO:** desde 1998

### **1. PROBLEMA**

Exclusão social marcante em algumas áreas da cidade, resultante da precariedade das condições de sobrevivência de parcela da população, que contribuiu para o aumento da violência. Aproximadamente 20% da população vive nos 127 núcleos de favelas na cidade.

### **2. OBJETIVOS**

O objetivo global do programa é a aplicação, de forma conjunta e simultânea, com gerenciamento participativo, num mesmo território da cidade, de diferentes ações e políticas públicas voltadas à inclusão social, considerando as dimensões urbana, econômica e social.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

As famílias participantes dos programas são atendidas pelos seguintes projetos de inclusão social: Renda Mínima, Geração de Trabalho e Renda, Empreendedorismo Popular, Banco do Povo, Incubadora de Cooperativas, Criança Cidadã, Sementinha, Urbanização Integral, Regularização Urbanística e Fundiária, Produção de novas moradias, Combate às carências nutricionais, Programa de Saúde da Família, Gênero e Cidadania e Reabilitação baseada na comunidade. São também desenvolvidas as seguintes ações focadas na prevenção da violência: caracterização da população das áreas selecionadas; realização de atividades adequadas àquela população; acompanhamento das famílias com renda per-capita inferior a 1/2 s.m.; realização de oficinas com técnicos e agentes comunitários dos projetos, para sensibilizar para a questão da violência; oficinas com professores da rede pública municipal das escolas situadas nos bairros em questão para propostas de apoio à população, como foco nas parcelas envolvidas com a situação da violência; realização de seminários e work-shops sobre combate à violência urbana; e produção de materiais de divulgação e de sensibilização sobre a violência.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura Municipal de Santo André – Secretaria de Inclusão Social e Habitação  
Parcerias: Comissão Européia, Programa de Gestão Urbana – PGU da ONU, Instituto de Governo e Cidadania do ABC – Escola de Governo, Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, Governo Federal através do BID e Saúde da Família, Governo Estadual, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Fundação Faculdade de Medicina do ABC, Fundação Santo André, Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados – MDDF, Centro de Educação, Estudos e Pesquisa – CEEP, Centro de Estudos para a Saúde – CES, Centro de Estudos de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina do ABC – CESCO, Instituição Assistencial e Educacional Amélia Rodrigues, Peabiru – Trabalhos Comunitários e Sociais, Passo – Assessoria para Ações Sociais, Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – UNISOL, Politeu – Rede Local de Economia Solidária e Cerfe.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

R\$ 32.000,00 por ano. Recursos da Prefeitura Municipal (51%) e parceiros (49%).

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

3.540 famílias foram atendidas na primeira fase do programa (a partir de 1998).

3.700 foram incluídas a partir de 2001.

### **7. CONTATO**

Maria Madalena Alves

Telefone: 4433-0172



## **ANEXO 8 g - PROGRAMA 8: Paz nas Escolas**

**LOCAL:** São Bernardo do Campo

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de 2 de dezembro de 2002

### **1. PROBLEMA**

O problema que o programa visa resolver é o aumento dos índices de violência que vem ocorrendo nos últimos anos nas regiões do Montanhão e do Grande Alvarenga, o que está relacionado aos bolsões de pobreza encontrados nesses locais, frutos de seu crescimento desordenado e precário.

### **2. OBJETIVOS**

O objetivo geral do projeto é contribuir para a promoção da cultura da paz e para a prevenção da violência no Município de São Bernardo do Campo. Para isso, há a pretensão de que vinte escolas das regiões mais críticas sejam transformadas em centros de reflexão e de ação sobre possíveis conflitos existentes nas comunidades.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

O programa é realizado de forma integrada e articulada entre a Fundação Criança e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Bernardo do Campo e está dividido em três fases. A fase 1 é de aprimoramento do entendimento sobre a violência, realização de um diagnóstico sobre as situações de conflito e de violência na vida cotidiana e elaboração de atividade pontual de prevenção da cultura da paz. Foram realizadas atividades de capacitação teórica e formação dos participantes. A fase 2 é de elaboração dos projetos de intervenção. Trabalha com os participantes nas seguintes etapas: formação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, diagnóstico de conflitos relevantes, elaboração e apresentação dos projetos de intervenção. Por fim, a fase 3 é a execução dos projetos de intervenção. São os próprios grupos de intervenção formados nas fases anteriores que acompanham a execução desses projetos.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Fundação Criança e Secretaria de Educação e Cultura no Município de São Bernardo do Campo.

Parceiros: Ministério da Justiça e Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

Fundação Criança: R\$ 54.326,20 para a execução total do projeto. Fonte: Ministério da Justiça.

Secretaria de Educação e Cultura: R\$ 80.230,00 para a execução total do projeto. Fonte: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

320 pessoas participaram do seminário de sensibilização

490 pessoas participaram do curso de formação (fase 1).

### **7. CONTATO**

Osmar Araújo (Coordenador do Projeto)

Telefone: 6987-0951 / 9615-0883

[araujo.osmar@lycos.com](mailto:araujo.osmar@lycos.com)

Fundação Criança

Telefone: 4330-1455

[fccarol@terra.com.br](mailto:fccarol@terra.com.br)

## **ANEXO 8 h - PROGRAMA 9: Programa das Comissões Cíveis Comunitárias**

**LOCAL:** São Paulo

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de 24 de outubro de 2002

### **1. PROBLEMA**

Altos índices de violência e criminalidade, alto nível de sensação de insegurança e baixa participação popular em atividades conjuntas entre governo e sociedade civil.

### **2. OBJETIVOS**

Reduzir a violência e os índices de criminalidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;  
Desenvolver projetos focalizados de prevenção de violência;  
Incentivar o planejamento e a gestão participativa de ações locais de segurança urbana;  
Diagnosticar as principais demandas da comunidade relativas à segurança urbana.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Implantar Comissões Cíveis Comunitárias nas trinta e uma Subprefeituras do município de São Paulo, iniciando as atividades com implantação em quatro subprefeituras: da Sé, de M'Boi Mirim, de São Miguel Paulista e de Vila Prudente/Sapopemba;  
Interação permanente das demandas e projetos gerados nas Comissões Cíveis Comunitárias com as Secretarias Municipais, através do Conselho Interdisciplinar Consultivo.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Parcerias: Organizações da Sociedade Civil – Subprefeituras e outras Secretarias Municipais

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

Recursos provenientes do orçamento da própria Secretaria Municipal de Segurança Urbana

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

Dentre os principais resultados obtidos temos: a implantação efetiva das Comissões nas subprefeituras da Sé, de M'Boi Mirim, de São Miguel Paulista e de Vila Prudente/Sapopemba; revitalização do Sítio Pinheirinho, localizado na Subprefeitura de Vila Prudente/ Sapopemba; incentivo e ampliação do projeto Escola Aberta; qualificação da atuação da Guarda Civil Metropolitana, junto às escolas municipais; agilização no encaminhamento das demandas trazidas pela comunidade, através do Conselho Interdisciplinar Consultivo; maior integração do poder público com a comunidade, possibilitando o exercício de cogestão de políticas públicas municipais e formatação de um curso, em conjunto com o Centro de Formação em Segurança Urbana e outras Secretarias Municipais, para Guardas que atuam na região Central com população de rua

### **7. CONTATO**

Lígia Maria Daher Gonçalves

Telefone/Fax: 3266.5800/ 3191.3300 ramal: 301

lgoncalves@prefeitura.sp.gov.br

## **ANEXO 8 i - PROGRAMA 10: Caça Talentos**

**LOCAL:** Taboão da Serra

**IMPLEMENTAÇÃO:** a partir de janeiro/fevereiro de 1999

### **1. PROBLEMA**

Aumento dos índices de violência e criminalidade envolvendo adolescentes e necessidade de atendimento eficaz aos adolescentes em medida sócio-educativa em meio aberto, em especial, em medida de prestação de serviço à comunidade.

### **2. OBJETIVOS**

Atender adolescentes em medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e/ou em situação de risco de violência através de cursos de noções básicas de marcenaria e tapeçaria, facilitando o acesso ao mercado de trabalho;  
Possibilitar o acesso do adolescente a atividades culturais e desportivas;  
Propiciar a inclusão social do adolescente e de sua família nas ações de atendimento e/ou defesa de direitos.

### **3. AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Cursos básicos de marcenaria (construção de recuperação de móveis doados);  
Cursos básicos de tapeçaria (fabricação e restauro de tapeçaria);  
Reuniões periódicas com familiares.

### **4. COORDENADORES E PARCEIROS**

Coordenação: Prefeitura de Taboão da Serra – Secretaria do Bem Estar Social.

### **5. ORÇAMENTO / RECURSOS**

R\$ 262.841,36/ano, provenientes da Prefeitura de Taboão da Serra.

### **6. RESULTADOS E INDICADORES**

Há previsão de avaliação mensal das atividades considerando se os objetivos propostos relativos a recursos humanos, financeiros e materiais estão sendo alcançados. Em relação aos resultados, o programa prevê o seu monitoramento através dos indicadores apresentados no quadro abaixo, mas este monitoramento ainda não está sendo realizado.

#### **Trabalho com jovens**

<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>
Frequência e interesse nas atividades	Relatórios de frequência participação nas atividades.
Relações familiares e sociais	Avaliação mensal mediante: depoimento das famílias e adolescentes (quanto à redução de conflitos, ampliação de diálogos, solução compartilhada de problemas) e inserção em atividades comunitárias e/ou produtivas.
Permanência na escola	Relatório de frequência escolar

## ANEXO 8 i - PROGRAMA 10: Caça Talentos (continuação)

### Trabalho com familiares

<b>Indicadores</b>	<b>Meios de verificação</b>
Participação nas atividades desenvolvidas	Relatórios de frequência e participação nas atividades.
Relações familiares ou sociais	Avaliação mensal mediante: depoimento das famílias e adolescentes (quanto a redução de conflitos, ampliação de diálogos, solução compartilhada de problemas) e inserção em atividades comunitárias.
Número de pessoas atendidas nos programas.	Relatórios periódicos.
Número de pessoas encaminhadas por outros programas das esferas Federal, Estadual e Municipal.	Relatórios periódicos.

### 7. CONTATO

Acácia Brito

Telefone/Fax: 4787-3811

[semubes@terra.com.br](mailto:semubes@terra.com.br)

## **ANEXO 9 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO OFERECIDAS POR CADA MUNICÍPIO NO 3º DIA METROPOLITANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **Barueri**

O evento em Barueri será uma feira de estandes reunindo serviços, secretarias e empresariado. Será realizado no Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Professor, dia 20 de setembro, das 9:00 às 16:00 horas. Seu lançamento será feito no dia anterior reunindo autoridades do setor público e privado. Haverá palestras e apresentações musicais. Diversas secretarias mais a guarda civil estarão envolvidas no projeto.

### **Diadema**

Abertura com ato ecumênico com várias religiões falando sobre a paz e emprego. Depois realização de atividades durante todo o dia, no qual a prefeitura irá por à disposição da população todos os projetos que dispõe de geração de emprego e renda.

### **Itapecerica da Serra**

No dia do evento (20/09/2003), os dois PATs (Posto de Atendimento ao Trabalhador) de Itapecerica, Centro e Jardim Jacira, estarão abertos, excepcionalmente, oferecendo os seguintes serviços: cadastramento; verificação de oportunidade de emprego; emissão de Carteira Profissional; palestras sobre os serviços prestados pelo PAT, Banco do Povo, etc.; e palestras sobre postura e como se portar em entrevistas de emprego.

### **Itapevi**

A Prefeitura do Município de Itapevi realizará os seguintes trabalhos: 1) Grande Feira de Cursos e Lazer (Cemip) das 9 às 16hs do dia 20 de setembro que terá estandes oferecendo curso intensivo de informática; orientações sobre postura, vestimentas e como se portar durante entrevista de trabalho; aulas de trânsito; curso rápido para confecção de artefatos artesanais; emissão de carteira profissional e RG; título de eleitor; orientações sobre economia doméstica e aproveitamento de alimentos; dicas sobre primeiros-socorros; e *work shops* (experiências profissionais, criação de oportunidades para geração de renda, inclusão social e profissional), 2) trabalhos sobre o tema *Geração de emprego e renda: Cidade TÔ Dentro* nas escolas municipais, 3) atendimento itinerante, durante a semana que antecede o evento, realizado pela prefeitura, atuando cada dia em bairro diferente, com a finalidade de oferecer parte do mutirão de serviços do 3º Dia e ao mesmo tempo divulgar o grande evento do Cemip.

### **Pirapora do Bom Jesus**

São algumas das atividades que serão desenvolvidas no 3º Dia metropolitano de Prevenção da Violência 2003 em Pirapora do Bom Jesus: palestras sobre posturas, vestimentas e como se portar durante entrevistas de trabalho; aulas de trânsito; emissão de carteira profissional e RG; informações sobre cursos de qualificação desenvolvidos na cidade; baile/tema (encontro de casais – entrada 1Kg de alimento); atividade de lazer e recreação com brinquedos infláveis; cadastramento de intermediação de mão-de-obra; atendimento Procon; atendimento exclusivo do Banco do Povo; grupo de trabalho (programa de inclusão de deficiente físico no mercado de trabalho); entre outras.

### **Santana de Parnaíba**

A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal do Emprego e Desenvolvimento Econômico (SEMEDE), participará com uma barraca de informações e atendimento que abordará o tema *Emprego e Qualificação Profissional (Cidadania X Violência)*. Também estarão presentes o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, divulgando vagas de empregos disponíveis nas indústrias metalúrgicas da região oeste; SEBRAE, com informações sobre os cursos de qualificação profissional; FIESP, apresentando plano de instalação e funcionamento da Incubadora de Empresas em Santana de Parnaíba; e a ACE (Associação Comercial Empresarial), oferecendo consultas gratuitas ao SPC e SERASA.

### **Santo André**

Em Santo André o evento irá ser realizado dia 20/09/2003 das 10:00 às 14:00hs na Concha Acústica de Santo André. Tendo a apresentação dos diversos grupos do GTO (Grupo de Teatro do Oprimido) com a participação da Secretaria de Combate à Violência Urbana, Guarda Civil Municipal de Santo André, munícipes e alunos das escolas participantes do projeto Arte Sim, Violência Não! (projeto de parceria da SCVU – Maurício e GTO); e encerramento com apresentação do Grupo Régua e Compasso

**Emprego: a nova prioridade dos municípios**

**Programas de geração de renda entraram na agenda de principais ações de prefeitos**

**IURI PITTA**

Começam as campanhas para as prefeituras brasileiras e logo vêm à tona temas como saúde, educação, transportes. Os eleitores já sabem de cor as promessas dos políticos para essas áreas. Mas pelo menos desde a gestão dos prefeitos empossados em 2001, um novo item entrou na agenda de ações municipais e já se tornou vedete das atuais administrações. Tão importante quanto falar em novas escolas ou postos de saúde, os governantes locais adotaram programas de geração de emprego e renda entre suas principais políticas.

Se há alguma característica que une metrópoles como São Paulo a municípios de menos de 20 mil habitantes, como Campos Verdes (294 quilômetros ao norte de Goiânia, em Goiás), ela não poderia ser outra que não o desemprego. A falta de trabalho não escolhe o tamanho das cidades, surge em quase todas e deixa os mesmos efeitos: aumento dos problemas sociais e, conseqüentemente, maior demanda por serviços públicos.

"Várias pesquisas mostram que desemprego e segurança são os principais problemas das cidades e são itens que não estão na órbita de atuação das prefeituras", explica o cientista político Rubens Figueiredo, diretor do Cepac Pesquisa e Comunicação. "Os municípios têm procurado suprir esses problemas na medida em que o cidadão nem sempre distingue de quem é a responsabilidade. É uma questão também de sobrevivência política."

São muitos os motivos que fazem parcelas significativas da população de uma cidade não ter renda fixa. Na maioria dos grandes municípios, a crise econômica e o baixo crescimento explicam essa situação. Os pequenos, por sua vez, costumam depender de uma única atividade econômica e, com isso, vivem altos e baixos de renda e emprego.

**Cidade fantasma** - A pequena Campos Verdes era quase uma cidade fantasma quando o prefeito Haroldo Nunes assumiu o cargo, em 2001. Pelo menos foi assim que o principal jornal de Goiás classificou o lugar, menos de um mês antes da posse de Nunes. O município que já teve 27 mil habitantes, atraídos pelos tempos gordos do garimpo de esmeraldas, tinha cerca de 6 mil moradores nessa época.

"Tivemos de elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável para reverter a situação", conta Nunes. A primeira medida foi uma pesquisa geológica que descobriu um novo veio de esmeraldas. Entretanto, em vez de apenas retomar o crescimento desordenado e atrair garimpeiros nem sempre preocupados com os efeitos da extração na cidade, a prefeitura organizou a mineração e garantiu cotas de serviço para os moradores. Também foram estimuladas atividades como artesanato e produção de jóias.

A cidade tem 29 empresas trabalhando no garimpo. Com isso, ganhou 1.600 empregos diretos e indiretos, suficientes para ocupar 75% da população economicamente ativa. "Hoje temos 10 mil habitantes e, na feira de esmeraldas que promovemos, a população chega a 30 mil pessoas", comemora Nunes. A iniciativa ainda rendeu à cidade o Prêmio Prefeito Empreendedor, oferecido desde 2000 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

"Os municípios nunca se viram como agentes de desenvolvimento, agiam mais como receptores de políticas estaduais e federal. No máximo, atraíam investimentos com criação de distritos industriais ou na base da guerra fiscal", salienta o gerente da unidade Desenvolvimento Local do Sebrae, Juarez de Paula. "Há avanços, mas ainda é preciso mais empreendedorismo dos prefeitos."

Para o economista Marcio Pochmann, secretário de Desenvolvimento e Trabalho de São Paulo, essa situação coloca em xeque quaisquer tentativas de ações meramente assistencialistas ou demagógicas. "As prefeituras estão inovando, criando programas de microcrédito, cooperativismo, economia solidária", observa.

Na capital paulista, a pasta do secretário é responsável não só por programas sociais, como o Renda Mínima, como por fomentar fóruns de discussão de desenvolvimento local. Cerca de 80% do valor agregado da cidade está concentrado no chamado centro expandido, distante de parte significativa da população que vive nas zonas sul e, principalmente, leste.

Pochmann diz que uma das ações é estimular novas centralidades fora do centro expandido. Uma experiência semelhante está ocorrendo em Fortaleza, segundo Juarez de Paula, do Sebrae. Pequenas empresas se instalam num bairro e fabricam produtos que a comunidade local consome. "Cria-se não só um ciclo econômico como uma identidade local. As pessoas do bairro compram o que é produzido no bairro e têm orgulho disso."

**Experiências** - Na opinião do prefeito de Recife, João Paulo, a troca de experiências entre os municípios é fundamental. "A gestão das cidades exige isso", argumenta. Como a maioria das prefeituras brasileiras que participaram da Urbis 2003 - Feira e Congresso Internacional de Cidades, realizada no mês passado, no Anhembi, a capital pernambucana destacou em seu stand as ações de geração de renda e emprego. Aliás, a feira foi outro sinal claro de quanto os prefeitos estão valorizando esses programas em suas gestões.

Em Recife, uma das vedetes da área social é a Operação Trabalho. O programa alia capacitação de desempregados, geração de renda e obras sociais. Atualmente, há cinco projetos em execução, dos quais três são voltados para construção de moradias, principalmente em substituição às nacionalmente famosas casas de palafitas. Os desempregados recebem treinamento, uma bolsa de R\$ 240,00 e colaboram para redução de problemas sociais como o déficit habitacional. "Isso leva a uma melhora de qualidade de vida da população, tanto a que participa do programa quanto a que recebe o resultado dela, no caso a moradia", explica João Paulo.

## Medidas reduzem violência e demanda por serviços públicos

Capital de Roraima diminuiu criminalidade em 70% com trabalho para jovens

Ao contrário de obras como uma escola ou um viaduto, é difícil dizer exatamente quais benefícios os programas de geração de renda dão aos municípios. Os efeitos são mais sutis, mas se observados como um todo, mostram melhoras significativas nas cidades.

As ações da prefeitura de Boa Vista, capital de Roraima, deram prioridade aos jovens. Mais da metade dos 214 mil habitantes do município tem até 21 anos. Quando a prefeita Teresa Jucá assumiu o cargo, a violência e os acidentes de trânsito eram os principais problemas dessa faixa etária.

Com programas focados nas áreas mais carentes da cidade - um total de 39 dos 50 bairros de Boa Vista -, foi possível atender 26.500 jovens de várias camadas sociais. As ações resultaram numa redução de 70% nos índices de criminalidade.

"Os garotos passaram a ser protagonistas da cidade. Não existe salvador da pátria frente a tantos problemas, por isso, a participação de todos, tanto do poder público como da sociedade civil, é fundamental", diz a prefeita.

Além do nome de craque, a competência do palhaço Romário Coimbra da Silva, de 17 anos, ao "reger" a orquestra também lembra a do baixinho artilheiro. O rapaz é um dos atendidos pelo programa de Boa Vista que veio a São Paulo, durante a Urbis 2003. "Antes eu só bagunçava na rua, estudava daquele jeito. Hoje faço parte de uma companhia de teatro e ensino prevenção de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)", conta Romário. "Não tem mais jeito, sou ator e é o que eu gosto de ser."

Teresa explica que os programas também atendem jovens com mais estrutura social, de acordo com o foco do trabalho. Bruna Bonato, de 17 anos, é uma dessas garotas que não precisariam de ajuda da prefeitura. Para ela, o ganho foi o convívio com outros jovens que vivem numa situação bem diferente.



"A gente aprende a ter caráter, ética, educação. Isso é fundamental, porque o futuro está em nossas mãos", diz a violinista da Orquestra Infanto-Juvenil Municipal de Boa Vista.

**Entressafra** - Como vários municípios da região de Araraquara, interior de São Paulo, Tabatinga dependia das plantações de laranja e cana-de-açúcar para fazer girar a economia da cidade. Isso significava grandes períodos de desemprego alto, durante a entressafra. Até a descoberta de uma vocação da cidade: produzir bichos de pelúcia.

"Fizemos uma parceria com o Sebrae e a Associação Comercial. Foi aí que descobrimos o potencial da cidade", diz a prefeita Meire Izilda Mocheti. Várias famílias de Tabatinga produziam as pelúcias informalmente. A prefeitura capacitou essas pessoas. O resultado foi o surgimento, só no ano passado, de 26 indústrias formais, o que significa mais arrecadação para o município e condições de investir em outras áreas. "Hoje não sentimos mais o efeito perverso da entressafra", diz Meire. (I.P.)

**ANEXO 11 - Quadro com informações sobre leis municipais referentes à segurança urbana e prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo**

	Horário funcionamento de bares	Divulgação do Disque Denúncia	Conselho Municipal de Segurança	Conselho Municipal Pela Cultura de Paz	Conselho Municipal de Entorpecentes	Semana prevenção violência escolas/ combate violência	Código de Posturas	Proíbe Armas de Brinquedo
Barueri	x							
Caieiras							x	
Cotia		x						
Diadema	x	x	x					
Embu	x							
Embu Guaçu	x							
Ferraz de Vasconcelos	x							x
Itapeçerica da Serra	x			x				
Itapevi	x	x						
Jandira	x	x						
Juquitiba	x							
Mairiporã		x						
Mauá	x							
Pirapora do Bom Jesus					x			
Osasco	x							
Poá								
Santa Isabel								
Santana de Parnaíba		x				x		
Santo André		x	x					
São Bernardo do Campo							x	
São Lourenço da Serra	x							
Suzano	x							
São Paulo	x	x				x		
Taboão da Serra	x							

\* Este quadro contém informações dos municípios que responderam ao questionário encaminhado pelo GT de Acompanhamento Legislativo.

**ANEXO 11 - Quadro com informações sobre leis municipais referentes à segurança urbana e prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo (Continuação)**

	Veda alvará diversão eletrônica próximo escolas	Doação de combustível Polícia Civil	Pró-Labore Polícia Militar	Multa pichadores	Criação da Guarda Municipal	Criação Secretaria Municipal Segurança Urbana
Barueri						
Caieiras						
Cotia						
Diadema						
Embu					x	
Embu Guaçu						
Ferraz de Vasconcelos	x	x	x	x		
Itapeçerica da Serra						
Itapevi						
Jandira						
Juquitiba						
Mairiporã						
Mauá						
Pirapora do Bom Jesus						
Osasco						
Poá						
Santa Isabel						
Santana de Parnaíba						
Santo André						
São Bernardo do Campo		x	x			
São Lourenço da Serra						
Suzano						
São Paulo						x
Taboão da Serra						

\* Este quadro contém informações dos municípios que responderam ao questionário encaminhado pelo GT de Acompanhamento Legislativo.

São Paulo, domingo, 24 de agosto de 2003

**LEI SECA**

**Imposição de horário de fechamento já vigora em 14 municípios da região; principal objetivo é combater a violência**

## **Grande SP tem onda de restrição a bares**

**ALESSANDRO SILVA  
SIMONE IWASSO**  
DA REPORTAGEM LOCAL

O título pesou em 1999: Diadema, no ABC Paulista, foi apresentada como a cidade mais violenta do Brasil, com uma taxa de 140,4 homicídios por 100 mil habitantes, cinco vezes superior à média nacional. A chamada "lei seca" -imposição do fechamento de bares às 23h- entrou na agenda de medidas para reverter o quadro, ao lado de outras intervenções sociais e policiais.

A restrição aos bares, que completou um ano de vigência no mês passado, é apontada hoje como um dos principais fatores que levaram a cidade a cair para o 13º lugar no ranking da violência, segundo a prefeitura. O número de mortes caiu sucessivamente de 360 em 1999 para 271 (2000), 238 (2001) e 199 (2002).

E a experiência está se propagando pela Grande São Paulo: 14 dos 39 municípios da região (veja quadro nesta página) já têm suas próprias leis secas -seis a mais do que há um ano. Pelo menos outras duas cidades -Arujá e Mairiporã- estão com projetos em tramitação em suas câmaras.

Esse processo passou a ocorrer em ritmo mais acelerado a partir da criação, em 2001, do Fórum Metropolitano de Segurança, que reúne os prefeitos dos 39 municípios. "A meta é que todas as prefeituras tenham a lei até o final do ano", afirma o prefeito de Mairiporã, Antonio Jair Oliveira do Nascimento (PPS), coordenador do Grupo de Acompanhamento Legislativo do fórum.

A lei seca se baseia na lógica de que álcool e violência andam juntos. Em Diadema, por exemplo, 60% dos assassinatos ocorriam entre 23h e 4h, em geral perto de bares na periferia, conforme mapeamento feito pela prefeitura da cidade em parceria com o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Uma pesquisa feita em 1995 pelo cientista social Guaracy Mingardi, 48, ex-secretário municipal de segurança de Guarulhos, detectou que 12% dos homicídios registrados em 14 distritos policiais da zona sul de São Paulo eram resultado de briga em bares. "O bar é o QG [quartel general] do bandido", afirma a advogada Regina Miki, 43, coordenadora de Defesa Social de Diadema.

### **Blitze**

Todos os dias, um comboio formado por fiscais da prefeitura, guardas municipais, policiais militares e civis sai às ruas para fiscalizar bares. Há pelo menos duas autuações por dia, e seis estabelecimentos já foram fechados. Quando a operação começou, a cidade tinha 1.200 bares cadastrados e outros 1.800 em situação irregular. "No momento em que se elimina um segmento de homicídios, a polícia é liberada para fazer rondas preventivas. O resultado aparece não só nos assassinatos, mas em uma série de outros problemas", diz a advogada.

Por enquanto, não há estudos que indiquem até que ponto a lei seca é responsável pela queda de homicídios em determinados municípios. Também não há explicação para o aparente fracasso da medida em outros lugares. Barueri, por exemplo, que desde 2001 restringe o horário de funcionamento dos bares, fechou o primeiro semestre deste ano com aumento de 45,6% no número de assassinatos em relação ao mesmo período do ano passado. Outros quatro municípios, dos 14 que criaram leis especiais para bares,

também registraram crescimento de homicídios, apesar da tendência de queda na Grande SP (7%) registrada de janeiro a junho deste ano em relação ao mesmo período de 2002.

### **Vida noturna**

Ao contrário do que se imagina, a imposição de horário para os bares não acaba com a vida noturna, segundo prefeituras ouvidas pela Folha. Determinados estabelecimentos, após cumprir certas exigências, como funcionar de portas fechadas e ter seguranças, podem avançar além do horário. "A idéia não é inviabilizar a vida noturna, porque isso também gera emprego", afirma o secretário de Governo de Mauá, Antonio Pedro Lovato, 38, que ocupa interinamente a Secretaria de Cidadania e Segurança Comunitária.

### **Fiscalização**

Mais importante do que criar a lei é fazer com que ela seja cumprida, afirma o ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva, pesquisador do Instituto Fernand Braudel. "Havendo fiscalização, há queda no número de homicídios, agressões e acidentes de trânsito", diz ele, a partir de suas experiências nas cidades de Diadema e Barueri, na Grande São Paulo, e Hortolândia (a 105 km da capital).

Guaracy Mingardi afirma que as intervenções deveriam ser feitas em áreas específicas, identificadas a partir da concentração de crimes. "A curto prazo, [a imposição de horários para fechamento de bares] é uma medida boa, porque reduz a possibilidade de homicídios, mas tem de ser imposta de modo eficaz", afirma o cientista social.

De acordo com os dois pesquisadores, mesmo as prefeituras que não têm lei seca poderiam coibir a violência relacionada ao álcool. Bastaria fechar os bares irregulares, que funcionam sem licença municipal, principalmente em regiões periféricas.

### **LEI SECA**

## **Falta de estrutura dificulta a aplicação plena da lei municipal que impõe horário para fechamento dos estabelecimentos**

### **São Paulo tem 100 mil bares e 25 fiscais**

DA REPORTAGEM LOCAL

Um fiscal para cada 4.000 bares trabalhando oito dias por mês. Os números explicam a dificuldade da Prefeitura de São Paulo em implantar a "lei seca". Apesar de ter criado a lei que impõe horários de funcionamento a bares em 1999, São Paulo ainda esbarra na falta de estrutura para fiscalização.

O Psiu (Programa de Silêncio Urbano), órgão da prefeitura responsável pela verificação da lei, realiza blitzes semanais, às sextas-feiras e sábados. Como não possui equipes para vistoriar todos os bairros, faz uma seleção pelo número de reclamações de vizinhos, caso da Vila Madalena (zona oeste), ou pelo índice de violência, como São Miguel Paulista (zona leste).

Acompanhados de agentes da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, os 25 fiscais do Psiu têm de vigiar cerca de 100 mil bares. Pela lei, só podem funcionar depois da 1h estabelecimentos que tenham isolamento acústico, segurança e estacionamento. "Infelizmente, na periferia fiscalizamos apenas as grandes avenidas com alta concentração de estabelecimentos", afirma o coordenador do Psiu, Rosano Maieto. Ele explica que o Psiu escolhe as vias com maior índice de homicídios, segundo dados da Polícia Militar.

Por esse índice, os pontos mais visitados pelo Psiu são a avenida Marechal Tito, em Itaquera, a rua Itajuíbe, no Itaim Paulista, a avenida do Imperador, em São Miguel Paulista, e a avenida Cupecê, em Cidade Ademar. "Um estudo da PM mostra que, nessas ruas, a maioria dos crimes foi planejada dentro do bar ou aconteceu próximo a ele", diz Maieto.

Porém, com o pequeno número de fiscais, a fiscalização não chega ao interior dos bairros. "Eu nem sabia que essa lei existia. Aqui está cheio de bares que funcionam 24 horas, muitos como locais para tráfico de

drogas", diz Sérgio Luiz Ferreira, coordenador da Unidade Comunitária do Jardim Ângela, um dos bairros com maior concentração de bares e botecos. Uma pesquisa feita há quatro anos pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) com a Unidade Comunitária mostrou que, no Jardim Ângela, existe um bar para cada dez casas. "Não fizemos uma nova pesquisa, mas convivendo na região a gente observa que o número de bares aumentou", afirma Ferreira. O coordenador do Psiu reconhece o problema e aponta a descentralização como solução para a vistoria. Maieto explica que existe um projeto para criar equipes do Psiu nas subprefeituras.

A dificuldade de implementação plena da lei impede uma comparação entre os índices de violência e o fechamento de bares. Segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança, de 1999 a 2002, o número de homicídios na capital caiu 3,73%. Porém, no mesmo período, as tentativas de homicídio subiram 4,41%. "A lei de São Paulo tem falhas. Não tivemos uma experiência plena para saber se a medida resolve ou não", diz o coronel Rubens Casado, comandante do policiamento na capital.

O secretário municipal de Segurança de São Paulo, Benedito Domingos Mariano, critica o horário estabelecido pela lei. "Um estudo realizado na década de 90 mostrou que a maior parte dos crimes ocorre entre 22h e 0h", diz.

Um dos autores da pesquisa, o cientista social Guaracy Mingardi, 48, concorda com o secretário. Mingardi usa uma alegoria. Diz que o homem, ao beber, passa por três fases: a do macaco, alegre, a do leão, valente, e a do porco, quando começa a passar mal. "O problema é que, no bar, cada um começa a beber num horário. No mesmo lugar convivem os três estágios da bebedeira. Aí o macaco pula na cabeça do leão, que fica bravo e mata o macaco." **(ALESSANDRO SILVA E SIMONE IWASSO)**

## LEI SECA

### **Embu não consegue aplicar lei**

DA REPORTAGEM LOCAL

A cidade que há dois anos lidera o ranking estadual de assassinatos, Embu (a 25 km da capital), tem lei aprovada desde o final de 2002 que restringe o funcionamento dos bares até as 23h, mas ainda não conseguiu aplicá-la.

Para explicar o motivo, o prefeito Geraldo Leite da Cruz (PT) recorre a números. Cerca de 90% dos bares estão em situação irregular, sem alvará. Com 223,5 mil habitantes, 53% deles vivendo abaixo da linha de pobreza, "quase todo novo barraco é precedido de um bar na frente" para garantir algum tipo de rendimento.

A prefeitura estima em 10 mil o número de estabelecimentos que hoje vendem bebidas na cidade. O prefeito pretende colocar a lei em prática até o final do ano, quando espera ter concluído o censo dos estabelecimentos comerciais.

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
JOÃO AVAMILENO

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
LACIR BALDUŠCO

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
RAUL SILVEIRA BUENO JÚNIOR

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
ANTONIO JAIR OLIVEIRA NASCIMENTO

COORDENADOR GT SISTEMA PRISIONAL  
LENER DO NASCIMENTO RIBEIRO

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

[www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

Av. Paulista, 119/ 5º andar

CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
João Carlos Miguel Hueb

Colaboração da Equipe SPCV:

Ronildo Machado  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 10**  
**28/08/2003 a 26/11/2003**

**27 de novembro de 2003**



## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 10 28/08/2003 a 26/11/2003**

#### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. COORDENAÇÃO
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO
8. GT SISTEMA PRISIONAL

#### **ANEXOS**

1. Relatório de utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência a partir das experiências de São Paulo e Guarulhos.
2. Quadro preliminar dos gastos dos municípios com segurança pública - 1º semestre de 2003.
3. Quadro preliminar com informações sobre as guardas municipais da RMSP.
4. Lista de programas municipais de prevenção da violência apresentados pelos municípios para o Relatório do Fórum Metropolitano de Segurança Pública a ser apresentado no Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras – Guarulhos, 9 e 10 de dezembro.
5. Quadro com número de adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo – Setembro de 2003.
6. Diretrizes gerais para municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto.
7. Relatório de atividades realizadas pelos municípios no 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência – Cidade TÔ Dentro.
8. Relatório sobre a implementação e os resultados das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) e das leis que estabelecem a obrigatoriedade de veiculação do telefone do Disque Denúncia.

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 28 de agosto de 2003 a 26 de novembro de 2003, e propostas de ações para o próximo trimestre. Ver seções 2 a 8.<sup>1</sup>

De agosto a novembro de 2003, as principais atividades e resultados do Fórum Metropolitano foram:

- Disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para a Prefeitura de Guarulhos e assinatura de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as Prefeituras de Cotia, Diadema, Mogi das Cruzes e Santana de Parnaíba visando a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.
- Elaboração de relatório de utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência a partir das experiências de São Paulo e Guarulhos.
- Elaboração de um quadro preliminar dos gastos dos municípios com segurança pública no primeiro semestre de 2003 e de um quadro preliminar com informações sobre a guarda municipal.
- Realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência no dia 20 de setembro. Participação efetiva de 25 municípios. Relatório das atividades realizadas nos municípios de Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra e Suzano.
- Cerimônia de entrega de troféus aos vencedores do Premio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, no dia 20 de setembro em Itapevi.
- Monitoramento da implementação e dos resultados das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) e das leis que estabelecem a obrigatoriedade de veiculação do telefone do Disque Denúncia (0800-156315) nos municípios de Barueri, Diadema, Jandira, Mauá, Osasco e Santana de Parnaíba.
- Acompanhamento da implantação dos Centros de Detenção Provisória (CDPs) em Itapeverica da Serra e Diadema.

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública apoiou e participou do Seminário “Municípios e o Sistema Único de Segurança Pública”, realizado pelo Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional das Guardas Municipais, Frente Nacional de Prefeitos, Associação Brasileira de Municípios e pela

---

<sup>1</sup> O Fórum Metropolitano de Segurança Pública reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e realiza reuniões plenárias trimestralmente. A primeira reunião aconteceu em março de 2001, a segunda em junho de 2001 e a terceira em setembro de 2001, a quarta em fevereiro de 2002, a quinta em maio de 2002, a sexta em agosto de 2002, a sétima em novembro de 2002, a oitava em fevereiro de 2003, a nona em maio de 2003 e a décima em agosto de 2003. O Instituto São Paulo Contra a Violência é responsável pela Secretaria-Executiva do Fórum Metropolitano.

Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, nos dias 10, 11 e 12 de novembro em Brasília.

O Fórum Metropolitano é co-organizador do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, realizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela prefeitura de Guarulhos, com apoio do Instituto São Paulo Contra a Violência, do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente) e da Frente Nacional de Prefeitos. O Seminário acontecerá nos dias 9 e 10 de dezembro em Guarulhos. Durante o evento serão apresentadas a experiência do Fórum Metropolitano de Segurança Pública em São Paulo e o Relatório sobre os programas de prevenção da violência implementados pelas prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo.

A Fundação Konrad Adenauer publicou o artigo "O Fórum Metropolitano de Segurança Pública e a Ampliação do Debate sobre Violência", de autoria de Paulo de Mesquita Neto e Carolina de Mattos Ricardo, no número 03, de outubro de 2003 dos Cadernos Adenauer. Para maiores informações, entrar em contato com a Fundação no telefone (21) 2220-5448. O valor do livro é R\$ 5,00.

## 2. COORDENAÇÃO

### 2.1 Atividades e Resultados

Reunião da Coordenação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, dia 06 de novembro, na Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Encontro do prefeito Silvio Peccioli, coordenador Geral do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, José Mário Miranda Abdo, para entrega do ofício aprovado na última plenária do Fórum solicitando a ampliação da rede de iluminação pública, a manutenção sistemática e eficaz e a expansão das redes até mesmo em loteamentos irregulares e áreas de favela. O Fórum Metropolitano de Segurança Pública ficou de marcar um encontro com o representante da Comissão de Seguros Públicos de Energia (CSPE), que é a representação da ANEEL no Estado de São Paulo. Dia 24 de setembro.

Encontro do prefeito Silvio Peccioli, coordenador Geral do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o então Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, com o representante do Ministério da Defesa e com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo da Cunha para entrega do ofício e da moção aprovados na última plenária do Fórum, reiterando o apoio dos prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo à PEC 534/2002 que concede poder de polícia às guardas municipais e solicitando a alteração do Estatuto do Desarmamento, para que passe a ser permitido que as guardas de municípios com menos de 250.000 habitantes também possam portar armas de fogo. Dia 24 de setembro.

Aprovação na Câmara dos Deputados do Estatuto do Desarmamento com a incorporação do seguinte texto: *“Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para :*  
*III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;*  
*IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;*  
*§ 3º. A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento”*<sup>2</sup>

Participação da Comissão de Organização do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, organizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela prefeitura de Guarulhos, com apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, do Instituto São Paulo Contra a Violência, do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do

---

<sup>2</sup> O novo texto substituiu o seguinte: *“Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para: IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço.”*

Delinquente) e da Frente Nacional de Prefeitos e que será realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 2003 em Guarulhos.

Participação no Seminário “Municípios e o Sistema Único de Segurança Pública”, organizado pelo Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional das Guardas Municipais, Frente Nacional de Prefeitos, Associação Brasileira de Municípios e pela Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, nos dias 10, 11 e 12 de novembro em Brasília.

## **2.2 Propostas**

Realizar uma reunião com o representante da Comissão de Serviços Públicos de Energia para discutir a iluminação pública na Região Metropolitana de São Paulo e marcar encontros entre os prefeitos das macroregiões na Grande São Paulo, com os representantes das concessionárias responsáveis pela iluminação pública em cada uma dessas regiões visando à ampliação da rede de iluminação e sua manutenção eficaz nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Apoiar e incentivar a aprovação do estatuto do desarmamento no Senado Federal com as alterações incorporadas na Câmara dos Deputados para conceder porte de armas para as guardas de municípios com menos de duzentos e cinquenta mil habitantes.

### **3. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

#### **3.1 Atividades e Resultados**

Disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para a prefeitura de São Paulo (julho de 2003) e Guarulhos (setembro de 2003).

Assinatura e publicação de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as prefeituras de Caieiras, Cotia, Diadema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra e São Paulo para a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim.

Encaminhamento de documentação para a Secretaria da Segurança Pública pelos municípios de: Embu, Franco da Rocha, Mairiporã, Mauá, Santa Isabel, São Caetano do Sul, Taboão da Serra e Suzano

Elaboração de relatório de utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência a partir das experiências de São Paulo e Guarulhos. (ver ANEXO 1)

#### **3.2 Propostas**

Continuar e acelerar o processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, referentes à disponibilização dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência.

Apresentar à Secretaria de Estado da Segurança Pública, proposta visando aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

### **4.1 Atividades e Resultados**

Encaminhamento da proposta alternativa de estágio de aperfeiçoamento profissional para guardas municipais, elaborada pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública ao Comandante Geral da Polícia Militar, Cel PM Alberto Silveira Rodrigues.

Levantamento das seguintes informações junto às prefeituras e guardas municipais:

- Efetivo da guarda municipal;
- Secretaria ou órgão municipal a que a guarda municipal está subordinada;
- Estatísticas das ocorrências registradas pela Guarda Municipal no 1º semestre de 2003, conforme o quadro de registro de ocorrências elaborado pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública;
- Despesas do município com segurança pública nos primeiros 6 (seis) meses de 2003, incluindo as contribuições para as polícias civil e militar;
- Andamento da implantação do sistema de monitoramento das ações preventivas e comunitárias da Guarda Municipal, aprovado na plenária de 28 de agosto.

Elaboração de um quadro preliminar dos gastos dos municípios com segurança pública no primeiro semestre de 2003 com informações de Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Santo André e Vargem Grande Paulista. Das informações enviadas por esses municípios<sup>3</sup> é possível constatar que apenas Diadema gasta mais contribuindo para as polícias civil e militar do que com os serviços de segurança do próprio município, entretanto, outros dois municípios, Embu e Itapeverica da Serra, contribuem com cerca de 20% do total gasto com segurança para o auxílio às polícias estaduais enquanto os municípios de Embu-Guaçu, Santo André e Vargem Grande Paulista gastam cerca de 10% das despesas com segurança para auxiliar o governo do Estado. É possível, preliminarmente concluir que há um investimento significativo dos municípios no auxílio às polícias estaduais. (ver ANEXO 2)

Elaboração de um quadro preliminar com informações sobre a guarda municipal, com informações dos municípios de Barueri, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Mairiporã, Santo André, São Caetano do Sul e Vargem Grande Paulista. (ver ANEXO 3)

Acompanhamento da tramitação da PEC 534/2002 na Câmara dos Deputados: em 01 de outubro de 2003, a PEC 532/2002 foi apensada à PEC 534/2002, em 05 de outubro foi designado o relator Deputado Arnaldo Faria de Sá e em 20 de novembro o prazo para o oferecimento de emendas foi encerrado com a apresentação de uma emenda.

---

<sup>3</sup> Além destes municípios, Mairiporã e São Caetano do Sul também enviaram as despesas com segurança pública, entretanto não enviaram os valores discriminados, razão pela qual não foram inseridos no quadro preliminar, uma vez que o objetivo é avaliar qual a porcentagem do gasto com segurança do município que vai para o Estado.

## **4.2 Propostas**

Iniciar o Estágio de Aperfeiçoamento Profissional para as guardas municipais em parceria com a polícia militar.

Elaborar um relatório completo com as informações sobre os gastos dos municípios com segurança pública e com informações sobre as guardas municipais da Região Metropolitana de São Paulo.



## **5. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **5.1 Atividades e Resultados**

Levantamento de informações sobre programas de prevenção da violência dos municípios de Barueri, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, São Paulo, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista na Região Metropolitana de São Paulo. (ver lista dos programas no ANEXO 4)

Participação no I Fórum das Medidas Sócio-Educativas – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, da Região Oeste da Grande São Paulo. Dia 25 de setembro, em Jandira.

Reunião com uma Comissão Técnica composta por representantes da Fundação Abrinq, Unicef, Olha o Menino, da prefeitura de Itapeverica da Serra e do Instituto São Paulo Contra a Violência para definir condições objetivas para viabilizar o processo de municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo. Dia 30 de setembro, na Federação do Comércio do estado de São Paulo.

Levantamento junto à Febem de minutas de convênio para parceria na execução das medidas sócio-educativas em meio aberto, à disposição na Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano, no Instituto São Paulo Contra a Violência e do número de adolescentes em meio aberto, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. (ver ANEXO 5)

Acompanhamento dos processos de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto em São Paulo e no Grande ABC para subsidiar a elaboração de uma proposta operacional de municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo.

Elaboração de diretrizes gerais para a municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo. (ver ANEXO 6)

### **5.2 Propostas**

Apresentar o relatório sobre projetos de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo no Seminário Internacional sobre Cidades mais Seguras, em Guarulhos nos dias 09 e 10 de dezembro de 2003.

Elaborar uma proposta operacional de municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo com base no convênio de São Paulo e no acordo do Grande ABC.

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **6.1 Atividades e Resultados**

Realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência no dia 20 de setembro. Participação efetiva de 25 municípios. Relatório das atividades realizadas nos municípios de Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapeccerica da Serra, Itapevi, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra e Suzano. (ver ANEXO 7)

Cerimônia de entrega de troféus aos vencedores do Premio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Dia 20 de setembro em Itapevi.

Desenvolvimento e publicação do novo web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br). Com apoio do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo.

Elaboração do 2º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

### **6.2 Propostas**

Formar uma Comissão para manter e atualizar o novo web site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

Elaborar o 3º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

## **7. GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

### **7.1 Atividades e Resultados**

Elaboração de relatório de monitoramento da implementação e dos resultados das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) e das leis que estabelecem a obrigatoriedade de veiculação do telefone do Disque Denúncia (0800-156315) dos municípios de Barueri, Diadema, Jandira, Mauá, Osasco e Santana de Parnaíba. (ver ANEXO 8)

### **7.2 Propostas**

Continuar o acompanhamento das leis municipais sobre segurança pública.

Acompanhar o trâmite da proposta de alteração da Lei do Fundo Nacional de Segurança pública.

Acompanhar a “lei seca” no município de Embu que começou a ser implementada em 31 de outubro de 2003.

## **8. GRUPO DE TRABALHO DO SISTEMA PRISIONAL**

### **8.1 Atividades e Resultados**

Apresentação de solicitação ao Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, para participação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública como um dos membros no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

Solicitação de informações ao Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, sobre em quais municípios da RMSPP poderiam ser construídos CDPs, quais as obrigações do município em relação à construção e manutenção de um CDP no seu território e quais as obrigações do Estado na construção e manutenção de um CDP, sobre o convênio usualmente firmado entre Estado e Município para a construção de um CDP, sobre eventual apoio do Governo Federal para a construção e manutenção dos CDPs, sobre a compensação oferecida pelo Governo do Estado aos Municípios que colaborarem na implantação dos CDPs e sobre a possibilidade dos prefeitos da micro-região a receber um CDP serem chamados pela Secretaria para participar da fase de decisão quanto a sua localização.

Acompanhamento da implantação dos Centros de Detenção Provisória (CDPs) em Itapeverica da Serra e Diadema.

### **8.2 Propostas**

Apresentar sugestões e parâmetros mínimos para o processo de implantação dos CDP's nos municípios .

Receber e avaliar as respostas às solicitações feitas à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Participar do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

## **ANEXO 1 – Relatório de utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência a partir das experiências de São Paulo e Guarulhos**

Dos 39 municípios que compõem o Fórum Metropolitano de Segurança Pública que assinaram o protocolo de Intenções com o Governo do Estado e dos 11 que assinaram o convênio com a Secretaria da Segurança Pública, apenas as prefeituras de São Paulo e Guarulhos passaram a acessar os mapas e dados do Infocrim. (em julho e setembro, respectivamente)

A partir do acesso desses municípios ao sistema, foi possível ter uma experiência prática daquilo que o sistema oferece efetivamente, de acordo com os termos do protocolo de intenções e dos convênios.

Ainda que tenha sido constatado que o Sistema Infocrim seja uma excelente ferramenta de trabalho para a execução de um plano de ações com a finalidade de prevenir e reduzir a violência nos municípios que integram a rede, verificou-se que o grau de acessibilidade oferecido não permite a elaboração de um bom plano de segurança e análise para realização de ações por parte dos órgãos da prefeitura e/ou dos órgãos públicos estaduais.

As conclusões às quais se foi possível chegar foram as seguintes:

- O sistema de pesquisa é lento, chegando a levar de 2 a 3 minutos para gerar as informações e o mapa;
- O tipo de legenda que informa as quantidades das ocorrências é fornecido através de uma escala que não permite ter o nº exato das ocorrências;
- O sistema informa apenas o logradouro em toda a sua extensão, não permitindo conhecer o local exato ou aproximado da ocorrência. Ex. Uma avenida de mais de 5 Km de via é sinalada em toda a sua extensão. O mesmo ocorre na grade de 300 metros.

Diante dessas constatações, seguem as seguintes sugestões:

### **Data da pesquisa**

Seja permitido o acesso dia a dia e períodos completos de 30 dias.

### **A Grade/Período**

Não mais por madrugada, manhã, tarde ou noite.  
Mas sim por hora, permitindo a consulta hora a hora.

### **Detalhes de Rua**

Seja substituída pela grade consulta por logradouro, permitindo acesso à relação dos logradouros por ocorrências.

### **Mapa Temático**

Que nos mapas gerados constem os pontos do local das ocorrências identificando as ocorrências por legendas e quantidades exatas.

### **Das Legendas**

Seja sempre número absoluto

OBS. Para qualquer uma dessas sugestões, não há necessidade de acesso detalhado aos dados do Boletim de Ocorrência ou outras informações.

**ANEXO 2 – Quadro preliminar dos gastos dos municípios com segurança pública no primeiro semestre de 2003**

Município (período a que se referem as despesas do município com segurança)	Despesas do município com segurança pública		
	Serviços do Município (1) %	Serviços do Estado (2) %	Total (R\$)
<b>DIADEMA (1º sem/03)</b>	37,50	62,50	800.000,00
<b>EMBU (2º sem/03)*</b>	81,92	18,08	612.500,94
<b>EMBU-GUAÇU (1º sem/03)</b>	92,37	7,63	249.446,67
<b>ITAPECERICA DA SERRA (1º sem/03)</b>	81,68	18,32	1.513.606,47
<b>SANTO ANDRÉ (1º sem/03)*</b>	91,73	8,27	8.970.102,85
<b>VARGEM GRANDE PAULISTA(1ºsem/03)</b>	89,52	10,48	189.942,73

Dados enviados em outubro de 2003

\*estimativa

(1) Inclui despesas com a Guarda Municipal e com a Secretaria/Departamento/Coordenadoria de Segurança do Município.

(2) Inclui despesas com as Polícias Militar e Civil.

**ANEXO 3 – Quadro preliminar informações sobre as Guardas Municipais na Região Metropolitana de São Paulo**

Município	Efetivo da Guarda Municipal	Secretaria ou órgão municipal a que a Guarda Municipal está subordinada	Andamento da implantação e monitoramento das ações preventivas e comunitárias da Guarda Municipal	Quadro de registro de ocorrências elaborado pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública
<b>Barueri</b>	548	Gabinete do Prefeito		Possui
<b>Diadema</b>	122	Coordenadoria de Defesa Social	Em andamento	Possui
<b>Embu</b>	52	Secretaria de Governo	Em andamento	Possui
<b>Embu - Guaçu</b>	40	Departamento de Cidadania e Segurança	Implantado	Possui
<b>Franco da Rocha</b>	54	Gabinete do Prefeito	Implantado	Possui
<b>Itapecerica da Serra</b>	40	Sec. Segurança, Trânsito e Transportes	Previsão 2004	Implantando
<b>Mairiporã</b>	13	Secretaria de Segurança	Em andamento	Implantando
<b>Santo André</b>	465	Secretaria de Combate à Violência Urbana	Em andamento	Possui
<b>São Caetano do Sul</b>	358	Gabinete do Prefeito	Implantado	Possui
<b>Vargem Grande Paulista</b>	37	Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira /Departamento Segurança Pública e Patrimônio	Implantado	Possui

Dados enviados em outubro de 2003

**ANEXO 4 – Lista de programas municipais de prevenção da violência apresentados pelos municípios para o Relatório do Fórum Metropolitano de Segurança Pública a ser apresentado no Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras – Guarulhos, 9 e 10 de dezembro.**

**Programas com ficha técnica:**

Asas I e II (Barueri)

Papo Jovem (Barueri)

Adolescente Aprendiz (Diadema)

Diadema Segura – Plano Municipal de Segurança Pública (Diadema)

Barracões Culturais da Cidadania (Itapeverica da Serra)

Centro de Referência da Criança e do Adolescente (Embu)

Caminhando com Alegria para Justiça (Guarulhos)

Casa das Rosas Margaridas e Beths (Guarulhos)

Concessão do Uso de Terras (Guarulhos)

Oportunidade ao Jovem (Guarulhos)

Participação Jovem (Itapevi)

Cidadão do Futuro (Itaquaquecetuba)

Escola Municipal de Futebol Infantil (Jquitiba)

Câmaras de Monitoramento em Vias Públicas (Mogi das Cruzes)

Projeto Novos Caminhos (Mogi das Cruzes)

Plano Integrado de Segurança Pública (Osasco)

Santo de Casa faz Milagre – Escola de artes sacras (Pirapora do Bom Jesus)

Travessia - Programa Municipal de Combate à Violência (Santana de Parnaíba)

Arte sim, violência não!!! (Santo André)

Santo André mais Igual (Santo André)

Casa de Integração Social (população de rua) (São Bernardo do Campo)

Centro de Atenção às Medidas Sócio-Educativas (Fundação Criança) (São Bernardo do Campo)

Programa de Atenção à Mulher em Situação de Violência (São Bernardo do Campo)

Centro Seguro (São Paulo)



Comissões Cíveis Comunitárias + Conselho Interdisciplinar Consultivo (São Paulo)

Caça Talentos (Taboão da Serra)

### **Programas listados**

#### **Barueri**

- Embelezamento Urbano
- Oficinas Culturais
- Prefeito no seu Bairro

#### **Diadema**

- Clubinho de Férias

#### **Embu**

- Centro de Referência da Juventude
- Espaço Amigo – Um Programa após a Escola

#### **Embu Guaçu**

- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
- Casa do Cidadão
- Monitoramento por vídeo nas entradas da cidade

#### **Guarulhos**

- Conselho Municipal de Segurança Pública
- Programa Emergencial de Bolsa Auxílio ao Desempregado (Guarulhos)

#### **Mogi das Cruzes**

- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
- Sistema de Alarmes em Próprios Municipais

#### **Pirapora do Bom Jesus**

- Cidadão do Mundo de Pirapora do Bom Jesus
- Agente Jovem

#### **Santana de Parnaíba**

- Projeto de Escola em Tempo Integral (PROETI)
- Teatro nos Bairros
- Escola e Família – Parceiros numa Educação de Qualidade

#### **Santo André**

- Centro Integrado de Cidadania (CIC)
- Operação Cruze Seguro
- Bases Comunitárias de Segurança

#### **São Bernardo do Campo**

- Policiamento Comunitário – Base Comunitária - Assunção
- Centro de Atendimento à Criança e a Juventude
- Centro Integrado de Emergência
- Paz nas Escolas
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- Programa Lixo e Cidadania (Centro de Ecologia e Cidadania, Associação de catadores, Geração de Renda e Apoio Familiar)

**São Lourenço da Serra**

- Departamento da Juventude

**São Paulo**

- Programa Cuidar / Programa Sentinela
- Projeto Vida
- Psiu
- Resgate Cidadão
- Programa de Remodelação da Iluminação Pública (escolas x criminalidade)

**Vargem Grande Paulista**

- Centro de Atendimento Profissional – CAP
- Beisebol Solidário
- Centro Acadêmico de Orientação Cívica ao Adolescente de Vargem Grande Paulista
- CAPAZ
- Renda Cidadã



**ANEXO 5 – Quadro com número de adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo – Setembro de 2003**

Municípios	Posto de Atendimento	Nº de Adolescentes		
		LA		PSC
		Direto	Indireto	Indireto
ARUJÁ	Grande Norte		8	16
BARUERI	Grande Oeste	8	56	
BIRITIBA MIRIM	Grande Leste	2		
CAIEIRAS	Grande Norte	13		
CAJAMAR	Grande Norte			
CARAPICUIBA	Grande Oeste	116		
COTIA	Grande Oeste	74		
DIADEMA	Grande Sul	236		
EMBU	Grande Oeste	110		
EMBU-GUAÇU	Grande Oeste	1	16	
FERRAZ DE VASCONCELOS	Grande Leste		38	13
FRANCISCO MORATO	Grande Norte		65	
FRANCO DA ROCHA	Grande Norte	47		
GUARAREMA	Grande Leste	4		
GUARULHOS	Grande Norte	221		
ITAPECERICA DA SERRA	Grande Oeste	7	60	8
ITAPEVI	Grande Oeste	45		
ITAQUAQUECETEUBA	Grande Leste		81	9
JANDIRA	Grande Oeste	2	24	
JUQUITIBA	Grande Oeste	27		
MAIRIPORÃ	Grande Norte	10		
MAUÁ	Grande Sul	59		
MOGI DAS CRUZES	Grande Leste	13	89	9
OSASCO	Grande Oeste	10	189	
PIRAPORA DO BOM JESUS	Grande Oeste	3	5	
POÁ	Grande Leste	22		
RIBEIRÃO PIRES	Grande Sul	13		
RIO GRANDE DA SERRA	Grande Sul	1		
SALESÓPOLIS	Grande Leste			
SANTA ISABEL	Grande Leste	5		
SANTANA DE PARNAÍBA	Grande Oeste		19	
SANTO ANDRÉ	Grande Sul	33	143	
SÃO BERNARDO DO CAMPO	Grande Sul	1	269	65
SÃO CAETANO DO SUL	Grande Sul	30		
SÃO LOURENÇO DA SERRA	Grande Oeste	8		
SÃO PAULO	Norte, Sul Leste e Oeste	773	2758	
SUZANO	Grande Leste		38	10
TABOÃO DA SERRA	Grande Oeste	7	65	
VARGEM GRANDE PAULISTA	Grande Oeste	8		
<b>TOTAL RMSP</b>		<b>1909</b>	<b>2923</b>	<b>130</b>

Fonte: Febem

## **ANEXO 6 – Diretrizes gerais para municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto.**

### **Municipalização – Conceito**

É o reconhecimento da instância local como o espaço privilegiado para a construção das relações que envolvem o Estado (em seus diferentes níveis) e a sociedade civil na formulação de ações de política social na área, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais. Para tanto, o município deve contar com o apoio técnico e financeiro do Estado e da União.

A municipalização pressupõe o entendimento e a clara definição de papéis entre as três esferas de governo – União, Estado e Município – com vistas à implantação de políticas integradas, de programas e projetos comuns e caracteriza-se pela presença e interferência da sociedade civil na administração da política, com gestão participativa, acesso às informações e espaços de fiscalização e controle.

Deve ser assegurada a universalização dos direitos infanto-juvenis à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Na municipalização, as competências são definidas:

- o **Estado** detém a responsabilidade da coordenação, do estabelecimento das normas gerais e da assistência técnica e financeira para a execução das políticas públicas;
- aos **municípios** cabe a formulação e operação das políticas públicas de âmbito local para enfrentamento das várias questões, a serem executadas através de instituições gestoras de âmbito público ou privado.

### **Princípios e Diretrizes**

- Considerar que inúmeros exemplos exitosos de execução municipalizada das medidas sócio-educativas em meio aberto têm revelado uma reversão no número de internações e um crescimento da aplicação de medidas em meio aberto, revelando crédito dos Juizes da Infância e Juventude ao êxito dos trabalhos e que há uma considerável diminuição da reincidência após o cumprimento da medida judicial nessas iniciativas.

- A municipalização da execução das medidas em meio aberto deve ser concretizada, preferencialmente, através das secretarias municipais da Assistência Social e da Educação, com apoio das famílias e da comunidade, das organizações não governamentais e de outras organizações sociais ligadas aos direitos infanto-juvenis. É imprescindível que haja articulação com as instâncias do poder Judiciário, Ministério Público, Centros de Defesa, organizações sociais, Conselhos setoriais e com uma rede de serviços, que deve incluir vários setores: educação, saúde, esporte, lazer, trabalho e cultura, dentre outros.

- Uma rede intersecretarial de serviços municipais na qual os adolescentes e familiares possam ser inseridos deve ser organizada de forma integrada, com recursos do governo do Estado de São Paulo e dos municípios.

- A aplicação da medida depende exclusivamente da Justiça da Infância e Juventude, mas para sua operacionalização é recomendado um programa que estabeleça parcerias entre órgãos públicos e organizações não governamentais.

- É preciso estabelecer metas e objetivos concretos para a transição da coordenação das medidas sócio-educativas em meio aberto, garantindo co-responsabilização técnico-financeira e parcerias entre Estado/Município/Sociedade Civil nos termos da Constituição Federal.

- É preciso consolidar mecanismos de exigibilidade para o cumprimento do artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à descentralização de recursos federais para fortalecer os Fundos Municipais.
- A municipalização do atendimento visa a eficiência dos programas sociais implementados e também a participação comunitária no processo de formulação e execução dos projetos. Essa participação torna efetiva a democratização do atendimento e, além disso, a responsabilização da comunidade pela reinserção de seus jovens.
- A função básica do município deve ser a de conceber, planejar, coordenar e executar os programas. Deve ser garantida a continuidade da parceria com o Estado e com o Governo Federal, para que a municipalização não passe a onerar exclusivamente o município.
- A equipe de trabalho deverá ter como preocupação garantir, ainda durante o cumprimento da medida, que após seu encerramento o jovem possa continuar participando das atividades propostas pelo programa de execução da medida.
- É imprescindível a formulação de instrumentos de avaliação qualitativa e sistemática, durante e após o atendimento dos jovens.
- A inclusão da família na política de atendimento aos adolescentes é essencial.

### **Principais Passos**

- definição clara dos termos da parceria com o Estado e com o Governo Federal, especialmente em relação à assistência técnica e financeira que deve ser prestada pelo estado ao município;
- facilitação e agilização dos procedimentos de repasse de assistência técnica e financeira aos municípios;
- elaboração de um cronograma de transferência gradativa de responsabilidades administrativas e técnicas do Estado para o município;
- constituição de um corpo técnico, submetido a uma capacitação qualificada e continuada, para a supervisão dos convênios e parcerias;
- ampliação e garantia de recursos no orçamento municipal;
- utilização otimizada dos recursos, evitando sua dispersão e sobreposição;
- realização e ampliação de parcerias e convênios;
- levantamento da demanda potencial e reprimida (casos que recebem sentença de internação e que seriam passíveis de receberem sentença de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade);
- estruturação (administração direta ou parceria), a partir da demanda, do serviço de acompanhamento ao cumprimento das determinações judiciais de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade (contratação de pessoal, capacitação continuada);
- articulação sistemática e permanente com o Poder Judiciário e discussão sobre a possibilidade de uma Defensoria pública municipal;
- criação de um plantão de encaminhamento dos adolescentes para as organizações conveniadas, junto ao Poder Judiciário, sob a coordenação da Secretaria Municipal competente;
- construção de um cadastro de organizações sociais;
- articulação entre a secretaria municipal responsável, Ministério Público e Poder Judiciário para promover a aplicação das medidas em meio aberto através da apresentação de iniciativas com inegáveis resultados exitosos.

## **ANEXO 7 – Relatório de atividades realizadas pelas prefeituras no 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência – Cidade TÔ Dentro (20/09/03)**

### **Arujá**

O município de Arujá realizou as seguintes atividades no 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência: desfile da guarda mirim, apresentação de dança de rua e apresentação de capoeira da Casa Aberta; na Praça de Eventos da Av. Amazonas, Centro, das 8:00 às 14:00 horas.

### **Barueri**

Em Barueri, a abertura dos trabalhos do “Dia Metropolitano de Prevenção à Violência” aconteceu na manhã de sexta-feira, 19, no Centro de Aperfeiçoamento de Professores, com uma palestra sobre “Responsabilidade Social”, contando com a presença de empresários e autoridades políticas da região. No sábado, 20, realizaram-se atividades ligadas ao tema “Geração de Emprego e Renda”. O público alvo foi composto por adolescentes. Os estudantes participaram de palestras com os temas: “Adolescência, muito prazer e Criatividade e Marketing Pessoal”, e depois visitaram as oito salas do evento. Em seguida, puderam conhecer duas carretas móveis do Senai, onde foram ministrados cursos profissionalizantes itinerantes. Participaram também do lançamento anual da Campanha de Desarmamento Infantil em Barueri (na qual a cada troca de uma arma de brinquedo, as crianças ganharam uma revista infantil, através de parceria assinada com a Dinap, distribuidora nacional de publicações, da Editora Abril).

### **Biritiba Mirim**

A prefeitura de Biritiba Mirim levou o projeto "Prefeito no Seu Bairro" para o bairro Vila Santo Antonio. Foram oferecidos serviços de emissão de documentos, assessoria jurídica, além de atividades recreativas para as crianças e jovens. Houve também orientação à população sobre como realizar o cadastramento em programas de renda mínima.

### **Cajamar**

O evento em Cajamar aconteceu no Ginásio Esportivo A. C. Tramassi – Polvilho, das 8 às 12 h, apresentando as seguintes atividades: palestras e orientações sobre drogas e doenças sexualmente transmissíveis pela Polícia Militar, Diretoria de Esportes e Saúde; campanha de desarmamento infantil; cursos; emissão de RG e atestado de antecedente; e apresentações da Polícia Militar (gerenciamento de crises, Grupo de Força Tática e canil) e Defesa Civil (primeiros socorros).

### **Diadema**

Em Diadema, o evento foi monitorado por 2 turmas de 60 alunos da Guarda Civil Municipal. Foram utilizados um balão e bexigas brancas, simbolizando a paz. Foi montado no local um Painel da Campanha do Desarmamento Infantil que estimulou as crianças e adolescentes ao hábito da leitura e de brincar com atividades saudáveis. Foram instalados TV e vídeo para apresentação dos trabalhos e ações desenvolvidas no município como: Lei Seca, Desarmamento Infantil e Clubinho de Férias (atividades desportivas e recreativas, cidadania, civismo, meio ambiente, reciclagem de materiais e educação e segurança no trânsito). Além disso, foram montadas 2 tendas com 20 cadeiras cada uma, para palestras, que foram desenvolvidas pelos organizadores sobre os temas: Inclusão e Educação; Trabalho e Renda; e Intermediação de Mão de Obra.

## **Embu**

A prefeitura de Embu programou dois eventos na cidade destinados, principalmente, a população de mais baixa renda. No Jardim Santo Eduardo, mais de 800 pessoas compareceram ao projeto “Cidadania em Ação – Governo Itinerante” (serviços de cidadania como emissão de documentos -RG, CTPS-, tirar fotografias, consultas médicas e consultas jurídicas), enquanto cerca de 100 crianças participaram de uma excursão em que os monitores eram guardas civis municipais de Embu e policiais militares. A outra ação desenvolvida por Embu foi levar crianças do Jardim São Francisco à Cidade das Abelhas, um apiário que se tornou ponto turístico de Embu. Lá, assistidas por quatro guardas civis municipais e quatro policiais militares, noventa e cinco meninos e meninas, de cinco a dezesseis anos, passaram a manhã se divertindo no parque infantil. O objetivo foi aproximar crianças e adolescentes das duas corporações, GCM e PM.

## **Ferraz de Vasconcelos**

No município, as atividades variaram entre dança, coreografia, mensagens, exposição de maquetes e cartazes feitos pelos alunos da escola. Teve a participação das crianças da EMEF – do CAIC de Ferraz de Vasconcelos, professores, autoridades locais e a comunidade..

## **Guarulhos**

Em Guarulhos, o evento aconteceu pela manhã, no Bosque Maia, e contou com grafiteiros, show musical e apresentação circense, entre outras apresentações recreativas e culturais. Teve também a Caminhada pela Paz, que ocorreu na região central e contou com a participação de 300 pessoas.

## **Itapecerica da Serra**

Em Itapecerica da Serra foram abertos os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do centro e bairro Jacira, das 8:30 às 16:00 horas. Foram feitos, na região central, 42 atendimentos, 6 encaminhamentos, 11 cadastros novos, atendimentos a 7 seguros desemprego e emissões de 3 carteiras de trabalho (1ª via). Em Jacira, foram feitos 15 atendimentos, 1 encaminhamento e 1 cadastro novo.

## **Itapevi**

Cerca de mil pessoas participaram sábado (20/09/03) da *Grande Feira de Cursos, Serviços e Lazer*, mutirão realizado que fez parte das ações do 3º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência - Geração de Emprego e Renda: Cidade Tô Dentro. Foram 7 horas de serviços e palestras, na escola Municipal Benvindo Moreira Nery, dentre os quais: curso de Floreira oferecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (60 pessoas); doação de 420 mudas de plantas de diversas espécies (Uva do Japão, Pau de Ferro, Ameixa, amora, entre outras); palestra de orientação aos comerciantes realizada pelo Departamento de Fiscalização da prefeitura (80 micro-empresendedores); a Secretaria Municipal da Promoção Social realizou inscrições para curso de Copeira e Empregada Doméstica; a Secretaria Municipal de Educação e Cultura inscrições para curso de Alfabetização; Cinema Para Todos (160 pessoas cada sessão); o Sebrae promoveu inscrições para curso de Agronegócios; o Instituto Nacional do Cobre - Procobre através do PAT inscrições para curso de aperfeiçoamento para eletricitistas e encanadores; a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde realizou os cuidados com a saúde (113 exames de diabetes, 248 medições de pressão arterial, 28 aplicações de vacinas contra Hepatite-B e 27 Dupla Adulto); a Benfica realizou a apresentação do Passe Integrado Benfácil; a Polícia Militar promoveu uma apresentação dos trabalhos efetuados com os cães da corporação e exposição de alguns materiais utilizados pela PM; o Demutran- Departamento Municipal de Trânsito realizou o Lançamento da Campanha



Nacional de Trânsito; a Defesa Civil promoveu palestras e esclarecimentos; o PAT- Posto de Atendimento ao Trabalhador emitiu 67 carteiras profissionais; o Banco do Povo expôs alguns trabalhos comercializados pelos micro-empresendedores que utilizaram créditos da unidade; e outros serviços como 1ª via de RG, apresentação de alguns programas e convênios realizados no município: PAT- Posto de Atendimento ao Trabalhador; Jovem Cidadão- Meu Primeiro Trabalho; Banco do Povo Paulista de Itapevi; Escola Municipal de Cursos; Projeto Fortalecendo à Família; Projeto Vencendo Barreiras; Centro de Apoio ao Profissional Doméstico; Padarias Artesanais; Escolinhas Esportivas, Inclusão Digital e atividades de lazer foram promovidas durante o evento.

### **Mauá**

O município de Mauá contou com 200 pessoas na organização do evento e 1500 participantes realizando as seguintes atividades: palestras sobre o funcionamento do PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador; cadastramento de desempregados (cadastro novo); emissão de Carteiras Profissionais; oficinas de atividades variadas (bijuterias, corte de cabelo, biscuit, artesanato); orientação sobre requerimentos de documentos pessoais e sobre a requisição do Benefício de Prestação Continuada; painéis de depoimentos falando sobre funções de trabalho de cargos operacionais dirigidas a prestação de serviços, dados estatísticos de analistas quanto a ocupação profissional e emprego/renda, ocupações de formação de nível técnico e superior, perspectivas de carreira, ocupações informais de trabalho de prestação de serviços e produções artesanais.

Tais atividades foram realizadas no Anfiteatro e estacionamento do Paço Municipal, das 9:00 às 17:00 horas.

### **Mogi das Cruzes**

A cidade de Mogi realizou, em parceria com o grupo Pão de Açúcar, a Caravana do Bem que arrecadou brinquedos por vários bairros do município. A Caravana também fez a troca de armas de brinquedo por bolas, destruindo aquelas, posteriormente, com um rolo compressor. O supermercado Compre Bem doou 1 tonelada de alimentos para o Fundo social (que também participou do evento). A Caravana foi composta por duas charretes decoradas, carro de som, caminhão, duas vans, oito monitores e atrações circenses.

### **Osasco**

Em Suzano, o 3º Dia Metropolitano de Prevenção à Violência foi realizado em conjunto com o projeto Bairro da Gente, projeto que proporciona benefícios a comunidade com o atendimento da Prefeitura sendo transferido para o bairro com todas as secretarias, inclusive o Gabinete do Prefeito. A esse projeto, foram incorporadas seções de vídeo e palestras para os participantes do evento com o objetivo de desenvolver uma consciência maior com relação prevenção à violência.

### **Pirapora do Bom Jesus**

O evento em Pirapora contou com a participação de cerca de 2000 pessoas, realizado na Praça do Encontro, Centro. O evento reuniu serviços destinados ao público, como emissão de CPF, RG, Título Eleitor, Carteira Profissional e Certificado Militar entre outros. Também teve apresentações teatrais promovidas tanto na Casa da Cultura quanto na praça, assim como da banda municipal. Ainda teve discoteca beneficente (ingresso valendo um quilo de alimento não perecível, que foi encaminhado à Promoção Social) no Clube Municipal. Além de outros serviços como corte de cabelo e transporte gratuito dos bairros KM 50; Ponunduva; Morro Branco; Fundão, Paiol, Green Hills e Gaveta para o evento.

## **Santana de Parnaíba**

A prefeitura de Santana de Parnaíba reuniu cerca de três mil pessoas. No dia, estiveram expostos estandes de diversas secretarias com trabalhos relacionados à prevenção à violência, como a Secretaria de Assistência Social, Saúde (explorou a violência doméstica), Educação, SEMEDES (Secretaria Municipal de Emprego Desenvolvimento Econômico e Social), Esportes e Lazer, Cultura e Lazer e a de Governo, com a Guarda Municipal Comunitária. No dia, os comerciantes decidiram não vender bebidas alcoólicas durante todo o evento, em apoio ao mesmo, com a intenção de incentivar os moradores a ficarem longe do álcool, uma das causas de geração de violência. Além dos trabalhos realizados pelas secretarias, os alunos de algumas escolas municipais também participaram do evento realizando apresentações musicais e de dança. Ainda deram shows musicais bandas de axé, reggae e pagode.

## **Santo André**

O evento ocorreu na Central de Emprego e Renda, Av. Arthur de Queirós, 720, Bairro Casa Branca e contou com serviços referentes à Central de Emprego e Renda (cadastramento e encaminhamento de candidatos a vagas de emprego disponíveis na cidade, encaminhamentos para dar entrada no seguro desemprego e emissão de carteiras profissionais).

## **São Bernardo do Campo**

No sábado (20/09/03), atividades culturais, prestações de serviços e oficinas vivenciais fizeram parte do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, realizado pela Prefeitura de São Bernardo, das 10h às 16h, na Praça da Matriz. Foram montados estandes que traziam informações sobre cursos de formação e requalificação profissional, incentivo ao empreendedorismo e cooperativismo e orientação sobre abertura de pequenas empresas. Além disso, foram expostos programas e serviços nos quais a Prefeitura vem investindo para prevenir e diminuir a violência na cidade. Alguns exemplos dos trabalhos realizados no dia: a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (Sert) e o CIEE tinham um estande onde houve o preenchimento de fichas de inscrição com as qualificações para trabalho ou estágio que farão parte do cadastro das entidades (orientações sobre postura profissional na busca de trabalho e confecção de currículos também entraram na programação); nas oficinas vivenciais, foram oferecidos cursos de cartonagem, artes plásticas, costura, doces e salgados para vender; o estande do Sesi apresentou o Programa Alimente-se Bem por R\$ 1,00 (proposta de mudança nos hábitos alimentares). Além disso, alunos do Juventude Cidadã apresentaram show de malabarismos, e os grupos Mentevezescorpo e Dança de Rua, ambos da Fundação Criança, apresentaram coreografias. Ao meio dia, os agentes de saúde do município apresentaram ao ar livre a peça teatral Forrobodó, escrita pelo gerente técnico do Programa DST/Aids, Douglas Peter, e encenado por nove agentes de saúde. O espetáculo abordou temas relacionados a doenças sexualmente transmissíveis. Teve também um salão de beleza, que ao valor de R\$ 1,00, oferecia serviços de manicures e cabeleireiras, do Núcleo de Beleza da EMIP da Vila Marchi, para homens, mulheres e crianças. Design de sobrancelha e massagem expressa também fizeram parte do pacote de serviços. Ao todo foram 156 clientes, sendo realizados 80 cortes de cabelo, 16 manicures, 25 sessões de massagem e 35 sobrancelhas. O evento teve apoio das seguintes entidades: SEBRAE, SENAI, CIESP, CIEE, SERT, SESI, ACISBEC e Banco do Povo Paulista.

## **São Caetano do Sul**

As palestras sobre Drogas e Aids e o Código de Trânsito Brasileiro foram os destaques da programação do 3.º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, realizado sábado (20/9), em São Caetano do Sul. Também foram promovidos cursos de reciclagem e primeiros-socorros, além de apresentações musicais e teatrais. O evento foi programado pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o tema Inclusão Social: Geração de Emprego e Renda.

### **São Lourenço da Serra**

Em São Lourenço da Serra houve uma parceria entre a prefeitura e o Fundo social de Solidariedade realizando as seguintes atividades na Escola Estadual Marianinha de Queiroz: emissão de documentos (RG, CIC, título de eleitor e carteira profissional); jogos (xadrez e ping pong); curso de telemarketing; cineminha (passagem de filmes); esportivas (vôlei, futebol de salão e basquete); cursos de informática; palestra sobre empreendedorismo (“Seu sonho pode se tornar realidade” – SEBRAE); apresentação de show, canto, dança e dublagem (Star Kids Produção e Eventos); e curso de culinária.

### **Suzano**

Em Suzano o evento foi realizado no Ceap - Centro de Aprendizagem Profissionalizante, no horário das 10h às 16h. O público que visitou o Ceap neste período teve acesso a várias atividades, como: oficina de beleza, oficina de artesanato e costura, curso rápido de aproveitamento de alimentos, projeto Recicla Suzano (trabalho desenvolvido com os catadores de lixo), apresentação da Guarda Mirim, explanação das linhas de crédito do Banco do Povo e duas palestras: às 11h, sobre os programas de geração de renda desenvolvidos no município e às 15h, palestra sobre orientação profissional, pelo Senai. Além das atividades, o público pode circular pelo Centro para conhecer os cursos oferecidos pelo Ceap.

## **ANEXO 8 – Relatório de monitoramento da implementação e dos resultados das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) e das leis que estabelecem a obrigatoriedade de veiculação do telefone do Disque Denúncia.**

### **Barueri**

A “Lei Seca” foi promulgada em 29 de março de 2001 e a lei que sobre o Disque Denúncia e outros telefones úteis em 29 de março de 2003. A “lei seca” foi aprovada por unanimidade dentre os diversos setores: moradores, trabalhadores, comerciantes e empresários que entendiam a importância de controlar e prevenir a violência. A fiscalização ocorre desde a implantação através da Guarda Civil Municipal. A guarda também monitora os índices de violência através das ocorrências que atende, que, desde a implantação da lei, de uma forma geral, caíram 40%. A “lei seca” sofreu alteração em novembro de 2002 para excluir da restrição de horário os estabelecimentos situados em hotéis, flats, clubes e *shopping centers* e ampliar o horário de funcionamento do intervalo das 6h às 23, para o intervalo das 6h às 2h, às sextas feiras, sábado e vésperas de feriados. A lei sobre o Disque Denúncia é implementada através da divulgação dos telefones nos ônibus municipais.

### **Diadema**

A “Lei Seca” foi promulgada em 13 de março de 2002 e a lei sobre o Disque Denúncia em 20 de novembro de 2001. Antes da aprovação e implantação da lei foi feito um amplo debate com todos os segmentos da sociedade e foi constatado que cerca de 83% da população era favorável e que hoje, após um ano e meio de implantação, cerca de 95% é favorável. Em 15 de julho de 2002 foi aprovado o decreto regulamentador que criou o Programa Diadema Legal, responsável pela fiscalização diária e que é integrado por fiscais de postura da Prefeitura, Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e voluntários do Poder Judiciário e a fiscalização é diária. Há, ainda, o Setor de Estatística desde o dia 14 de fevereiro de 2001, no qual os dados são coletados diariamente dos Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia Seccional do município e são classificados de acordo com o tipo de crime. Esses dados são utilizados na confecção de planilhas diárias de estatística criminal e na alimentação de um banco de dados que é atrelado a um software de georeferenciação e geoprocessamento (Map Info), onde é possível visualizar no mapa do município os pontos onde ocorrem os crimes, podendo assim desenvolver programas e atividades, nestes locais, visando à diminuição desses crimes.

### **Embu**

A “Lei Seca” foi promulgada em 18 de dezembro de 2002 e não houve resistência quanto a sua aprovação. A estratégia foi encaminhar o projeto ao Legislativo, que foi aprovado integralmente. A prefeitura realizou um mapeamento dos estabelecimentos e os proprietários foram notificados quanto à existência da Lei, bem como, quanto à proibição de funcionamento após às 23 horas. A fiscalização teve início no dia 30 de outubro, com uma força tarefa composta pela Polícia Militar, polícia Civil, Guarda Municipal e Conselho Tutelar. O monitoramento dos índices de criminalidade é feito pela Polícia Civil através dos registros de ocorrências. Cerca de mais de 70% dos estabelecimentos mapeados tem cumprido a lei espontaneamente;

## **Jandira**

A “lei seca” é de agosto de 2001, no entanto, ela sofreu uma alteração em julho de 2003 para ampliar o horário de funcionamento das 6h às 2h, às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados. No início da implementação da lei alguns comerciantes protestaram, mas o Departamento de Fiscalização de Posturas organizou, com apoio da Guarda Civil Municipal, rondas noturnas freqüentes, para conscientizar e notificar os estabelecimentos que insistiam em não cumprir as disposições da lei. Aos bares e estabelecimentos similares pode ser concedida autorização para funcionamento após horário estipulado em lei, desde que cumpram algumas determinações específicas e imprescindíveis, dentre as quais, contratação de segurança e isolamento acústico. A prefeitura não dispõe dos dados exatos em relação ao índice de criminalidade no município, mas acredita está mais baixo depois da implementação da “lei seca”. Em relação à lei que determina a inscrição nos muros dos estabelecimentos de ensino da rede pública do número do disque denúncia, o Departamento Municipal de Educação, providenciou a inscrição do número nos estabelecimentos de ensino da rede pública.

## **Mauá**

A “Lei Seca” foi promulgada em julho de 2002 e não houve resistência para a sua aprovação. Houve interesse na aprovação da lei com o intuito de redução da criminalidade, visto ser comprovado que no horário entre as 23 às 06h se concentrava um maior número de ocorrências. A lei está sendo efetivamente implementada desde 16/09/2002. A fiscalização é realizada com a participação da Guarda Civil Municipal e os fiscais da Prefeitura, além das Polícias Civil e Militar que auxiliam, em sistema interativo. Em comparação entre o período de janeiro a setembro de 2002 com o mesmo período em 2003, verificou-se uma redução em torno de 20,74% no que se refere a homicídio doloso e com relação aos outros crimes não foi verificada redução.

## **Osasco**

Entrou em vigor na cidade de Osasco no dia 23 de dezembro de 2002, a Lei nº 3.724. Ela determina que todos os bares, lanchonetes, restaurantes, lojas de conveniência, padarias e casas noturnas no município, não podem funcionar após às 0h00 (meia-noite) e antes das 5h00 (cinco horas) da manhã. Não foram fornecidas informações sobre a implementação da lei.

## **Santana de Parnaíba**

Não possui “lei seca” no Município, apenas a Lei n.º 2.429, de 28/03/03, que proíbe venda de bebidas alcoólicas nos Postos de Combustíveis do Município. O Disque Denúncia é municipal e vinculado à Guarda Municipal Comunitária e está implantado desde o mês de Maio de 2002. Não houve dificuldade para a implantação e o atendimento é feito diretamente no Controle Central Guarda. Os cartazes foram providenciados pela Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba. Os pontos em que estão sendo veiculados são: Escolas, Creches, Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento Médico, Lotações, Ônibus de Linhas Municipais, Repartições Públicas, Viaturas da Guarda Municipal Comunitária, etc. Existe em nosso município a Lei n.º 2.435, de 19/05/03, que obriga os ônibus e os órgãos municipais a veicular o número do Disque Denúncia

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
JOÃO AVAMILENO

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
LACIR BALDUSCO

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
RAUL SILVEIRA BUENO JÚNIOR

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
ANTONIO JAIR OLIVEIRA NASCIMENTO

COORDENADOR GT SISTEMA PRISIONAL  
LENER DO NASCIMENTO RIBEIRO

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

[www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

Av. Paulista, 119/ 5º andar

CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
João Carlos Miguel Hueb

Colaboração da Equipe SPCV:

Ronildo Machado  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 11**  
**27/11/2003 A 25/03/2004**

**26 DE MARÇO DE 2004**

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 11 27/11/2003 A 25/03/2004**

#### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. A SEGURANÇA PÚBLICA E O FÓRUM METROPOLITANO EM 2003
3. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
4. GT GUARDAS MUNICIPAIS
5. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
6. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
7. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO
8. GT SISTEMA PRISIONAL

#### **ANEXOS**

1. QUADROS: ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2003.
2. QUADROS: ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, CAPITAL, RMSP E INTERIOR, ESTADO DE SÃO PAULO, 1999-2003.
3. GRÁFICOS: EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2003.
4. PROPOSTA DE CURSO DE GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA, COM APOIO DO BANCO MUNDIAL, PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.
5. DECLARAÇÃO FINAL DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARA CIDADES MAIS SEGURAS, EM GUARULHOS, 9-10 DE DEZEMBRO DE 2003.
6. DECLARAÇÃO DE CRIAÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL PARA CIDADES MAIS SEGURAS – 9 DE DEZEMBRO DE 2003.
7. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE AUTORIZA OS INTEGRANTES DAS GUARDAS MUNICIPAIS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES A PORTAREM ARMAS DE FOGO EM SERVIÇO.
8. PROPOSTA DE ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA GUARDAS MUNICIPAIS, EM PARCERIA COM A POLÍCIA MILITAR, PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.



## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 27 de novembro de 2003 a 25 de março de 2004.<sup>1</sup> O relatório apresenta também propostas de ações para o ano de 2004. Ver seções 3 a 8 e anexos 4-8.

Durante o último trimestre, as principais atividades e resultados do Fórum Metropolitano de Segurança Pública foram:

- a) Elaboração de uma proposta de Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência para capacitar gestores em segurança pública e prevenção da violência, com apoio do Banco Mundial, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- b) Participação na Comissão de Organização do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, organizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela Prefeitura de Guarulhos, com apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, Instituto São Paulo Contra a Violência, ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente) e Frente Nacional de Prefeitos, realizado em Guarulhos, 9-10 de dezembro de 2003.
- c) Apoio à aprovação da Medida Provisória 157, de 23 de dezembro de 2003, que autoriza os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes a portarem armas de fogo quando em serviço.
- d) Disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para a Prefeitura de Mogi das Cruzes e assinatura e publicação de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as Prefeituras de Embu, Suzano e Mairiporã visando a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.
- e) Elaboração de uma proposta de Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais, em parceria com a Polícia Militar, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- f) Levantamento de projetos de prevenção da violência em desenvolvimento na Região Metropolitana de São Paulo, apresentação de relatório sobre projetos de prevenção no Seminário Internacional sobre Cidades mais Seguras, e construção do Banco de Projetos de Prevenção da Violência no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

---

<sup>1</sup>O Fórum Metropolitano de Segurança Pública reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e realiza reuniões plenárias trimestralmente. A primeira reunião aconteceu em março de 2001, a segunda em junho de 2001 e a terceira em setembro de 2001, a quarta em fevereiro de 2002, a quinta em maio de 2002, a sexta em agosto de 2002, a sétima em novembro de 2002, a oitava em fevereiro de 2003, a nona em maio de 2003, a décima em agosto de 2003 e a décima primeira em novembro de 2003. O Instituto São Paulo Contra a Violência é responsável pela Secretaria-Executiva do Fórum Metropolitano. Informações adicionais disponíveis no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

- g) Acompanhamento do processo de assinatura de Acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para a municipalização das medidas sócio-educativas na região do ABC.
- h) Atualização do web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

O relatório apresenta também os dados referentes às ocorrências de homicídio, roubo e furto de veículo, roubo e furto, em cada município da Região Metropolitana de São Paulo, no ano de 2003, comparando-os aos dados de 1999, 2000, 2001 e 2002. A partir destes dados, é feita uma análise da situação da segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo, focalizando a atuação do Fórum Metropolitano e a sua contribuição para a redução da violência na Região Metropolitana. Ver seção 2 e anexos 1-3.

## 2. A SEGURANÇA PÚBLICA E O FÓRUM METROPOLITANO EM 2003

Em 2003, houve significativa redução no número de homicídios e de roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo, dando continuidade à redução do número de homicídios iniciada no ano 2000 e do número de roubos e furtos de veículos iniciada em 2001. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo diminuiu de 49,29 no ano 2000 para 39,19 em 2003 (-20,49%). A taxa de roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes diminuiu de 995,06 no ano 2000 para 731,37 em 2003 (-26,50%).<sup>2</sup>

No caso de outros roubos e furtos, entretanto, depois de uma queda de 1999 para 2000, houve um aumento progressivo do número de ocorrências registradas pela polícia de 2000 para 2003. De 2000 para 2003, a taxa de roubos por 100 mil habitantes aumentou de 849,66 em 2000 para 949,75 em 2003 (+11,78%). A taxa de furtos por 100 mil habitantes aumentou de 875,84 em 2000 para 1.156,10 em 2003 (+32,00%).<sup>3</sup>

A queda dos índices de homicídio e de roubo e furto de veículo é sinal positivo. Ainda não é suficiente para afirmar que houve uma reversão da tendência de crescimento registrada na década de 1990. Mas a queda é significativa e aconteceu na Cidade de São Paulo e na maioria dos municípios da Região Metropolitana. Considerando as estatísticas criminais de 2000 e 2003, é possível verificar que:

- 29 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo registraram queda na taxa de homicídios por 100 mil habitantes;
- 35 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo registraram queda na taxa de roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes.

Em relação aos outros roubos e furtos, os dados indicam que:

- 24 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo registraram queda na taxa de roubos por 100 mil habitantes;
- 38 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo registraram aumento na taxa de furtos por 100 mil habitantes.

A partir desse resultado é possível verificar uma tendência geral de queda no número de ocorrências de homicídio e de roubo e furto de veículos registradas pela polícia, que são os crimes que têm o menor índice de sub-notificação. De 2002 para 2003, houve diminuição na taxa de homicídios em 23 municípios e na taxa de roubos e furtos de veículos em 27 municípios da Região Metropolitana.

---

<sup>2</sup> Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Ver anexos 1 a 3. Dados do Pro-Aim, da Prefeitura de São Paulo, assim como os dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública, indicam uma redução significativa das mortes por homicídio por 100 mil habitantes de 2000 para 2003, na Cidade de São Paulo. A redução foi de 5.978 mortes por homicídio no ano 2000 para 4.995 mortes em 2003 –o que significa uma redução de 57,29 mortes por homicídio por 100 mil habitantes em 1999 para 46,78 em 2003. Os dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública dizem respeito ao número de ocorrências de homicídio registradas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Os dados do Pro-Aim dizem respeito ao número de pessoas residentes da Cidade de São Paulo mortas por homicídio.

<sup>3</sup> Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Ver anexos 1 a 3.

No caso do roubo e principalmente furto, entretanto, há uma tendência de aumento do número de ocorrências registradas pela polícia. No caso dos roubos, houve uma queda no número de ocorrências na maioria dos municípios, mas não no conjunto da região metropolitana, devido ao aumento das ocorrências de roubo em quinze municípios, inclusive a Cidade de São Paulo. No caso dos furtos, houve uma tendência geral de aumento das ocorrências na região metropolitana. O aumento dos roubos e dos furtos pode refletir o aumento das ocorrências destes tipos de crime, o aumento da notificação destes tipos de ocorrência pelas vítimas ou ainda o aumento do registro destes tipos de ocorrência pela polícia.

Ainda não há estudos capazes de oferecer explicações para a redução do número de homicídios e de roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de São Paulo nos últimos anos. Entretanto, é possível apontar pelo menos quatro fatores que podem ter contribuído para este resultado:

- A atuação da polícia, direcionada para as áreas de maior risco de criminalidade, reforçada pela implantação do sistema informatizado de registro e mapeamento de ocorrências criminais (Sistema Infocrim) nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- A participação da população em assuntos de segurança pública, através de projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil e também da comunicação de denúncias e informações sobre ocorrências criminais para a polícia, estimulada pelas experiências de policiamento comunitário, pelo fechamento dasarceragens em distritos policiais e implantação de delegacias participativas, e pelo Disque-Denúncia.
- A participação das prefeituras em assuntos de segurança pública, reforçada com a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no início de 2001.
- A aumento de debate público em torno dos custos e das causas da violência, assim como das melhores estratégias para controlar e prevenir a violência, intensificado nas eleições de 2000 e 2002.

Neste contexto, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública tem desempenhado um papel importante de articular e mobilizar as prefeituras municipais, organizações da sociedade civil, o governo estadual e o governo federal para desenvolver ações, particularmente de natureza preventiva, visando à redução da violência e da criminalidade na Região Metropolitana de São Paulo.

Merecem destaque as seguintes ações em 2001, 2002, 2003 e início de 2004:

### **Coordenação**

- Em fevereiro de 2004, elaboração de uma proposta de Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, para capacitar gestores em segurança pública e prevenção da violência, com apoio do Banco Mundial, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- Em dezembro de 2003, participação da Comissão de Organização do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, organizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela Prefeitura de Guarulhos, com apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, do Instituto São Paulo Contra a

Violência, do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente) e da Frente Nacional de Prefeitos, realizado em Guarulhos.

- Em novembro de 2003, participação no Seminário “Municípios e o Sistema Único de Segurança Pública”, organizado pelo Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional das Guardas Municipais, Frente Nacional de Prefeitos, Associação Brasileira de Municípios e pela Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, realizado em Brasília.

### **GT de Informações Criminais**

- Até fevereiro de 2004, acesso aos mapas e dados do Sistema Infocrim pelos municípios de São Paulo, Guarulhos e Mogi das Cruzes.
- Até março de 2004, assinatura e publicação de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as prefeituras de Caieiras, Cotia, Diadema, Itapeverica da Serra, Embu, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da serra e Suzano para a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim.
- Em novembro de 2003, elaboração de relatório sobre a utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência a partir das experiências de São Paulo e Guarulhos.
- Em novembro de 2002, a entrega pela Prefeitura de Guarulhos, representando o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, dos equipamentos e softwares necessários para disponibilização para as prefeituras dos mapas das ocorrências criminais do Sistema Infocrim, adquiridos com recursos dos municípios e do Fundo Nacional de Segurança Pública.
- Em julho de 2002, a assinatura, de um Protocolo de Intenções para fortalecer a cooperação entre o Estado e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo na área da segurança pública, através da disponibilização para as prefeituras de mapas das ocorrências criminais gerados pelo Sistema Infocrim, da Secretaria da Segurança Pública, para subsidiar o desenvolvimento de programas e ações municipais de prevenção da violência.
- Divulgação do Disque Denúncia na Região Metropolitana.

### **GT das Guardas Municipais**

- De agosto de 2003 a março de 2004, elaboração de Proposta de Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais – EAP-GM, em parceria com a Polícia Militar, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

- Em agosto de 2003, a elaboração de um sistema de registro e monitoramento das atividades preventivas e comunitárias das guardas municipais.
- Em novembro de 2002, a aprovação de um sistema padronizado de registro de ocorrências para as guardas municipais.
- Em junho de 2002, missão de representantes do Fórum Metropolitano a Brasília, e entrega aos Presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ao líder do Governo no Senado, José Aníbal, ao presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Ronaldo Vasconcelos, e ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso, de moção de apoio à aprovação da proposta de emenda constitucional 87/99, que autoriza as guardas municipais a desenvolverem atividades de policiamento.
- Em setembro de 2001, aprovação de moção de apoio à aprovação da proposta de emenda constitucional 87/99, que autoriza as guardas municipais a desenvolverem atividades de policiamento.
- Em junho de 2001, a aprovação de um currículo mínimo para formação de guardas municipais na Região Metropolitana de São Paulo.

#### **GT de Prevenção da Violência**

- De maio de 2003 a janeiro de 2004, levantamento de projetos de prevenção do crime e da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, apresentação de relatório sobre projetos de prevenção no Seminário Internacional sobre Cidades mais Seguras, em Guarulhos nos dias 9-10 de dezembro de 2003, e construção do Banco de Projetos de Prevenção da Violência no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).
- Em agosto de 2003, a elaboração de relatório preliminar com informações das prefeituras sobre a execução de medidas sócio-educativas em meio-aberto na Região Metropolitana de São Paulo e informações da FEBEM sobre a execução de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.
- Em junho de 2002, missão de representantes do Fórum Metropolitano a Brasília, e entrega do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, aos Presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ao líder do Governo no Senado, José Aníbal, ao presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Ronaldo Vasconcelos, e ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso.
- Em maio de 2002, o lançamento do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência.
- Em abril de 2002, a realização da oficina “Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo: instrumentos de planejamento e gestão”, em São Paulo, em parceria com o CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima.

- Em novembro e dezembro de 2001, realização de seminários regionais para discussão do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, em cinco cidades: Barueri, Suzano, Mairiporã, Santo André e São Paulo.

### **GT de Comunicação Social**

- Em fevereiro de 2004, a atualização do web site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).
- Em novembro de 2003, a publicação do 2º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.
- Em setembro de 2003, a cerimônia de entrega de troféus aos vencedores do Premio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública em Itapevi.
- Em setembro de 2003, a realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, com a mobilização das prefeituras municipais e da comunidade para discussão do tema “geração de emprego e renda” e a utilização da campanha “Cidade to Dentro!”, preparada pela McCann Erickson.
- Em agosto de 2003, a desenvolvimento e publicação do novo web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br). Com apoio do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo.
- Em agosto de 2003, a publicação do 1º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.
- Em maio de 2002, a realização do 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, com a mobilização das prefeituras municipais e da comunidade para discussão do tema “exclusão/inclusão social” e o lançamento da campanha “Cidade To Dentro!”, preparada pela McCann-Erickson.
- Em setembro de 2001, a realização do 1º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, com a mobilização das prefeituras municipais e da comunidade para discussão do tema “álcool e drogas” e o lançamento da campanha “Não dá mais para viver assim!”, preparada pela DPZ.
- Construção e atualização do web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

### **GT de Acompanhamento Legislativo**

- Em novembro de 2003, a elaboração de relatório de monitoramento da implementação e dos resultados das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) e das leis que estabelecem a obrigatoriedade de veiculação do telefone do Disque Denúncia (0800-156315) dos municípios de Barueri, Diadema, Jandira, Mauá, Osasco e Santana de Parnaíba.

- Acompanhamento da implementação de leis que regulamentam o horário de funcionamento de bares e similares em diversos municípios da região metropolitana.

#### **GT de Sistema Prisional**

- Em novembro de 2003, apresentação ao Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, de proposta de participação de um representante do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.
- Em maio de 2003, a elaboração de moção em solidariedade ao município de Franco da Rocha.
- Em maio de 2003, levantamento da localização das penitenciárias e centros de detenção provisória nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.
- Em maio de 2003, levantamento de dados sobre a população prisional nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária e pela Secretaria da Segurança Pública) e o processo de desativação das carceragens nas delegacias de polícia.



### **3. COORDENAÇÃO**

#### **3.1. Atividades e Resultados**

Acompanhamento das estatísticas criminais de homicídios, roubos e furtos de veículos, roubos e furtos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e no Estado de São Paulo (VER ANEXOS 1, 2 e 3).

Elaboração de uma proposta de curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, para capacitar gestores em segurança pública e prevenção da violência, com apoio do Banco Mundial, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo (VER ANEXO 4).

Participação na Comissão de Organização do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, organizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela prefeitura de Guarulhos, com apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, do Instituto São Paulo Contra a Violência, do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente) e da Frente Nacional de Prefeitos, realizado em Guarulhos em 9-10 de dezembro de 2003 (VER NOS ANEXOS 5 e 6 a Declaração Final e a Declaração de Criação do Comitê Internacional para Cidades mais Seguras).

Apoio à aprovação da Medida Provisória 157, de 23 de dezembro de 2003, que autoriza os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes a portarem armas de fogo quando em serviço (VER ANEXO 7).

#### **3.2. Propostas**

Realizar o curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com apoio do Banco Mundial. Data proposta: junho de 2004.

Criar Comissão para estudar a elaboração de projetos coletivos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública para obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Realizar acompanhamento geral e sistemático dos assuntos relacionados às guardas municipais, ao lado do grupo de trabalho das guardas municipais.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

### **4.1. Atividades e Resultados**

Disponibilização dos mapas e dados do Sistema Infocrim para a prefeitura do município de Mogi das Cruzes, em dezembro de 2003. Os mapas e dados do Infocrim já tinham sido disponibilizados anteriormente para as prefeituras dos municípios de São Paulo e Guarulhos.

Assinatura e publicação de convênio para a disponibilização dos mapas e dados do Sistema Infocrim entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a prefeituras dos municípios de Embu, Jujutiba, Mairiporã e Suzano. As prefeituras dos municípios de Caieiras, Cotia, Diadema, Itapeçerica da Serra, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba e São Lourenço da Serra, já tinham sido assinado convênios anteriormente e aguardam a disponibilização dos mapas e dados do Infocrim.

Encaminhamento à Secretaria de Estado da Segurança Pública da documentação referente ao convênio para a disponibilização dos mapas e dados do Sistema Infocrim pelas prefeituras dos municípios de Barueri, Cajamar, Embu Guaçu e Itapevi. As prefeituras dos municípios de Franco da Rocha, Mauá, Santa Isabel, Santo André, São Caetano do Sul e Taboão da Serra já haviam encaminhado a documentação à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e aguardam a assinatura e publicação dos convênios.

Indicação, por parte do Dr. Moacir Rossetti, Coordenador Estadual para Assuntos dos Consegs, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, dos representantes da Coordenadoria dos Consegs e da Secretaria da Segurança Pública para o Grupo de Administração previstos nos convênios entre as prefeituras dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, referentes à disponibilização dos mapas e dados do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência. Os representantes indicados são:

- Dr. Moacir Rossetti, da Coordenadoria dos Consegs
- Dr. Túlio Kahn, da Coordenadoria de Análise e Planejamento
- Major Luiz Eduardo Pesce Arruda, da Coordenadoria dos Consegs

### **4.2. Propostas**

Realizar reunião do Grupo de Administração do Infocrim para discutir a ampliação do acesso aos dados e mapas do Infocrim pelas prefeituras.

Continuar e acelerar o processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim, e desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE GUARDAS MUNICIPAIS**

### **5.1. Atividades e Resultados**

Recebimento e análise de resposta da Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitários da Polícia Militar (DAMCO) sobre a proposta de Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais encaminhada pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública à Polícia Militar do Estado de São Paulo. O parecer elaborado pela DAMCO analisa e aprova a maioria dos pontos constantes da proposta do Fórum Metropolitano.

Detalhamento da Proposta de Currículo para o Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais, em parceria com a polícia militar (VER ANEXO 8).

### **5.2. Propostas**

Criar Comissão com membros da Polícia Militar e do Fórum Metropolitano para implementar a proposta de Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Completar o levantamento de informações sobre as guardas municipais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com as seguintes informações:

- Efetivo da guarda municipal;
- Secretaria/órgão ao qual a guarda está subordinada;
- Gastos do município com segurança pública em 2003;
- Ocorrências registradas pela guarda em 2001, 2002 e 2003.

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **6.1. Atividades e Resultados**

Levantamento de informações sobre projetos de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo;

Construção do Banco de Projetos de Prevenção da Violência, e sua disponibilização no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Apresentação de relatório sobre projetos de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo, no Seminário Internacional sobre Cidades mais Seguras, em Guarulhos, dias 9-10 de dezembro de 2003.

Acompanhamento do processo de assinatura de Acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para a municipalização das medidas sócio-educativas na região do ABC.

### **6.2. Propostas**

Ampliar o número de projetos do Banco de Projetos de Prevenção da Violência.

Acompanhar e apoiar o processo de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo

## **7. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **7.1. Atividades e Resultados**

Atualização do web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

### **7.2. Propostas**

Manter e atualizar o novo web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

Realizar o 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência. Data: a definir.

Realizar a 2ª Edição do Premio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Data: a definir.

Elaborar a 3ª edição do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Data da publicação: a definir.

## **8. GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO**

### **8.1. Atividades e Resultados**

Aprovação do Decreto 22.354 de novembro de 2003 que obriga a veiculação de adesivos informando o número do Disque Denúncia (0800-156315) no município de Guarulhos.

### **8.2. Propostas**

Acompanhar e apoiar a implementação da “lei seca” e da lei que obriga a divulgação do Disque Denúncia nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Unificar o Grupo de Trabalho do Sistema Prisional e o Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo, visando criar o Grupo de Trabalho de Legislação e Política Criminal e Penitenciária, com o objetivo de promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

## **9. GRUPO DE TRABALHO DE SISTEMA PRISIONAL**

### **9.1. Atividades**

Apresentação ao Secretário de Estado da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, de proposta de participação de um representante do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. Em novembro de 2003.

### **9.2. Propostas**

Unificar o Grupo de Trabalho do Sistema Prisional e o Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo, visando criar o Grupo de Trabalho de Política Criminal e Penitenciária, com o objetivo de promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

**ANEXO 1 - QUADROS: ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2003**

**QUADRO 1 - HOMICÍDIOS DOLOSOS, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	18	35	23	8	19	-45,71
BARUERI	120	99	93	85	103	4,04
BIRITIBA MIRIM	3	1	1	2	2	100,00
CAIEIRAS	13	12	12	10	16	33,33
CAJAMAR	15	16	14	8	11	-31,25
CARAPICUIBA	155	170	195	160	158	-7,06
COTIA	63	62	81	85	81	30,65
DIADEMA	360	271	238	199	165	-39,11
EMBU	158	152	197	162	122	-19,74
EMBU-GUAÇU	34	27	34	45	30	11,11
FERRAZ DE VASCONCELOS	51	86	51	71	74	-13,95
FRANCISCO MORATO	91	68	63	61	66	-2,94
FRANCO DA ROCHA	37	33	41	46	58	75,76
GUARAREMA	2	3	2	2	7	133,33
GUARULHOS	600	513	514	587	488	-4,87
ITAPECERICA DA SERRA	107	98	104	64	87	-11,22
ITAPEVI	142	114	114	114	86	-24,56
ITAQUAQUECETUBA	182	206	209	195	165	-19,90
JANDIRA	53	45	49	49	43	-4,44
JUQUITIBA	10	8	4	6	14	75,00
MAIRIPORÃ	27	22	15	17	22	0,00
MAUÁ	184	167	184	180	144	-13,77
MOGI DAS CRUZES	53	51	40	56	65	27,45
OSASCO	216	242	330	360	276	14,05
PIRAPORA DO BOM JESUS	3	4	2	3	2	-50,00
POÁ	17	12	18	17	21	75,00
RIBEIRÃO PIRES	23	30	22	24	27	-10,00
RIO GRANDE DA SERRA	23	14	8	5	6	-57,14
SALESÓPOLIS	1	2	3	0	0	-100,00
SANTA ISABEL	6	12	5	16	9	-25,00
SANTANA DE PARNAÍBA	39	57	28	37	39	-31,58
SANTO ANDRÉ	254	280	213	195	189	-32,50
SÃO BERNARDO DO CAMPO	350	369	264	253	255	-30,89
SÃO CAETANO DO SUL	17	18	20	11	13	-27,78
SÃO LOURENÇO SERRA	7	4	4	0	1	-75,00
SÃO PAULO	5.418	5.327	5.174	4.631	4.268	-19,88
SUZANO	78	87	82	80	80	-8,05
TABOÃO DA SERRA	94	80	125	104	85	6,25
VARGEM GRANDE PAULISTA	3	16	15	12	4	-75,00
RMSP-CAPITAL	3.609	3.486	3.417	3.329	3.033	-12,99
TOTAL RMSP	9.027	8.813	8.591	7.960	7.301	-17,16

Fonte: SSP-SP

**QUADRO 2 - ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULOS, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	367	370	339	208	195	-47,30
BARUERI	1.203	932	889	908	969	3,97
BIRITIBA MIRIM	22	22	3	18	25	13,64
CAIEIRAS	125	114	157	150	122	7,02
CAJAMAR	87	78	67	62	49	-37,18
CARAPICUIBA	1.356	1.196	1.184	1.171	1.188	-0,67
COTIA	1.007	1.184	1.177	1.058	644	-45,61
DIADEMA	3.398	3.474	2.930	2.475	2.488	-28,38
EMBU	999	1.177	924	847	653	-44,52
EMBU-GUAÇU	252	251	326	228	204	-18,73
FERRAZ DE VASCONCELOS	449	558	471	479	555	-0,54
FRANCISCO MORATO	127	74	70	120	44	-40,54
FRANCO DA ROCHA	125	212	187	193	142	-33,02
GUARAREMA	53	69	60	54	39	-43,48
GUARULHOS	7.331	6.970	6.703	5.433	4.942	-29,10
ITAPECERICA DA SERRA	643	747	686	485	446	-40,29
ITAPEVI	374	472	376	372	347	-26,48
ITAQUAQUECETUBA	893	1.017	930	713	831	-18,29
JANDIRA	325	319	324	280	289	-9,40
JUQUITIBA	57	84	92	37	39	-53,57
MAIRIPORÃ	197	161	268	142	101	-37,27
MAUÁ	2.249	2.480	2.226	2.428	2.372	-4,35
MOGI DAS CRUZES	803	820	892	822	840	2,44
OSASCO	4.741	4.917	5.370	4.257	3.663	-25,50
PIRAPORA DO BOM JESUS	14	14	20	12	9	-35,71
POÁ	349	356	301	289	345	-3,09
RIBEIRÃO PIRES	466	621	558	842	723	16,43
RIO GRANDE DA SERRA	36	30	39	41	54	80,00
SALESÓPOLIS	14	5	11	9	19	280,00
SANTA ISABEL	189	219	214	178	167	-23,74
SANTANA DE PARNAÍBA	124	123	115	114	86	-30,08
SANTO ANDRÉ	12.573	13.444	11.867	11.354	10.387	-22,74
SÃO BERNARDO DO CAMPO	8.869	8.417	7.947	6.900	6.613	-21,43
SÃO CAETANO DO SUL	3.135	2.206	2.693	2.208	1.645	-25,43
SÃO LOURENÇO SERRA	64	66	38	28	23	-65,15
SÃO PAULO	114.197	122.184	108.651	96.301	92.880	-23,98
SUZANO	830	824	883	781	778	-5,58
TABOÃO DA SERRA	1.449	1.540	1.350	1.327	1.214	-21,17
VARGEM GRANDE PAULISTA	91	157	141	129	112	-28,66
RMSP-CAPITAL	55.386	55.720	52.828	47.152	43.362	-22,18
TOTAL RMSP	169.583	177.904	161.479	143.453	136.242	-23,42

Fonte: SSP-SP



**QUADRO 3 – ROUBOS, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	309	238	228	226	311	30,67
BARUERI	1.276	945	962	895	1.215	28,57
BIRITIBA MIRIM	41	30	12	14	21	-30,00
CAIEIRAS	240	221	190	250	207	-6,33
CAJAMAR	127	126	130	95	117	-7,14
CARAPICUIBA	2.162	1.546	1.344	1.581	1.420	-8,15
COTIA	1.031	1.089	1.083	919	772	-29,11
DIADEMA	2.577	2.389	2.549	2.401	2.986	24,99
EMBU	792	843	873	849	860	2,02
EMBU-GUAÇU	226	194	295	153	155	-20,10
FERRAZ DE VASCONCELOS	702	791	676	667	740	-6,45
FRANCISCO MORATO	512	422	521	428	444	5,21
FRANCO DA ROCHA	443	424	431	357	447	5,42
GUARAREMA	76	46	38	46	52	13,04
GUARULHOS	6.537	5.911	5.403	5.474	6.074	2,76
ITAPECERICA DA SERRA	558	551	609	502	596	8,17
ITAPEVI	950	830	865	640	771	-7,11
ITAQUAQUECETUBA	1.846	1.301	1.174	1.168	1.340	3,00
JANDIRA	524	523	508	488	432	-17,40
JUQUITIBA	43	68	39	26	49	-27,94
MAIRIPORÃ	145	210	196	171	184	-12,38
MAUÁ	1.831	1.718	1.690	1.613	1.920	11,76
MOGI DAS CRUZES	1.312	1.684	1.398	1.257	1.420	-15,68
OSASCO	4.713	4.637	4.621	4.182	4.287	-7,55
PIRAPORA DO BOM JESUS	26	17	14	19	32	88,24
POÁ	471	595	607	602	659	10,76
RIBEIRÃO PIRES	481	433	525	505	560	29,33
RIO GRANDE DA SERRA	110	110	93	104	109	-0,91
SALESÓPOLIS	20	11	9	10	9	-18,18
SANTA ISABEL	144	144	132	149	236	63,89
SANTANA DE PARNAÍBA	174	176	209	211	195	10,80
SANTO ANDRÉ	7.067	6.026	6.295	6.097	6.271	4,07
SÃO BERNARDO DO CAMPO	5.386	5.288	5.481	5.062	5.665	7,13
SÃO CAETANO DO SUL	1.316	1.142	1.190	1.150	1.255	9,89
SÃO LOURENÇO SERRA	17	16	27	24	31	93,75
SÃO PAULO	110.098	108.815	112.031	120.654	132.410	21,68
SUZANO	1.085	1.009	933	891	1.089	7,93
TABOÃO DA SERRA	1.290	1.213	1.404	1.375	1.471	21,27
VARGEM GRANDE PAULISTA	148	177	111	143	111	-37,29
RMSP-CAPITAL	46.708	43.094	42.865	40.744	44.513	3,29
TOTAL RMSP	156.806	151.909	154.896	161.398	176.923	16,47

Fonte: SSP-SP

**QUADRO 4 – FURTOS, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	82	187	423	405	578	209,09
BARUERI	1.326	1.385	1.594	1.614	1.980	42,96
BIRITIBA MIRIM	207	208	102	82	203	-2,40
CAIEIRAS	298	279	415	407	705	152,69
CAJAMAR	276	371	441	438	521	40,43
CARAPICUIBA	1.747	1.557	2.222	2.225	2.120	36,16
COTIA	1.177	1.393	1.454	1.527	1.652	18,59
DIADEMA	1.992	1.865	2.391	2.743	2.941	57,69
EMBU	673	697	765	937	1.054	51,22
EMBU-GUAÇU	481	415	557	521	579	39,52
FERRAZ DE VASCONCELOS	585	625	790	787	870	39,20
FRANCISCO MORATO	447	469	768	768	1.539	228,14
FRANCO DA ROCHA	457	613	839	747	1.282	109,14
GUARAREMA	202	194	250	264	305	57,22
GUARULHOS	4.198	4.764	6.487	7.511	7.984	67,59
ITAPECERICA DA SERRA	516	543	734	736	896	65,01
ITAPEVI	784	1.112	1.295	1.182	1.525	37,14
ITAQUAQUECETUBA	1.175	1.086	1.332	1.647	2.112	94,48
JANDIRA	506	602	676	752	811	34,72
JUQUITIBA	267	350	335	377	511	46,00
MAIRIPORÃ	513	618	913	850	1.052	70,23
MAUÁ	1.984	2.123	2.626	2.666	3.185	50,02
MOGI DAS CRUZES	3.144	3.602	4.234	4.477	4.695	30,34
OSASCO	5.966	5.407	4.896	4.781	5.797	7,21
PIRAPORA DO BOM JESUS	113	114	133	142	246	115,79
POÁ	792	731	856	869	1.068	46,10
RIBEIRÃO PIRES	819	999	1.206	1.132	1.227	22,82
RIO GRANDE DA SERRA	215	248	312	351	413	66,53
SALESÓPOLIS	111	101	97	152	170	68,32
SANTA ISABEL	355	317	581	658	790	149,21
SANTANA DE PARNAÍBA	331	455	541	556	814	78,90
SANTO ANDRÉ	6.120	5.706	6.474	7.317	8.199	43,69
SÃO BERNARDO DO CAMPO	5.687	5.019	6.740	6.644	7.618	51,78
SÃO CAETANO DO SUL	1.402	1.494	1.868	2.022	2.210	47,93
SÃO LOURENÇO SERRA	82	101	106	134	158	56,44
SÃO PAULO	111.829	107.555	115.380	126.099	142.694	32,67
SUZANO	1.720	2.022	2.171	2.233	2.931	44,96
TABOÃO DA SERRA	1.051	970	1.162	1.338	1.527	57,42
VARGEM GRANDE PAULISTA	306	291	306	381	401	37,80
RMSP-CAPITAL	48.107	49.033	59.092	62.373	72.669	48,20
TOTAL RMSP	159.936	156.588	174.472	188.472	215.363	37,53

Fonte: SSP-SP

**QUADRO 5 - HOMICÍDIOS DOLOSOS POR 100 MIL HABITANTES, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03 (%)</b>
ARUJÁ	32,01	59,14	37,27	12,55	28,86	-51,19
BARUERI	57,57	47,53	42,76	37,85	44,37	-6,66
BIRITIBA MIRIM	13,42	4,06	3,94	7,67	7,47	84,28
CAIEIRAS	20,39	16,85	16,05	12,82	19,72	17,05
CAJAMAR	31,87	31,52	26,73	14,72	19,64	-37,69
CARAPICUIBA	43,35	49,33	55,55	44,77	43,48	-11,86
COTIA	44,99	41,61	52,92	53,89	50,07	20,31
DIADEMA	107,44	75,90	65,63	54,08	44,23	-41,72
EMBU	71,10	73,20	92,48	74,13	54,57	-25,45
EMBU-GUAÇU	72,58	47,44	57,42	73,46	47,41	-0,05
FERRAZ DE VASCONCELOS	36,62	60,40	34,47	46,68	47,25	-21,78
FRANCISCO MORATO	75,08	50,85	45,22	42,29	44,27	-12,94
FRANCO DA ROCHA	33,96	30,52	37,02	40,75	50,40	65,13
GUARAREMA	11,09	13,70	8,94	8,80	30,28	121,09
GUARULHOS	54,75	47,82	46,47	51,83	42,05	-12,07
ITAPECERICA DA SERRA	84,47	75,57	77,32	46,06	60,73	-19,63
ITAPEVI	94,25	70,18	67,41	65,56	47,99	-31,62
ITAQUAQUECETUBA	67,19	75,47	73,18	65,95	53,88	-28,60
JANDIRA	63,46	49,02	51,43	50,04	42,67	-12,95
JUQUITIBA	43,48	30,24	14,66	21,56	49,20	62,71
MAIRIPORÃ	48,82	36,60	24,14	26,42	33,17	-9,37
MAUÁ	49,06	45,96	49,53	47,65	37,45	-18,50
MOGI DAS CRUZES	15,63	15,44	11,88	16,36	18,69	21,01
OSASCO	32,75	37,08	49,91	53,70	40,67	9,68
PIRAPORA DO BOM JESUS	25,67	32,27	15,53	22,51	14,53	-54,96
POÁ	19,05	12,53	18,35	17,02	20,63	64,67
RIBEIRÃO PIRES	21,27	28,71	20,62	22,10	24,44	-14,87
RIO GRANDE DA SERRA	59,74	37,75	21,54	12,95	15,26	-59,56
SALESÓPOLIS	6,77	13,93	20,42	0,00	0,00	-100,00
SANTA ISABEL	13,78	27,43	11,29	35,59	19,77	-27,92
SANTANA DE PARNAÍBA	61,41	76,17	35,33	44,78	45,22	-40,64
SANTO ANDRÉ	40,31	43,12	32,65	29,72	28,67	-33,52
SÃO BERNARDO DO CAMPO	48,40	52,48	36,78	34,57	34,22	-34,79
SÃO CAETANO DO SUL	12,75	12,84	14,39	7,96	9,47	-26,26
SÃO LOURENÇO SERRA	62,03	32,79	31,35	0,00	7,33	-77,65
SÃO PAULO	54,35	51,05	49,28	43,69	39,97	-21,70
SUZANO	39,91	38,04	34,60	32,87	31,97	-15,95
TABOÃO DA SERRA	47,58	40,48	61,87	50,60	40,63	0,37
VARGEM GRANDE PAULISTA	10,14	48,96	43,36	33,13	10,56	-78,42
RMSP-CAPITAL	49,06	46,83	44,79	42,73	38,14	-18,54
TOTAL RMSP	52,10	49,29	47,39	43,28	39,19	-20,49

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

**QUADRO 6 - ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULOS POR 100 MIL HABITANTES,  
RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	652,57	625,16	549,30	326,42	296,24	-52,61
BARUERI	577,19	447,47	408,72	404,30	417,41	-6,72
BIRITIBA MIRIM	98,41	89,24	11,81	69,00	93,44	4,70
CAIEIRAS	196,10	160,07	210,04	192,34	150,38	-6,05
CAJAMAR	184,85	153,66	127,91	114,09	87,49	-43,06
CARAPICUIBA	379,24	347,07	337,28	327,63	326,94	-5,80
COTIA	719,08	794,70	768,92	670,79	398,06	-49,91
DIADEMA	1.014,10	972,93	807,91	672,63	667,00	-31,44
EMBU	449,55	566,78	433,77	387,58	292,06	-48,47
EMBU-GUAÇU	537,96	441,00	550,53	372,18	322,41	-26,89
FERRAZ DE VASCONCELOS	322,37	391,92	318,32	314,92	354,38	-9,58
FRANCISCO MORATO	104,79	55,33	50,25	83,20	29,51	-46,67
FRANCO DA ROCHA	114,72	196,07	168,84	170,99	123,39	-37,07
GUARAREMA	293,84	315,01	268,32	237,54	168,71	-46,44
GUARULHOS	668,96	649,75	606,02	479,67	425,86	-34,46
ITAPECERICA DA SERRA	507,61	576,01	510,03	349,04	311,33	-45,95
ITAPEVI	248,24	290,58	222,35	213,93	193,63	-33,37
ITAQUAQUECETUBA	329,67	372,61	325,62	241,16	271,38	-27,17
JANDIRA	389,13	347,47	340,04	285,92	286,78	-17,47
JUQUITIBA	247,83	317,47	337,28	132,97	137,04	-56,83
MAIRIPORÃ	356,23	267,84	431,31	220,65	152,28	-43,15
MAUÁ	599,65	682,46	599,24	642,70	616,96	-9,60
MOGI DAS CRUZES	236,74	248,30	264,99	240,18	241,50	-2,74
OSASCO	718,76	753,46	812,22	635,05	539,80	-28,36
PIRAPORA DO BOM JESUS	119,79	112,95	155,30	90,02	65,40	-42,10
POÁ	391,10	371,60	306,81	289,27	338,87	-8,81
RIBEIRÃO PIRES	431,01	594,21	522,96	775,37	654,36	10,12
RIO GRANDE DA SERRA	93,51	80,88	105,01	106,21	137,37	69,84
SALESÓPOLIS	94,72	34,83	74,86	60,05	124,35	257,05
SANTA ISABEL	434,05	500,69	483,04	395,97	366,92	-26,72
SANTANA DE PARNAÍBA	195,24	164,38	145,09	137,97	99,71	-39,34
SANTO ANDRÉ	1.995,48	2.070,44	1.819,25	1.730,43	1.575,48	-23,91
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1.226,47	1.197,00	1.107,15	942,81	887,46	-25,86
SÃO CAETANO DO SUL	2.351,45	1.573,93	1.937,52	1.597,82	1.198,32	-23,86
SÃO LOURENÇO SERRA	567,12	541,03	297,85	212,31	168,55	-68,85
SÃO PAULO	1.145,58	1.170,99	1.034,86	908,49	869,91	-25,71
SUZANO	424,70	360,31	372,59	320,89	310,94	-13,70
TABOÃO DA SERRA	733,49	779,18	668,15	645,59	580,26	-25,53
VARGEM GRANDE PAULISTA	307,65	480,37	407,54	356,18	295,81	-38,42
RMSP-CAPITAL	752,88	748,48	692,47	605,23	545,34	-27,14
TOTAL RMSP	978,83	995,06	890,77	780,03	731,37	-26,50

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

**QUADRO 7 - ROUBOS POR 100 MIL HABITANTES, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	549,44	402,13	369,44	354,67	472,46	17,49
BARUERI	612,21	453,71	442,28	398,52	523,37	15,35
BIRITIBA MIRIM	183,40	121,69	47,25	53,67	78,49	-35,50
CAIEIRAS	376,52	310,30	254,18	320,56	255,16	-17,77
CAJAMAR	269,84	248,22	248,19	174,82	208,90	-15,84
CARAPICUIBA	604,67	448,64	382,86	442,34	390,79	-12,89
COTIA	736,22	730,94	707,51	582,66	477,18	-34,72
DIADEMA	769,08	669,07	702,86	652,52	800,51	19,65
EMBU	356,40	405,95	409,83	388,50	384,64	-5,25
EMBU-GUAÇU	482,45	340,85	498,18	249,76	244,97	-28,13
FERRAZ DE VASCONCELOS	504,02	555,57	456,86	438,53	472,50	-14,95
FRANCISCO MORATO	422,45	315,54	373,99	296,75	297,79	-5,62
FRANCO DA ROCHA	406,56	392,15	389,15	316,29	388,42	-0,95
GUARAREMA	421,36	210,01	169,94	202,35	224,94	7,11
GUARULHOS	596,51	551,03	488,49	483,29	523,41	-5,01
ITAPECERICA DA SERRA	440,51	424,88	452,78	361,28	416,04	-2,08
ITAPEVI	630,55	510,98	511,52	368,05	430,22	-15,80
ITAQUAQUECETUBA	681,50	476,66	411,05	395,05	437,61	-8,19
JANDIRA	627,40	569,67	533,14	498,31	428,68	-24,75
JUQUITIBA	186,96	257,00	142,98	93,44	172,18	-33,00
MAIRIPORÃ	262,20	349,35	315,44	265,72	277,42	-20,59
MAUÁ	488,20	472,77	454,95	426,97	499,40	5,63
MOGI DAS CRUZES	386,80	509,93	415,31	367,28	408,25	-19,94
OSASCO	714,52	710,55	698,93	623,86	631,76	-11,09
PIRAPORA DO BOM JESUS	222,47	137,15	108,71	142,54	232,54	69,55
POÁ	527,81	621,08	618,72	602,57	647,29	4,22
RIBEIRÃO PIRES	444,88	414,32	492,03	465,03	506,83	22,33
RIO GRANDE DA SERRA	285,74	296,57	250,40	269,40	277,29	-6,50
SALESÓPOLIS	135,31	76,62	61,25	66,72	58,90	-23,12
SANTA ISABEL	330,71	329,22	297,95	331,46	518,52	57,50
SANTANA DE PARNAÍBA	273,97	235,21	263,69	255,37	226,09	-3,87
SANTO ANDRÉ	1.121,62	928,03	965,04	929,23	951,17	2,49
SÃO BERNARDO DO CAMPO	744,81	752,02	763,59	691,67	760,24	1,09
SÃO CAETANO DO SUL	987,08	814,79	856,16	832,20	914,22	12,20
SÃO LOURENÇO SERRA	150,64	131,16	211,63	181,98	227,17	73,21
SÃO PAULO	1.104,46	1.042,86	1.067,05	1.138,24	1.240,14	18,92
SUZANO	555,17	441,21	393,69	366,09	435,24	-1,35
TABOÃO DA SERRA	653,00	613,73	694,88	668,95	703,10	14,56
VARGEM GRANDE PAULISTA	500,35	541,57	320,83	394,83	293,17	-45,87
RMSP-CAPITAL	634,92	578,87	561,87	522,98	559,81	-3,29
TOTAL RMSP	905,08	849,66	854,45	877,60	949,75	11,78

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

**QUADRO 8 - FURTOS POR 100 MIL HABITANTES, RMSP, 1999-2003**

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>00/03(%)</b>
ARUJÁ	145,81	315,96	685,41	635,57	878,09	177,91
BARUERI	636,20	664,97	732,84	718,67	852,90	28,26
BIRITIBA MIRIM	925,93	843,71	401,65	314,33	758,71	-10,07
CAIEIRAS	467,51	391,74	555,19	521,88	869,02	121,84
CAJAMAR	586,42	730,88	841,92	805,99	930,24	27,28
CARAPICUIBA	488,60	451,83	632,97	622,52	583,43	29,13
COTIA	840,47	934,98	949,89	968,14	1.021,11	9,21
DIADEMA	594,49	522,32	659,29	745,46	788,44	50,95
EMBU	302,85	335,64	359,13	428,76	471,41	40,45
EMBU-GUAÇU	1.026,81	729,14	940,62	850,47	915,07	25,50
FERRAZ DE VASCONCELOS	420,02	438,98	533,91	517,42	555,51	26,55
FRANCISCO MORATO	368,82	350,69	551,30	532,49	1.032,22	194,34
FRANCO DA ROCHA	419,41	566,95	757,53	661,82	1.114,00	96,49
GUARAREMA	1.119,92	885,68	1.118,02	1.161,31	1.319,38	48,97
GUARULHOS	383,07	444,11	586,49	663,14	688,00	54,92
ITAPECERICA DA SERRA	407,35	418,71	545,72	529,68	625,46	49,38
ITAPEVI	520,37	684,59	765,80	679,74	850,96	24,30
ITAQUAQUECETUBA	433,78	397,89	466,37	557,06	689,72	73,35
JANDIRA	605,85	655,72	709,46	767,89	804,77	22,73
JUQUITIBA	1.160,87	1.322,80	1.228,14	1.354,90	1.795,63	35,74
MAIRIPORÃ	927,65	1.028,10	1.469,36	1.320,82	1.586,10	54,28
MAUÁ	528,99	584,22	706,92	705,70	828,43	41,80
MOGI DAS CRUZES	926,90	1.090,72	1.257,81	1.308,12	1.349,82	23,76
OSASCO	904,48	828,54	740,52	713,21	854,28	3,11
PIRAPORA DO BOM JESUS	966,89	919,73	1.032,77	1.065,27	1.787,66	94,37
POÁ	887,53	763,04	872,53	869,83	1.049,02	37,48
RIBEIRÃO PIRES	757,51	955,91	1.130,26	1.042,41	1.110,51	16,17
RIO GRANDE DA SERRA	558,49	668,63	840,04	909,23	1.050,65	57,14
SALESÓPOLIS	750,96	703,49	660,13	1.014,21	1.112,57	58,15
SANTA ISABEL	815,29	724,74	1.311,42	1.463,75	1.735,73	139,50
SANTANA DE PARNAÍBA	521,18	608,06	682,56	672,92	943,80	55,21
SANTO ANDRÉ	971,32	878,75	992,48	1.115,17	1.243,60	41,52
SÃO BERNARDO DO CAMPO	786,44	713,76	938,99	907,83	1.022,33	43,23
SÃO CAETANO DO SUL	1.051,59	1.065,93	1.343,96	1.463,22	1.609,90	51,03
SÃO LOURENÇO SERRA	726,63	827,94	830,85	1.016,08	1.157,85	39,85
SÃO PAULO	1.121,83	1.030,79	1.098,95	1.189,61	1.336,46	29,65
SUZANO	880,09	884,17	916,08	917,47	1.171,42	32,49
TABOÃO DA SERRA	532,02	490,78	575,11	650,95	729,86	48,71
VARGEM GRANDE PAULISTA	1.034,52	890,37	884,44	1.051,96	1.059,11	18,95
RMSP-CAPITAL	653,94	658,65	774,58	800,61	913,91	38,75
TOTAL RMSP	923,15	875,84	962,44	1.024,82	1.156,10	32,00

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

**ANEXO 2 - QUADROS: ESTATÍSTICAS CRIMINAIS, CAPITAL, RMSP E INTERIOR, ESTADO DE SÃO PAULO, 1999-2003.**

**HOMICÍDIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	4.778	4.814	5.418	5.327	5.174	4.631	4.268
RMSP-Capital	2.770	3.498	3.609	3.486	3.417	3.329	3.033
RMSP	7.548	8.312	9.027	8.813	8.591	7.960	7.301
Interior	3.019	3.549	3.791	3.825	3.884	3.887	3.652
Estado - Total	10.567	11.861	12.818	12.638	12.475	11.847	10.953

Fonte: Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

**HOMICÍDIOS/100 MIL HAB, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	48,32	48,49	54,35	51,05	49,28	43,69	39,97
RMSP-Capital	39,73	48,82	49,06	46,83	44,79	42,73	38,14
RMSP	44,77	48,63	52,10	49,29	47,39	43,28	39,19
Interior	16,87	19,51	20,50	19,97	19,92	19,64	18,68
Estado - Total	30,41	33,62	35,79	34,13	33,15	31,03	28,69

Fonte: ISPCV, com dados da SSP-SP e IBGE

**ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULO, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital			114.197	122.184	108.651	96.269	92.880
RMSP-Capital			55.386	55.720	52.828	47.152	43.362
RMSP	105.585	133.376	169.583	177.904	161.479	143.421	136.242
Interior	33.085	42.672	52.191	57.132	53.469	47.925	49.913
Estado - Total	138.670	176.048	221.774	235.036	214.948	191.346	186.155

Fonte: Secretaria da Segurança Pública

**ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULO/100 MIL HAB., ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003**

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital			1.145,58	1.170,99	1.034,86	908,19	869,91
RMSP-Capital			752,88	748,48	692,47	605,23	545,34
RMSP	626,26	780,31	978,83	995,06	890,77	779,85	731,37
Interior	184,91	234,57	282,24	298,28	274,17	242,20	255,32
Estado - Total	399,03	498,95	619,19	634,68	571,21	501,20	487,60

Fonte: ISPCV, com dados da SSP-SP e IBGE

### ROUBOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	76.102	96.511	110.098	108.815	112.031	120.654	132.410
RMSP-Capital	30.623	36.895	46.708	43.094	42.865	40.744	44.513
RMSP	106.725	133.406	156.806	151.909	154.896	161.398	176.923
Interior	46.114	56.151	62.848	63.272	64.705	62.080	71.483
Estado - Total	152.839	189.557	219.654	215.181	219.601	223.478	248.406

Fonte: Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

### ROUBOS/100 MIL HAB., ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	769,67	972,09	1.104,46	1.042,86	1.067,05	1.138,24	1.240,14
RMSP-Capital	439,22	514,97	634,92	578,87	561,87	522,98	559,81
RMSP	633,02	780,49	905,08	849,66	854,45	877,60	949,75
Interior	257,73	308,67	339,87	330,34	331,79	313,74	365,66
Estado - Total	439,80	537,23	613,27	581,06	583,58	585,36	650,66

Fonte: ISPCV, com dados da SSP-SP e IBGE

### FURTOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	89.892	110.524	111.829	107.555	115.380	126.099	142.694
RMSP-Capital	33.722	39.055	48.107	49.033	59.092	62.373	72.669
RMSP	123.614	149.579	159.936	156.588	174.472	188.472	215.363
Interior	191.944	216.219	230.208	240.364	265.207	272.940	323.857
Estado - Total	315.558	365.798	390.144	396.952	439.679	461.412	539.220

Fonte: Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

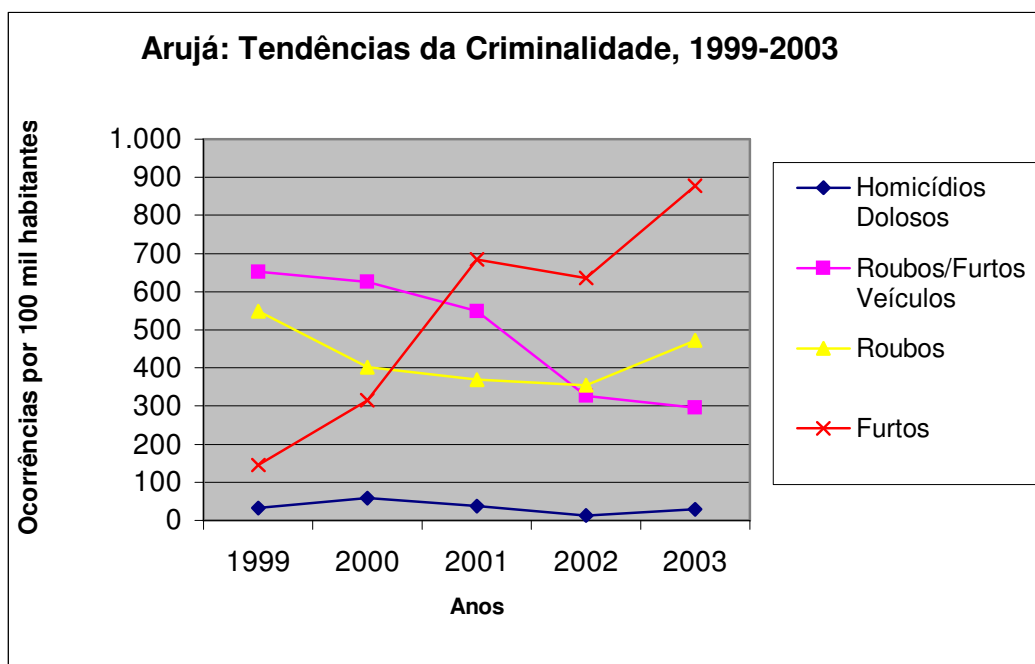
### FURTOS/100 MIL HAB., ESTADO DE SÃO PAULO, 1997-2003

LOCAL/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	909,14	1.113,23	1.121,83	1.030,79	1.098,95	1.189,61	1.336,46
RMSP-Capital	483,67	545,12	653,94	658,65	774,58	800,61	913,91
RMSP	733,19	875,11	923,15	875,84	962,44	1.024,82	1.156,10
Interior	1.072,77	1.188,58	1.244,93	1.254,92	1.359,89	1.379,39	1.656,62
Estado - Total	908,03	1.036,73	1.089,28	1.071,90	1.168,42	1.208,59	1.412,39

Fonte: ISPCV, com dados da SSP-SP e IBGE



**ANEXO 3 - GRÁFICOS: EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1999-2003**

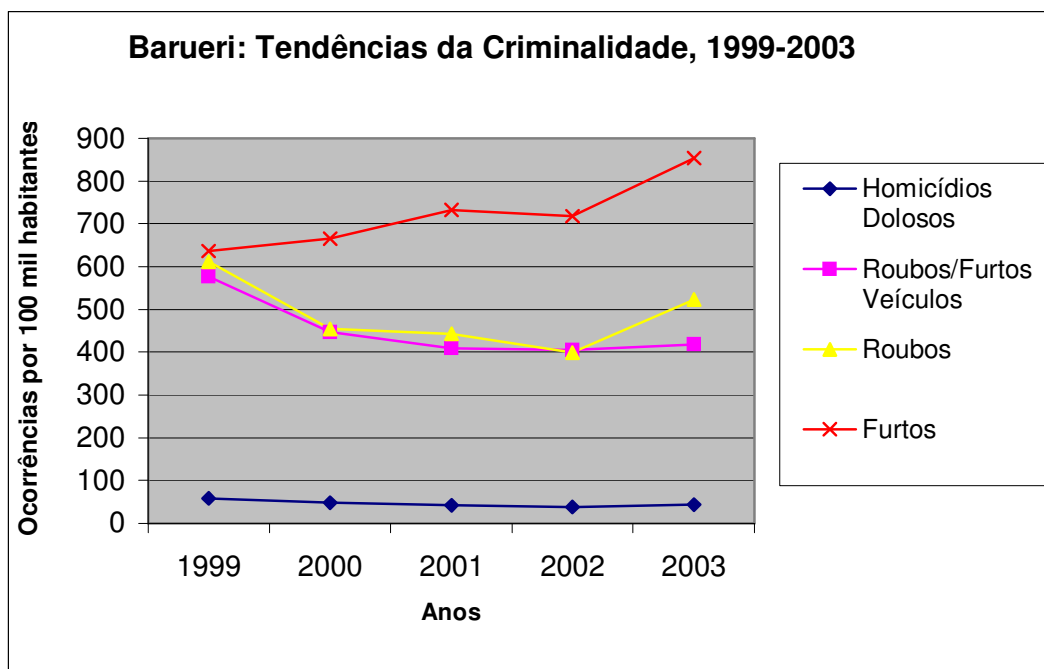


**ARUJÁ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	32,01	59,14	37,27	12,55	28,86
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	652,19	625,16	549,30	326,42	296,24
<b>Roubos</b>	549,44	402,13	369,44	354,67	472,46
<b>Furtos</b>	145,81	315,96	685,41	635,57	878,09

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

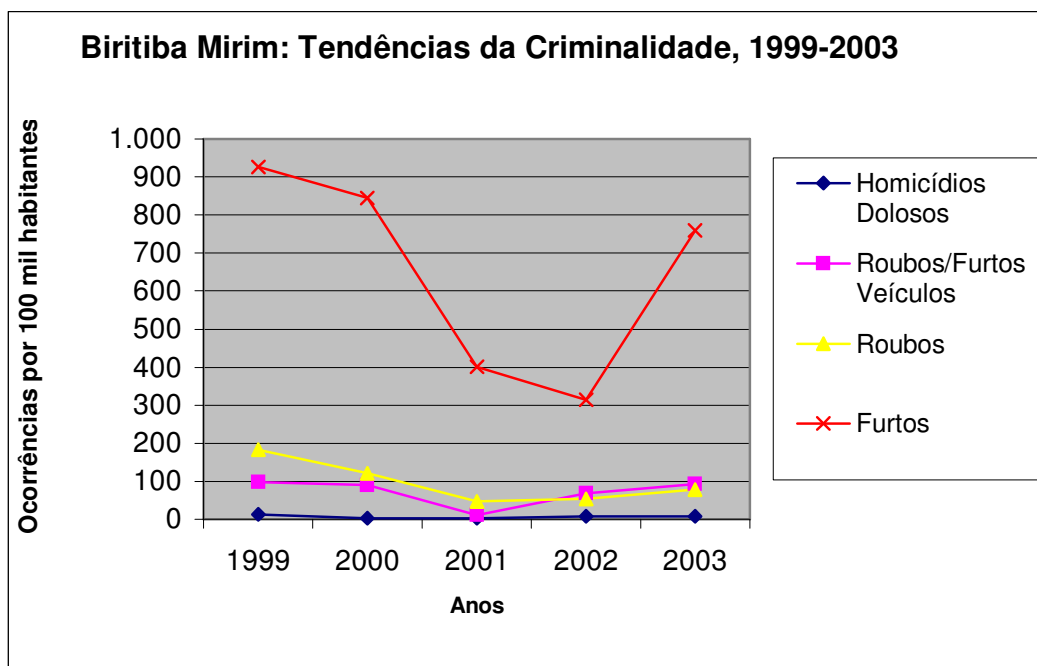


**Barueri: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	57,57	47,53	42,76	37,85	44,37
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	577,19	447,47	408,72	404,30	417,41
<b>Roubo</b>	612,21	453,71	442,28	398,52	523,37
<b>Furtos</b>	636,20	664,97	732,84	718,67	852,90

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

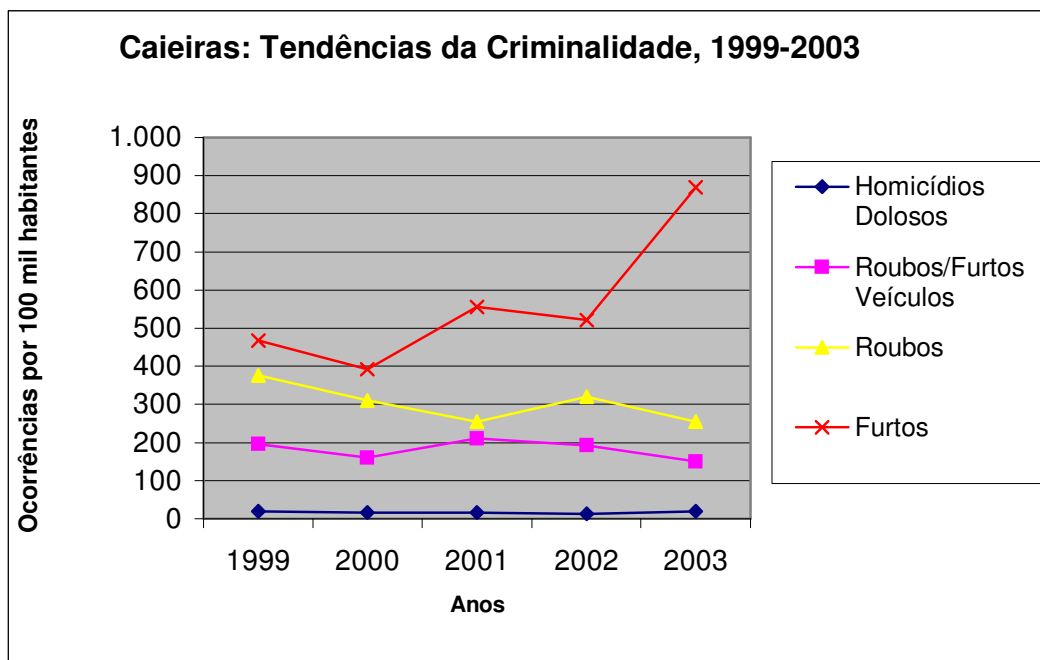


**Biritiba Mirim: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	13,42	4,06	3,94	7,67	7,47
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	98,41	89,24	11,81	69,00	93,44
<b>Roubo</b>	183,40	121,69	47,25	53,67	78,49
<b>Furtos</b>	925,93	843,71	401,65	314,33	758,71

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

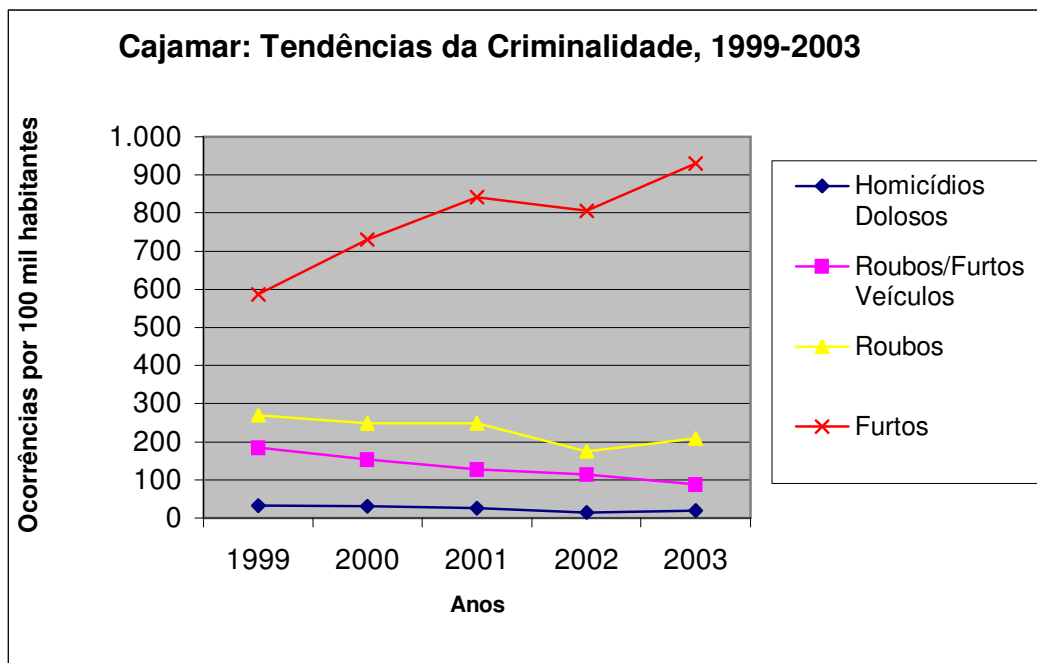


**Caieiras: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	20,39	16,85	16,05	12,82	19,72
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	196,10	160,07	210,04	192,34	150,38
<b>Roubo</b>	376,52	310,30	254,18	320,56	255,16
<b>Furtos</b>	467,51	391,74	555,19	521,88	869,02

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

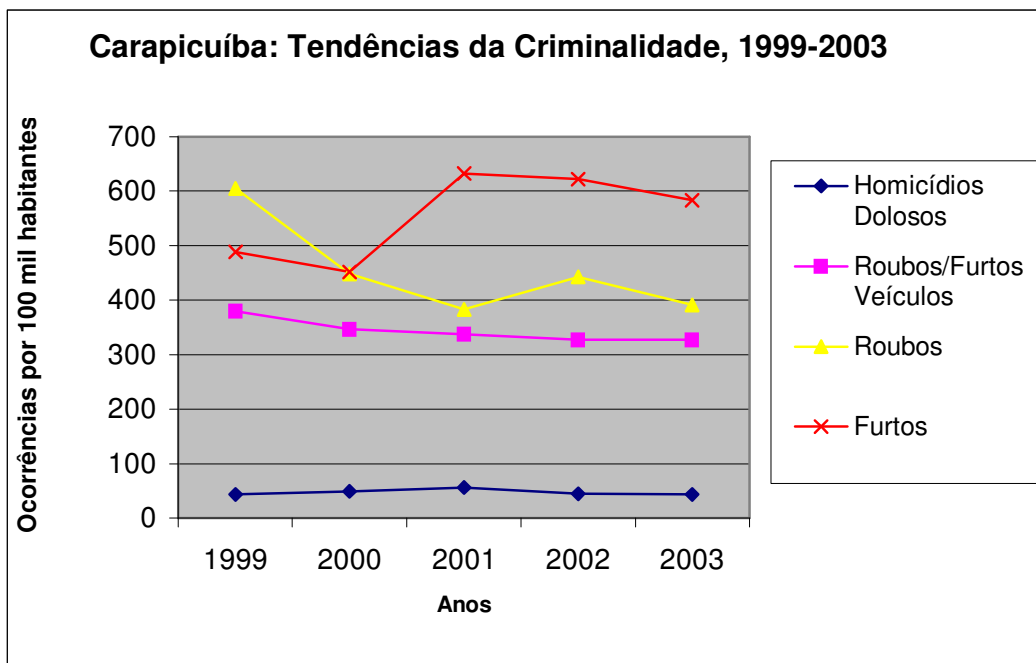


**Cajamar: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	31,87	31,52	26,73	14,72	19,64
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	184,85	153,66	127,91	114,09	87,49
<b>Roubos</b>	269,84	248,22	248,19	174,82	208,90
<b>Furtos</b>	586,42	730,88	841,92	805,99	930,24

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

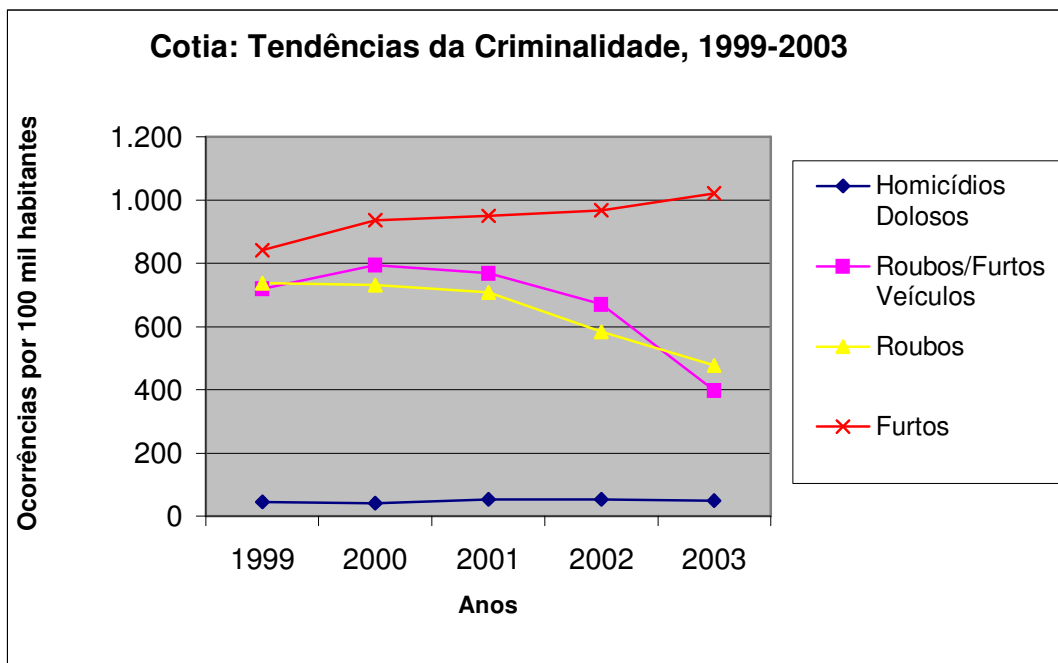


**Carapicuíba: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	43,35	49,33	55,55	44,77	43,48
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	379,24	347,07	337,28	327,63	326,94
<b>Roubos</b>	604,67	448,64	382,86	442,34	390,79
<b>Furtos</b>	488,60	451,83	632,97	622,52	583,43

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

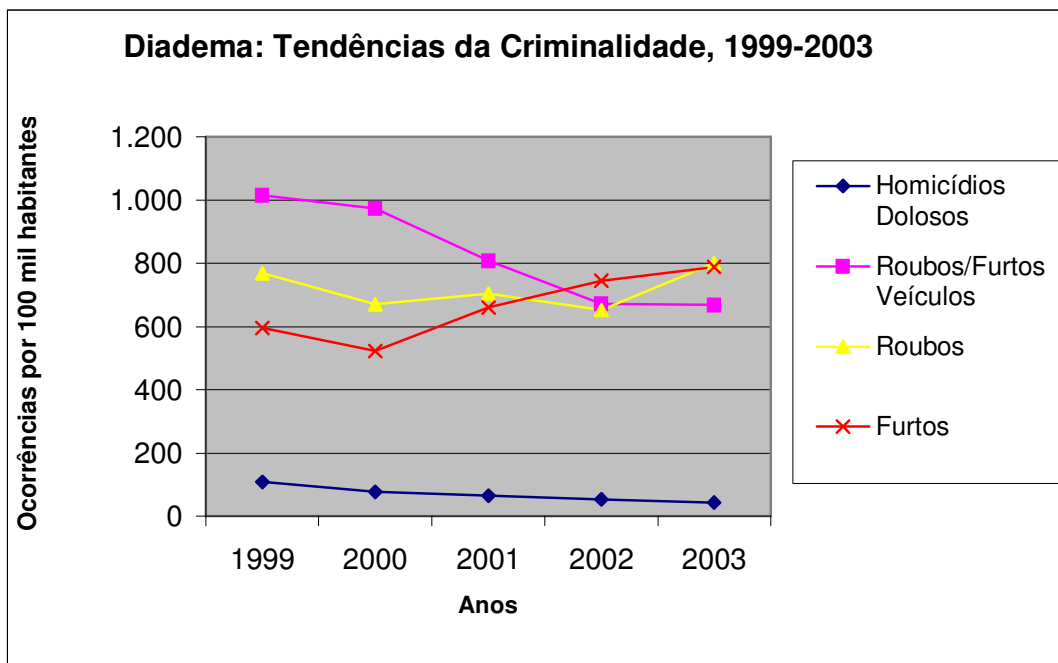


**Cotia: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	44,99	41,61	52,92	53,89	50,07
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	719,08	794,70	768,92	670,69	398,06
<b>Roubos</b>	736,22	730,94	707,51	582,66	477,18
<b>Furtos</b>	840,47	934,98	949,89	968,14	1.021,11

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



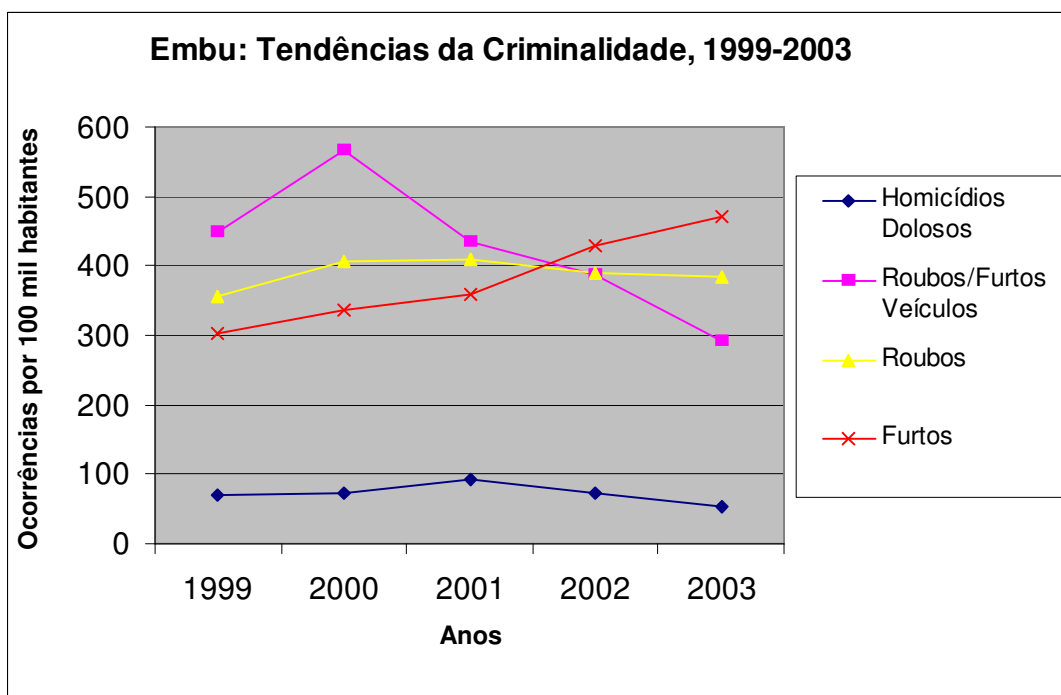
**Diadema: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	107,44	75,90	65,63	54,08	44,23
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.014,10	972,63	807,91	672,63	667,00
<b>Roubos</b>	769,08	669,07	702,86	652,52	800,51
<b>Furtos</b>	594,49	522,32	659,29	745,46	788,44

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



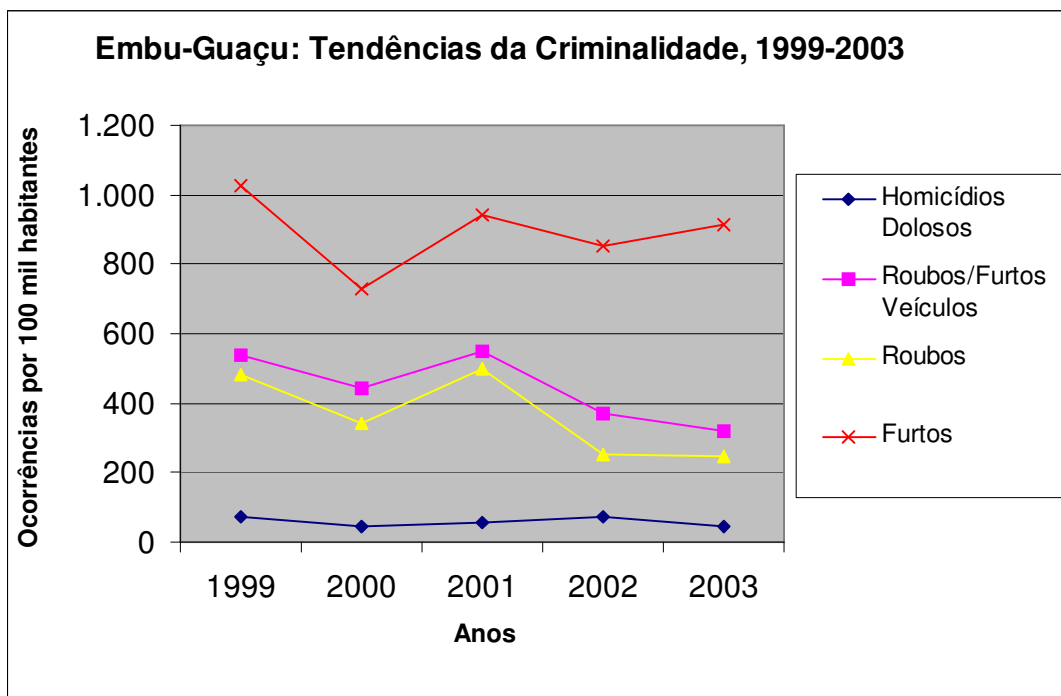


**Embu: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	71,10	73,20	92,48	74,13	54,57
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	449,55	566,78	433,77	387,58	292,06
<b>Roubos</b>	356,40	405,95	409,83	388,50	384,64
<b>Furtos</b>	302,85	335,64	359,13	428,76	471,41

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

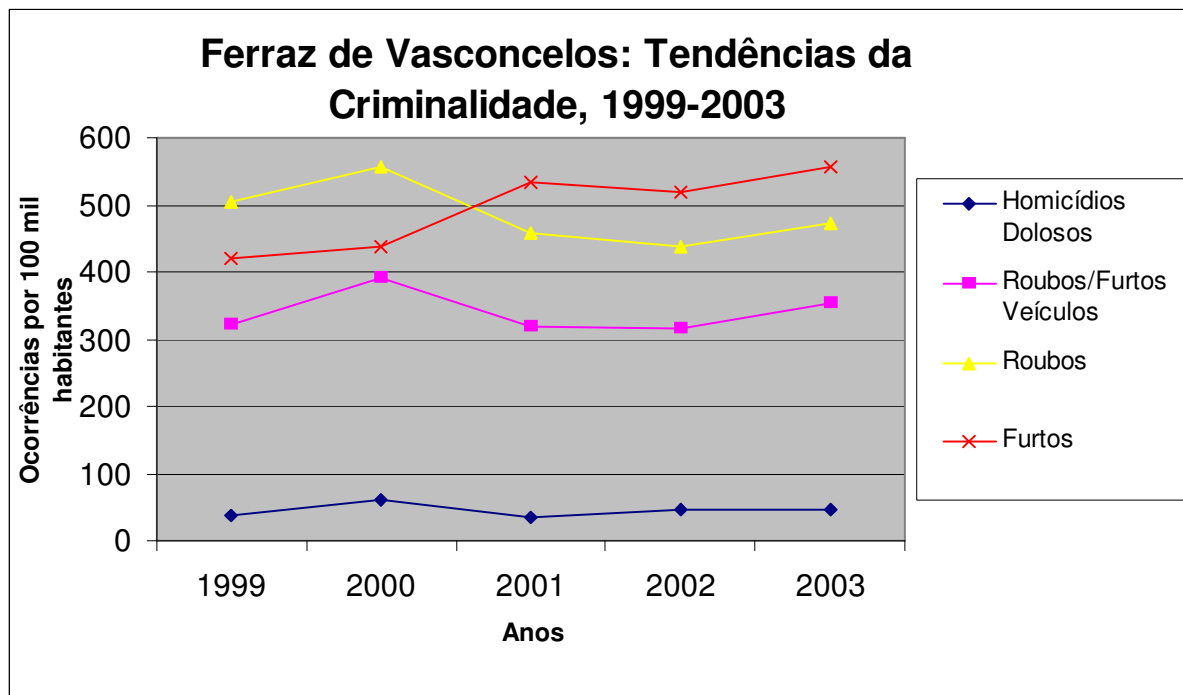


**Embu-Guaçu: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	72,58	47,44	57,42	73,46	47,41
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	537,96	441,00	550,53	372,18	322,41
<b>Roubos</b>	482,45	340,85	498,18	249,76	244,97
<b>Furtos</b>	1.026,81	729,14	940,62	850,47	915,07

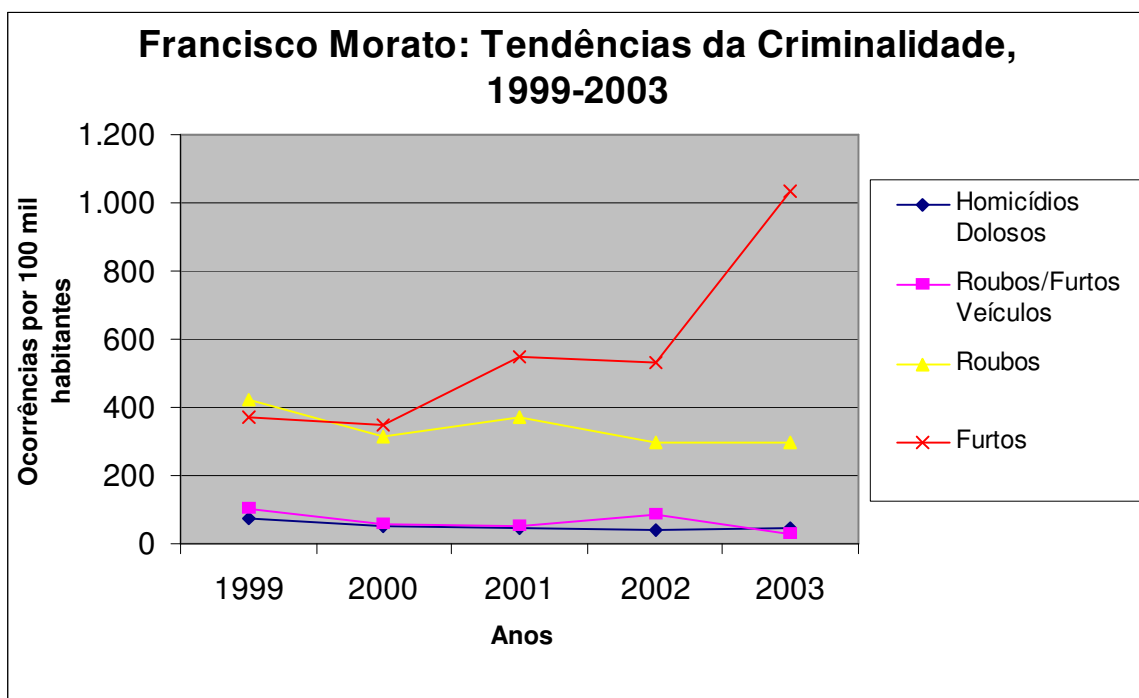
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



Ferraz de Vasconcelos: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	36,62	60,40	34,47	46,68	47,25
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	322,37	391,92	318,32	314,92	354,38
<b>Roubos</b>	504,02	555,57	456,86	438,53	472,50
<b>Furtos</b>	420,02	438,98	533,91	517,42	555,51

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE  
 Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

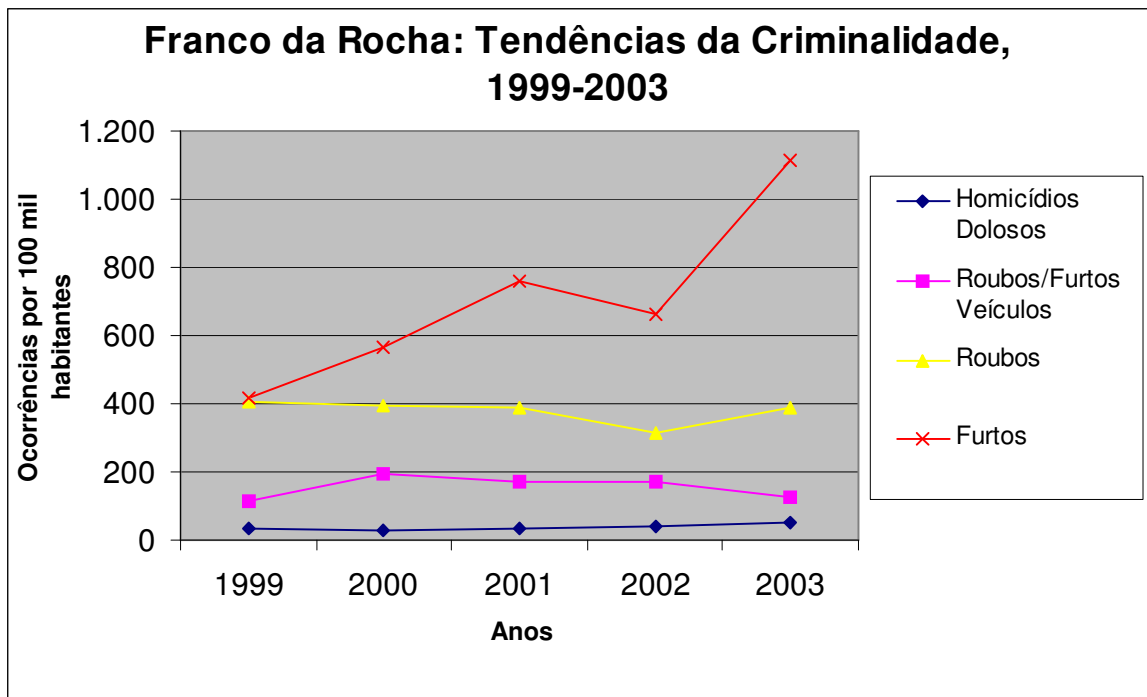


**Francisco Morato: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	75,08	50,85	45,22	42,29	44,27
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	104,79	55,33	50,25	83,20	29,51
<b>Roubos</b>	422,45	315,54	373,99	296,75	297,79
<b>Furtos</b>	368,82	350,69	551,30	532,49	1.032,22

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

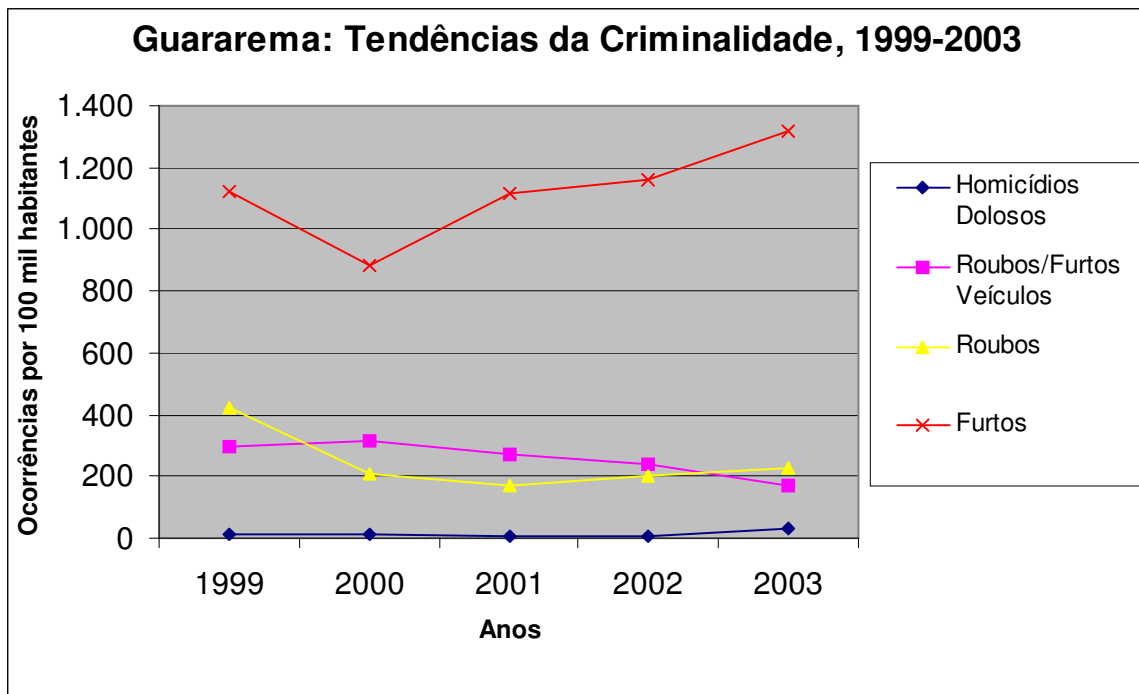


**Franco da Rocha: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	33,96	30,52	37,02	40,75	50,40
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	114,72	196,07	168,84	170,99	123,39
<b>Roubos</b>	406,56	392,15	389,15	316,29	388,42
<b>Furtos</b>	419,41	566,95	757,53	661,82	1.114,00

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

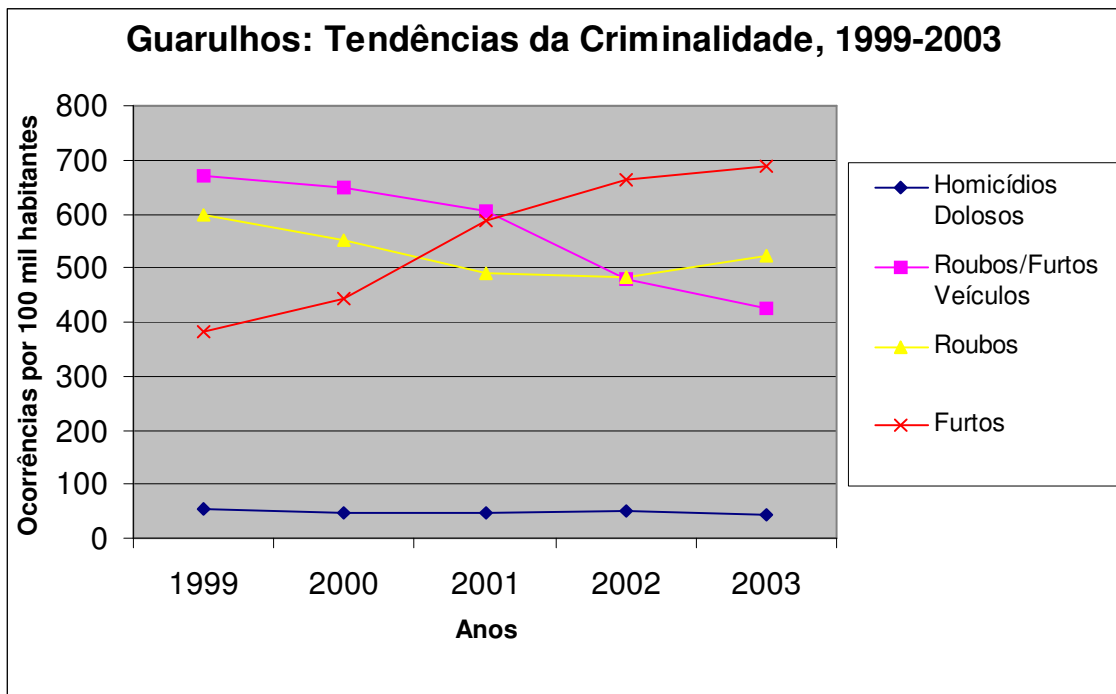


**Guararema: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	11,09	13,70	8,94	8,80	30,28
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	293,84	315,01	268,32	237,54	168,71
<b>Roubos</b>	421,36	210,01	169,94	202,35	224,94
<b>Furtos</b>	1.119,92	885,68	1.118,02	1.161,31	1.319,38

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

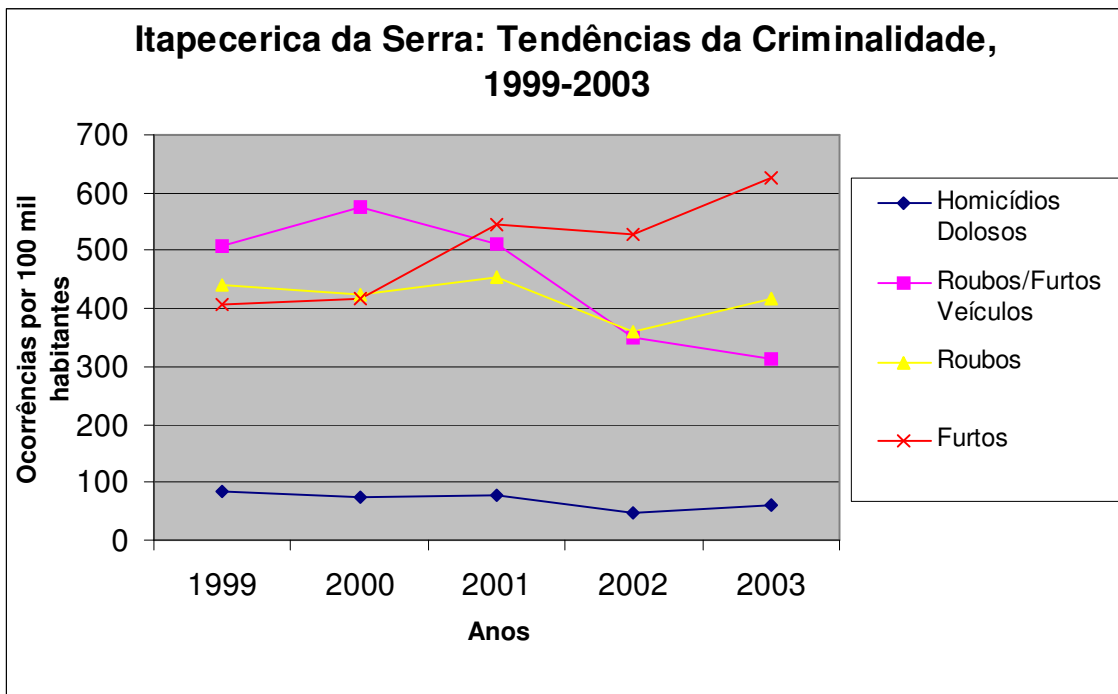


**Guarulhos: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	54,75	47,82	46,47	51,83	42,05
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	668,96	649,75	606,02	479,67	425,86
<b>Roubos</b>	596,51	551,03	488,49	483,29	523,41
<b>Furtos</b>	383,07	444,11	586,49	663,14	688,00

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



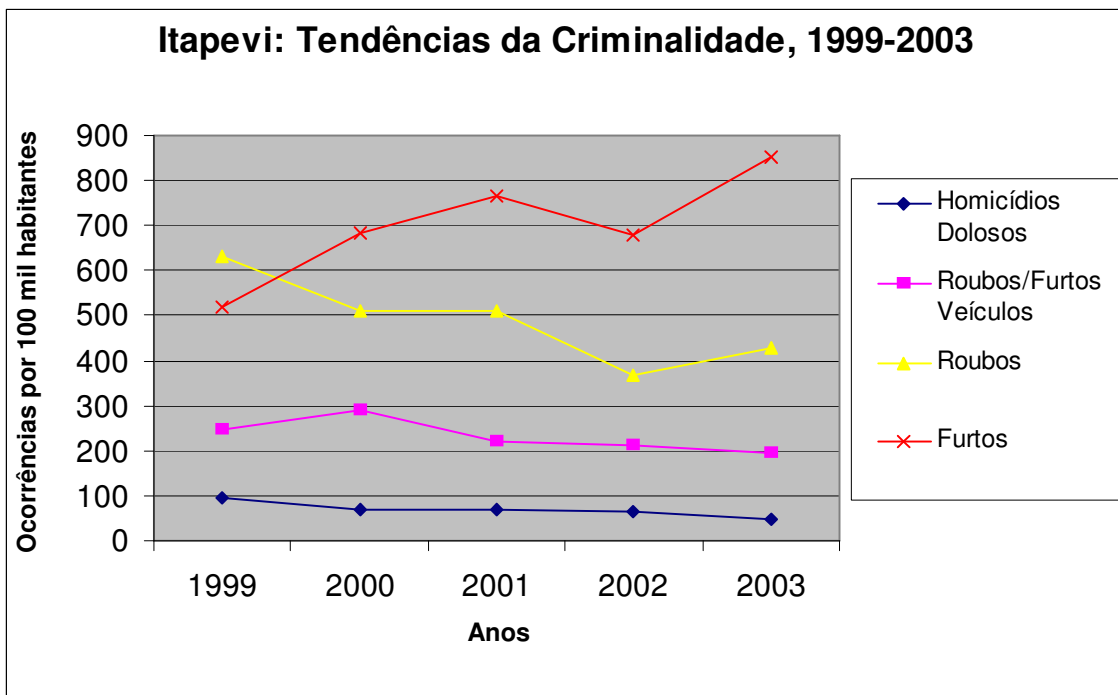
**Itapecerica da Serra: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	84,47	75,57	77,32	46,06	60,73
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	507,61	576,01	510,03	349,04	311,33
<b>Roubos</b>	440,51	424,88	452,78	361,28	416,04
<b>Furtos</b>	407,35	418,71	545,72	529,68	625,46

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



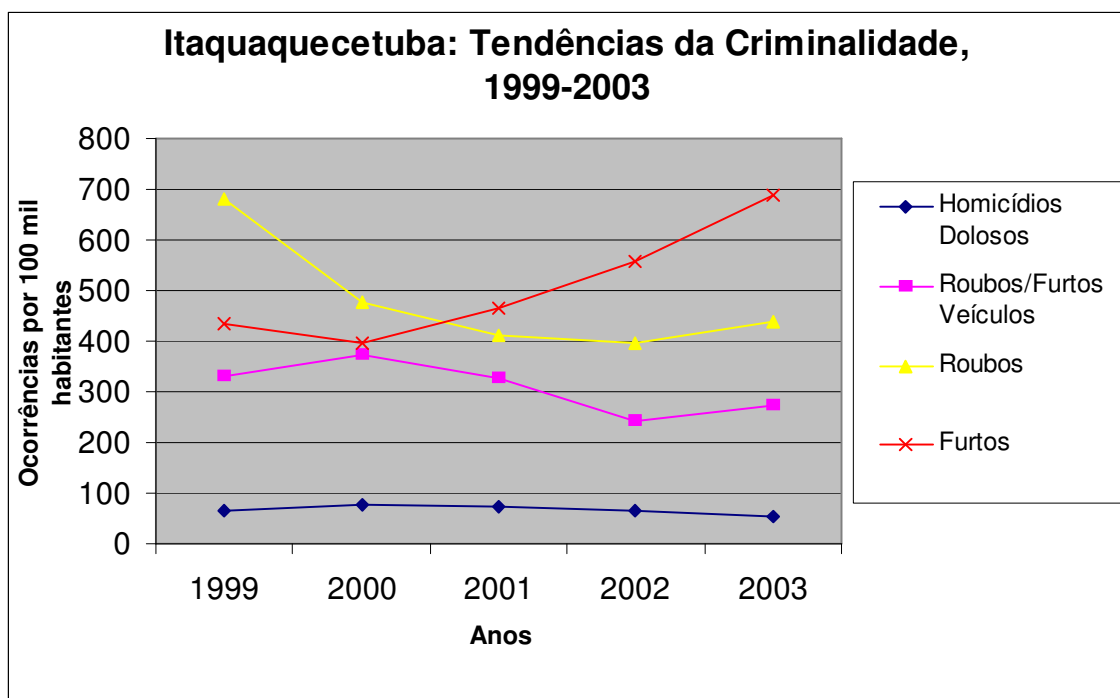


**Itapevi: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	94,25	70,18	67,41	65,56	47,99
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	248,24	290,58	222,35	213,93	193,63
<b>Roubos</b>	630,55	510,98	511,52	368,05	430,22
<b>Furtos</b>	520,37	684,59	765,80	679,74	850,96

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

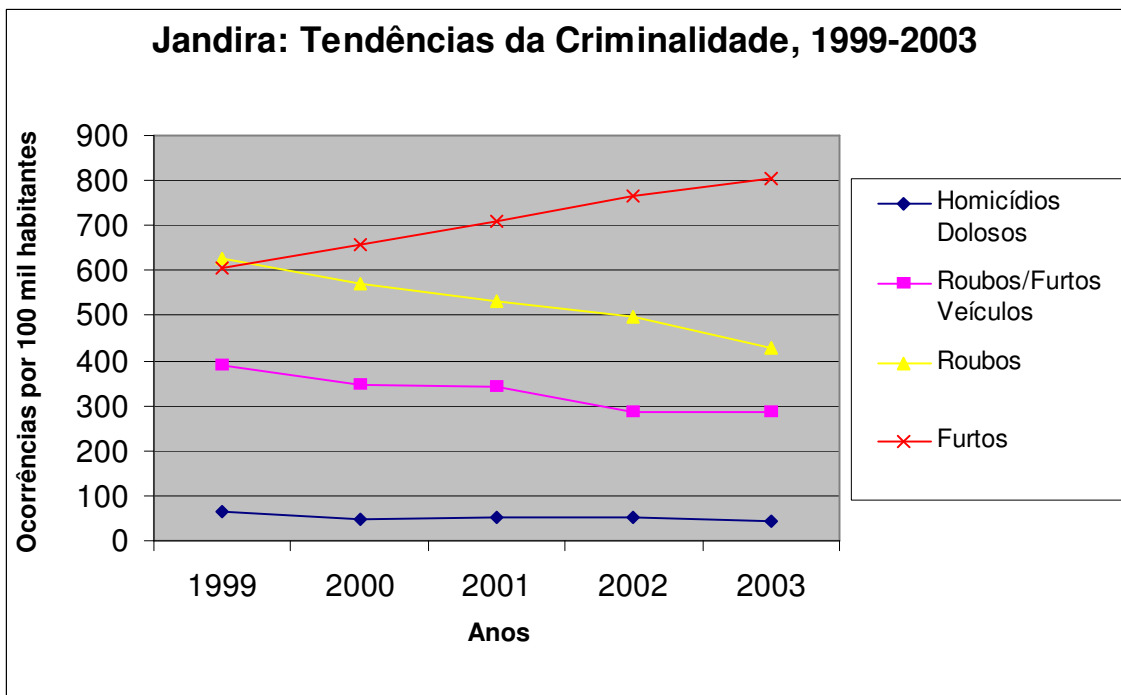


**Itaquaquecetuba: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	67,19	75,47	73,18	65,95	53,88
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	329,67	372,61	325,62	241,16	271,38
<b>Roubos</b>	681,50	476,66	411,05	395,05	437,61
<b>Furtos</b>	433,78	397,89	466,37	557,06	689,72

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

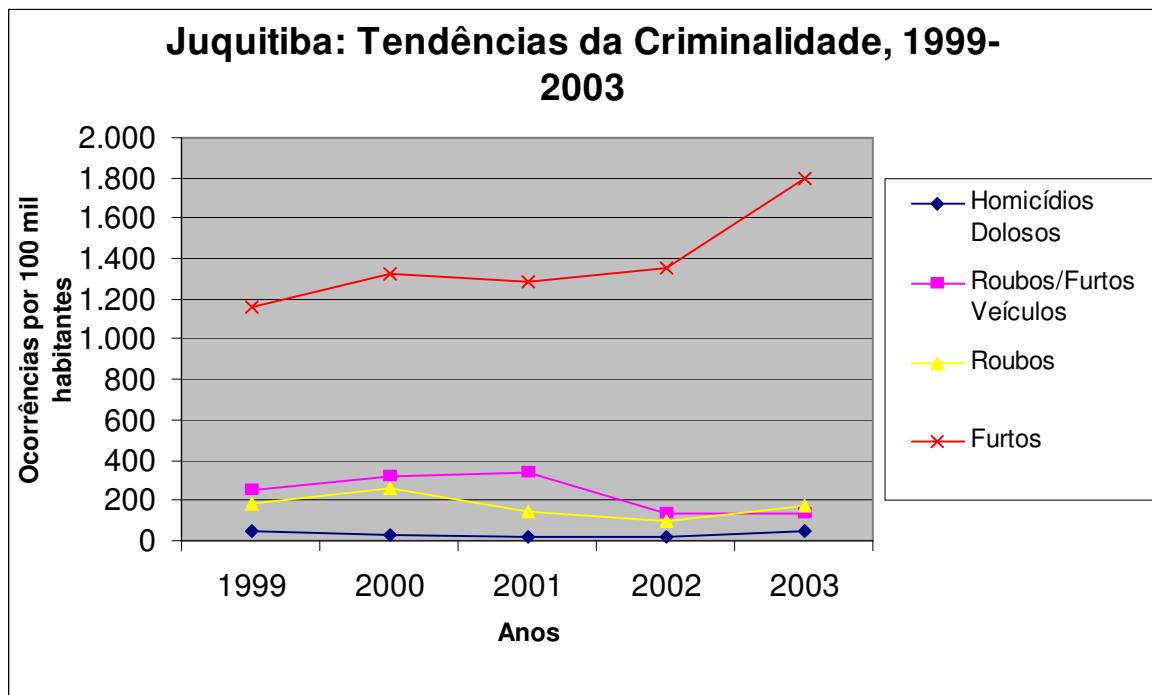


**Jandira: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	63,46	49,02	51,43	50,04	42,67
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	389,13	347,47	340,04	285,92	286,78
<b>Roubos</b>	627,40	569,67	533,14	498,31	428,68
<b>Furtos</b>	605,85	655,72	709,46	767,89	804,77

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

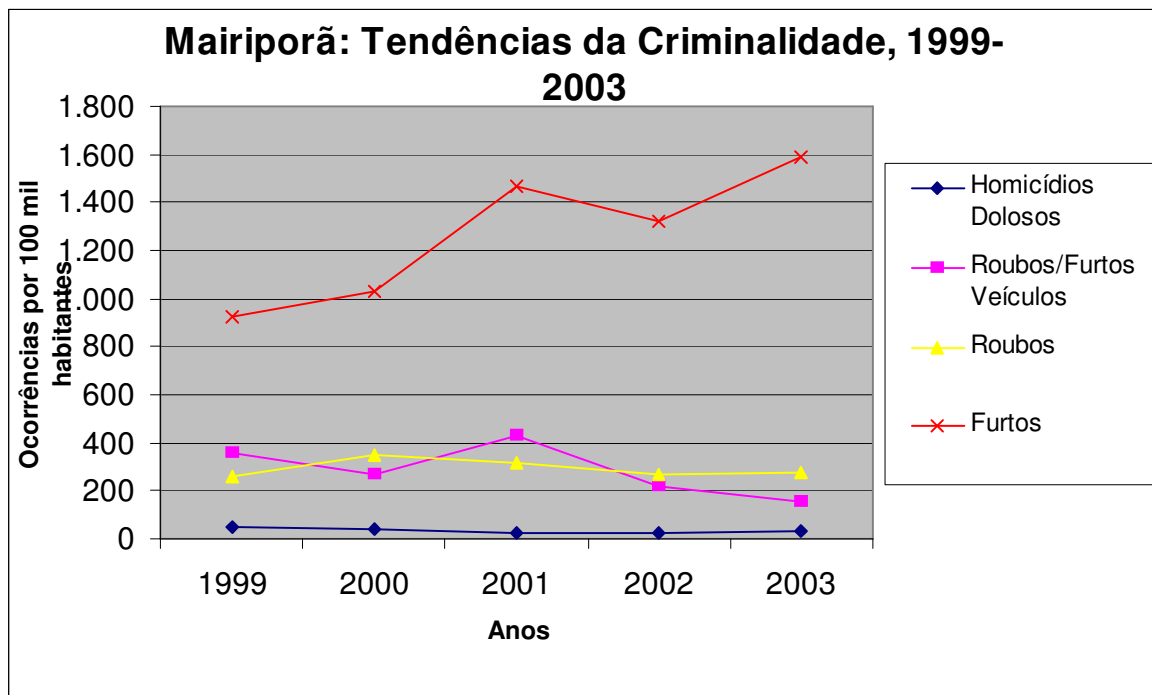


**Juquitiba: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	43,48	30,24	14,66	21,56	49,20
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	247,83	317,47	337,28	132,97	137,04
<b>Roubos</b>	186,96	257,00	142,98	93,44	172,18
<b>Furtos</b>	1.160,87	1.322,80	1.288,14	1.354,90	1.795,63

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

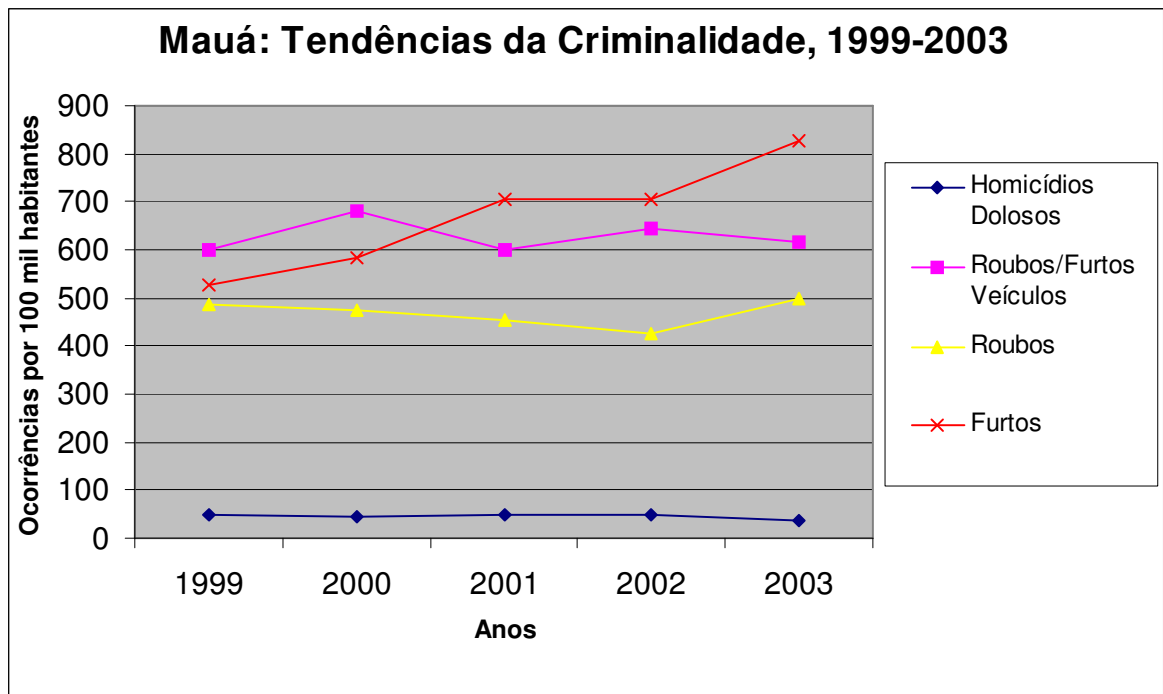


**Mairiporã: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	48,82	36,60	24,14	26,42	33,17
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	356,23	267,84	431,31	220,65	152,28
<b>Roubo</b>	262,20	349,35	315,44	265,72	277,42
<b>Furtos</b>	927,65	1.028,10	1.469,36	1.320,82	1.586,10

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

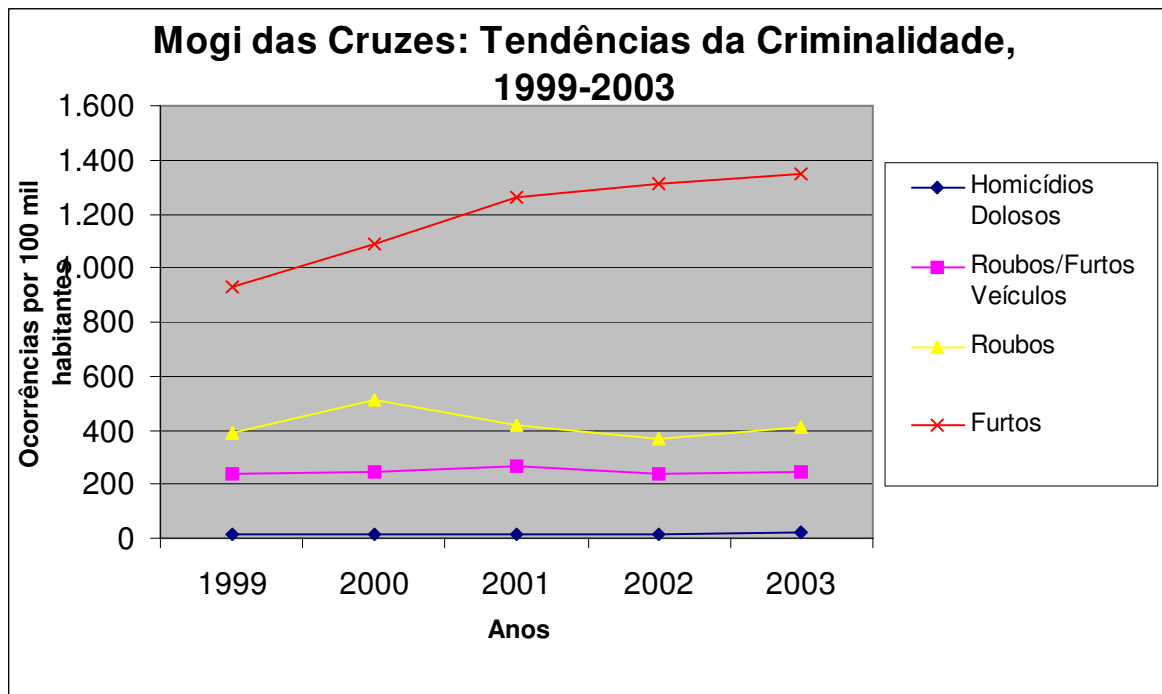


**Mauá: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	49,06	45,96	49,53	47,65	37,45
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	599,65	682,46	599,24	642,70	616,96
<b>Roubo</b>	488,20	472,77	454,95	426,97	499,40
<b>Furtos</b>	528,99	584,22	706,92	705,70	828,43

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

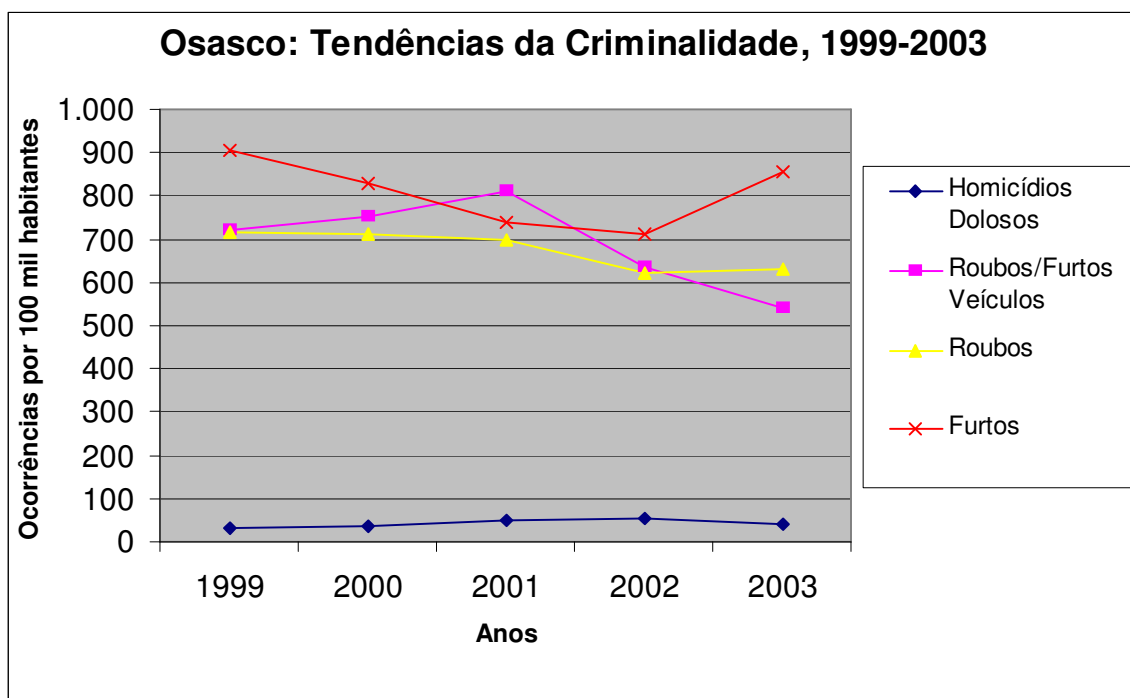


**Mogi das Cruzes: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	15,63	15,44	11,88	16,36	18,69
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	236,74	248,30	264,99	240,18	241,50
<b>Roubo</b>	386,80	509,93	415,31	367,28	408,25
<b>Furtos</b>	926,90	1.090,72	1.257,81	1.308,12	1.349,82

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



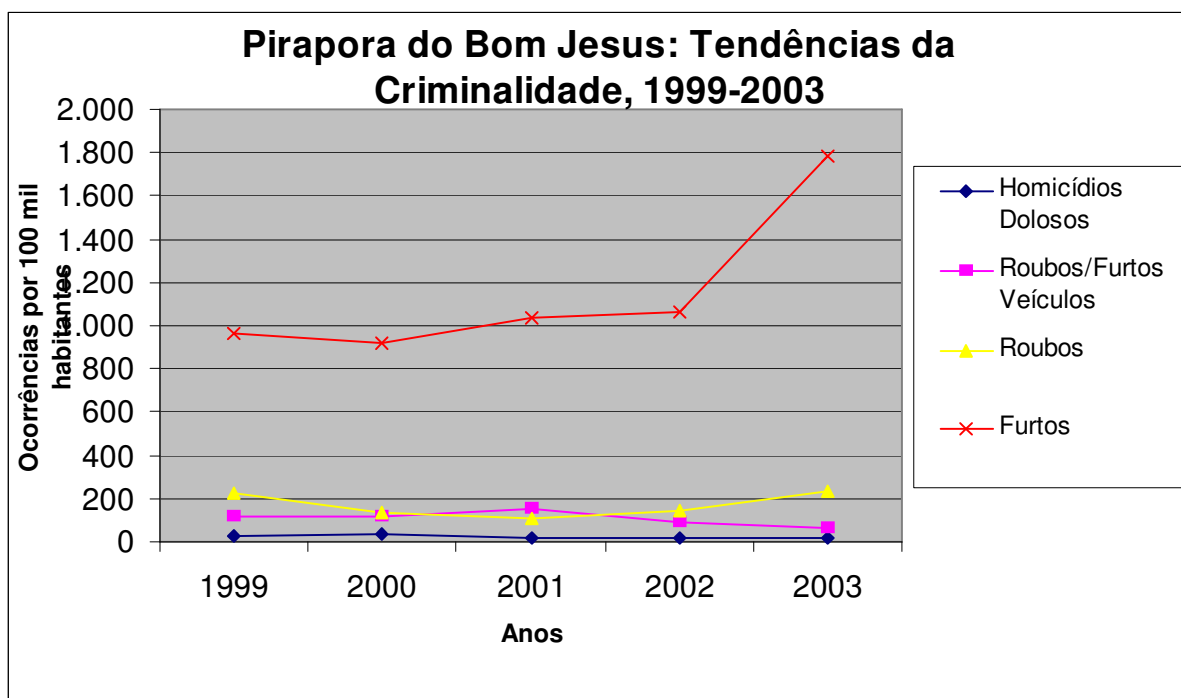
**Osasco: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	32,75	37,08	49,91	53,70	40,67
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	718,76	753,46	812,22	635,05	539,80
<b>Roubos</b>	714,52	710,55	698,93	623,86	631,76
<b>Furtos</b>	904,48	828,54	740,52	713,21	854,28

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



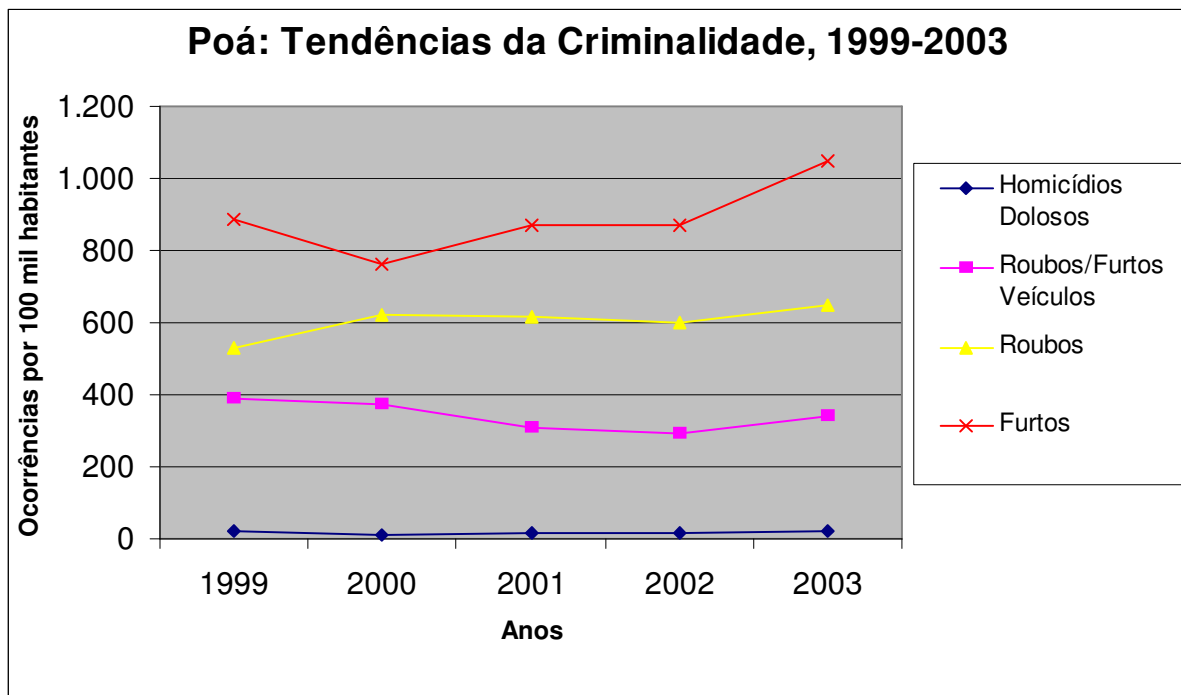


**Pirapora do Bom Jesus: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	25,67	32,27	15,53	22,51	14,53
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	119,79	112,95	155,30	90,02	65,40
<b>Roubos</b>	222,47	137,15	108,71	142,54	232,54
<b>Furtos</b>	966,89	919,73	1.032,77	1.065,27	1.787,66

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

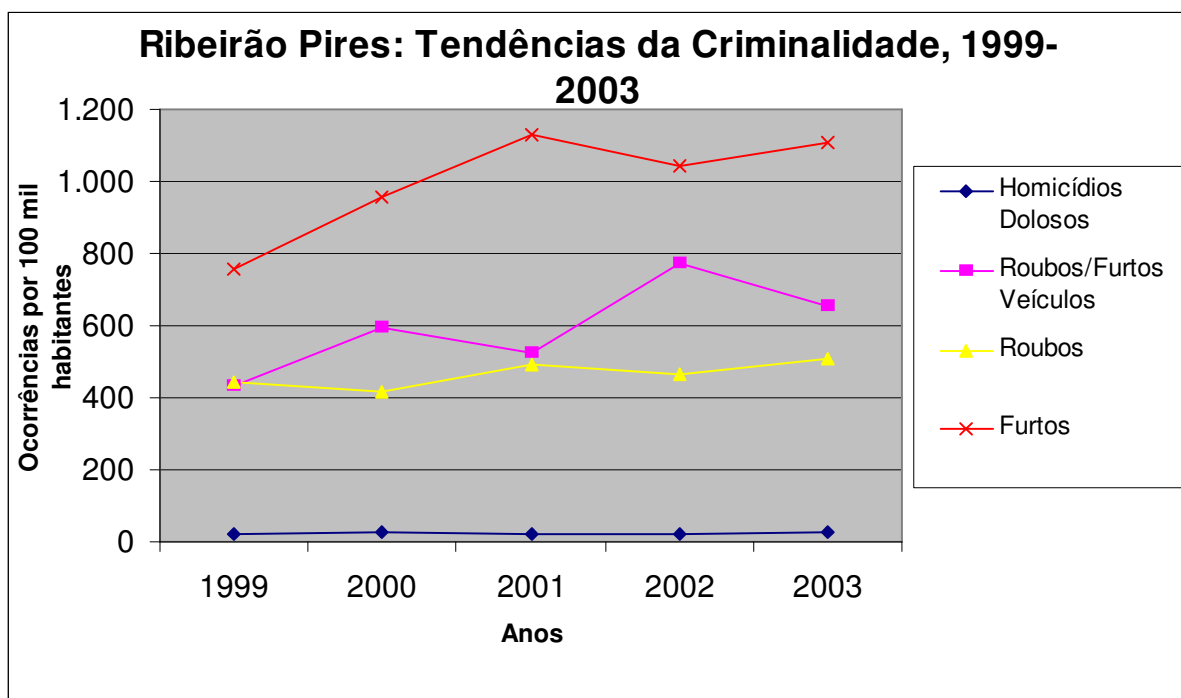


**Poá: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	19,05	12,53	18,35	17,02	20,63
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	391,10	371,60	306,81	289,27	338,87
<b>Roubos</b>	527,81	621,08	618,72	602,57	647,29
<b>Furtos</b>	887,53	763,04	872,53	869,83	1.049,02

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

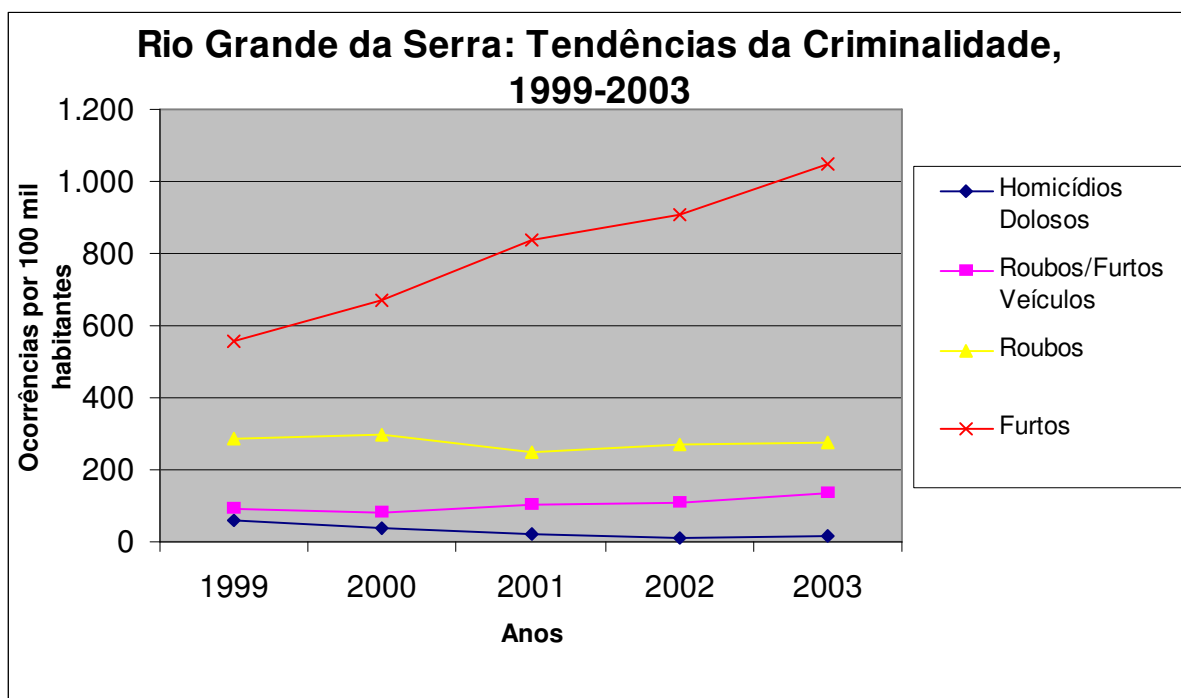


**Ribeirão Pires: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	21,27	28,71	20,62	22,10	24,44
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	431,01	594,21	522,96	775,37	654,36
<b>Roubo</b>	444,88	414,32	492,03	465,03	506,83
<b>Furtos</b>	757,51	955,91	1.130,26	1.042,41	1.110,51

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

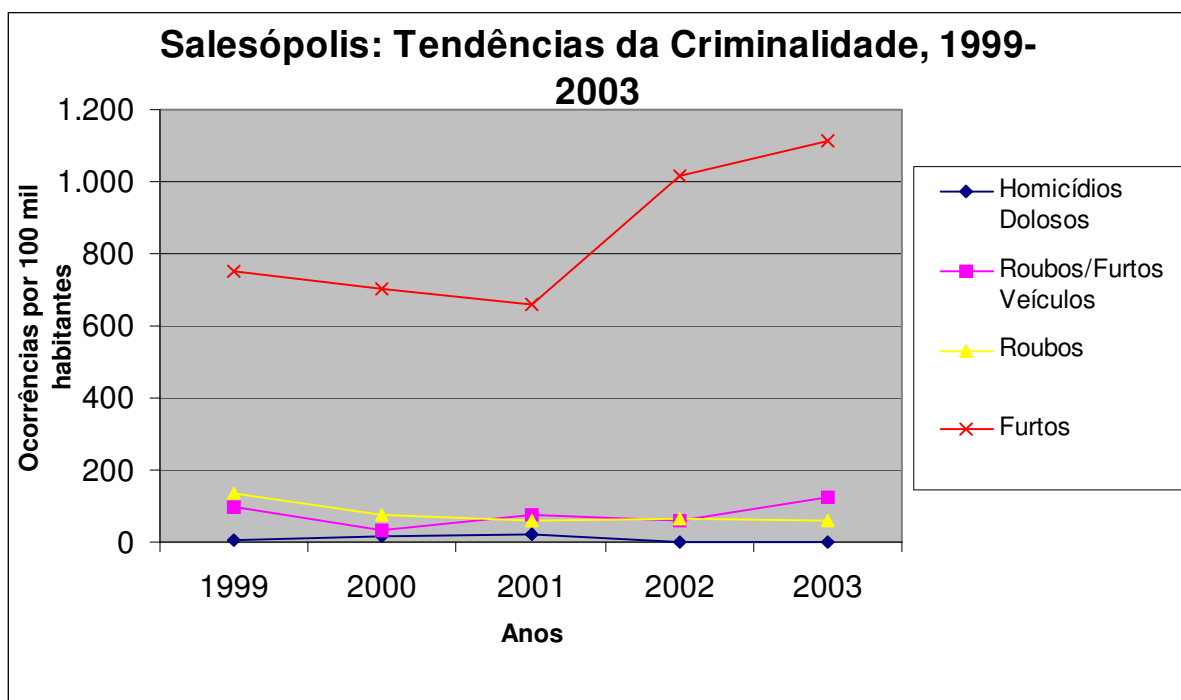


**Rio Grande da Serra: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	59,74	37,75	21,54	12,95	15,26
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	93,51	80,88	105,01	106,21	137,37
<b>Roubos</b>	285,74	296,57	250,40	269,40	277,29
<b>Furtos</b>	558,49	668,63	840,04	909,23	1.050,65

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

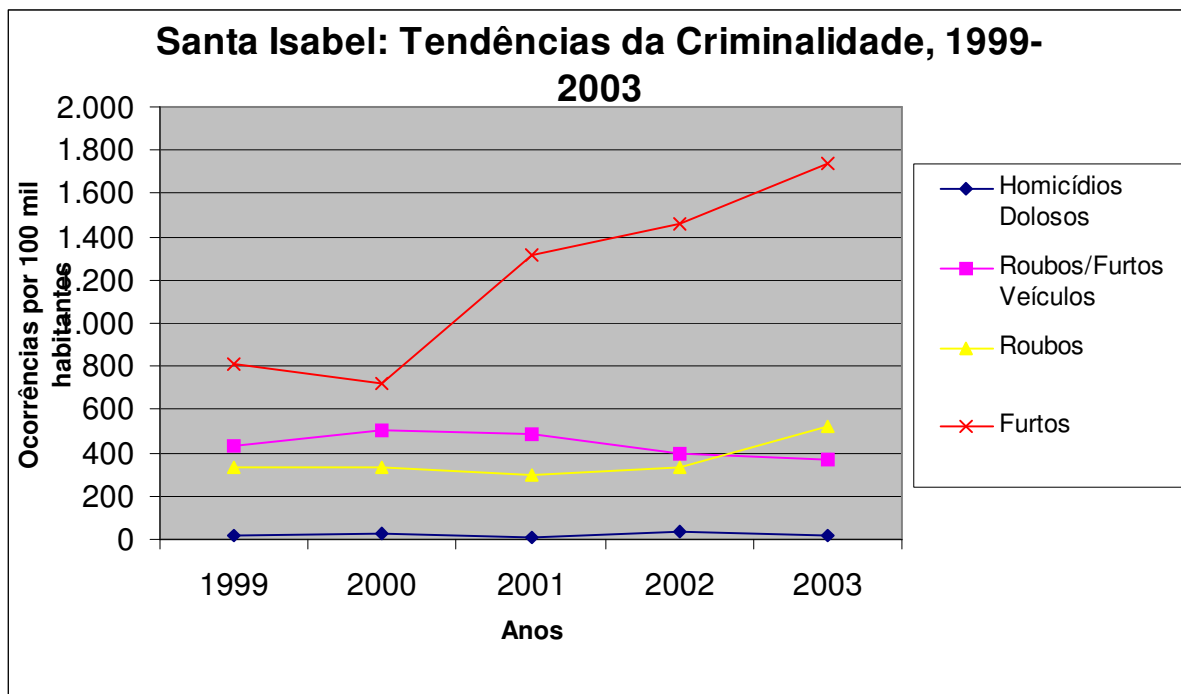


**Salesópolis: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	6,77	13,93	20,42	0,00	0,00
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	94,72	34,83	74,86	60,05	124,35
<b>Roubos</b>	135,31	76,62	61,25	66,72	58,90
<b>Furtos</b>	750,96	703,49	660,13	1.014,21	1.112,57

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

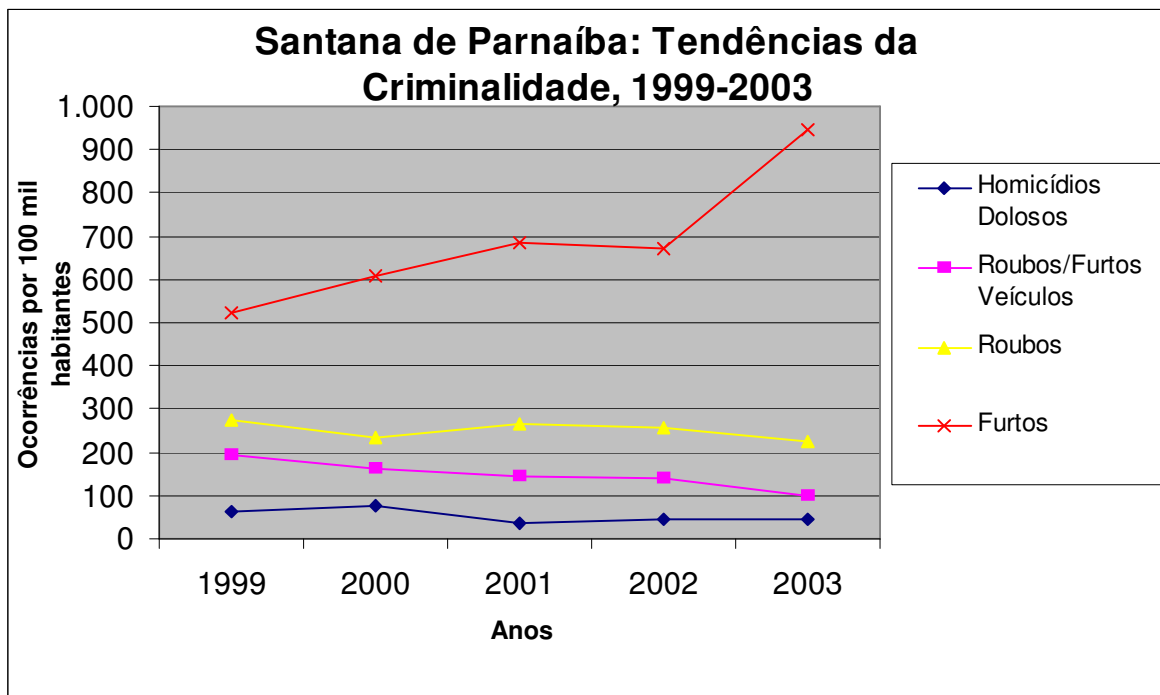


**Santa Isabel: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	13,78	27,43	11,29	35,59	19,77
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	434,05	500,69	483,04	395,97	366,92
<b>Roubos</b>	330,71	329,22	297,95	331,46	518,52
<b>Furtos</b>	815,29	724,74	1.311,42	1.463,75	1.735,73

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

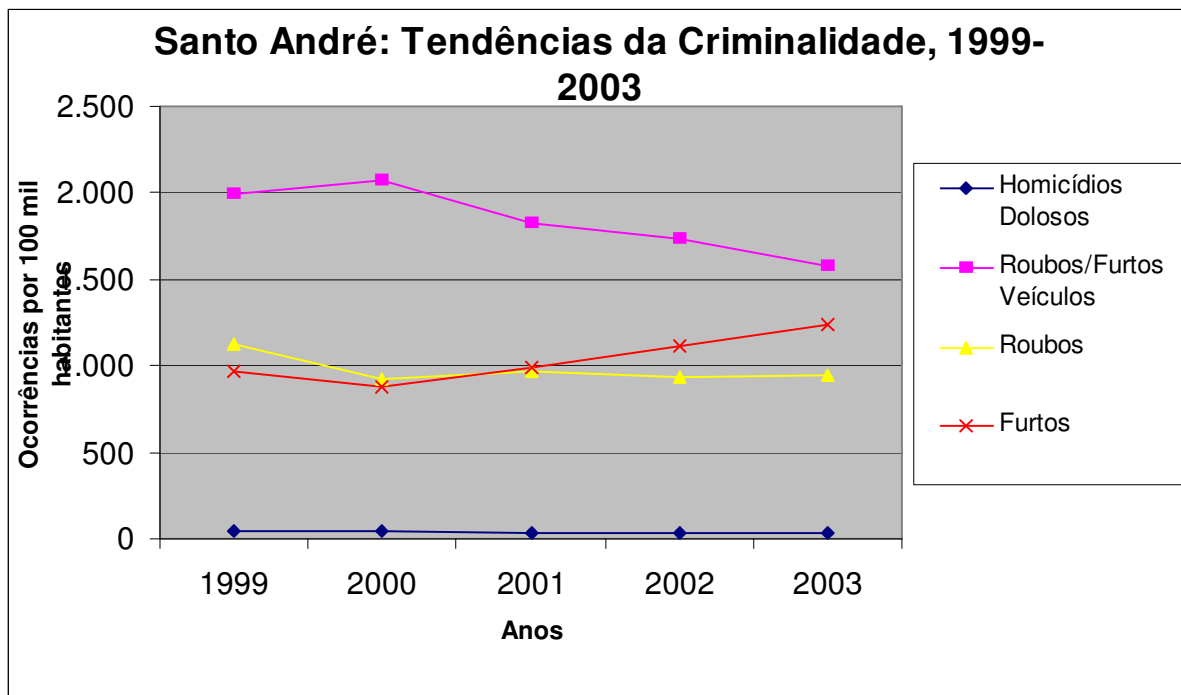


**Santana de Parnaíba: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	61,41	76,17	35,33	44,78	45,22
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	195,24	164,38	145,09	137,97	99,71
<b>Roubos</b>	273,97	235,21	263,69	255,37	226,09
<b>Furtos</b>	521,18	608,06	682,56	672,92	943,80

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



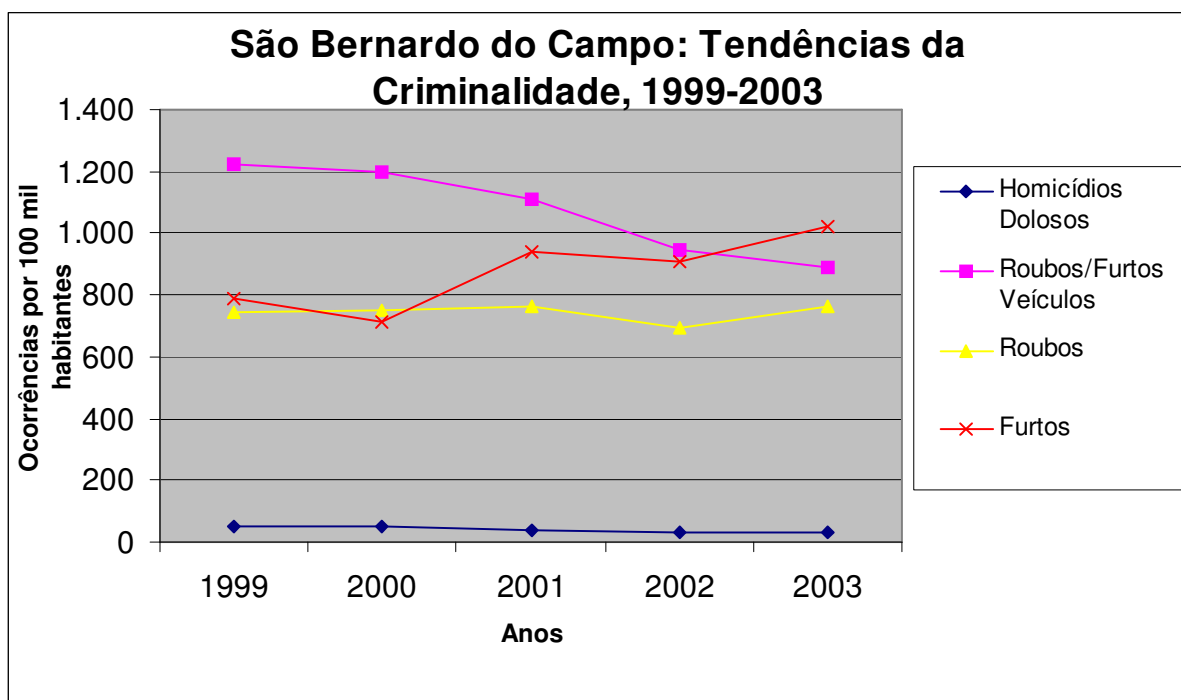
**Santo André: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	40,31	43,12	32,65	29,72	28,67
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.995,48	2.070,44	1.819,25	1.730,43	1.575,48
<b>Roubos</b>	1.121,62	928,03	965,04	929,23	951,17
<b>Furtos</b>	971,32	878,75	992,48	1.115,17	1.243,60

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



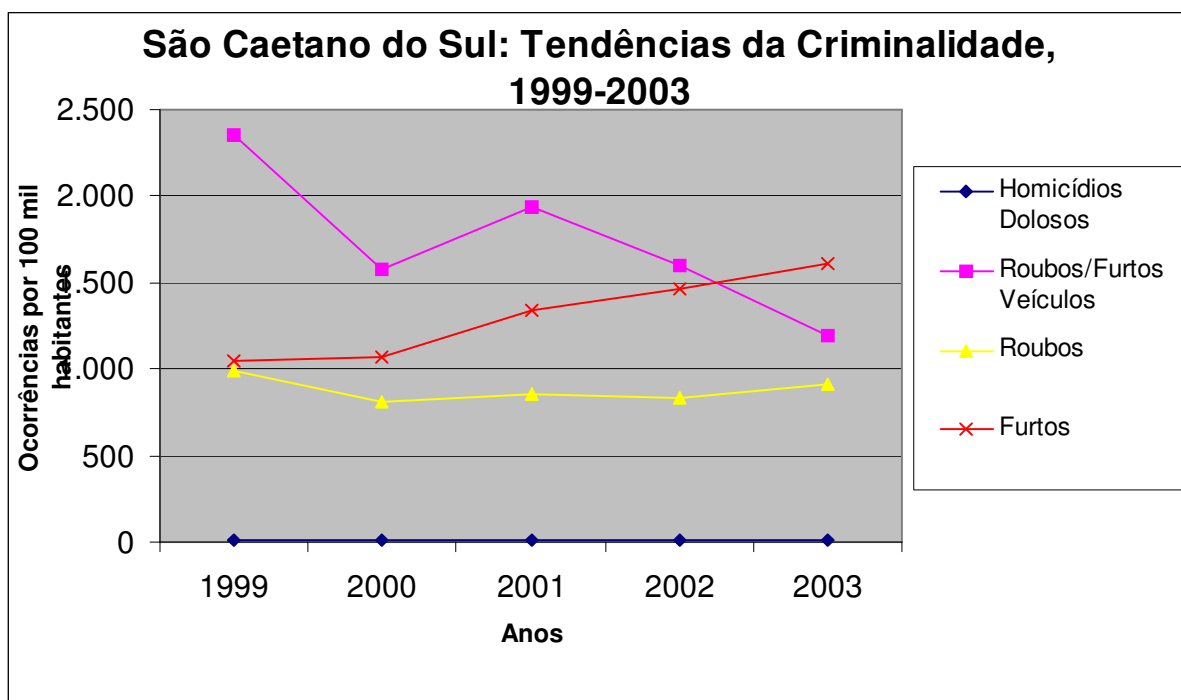


**São Bernardo do Campo: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	48,40	52,48	36,78	34,57	34,22
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.226,47	1.197,00	1.107,15	942,81	887,46
<b>Roubos</b>	744,81	752,02	763,59	691,67	760,24
<b>Furtos</b>	786,44	713,76	938,99	907,83	1.022,33

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

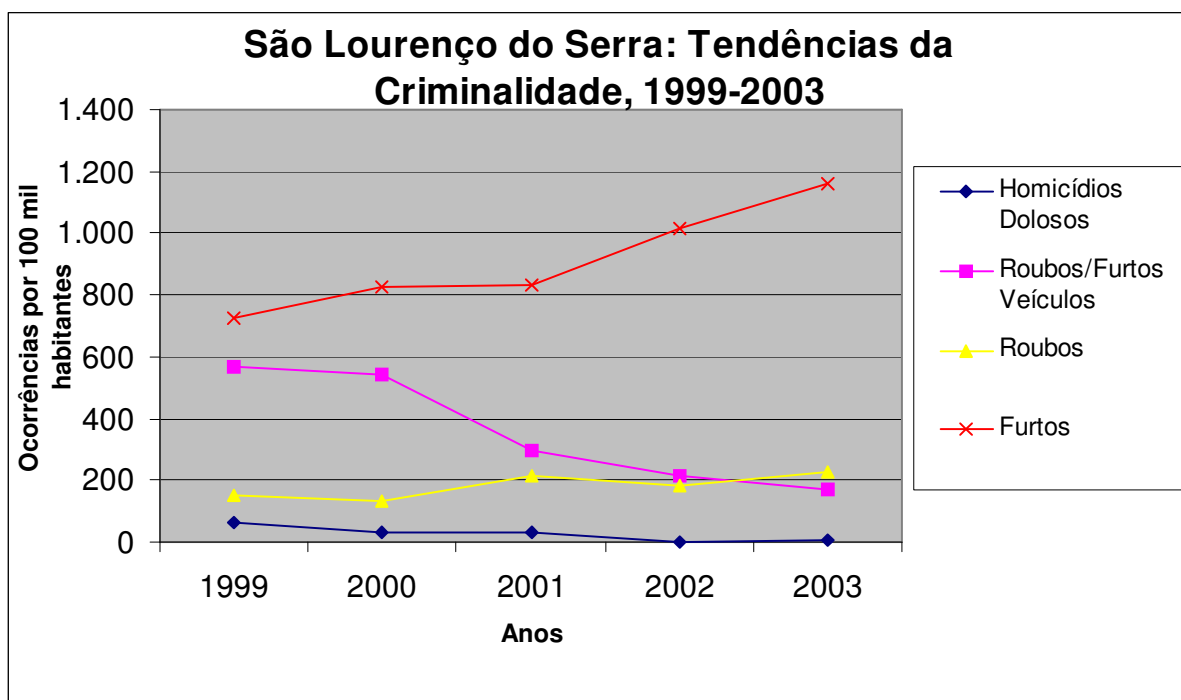


**São Caetano do Sul: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	12,75	12,84	14,39	7,96	9,47
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	2.351,45	1.573,93	1.937,52	1.597,82	1.198,32
<b>Roubos</b>	987,08	814,79	856,16	832,20	914,22
<b>Furtos</b>	1.051,59	1.065,93	1.343,96	1.463,22	1.609,90

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

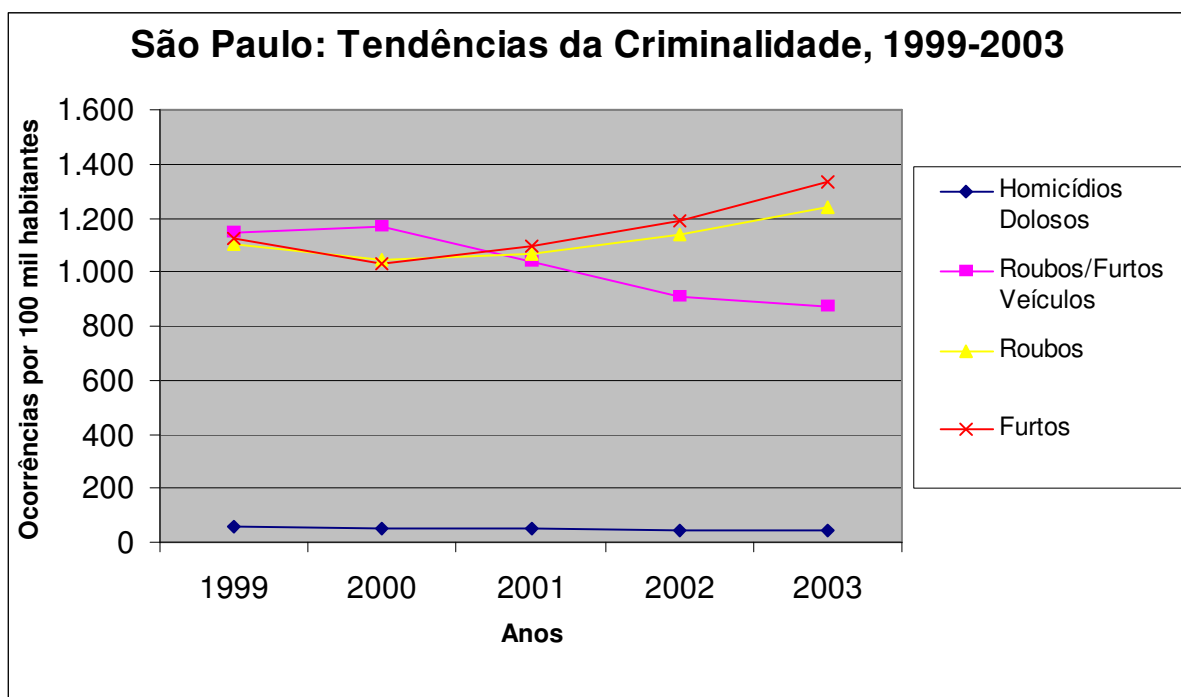


**São Lourenço da Serra: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	62,03	32,79	31,35	0,00	7,33
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	567,12	541,03	297,85	212,31	168,55
<b>Roubos</b>	150,64	131,16	211,63	181,98	227,17
<b>Furtos</b>	726,63	827,94	830,85	1.016,08	1.157,85

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

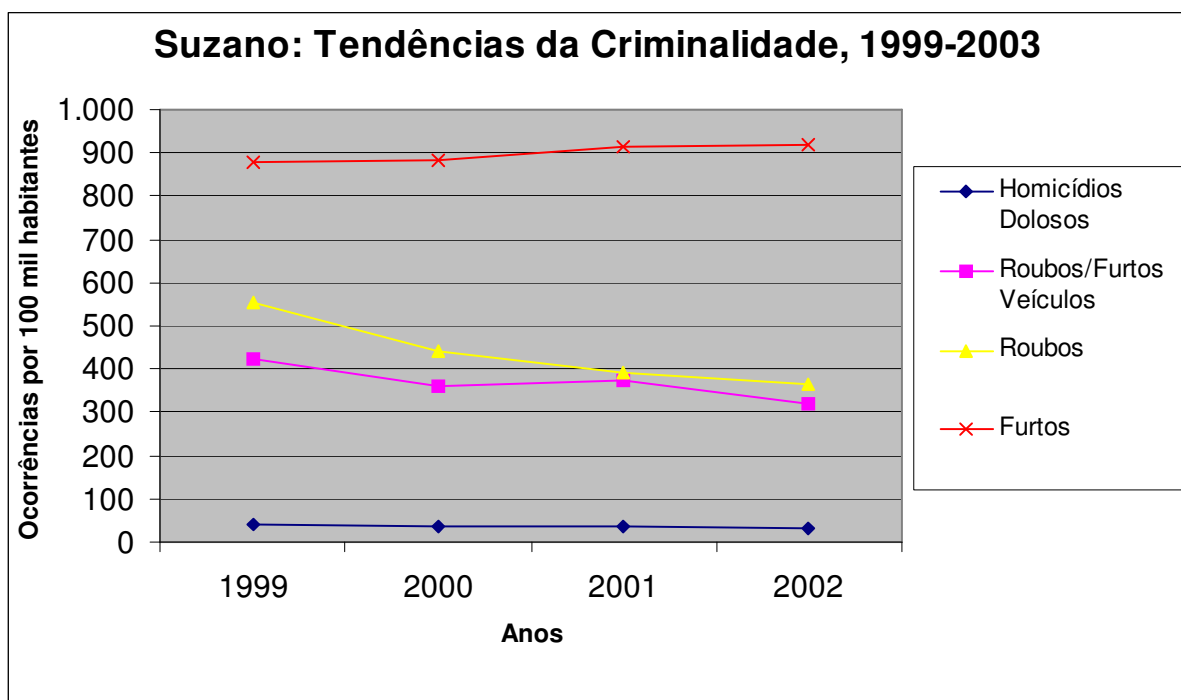


**São Paulo: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	54,35	51,05	49,28	43,69	39,97
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	1.145,58	1.170,99	1.034,86	908,49	869,91
<b>Roubo</b>	1.104,46	1.042,86	1.067,05	1.138,24	1.240,14
<b>Furtos</b>	1.121,83	1.030,79	1.098,95	1.189,61	1.336,46

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

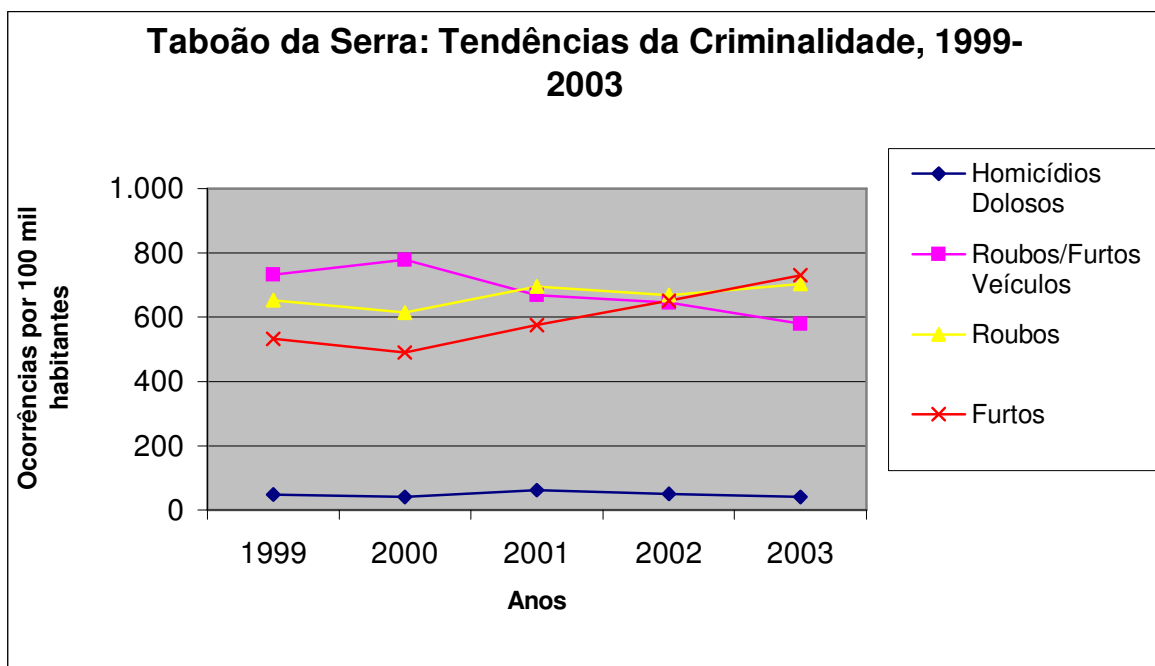


**Suzano: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	39,91	38,04	34,60	32,87	31,97
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	424,70	360,31	372,59	320,89	310,94
<b>Roubos</b>	555,17	441,21	393,69	366,09	435,24
<b>Furtos</b>	880,09	884,17	916,08	917,47	1.171,42

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

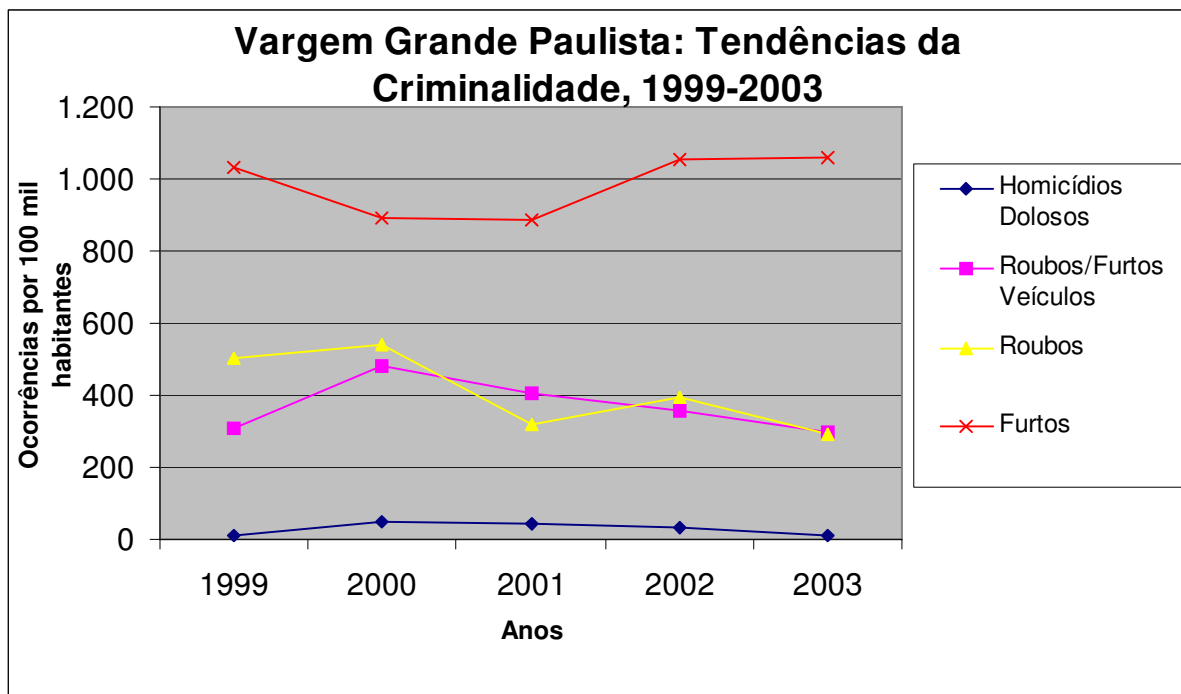


**Taboão da Serra: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	47,58	40,48	61,87	50,60	40,63
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	733,49	779,18	668,15	645,59	580,26
<b>Roubo</b>	653,00	613,73	694,88	668,95	703,10
<b>Furtos</b>	532,02	490,78	575,11	650,95	729,86

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

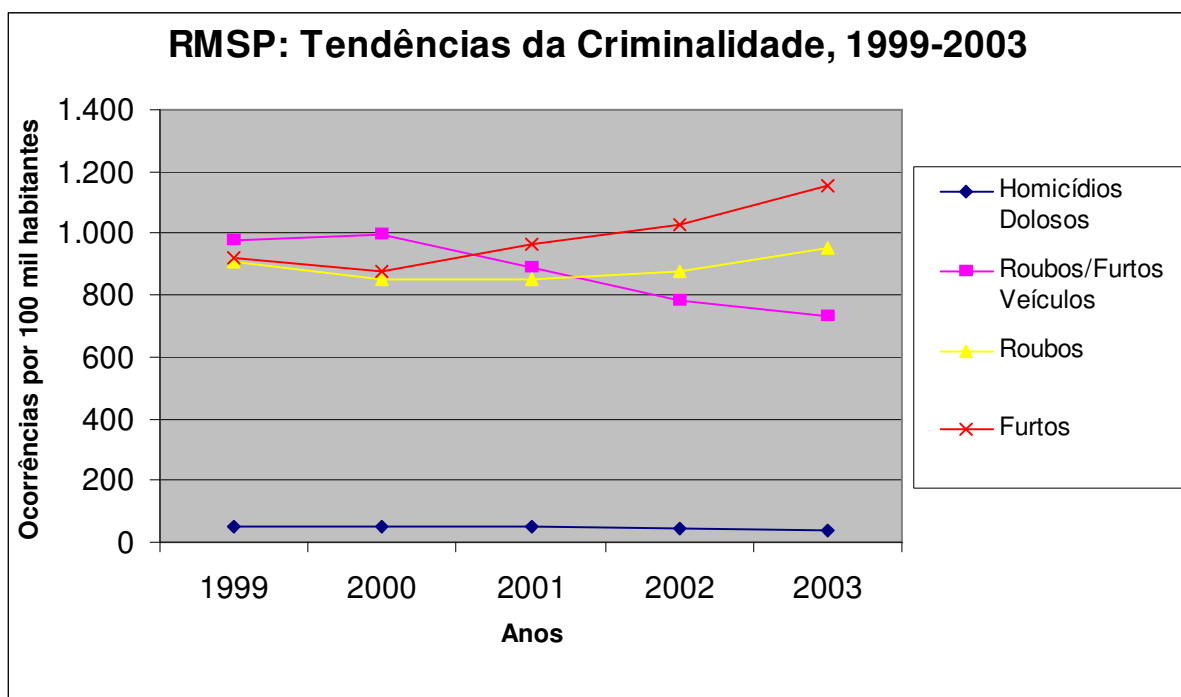


**Vargem Grande Paulista: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	10,14	48,96	43,36	33,13	10,56
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	307,65	480,37	407,54	356,18	295,81
<b>Roubos</b>	500,35	541,57	320,83	394,83	293,17
<b>Furtos</b>	1.034,52	890,37	884,44	1.051,96	1.059,11

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



**RMSP: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	52,10	49,29	47,39	43,28	39,19
<b>Roubo/Furtos Veículos</b>	978,83	995,06	890,77	780,03	731,37
<b>Roubo</b>	905,08	849,66	854,45	877,60	949,75
<b>Furtos</b>	923,15	875,84	962,44	1.024,82	1.156,10

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubo" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos



## **ANEXO 4 - PROPOSTA DE CURSO DE GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA, COM APOIO DO BANCO MUNDIAL, PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.**

### **CURSO DE GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA**

#### **1. Organizadores**

Fórum Metropolitano de Segurança Pública  
Instituto São Paulo Contra a Violência  
Banco Mundial

#### **2. Público Alvo**

Profissionais que já trabalham ou vão trabalhar em unidades de gestão de políticas e programas de segurança urbana nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Profissionais que desenvolvem ou vão desenvolver programas de prevenção do crime e da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

#### **3. Objetivos**

Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos para o desenvolvimento de políticas e programas de prevenção do crime e da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Capacitar os participantes a assumir papel de liderança na formulação e implementação de políticas e programas de prevenção do crime e da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Capacitar os participantes a atuar na organização de cursos de gestão local de políticas e programas de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

#### **4. Metodologia**

O curso é baseado em metodologia desenvolvida na África do Sul, utilizada internacionalmente para desenvolvimento de políticas e programas locais de prevenção do crime e da violência, adaptada para os países da América Latina por uma equipe de especialistas latino-americanos, com apoio do Banco Mundial.

O curso tem a duração de 40 horas, divididos em oito módulos, baseados em aulas e materiais didáticos sobre temas fundamentais para a gestão local de políticas e programas de prevenção, acompanhados de atividades práticas desenvolvidas pelos instrutores e participantes.

**A definir: organização do curso. Oito módulos em uma semana; dois módulos por semana, em quatro semanas; um módulo por semana, em oito semanas; ou outra forma de organização.**

Durante o curso, os participantes formularão um programa para a prevenção de um tipo específico de crime ou de violência no seu município de origem, para ser implementado pela administração municipal, que deverá ser apresentado como trabalho de conclusão do curso.

## 5. Programa

Módulo 1: Introdução e Estudos de caso de Bogotá, Boston e Belo Horizonte.

Introdução da metodologia de prevenção local do crime e da violência, ilustrada pela experiência de Bogotá (Colômbia), Boston (Estados Unidos) e Belo Horizonte (Brasil), para mostrar que a prevenção local é possível e a metodologia apresentada produz resultados.

**Sugestões: incluir casos da Cidade do México, Santiago do Chile, Quito e da Região Metropolitana de São Paulo.**

Módulo 2: Diagnóstico/Auditoria da Segurança Pública

Por que é tão importante começar com uma auditoria compreensiva da segurança pública? Como realizar uma auditoria? Metodologias e técnicas diferentes, incluindo metodologias de mapeamento de hot-spots baseadas em estatísticas criminais e pesquisas de vitimização e metodologias participativas baseadas em informações da comunidade.

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Cláudio Beato (Crisp-UFMG, Brasil).

**Sugestão: incluir exemplos práticos de diagnósticos/auditorias.**

Módulo 3: Parcerias e Elaboração de Estratégias

A importância de parcerias. Como construir parcerias para a prevenção municipal do crime e da violência? Quem deve participar da parceria? A natureza multi-setorial de parcerias bem-sucedidas. Decidindo como a parceria vai trabalhar. Parcerias com organizações estaduais e federais e parcerias com organizações, grupos e lideranças locais/comunitárias. Como usar as informações da auditoria? Decidindo as prioridades, ações e indicadores - curto prazo e longo prazo. Sucessos imediatos. Decidindo sobre responsabilidades. Estratégia de comunicação.

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Gerard Martin (programa Colômbia, Georgetown University).

Módulo 4: Prevenção do Crime através de Projetos Ambientais

O que é e como fazer prevenção do crime através de projetos ambientais? Se o ambiente físico é planejado, projetado e administrado de forma apropriada, certos tipos de crime podem ser reduzidos. Quais são as possibilidades e limitações da prevenção do crime através de projetos ambientais? Como prevenir o crime através de projetos ambientais no contexto de países em desenvolvimento e comunidades de baixa renda? Metodologias e intervenções usadas frequentemente e com sucesso para prevenção do crime através de projetos ambientais.

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Macarena Rau (Ministério de Habitação e Urbanismo, Chile).

**Sugestão: incluir discussão e avaliação de projetos desenvolvidos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.**

Módulo 5: Juventude, Crime e Violência

Por que as questões de juventude são críticas para enfrentar o problema do crime e da violência nos países da América Latina? O papel dos diferentes setores (educação, saúde, mídia, planejamento urbano, polícia etc.). Programas e abordagens promissoras na região e no mundo: programas centrados na família, na escola, na comunidade, programas de desenvolvimento de habilidades para vida, programas de orientação, programas de recreação e treinamento para jovens fora da escola e fora do mercado de trabalho, oportunidades de emprego, etc.

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Nancy Guerra (Universidade da Califórnia).

**Sugestão: incluir discussão e avaliação de projetos desenvolvidos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.**

#### Módulo 6: Violência Intra-Familiar

A escala e as diferentes manifestações da violência intra-familiar em países da América Latina: violência entre parceiros, violência contra crianças, violência sexual. O papel dos diferentes setores (educação, saúde, mídia, planejamento urbano, polícia etc.). Programas e abordagens promissoras para reduzir a violência intra-familiar.

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Loreto Biehl (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

**Sugestão: incluir discussão e avaliação de projetos desenvolvidos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.**

#### Módulo 7: Policiamento Comunitário e Policiamento Orientado para Resolução de Problemas

O que é e como fazer policiamento comunitário e policiamento orientado para resolução de problemas. Experiências bem sucedidas e promissoras. O campo para ação municipal.

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Hugo Fruhling (Universidade de Chile).

**Sugestão: incluir discussão e avaliação de projetos desenvolvidos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.**

#### Módulo 8: Monitoramento e Avaliação

Por que e como fazer monitoramento e avaliação. Sistemas de informação?

Responsável pelo desenvolvimento do módulo: Andrew Morrison (Banco Mundial).

### **6. Número de vagas: 40**

### **7. Local:**

**A definir...**

### **8. Data**

**A definir: Sugestão da Coordenação do Fórum: junho de 2004.**

## 7. Inscrições

A participação no curso é gratuita. A inscrição é feita mediante apresentação de formulário de inscrição preenchido, currículo e carta da organização a que pertence informando o cargo e tempo de serviço.

As inscrições deverão ser feitas até o dia **XX/XX/XXXX**. A ficha de inscrição e os demais documentos devem ser encaminhados por correio ou entregues pessoalmente na secretaria executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, situada na sede do Instituto São Paulo Contra a Violência, na Av. Paulista 119, 5º andar, CEP 01311-903, São Paulo, SP.

A inscrição pode ser feita individualmente ou em grupos de até cinco integrantes por município. Os grupos devem ser formados, preferencialmente, por profissionais da administração municipal. A participação de profissionais da administração estadual e/ou de organizações da sociedade civil que atuam na prevenção do crime e da violência no município dependerá da disponibilidade de vagas.

O curso é estruturado para um grupo de 40 participantes. A seleção dos 40 participantes entre os inscritos será feita levando em consideração os seguintes critérios:

- Participação do município no Fórum Metropolitano de Segurança Pública, particularmente:
  - Participação do município nas reuniões plenárias e de grupo de trabalho;
  - Assinatura do convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública referente à disponibilização dos mapas do Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência;
  - Encaminhamento de projetos do município para o banco de projetos de prevenção do crime e da violência;
  - Participação do município nos três dias metropolitanos de prevenção da violência;
- Compromisso da administração municipal de apoiar o trabalho dos participantes no desenvolvimento de programas de prevenção do crime e da violência no município;
- Vínculo dos candidatos com a administração municipal e/ou o município;
- Inscrição do candidato como membro de grupo multi-setorial, isto é, formado por profissionais atuando em diversas áreas (saúde, educação, cultura, trabalho, assistência social, habitação e urbanismo, polícia, justiça);
- Experiência dos candidatos na área da prevenção do crime e da violência;
- Informações apresentadas pelo candidato sobre um problema de criminalidade ou violência na área do município, cuja resolução interesse ao candidato e esteja ao alcance do município;
- Taxa de mortalidade por homicídio no município;
- Taxa de mortalidade por arma de fogo no município.

Uma comissão designada pelos organizadores do curso selecionará os candidatos, mediante análise da ficha de inscrição e documentação apresentada e/ou entrevista.

O resultado da seleção será divulgado no dia **XX/XX/XXXX**, através do web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

Os organizadores do curso incentivam a inscrição de grupos com a participação de profissionais da área da saúde, educação, cultura, trabalho, assistência social, habitação e urbanismo, bem como de mulheres e membros de grupos minoritários.

## **8. Frequência e Certificado**

É obrigatória a frequência às aulas e atividades de pelo menos seis dos oito módulos, sendo as faltas justificadas por motivo de saúde e atividades profissionais. Será concedido certificado aos participantes que tiverem a frequência mínima obrigatória e apresentarem trabalho de conclusão do curso.

## **9. Outras Informações**

Informações adicionais podem ser obtidas na secretaria-executiva do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, através do e-mail [forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br) ou do telefone (011) 3179-3704.

## **ANEXO 5 - DECLARAÇÃO FINAL DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARA CIDADES MAIS SEGURAS, REALIZADO NOS DIAS 9 E 10 DE DEZEMBRO DE 2003 EM GUARULHOS.**

### **SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARA CIDADES MAIS SEGURAS**

#### **Declaração Final**

Reunidos em Guarulhos no quadro do Seminário Internacional para Cidades mais Seguras, nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2003, os participantes a este evento, Prefeitos e seus representantes, parlamentares, membros de órgãos de segurança, organizações internacionais e da sociedade civil, personalidades convidadas e outras autoridades resolvem aprovar a seguinte Declaração, nos termos abaixo descritos.

1. As conclusões do Seminário de Guarulhos se alinham e se inspiram em vários instrumentos internacionais que moldam as intervenções da Organização das Nações Unidas no domínio da segurança em áreas urbanas, em particular:
  - As Resoluções 1995/9 e 1995/15 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, respectivamente sobre "Orientações para a prevenção da criminalidade urbana" e "Cooperação técnica e serviços interregionais de aconselhamento para a prevenção do crime e a justiça criminal"
  - As sucessivas Conferências Internacionais de Prefeitos sobre o tema da violência urbana e da segurança, as quais tiveram lugar em Barcelona (1987), Montreal (1989), Paris (1991), Vancouver (1996), Joanesburgo (1998) e Nápoles (2000). Estas conferências foram organizadas inicialmente pelo Centro Internacional de Prevenção da Criminalidade, baseado no Canadá, o Fórum Europeu de Segurança Urbana e, posteriormente, pelo Habitat.
  - A criação pela agência Habitat das Nações Unidas do Programa de Cidades Mais Seguras em 1996, o qual desenvolveu um Enfoque de Cidades mais Seguras. Este enfoque tem como fundamento a necessidade uma política de descentralização, alçada sobre o compromisso e a liderança dos Prefeitos e das Câmaras Municipais, no entendimento de que a segurança é uma necessidade cidadã tão importante quanto a saúde, o meio ambiente, o transporte e o emprego e que, portanto, não pode ser delegada unicamente ao poder central.
2. O Seminário de Guarulhos permitiu uma ampla discussão temática sobre a segurança urbana, articulada em torno de quatro eixos principais:
  - Papel e competências dos municípios em matéria de segurança pública
  - Construindo políticas municipais de gestão pública integrada de segurança cidadã
  - Prevenindo a delinquência através de ações integradas de inclusão e participação social e de melhorias urbanas
  - Enfoques e experiências de policiamento comunitário e controle de espaços públicos

No contexto da discussão ocorrida, emergiram um conjunto de orientações e propostas sobre o trabalho a seguir, abaixo enunciadas:

- As relações de intercâmbio e de cooperação entre os participantes devem fortalecer-se, podendo plasmar-se através da criação ou do desenvolvimento de fóruns ou de redes internacionais, ou ainda pela elaboração de projetos comuns. A importância da criação e

do bom funcionamento de fóruns nacionais e regionais de segurança foi ressaltada nesta perspectiva.

- Deve-se procurar uma melhor definição dos papéis dos municípios na segurança urbana e um respaldo mais claro no plano constitucional e legal para o exercício destes papéis, baseando-se nas experiências positivas e nas estratégias existentes a este respeito. Os participantes manifestam a sua convicção de que as funções de prevenção e de integração da segurança à melhoria das condições de vida da população das cidades só podem ser executadas com maior efetividade com a ativa presença dos municípios.
- A capacidade técnica dos municípios para a formulação, implementação e acompanhamento das políticas de segurança cidadã deverá ser reforçada através de programas de capacitação e de ações de intercâmbio regional e internacional.
- Os participantes recomendam que a articulação de todas as funções de segurança executadas nos territórios dos municípios se realize sob a liderança dos respectivos Prefeitos, exercida no quadro de conselhos com ampla representação da população local. Como o demonstram as experiências disponíveis, estes arranjos locais têm propiciado uma atuação mais racional e planejada, com poupança de recursos públicos e melhores resultados.
- As políticas municipais e regionais de segurança devem evoluir no sentido de uma abordagem integral e multisetorial, abarcando todos os aspectos e situações que conferem maior segurança aos cidadãos, incluindo, além da ação das forças de segurança, as políticas de inclusão social em geral e, em particular, as relações de conflito no seio da família, o combate à violência de gênero ou contra crianças ou ações em que a juventude é vítima ou autora de violência, as manifestações locais de insegurança geradas por situações que não são da competência dos municípios (como o narcotráfico, por exemplo), os riscos ambientais e as diversas formas de convivência cidadã.
- Da mesma forma, deve-se procurar envolver nos processos de planejamento e controle, ao nível de cada município, representantes qualificados de organizações da sociedade civil e do setor privado, bem como de instituições especializadas, desenvolvendo mecanismos de produção conjunta de segurança urbana.
- O conjunto das ações de segurança ganharão em efetividade e mensurabilidade, se puderem tomar como referência planos estratégicos municipais, formulados segundo uma metodologia clara e abrangente e com a participação de todas as partes interessadas. Além disso, convém que estes planos sejam preparados por regiões e em conjunto com os municípios que as compõe.
- Os planos e projetos de desenvolvimento urbano e sócio-econômico deverão ser elaborados e avaliados, tendo como um de seus elementos integrantes a sua incidência sobre a segurança, seja sob o ponto de vista da adequação dos espaços públicos à vida cidadã, seja sob o de seu nível de focalização sobre as camadas mais vulneráveis às situações de violência urbana.
- O policiamento comunitário ou de proximidade deverá, especialmente através de guardas municipais, priorizar a proteção dos cidadãos e a defesa dos seus direitos, trabalhando em estreita coordenação com outras forças de segurança operando no território dos municípios.

3. Os participantes do Seminário de Guarulhos resolvem criar um Comitê Internacional encarregado de dar continuidade aos temas e conclusões apresentados no decurso dos trabalhos, o qual será objeto de uma proposta separada.

Guarulhos, 10 de Dezembro de 2003

## **ANEXO 6 - DECLARAÇÃO DE CRIAÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL PARA CIDADES MAIS SEGURAS – 9 DE DEZEMBRO DE 2003.**

### **SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARA CIDADES MAIS SEGURAS**

#### **Criação de Comitê Internacional**

Os participantes do Seminário Internacional para Cidades mais Seguras, realizado em Guarulhos, nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2003, reunindo Prefeitos e representantes de governos municipais, parlamentares, membros de órgãos de segurança, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e autoridades em geral, resolvem criar um Comitê Internacional para dar continuidade aos temas e propostas apresentadas ao Seminário o qual será encarregado das seguintes tarefas:

- Elaborar uma proposta para a criação e o funcionamento de uma rede latinoamericana de segurança cidadã nas cidades, incluindo a sua conceituação, um estudo de pré-viabilidade, uma proposta de regulamento e um plano de arranque da atividade em rede.
- Elaborar uma proposta de projeto de suporte à rede, em sua fase inicial de funcionamento, contendo entre outros aspectos:
  - A criação de uma página web e de um boletim periódico
  - A realização de pelo menos duas reuniões anuais da rede
  - A publicação de uma série de estudos de caso sobre temas previamente definidos
  - A atribuição de prêmios anuais às melhores práticas em matéria de segurança cidadã
  - A colaboração com outras iniciativas, agências, projetos e redes já existentes
  - A identificação de formas e fontes de financiamento para as atividades da rede

Para a elaboração das propostas acima, o Comitê Internacional poderá apoiar-se nos participantes do seminário, assim como consultores e outras partes interessadas que manifestarem a sua intenção de colaborar com os objetivos supracitados e disporá de um prazo de quatro meses para a conclusão do seu trabalho, devendo o seu resultado ser apresentado no quadro de algum evento futuro, conforme decisão ulterior.

O Comitê Internacional será composto pelas entidades co-organizadoras do Seminário Internacional supracitado, nomeadamente:

- Programa de Cidades mais Seguras das Nações Unidas
- Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas
- Prefeitura Municipal de Guarulhos
- Fórum Metropolitano de Segurança de São Paulo
- Frente Nacional de Prefeitos

Estas entidades poderão incluir representantes de outros municípios e entidades de destaque pela sua atuação na América latina e no mundo. Além disso, todos aqueles que participaram do Seminário, como expositores ou municípios convidados, são considerados membros natos do Comitê.

Guarulhos, 10 de Dezembro de 2003



## **ANEXO 7 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 23 DE DEZEMBRO 2003.**

### **1) Exposição de Motivos**

E.M.Nº 225-A/MJ

Brasília, 22 de dezembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência proposta de medida provisória que altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, permitindo que guardas municipais de cidades com mais de cinquenta mil habitantes portem armas de fogo.

2. A medida se faz necessário porquanto a disposição legal atual inviabiliza que Municípios situados na faixa de 50 a 250 mil habitantes, possuam agentes de segurança armados para proteger seu patrimônio. A manutenção do novo comando legal traria enormes dificuldades para esses Municípios ao tornar de imediato ilegal o uso de armas de fogo para a adequada proteção do patrimônio público. Esta questão, inclusive, já havia sido levantada durante a discussão da matéria no Congresso Nacional, durante a qual foi argüida a necessidade de ajuste no texto legal.

3. Ressalvamos, contudo, que continuará vedado o uso de armamento por guardas municipais de cidades com menos de 50.000 habitantes, pois neste caso não se justifica o uso de armas de fogo.

4. Estas, Senhor Presidente, as razões de relevância e urgência que me levam a propor, nos termos do art. 62 da Constituição, a imediata edição desta medida provisória.

Respeitosamente,

MÁRCIO THOMAZ BASTOS  
Ministro da Justiça

### **2) Medida Provisória 157, de 23 de dezembro de 2003**

Altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes, quando em serviço;"

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.  
Brasília, 23 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Márcio Thomaz Bastos*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.12.2003

**ANEXO 8 - PROPOSTA DO CURRÍCULO DE ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DETALHADA PARA GUARDAS MUNICIPAIS, EM PARCERIA COM A POLÍCIA MILITAR**

**ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA GUARDAS MUNICIPAIS EM SERVIÇO EAP/GM**

**OBJETIVOS GERAIS**

Fornecer subsídios complementares para a Guarda Municipal aprimorar suas atividades de segurança urbana, dentro dos limites legais de competência da Guarda Municipal. A presente proposta de EAP dirige-se àquelas Guardas que necessitarem de estágio de atualização e que tiverem interesse em fazê-lo em parceria com a Polícia Militar.

**PROGRAMA**

<b>No.</b>	<b>MATÉRIAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>1</b>	<b>Noções de Direito</b>	<b>5</b>
	a. Direito Penal (contravenção/crime/excludente de ilicitude/"iter criminis", crimes, penas e cumprimento);	
	b. Constituição Federal de 1988 e princípios constitucionais relativos às funções públicas;	
	c. Direito Administrativo Municipal: Serviço, Câmara Municipal, Prefeitura (função, responsabilidade), Poder de Polícia Municipal, Fiscalização e Sanção;	
	d. Legislação esparsa (Abuso de Autoridade, Uso de Algemas, Porte e Tráfico de Entorpecentes, Código do Consumidor, ECA, Imunidade, Direitos humanos);	
e. Norma do Sinarme.		
<b>2</b>	<b>Abordagens diversas (ocorrências, debates e questionamentos)</b>	<b>4</b>
	a. Ética e tolerância. Sociologia;	
b. Discriminação e preconceito de gênero, étnico, social, entre outros.		
<b>3</b>	<b>Primeiros Socorros</b>	<b>4</b>
	a. Medicina Preventiva (cuidados com higiene, exames preventivos, uso adequado de instalação, segurança no trabalho), diagnóstico prévio de doenças;	
b. Socorros de urgência (asfixia, RCP, queimaduras, traumatismos, picadas de insetos venenosos, hemorragias, transporte de vítimas, choque, AVC e desmaios).		
<b>4</b>	<b>Assistência Social e Serviço Municipal</b>	<b>2</b>
	a. Assistência Social e Serviço Social (conceitos, doutrinas e desenvolvimento);	
	b. O município e o cidadão: 1) Necessidades e aspiração; 2) Saúde, educação, saneamento e lazer.	
c. Estrutura municipal para atendimento.		

5	<b>Defesa Pessoal</b>	3
	a. Empregos de armas não letais (tonfa, <i>spray</i> de pimenta, algemas); b. Outros meios de defesa.	
6	<b>Técnica de mediação e resolução pacífica de conflitos</b>	2
7	<b>Atividades Profissionais</b>	3
	Viaturas, manutenção, embarque, desembarque e vigilância.	
8	<b>Tiro Defensivo</b>	10
	a. Manusear o armamento e a munição observando as regras de segurança existentes; b. Empregar defensivamente a arma nas ações de vigilância.	
9	<b>Avaliação</b>	2
	<b>Encerramento</b>	
	<b>Entregas de Certificados e Ofícios</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>35</b>

## 1. Noções de Direito

**Objetivos:** Propiciar conhecimento geral das matérias jurídicas básicas, da legislação especial e dos direitos humanos, com ênfase na proteção da dignidade da pessoa humana e princípios da cidadania.

### Bibliografia:

BASTOS, Celso. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 12<sup>o</sup> ed., 1990.

FRANCO, A . S. et al. – *Código Penal e Interpretação Jurisprudencial* – 4<sup>a</sup> ed. rev. e ampli. – São Paulo: Ed. RT, 1993.

GOMES, Luiz Flávio. *Código Penal, Código de Processo Penal e Constituição Federal*. São Paulo: Ed. RT, 3<sup>a</sup> ed., 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: ed. RT, 1<sup>a</sup> ed., 1996.

MORAES, Alexandre de. *Direitos Humanos Fundamentais*. São Paulo: ed. Atlas, 2<sup>o</sup> ed., 1998.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 5<sup>o</sup> ed., 2002.

ROVER, Cees de. *Para servir e proteger. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança: manual para instrutores*. Trad. Sílvia Backes e Ernani S. Pilla. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1<sup>a</sup> ed. 2003. VER CAPÍTULO “10: Poderes Básicos da Aplicação da Lei. O Uso da Força e de Armas de Fogo”.

Constituição da República Federativa do Brasil.

Lei Orgânica do Município

Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Lei nº 4.898/65 (Abuso de Autoridade)

Lei nº 10.826/03 (SINARM/Desarmamento)

Lei nº 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor)

Lei nº 6.368/76 (Entorpecentes)

Lei nº 9.455/97 (Tortura)

Leis nº 7.716/89 e nº 9.459/97 (Discriminação Racial)

*Programa Estadual de Direitos Humanos.*

*Programa Nacional de Direitos Humanos.*

## **2. Abordagens Diversas**

**Objetivo:** Proporcionar a discussão sobre ética e tolerância, sobre os conflitos sociais com os quais o guarda tem que lidar na prática diária e sobre discriminação e preconceito de gênero, étnico e social, de forma possibilitar ao guarda uma abordagem que contemple esses fenômenos sociais.

### **Bibliografia:**

ROVER, Cees de. *Para servir e proteger. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança: manual para instrutores*. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998. Trad. Sílvia Backes e Ernani S. Pilla. Polícia militar do Estado de São Paulo, 1ª ed. 2003. VER OS SEGUINTE CAPÍTULOS: 11: Aplicação da Lei no Caso dos Grupos Vulneráveis – Mulheres; 12: Aplicação da Lei no Caso de Grupos Vulneráveis – Crianças e Adolescentes; e 13: Aplicação da Lei nos Casos de Grupos Vulneráveis Vítimas da Criminalidade e do Abuso de Poder.

RAMOS, Sílvia. "Minorias e prevenção da violência". Rio de Janeiro, 2002. Texto disponível para download no site <http://www.cesec.ucam.edu.br/publicacoes/textos.asp>

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira – Uma nova perspectiva sociológica*. RJ: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

## **3. Primeiros Socorros**

**Objetivos:** Possibilitar ao guarda atuar como socorrista em ocorrências com vítimas até a chegada da Unidade de Resgate, a adotar as medidas adequadas de segurança no local do acidente e a reconhecer a gravidade das lesões e adotar as manobras de suporte básico da vida, mantendo os sinais vitais da vítima. Contribuir para a criação de padrões de atendimento nas ocorrências, de modo a trabalhar em harmonia com guarnições do Corpo de Bombeiro e pessoal da área de saúde.

## **Bibliografia:**

*Manual de Procedimentos Operacionais Padrão do Sistema de Resgate a Acidentados do Estado de São Paulo*. Secretaria Estadual da Saúde. Corpo de Bombeiros e GRPAe.

LANE, John Cook e ALBARBAN-SOTELO, Ramiro. *Reanimação Cardiorrespiratória Cerebral*. Rio de Janeiro: Editora Médica e Científica Ltda., 1994.

KNOBEL, Elias. *Condutas no Paciente Grave*. São Paulo: Editora Atheneu, 1994.

*Procedimentos em Situações de Emergências – First Aid and CPR*. International Safety Council. Recife, PE: Editora Randal Fonseca, 1993.

ROSEMBERG, Stephen N. *Livro dos Primeiros Socorros – The Johnson & Johnson First Aid Book*. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 1985.

## **4. Assistência Social e Serviços Municipais**

**Objetivos:** Contribuir para o reconhecimento dos serviços existentes no município voltados ao atendimento social, proporcionando uma orientação e um encaminhamento adequado às ocorrências de cunho social e propiciar a integração entre a guarda e os outros órgãos municipais. Discutir o papel do município na prevenção do crime e da violência.

## **Bibliografia:**

GIGLIO, Celso. *Municípios e municipalismo: histórias e desafios para o século XXI*. Osasco, SP: C.<sup>a</sup> Giglio, 2002

\_\_\_\_\_. *A força dos Municípios*. Gráfica e Editora Camargo Soares. 1<sup>a</sup> ed., 2003.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro, RJ: IBAM/DUMA, 2001.

*Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257/01*, coord. Cerdônio Quadros. São Paulo, SP: NDJ, 2001.

BREMAEKER, François E. J. de. *Instrumentos de gestão urbana existentes nos municípios*. Rio de Janeiro, RJ: IBAM/APMC/IBAMCO, 2001.

*Subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira – cidades sustentáveis*. Brasília, DF: IBAM/DUMA, 2000.

*Os Municípios do século XXI: cenários e perspectivas*. (diversos autores). Cepam & Correios. São Paulo, SP: ed. Especial, 1999.

MUNIZ, Jacqueline. "O papel decisivo dos municípios na segurança pública". In. *Segurança Pública: Resultados das Ações do Movimento pela Segurança e Vida*. Assembléia Legislativa de Minas Gerais; pp:50-53. Belo Horizonte, junho de 2000. Texto disponível para download no site <http://www.cesec.ucam.edu.br/publicacoes/textos.asp>

## **5. Defesa Pessoal**

**Objetivos:** Desenvolver a capacidade de utilização de armas não letais na defesa pessoal.

## **Bibliografia:**

*Manual de Defesa Pessoal – M-3-PM*. PMESP. São Paulo: publicado anexo ao Boletim Geral nº 134 de 1992.

*Técnicas Básicas de manuseio do Bastão Tonfa*. PMESP, 1994.

FOX, L. Edward e MATHEWS. K. Donald. *Bases Fisiológicas da educação Física e dos desportos*. 3º ed., Guanabara Koogan, 1996.

## **6. Técnica de mediação e resolução pacífica de conflitos**

**Objetivos:** Contribuir no desenvolvimento de técnicas de mediação e de resolução pacífica de conflitos, de forma a incentivar o uso dessas técnicas, no lugar do uso desnecessário da força.

### **Bibliografia:**

ZAPPAROLLI, Célia Regina e MUSKAT, Malvina Éster. “Adaptação do Método da Mediação para o Serviço de Atendimento Interdisciplinar à População de Baixa Renda”. *Paper* preparado para a Oficina 01, do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais – Identidade, Diferenças e Mediações, organizado pela Rede RIZOMA, da Universidade Federal de Santa Catarina, em abril de 2003. Texto disponível para download no site <http://www.rizoma.ufsc.br/semint/trabalhos/C%E9lia%20Regina%20Zapparolli.Pr%F3%20Mullhe r.doc>

Viva Rio, Mediare e NOOS. *Cartilha de Mediadores*. Brasília: Programa Paz nas Escolas, Secretaria de Direitos Humanos e Ministério da Justiça. Texto disponível para download no site <http://www.mj.gov.br/sedh/paznascolas/Produtos.htm>

Web-Site do Balcão de Direitos: [www.balcaodedireitos.org.br/nacional/](http://www.balcaodedireitos.org.br/nacional/)

## **7. Atividades Profissionais**

**Objetivos:** Propiciar o conhecimento das técnicas de condução e de manutenção preventiva de uma viatura. Trabalhar atitudes e comportamentos para contribuir para construção de uma imagem positiva da guarda.

### **Bibliografia:**

CACCAVALI, Marcos e FERREIRA, Edson. *Manual de Identificação Veicular*. São Paulo: Porto Seguro Seguros. 6º ed., 1999.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia*. Ed. do Desenvolvimento Gerencial.

GASPARINI, Diógenes. *Novo Código de Trânsito*.

LAZZARINI, Álvaro. *Poder de Polícia na Identificação da Pessoa*. Revista A Força Policial nº 01, p. 10.

## **8. Tiro Defensivo**

**Objetivos:** Manusear o armamento e a munição segundo as regras de segurança existentes e desenvolver aptidão para o emprego da arma nas ações de segurança.

### **Bibliografia:**

Manual de Tiro defensivo da Polícia Militar, M-19-PM. PMESP, São Paulo: anexo ao Bol. G PM nº 034, de 1999, 1º ed.

Manual Técnico do CFSdPM. PMESP. São Paulo: Imprensa Oficial, 1995.

### **DIRETRIZES METODOLÓGICAS**

- Metodologia dialogada;
- Dinâmicas de grupo;
- Visitas;
- Aulas participativas, nas quais haja troca entre os professores e os alunos.

### **CORPO DOCENTE**

- Policiais militares, guardas municipais e outros especialistas.

### **FREQUÊNCIA**

- Frequência mínima obrigatória de 75%.

### **AVALIAÇÃO**

- Verificação Final e Participação no Curso.

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
SILVIO PECCIOLI

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
JOÃO AVAMILENO

COORDENADOR GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
LACIR BALDUSCO

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
RAUL SILVEIRA BUENO JÚNIOR

COORDENADOR GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO  
ANTONIO JAIR OLIVEIRA NASCIMENTO

COORDENADOR GT SISTEMA PRISIONAL  
LENER DO NASCIMENTO RIBEIRO

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

[www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

Av. Paulista, 119/ 5º andar

CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Carolina de Mattos Ricardo

João Carlos Miguel Hueb

Paulo de Mesquita Neto

Colaboração da Equipe SPCV:

Ronildo Machado

Tânia Alípio Dieguez

Leandro Velluto





# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 12**  
**26/03/2004 A 26/05/2004**

**27 DE MAIO DE 2004**

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 12**

**27/11/2003 A 25/03/2004**

#### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS
3. GT GUARDAS MUNICIPAIS
4. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
5. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL
6. GT ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO
7. GT SISTEMA PRISIONAL

#### **ANEXOS**

1. RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS ENVIADAS PELOS PREFEITOS E PREFEITAS MEMBROS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA.
2. RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA.
3. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA AS GUARDAS MUNICIPAIS EM PARCERIA COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 17-21 DE MAIO DE 2004.
4. QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE AS GUARDAS MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.
5. LEI Nº 10.867 DE 12 DE MAIO DE 2004

## 1. APRESENTAÇÃO

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e realiza reuniões plenárias trimestralmente.<sup>1</sup> A décima-terceira plenária, que se realizaria no final de junho de 2004, foi antecipada para o final de maio, por deliberação dos prefeitos reunidos na décima-segunda plenária, em 26 de março, com o objetivo de permitir aos prefeitos concentrar atenção, em junho de 2004, às convenções partidárias que escolherão os candidatos às eleições municipais de outubro/novembro de 2004.

As eleições municipais exigirão atenção concentrada dos prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo no período de junho a outubro e, nos casos em que houver segundo turno, novembro de 2004. O Fórum Metropolitano, neste período, enfrentará o desafio de compatibilizar suas atividades regulares com as campanhas eleitorais em andamento na Região Metropolitana e preparar a integração ao Fórum dos prefeitos eleitos em 2004.

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública no período de 26 de março de 2004 a 26 de maio de 2004. Ver seções 2 a 7 e anexos de 1 a 5.

Nos últimos dois meses, as principais atividades e resultados do Fórum Metropolitano de Segurança Pública foram:

A realização do Seminário sobre a Regulamentação do Papel das Guardas Municipais na Segurança Pública no dia 5 de maio, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em São Paulo.

A Realização do Estágio de Atualização Profissional para as Guardas Municipais, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, na semana dos dias 17 a 21 de maio, no Centro de Formação de Praças da Polícia Militar, em São Paulo.

A organização do Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, em parceria com o Banco Mundial e o Instituto São Paulo Contra a Violência, com apoio da Oficina Municipal e da Fundação Instituto para o Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), que se realizará nos dias 21, 23, 29 e 30 de junho e 5 de julho.

---

<sup>1</sup> A primeira reunião aconteceu em março de 2001, a segunda em junho de 2001 e a terceira em setembro de 2001, a quarta em fevereiro de 2002, a quinta em maio de 2002, a sexta em agosto de 2002, a sétima em novembro de 2002, a oitava em fevereiro de 2003, a nona em maio de 2003, a décima em agosto de 2003, a décima primeira em novembro de 2003 e a décima segunda em março de 2004. O Instituto São Paulo Contra a Violência é responsável pela Secretaria-Executiva do Fórum Metropolitano. Informações adicionais disponíveis no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

## **2. COORDENAÇÃO-Geral**

### **2.1. Atividades e Resultados**

Preparação de questionário e levantamento de informações, junto aos prefeitos e prefeitas da Região Metropolitana de São Paulo, sobre a participação dos municípios no Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Onze municípios responderam o questionário: Caieiras, Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Itapevi, Jujutiba, Mogi das Cruzes, Santana do Parnaíba e Santo André. Ver relatório no ANEXO 1.

Organização do Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, em parceria com o Banco Mundial e o Instituto São Paulo Contra a Violência, com apoio da Oficina Municipal e da Fundação Instituto para o Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides). O curso visa capacitar profissionais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo para desenvolver políticas e programas municipais de prevenção do crime e da violência. Terá um total de 40 horas e será realizado nos dias 21, 23, 28 e 30 de junho e 01 de julho de 2004, na sede da Fides, em São Paulo. Maiores informações podem ser encontradas no web site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

### **2.2. Propostas**

Realizar e avaliar o Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência.

Criar uma comissão e/ou comissões regionais para elaborar projetos coletivos de prevenção do crime e da violência, visando à obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para os municípios que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Definir data ara realização da décima-quarta plenária do Fórum Metropolitano e criar comissão para preparar a integração ao Fórum dos prefeitos eleitos em 2004.

### 3. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS

#### 3.1. Atividades e Resultados

Reunião do Grupo de Administração do Infocrim, com participação de representantes do Fórum Metropolitano de São Paulo (Rubens Isquierdo e XXXXXXXXX), Instituto São Paulo Contra a Violência (Paulo de Mesquita Neto), Secretaria de Estado da Segurança Pública (Alguinin Denver de Gaspari e Túlio Kahn) e Coordenadoria dos Consegs (Moacir Rossetti). Participaram também representantes de São Paulo e Mogi das Cruzes (municípios que já têm acesso aos mapas do Infocrim). A reunião realizou-se na Coordenadoria dos Consegs, na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no dia 12 de abril de 2004. Os representantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública entregaram aos representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública o relatório com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Infocrim no desenvolvimento de programas de prevenção da violência. Os representantes da Secretaria e da Coordenadoria dos Consegs se comprometeram a analisar a solicitação e dar uma resposta o mais rapidamente possível ao Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

O município de Cajamar assinou convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a disponibilização de mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência. Incluindo Cajamar, dezesseis municípios já assinaram o convênio. Três municípios já têm acesso aos mapas.

A Fundação Seade lançou em maio o Sistema Integrado de Informações Criminais (SIIC), que reúne informações sobre o funcionamento da justiça criminal paulista, séries históricas de estatísticas policiais, dados geo-processados sobre determinados crimes e ainda um guia de sítios de instituições que produzem e analisam informações estatísticas sobre justiça e segurança pública. Estão à disposição do público, no web-site da Fundação Seade ([www.seade.gov.br/produtos/siic/index.html](http://www.seade.gov.br/produtos/siic/index.html)), estatísticas da justiça criminal entre os anos 1991 e 1998, séries históricas de estatísticas policiais do período de 1981 a 2002, para o Município de São Paulo e Região Policial da Grande São Paulo, e de 1997 a 2002, para o Estado de São Paulo.

#### 3.2. Propostas

Dar continuidade ao processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim, e desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

Capacitar os profissionais que realizarem o Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência para utilizar os mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DE GUARDAS MUNICIPAIS**

### **4.1. Atividades e Resultados**

Realização do Seminário sobre a Regulamentação do Papel das Guardas Municipais na Segurança Pública, no dia 5 de maio, na sede da Federação do Comércio/SESC de São Paulo (ver relatório no ANEXO 2).

Realização do Estágio de Atualização Profissional para as Guardas Municipais, em parceria com a Polícia Militar, no Centro de Formação de Praças da Polícia Militar, na semana de 17 a 21 de maio. Com a participação de guardas municipais de 17 municípios: Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Suzano (ver relatório no ANEXO 4).

Levantamento de informações sobre as guardas municipais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (ver ANEXO 4).

### **4.2. Propostas**

Realizar estágios de atualização profissional para as guardas municipais em parceria com a Polícia Militar, por região, na Grande São Paulo.

Completar o levantamento de informações sobre as guardas municipais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com as seguintes informações:

- Data da criação;
- Efetivo da guarda municipal (masculino e feminino);
- Secretaria/órgão ao qual a guarda está subordinada;
- Escolaridade mínima para guardas municipais;
- Uso de arma de fogo;
- Órgãos de controle interno e externo das guardas municipais (corregedorias, ouvidorias etc);
- Código de conduta ou regulamento disciplinar;
- Gastos do município com segurança pública em 2003;
- Ocorrências registradas pela guarda em 2001, 2002 e 2003.

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **5.1. Atividades e Resultados**

Levantamento de informações sobre projetos de prevenção da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

### **5.2. Propostas**

Ampliar o número de projetos do Banco de Projetos de Prevenção da Violência.

Acompanhar e apoiar o processo de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo.

Trabalhar em conjunto com o Grupo de Trabalho de Comunicação Social para organizar o 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência e a 2ª Edição do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **6.1. Atividades e Resultados**

Atualização do web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

### **6.2. Propostas**

Manter atualizado o web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

Realizar o 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência. Data: agosto/setembro de 2004.

Realizar a 2ª Edição do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Realizar a cerimônia de premiação no 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência. Data: agosto/setembro de 2004.

Elaborar a 3ª edição do Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Data da publicação: a definir.



## **7. GRUPO DE TRABALHO DE LEGISLAÇÃO E POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

### **7.1. Atividades e Resultados**

Acompanhamento da tramitação e aprovação da lei nº 10.867 de 12 de maio de 2004, que altera o Estatuto do Desarmamento e autoriza guardas municipais de cidades com mais de 50 mil habitantes e menos de 500 mil habitantes a portarem armas quando em serviço e que autoriza guardas municipais de cidades que compõem regiões metropolitanas, independentemente do número de habitantes, a portarem armas (ver ANEXO 5).

Acompanhamento do processo de regulamentação da lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Um projeto de decreto que regulamenta o Estatuto do Desarmamento foi apresentado aos ministros da Justiça e da Defesa no dia 20 de maio de 2004. O projeto de decreto foi preparado por uma comissão formada por funcionários dos dois ministérios e deverá ser encaminhada pelos ministros à casa Civil da Presidência da República. O projeto do decreto regulamenta o porte de arma de fogo por guardas municipais nos artigos 40 a 45 (ver ANEXO X). A íntegra do projeto de decreto está disponível no web-site do Fórum Metropolitano [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

### **7.2. Propostas**

**MOÇÃO DO FÓRUM SOBRE O PROJETO DE DECRETO REGULAMENTANDO O ESTATUTO DO DESARMAMENTO??????**

Acompanhar e apoiar a implementação da “lei seca” e da lei que obriga a divulgação do Disque-Denúncia nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

## **ANEXO 1 – RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS ENVIADAS PELOS PREFEITOS E PREFEITAS MEMBROS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

A Coordenação-Geral do Fórum Metropolitano de Segurança Pública enviou, em 31 de março de 2004, correspondência e questionário aos prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo solicitando informações sobre a questão da violência em cada município e sobre as expectativas de cada município em relação ao Fórum. A correspondência e o questionário foram novamente enviados aos prefeitos, via fax, nos dias 29 e 30 de abril, e em 12 de maio.

Até o dia 21 de maio, os seguintes municípios enviaram o questionário respondido à Coordenação-Geral: Caieiras, Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Itapevi, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Santana do Parnaíba e Santo André.

Examinadas as respostas das onze prefeituras, verificou-se as seguintes propostas:

- Criação de boletim interno freqüente, possivelmente quinzenal.
- Ampliar o trabalho de divulgação do Fórum na mídia
- Ampliar a discussão através do envolvimento de outras esferas de Poder e de órgãos e/ou pessoas envolvidos no combate e prevenção à violência.
- Criar núcleos de estudos e participação regionais, envolvendo cada vez mais as prefeituras na utilização do Fórum Metropolitano como um canal de efetiva troca de informações e busca de soluções conjuntas como, por exemplo, **segurança integrada????**, para a questão da violência nos municípios da GSP.
- Criar carta de intenções com as teses debatidas no Fórum a ser enviada aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- Aumentar o contato e entrosamento concreto e efetivo entre prefeituras?????????.

**ANEXO 2 - RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO SOBRE O PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO E OS MUNICÍPIOS DO FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA, FIRMADO EM 1º DE JULHO DE 2002, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

**PRIMEIRO RELATÓRIO – ABRIL DE 2004**

**SUMÁRIO**

1. Municípios que têm acesso aos mapas do Infocrim
2. Municípios que assinaram convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública
3. Municípios que entregaram documentos para assinatura de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública
4. Municípios que não entregaram documentos para assinatura de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública
5. Relatório sobre a utilização dos mapas do Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência.

**RELATÓRIO**

**1. Municípios que têm acesso aos mapas do Infocrim**

<b>Município</b>	<b>Acesso aos Mapas do Infocrim</b>
Guarulhos	Setembro de 2003
Mogi das Cruzes	Dezembro de 2003
São Paulo	Julho de 2003

**2. Municípios que assinaram convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública**

<b>Município</b>	<b>Assinatura do Convênio com SSP</b>
Caieiras	
Cotia	
Diadema	
Embu	
Itapecerica da Serra	
Juquitiba	
Mairiporã	
Pirapora do Bom Jesus	
Santana do Paranaíba	
São Caetano do Sul	
São Lourenço da Serra	
Suzano	

### 3. Municípios que entregaram documentos para assinatura de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública

Município	Entrega da documentação à SSP
Barueri	
Cajamar	
Embu-Guaçu	
Franco da Rocha	
Itapevi	
Mauá	
Santa Isabel	
Santo André	
Taboão da Serra	

### 4. Municípios que não entregaram documentos para assinatura de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública

Arujá
Biritiba Mirim
Carapicuíba
Ferraz de Vasconcelos
Francisco Morato
Guararema
Itaquaquecetuba
Jandira
Osasco
Poá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Salesópolis
São Bernardo do Campo
Vargem Grande Paulista

### 5. Relatório sobre a utilização dos mapas do Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência.

Em 1º de julho de 2002, os 39 municípios que integram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública assinaram o Protocolo de Intenções com o Estado de São Paulo, referente à disponibilização dos mapas do Infocrim para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência.

Até o início de abril de 2004, catorze municípios haviam assinado convênio com o Estado para implementação do Protocolo de Intenções e três municípios passaram a ter acesso aos mapas do Infocrim: São Paulo (julho de 2003), Guarulhos (setembro de 2003) e Mogi das Cruzes (dezembro de 2003).

As prefeituras de São Paulo e Guarulhos apresentaram ao Fórum Metropolitano de Segurança, na reunião plenária realizada no dia 27 de novembro de 2003, um relatório sobre o acesso aos mapas do Infocrim e sua utilização para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência. Os principais pontos deste relatório são apresentados a seguir:

## *O ACESSO AOS MAPAS DO SISTEMA INFOCRIM*

O Sistema Infocrim é uma excelente ferramenta de trabalho para a elaboração e implementação de planos de ação com a finalidade de prevenir a violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, o grau de acesso aos mapas do Sistema Infocrim oferecido aos municípios pela Secretaria de Estado da Segurança Pública não permite a elaboração de um bom plano de ação para prevenção da violência e melhoria da segurança pública por parte das prefeituras.

As principais constatações das prefeituras, a partir do acesso aos mapas do Sistema Infocrim, foram as seguintes:

- O sistema de pesquisa é lento, chegando a levar de 2 a 3 minutos para gerar as informações e o mapa;
- O tipo de legenda que informa as quantidades das ocorrências é fornecido através de uma escala que não permite ter o nº exato das ocorrências;
- O sistema informa apenas o logradouro em toda a sua extensão, não permitindo conhecer o local exato ou aproximado da ocorrência. Ex. Uma avenida de mais de 5 Km de via é assinalada em toda a sua extensão. O mesmo ocorre na grade de 300 metros.

## *SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAMENTO*

Diante dessas constatações, as prefeituras encaminham as seguintes sugestões:

### Períodos

Seja permitida a consulta não apenas por períodos de sete dias, mas por períodos de um dia, uma semana e um mês.

### Horários

Seja permitida a consulta da incidência de ocorrências criminais não mais por madrugada, manhã, tarde ou noite, mas, sim, por horas do dia.

### Logradouros

Seja permitida, além da consulta aos mapas assinalando os logradouros com maior incidência de ocorrências criminais, a consulta à grade com a relação dos logradouros com maior incidência de ocorrências.

### Mapas

Que nos mapas de logradouros e de regiões/distritos constem os pontos do local das ocorrências criminais, com legendas identificando a natureza e o número de ocorrências.

### Legendas

Que seja fornecido sempre o número absoluto de ocorrências criminais.

## **ANEXO 3 - RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

**Fórum Metropolitano de Segurança Pública  
Grupo de Trabalho de Guarda Municipal**

**05 de maio de 2004**

**Federação do Comércio do Estado de São Paulo, São Paulo, SP**

O objetivo do Seminário foi apresentar e discutir a proposta de regulamentação das guardas municipais. O coordenador do GT das Guardas Municipais do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, Benedito Mariano, Secretário de Segurança Urbana de São Paulo, apresentou a proposta e conduziu os debates.

O Seminário contou com a participação de representantes dos seguintes municípios: Barueri, Cajamar, Embu, Embu Guaçu, Franco da Rocha, Francisco Morato, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista. Participaram também, representantes da Polícia Militar (DAMCO), Instituto Sou da Paz, da Associação Brasileira de Segurança Orgânica (ABSO) e do Instituto São Paulo Contra a Violência.

Os debates se concentraram em torno de pontos do projeto de lei apresentado pelo coordenador e as principais sugestões de alteração aprovadas pelo grupo de presentes seguem abaixo **em itálico e negrito**.

Além das alterações em itálico e negrito, a questão sobre a necessidade de estabelecer requisitos psicológicos mínimos para que guardas possam portar armas, não foi decidida. Os participantes concordavam com essa necessidade, mas não com a viabilidade de sua inclusão em uma lei federal. A sugestão final sobre a questão foi aguardar a aprovação e a publicação do decreto que regulamenta o Estatuto do Desarmamento, no qual constam requisitos para o porte de armas e utilizá-lo como referência na lei federal que regulamenta as atribuições das guardas municipais na segurança pública.

### **Minuta de Projeto de Lei Federal, que regulamenta o Projeto de Emenda Constitucional nº 534/02.**

Dispõe sobre regulamentação, atribuições e competências das Guardas Civis Municipais como órgãos do Sistema de Segurança Pública em todo o Território Nacional e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Incumbe às Guardas Civis Municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas, podendo ser armadas, e desde que atendidas às exigências previstas na presente lei, a função de polícia municipal preventiva e comunitária, ressalvadas as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

**Art. 2º** - São atribuições **prioritárias** das Guardas Civis Municipais:

- I. realizar policiamento preventivo permanente, no território do município, interagindo com as polícias estaduais, para a proteção da população, agindo junto à comunidade objetivando diminuir a violência e a criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;
- II. prevenir e inibir atos delituosos que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, priorizando a segurança escolar;
- III. realizar policiamento preventivo de trânsito, nas vias e logradouros municipais;
- IV. realizar policiamento preventivo permanente com vistas a inibir **prioritariamente** delitos de pequena gravidade;
- V. proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- VI. executar e apoiar atividades de Defesa Civil Municipal;
- VII. estabelecer mecanismos de interação com a sociedade civil para discussões de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança nas comunidades;
- VIII. estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, **\*\* (excluir o seguinte trecho: por meio da celebração de convênios entre as Prefeituras Municipais e o Poder Público Estadual e Federal)**, com vistas a implementação de ações policiais integradas e preventivas;
- IX. estabelecer articulação com os órgãos municipais de políticas sociais, visando ações interdisciplinares de segurança no Município;
- X. estabelecer integração com os órgãos de poder de polícia administrativa, visando contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

**Art. 3º** - As Guardas Civis Municipais são subordinadas aos respectivos Prefeitos.

**Art. 4º** - As Guardas Civis Municipais terão Corregedorias próprias, autônomas dos comandos, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos servidores integrantes de seu quadro, assim como Regulamentos Disciplinares próprios, conforme dispuser a lei municipal.

**Art. 5º** - Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma funcional, por tempo integral, enquanto se encontrar no serviço ativo, dentro dos limites territoriais do Município da instituição a que pertença.

**§ 1º** - Os guardas civis municipais poderão, excepcionalmente, utilizar arma fora dos limites territoriais do município a que pertença sua instituição, quando estiverem participando de ações integradas com órgãos policiais estaduais ou federais de segurança ou com Guardas de outros Municípios, mediante autorização expressa do Comandante da instituição ou do Secretário da pasta a que esta esteja subordinada.

**§ 2º** - Excetua-se o uso da arma pelo Guarda Civil Municipal por restrição que venha a ter por motivo de saúde **comprovado por laudo pericial elaborado por órgão competente**, decisão judicial ou decisão do Comando da Guarda que justifique a suspensão da medida.

**Art. 6º** - As Guardas Civis Municipais instituirão Plano de Cargos, Salários e Carreira Única, por meio de lei municipal.

**Art. 7º** - Deverão ser criadas Academias de Polícia Municipal ou Centros de Formação com a finalidade de capacitar, formar e promover o aprimoramento dos integrantes do quadro de

servidores das Guardas Civis Municipais, tendo como princípio que a função das Guardas Civis é preventiva, comunitária e de promoção dos direitos humanos fundamentais.

**Parágrafo Único** – Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando ao atendimento do disposto no caput deste artigo.

**Art. 8º** - A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, disponibilizará linha telefônica de 3 (três) dígitos e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que tenham Guardas Civis.

**Art. 9º** - O Ministério da Defesa disciplinará, por meio de portaria, a normatização da compra e registro das armas e munições para Guardas Civis Municipais.

**Art. 10º** - Fica criado na esfera do Ministério da Justiça o Conselho Federal das Guardas Civis Municipais, cuja regulamentação será objeto de decreto do Poder Executivo.

**§ 1º** - caberá ao Conselho Federal credenciar as Guardas Civis Municipais, fiscalizar, acompanhar a execução de programas municipais de segurança e estabelecer diretrizes gerais das Guardas Civis Municipais;

**§ 2º** - o Ministro da Justiça, por meio de portaria, estabelecerá a composição do Conselho Federal das Guardas Civis, **que deverá, contar, necessariamente, com representação significativa de Organizações da Sociedade Civil;**

**§ 3º** - as Instituições já existentes continuarão a exercer o *múnus publico* voltadas para a segurança comunitária, sem prejuízo de, oportunamente, atender aos requisitos estabelecidos na regulamentação prevista no *caput* deste artigo.

**Art. 11** - Serão criadas Ouvidorias de Polícia Municipal, órgãos permanentes, com atribuições de fiscalização **e, excepcionalmente, de** investigação e auditoria das Guardas Civis Municipais. Os ouvidores de polícia municipal, autônomos e independentes, serão nomeados pelo Prefeito, observando-se o disposto em Lei Municipal.

**§ 1º O município que possuir uma Ouvidoria Geral, fica dispensado da necessidade de criação de uma Ouvidoria própria de Polícia Municipal.**

**Art. 12** - As Guardas Civis Municipais, regulamentadas pelo Conselho Federal das Guardas Civis, passarão a ter os benefícios da Lei Federal nº 9.493/97, relativos à aquisição de viaturas, aparelhos transmissores, armas e munições.

**Parágrafo único** – Os municípios que não instituírem Guardas Civis Municipais e que contribuam com as polícias estaduais ou federal, fornecendo viaturas e aparelhos transmissores, terão direito aos benefícios da Lei Federal nº 9.493/97.

**Art. 13** – Aplica-se a presente Lei a todas as Guardas Municipais já existentes e àquelas que venham a ser instituídas, não sendo sua instituição compulsória a nenhum município.

**Art. 14** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**ANEXO 4 - AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA AS  
GUARDAS MUNICIPAIS EM PARCERIA COM A PM – 17- 21 DE MAIO**

**ANEXO 5 -QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE AS GUARDAS MUNICIPAIS DOS  
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.**

**ANEXO 5 – LEI Nº 10.867 DE 12 DE MAIO DE 2004**

Altera o art. 6o da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o O art. 6o da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

.....

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

.....

§ 3o A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército.

.....

§ 6o Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço." (NR)

Art. 2o (VETADO)

Art. 3o Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 12 de maio de 2004; 183o da Independência e 116o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

DECRETO N o DE DE DE 2004.  
Regulamenta a Lei n o 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências".

#### Subseção V DAS GUARDAS MUNICIPAIS

Art. 40. Cabe ao Ministério da Justiça, diretamente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados ou Prefeituras, nos termos do §3 o do art. 6 o da Lei n o 10.826, de 2003:

- I – conceder autorização para o funcionamento dos cursos de formação de guardas municipais;
- II – fixar o currículo dos cursos de formação e concessão de Porte de Arma de Fogo;
- III – fiscalizar os cursos mencionados no inciso anterior; e
- IV – fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.

Parágrafo único. A competência prevista no inciso I deste artigo não será objeto de convênio.

Art. 41. Compete ao Comando do Exército, autorizar a aquisição de armas de fogo e de munições

para as Guardas Municipais, nos termos do §3 o do art. 6 o da Lei n o 10.826, de 2003.

Art. 42. O Porte de Arma de Fogo aos profissionais citados nos incisos III e IV, do art. 6 o , da Lei

n o 10.826, de 2003, será concedido desde que comprovada a realização de treinamento técnico de, no

mínimo, sessenta horas para armas de repetição e cem horas para arma semi-automática.

§1 o O treinamento de que trata o **caput** desse artigo deverá ter, no mínimo, 65% de conteúdo prático.

§2 o O curso de formação dos profissionais das Guardas Municipais deverá conter técnicas de tiro

defensivo e defesa pessoal.

§3 o Os profissionais da Guarda Municipal deverão ser submetidos a estágio de qualificação profissional por, no mínimo, 80 horas ao ano.

§4 o Não será concedido aos profissionais das Guardas Municipais Porte de Arma de Fogo de calibre restrito, privativos das forças policiais e forças armadas.

Art. 43. O profissional da Guarda Municipal com Porte de Arma de Fogo deverá ser submetido, a cada dois anos, a teste de capacidade psicológica e, sempre que estiver envolvido em evento de disparo de

arma de fogo em via pública, com ou sem vítimas, deverá apresentar relatório circunstanciado, ao

Comando da Guarda Civil e ao Órgão Corregedor para justificar o motivo da utilização da arma.

Art. 44. A Polícia Federal poderá conceder Porte de Arma de Fogo, nos termos no §3 o do art. 6 o ,

da Lei n o 10.826, de 2003, às Guardas Municipais dos municípios que tenham criado corregedoria própria

e autônoma, para a apuração de infrações disciplinares atribuídas aos servidores integrantes do Quadro da

Guarda Municipal.

Parágrafo único. A concessão a que se refere o **caput** dependerá, também, da existência de

Ouvidoria, como órgão permanente, autônomo e independente, com competência para fiscalizar, investigar, auditar e propor políticas de qualificação das atividades desenvolvidas pelos integrantes das Guardas Municipais

Art. 45. A autorização de Porte de Arma de Fogo pertencente às Guardas Municipais terá validade somente nos limites territoriais do respectivo município.

Parágrafo único. Poderá ser autorizado o Porte de Arma de Fogo para os integrantes das Guardas

Municipais previstos no inciso III do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, nos deslocamentos para sua

residência, quando esta estiver localizada em outro município.

## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO**

COORDENADOR-GERAL  
LACIR BALDUSCO

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
BENEDITO MARIANO

COORDENADORA GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
DALVANI CAMEZ

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
RAUL SILVEIRA BUENO JÚNIOR

COORDENADOR GT LEGISLAÇÃO E POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA  
SILVIO PECCIOLI

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

[www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

Av. Paulista, 119/ 5º andar

CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Carolina de Mattos Ricardo

João Carlos Miguel Hueb

Paulo de Mesquita Neto

Colaboração da Equipe SPCV:

Ronildo Machado

Tânia Alípio Dieguez

Leandro Velluto



# Fórum Metropolitano de Segurança Pública

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS - 13**

**Balanço Geral de 29/03/2001 a 01/12/2004**

**02 de dezembro de 2004**

***“Moedas não compram a paz, armas não inibem a violência e nem todo sangue do mundo sacia os intolerantes”***

**Lacir Baldusco – Coordenador Geral 2004**

## **O QUE OS PREFEITOS DIZEM SOBRE O FÓRUM...**

*“O Fórum Metropolitano de Segurança Pública tem sido o melhor ambiente para discutirmos regionalmente a violência. É também vitrine para medidas públicas municipais de grande alcance, como é o caso da Lei seca.”*

**Gilberto Macedo Gil Arantes, Prefeito de Barueri**

*“Fruto do idealismo e persistência daqueles que almejam uma sociedade mais justa e mais segura para os seus contemporâneos.”*

**Joaquim H. Pedroso Neto, Prefeito de Cotia**

*“Que o Fórum Metropolitano de Segurança Pública mostrou-se muito útil para aumentar a ação das prefeituras na área de Segurança Pública, mas sua consolidação nos próximos anos está vinculada essencialmente à aprovação pela Câmara dos Deputados da Emenda Constitucional, já aprovada no Senado, que atribui tarefa de segurança aos municípios e, também, está vinculada à criação por lei estadual, ratificada pelos municípios, de um Fundo Metropolitano de Segurança e de um Conselho Metropolitano de Segurança com a participação, em ambos, dos municípios e do governo estadual.”*

**Elói Pietá, Prefeito de Guarulhos**

*“O Fórum, experiência inédita no Brasil, firmou-se como um importante meio para garantir visibilidade à Grande São Paulo, além de potencializar o poder político dos 39 prefeitos. Trazendo a tona o problema da violência das grandes cidades, estabeleceu uma nova consciência política e social de união e de procura de soluções conjuntas.”*

**Lacir Balduino, Prefeito de Itapeverica da Serra**

*“A integração e as ações conjuntas das 39 prefeituras participantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública foram fatores determinantes para o reconhecimento do trabalho realizado em prol dos municípios do nosso Estado.”*

**Dalvani Anália Nasi Caraméz, Prefeita de Itapevi**

*“É muito gratificante participar do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e, em especial, senti-me muito honrado em desempenhar a função de Coordenador do Grupo de Trabalho de Prevenção da Violência em 2002, colaborando na divulgação e implementação das diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento de ações, visando a redução da criminalidade e da violência em nossa região.”*

**Junji Abe, Prefeito de Mogi das Cruzes**

*“Acredito que o Fórum Metropolitano de Segurança Pública vem sendo um importante canal para a troca de experiências, de luta constante, por parte dos municípios, contra a violência.”*

**Raul Silveira Bueno Junior, Prefeito de Pirapora do Bom Jesus**

*“Sempre atuei de forma intensa no Fórum Metropolitano de Segurança Pública, por acreditar que a união dos prefeitos em torno de um dos principais temas que aflige a sociedade, a violência, tem que ser combatida em sua raiz por todas as instâncias do setor público. Mas paralelamente ao tratamento das causas, é preciso combater, também, a crise aguda de violência. Por isso, no Fórum, sempre defendi incondicionalmente a regulamentação do papel das Guardas Municipais, dando poder de polícia a essas corporações, mantendo-as responsavelmente armadas, para que possam fazer parte da segurança dos cidadãos. Estas são medidas que, no mínimo, iniciam a organização da tarefa de combater o crime que está mais do que organizado.”*

**Silvio Peccioli, Prefeito de Santana de Parnaíba**

*“É relevante destacar que o Fórum Metropolitano de Segurança, pela oportunidade de suas ações, é um importante instrumento na elaboração de políticas públicas em nosso município.”*

**João Avamileno, Prefeito de Santo André**

*“O Fórum Metropolitano de Segurança Pública representa a maior política de integração regional entre municípios com vistas a ações preventivas de inibição da violência e da criminalidade.”*

**Benedito Domingos Mariano, Secretário de Segurança Urbana de São Paulo**



**FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SÃO PAULO**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RESULTADOS E PROPOSTAS – 13**

**Balanço Geral de 29/03/2001 a 01/12/2004**

**SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO \_\_\_\_\_ p. 04
2. A SEGURANÇA PÚBLICA E O FÓRUM METROPOLITANO EM 2001, 2002, 2003 E 2004 \_\_\_\_\_ p. 07
3. COORDENAÇÃO \_\_\_\_\_ p. 10
4. GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS \_\_\_\_\_ p. 12
5. GT GUARDAS MUNICIPAIS \_\_\_\_\_ p. 14
6. GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA \_\_\_\_\_ p. 16
7. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL \_\_\_\_\_ p. 18
8. GT LEGISLAÇÃO E POLITICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA \_\_\_\_\_ p. 20

**ANEXOS**

1. AGENDA MÍNIMA \_\_\_\_\_ p. 22
2. FICHA TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS \_\_\_\_\_ p. 27

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório é uma prestação de contas das atividades realizadas e dos resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, desde sua criação em março de 2001 até dezembro de 2004, nos seus quase quatro anos de existência.

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública – São Paulo é uma organização informal, sem fins lucrativos, suprapartidária, que congrega os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo para, juntamente com especialistas, representantes da sociedade civil, do governo estadual e do governo federal, discutir, propor, avaliar e apoiar ações para a redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo. A Secretaria Executiva do Fórum Metropolitano é executada pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, organização não governamental ([www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)).

A missão do Fórum Metropolitano de Segurança Pública é promover a redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo, particularmente através de ações de natureza preventiva e parcerias entre a sociedade civil, a universidade, os governos municipais, o governo estadual e o governo federal.

São objetivos do Fórum Metropolitano de Segurança Pública:

Produzir e disseminar informação, buscando para isso a colaboração dos meios de comunicação social, sobre o problema da violência na Região Metropolitana de São Paulo e as políticas, programas e ações capazes de solucionar o problema.

Estimular a participação das Prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo no debate e na implementação de soluções para o problema da violência, seja através da incorporação da prevenção da violência como uma das dimensões das políticas urbanas e sociais, seja através da criação de uma secretaria ou coordenadoria para desenvolver políticas municipais de segurança pública.

Intensificar a colaboração entre governos municipais e destes com a sociedade civil, a universidade e o setor privado, no desenvolvimento e sustentação de estratégias preventivas de redução da violência, tanto de natureza social como de natureza situacional.

Promover a colaboração entre os governos municipais, o governo estadual e o governo federal, no desenvolvimento e sustentação de uma política de segurança pública para a Região Metropolitana de São Paulo.

A criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública marcou o início de uma transformação estrutural na forma de lidar com o problema da segurança pública, na qual os municípios passaram a desempenhar um papel essencial. O que antes era sinônimo de exclusiva atuação policial e do Governo do Estado passou a ser entendido como um problema complexo para o qual só é possível propor soluções efetivas com a ampla participação de todos os níveis governamentais e de organizações da sociedade civil.

Dessa forma, os municípios passaram a reivindicar uma maior participação na política de segurança pública e a assumir uma série de responsabilidades relativas à segurança pública através da utilização de informações criminais provenientes do Infocrim e de outras fontes, da criação de secretarias e/ou órgãos de gestão da segurança urbana, da criação e/ou ampliação da guarda municipal, da implementação de programas de prevenção do crime e da violência, da adoção de leis específicas sobre o tema, do posicionamento público sobre questões relevantes para a segurança pública, dando um passo além do mero repasse de recursos e de outros tipos de auxílio ao Governo do Estado.

O Fórum Metropolitano contribuiu de forma considerável para que as administrações municipais passassem a desenvolver de forma organizada e integrada, programas e políticas de segurança pública, bem como para a troca de experiências entre os municípios e para produção de conhecimento na área da segurança pública e, mais especificamente, na área de prevenção do crime e da violência. O objetivo esperado é que o Fórum possa continuar contribuindo para as novas administrações. O acesso aos mapas e dados do Infocrim pelos municípios, o incentivo para a aprovação de leis (como a lei de Criação do Conselho Municipal pela Cultura de Paz, de criação do Conselho Municipal de Segurança Pública e a “lei seca”), a organização de um banco de projetos de prevenção da violência, a sistematização das diferentes informações sobre segurança pública, a criação de órgãos para a gestão da política municipal de segurança pública e o posicionamento coletivo sobre temas relevantes, são algumas das formas pelas quais o Fórum tem trabalhado.

Desde o seu início, 5 municípios passaram a ter acesso aos mapas e dados do Infocrim, foram criadas 4 novas guardas municipais, totalizando 26 nos 39 municípios da Região Metropolitana. Foram também criadas 5 novas secretarias (ou outro órgão equivalente) responsável pela segurança pública dos municípios, em um total de 11 municípios com órgão responsável pela segurança pública. Dos 39, 16 municípios adotaram a lei que regulamenta o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”). Essas ações são exemplos de uma nova forma de atuar na segurança pública que vem sendo adotada pelos municípios.

Este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Fórum Metropolitano de Segurança Pública e seus respectivos grupos de trabalho no período de 29 de março de 2001 a 1º de dezembro de 2004<sup>1</sup>, bem como as propostas de continuidade das atividades para o ano de 2005. Ver seções 3 a 8.

O relatório apresenta também dois anexos, sendo o primeiro deles a Agenda Mínima de Propostas para Políticas e Programas Municipais de Segurança Pública elaborada pelo Fórum Metropolitano, com base na sua experiência acumulada, e o segundo deles, uma

---

<sup>1</sup>O Fórum Metropolitano de Segurança Pública reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e realiza reuniões plenárias trimestralmente. A primeira reunião aconteceu em março de 2001, a segunda em junho de 2001 e a terceira em setembro de 2001, a quarta em fevereiro de 2002, a quinta em maio de 2002, a sexta em agosto de 2002, a sétima em novembro de 2002, a oitava em fevereiro de 2003, a nona em maio de 2003, a décima em agosto de 2003, a décima primeira em novembro de 2003 e a décima segunda em maio de 2004. O Instituto São Paulo Contra a Violência é responsável pela Secretaria-Executiva do Fórum Metropolitano. Informações adicionais disponíveis no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

série de fichas técnicas contendo informações relevantes para a segurança pública de cada um dos 39 municípios que compõem o Fórum Metropolitano de Segurança Pública de São Paulo.

Cada ficha técnica as seguintes informações:

- Prefeito 2001/2004
- Prefeito 2005/2008
- População 2004: *Fonte DATASUS*
- Efetivo da Polícia Militar: *Fonte CAP/SSP/SP*
- Efetivo da Polícia Civil: *Fonte CAP/SSP/SP*
- Órgão Municipal responsável pela segurança pública: *Fonte Fórum Metropolitano*
- Efetivo da Guarda Civil: *Fonte Fórum Metropolitano*
- “Lei Seca”: *Fonte Fórum Metropolitano*
- “Lei do Disque Denúncia”: *Fonte Fórum Metropolitano*
- Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento: *Fonte Fórum Metropolitano*
- Taxas de homicídios, roubos e furtos de veículos, roubos e furtos, dos anos 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003: *Fonte SSP/IBGE/ISPCV*
- Taxas de Mortes por Agressão de 1995 a 2003: *Fonte Fundação Seade.*

## **2. A SEGURANÇA PÚBLICA E O FÓRUM METROPOLITANO EM 2001, 2002, 2003 e 2004**

Ao longo de 2001, 2002, 2003 e 2004 o Fórum contou com as seguintes coordenações:

### **2001:**

Coordenação Geral – Elói Pietá (Guarulhos)  
GT Informações Criminais – Marta Suplicy (São Paulo)  
GT Guardas Municipais – Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)  
GT Prevenção da Violência – Maurício Soares (São Bernardo do Campo)  
GT Comunicação Social – Lener Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra)

### **2002:**

Coordenação Geral – Celso Giglio (Osasco)  
GT Informações Criminais – Elói Pietá (Guarulhos)  
GT Guardas Municipais – Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)  
GT Prevenção da Violência – Junji Abe (Mogi das Cruzes)  
GT Comunicação Social – Dalvani Caraméz (Itapevi)  
GT Acompanhamento Legislativo – Luiz Olinto Tortorello (São Caetano do Sul)

### **2003:**

Coordenação Geral – Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)  
GT Informações Criminais – Elói Pietá (Guarulhos)  
GT Guardas Municipais – João Avamileno (Santo André)  
GT Prevenção da Violência – Lacir Baldusco (Itapeçerica da Serra)  
GT Comunicação Social – Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus)  
GT Acompanhamento Legislativo – Antonio Jair Oliveira Nascimento (Mairiporã)  
GT Sistema Prisional - Lener Nascimento Ribeiro (São Lourenço da Serra)

### **2004:**

Coordenação Geral – Lacir Baldusco (Itapeçerica da Serra)  
GT Informações Criminais – Elói Pietá (Guarulhos)  
GT Guardas Municipais – Benedito Mariano (Secretário de Segurança Urbana de São Paulo)  
GT Prevenção da Violência – Dalvani Caraméz (Itapevi)  
GT Comunicação Social – Raul Silveira Bueno Júnior (Pirapora do Bom Jesus)  
GT Legislação e Política Criminal e Penitenciária – Silvio Peccioli (Santana de Parnaíba)

Desde a sua criação o Fórum Metropolitano contou com diferentes tipos e graus de participação dos prefeitos e representantes. Em alguns casos, foi o próprio prefeito(a) quem participou diretamente dos trabalhos do Fórum, especialmente prefeitos(as) que em algum momento participaram da coordenação. Em muitos casos, houve a designação de um ou mais técnicos da prefeitura para acompanhar e realizar as atividades do Fórum de forma constante e em outros casos, houve uma grande variação entre os técnicos responsáveis por representar o município nos trabalhos do Fórum.

Além da participação direta nas atividades do Fórum Metropolitano, muitos prefeitos(as) passaram a desenvolver políticas e ações de segurança pública em seus municípios. Assim, a elaboração e implementação de Planos Municipais de Segurança Pública, a criação e estruturação de guardas municipais e/ou de secretarias ou algum outro órgão

responsável por gerir a segurança pública no município, a adoção da lei que regulamenta os horários de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas e a implementação de programas de prevenção da violência foram algumas das medidas adotadas em alguns municípios.

Desde a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, em março de 2001, foi possível verificar as seguintes ações:

- Cinco municípios com acesso aos mapas e dados do Infocrim: São Paulo, Guarulhos, Diadema, Mogi das Cruzes e São Caetano do Sul;
- Criação de guardas municipais em: Embu, Mogi das Cruzes, Suzano e Vargem Grande Paulista (Arujá, Caieiras, Cajamar, Cotia, Diadema, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Mairiporã, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra já possuíam guardas municipais antes de 2001);
- Criação de secretaria (ou órgão equivalente) municipal responsável pela segurança pública em: Guarulhos, Itapeverica da Serra, Mauá, Mogi das Cruzes e São Paulo (Cotia, Diadema, Embu-Guaçu, Guararema, Mairiporã e Santo André já possuíam secretaria/outro órgão responsável pela segurança pública no município antes de 2001);
- Adoção da lei que regulamenta o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas ("lei seca") em: Barueri, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mauá, Osasco, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Suzano e Vargem Grande Paulista.

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública de São Paulo foi pioneiro na articulação metropolitana entre municípios com foco na segurança pública e já serve de exemplos para outras iniciativas. Na Região Metropolitana de Recife, por exemplo, foi criada a Câmara Metropolitana de Política de Defesa Social, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife (Conderm) em março de 2004 e já foi elaborado um Plano de Prevenção da Violência que vem sendo implementado gradualmente. Além disso, agências internacionais têm interesse no Fórum Metropolitano, considerando-o uma iniciativa exitosa de articulação regional e atuação municipal e integrada na área da segurança pública. O Banco Mundial (Bird) e o Habitat (ONU) são parceiros do Fórum, contando, principalmente, com a possibilidade de desenvolvimento da capacidade da gestão local da segurança pública.

### **Estatísticas Criminais na Região Metropolitana de São Paulo**

Em 2003, houve significativa redução no número de homicídios e de roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo, dando continuidade à redução do número de homicídios iniciada no ano 2000 e do número de roubos e furtos de veículos iniciada em 2001. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo diminuiu de 49,29 no ano 2000 para 39,19 em

2003 (-20,49%). A taxa de roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes diminuiu de 995,06 no ano 2000 para 731,37 em 2003 (-26,50%).<sup>2</sup>

No caso de outros roubos e furtos, entretanto, depois de uma queda de 1999 para 2000, houve um aumento progressivo do número de ocorrências registradas pela polícia de 2000 para 2003. De 2000 para 2003, a taxa de roubos por 100 mil habitantes aumentou de 849,66 em 2000 para 949,75 em 2003 (+11,78%). A taxa de furtos por 100 mil habitantes aumentou de 875,84 em 2000 para 1.156,10 em 2003 (+32,00%).

A queda dos índices de homicídio e de roubo e furto de veículo é sinal positivo, ainda que não seja suficiente para afirmar que houve uma reversão da tendência de crescimento registrada na década de 1990.

Neste contexto, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública tem desempenhado um papel importante de articular e mobilizar as prefeituras municipais, organizações da sociedade civil, o governo estadual e o governo federal para desenvolver ações, particularmente de natureza preventiva, visando à redução da violência e da criminalidade na Região Metropolitana de São Paulo e é de fundamental importância que os prefeitos e prefeitas que assumirem a gestão municipal no período de 2005-2008 se comprometam com as atividades do Fórum Metropolitano, contribuindo para a melhoria da segurança pública em toda Região Metropolitana de São Paulo.

---

<sup>2</sup> **RMSP: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003**

<b>Crimes/Anos</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Homicídios Dolosos	52,10	49,29	47,39	43,28	39,19
Roubos/Furtos Veículos	978,83	995,06	890,77	780,03	731,37
Roubos	905,08	849,66	854,45	877,60	949,75
Furtos	923,15	875,84	962,44	1.024,82	1.156,10

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

### **3. COORDENAÇÃO**

#### **3.1. Principais atividades e resultados**

##### **2004**

Acompanhamento das estatísticas criminais de homicídios, roubos e furtos de veículos, roubos e furtos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e no Estado de São Paulo.

Em agosto, elaboração de uma Agenda Mínima de propostas para políticas municipais de segurança urbana com o objetivo de pautar os debates eleitorais, contribuindo para sustentar e ampliar a participação dos municípios no processo de melhoria da segurança pública na RMSP (ANEXO 1). Além disso, estimular que os novos prefeitos continuem as atividades do Fórum Metropolitano durante o mandato de 2005-2008.

Em junho e julho, realização do Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, em parceria com o Instituto São Paulo Contra a Violência e o Banco Mundial, com apoio da Oficina Municipal e da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides).

##### **2003**

Em dezembro, participação da Comissão de Organização do Seminário Internacional para Cidades Mais Seguras, organizado pelos Programas de Gestão Urbana e HABITAT da ONU e pela Prefeitura de Guarulhos, com apoio do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, do Instituto São Paulo Contra a Violência, do ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente) e da Frente Nacional de Prefeitos, realizado em Guarulhos.

Em novembro, participação no Seminário “Municípios e o Sistema Único de Segurança Pública”, organizado pelo Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional das Guardas Municipais, Frente Nacional de Prefeitos, Associação Brasileira de Municípios e pela Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, realizado em Brasília.

##### **2002**

Em janeiro, reunião extraordinária de prefeitos integrantes do Fórum, na Prefeitura de Santo André, no dia do velório e sepultamento do Prefeito Celso Daniel, durante a qual foi discutida uma série de propostas emergenciais para enfrentar a crise do sistema de segurança pública:

- Criação de um comitê de crise junto ao Gabinete do Governador para coordenar e implementar um programa de redução da violência, com medidas de curto, médio e longo prazo, com participação de representantes do Governo Estadual, do Governo Federal, do Fórum Metropolitano de Segurança Pública e da Sociedade Civil.



- Criação de força-tarefa junto ao Gabinete do Secretário da Segurança Pública para investigar todos os crimes de seqüestro e homicídios praticados por quadrilhas.

- Criação de força tarefa junto ao gabinete do Secretário da Segurança Pública para investigar todos os crimes contra prefeitos, vereadores, líderes políticos e lideranças da sociedade civil.

- Expansão do Infocrim para todo o Estado de São Paulo e imediata disponibilização de informações sobre registros de ocorrências criminais para as prefeituras.

- Aprovação da emenda constitucional que autoriza as guardas municipais a realizar atividades de policiamento.

- Apoio à criação de fóruns metropolitanos e regionais de prefeitos para debater e promover ações de redução da violência.

- Audiência de representantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública com o Governador Geraldo Alckmin para discutir medidas para redução da violência.

### **3.2. Propostas**

Criar um Grupo de Transição composto por prefeitos(as) reeleitos e de especialistas da sociedade civil em segurança pública e prevenção da violência para preparar a transição do Fórum e envolver os novos prefeitos(as) e propor prioridades para os trabalhos do Fórum nos próximos quatro anos. A sugestão é que o grupo se reúna ainda em 2004.

Discutir um modelo de institucionalização do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Propor ao Banco Mundial a continuidade do trabalho de formação de gestores de políticas e programas de prevenção do crime e da violência.

## **4. GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

### **Objetivos**

O grupo de trabalho de informações criminais tem por objetivo aperfeiçoar a produção, distribuição e utilização de informações e dados sobre segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo.

### **4.1. Principais atividades e resultados**

#### **2004**

Proposta de resolução para composição formal do Grupo de Administração do Infocrim com os seguintes componentes: Moacir Rossetti (SSP/SP), Major PM Álvaro Batista Camilo (Polícia Militar), Antonio de Arimatéia (SSP/SP), Dr. Júlio Cezar Moreno (Polícia Civil), Carolina Ricardo (Instituto São Paulo Contra a Violência), Pierantonio Nobile de Viteleschi Lessio (Itapeverica da Serra) e Rubens Isquierdo Marques Gonçalves (Guarulhos).

Até dezembro, acesso aos mapas e dados do Sistema Infocrim pelos municípios de São Paulo, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Diadema e São Caetano do Sul.

Até dezembro, assinatura e publicação de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e as prefeituras de Caieiras, Cotia, Itapeverica da Serra, Embu, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da serra e Suzano para a disponibilização dos mapas do Sistema Infocrim.

Elaboração pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de uma versão do Sistema Infocrim mais funcional e que permite acesso a um maior número de informações, a pedido do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

#### **2003**

Em novembro, elaboração de relatório sobre a utilização do Infocrim com sugestões para aumentar a utilidade dos mapas de ocorrências do Sistema Infocrim disponibilizados pela Secretaria para o desenvolvimento de programas municipais de prevenção da violência a partir das experiências de São Paulo e Guarulhos.

#### **2002**

Em novembro, a entrega pela Prefeitura de Guarulhos, representando o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, dos equipamentos e softwares necessários para disponibilização para as prefeituras dos mapas das ocorrências criminais do Sistema Infocrim, adquiridos com recursos dos municípios e do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Em julho, a assinatura, de um Protocolo de Intenções para fortalecer a cooperação entre o Estado e os Municípios da Região Metropolitana de São

Paulo na área da segurança pública, através da disponibilização para as prefeituras de mapas das ocorrências criminais gerados pelo Sistema Infocrim, da Secretaria da Segurança Pública, para subsidiar o desenvolvimento de programas e ações municipais de prevenção da violência.

## **2001**

A assinatura de convênio entre a Prefeitura de Guarulhos e o Ministério da Justiça e o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a Prefeitura de Guarulhos, com o objetivo de financiar a aquisição dos equipamentos e softwares necessários para que as prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo tenham acesso aos dados do Infocrim.

### **4.2. Propostas**

Realizar reunião do Grupo de Administração do Infocrim para discutir a renovação dos convênios, os planos de prevenção da violência elaborados pelos municípios e a estratégia para que todos os municípios assinem o convênio e tenham acesso aos dados do Infocrim.

Continuar e acelerar o processo de assinatura dos convênios entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, disponibilização para as prefeituras dos mapas de ocorrências criminais do Sistema Infocrim, e desenvolvimento de programas municipais de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

## **5. GRUPO DE TRABALHO DE GUARDAS MUNICIPAIS**

### **Objetivos**

O Grupo de Trabalho das Guardas Cíveis Municipais (GCMs) tem por objetivo, debater e aprimorar o papel das guardas municipais e o seu relacionamento com as polícias civil e militar e desenvolver programas de formação e treinamento para os profissionais das guardas municipais.

### **5.1. Principais atividades e resultados**

#### **2004**

Em maio, realização do Estágio de Atualização Profissional para as Guardas Municipais, em parceria com a Polícia Militar, no Centro de Formação de Praças da Polícia Militar. Com a participação de guardas municipais de 17 municípios: Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Suzano Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais – EAP-GM, em parceria com a Polícia Militar, para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em maio, realização do Seminário sobre a Regulamentação do Papel das Guardas Municipais na Segurança Pública. Discussão e aperfeiçoamento do projeto de lei para regulamentação do papel das guardas municipais.

#### **2003**

Levantamento de informações sobre as guardas municipais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em dezembro a aprovação da Medida Provisória nº 157, que autoriza os integrantes das guardas municipais de cidades com mais de 50 mil habitantes a portarem armas de fogo e que alterou o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (“Estatuto do Desarmamento”).

Em agosto, a elaboração de um sistema padronizado de registro e monitoramento das atividades preventivas e comunitárias das guardas municipais.

#### **2002**

Em novembro, a aprovação de um sistema padronizado de registro de ocorrências para as guardas municipais.

Em junho, missão de representantes do Fórum Metropolitano a Brasília, e entrega aos Presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ao líder do Governo no Senado, José Aníbal, ao presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Ronaldo Vasconcelos, e ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto

Cardoso, de moção de apoio à aprovação da proposta de emenda constitucional 87/99, que autoriza as guardas municipais a desenvolverem atividades de policiamento.

## 2001

Em setembro, aprovação de moção de apoio à aprovação da proposta de emenda constitucional 87/99, segundo a qual "os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal".

Em agosto, realização de um debate sobre a mudança do quadro constitucional regulando a atuação das guardas municipais, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. O debate, que teve por objetivo subsidiar o posicionamento do Fórum em relação a propostas de mudança constitucional afetando o papel das guardas municipais, reuniu o senador Romeu Tuma, as deputadas federais Zulaiê Cobra e Luiza Erundina e o então prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, todos autores de proposta de emenda constitucional sobre o tema.

Em junho, a aprovação de um currículo mínimo para formação de guardas municipais na Região Metropolitana de São Paulo.

## 5.2. Propostas

Continuar o acompanhamento da legislação sobre a Guarda Municipal.

Continuar contribuindo para a definição sobre o papel, atribuições, formação, gestão e outras características importantes para a consolidação de uma Guarda Municipal comunitária e preventiva.

Realizar outras edições do Estágio de Acompanhamento Profissional para as Guardas Municipais em parceria com a Polícia Militar.

## **6. GRUPO DE TRABALHO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

### **Objetivos**

O grupo de Prevenção da Violência tem por objetivo analisar, debater e promover políticas sociais e urbanas visando a reduzir as causas da violência. É o espaço onde os prefeitos apresentam, conhecem e trocam experiências bem sucedidas no campo de prevenção do crime e da violência.

### **6.1. Principais atividades e resultados**

#### **2004**

Em janeiro, construção do Banco de Projetos de Prevenção da Violência no web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

#### **2003**

Em dezembro, elaboração e apresentação do relatório de projetos de prevenção do crime e da violência nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, no Seminário Internacional sobre Cidades mais Seguras, em Guarulhos.

Acompanhamento do processo de assinatura de Acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para a municipalização das medidas sócio-educativas na região do ABC.

Em agosto, elaboração de relatório preliminar com informações das prefeituras sobre a execução de medidas sócio-educativas em meio-aberto na Região Metropolitana de São Paulo e informações da FEBEM sobre a execução de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei na Região Metropolitana de São Paulo.

#### **2002**

Em junho, missão de representantes do Fórum Metropolitano a Brasília, e entrega do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência, aos Presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ao líder do Governo no Senado, José Aníbal, ao presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Ronaldo Vasconcelos, e ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso.

Em maio, lançamento do Plano Metropolitano de Prevenção da Violência.

Em abril, realização da oficina “Prevenção da Violência na Região Metropolitana de São Paulo: instrumentos de planejamento e gestão”, em São Paulo, em parceria com o CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima.

**2001**

Em novembro e dezembro, realização de cinco seminários regionais para discutir a prevenção à violência na região metropolitana em novembro-dezembro de 2001, organizados pelas prefeituras de Barueri (região oeste), Mairiporã (região norte), Suzano (região leste), Santo André (região ABC) e São Paulo, que resultaram em quatro cartas regionais com diretrizes e ações para prevenção da violência.

## **6.2. Propostas**

Monitorar a situação dos programas e políticas de prevenção do crime e da violência na Região Metropolitana de São Paulo e incentivar a implementação desses programas pelos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Acompanhar e apoiar o processo de municipalização da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto na Região Metropolitana de São Paulo

## **7. GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **Objetivos**

O Grupo de Trabalho de Comunicação Social tem por objetivo disseminar informações, estimular mobilizações com participação da comunidade e promover debates sobre os problemas de segurança pública e os programas ou ações para resolução destes problemas na Região Metropolitana de São Paulo.

### **7.1. Principais atividades e resultados**

#### **2004**

Manutenção e atualização do web site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Em agosto, realização do 4º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência com o tema Cultura de Paz e utilização da campanha “Cidade tô Dentro – Por uma Cultura de Paz”, preparada pela McCann Erickson. Com a participação de 20 municípios: Barueri, Diadema, Embu-Guaçu, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra.

Em agosto, realização da cerimônia de entrega de troféus aos vencedores do 2º Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública, em Suzano.

#### **2003**

Em novembro, publicação do 2º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Em setembro, realização do 3º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, com o tema geração de emprego e renda e a utilização da campanha “Cidade to Dentro!”, preparada pela McCann Erickson. Com a participação de 20 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra e Suzano.

Em setembro, realização da cerimônia de entrega de troféus aos vencedores do Premio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública em Itapevi.

Em agosto, o desenvolvimento e publicação do novo web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br). Com apoio do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo.



Em agosto, publicação do 1º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

## **2002**

Em maio, realização do 2º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, com a mobilização das prefeituras municipais e da comunidade para discussão do tema “exclusão/inclusão social” e o lançamento da campanha “Cidade To Dentro!”, preparada pela McCann-Erickson. Com a participação de 25 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Salesópolis, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo e Suzano.

## **2001**

Em setembro, a realização do 1º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, com a mobilização das prefeituras municipais e da comunidade para discussão do tema “álcool e drogas” e o lançamento da campanha “Não dá mais para viver assim!”, preparada pela DPZ. Com a participação de 27 municípios Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, São Paulo e Taboão da Serra.

Construção e atualização do web-site do Fórum Metropolitano: [www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br).

Criação da logomarca do Fórum Metropolitano de Segurança Pública;

## **7.2. Propostas**

Manter e atualizar o web-site do Fórum Metropolitano de Segurança Pública ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)).

Realizar o 5º Dia Metropolitano de Prevenção da Violência

Realizar a 3ª Edição do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Publicar o 3º Boletim Informativo do Fórum Metropolitano de Segurança Pública

## **8. GRUPO DE TRABALHO DE LEGISLAÇÃO E POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

### **Objetivos**

O grupo de trabalho de Legislação e Política Criminal e Penitenciária tem objetivo de promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

### **8.1. Principais atividades e resultados**

#### **2004**

Unificação do grupo de trabalho de Sistema Prisional e do grupo de trabalho de Acompanhamento Legislativo, visando a criação do grupo de trabalho de Legislação Política Criminal e Penitenciária, com o objetivo de promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Acompanhamento da implementação das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) nos municípios da Região Metropolitana.

#### **2003**

##### **GT de Acompanhamento Legislativo:**

Acompanhamento da implementação das leis que regulam o horário de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas (“lei seca”) nos municípios da Região Metropolitana.

Acompanhamento da implementação das leis que estabelecem a obrigatoriedade de veiculação do telefone do Disque Denúncia dos municípios da Região Metropolitana.

##### **Criação do grupo de trabalho de Sistema Prisional:**

Em novembro, apresentação ao Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, de proposta de participação de um representante do Fórum Metropolitano de Segurança Pública no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

Em maio, elaboração de moção em solidariedade ao município de Franco da Rocha.

Em maio, levantamento da localização das penitenciárias e centros de detenção provisória nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em maio, levantamento de dados sobre a população prisional nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (em unidades prisionais administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária e pela Secretaria da Segurança

Pública) e o processo de desativação das carceragens nas delegacias de polícia.

## **2002**

Criação do grupo de trabalho de Acompanhamento Legislativo.

## **2001**

O grupo de trabalho ainda não havia sido criado.

## **8.2. Propostas**

Promover a discussão de leis e políticas na área criminal e penitenciária nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Acompanhar e apoiar a implementação da “lei seca”.

Incentivar os municípios a adotarem a lei que obriga a divulgação do Disque Denúncia nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

## **ANEXO 1 –**

### **Agenda Mínima de Propostas para Políticas e Programas Municipais de Segurança Pública – Fórum Metropolitano de Segurança Pública**

Desde a redemocratização política e a aprovação da Constituição Federal de 1988 o Brasil vive um processo de descentralização administrativa, com a ampliação da autonomia e das competências do poder local em diversos setores da gestão pública.

No mesmo período, o país assistiu também a ascensão da segurança pública à condição de um dos principais desafios e prioridades da sua agenda pública. A constante elevação dos índices criminais e da insegurança da população, de um lado, e a evidente insuficiência das instâncias de governo tradicionalmente responsáveis pelo setor para fazer frente ao fenômeno, de outro, explicam a dinâmica, que tem levado da perplexidade e do medo à intensa pressão da opinião pública pela busca de estratégias renovadas e mais efetivas de ação na área e pelo esforço conjunto dos agentes públicos nesta direção.

Em recente pesquisa publicada pelo Datafolha (29 de agosto de 2004), a segurança pública aparece como a segunda maior preocupação dos paulistanos, com 22% do total das respostas, perdendo apenas para a saúde, com 26% de preferência entre os entrevistados.

Neste contexto, o crescente envolvimento dos municípios brasileiros na área da segurança pública tem se evidenciado e tem tudo para ganhar força com o processo eleitoral em curso, refletindo não apenas a prioridade dada ao tema pelo eleitorado, mas também o êxito das administrações municipais que já avançaram neste campo nos últimos quatro anos, superando assim o comodismo dado pela escusa da não-obrigatoriedade constitucional em face do problema.

No início de 2001, foi criado o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, organização informal, sem fins lucrativos, suprapartidária, que congrega os prefeitos e prefeitas dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo para, juntamente com especialistas, representantes da sociedade civil, do governo estadual e do governo federal, discutir, propor, avaliar e apoiar ações para a redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo.

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública ([www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)) trabalhou e produziu resultados que contribuíram de maneira significativa para a o desenvolvimento de ações municipais de prevenção do crime e da violência e para a melhoria da segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo ao longo dos últimos quatro anos.

Em 2003, houve significativa redução no número de homicídios por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo, dando continuidade à redução do número de homicídios iniciada no ano 2000. Dados da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo demonstram que a taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo diminuiu de 49,29 no ano 2000 para 39,19 em 2003 (-20,49%).

Em paralelo à diminuição na taxa de homicídios, o Fórum Metropolitano implementou ações fundamentais para melhoria da segurança pública, com destaque para as seguintes:

- Assinatura de um Protocolo de Intenções para fortalecer a cooperação entre o Estado e os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo na área da segurança pública, através da disponibilização para as prefeituras de mapas das ocorrências criminais gerados pelo Sistema Infocrim, da Secretaria da Segurança Pública e acesso efetivo aos mapas pelas prefeituras de São Paulo, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Diadema e São Caetano do Sul;
- Realização de campanhas de mobilização social, conhecidas como “Dia Metropolitano de Prevenção da Violência”, nas quais os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo realizam atividades envolvendo a comunidade;
- Realização de duas edições do Prêmio de Jornalismo Fórum Metropolitano de Segurança pública;
- Realização de cursos, como o Estágio de Atualização Profissional para Guardas Municipais, em parceria com a Polícia Militar, e o Curso de Gestão Local de Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência, em parceria com o Banco Mundial.

Para sustentar e ampliar a participação dos municípios no processo de melhoria da segurança pública na Região Metropolitana de São Paulo é importante dar continuidade às atividades do Fórum Metropolitano com a participação ativa dos prefeitos e prefeitas eleitos para o mandato de 2005-2008.

Com o objetivo de promover o debate sobre o tema e consolidar o trabalho de melhoria da segurança pública realizado pelo Fórum Metropolitano e por outras instâncias locais, regionais, nacionais e internacionais, encaminhamos a presente agenda mínima de propostas para políticas e programas municipais de segurança urbana, esperando que a mesma sirva de roteiro para as discussões no período eleitoral.

## **I. Gestão da Política Municipal de Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública**

Considerando que, na grande maioria dos municípios brasileiros, a adoção de responsabilidades e políticas continuadas no campo da segurança pública e da prevenção do crime e da violência representa ainda uma novidade, é fundamental apontar propostas para a gestão de uma Política Municipal de Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública. Para tanto, é preciso implementar as seguintes ações:

- ✓ Criação ou fortalecimento de instância gestora específica para o setor, dotada das competências e capacidades de articulação dos vários setores da administração municipal com potencial para contribuir para formulação e implementação da política municipal na área da segurança pública, e dos recursos necessários para o cumprimento desta tarefa (Secretaria, Coordenadoria, ou outro órgão);

- ✓ Elaboração multisetorial e participativa de um Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção do Crime e da Violência, ou avaliação dos resultados e atualização do plano existente na administração anterior, definindo com clareza problemas, áreas e focos prioritários, objetivos, estratégias de ação, resultados esperados, órgãos responsáveis e parceiros, e fontes de financiamento;
- ✓ Adoção de política de formação e valorização profissional de quadros técnicos e gestores de segurança pública e prevenção do crime e da violência no município;
- ✓ Constituição de sistema municipal de produção e gestão de conhecimento na área, combinando dados e informações criminais, urbanos e sociais, além de outros obtidos por meio de pesquisas específicas e consultas à população, como ferramenta essencial para o planejamento, o monitoramento e a avaliação corretiva das ações;
- ✓ Criação de conselhos municipais e distritais e/ou outros mecanismos institucionais de participação e controle social cotidianos;
- ✓ Apoio à criação ou o fortalecimento dos mecanismos de gestão metropolitana ou regional também no âmbito da segurança;
- ✓ Busca determinada de integração e colaboração com o governo estadual e federal, as polícias, o Judiciário, o Ministério Público e outras instâncias aptos e dispostos a somar-se ao esforço comum de superação do crime e da violência na cidade.
- ✓ Defesa da inserção plena dos municípios no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em implantação pelo Governo Federal, e da destinação de 33% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações municipais de prevenção do crime e da violência.

## **II. Guardas Municipais**

Ainda que não haja consenso sobre o melhor modelo constitucional, legal e institucional a ser adotado para a definição do novo papel para as guardas no interior do SUSP (representando talvez o indicador mais claro da importância crescente dos municípios neste campo), está claro o aprimoramento de inúmeras guardas municipais no país nos últimos anos, o papel que têm assumido na busca de estratégias inovadoras, a avaliação favorável que recebem da população e, mais relevante, a afirmação gradual da sua vocação para ocupar um espaço ainda hoje vazio no nosso sistema de segurança pública do exercício do policiamento preventivo e comunitário visando solucionar problemas locais.

Sendo assim, é preciso estabelecer diretrizes para as guardas já existentes e para as que venham a ser criadas:

- ✓ Orientação das guardas municipais para o policiamento comunitário e preventivo;
- ✓ Formação básica e continuada dos integrantes da guarda, qualificando-os para o desenvolvimento do policiamento preventivo e comunitário, a resolução de problemas e articulação das organizações e grupos necessários para tanto, a mediação de conflitos e o uso legítimo e adequado da força;

- ✓ Adoção de código disciplinar claro e adequado aos princípios democráticos e do estado de direito e constituição de mecanismos eficientes de controle interno e externo;
- ✓ Proposição de medidas e desenhos institucionais que favoreçam a cooperação cotidiana entre a guarda e os órgãos estaduais e federais de segurança pública.

### **III. Programas Municipais de Prevenção do Crime e da Violência**

Os municípios contam também com competências e recursos para a adoção de programas de prevenção do crime e da violência direcionados à criação de ambientes, bairros e cidades mais seguras e à prevenção do crime e da violência. Se estes são importantes pela natureza de garantia de direitos e promoção do bem estar, seu êxito efetivo no curto e médio prazo depende da capacidade da administração municipal de - trabalhando sobre bons diagnósticos dos problemas prioritários e seus padrões de distribuição territorial, etária e social, grupos mais vulneráveis, fatores e dinâmicas de risco e fatores e dinâmicas de proteção – coordenar e integrar ações preventivas em diversas áreas e setores, mobilizar o apoio das populações locais e articulá-las com os esforços concomitantes no plano das polícias e do sistema penal.

Trata-se, assim, de desempenhar uma verdadeira epidemiologia da violência em âmbito local, coordenando, integrando e qualificando ações de órgãos e setores variados para a superação conjunta dos problemas prioritários identificados, e de contar com recursos técnicos e de gestão necessários para tanto. Além de priorizar ações nas seguintes áreas:

- ✓ Família: melhoria do relacionamento familiar, foco em famílias de jovens em situação de risco social, a exemplo dos adolescentes em conflito com a lei e usuários de drogas, acolhimento a famílias em situação de violência;
- ✓ Escola: envolvimento da família e da comunidade de forma participativa na gestão escolar, valorização e capacitação de educadores para a prevenção da violência na escola, apoio à educação pré-escolar;
- ✓ Trabalho: geração de trabalho, emprego e renda, educação e qualificação profissional, combate ao trabalho infantil;
- ✓ Comunidade: apoio à formação e fortalecimento de lideranças, organizações e redes comunitárias, campanhas de comunicação social, programas de educação para a cidadania, promoção de eventos públicos, limitação do consumo de álcool e drogas, limitação do acesso e controle do porte de armas de fogo;
- ✓ Planejamento Urbano e Qualificação do Espaço Público: ordenação de áreas de grande circulação de pessoas, planejamento e controle do trânsito, iluminação pública, criação e requalificação de espaços públicos de convivência e lazer, qualificação do entorno das escolas e parques públicos, regularização fundiária, adoção de estratégias que previnam a formação de guetos e zonas urbanas de conflito entre grupos vizinhos, enfrentamento das práticas de comércio ambulante irregular e de suas vertentes criminosas, combate à poluição sonora e visual;
- ✓ Polícia: policiamento comunitário, policiamento orientado para resolução de problemas, divulgação do telefone do Disque-Denúncia nos ônibus;

- ✓ Justiça: orientação jurídica e assistência judiciária, oferta descentralizada de serviços de justiça e cidadania, centros de mediação formal e informal de conflitos, núcleos de atendimento a vítimas de violência, apoio a reinserção profissional, comunitária e familiar de egressos, execução das medidas sócio-educativas em meio aberto e de penas alternativas;
- ✓ Saúde: abuso de álcool e outras drogas, atendimento a vítimas de violência.



## ARUJÁ

**Prefeito 2001/2004:** Abel José Larini (PL)

**Prefeito 2005/2008:** Genésio Severino da Silva (PMDB)

**População (DATASUS/2004):** 67.924 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 110

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 47 (inclui administrativo)

**(inclui) Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Municipal:** 34 (28H e 6M)

**Data de criação da Guarda:** 27/12/95

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Não

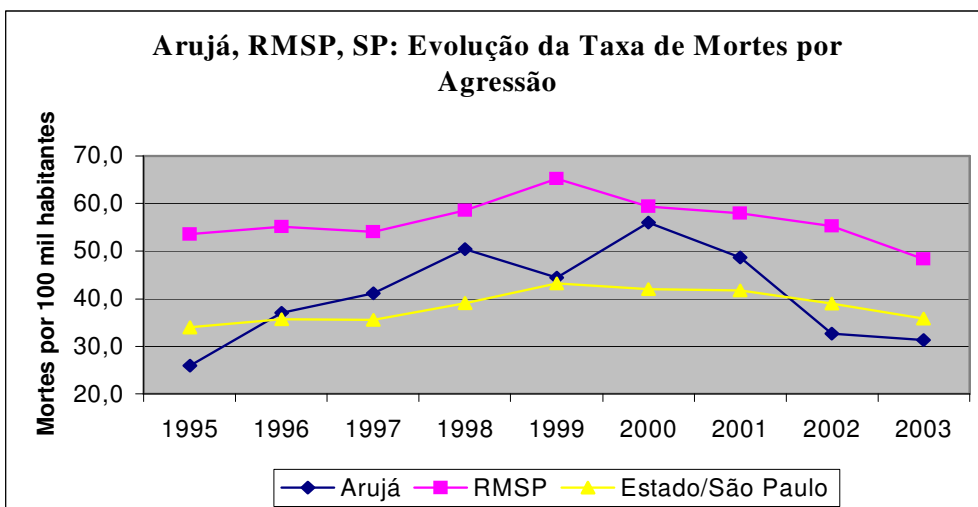
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

ARUJÁ: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	32,01	59,14	37,27	12,55	28,86
Roubos/Furtos Veículos	652,19	625,16	549,30	326,42	296,24
Roubos	549,44	402,13	369,44	354,67	472,46
Furtos	145,81	315,96	685,41	635,57	878,09
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Arujá, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Arujá	26,0	37,1	41,2	50,4	44,4	56,0	48,8	32,7	31,3
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## BARUERI

**Prefeito 2001/2004:** Gilberto Macedo Gil Arantes (PFL)

**Prefeito 2005/2008:** Rubens Furlan (PPS)

**População (DATASUS/2004):** 239.697 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 428

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 87 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 549 (501H e 48M)

**Data de criação da Guarda:** 06/09/94

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 29/03/01

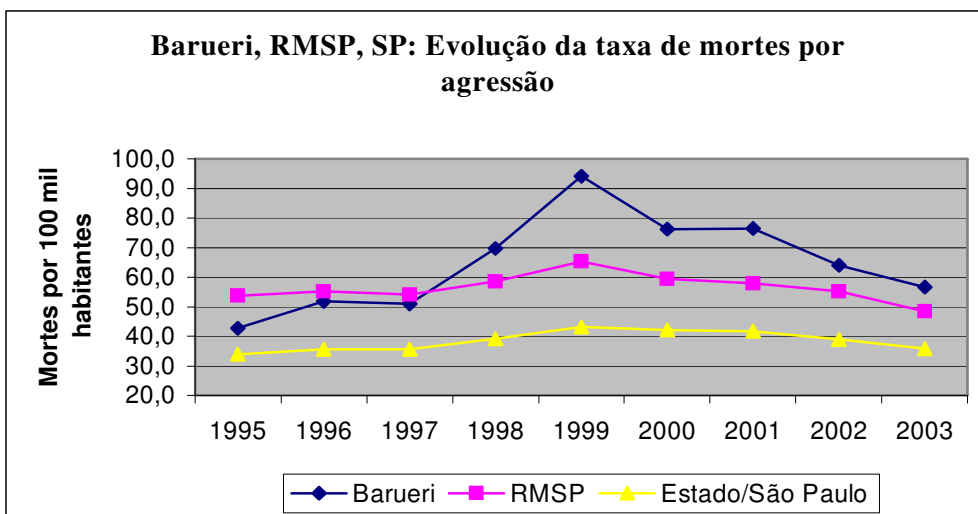
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Projeto Asas I e Projeto Asas II, Papo Jovem, Embelezamento Urbano, Oficinas Culturais, Prefeito no seu Bairro,

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999 – 2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	57,57	47,53	42,76	37,85	44,37
Roubos/Furtos Veículos	577,19	447,47	408,72	404,30	417,41
Roubos	612,21	453,71	442,28	398,52	523,37
Furtos	636,20	664,97	732,84	718,67	852,90
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Barueri, RMSP, SP: Evolução da Taxa de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Barueri	42,7	51,8	50,9	69,7	94,0	76,2	76,4	63,9	56,7
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## BIRITIBA MIRIM

**Prefeito 2001/2004:** Roberto Pereira da Silva (PDT)

**Prefeito 2005/2008:** Roberto Pereira da Silva (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 27.416 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 25

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 17 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Não

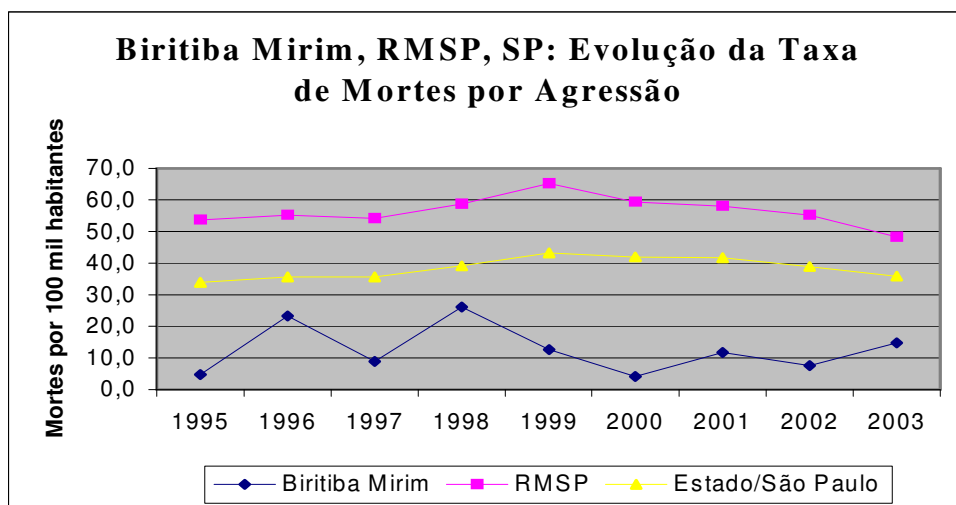
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	13,42	4,06	3,94	7,67	7,47
Roubos/Furtos Veículos	98,41	89,24	11,81	69,00	93,44
Roubos	183,40	121,69	47,25	53,67	78,49
Furtos	925,93	843,71	401,65	314,33	758,71
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Biritiba Mirim, RMSP, SP: Evolução da Taxa de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Biritiba Mirim	4,8	23,3	9,0	26,1	12,6	4,1	11,8	7,6	14,8
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## CAIEIRAS

**Prefeito 2001/2004:** Nevio Luiz Aranha Dartora (PSB)

**Prefeito 2005/2008:** Nevio Luiz Aranha Dartora (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 84.254 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 55

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 32 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 52 (45H e 7M)

**Data de criação da Guarda:** 05/04/90

**A Guarda anda armada?** Sim

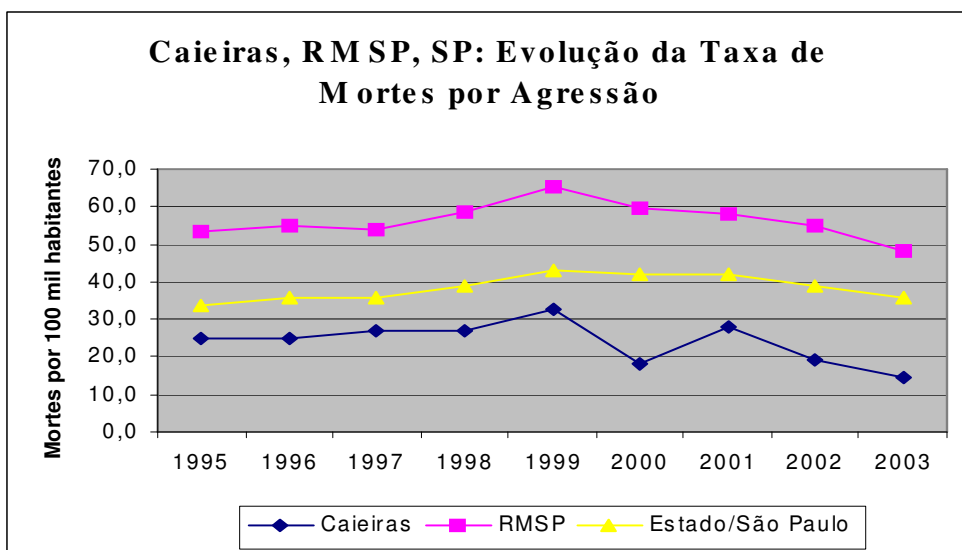
**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	20,39	16,85	16,05	12,82	19,72
Roubos/Furtos Veículos	196,10	160,07	210,04	192,34	150,38
Roubos	376,52	310,30	254,18	320,56	255,16
Furtos	467,51	391,74	555,19	521,88	869,02
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Caieiras, RMSP, SP: Evolução da Taxa de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Caieiras	24,7	24,9	26,8	26,8	32,8	18,4	28,2	19,2	14,6
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## CAJAMAR

**Prefeito 2001/2004:** Antonio Ribas (PTB)/Messias Cândido da Silva (PPS)

**Prefeito 2005/2008:** Messias Cândido da Silva (PPS)

**População (DATASUS/2004):** 57.663 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 68

**Efetivo da Polícia Civil:** 52 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 86 (78H e 8M)

**Data de criação da Guarda:** 10/10/90

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

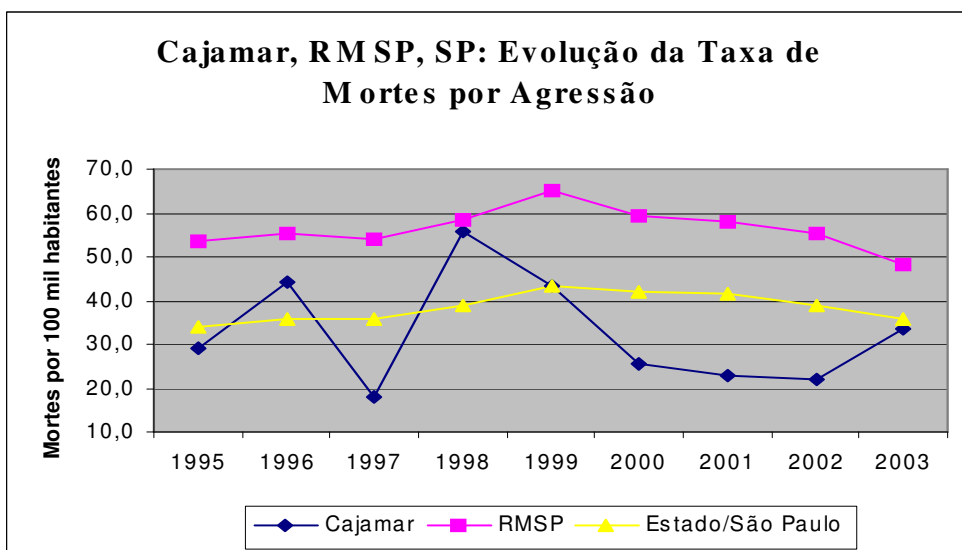
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	31,87	31,52	26,73	14,72	19,64
Roubos/Furtos Veículos	184,85	153,66	127,91	114,09	87,49
Roubos	269,84	248,22	248,19	174,82	208,90
Furtos	586,42	730,88	841,92	805,99	930,24

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Cajamar, RMSP, SP: Evolução da Taxa de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cajamar	29,3	44,3	17,9	55,7	43,2	25,7	22,9	22,0	33,6
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## CARAPICUIBA

**Prefeito 2001/2004:** Fuad Gabriel Chucre (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Fuad Gabriel Chucre (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 369.303 habitantes

**Efetivo Polícia Militar(CAP/SSP/SP):** 300

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 197 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

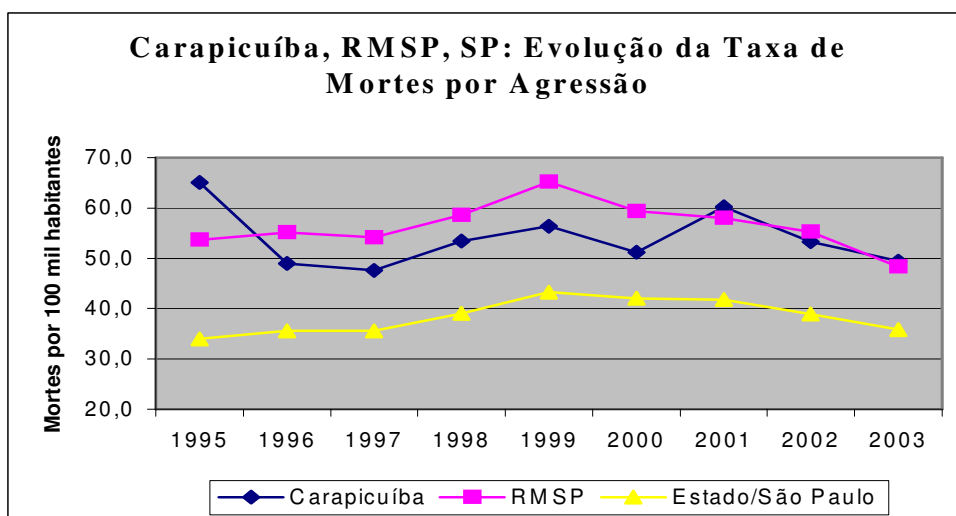
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	43,35	49,33	55,55	44,77	43,48
Roubos/Furtos Veículos	379,24	347,07	337,28	327,63	326,94
Roubos	604,67	448,64	382,86	442,34	390,79
Furtos	488,60	451,83	632,97	622,52	583,43

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Carapicuíba, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Carapicuíba	65,0	49,0	47,5	53,4	56,4	51,2	60,2	53,2	49,5
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## COTIA

**Prefeito 2001/2004:** Joaquim Horácio Pedroso Neto (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Joaquim Horácio Pedroso Neto (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 165.826 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 185

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 101 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito

**Efetivo Guarda Civil:** 325

**Data de criação da Guarda:** 04/04/84

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, L. nº 1262/02

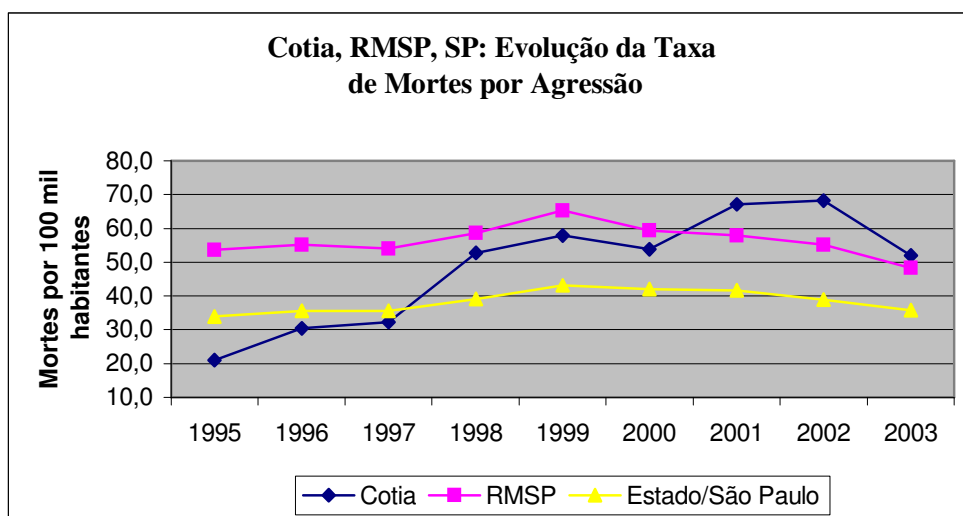
**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	44,99	41,61	52,92	53,89	50,07
Roubos/Furtos Veículos	719,08	794,70	768,92	670,69	398,06
Roubos	736,22	730,94	707,51	582,66	477,18
Furtos	840,47	934,98	949,89	968,14	1.021,11

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE  
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Cotia, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Cotia</b>	21,1	30,4	32,3	52,8	57,9	53,9	67,1	68,2	51,9
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## DIADEMA

**Prefeito 2001/2004:** José de Filippi Jr. (PT)

**Prefeito 2005/2008:** José de Filippi Jr. (PT)

**População (DATASUS/2004):** 378.057 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 514

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 240 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria de Defesa Social

**Efetivo Guarda Civil:** 122

**Data de criação da Guarda:** 12/11/99

**A Guarda anda armada?** Sim

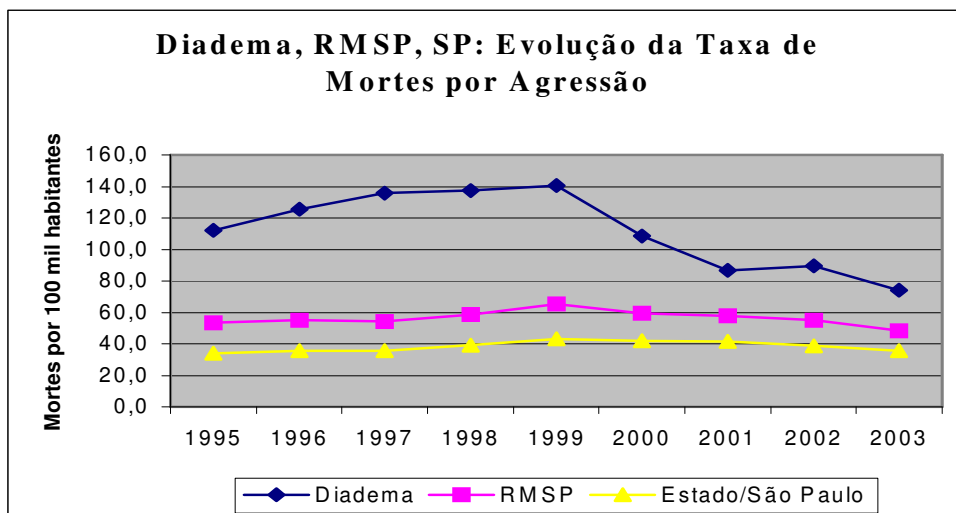
**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 13/03/02

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, L. nº 2076/01

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Diadema Segura (Política Municipal de Segurança Pública), Projeto Adolescente Aprendiz, Clubinho de Férias, Programa Creche, lugar de criança, Shopping Popular, Casa Beth Lobo, iluminação pública direcionada.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	107,44	75,90	65,63	54,08	44,23
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.014,10	972,63	807,91	672,63	667,00
<b>Roubos</b>	769,08	669,07	702,86	652,52	800,51
<b>Furtos</b>	594,49	522,32	659,29	745,46	788,44
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Diadema, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Diadema</b>	111,9	125,6	135,9	137,5	140,5	108,5	86,9	89,6	74,1
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									





## EMBU

**Prefeito 2001/2004:** Geraldo Leite Cruz (PT)

**Prefeito 2005/2008:** Geraldo Leite Cruz (PT)

**População (DATASUS/2004):** 228.616 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 111

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 86 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 52 (41H e 11M)

**Data de criação da Guarda:** 19/06/03

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 18/12/02

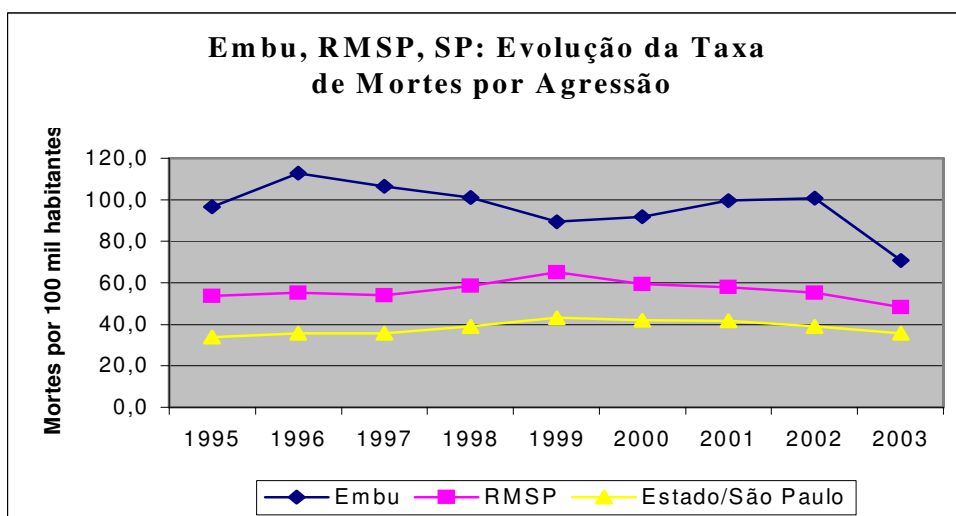
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em**

**andamento:** Centro de Referência da Criança e do Adolescente, Espaço Amigo – Um Programa após a Escola, Casa da Juventude – CAJU

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	71,10	73,20	92,48	74,13	54,57
Roubos/Furtos Veículos	449,55	566,78	433,77	387,58	292,06
Roubos	356,40	405,95	409,83	388,50	384,64
Furtos	302,85	335,64	359,13	428,76	471,41
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Embu, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Embu</b>	96,5	112,8	106,6	101,2	89,3	91,7	99,5	100,8	70,9
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## EMBU-GUAÇU

**Prefeito 2001/2004:** Walter Antonio Marques (PTB)

**Prefeito 2005/2008:** Walter Antonio Marques (PTB)

**População (DATASUS/2004):** 65.282 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 40

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 34 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública

**Efetivo Guarda Civil:** 37 (27H e 10M)

**Data de criação da Guarda:** 01/06/95

**A Guarda anda armada?** Sim

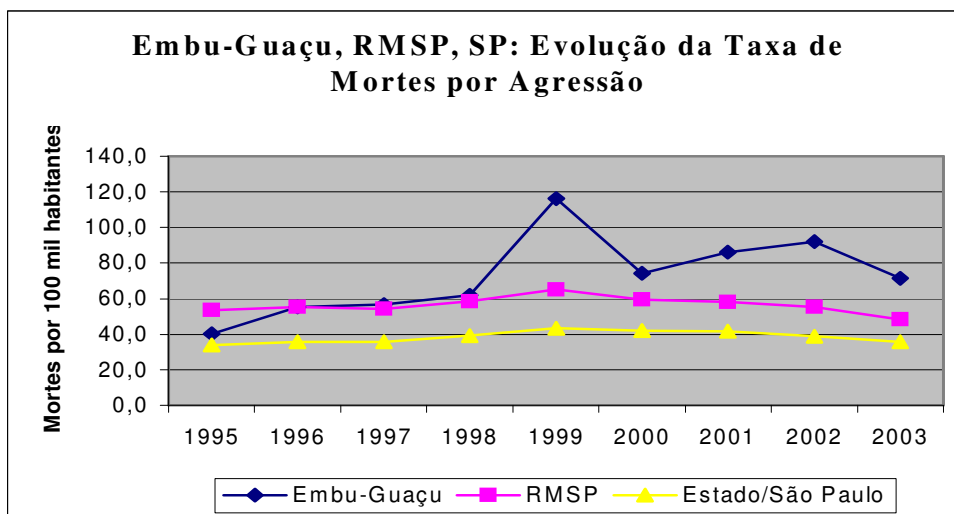
**Há "Lei Seca"?** Sim, desde setembro de 2002

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Casa do Cidadão, Monitoramento por vídeo nas entradas da cidade.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	72,58	47,44	57,42	73,46	47,41
Roubos/Furtos Veículos	537,96	441,00	550,53	372,18	322,41
Roubos	482,45	340,85	498,18	249,76	244,97
Furtos	1.026,81	729,14	940,62	850,47	915,07
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Embu-Guaçu, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Embu-Guaçu	40,4	55,4	56,8	61,9	116,2	74,1	86,2	92,2	71,2
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## FERRAZ DE VASCONCELOS

**Prefeito 2001/2004:** José Fernandes Chacon (PTB)

**Prefeito 2005/2008:** Jorge Abissamira (PSB)

**População (DATASUS/2004):** 161.113 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 97

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 69 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 53 (39H e 14M)

**Data de criação da Guarda:** 1/6/1988

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 03/09/02

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

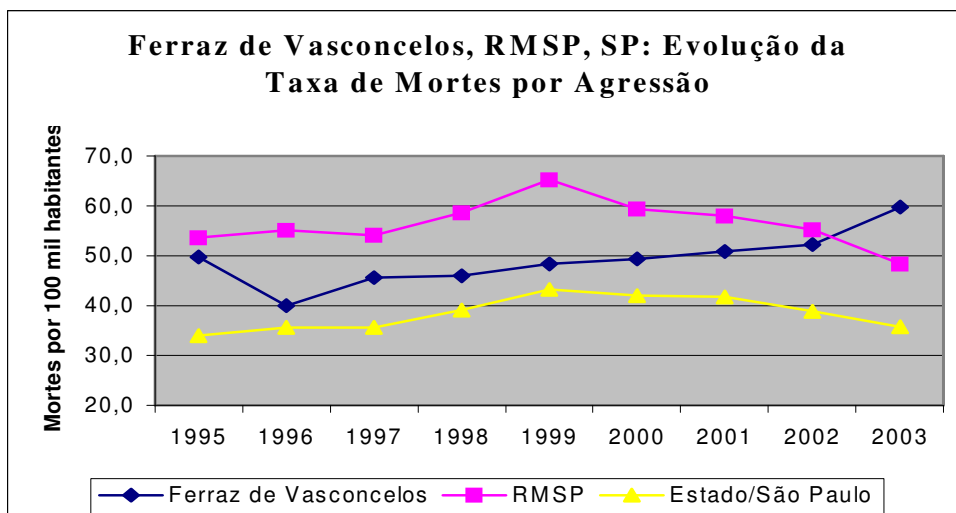
Ferraz de Vasconcelos: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	36,62	60,40	34,47	46,68	47,25
Roubos/Furtos Veículos	322,37	391,92	318,32	314,92	354,38
Roubos	504,02	555,57	456,86	438,53	472,50
Furtos	420,02	438,98	533,91	517,42	555,51

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Ferraz de Vasconcelos, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ferraz de Vasconcelos	49,7	40,1	45,6	46,0	48,4	49,3	50,9	52,3	59,8
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## FRANCISCO MORATO

**Prefeito 2001/2004:** José Aparecido Bressane (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Andrea Catharina Pelizari Pinto (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 153.951 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 108

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 56 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

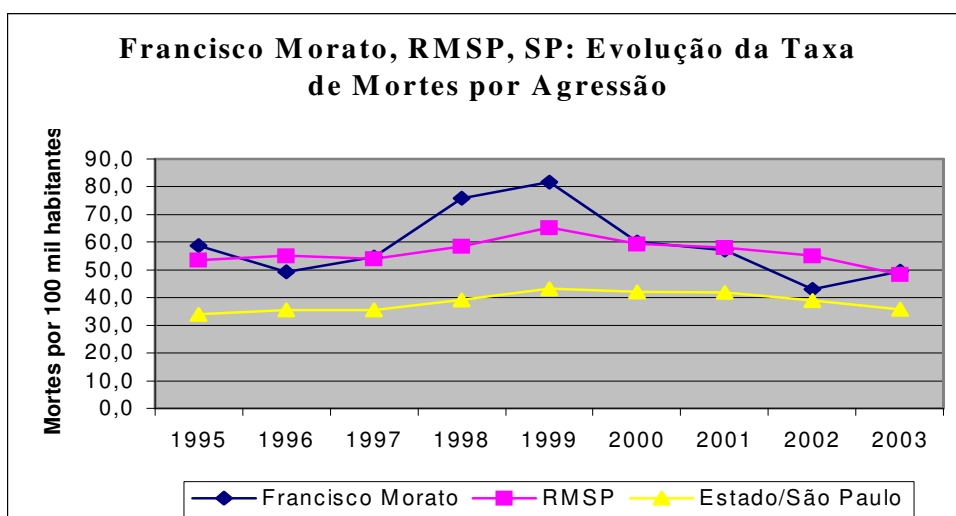
**Há “Lei Seca”?** Não

**Há “Lei do Disque Denúncia”?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	75,08	50,85	45,22	42,29	44,27
Roubos/Furtos Veículos	104,79	55,33	50,25	83,20	29,51
Roubos	422,45	315,54	373,99	296,75	297,79
Furtos	368,82	350,69	551,30	532,49	1.032,22
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Francisco Morato, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Francisco Morato	58,7	49,3	54,6	75,9	81,7	60,1	57,1	43,1	49,4
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## FRANCO DA ROCHA

**Prefeito 2001/2004:** Roberto Seixas (PTB)

**Prefeito 2005/2008:** Marcio Cecchettini (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 117.282 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 633

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 114 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 59

**Data de criação da Guarda:** 12/02/1998

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Não

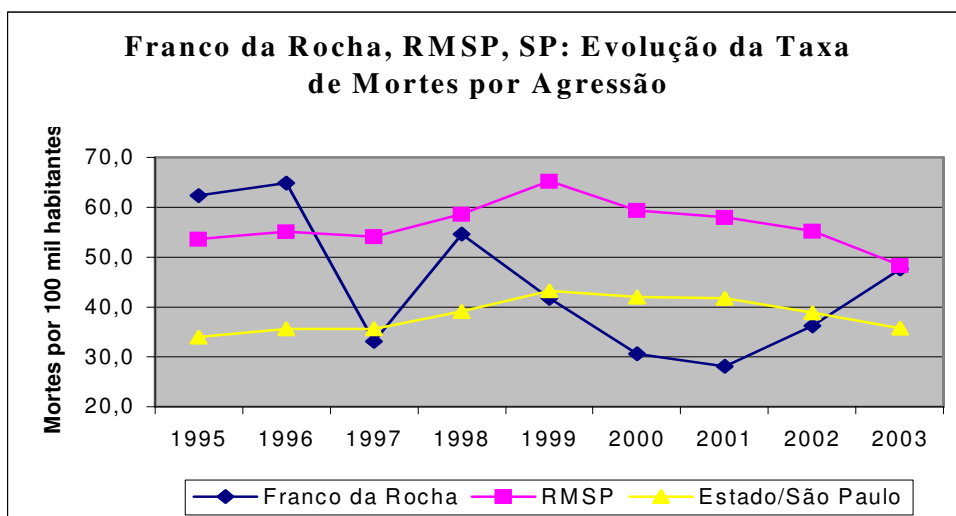
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	33,96	30,52	37,02	40,75	50,40
Roubos/Furtos Veículos	114,72	196,07	168,84	170,99	123,39
Roubos	406,56	392,15	389,15	316,29	388,42
Furtos	419,41	566,95	757,53	661,82	1.114,00
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Franco da Rocha, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Franco da Rocha	62,4	64,9	33,1	54,7	41,8	30,6	28,1	36,3	47,6
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## GUARAREMA

**Prefeito 2001/2004:** Conceição Aparecida A. de Souza (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** André Luis do Prado (PL)

**População (DATASUS/2004):** 23.506 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 40

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 30 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria de Segurança Pública

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

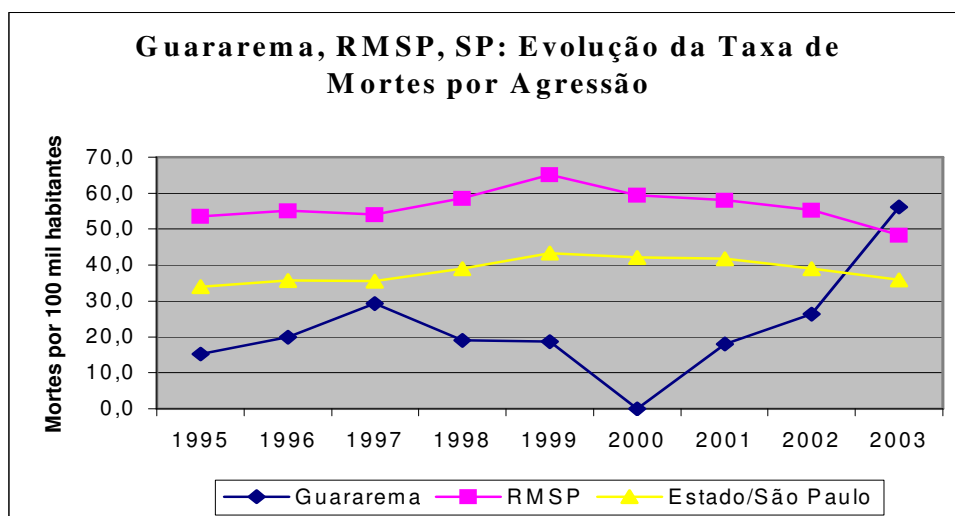
**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	11,09	13,70	8,94	8,80	30,28
Roubos/Furtos Veículos	293,84	315,01	268,32	237,54	168,71
Roubos	421,36	210,01	169,94	202,35	224,94
Furtos	1.119,92	885,68	1.118,02	1.161,31	1.319,38
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Guararema, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Guararema	15,3	19,9	29,3	19,1	18,7	0,0	17,9	26,4	56,1
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## GUARULHOS

**Prefeito 2001/2004:** Eloi Alfredo Pietá (PT)

**Prefeito 2005/2008:** Eloi Alfredo Pietá (PT)

**População (DATASUS/2004):** 1.188.206 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 1775

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 600 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria para Assuntos de Segurança Pública

**Efetivo Guarda Civil:** 464 (384H e 80M)

**Data de criação da Guarda:** 25/06/92

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, Decreto do Executivo nº 22.354/03

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Caminhando com Alegria para a Justiça, Oportunidade ao Jovem, Casa das Rosas Margaridas e Beths, Conselho Municipal de Segurança Pública, Programa Emergencial de Bolsa Auxílio ao Desempregado, Concessão do Uso de Terras.

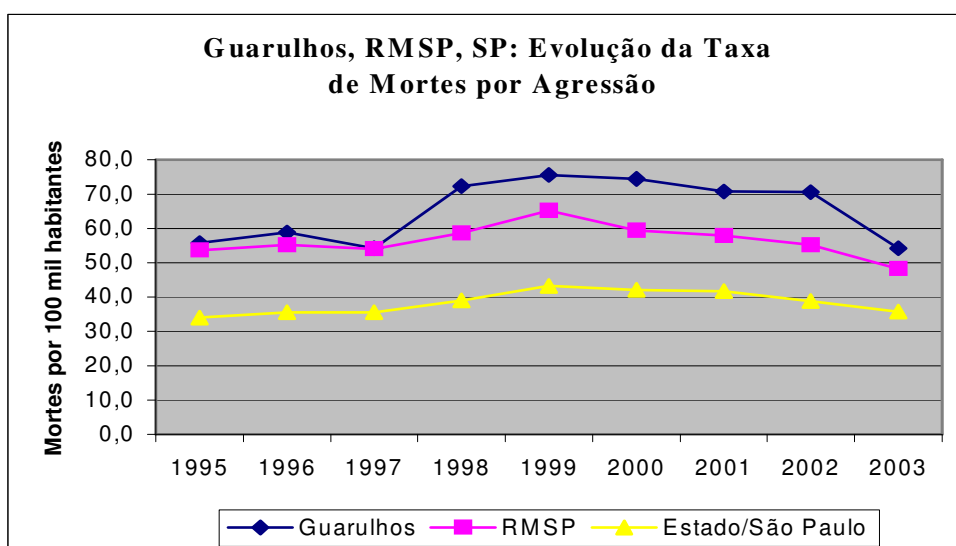
Guarulhos: TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	54,75	47,82	46,47	51,83	42,05
Roubos/Furtos Veículos	668,96	649,75	606,02	479,67	425,86
Roubos	596,51	551,03	488,49	483,29	523,41
Furtos	383,07	444,11	586,49	663,14	688,00

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Guarulhos, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Guarulhos	55,8	58,8	54,3	72,3	75,6	74,4	70,8	70,6	54,2
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## ITAPECERICA DA SERRA

**Prefeito 2001/2004:** Lacir Baldusco (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Jorge José da Costa (PMDB)

**População (DATASUS/2004):** 147.540 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 277

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 66 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria de Segurança, Trânsito e Transportes

**Efetivo Guarda Civil:** 40

**Data de criação da Guarda:** 22/09/94

**A Guarda anda armada?** Sim

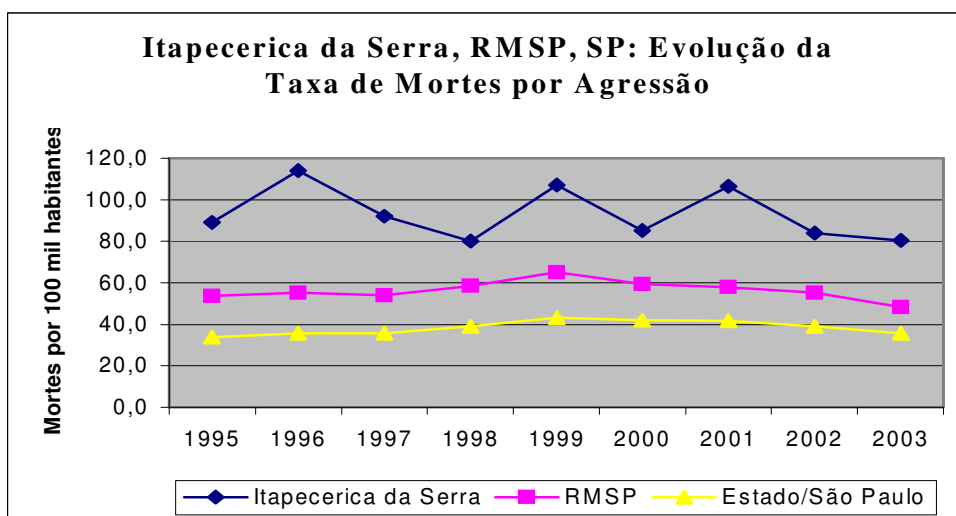
**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 04/07/02

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Barracões Culturais da Cidadania

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	84,47	75,57	77,32	46,06	60,73
Roubos/Furtos Veículos	507,61	576,01	510,03	349,04	311,33
Roubos	440,51	424,88	452,78	361,28	416,04
Furtos	407,35	418,71	545,72	529,68	625,46
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Itapecerica da Serra, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Itapecerica da Serra	89,0	113,9	92,0	80,1	107,2	85,2	106,5	84,1	80,3
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									





## ITAPEVI

**Prefeito 2001/2004:** Dalvani Anália Nasi Caraméz (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Maria Ruth Banholzer (PPS)

**População (DATASUS/2004):** 184.510 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 96

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 57 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 165 (131H e 34M)

**Data de criação da Guarda:** 05/09/97

**A Guarda anda armada?** Não

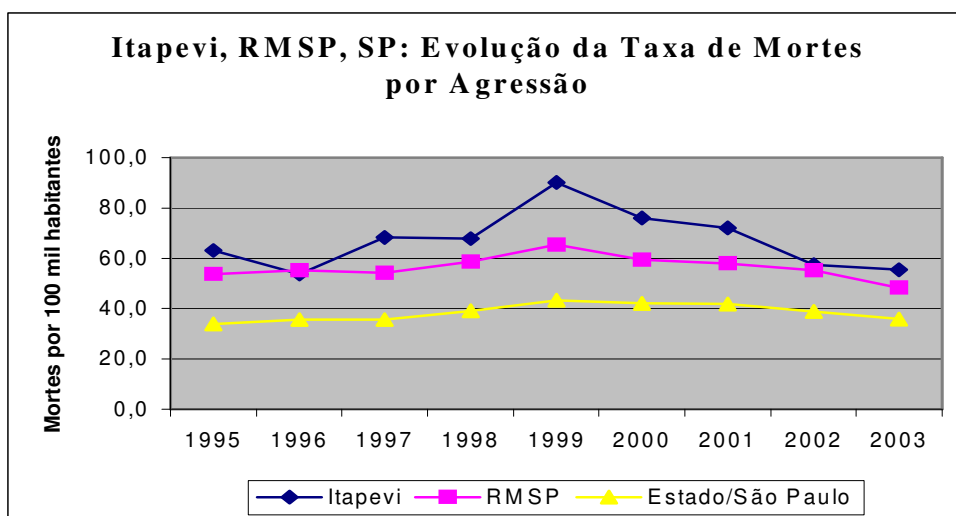
**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 14/01/02

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, L. nº 1521/01

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Participação Jovem

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	94,25	70,18	67,41	65,56	47,99
Roubos/Furtos Veículos	248,24	290,58	222,35	213,93	193,63
Roubos	630,55	510,98	511,52	368,05	430,22
Furtos	520,37	684,59	765,80	679,74	850,96
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Itapevi, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Itapevi	63,1	53,7	68,2	67,9	90,1	76,0	72,1	57,5	55,5
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## ITAQUAQUECETUBA

**Prefeito 2001/2004:** Mario Luiz Moreno (PMDB)

**Prefeito 2005/2008:** Armando Tavares Filho (PL)

**População (DATASUS/2004):** 316.721 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 262

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 108 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

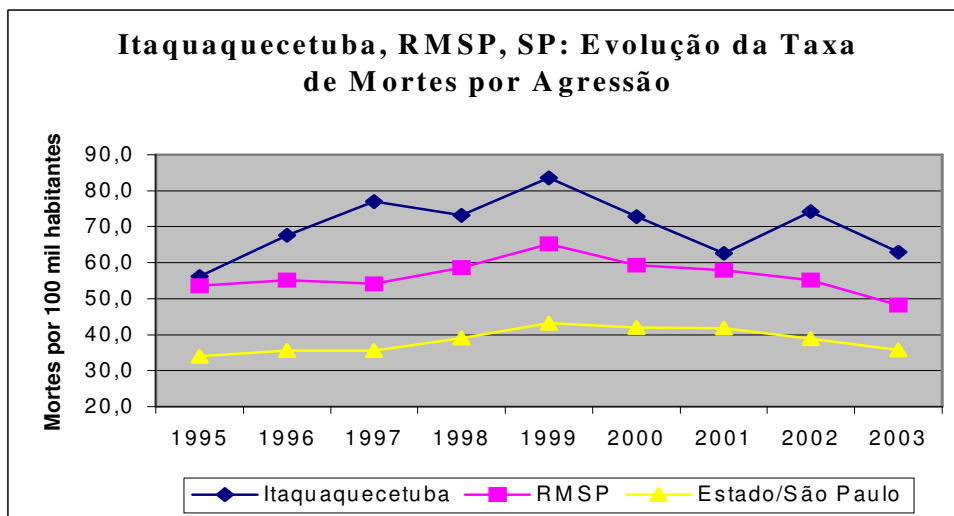
**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Cidadão do Futuro

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	67,19	75,47	73,18	65,95	53,88
Roubos/Furtos Veículos	329,67	372,61	325,62	241,16	271,38
Roubos	681,50	476,66	411,05	395,05	437,61
Furtos	433,78	397,89	466,37	557,06	689,72
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Itaquaquecetuba, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Itaquaquecetuba	56,3	67,6	77,0	73,2	83,6	72,9	62,6	74,3	63,0
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## JANDIRA

**Prefeito 2001/2004:** Paulo Henrique Barjud (PT)

**Prefeito 2005/2008:** Paulo Henrique Barjud (PT)

**População (DATASUS/2004):** 103.608 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 62

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 58 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 85 (76H e 9M)

**Data de criação da Guarda:** 02/07/97

**A Guarda anda armada?** Sim

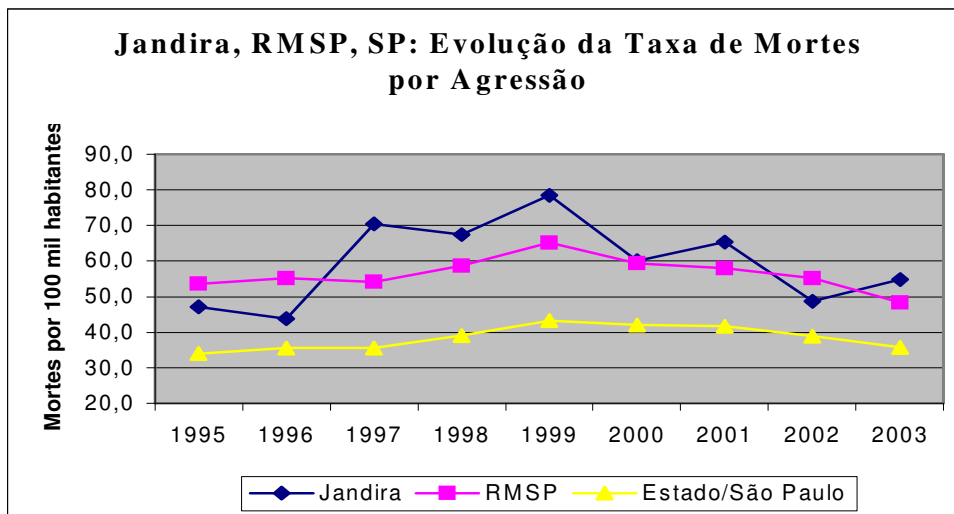
**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 30/08/01

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, L. nº 1262/01

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	63,46	49,02	51,43	50,04	42,67
Roubos/Furtos Veículos	389,13	347,47	340,04	285,92	286,78
Roubos	627,40	569,67	533,14	498,31	428,68
Furtos	605,85	655,72	709,46	767,89	804,77
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Jandira, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Jandira	47,2	43,9	70,4	67,5	78,4	60,1	65,3	48,8	54,9
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## JUQUITIBA

**Prefeito 2001/2004:** Ayres Scorsatto (PFL)

**Prefeito 2005/2008:** Roberto Silval Rocha (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 29.091 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 28

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 23 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 29/05/02

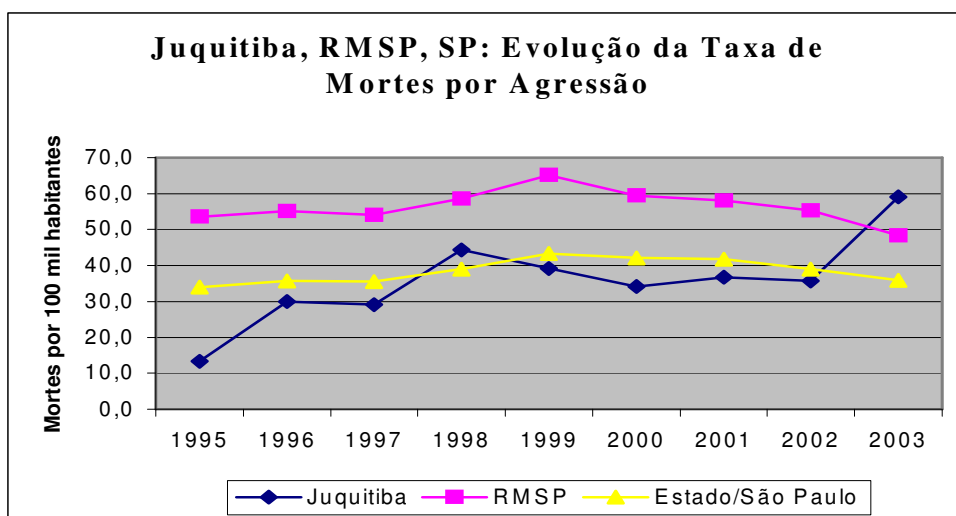
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Escola Municipal de Futebol Infantil

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	43,48	30,24	14,66	21,56	49,20
Roubos/Furtos Veículos	247,83	317,47	337,28	132,97	137,04
Roubos	186,96	257,00	142,98	93,44	172,18
Furtos	1.160,87	1.322,80	1.288,14	1.354,90	1.795,63
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Juquitiba, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Juquitiba	13,3	30,0	29,2	44,4	39,1	34,1	36,8	35,8	59,1
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## MAIRIPORÃ

**Prefeito 2001/2004:** Antonio Jair Oliveira Nascimento (PPS)

**Prefeito 2005/2008:** Antonio Shigueyuki Aiacyda (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 68.289 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 101

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 57 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria Municipal de Segurança

**Efetivo Guarda Civil:** 13

**Data de criação da Guarda:** 30/06/87

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Não

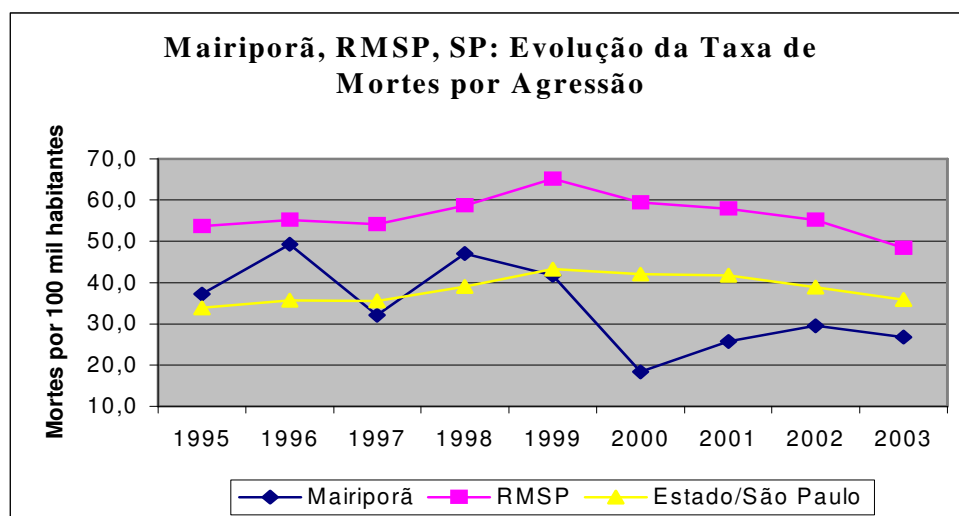
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, L. nº 2267/01

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	48,82	36,60	24,14	26,42	33,17
Roubos/Furtos Veículos	356,23	267,84	431,31	220,65	152,28
Roubos	262,20	349,35	315,44	265,72	277,42
Furtos	927,65	1.028,10	1.469,36	1.320,82	1.586,10
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Mairiporã, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Mairiporã	37,2	49,3	32,1	47,1	41,7	18,4	25,7	29,4	26,8
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## MAUÁ

**Prefeito 2001/2004:** Oswaldo Dias (PT)

**Prefeito 2005/2008:** Leonel Damo (PV) (não confirmado)

**População (DATASUS/2004):** 391.119 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 439

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 102 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Comunitária

**Efetivo Guarda Civil:** 250 (204H e 46M)

**Data de criação da Guarda:** 28/11/67

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 03/07/02

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

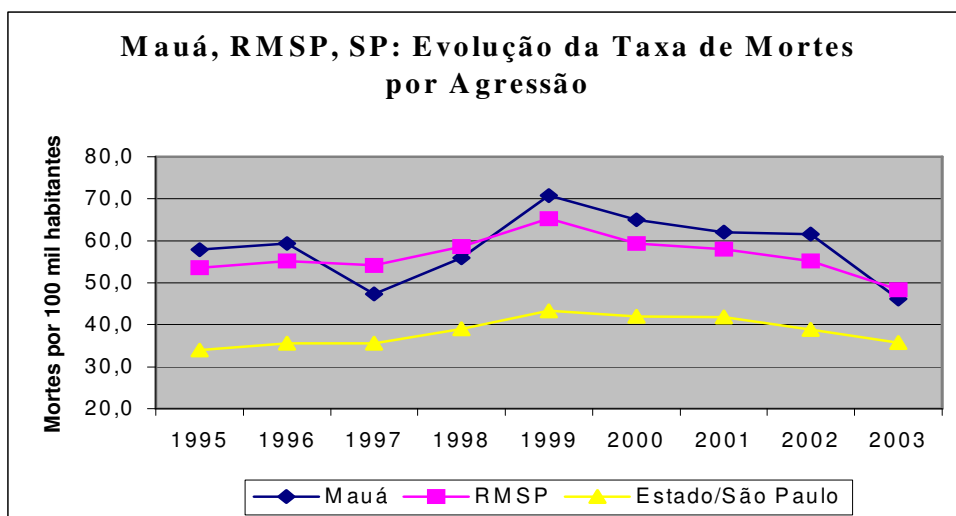
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	49,06	45,96	49,53	47,65	37,45
Roubos/Furtos Veículos	599,65	682,46	599,24	642,70	616,96
Roubos	488,20	472,77	454,95	426,97	499,40
Furtos	528,99	584,22	706,92	705,70	828,43

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Mauá, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Mauá	57,9	59,3	47,3	56,0	70,8	65,1	62,0	61,6	46,1
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## MOGI DAS CRUZES

**Prefeito 2001/2004:** Junji Abe (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Junji Abe (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 353.378 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 632

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 319 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Consultoria de Segurança Pública e Municipalidade

**Efetivo Guarda Civil:** 168

**Data de criação da Guarda:** 13/12/2002

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Não

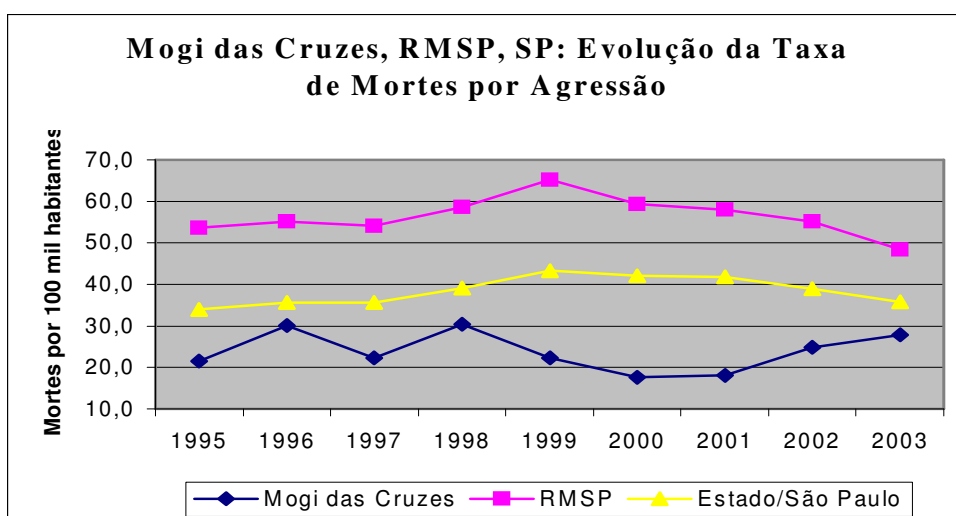
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Câmeras de Monitoramento em Vias Públicas, Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Sistema de Alarmes em Próprios Municipais

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	15,63	15,44	11,88	16,36	18,69
Roubos/Furtos Veículos	236,74	248,30	264,99	240,18	241,50
Roubos	386,80	509,93	415,31	367,28	408,25
Furtos	926,90	1.090,72	1.257,81	1.308,12	1.349,82
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Mogi das Cruzes, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Mogi das Cruzes	21,6	30,1	22,3	30,4	22,3	17,6	18,2	24,9	27,8
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## OSASCO

**Prefeito 2001/2004:** Celso Giglio (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Emidio de Souza (PT)

**População (DATASUS/2004):** 686.799 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 1014

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 437 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 311

**Data de criação da Guarda:** 18/06/90

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 23/12/02

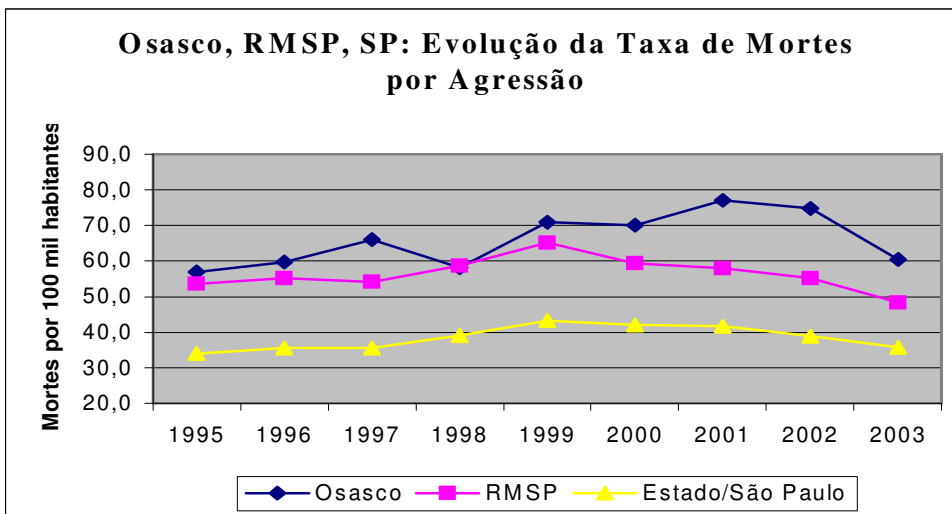
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Plano Integrado de Segurança Pública

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	32,75	37,08	49,91	53,70	40,67
Roubos/Furtos Veículos	718,76	753,46	812,22	635,05	539,80
Roubos	714,52	710,55	698,93	623,86	631,76
Furtos	904,48	828,54	740,52	713,21	854,28
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Osasco, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Osasco</b>	56,9	59,7	66,1	58,2	70,9	70,0	77,1	74,8	60,4
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade





## PIRAPORA DO BOM JESUS

**Prefeito 2001/2004:** Raul Silveira Bueno Junior (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Raul Silveira Bueno Junior (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 14.194 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 28

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 16 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Não

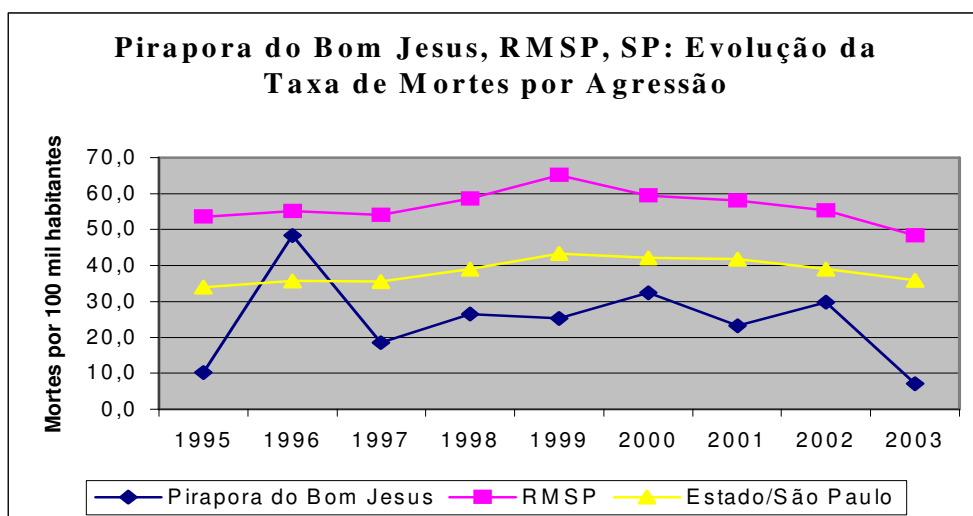
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em**

**andamento:** Santo de Casa faz Milagres – Escola de Artes Sacras, Cidadão do Mundo de Pirapora do Bom Jesus, Agente Jovem

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	25,67	32,27	15,53	22,51	14,53
Roubos/Furtos Veículos	119,79	112,95	155,30	90,02	65,40
Roubos	222,47	137,15	108,71	142,54	232,54
Furtos	966,89	919,73	1.032,77	1.065,27	1.787,66
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Pirapora do Bom Jesus, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Pirapora do Bom Jesus	10,2	48,4	18,5	26,5	25,3	32,4	23,3	29,7	7,1
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## POÁ

**Prefeito 2001/2004:** Eduardo Carlos Felipe (PSD)

**Prefeito 2005/2008:** Roberto Marques (PTB)

**População (DATASUS/2004):** 103.707 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 76

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 63 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 04/08/04

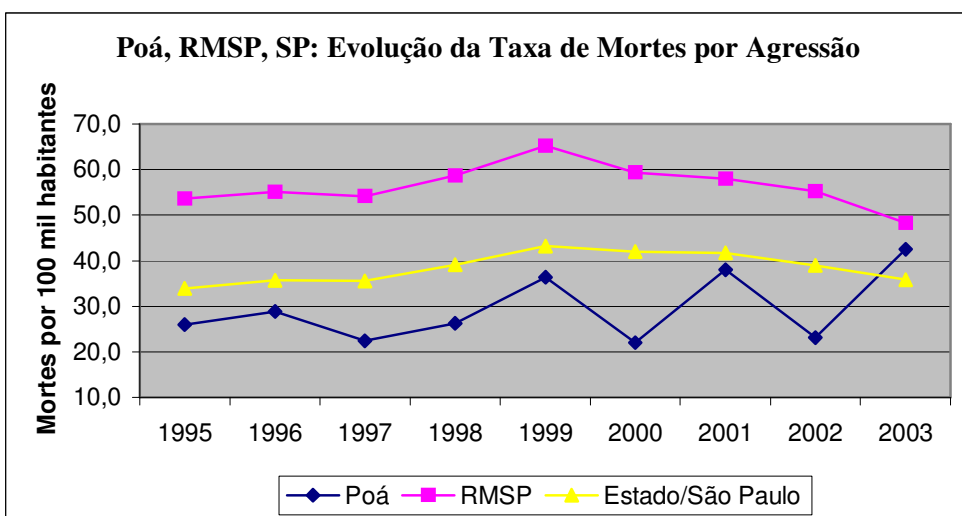
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	19,05	12,53	18,35	17,02	20,63
Roubos/Furtos Veículos	391,10	371,60	306,81	289,27	338,87
Roubos	527,81	621,08	618,72	602,57	647,29
Furtos	887,53	763,04	872,53	869,83	1.049,02
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Poá, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Poá	26,0	28,8	22,5	26,3	36,4	22,0	38,0	23,2	42,5
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## RIBEIRÃO PIRES

**Prefeito 2001/2004:** Maria Inês Soares Freire (PT)

**Prefeito 2005/2008:** Clovis Volpi (PV)

**População (DATASUS/2004):** 112.382 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 162

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 61 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 68 (39H e 29M)

**Data de criação da Guarda:** 31/01/62

**A Guarda anda armada?** Sim

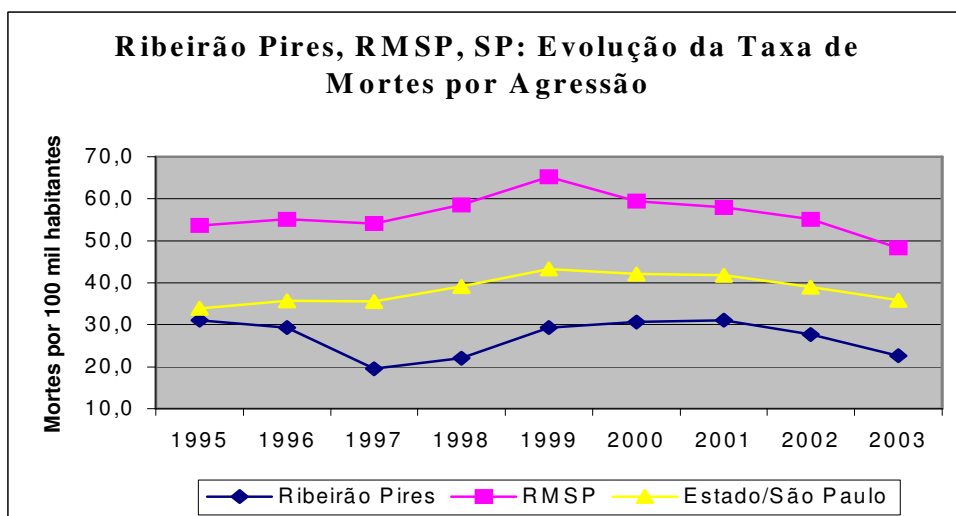
**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	21,27	28,71	20,62	22,10	24,44
Roubos/Furtos Veículos	431,01	594,21	522,96	775,37	654,36
Roubos	444,88	414,32	492,03	465,03	506,83
Furtos	757,51	955,91	1.130,26	1.042,41	1.110,51
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Ribeirão Pires, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ribeirão Pires	31,1	29,4	19,5	22,0	29,4	30,7	31,0	27,6	22,6
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## RIO GRANDE DA SERRA

**Prefeito 2001/2004:** Ramon Álvaro Velásquez (PT)

**Prefeito 2005/2008:** Adler Alfredo Jardim Teixeira (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 40.006 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 22

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 24 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

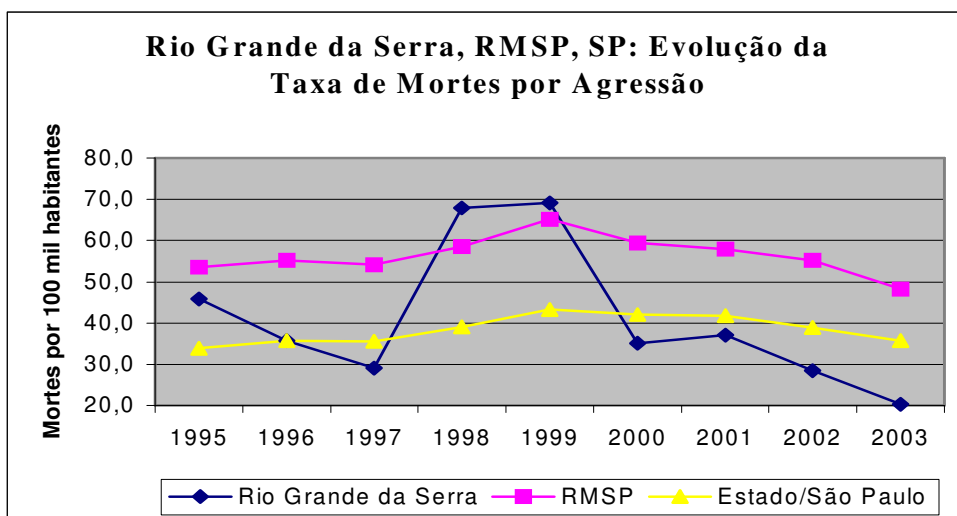
**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	59,74	37,75	21,54	12,95	15,26
Roubos/Furtos Veículos	93,51	80,88	105,01	106,21	137,37
Roubos	285,74	296,57	250,40	269,40	277,29
Furtos	558,49	668,63	840,04	909,23	1.050,65
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Rio Grande da Serra, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio Grande da Serra	45,8	35,7	29,0	68,0	69,1	35,1	37,0	28,5	20,3
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## SALESÓPOLIS

**Prefeito 2001/2004:** Benedito Rafael da Silva (PL)

**Prefeito 2005/2008:** Benedito Rafael da Silva (PL)

**População (DATASUS/2004):** 15.570 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 24

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 20 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Não

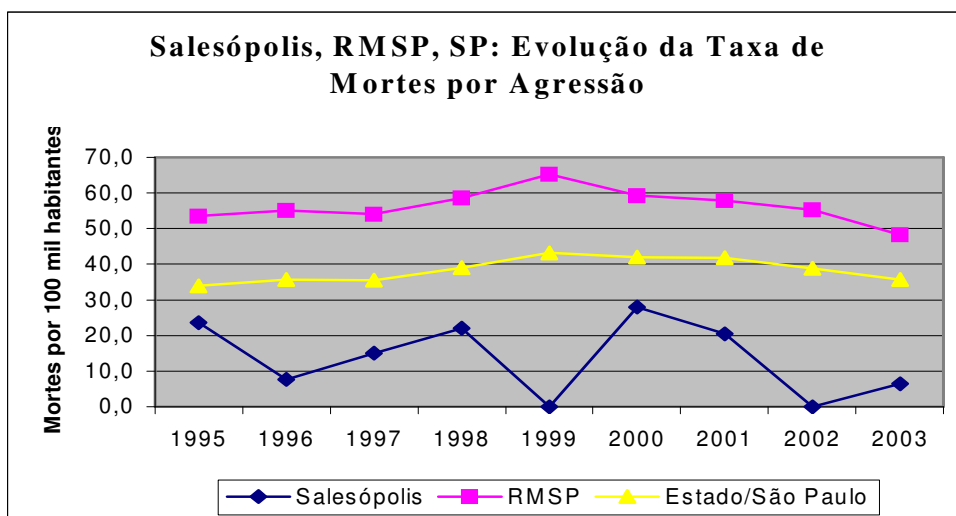
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	6,77	13,93	20,42	0,00	0,00
Roubos/Furtos Veículos	94,72	34,83	74,86	60,05	124,35
Roubos	135,31	76,62	61,25	66,72	58,90
Furtos	750,96	703,49	660,13	1.014,21	1.112,57
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Salesópolis, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Salesópolis	23,7	7,7	15,0	22,0	0,0	27,9	20,5	0,0	6,5
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## SANTA ISABEL

**Prefeito 2001/2004:** Waldemar de Brito Simão (PFL)

**Prefeito 2005/2008:** Hélio Buscarioli (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 46.080 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 52

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 30 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

**Há "Lei Seca"?** Não

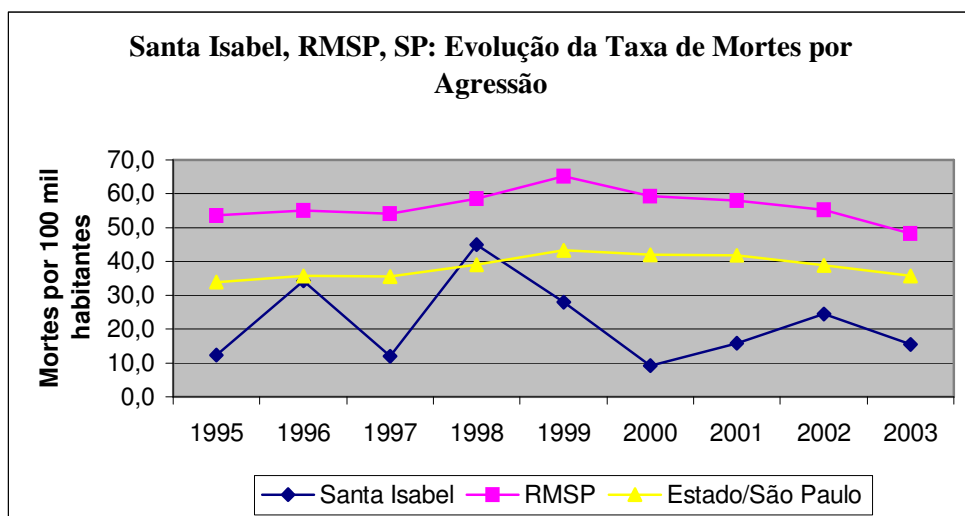
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	13,78	27,43	11,29	35,59	19,77
Roubos/Furtos Veículos	434,05	500,69	483,04	395,97	366,92
Roubos	330,71	329,22	297,95	331,46	518,52
Furtos	815,29	724,74	1.311,42	1.463,75	1.735,73
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Santa Isabel, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Santa Isabel	12,4	34,2	12,0	44,9	27,9	9,2	15,8	24,5	15,4
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## SANTANA DE PARNAÍBA

**Prefeito 2001/2004:** Silvio Roberto Cavalcanti Peccioli (PFL)

**Prefeito 2005/2008:** Jose Benedito Pereira Fernandes (PFL)

**População (DATASUS/2004):** 89.860 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 59

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 49 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 203 (187H e 16M)

**Data de criação da Guarda:** 23/11/99

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Travessia - Programa Municipal de Combate às Drogas e à Violência, Escola e Família – Parceiros numa Educação de Qualidade, Projeto de Escola em Tempo Integral (PROETI), Teatro nos Bairros, Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios – POEAO

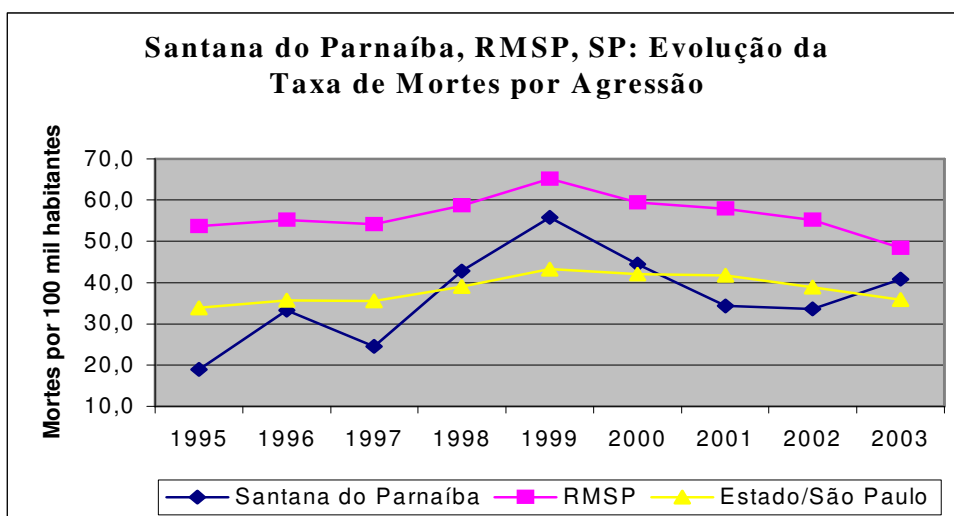
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	61,41	76,17	35,33	44,78	45,22
Roubos/Furtos Veículos	195,24	164,38	145,09	137,97	99,71
Roubos	273,97	235,21	263,69	255,37	226,09
Furtos	521,18	608,06	682,56	672,92	943,80

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Santana do Parnaíba, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Santana do Parnaíba	18,9	33,3	24,5	42,7	55,8	44,4	34,3	33,6	40,9
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## SANTO ANDRÉ

**Prefeito 2001/2004:** João Avamileno (PT)

**Prefeito 2005/2008:** João Avamileno (PT)

**População (DATASUS/2004):** 662.444 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 1265

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 562 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria de Combate à Violência Urbana

**Efetivo Guarda Civil:** 465

**Data de criação da Guarda:** 31/5/1999

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Sim, L. nº 8228/01

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Arte sim, violência não!, Programa Santo André Mais Igual, Operação Cruzeiro Seguro, Bases Comunitárias de Segurança, Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – CRAMI (em conjunto com São Bernardo do Campo e Diadema)

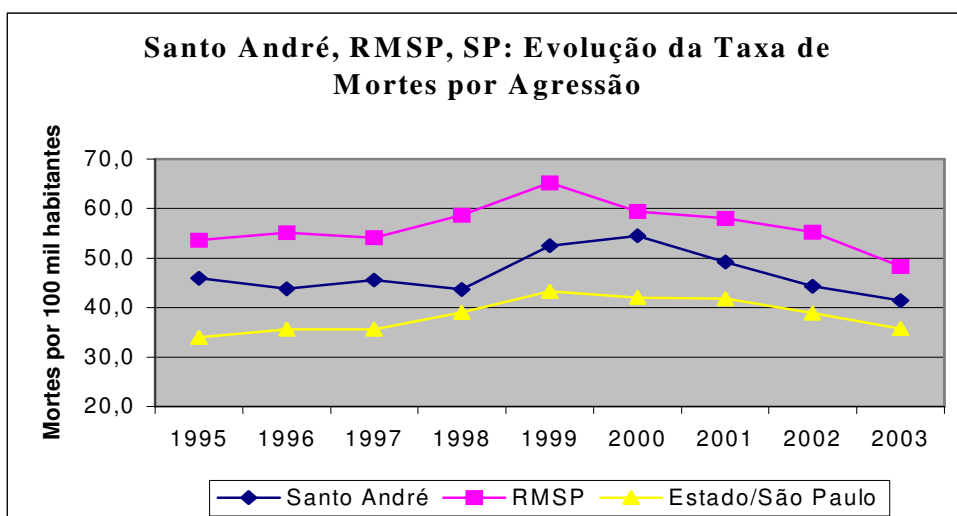
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	40,31	43,12	32,65	29,72	28,67
Roubos/Furtos Veículos	1.995,48	2.070,44	1.819,25	1.730,43	1.575,48
Roubos	1.121,62	928,03	965,04	929,23	951,17
Furtos	971,32	878,75	992,48	1.115,17	1.243,60

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Santo André, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Santo André	45,9	43,8	45,5	43,7	52,6	54,5	49,2	44,3	41,5
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade





## SÃO BERNARDO DE CAMPO

**Prefeito 2001/2004:** William Dib (PSB)

**Prefeito 2005/2008:** William Dib (PSB)

**População (DATASUS/2004):** 758.430 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 1002

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 506 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 590 (500H e 90M)

**Data de criação da Guarda:** 12/08/99

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Centro de Atendimento Sócio-Educativo, Programa de Atenção à Mulher em Situação de Violência, Centro de Atendimento à Criança e a Juventude, Centro Integrado de Emergência, Paz nas Escolas, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Lixo e Cidadania (Centro de Ecologia e Cidadania, Associação de catadores, Geração de Renda e Apoio Familiar), Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – CRAMI (em conjunto com Santo André e Diadema)

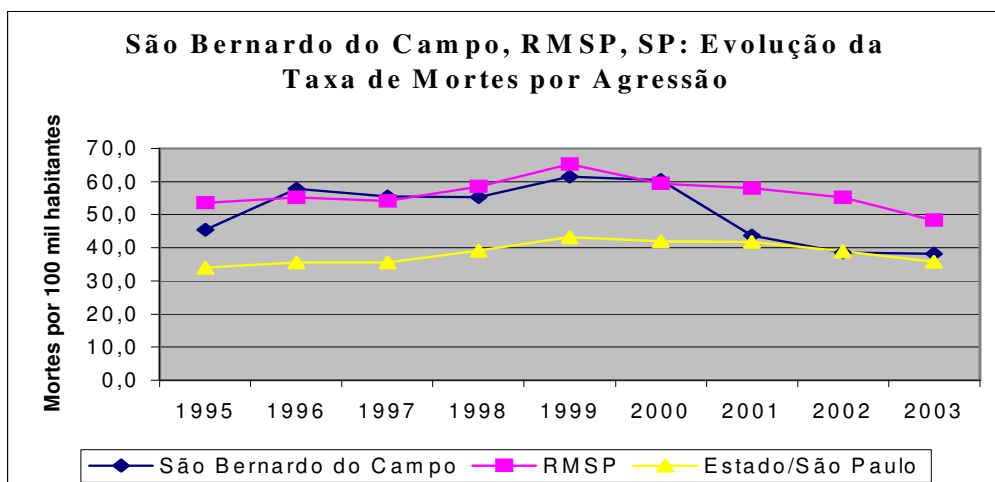
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Homicídios Dolosos</b>	48,40	52,48	36,78	34,57	34,22
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.226,47	1.197,00	1.107,15	942,81	887,46
<b>Roubos</b>	744,81	752,02	763,59	691,67	760,24
<b>Furtos</b>	786,44	713,76	938,99	907,83	1.022,33

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

São Bernardo do Campo, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>São Bernardo do Campo</b>	45,6	57,8	55,5	55,4	61,5	60,6	43,8	38,6	38,2
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## SÃO CAETANO DO SUL

**Prefeito 2001/2004:** Luiz Olinto Tortorello (PTB)

**Prefeito 2005/2008:** José Auricchio Junior (PTB)

**População (DATASUS/2004):** 136.364 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 302

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 91 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 358 (303H e 55M)

**Data de criação da Guarda:** 08/11/88

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 01/07/04

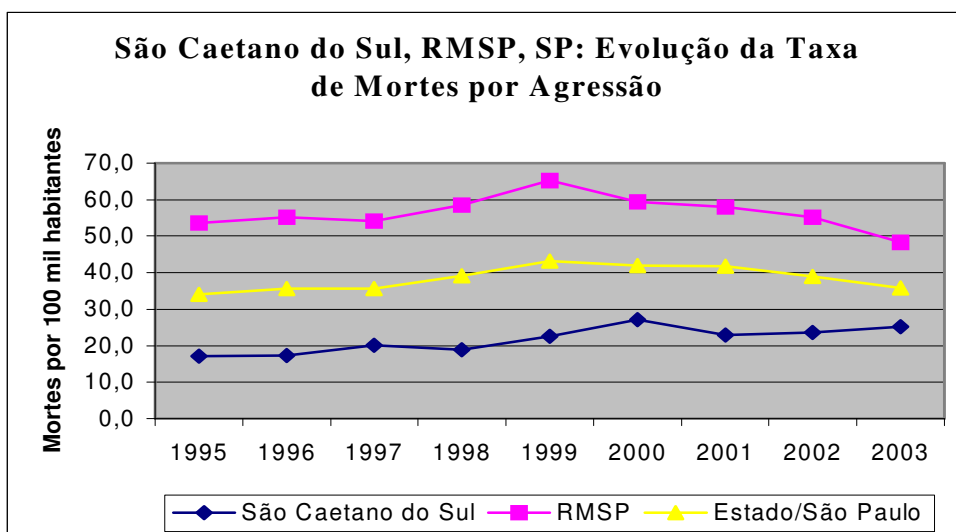
**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Desarmamento Infantil, 199 (S.O.S. cidadão)

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	12,75	12,84	14,39	7,96	9,47
Roubos/Furtos Veículos	2.351,45	1.573,93	1.937,52	1.597,82	1.198,32
Roubos	987,08	814,79	856,16	832,20	914,22
Furtos	1.051,59	1.065,93	1.343,96	1.463,22	1.609,90
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

São Caetano do Sul, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
São Caetano do Sul	17,1	17,2	20,1	18,9	22,6	27,1	22,9	23,7	25,2
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## SÃO LOURENÇO DA SERRA

**Prefeito 2001/2004:** Lener do Nascimento Ribeiro (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** José de Jesus Lima (PL)

**População (DATASUS/2004):** 14.103 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 19

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 9 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** /

**Data de criação da Guarda:** /

**A Guarda anda armada?** /

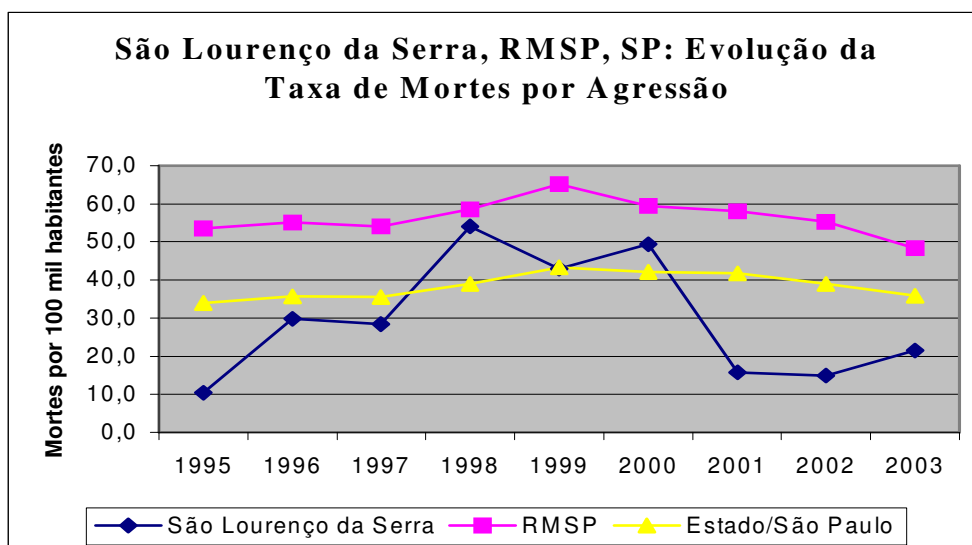
**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 25/06/02

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	62,03	32,79	31,35	0,00	7,33
Roubos/Furtos Veículos	567,12	541,03	297,85	212,31	168,55
Roubos	150,64	131,16	211,63	181,98	227,17
Furtos	726,63	827,94	830,85	1.016,08	1.157,85
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

São Lourenço da Serra, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
São Lourenço da Serra	10,5	29,8	28,4	54,1	43,0	49,4	15,7	15,0	21,4
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									



## SÃO PAULO

**Prefeito 2001/2004:** Marta Suplicy (PT)

**Prefeito 2005/2008:** José Serra (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 10.753.768 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 34.628

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 6.050 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria Municipal de Segurança Urbana

**Efetivo Guarda Civil:** 6.350

**Data de criação da Guarda:** 15/09/86

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há “Lei Seca”?** Não

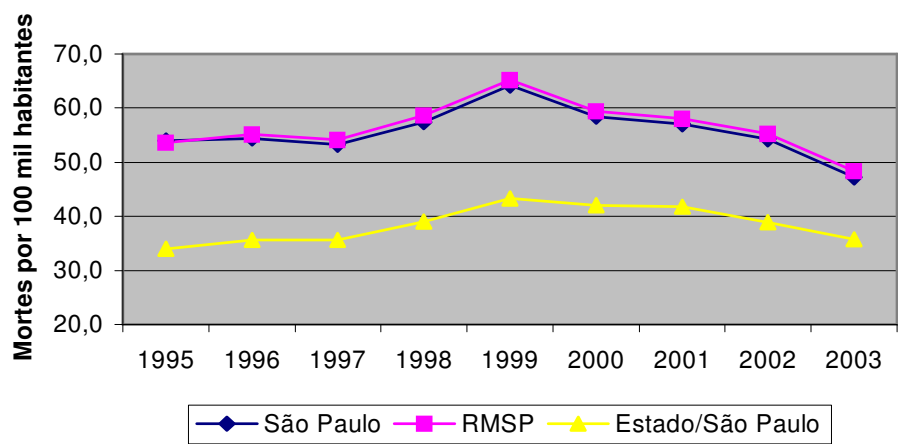
**Há “Lei do Disque Denúncia”?** Sim, L. nº 13.481/03

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Projeto Centro Seguro, Programa das Comissões Cíveis Comunitárias, Projeto Vida, Programa Cuidar/Programa Sentinela, Programa de Remodelação da Iluminação Pública (escolas x criminalidade), Unidade Comunitária de Álcool e Drogas do Jardim Ângela – UCAD, Resgate Cidadão – rede de apoio à vida em situações de violência, urgência e emergência, Renda Mínima, Redescoberto o adolescente na Comunidade – RAC, Projeto Quixote, Programa do Silêncio Urbano (PSIU), Grêmios em Forma, Começar de Novo, Centro Seguro, Casa Sofia - Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher, Bolsa Trabalho

<b>TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003</b>					
<b>Crimes/Anos</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>Homicídios Dolosos</b>	54,35	51,05	49,28	43,69	39,97
<b>Roubos/Furtos Veículos</b>	1.145,58	1.170,99	1.034,86	908,49	869,91
<b>Roubos</b>	1.104,46	1.042,86	1.067,05	1.138,24	1.240,14
<b>Furtos</b>	1.121,83	1.030,79	1.098,95	1.189,61	1.336,46
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

<b>São Paulo, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão</b>									
	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>São Paulo</b>	54,0	54,4	53,3	57,4	64,2	58,4	57,0	54,2	47,2
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8
Fonte: Fundação Seade									

### São Paulo, RMSP, SP: Evolução da Taxa de Mortes por Agressão



## SUZANO

**Prefeito 2001/2004:** Estevam Galvão de Oliveira (PFL)

**Prefeito 2005/2008:** Marcelo de Souza Candido (PT)

**População (DATASUS/2004):** 257.012 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 367

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 120 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 118 (8M e 110H)

**Data de criação da Guarda:** 18/12/03

**A Guarda anda armada?** Não

**Há “Lei Seca”?** Sim, desde 21/06/02

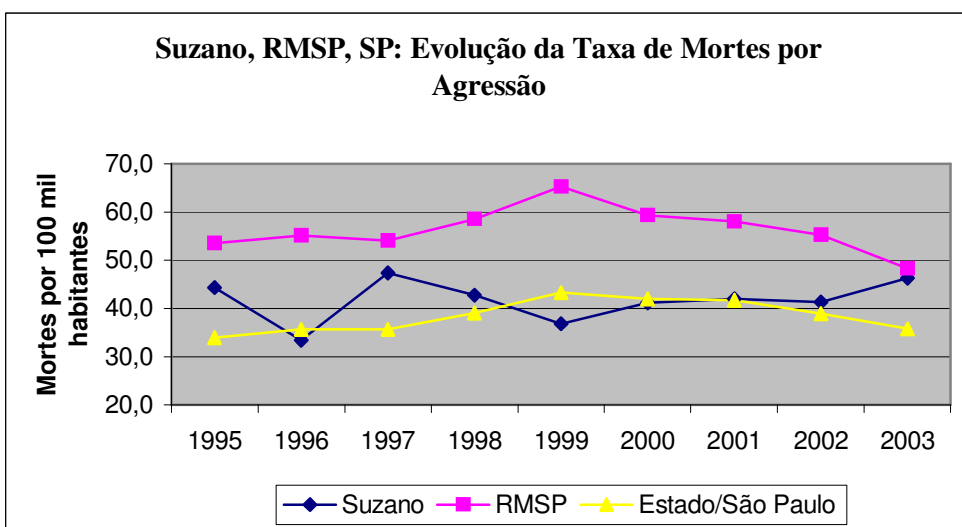
**Há “Lei do Disque Denúncia”?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Informação não fornecida.

TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	39,91	38,04	34,60	32,87	31,97
Roubos/Furtos Veículos	424,70	360,31	372,59	320,89	310,94
Roubos	555,17	441,21	393,69	366,09	435,24
Furtos	880,09	884,17	916,08	917,47	1.171,42
Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE					
Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos					

Suzano, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Suzano</b>	44,4	33,4	47,4	42,7	36,9	41,2	42,0	41,4	46,3
<b>RMSP</b>	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
<b>Estado/São Paulo</b>	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## TABOÃO DA SERRA

**Prefeito 2001/2004:** Fernando Fernandes (PSDB)

**Prefeito 2005/2008:** Evilasio Cavalcante de Farias (PSB)

**População (DATASUS/2004):** 212.870 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 111

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 214 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Não

**Efetivo Guarda Civil:** 108 (101H e 7M)

**Data de criação da Guarda:** 11/04/91

**A Guarda anda armada?** Sim

**Há "Lei Seca"?** Não

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Caça Talentos

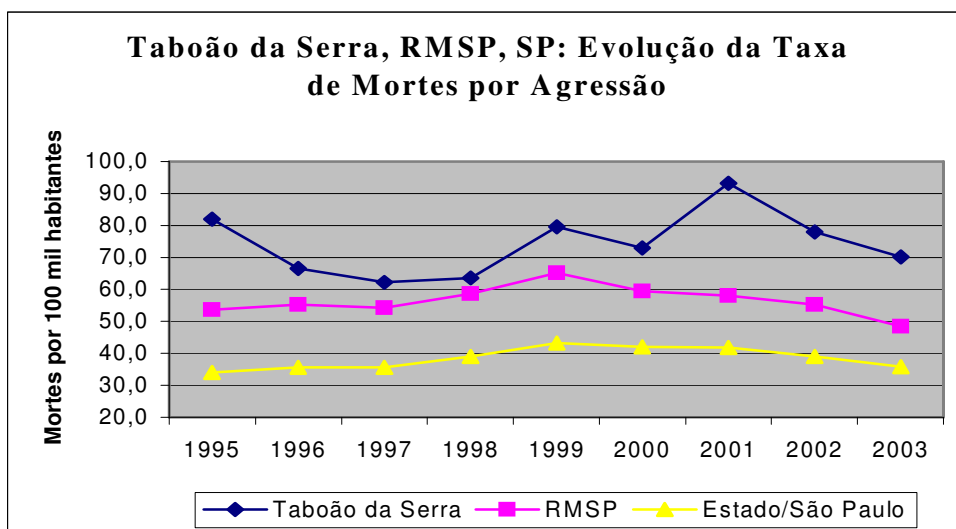
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2002					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	47,58	40,48	61,87	50,60	40,63
Roubos/Furtos Veículos	733,49	779,18	668,15	645,59	580,26
Roubos	653,00	613,73	694,88	668,95	703,10
Furtos	532,02	490,78	575,11	650,95	729,86

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Taboão da Serra, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Taboão da Serra	82,0	66,6	62,2	63,6	79,6	73,0	93,2	78,1	70,2
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade



## VARGEM GRANDE PAULISTA

**Prefeito 2001/2004:** Roque de Moraes (PL)

**Prefeito 2005/2008:** Roque De Moraes (PSDB)

**População (DATASUS/2004):** 39.500 habitantes

**Efetivo Polícia Militar (CAP/SSP/SP):** 39

**Efetivo da Polícia Civil (CAP/SSP/SP):** 20 (inclui administrativo)

**Há órgão municipal responsável pela Segurança Pública?** Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira /Departamento Segurança Pública e Patrimônio

**Efetivo Guarda Civil:** 37

**Data de criação da Guarda:** 23/09/2003

**A Guarda anda armada?** Não

**Há "Lei Seca"?** Sim, desde 12/12/03

**Há "Lei do Disque Denúncia"?** Não

**Principais políticas e programas de prevenção do crime e da violência em andamento:** Centro de Atendimento Profissional – CAP, Beisebol Solidário, Centro Acadêmico de Orientação Cívica ao Adolescente de Vargem Grande Paulista, CAPAZ, Renda Cidadã

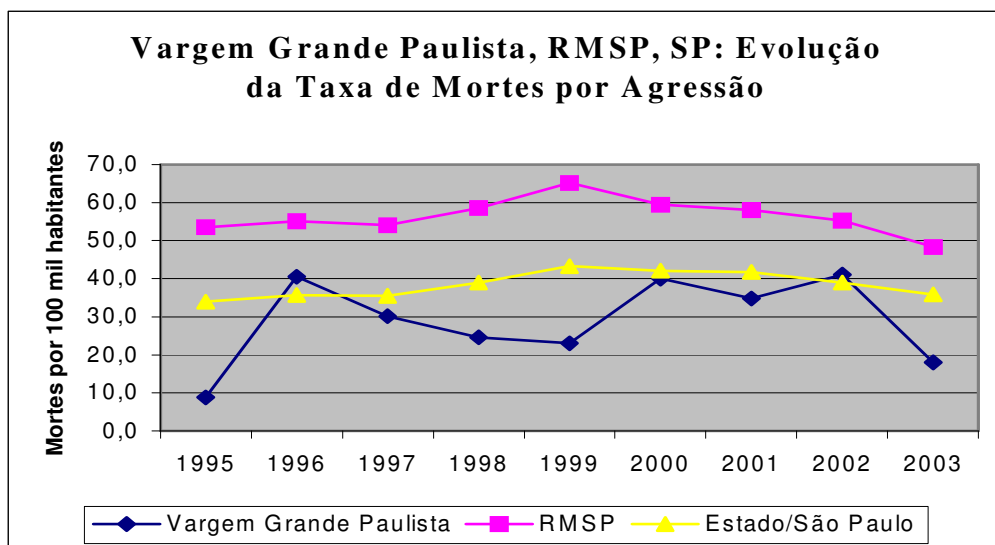
TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE, 1999-2003					
Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	10,14	48,96	43,36	33,13	10,56
Roubos/Furtos Veículos	307,65	480,37	407,54	356,18	295,81
Roubos	500,35	541,57	320,83	394,83	293,17
Furtos	1.034,52	890,37	884,44	1.051,96	1.059,11

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Vargem Grande Paulista, RMSP, SP: Evolução da Taxas de Mortes por Agressão									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Vargem Grande Paulista	8,8	40,5	30,1	24,6	23,0	40,0	34,8	41,0	18,0
RMSP	53,6	55,2	54,1	58,6	65,2	59,4	58,0	55,2	48,3
Estado/São Paulo	33,9	35,7	35,6	39,1	43,2	42,0	41,8	38,9	35,8

Fonte: Fundação Seade





## **FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

[www.forumsp.org.br](http://www.forumsp.org.br)

### **COORDENAÇÃO 2004**

COORDENADOR-GERAL  
LACIR BALDUSCO

COORDENADOR GT INFORMAÇÕES CRIMINAIS  
ELÓI PIETÁ

COORDENADOR GT GUARDAS MUNICIPAIS  
BENEDITO MARIANO

COORDENADORA GT PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA  
DALVANI CARAMÉZ

COORDENADOR GT COMUNICAÇÃO SOCIAL  
RAUL SILVEIRA BUENO JÚNIOR

COORDENADOR GT LEGISLAÇÃO E POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA  
SILVIO PECCIOLI

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

[www.spcv.org.br](http://www.spcv.org.br)

Av. Paulista, 119/ 5º andar

CEP 01311-903 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11) 3179-3704 Fax: (11) 3179-3708

[forum@spcv.org.br](mailto:forum@spcv.org.br)

Equipe responsável pela elaboração deste relatório:

Paulo de Mesquita Neto  
Carolina de Mattos Ricardo  
Renato Flit

Colaboração da Equipe SPCV:

José Roberto Bellintani  
Tânia Alípio Dieguez  
Leandro Velluto  
Pedro Paulo Talin